

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**BIBLIOTECAS POPULARES EM PORTUGAL:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES
ESBOÇAR DE UMA MISSÃO
(1870 – 1930)**

Maria de Fátima Machado Martins Pinto

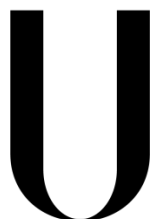
Orientador: Prof. Doutor Sérgio Campos Matos

**Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação,
especialidade em História da Educação**

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

BIBLIOTECAS POPULARES EM PORTUGAL:
PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES
ESBOÇAR DE UMA MISSÃO
(1870 – 1930)

Maria de Fátima Machado Martins Pinto

Orientador: Prof. Doutor Sérgio Campos Matos

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação,
especialidade em História da Educação

Júri:

Presidente: Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático e membro do
Conselho Científico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor João Luís da Costa Santos Vieira Lisboa, Professor Catedrático
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor José António Martín Moreno Afonso, Professor Auxiliar
Instituto de Educação da Universidade do Minho;
- Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos, Professor Associado com Agregação
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

2017

(...)
*As palavras vêm de lugares fragmentários
de uma disseminação de iniciais
de magmas respirados
de odor de gérmen de olhos
As palavras podem formar uma escrita nativa
de corpos claros (...)*

António Ramos Rosa (1984)

AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso várias vezes escutei que uma das maiores dificuldades para levar a bom termo um projeto desta natureza era o carácter solitário do trabalho. É um facto iniludível mas não o é em absoluto.

Para mim foi fundamental o clima de grupo que marcou o funcionamento do Curso de Formação Avançada, em que a interação professores – alunos teve um efeito de contágio estimulante, no sentido do questionamento sobre a escolha do tema e a definição da trajetória de investigação.

Quero por isso agradecer a todos os colegas, em particular aqueles com quem fui trocando impressões e ideias: a Ana, o António, a Maria Romeiras, o Tomás, entre outros.

Nessa fase inicial e mesmo depois, durante a caminhada que decidi empreender, foi inestimável a disponibilidade, as sugestões e o apoio dos professores do Curso, com destaque para alguns que senti mais próximos, por razões de vária ordem.

O maior agradecimento dirige-se ao Professor Doutor Sérgio Campos Matos que aceitou ser meu orientador e a quem devo um apoio interessado e permanente, sem o qual não teria sido possível concluir a tese. Não foram apenas as sugestões e correções mas também o interrogar, essencial para criar conhecimento, além da disponibilidade demonstrada durante todo o período em que se desenrolou o trabalho.

Agradeço também ao Professor Doutor Justino Magalhães que sempre me incentivou a prosseguir e me convidou a integrar a equipa de investigação do projeto *Atlas – Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)*. Para o Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, o meu sincero obrigado pelo questionamento inicial que me levou a reequacionar o tema da tese e pelas estimulantes sessões do Seminário de Leitura que orienta, apesar de a minha presença ter sido pouco regular.

O meu agradecimento também à Professora Doutora Maria João Mogarro com quem mantive alguns contactos, sobretudo no sentido do aprofundamento de outros projetos de investigação, mas que permitiram criar um espaço de troca de informações que me foi de grande valia. Na mesma ordem de ideias, gostaria de expressar o meu reconhecimento ao Professor Doutor Joaquim Pintasilgo pela frutuosa comunicação que fomos estabelecendo, a propósito de vários projetos e ideias no domínio da História da Educação.

Sublinhando o sentido de uma solidão enquadrada por uma ampla disponibilidade de recursos humanos que acompanhou este trajeto, quero referir a importância da iniciativa Fórum de Jovens Investigadores que constituiu mais uma oportunidade para partilhar comentários e sugestões acerca do trabalho em curso, com perspetivas provenientes de áreas distintas e que se tornaram complementares às que foram colhidas pela participação noutros eventos similares.

Num registo diferente mas igualmente valioso, expresso o meu emocionado e profundo agradecimento às minhas amigas e amigos, aquela família que, a par da outra, sempre compreendeu e respeitou a distância e a ausência física impostas pelo trabalho, ajudando-me desta e de outras formas na sua realização.

Obrigada é muito pouco para retribuir palavras, olhares e silêncios, cúmplices na vontade de partilhar comigo o termo desta etapa, mas encerra a imensa gratidão que sinto.

RESUMO

Esta tese sobre as bibliotecas populares oficiais em Portugal (1870-1930) assume-se como um contributo para compreender a conceção dicotómica popular / erudita que marcou a existência das bibliotecas, num período em que se edificava a sociedade liberal e republicana, sustentada no pilar da educação popular.

Criadas por D. António da Costa em 1870, com o objetivo de complementar a instrução primária e facultar a leitura domiciliária, as bibliotecas populares mobilizaram alguns recursos materiais e humanos disponibilizados pelo governo central e pelos municípios, não logrando alcançar os fins delineados na legislação fundadora. Razões de ordem económica e política mas também decorrentes de uma mentalidade resistente à mudança e avessa ao progresso cultural, justificam o limitado sucesso dessa iniciativa, cuja trajetória quisemos reconstituir, cartografando e documentando, no intuito de rastrear a ligação com as bibliotecas municipais e compreender a razão por que se insistiu nesse paradigma durante a Primeira República, quando já estavam em curso outros modelos de bibliotecas mais ajustados à realidade contemporânea.

O que diferenciou, de facto, as bibliotecas populares? A quem se destinavam e quais foram os seus utilizadores? Em que medida cumpriram o propósito de vulgarização da leitura? Estas questões constituem o foco essencial da investigação que se desenvolveu em torno de dois eixos principais, representações e práticas, que se confrontaram recorrendo a fontes e arquivos, tão variados e dispersos como o objeto de estudo. A fragmentação e a escassez da informação obtida justificaram a comparação com outras bibliotecas públicas para responder às questões e às hipóteses enunciadas.

Os estudos de Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu, entre outros, facultaram as ferramentas essenciais para a construção da estrutura teórica que informa a abordagem da problemática. A dicotomia dos discursos não tinha reciprocidade nas práticas: as bibliotecas populares não respondiam cabalmente ao propósito que motivou a sua criação e essa falha era mitigada por bibliotecas classificadas como eruditas, evidenciando-se os conceitos de circulação e de cultura no plural.

Outrossim, a investigação permitiu verificar a tentativa de orientação das leituras dirigidas a um público das camadas mais desfavorecidas, cujo perfil apresentava contornos pouco definidos, e sugeriu uma instrumentalização da ideia de biblioteca popular.

PALAVRAS-CHAVE – biblioteca erudita; biblioteca popular; leitura pública; práticas; representações.

ABSTRACT

This thesis concerning public libraries in Portugal (1870-1930) is a contribution to understanding the popular/scholarly dichotomous concept that has marked the existence of libraries, in a period when a free and republican society was being built anchored on popular education.

Created by D. António da Costa in 1870, with the purpose of improving elementary education and providing domiciliary reading, public libraries gathered some human and material resources, made available by central and local administration, but never achieved their previously legislated original purposes.

Both economic and political reasons, as well as a mentality resistant to change and opposing cultural progress, justify the narrow success of this initiative, our purpose being to rebuild its trajectory by mapping and documenting, aiming to track the connection to local libraries and understating why such paradigm persisted during the First Republic, when other models of libraries more adjusted to the contemporary reality were already in progress.

What did, in fact, distinguish popular libraries? Who were their public? How far did they accomplish the purpose of reading dissemination? These questions constitute our main research, developed around two focal points, representations and practices, using sources and records so varied and scattered as the object of our study.

The fragmentation and scarcity of information justifies the parallel with other public libraries, in order to answer the above mentioned questions and hypothesis.

Researchers Michel de Certeau, Roger Chartier and Pierre Bourdieu, among others, provided important tools to build the theoretical structure that informs the problematic approach.

No reciprocity was found between the speeches dichotomy and the practices: public libraries couldn't respond to the original purpose of their creation and such failure was mitigated by libraries classified as erudite, revealing circulation concepts and culture in the plural.

Likewise our research ascertained the establishment of an attempt of reading guidance to a most disadvantaged public, with a poorly defined profile, and suggested an instrumentalization of the original idea of popular library.

KEY-WORDS: scholarly library; popular library; public reading; practices; representations.

Índice Geral

Agradecimentos	vii
Resumo	ix
Abstract	xi
Índice de figuras	xvi
Índice de quadros e gráficos	xvii
Índice de Anexos	xviii
Siglas e abreviaturas	xix
Introdução	1
1. Problemas e métodos	1
2. Enquadramento teórico	10
3. Roteiro	16
Capítulo 1 – Estado da arte	21
Capítulo 2 – Contextualização histórica: factos e conceitos	37
1. O conceito de “popular” – algumas considerações	37
2. Bibliotecas populares, leitura pública e ensino na sociedade oitocentista	42
2.1. Na Europa e nos Estados Unidos da América	42
2.2. Em Portugal	50
2.3. Os conceitos: biblioteca popular; biblioteca municipal; biblioteca pública	64
3. Condicionamentos de ordem política e social	69
Capítulo 3 – D. António da Costa, paladino da instrução popular	75
1. Um projeto de educação popular na forja	76
2. As bibliotecas populares na obra de D. António da Costa	79

Capítulo 4 - Construção da ideia de biblioteca popular: discursos e representações	85
1. Antecedentes ou o discurso da necessidade	86
2. Da legislação fundadora à configuração institucional	89
3. A Biblioteca na I República: um “elemento de ordem”	92
4. Na senda de um novo modelo	96
5. Discurso científico e literatura (referências)	99
6 - Representações iconográficas	111
Capítulo 5 - Geografia das bibliotecas populares	121
1. Passos e condicionalismos de um percurso	121
2. Contornos de um mapeamento	126
3. Biblioteca Popular de Lisboa e Bibliotecas Móveis	144
Capítulo 6 - Práticas de leitura nas bibliotecas populares	173
1. A leitura pública	174
2. Catálogos e biblioteconomia	181
3. Leitores e leituras nas bibliotecas populares	189
3.1. Espaços e modelos	189
3.2. Bibliotecas populares criadas até 1910	192
• Ação do Estado	192
• Iniciativas particulares	193
• As bibliotecas municipais de Lisboa	198
• A biblioteca popular de Estremoz	199
• Acervos bibliográficos e leituras	200
3.3 Evolução de leitores e leituras	211
3.4. Diversidade de iniciativas na I República	224
Uma continuidade comprometida	224
• Estremoz	225
• Guimarães	226
Bibliotecas populares do Porto	227

• Biblioteca Popular de Lisboa	228
• “A Voz do Operário”	230
• As bibliotecas móveis	231
3.5. Utilização das coleções – perspetiva global	232
3.6. O leitor – tipo das bibliotecas populares	234
• Biblioteca municipal de Guimarães	234
• Biblioteca Popular de Lisboa	236
• Outras bibliotecas portuguesas	237
• Exemplos de bibliotecas estrangeiras	239
A propósito do leitor-tipo	240
Capítulo 7 - A leitura popular nas bibliotecas	241
1. A construção de um género literário	241
2. Condições de apropriação e de pluralidade de leituras	245
3. As coleções populares	247
4. Os autores mais procurados	255
5. A imprensa	259
5.1. O poder da comunicação	259
5.2. Os periódicos nas bibliotecas populares	263
5.3. O folhetim	265
Considerações finais	275
Fontes e Bibliografia	295
1. Fontes Manuscritas	295
2. Fontes Impressas	298
3. Bibliografia	309
Anexos	327

Índice de Figuras

		Páginas
Figura 1	Busto de D. António da Costa	75
Figura 2	Biblioteca Municipal de São Lázaro, 1949	101
Figura 3	Biblioteca Municipal de São Lázaro, 2012	101
Figura 4	Sala de leitura da Biblioteca Nacional, 1920	108
Figura 5	Livros da BN carcomidos pelo bicho	108
Figura 6	Leitora de revistas	112
Figura 7	Leitura em família	112
Figura 8	Leitura feminina	112
Figura 9	Biblioteca no Jardim da Estrela	113
Figura 10	Biblioteca Modelo	113
Figura 11	Jardim de S. Pedro de Alcântara	113
Figura 12	Primeira biblioteca popular no Jardim da Estrela	114
Figura 13	Jardim do Príncipe Real, biblioteca municipal ao ar livre	115
Figura 14	Sala infantil da Biblioteca Nacional	115
Figura 15	Interior (escadaria) do edifício da Sociedade Martins Sarmiento	116
Figura 16	Biblioteca da SMS, sala de leitura (1907? – 1911)	117
Figura 17	Sala atual da biblioteca da SMS (2013)	117
Figura 18	Biblioteca móvel modelo	118
Figura 19	Caixa - estante para biblioteca móvel.	118
Figura 20	Bibliotecas populares nos distritos (séc. XIX)	129
Figura 21	Bibliotecas municipais e móveis nos distritos (I República)	140
Figura 22	Situação das bibliotecas municipais em 1932-1933	142
Figura 23	Movimento das BM em 1915 e 1916	162
Figura 24	Devolução das bibliotecas móveis do CEP	169
Figura 25	Termo de empréstimo da Biblioteca Popular de Tomar	181
Figura 26	Catálogo: Biblioteca Popular de Lagos	188
Figura 27	Catálogo: Biblioteca Popular de Oleiros	188
Figura 28	Visitantes e Freqüentadores da Biblioteca Popular de Tomar	207
Figura 29	Estatística da B.M. de Santarém	214
Figura 30	Livro dos Empréstimos (Biblioteca Popular de Guimarães)	216
Figura 31	Livro de Registo de Empréstimos da Biblioteca da SMS (1920)	235

Índice de Quadros e Gráficos

	Páginas
Quadro 1 - Sinopse da legislação (1870 – 1931 e 2001)	98
Quadro 2 - Localização das bibliotecas populares do Porto	135
Quadro 3 - Bibliotecas Municipais identificadas em 1917	136
Quadro 4 - Títulos dos Catálogos e Inventários das Bibliotecas Populares	201
Quadro 5 - Periódicos das Bibliotecas Populares	204
Quadro 6 – Leituras na Biblioteca Popular de Tomar (1882 – 1885)	208
Quadro 7 - Empréstimo de livros na Biblioteca Popular de Tomar	210
Quadro 8 - Leitura noturna nas Bibliotecas Públicas	223
Quadro 9 - Biblioteca Popular de Estremoz – Evolução das Leituras	226
Quadro 10 - Leituras na Biblioteca Popular Municipal de Guimarães	227
Quadro 11 - BPL: Profissões dos leitores no domicílio (1920-1930)	237
Quadro 12 - Alguns escritores mais procurados nas Bibliotecas Populares	257
Quadro 13 - Leitura de jornais nas Bibliotecas Públicas e Municipais	265
Gráfico 1 – Leitores e leituras na BPL (1919 – 1930)	154
Gráfico 2 – Profissões dos leitores da BPL (1922 – 1928)	157
Gráfico 3 - Profissões dos leitores das Bibliotecas Móveis	163
Gráfico 4 – CEP: BM C1, C6, C14 (Ambleteuse 1918-1919)	165
Gráfico 5 – Obras da Biblioteca Popular de Tomar (origem da língua)	206
Gráfico 6 - Leitores da Biblioteca do Grémio de Ilustração Popular	212
Gráfico 7 - Leitores da Biblioteca Municipal de Elvas	213
Gráfico 8 - Leitores da Biblioteca Municipal de Santarém	214
Gráfico 9 - Leitores das Bibliotecas Municipais de Lisboa	215
Gráfico 10 – Requisições na Biblioteca Popular de Guimarães	216
Gráfico 11 - Bibliotecas Populares da Câmara Municipal do Porto	228
Gráfico 12 - Empréstimo de livros na BPL na década de 1930	229
Gráfico 13 – Requisição de livros na BPL (1920 – 1930)	230
Gráfico 14 - A Voz do Operário: Aquisições de livros (1926-1928)	231
Gráfico 15 - A Voz do Operário: Leituras (1924-30)	231
Gráfico 16 – Leituras nas Bibliotecas Móveis de tipo B	232
Gráfico 17 – Leitores dominantes na Biblioteca da SMS	236

Índice de Anexos

Anexo I	Contactos com Bibliotecas Populares (e Municipais)
Anexo II-	Bibliotecas populares por distritos – Fase inicial (1870 – 189...)
Anexo III	Leitura nas Bibliotecas Públicas: Évora e Ponta Delgada (1870-71)
Anexo IV	Leitura nas Bibliotecas Públicas (1883) - Classificação das obras
Anexo V	Colecções populares (editadas entre 1850 a 1920, aprox.)
Anexo VI	Incorporação de livros nas Bibliotecas municipais durante a I República
Anexo VII	Inventário das Bibliotecas, Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1919)
Anexo VIII	Bibliotecas Móveis referidas na Estatística da B.P.L. (1920-1921)
Anexo IX	Bibliotecas Móveis referidas no Anuário Estatístico (1920-1921)
Anexo X	Tombo da Biblioteca Popular de Estremoz (1927)
Anexo XI	O “Folhetim” na imprensa portuguesa (uma amostra)
Anexo XII	As Bibliotecas Municipais - Relatório da Inspeção (1932-1933)
Anexo XIII	Livros das Bibliotecas populares (e municipais de Lisboa)
Anexo XIV	Obras das BM enviadas ao CEP (1917)
Anexo XV	CEP – Estatística de leituras
Anexo XVI	Biblioteca Popular de Bouças/Matosinhos : Requisições
Anexo XVII	Processo de atribuição de louvor a Bettencourt Ataíde
Anexo XVIII	Processo de atribuição de louvor a Bettencourt Ataíde (Portaria)
Anexo XIX	Descrição das Bibliotecas Móveis, por Bettencourt Ataíde
Anexo XX	Relatório da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos - BPCL, 1931

Siglas, Abreviaturas e Normas utilizadas

O texto da tese está escrito segundo o novo acordo ortográfico mas nas citações e na identificação de autores e obras optámos por manter a grafia original dos documentos. Para a citação bibliográfica, escolhemos usar a NP 405.

Destacam-se as principais abreviaturas e siglas utilizadas, com a ressalva de que a diversidade de abreviaturas decorre das indicações extraídas de cada fonte/ arquivo.

SIGLAS

AHBN	Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional
AHME	Arquivo Histórico do Ministério da Educação
AHCML	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ASMS	Arquivo da Sociedade Martins Sarmiento
BM	Bibliotecas Móveis
BN	Biblioteca Nacional
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BPL/B.P.L.	Biblioteca Popular de Lisboa
BPCL	Biblioteca Popular Central de Lisboa
CMP	Câmara Municipal do Porto
DGBA	Direcção Geral de Belas Artes
DGESBA	Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes
DLEC	Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

ABREVIATURAS

Arq.	– Arquivador (?)
Cx.	– Caixa
Doc.	- Documento
Doss.	– Dossiê
Lv.	- Livro
Mç.	– Maço
Proc.	- Processo
s.d.	– Sem data

INTRODUÇÃO

Uma biblioteca tem de ser um organismo vivo e sempre jovem, com todos os séculos que tiver. Vai-se do livro moderno para o livro antigo, e deste para aquele, numa circulação contínua.¹

1. Problemas e métodos

O título da narrativa que se apresenta, corolário de um percurso de investigação, encaminha o leitor para o tema, definido no espaço e no tempo, conduzindo-o na ótica da abordagem escolhida, com um enunciado claro e elucidativo, confirmado pela questão de partida, motor da empresa que ora se enceta:

Porquê a insistência no modelo de biblioteca popular que não se revelou um sucesso na (primeira) fase de implementação?

O problema configurado desencadeia outras interrogações a que procuramos dar resposta, assumindo-as como eixos norteadores da investigação:

O que diferenciava as bibliotecas populares das bibliotecas públicas e das municipais? Em que plano se evidenciam as diferenças? Do lado da conceção da biblioteca, materializada através dos catálogos, inventários, regulamentos ou seja, das representações, ou do lado das suas práticas, com destaque para a leitura?

A caminhada no sentido de descortinar o(s) lugar(es) de memória das bibliotecas populares, o objeto de estudo desta tese, antevê-se um território rasgado por múltiplos atalhos, sugerindo possíveis trilhos de investigação que, sendo seguidos, acabariam por conduzir a narrativas distintas da que aqui se desenrola.

Falar de bibliotecas significa perscrutar um mundo de que nos sentimos pertença natural, quer porque têm constituído equipamentos de utilização sistemática na formação pessoal e profissional, quer pelo que representam enquanto espaço / meio de realização cultural. Estas razões não foram estranhas à escolha do tema, que mobilizou uma aturada investigação com o objetivo de reunir um suporte documental consistente, capaz de alimentar o diálogo desencadeado pelo questionamento inicial, a propósito da especificidade das bibliotecas populares, enquanto institutos de leitura pública².

¹ Victor de Sá – *As Bibliotecas, o Público e a Cultura*, 1983, p. 62.

² Entende-se por “leitura pública” a que está acessível a todas as camadas sociais, o que implica um horário alargado das bibliotecas, compatível com a ocupação laboral dos utilizadores (incluindo o serviço noturno) e a prática do empréstimo domiciliário de livros.

De forma particularmente expressiva, Pierre Bourdieu refere-se ao ofício da investigação e da escrita como uma “arte” que obedece a certas regras, realizando o “princípio da alquimia que transforma o apetite de reconhecimento num “interesse de conhecimento”³.

Para que se entenda melhor o percurso traçado em torno do tema, temos de admitir que foi preciso algum tempo para ultrapassar estranhezas e interiorizar a compartimentação suscitada pela natureza polissémica do termo biblioteca, a que se seguiu outra jornada, não menos sinuosa, à volta da complexa interpretação de um conceito prenhe de sentidos, o de popular.

A origem etimológica da palavra biblioteca remete para a ideia de depósito de livros, pela combinação dos étimos gregos que resultaram num conceito, transmitido através do latim, tendo o espaço como elemento integrante. No entanto, esta palavra foi sendo utilizada para referir, de forma indiferenciada, quer o sítio onde se guardavam os livros (estantes), quer os conjuntos organizados, coleções, propriedade do estado ou de particulares; a par de outras designações que se tornaram igualmente conhecidas, como a de livraria, usual em Portugal no séc. XVIII para referir as duas situações, muito embora tivesse adquirido posteriormente um sentido mais comercial.

No que concerne ao termo biblioteca, a representação polissémica tem vindo a enriquecer-se, na exata medida em que se vaticina a sua morte com o avanço da era digital, se nos ativermos à natureza do suporte dos livros. Não obstante, o conceito de biblioteca digital já tem o seu campo definido, como aconteceu, outrora, com a biblioteca popular. A riqueza do conceito é de tal ordem que, hoje, como há séculos atrás, mantém uma valorização independente do volume de livros, e que foi magistralmente sintetizada na célebre afirmação de Jorge Luís Borges, já com algumas *reprises*, de acordo com os valores do(s) autor(es) em causa: “a biblioteca é o que mais se aproxima do paraíso terrestre.”⁴

A relação entre as duas aceções do termo biblioteca: a espacial, arquitetural, e a que se refere ao seu conteúdo ou pelo menos a uma parte, correspondente à designação de coleção, resente-se da tensão entre dois registos opostos: o exaustivo e o essencial, a biblioteca total, ideal e a coleção, lacunar, real.⁵ Na opinião de Roger Chartier, a “biblioteca do futuro, tal como foi delineada, é num determinado sentido, uma biblioteca

³ Pierre Bourdieu - *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, 1997, p. 63.

⁴ Jacques Bonnet - *Bibliotecas cheias de fantasmas*, 2010, p. 20.

⁵ Roger Chartier - *A ordem dos livros*, 1997, p. 106.

sem paredes”, onde é possível o encontro entre o leitor e a universalidade do saber de que ele pode apropriar-se.⁶

São diversas as perspectivas que o estudo das bibliotecas pode assumir. O “campo de possibilidades”⁷ inclui abordagens com maior enfoque no mundo dos leitores e outras que se centram mais na leitura, neste caso a partir de ângulos diferentes, estabelecidos quer do lado da produção/edição (livros), quer da receção, onde domina o conceito de apropriação e, conseqüentemente, a proliferação / pluralidade de sentidos para as leituras. Esta posição opõe-se à lógica dicotómica que prevaleceu nos discursos reguladores das relações sociais e culturais ao longo de todo o período em estudo.⁸

A naturalização das dicotomias, erudito /popular; criação/vulgarização tornou-se um vinco, assumido como uma condição inerente ao aprofundamento da sociedade liberal e ... democrática. A estranheza sentida numa fase inicial foi-se dissipando pelo olhar mais atento ao tempo, aos lugares e instituições – uma consciência histórica que conduz para campos de interpretação onde os factos concretos, objeto de análise, são colocados em perspectiva, procurando-se os imperceptíveis fios que os ligam e mergulhando na tentativa de compreensão do sentido da teia que se forma, sem perder de vista que toda a investigação histórica é, acima de tudo, “uma forma de interpretar o presente”⁹.

A definição do arco cronológico foi essencialmente determinada pela publicação de dois diplomas legais que se constituíram como marcos da investigação desenvolvida. A primeira data corresponde à criação oficial das bibliotecas populares por D. António da Costa, o primeiro ministro da Instrução Pública em Portugal, e a outra referência temporal funciona como charneira de um período que se inicia, pautado por legislação diversa, publicada em meados de 1931¹⁰. A delimitação cronológica impôs uma disciplina formal que bastas vezes sentimos a tentação de ultrapassar, uma vez que a história que procuramos reconstituir tem raízes em enquadramentos institucionais que se iniciam num período anterior, prolongando a sua existência para além do recorte temporal definido para o estudo.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 157.

⁷ Inspirado em Pierre Bourdieu - *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*. O autor considera a existência de diferentes campos e sub-campos que estruturam (e hierarquizam) as relações no domínio da história cultural e social.

⁸ “O horror à mistura reflecte a obsessão de separar. (...) A estrutura central tanto do intelecto como da prática moderna é a oposição – mais precisamente, a dicotomia “. Cf. Zygmunt Bauman - *Modernidade e Ambivalência*, 2007, p. 23.

⁹ José Mattoso. *A Escrita da História: teoria e métodos*, 1988, p. 22.

¹⁰ Trata-se dos Decretos de 2 de Agosto de 1870 e de 27 Junho de 1931. Este último instituiu um novo conceito de biblioteca, eliminando, formalmente, a dicotomia popular / erudita.

Desde a década de trinta do século XIX foram surgindo em Portugal várias associações culturais e gabinetes de leitura que assumiram em meados de oitocentos feição popular de cunho mutualista e corporativo, à semelhança do que aconteceu em muitos outros países europeus. Proliferou a designação de “artística” em várias destas associações culturais que elegiam a leitura como um dos instrumentos, a par das conferências e aulas noturnas, para promover a instrução popular.

A transmutação que foram sofrendo ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, não alterou significativamente os estatutos, mantendo-se como instituições particulares e suportadas pelas quotas pagas pelos sócios, ignoradas pelo poder central e, na maioria dos casos, com pouco apoio do poder municipal. A vertente de lazer sobrepunha-se à da leitura e os seus fundos bibliográficos são, na maioria dos casos, pouco significativos, havendo, contudo algumas exceções de que destacamos aqui A Voz do Operário, uma sociedade que é paradigmática da longevidade das instituições, dado ter sido herdeira do Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas (1870) que já carregava ligações a uma *bibliotheca artística* e a um gabinete de leitura.

Se o universo que escolhemos tratar, o das bibliotecas populares oficiais, é disperso, multifacetado, o dessas outras, de carácter particular e associativo é um mundo de iniciativas tão diversificadas que a promoção da leitura dilui-se em tão rica atividade cultural. Por outro lado, do estudo que fizemos em busca de pistas e ligações para o esboço de geografia que cuidámos delinear, ficou-nos a perceção de como a dimensão política tem deixado as suas marcas na história de algumas instituições, a ponto de se afigurar mais relevante distinguir as motivações ideológicas e políticas do que o resultado das realizações¹¹.

Na linha cronológica que acompanha a criação destes institutos de leitura, encontram-se marcos representativos da comemoração de heróis nacionais, figuras emblemáticas da cultura e da história de Portugal: Luís de Camões (1880) e o Marquês de Pombal (1882), cujos centenários foram assinalados com a inauguração de bibliotecas populares, municipais, públicas, num claro sinal da associação entre Fé e Razão, que caracterizou a ideologia liberal e o pensamento positivista do final de oitocentos.

¹¹ É o caso, por exemplo, do trabalho sobre as bibliotecas populares da Figueira da Foz, onde a autora releva particularmente a importância dos ideais republicanos e da maçonaria para as iniciativas no âmbito da instrução popular. Cf. Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: As Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)* [em linha]. Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. [Acedido em 20/7/2016]. Disponível em < <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4833> > .

Evidencia-se também a relação íntima entre a obra de instrução popular e os ideais republicanos, muito embora algumas iniciativas sejam anteriores ao aparecimento do Partido Republicano e até mesmo do Partido Socialista, surgidos ambos na década de 1870. Quanto a esta colagem fácil, ousamos contrapor a ideia de uma modernidade liberal, em sintonia com o sentido da evolução histórica, de que o republicanismo, assim como o socialismo, foram manifestações políticas importantes, não somente pelo que significaram enquanto motores da mudança política mas também pela articulação com o domínio social.

Identificado o objeto de estudo e algumas sinapses que informam a construção da problemática da tese, importa clarificar as questões que despoletaram o processo de investigação e conduziram à formulação das hipóteses, assumidas como guiões do trabalho em curso.

O que distingue as bibliotecas populares de outros institutos de leitura pública? Ao procurarmos resposta para esta questão essencial deparou-se-nos outra interrogação cujo sentido importa descortinar, o da correspondência entre discursos e práticas que configuram a identidade destes institutos de leitura. Nesta senda de aprofundamento do conhecimento do objeto de estudo através do confronto entre representações e práticas, emerge uma terceira questão igualmente importante: lograram as bibliotecas populares cumprir a missão que lhes foi acometida?

O entendimento que se assume do conceito de missão¹², ancora-se no conjunto de objetivos e finalidades enunciados nos diplomas legais que conceberam as bibliotecas populares, em particular os decretos de 1870 e 1911. O horizonte de expectativa delineado por estes discursos era vasto e ambicioso, abarcando diferentes domínios de ação, para além da educação e cultura que lhe são imanentes.

Pese embora as diferenças existentes entre os diplomas atrás mencionados, produzidos em contextos políticos e ideológicos distintos, ambos remetem para uma missão social e política das bibliotecas populares que deveriam ser instrumentos de moralização e com uma ação disciplinadora junto das classes trabalhadoras.

O projeto de D. António da Costa, alicerçado na ideia de criar “bibliothecas para todos e para cada um”¹³, deu lugar, na Primeira República, a uma conceção de biblioteca

¹² O Manifesto da UNESCO, preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela UNESCO em Novembro de 1994, refere-se a “missões”, no plural, mais concretamente, “missões-chave”, que identificamos como as finalidades.

¹³ Cf. “Relatório” que antecede o Decreto de 2 de Agosto de 1870.

com um “tríplice fim: ensinar, informar, distrahir”, especialmente preocupada com a “vulgarização, expansão e propaganda do livro”¹⁴.

A abrangência da missão encerra o fascínio e os limites do sucesso deste(s) projeto(s) que só podem ser apreendidos e compreendidos através do estudo empírico mais detalhado e recorrendo, na medida do possível, à comparação de práticas de bibliotecas com natureza diferente.

O questionamento inicial, alimentado pela curiosidade, motor da investigação, convidou à exploração de trabalhos académicos e outros textos sobre bibliotecas populares e com incidência em assuntos do seu campo lexical, com destaque para as obras sobre a leitura. De notar que os trabalhos já publicados sobre o tema que nos ocupa centram-se sobretudo na questão da leitura pública. As bibliotecas populares são um tema adicional, considerado a par do tratamento de outras bibliotecas com um papel igualmente relevante na promoção da leitura para todas as camadas sociais.

Encetado o processo de investigação, foram-se abrindo, progressivamente, abordagens distintas e gizaram-se dimensões que não tinham sido consideradas, obrigando ao recentramento sistemático, a par do diálogo permanente e continuado entre os autores visitados e a temática central da tese. Outrossim, considerámos pertinente restringir o estudo a algumas bibliotecas populares oficiais, deixando de fora as que foram criadas pelas associações e outras entidades particulares, à exceção de um ou outro caso usado como modelo de comparação (A Voz do Operário, O Jardim do Povo), no intuito de aprofundar as hipóteses formuladas, que informam sobre a complexidade da problemática.

A insistência neste modelo dualista e segregador de biblioteca poderá explicar-se pela vontade de (in)formar culturalmente as camadas populacionais de alfabetização mais recente, condicionando/disciplinando o acesso à leitura e ao conhecimento. Esta ideia traduziu-se numa instrumentalização política destes equipamentos, patente nos discursos produzidos, a principiar na legislação.

A designação de populares, aplicada às bibliotecas em estudo, ter-se-á naturalizado mais pela força do discurso fundador do que pela natureza específica dos acervos ou pela origem social dos seus utilizadores/leitores.

As duas hipóteses formuladas norteiam a investigação mas o campo de ação é determinado pelas características do arquivo constituído e decorrente análise empírica que impendem na maior ou menor valorização das dimensões associadas aos conceitos

¹⁴ Cf. Introdução ao Decreto-Lei de 18 de Março de 1911 e art. 9º sobre as “Bibliotecas Populares”.

nucleares e de algumas questões que integram a problemática. Neste campo situa-se a referência a uma persistente ignorância do povo português no século XIX, que se afigurava muito difícil de combater devido à resistência dos grupos sociais visados e à reduzida valorização pelas classes médias. Esta atitude entrava em contradição com a retórica da alfabetização que ganhou terreno no final de oitocentos.

Definiram-se as fases do trabalho de “reconstrução” da narrativa histórica de acordo com uma ordem que declinou a rigidez para assegurar a abrangência e a interpretação, na linha do conceito de “operação historiográfica” a que se refere Michel de Certeau¹⁵ e, na sua esteira, Paul Ricoeur, considerando a existência de momentos metodológicos diferenciados mas imbricados uns nos outros, não sequenciais: a fase documental, a da constituição dos arquivos, a fase explicativa/compreensiva, correspondente à colocação de questões e à organização das respetivas respostas e a “fase representativa”, quando acontece a escrita da narrativa.¹⁶

O conhecimento da especificidade das bibliotecas populares, que elegemos como objetivo primordial do trabalho, pressupõe uma análise e comparação de dados que abarquem o maior período de tempo possível, tendo em conta o arco cronológico que medeia entre as datas de 1870 e 1930.

A reconstituição das práticas de leitura nesses institutos é tanto mais difícil quanto se sabe que a estatística oficial não deu visibilidade a estas bibliotecas. Algumas tiveram existência efémera, limitando-se, em muitos casos, pouco além do período da sua criação, nas décadas de 1870 e 1880. Denota-se igualmente um assinalável desfasamento entre os discursos do desejável e do possível e entre estes e a realização das práticas.

Os pedidos de livros por parte dos responsáveis pelas bibliotecas populares ou as listagens com a indicação dos títulos remetidos para as bibliotecas, nem sempre coincidentes, informam-nos sobre a natureza dos acervos bibliográficos, a sua proveniência e outros aspetos que ajudam a compor um quadro de pincelada solta, espessura e tons muito variados. Para esta composição de contornos mal definidos, bem ao gosto impressionista do último quartel do século XIX, contribuem todas as informações esparsas sobre a leitura nas bibliotecas, não somente populares mas também públicas, incluindo a Biblioteca Nacional, uma vez que sustentamos o interesse na comparação entre institutos de natureza diferente para salientar as especificidades das bibliotecas populares.

¹⁵ Michel de Certeau – *L'écriture de l'Histoire*, 1975, pp. 77-142.

¹⁶ Paul Ricoeur - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000, pp. 169 -170.

Estatutos, atas e regulamentos contemplam alguma informação sobre o funcionamento instituído e as condições inerentes ao não cumprimento das estipulações dos diplomas – um esboço de horizonte expectável para as práticas de leitura nas bibliotecas populares.

Os livros de registo, de empréstimos e de visitantes, traduzem o movimento das bibliotecas, espelham as condições de registo escrito das práticas, com o cuidado e contenção próprios da atividade profissional, sem lugar a muitos riscos ou emendas, nem anotações com informações suplementares que nos esclareçam sobre as vivências nesses espaços de leitura.

No campo dos documentos oficiais destacam-se relatórios, habitualmente acompanhados de mapas estatísticos, que os responsáveis pelas bibliotecas tinham que apresentar regularmente ao governo dando conta do funcionamento desses institutos¹⁷. Entre elogios e críticas vislumbram-se universos com alguma complexidade pela trama de relações político-sociais que condicionava o acesso às leituras.

Gostaríamos de poder contar com mais imagens mas são muito escassos os testemunhos iconográficos da prática de leitura em bibliotecas populares ou mesmo noutras bibliotecas contemporâneas, o que reflete a importância social que lhes era atribuída comparativamente a outras atividades culturais e recreativas que enchem as capas das revistas e são noticiadas nas primeiras páginas dos jornais.

A tarefa árdua e complexa de criação do arquivo que sustentou a construção do *corpus* documental prolongou-se demasiado no tempo, pela dificuldade em localizar tantos e tão dispersos documentos. Para o efeito, foi fundamental a reconstituição do enquadramento administrativo que abrigou as bibliotecas populares durante o período de 1870 a 1930. O roteiro das pesquisas realizadas iniciou-se no Ministério do Reino, onde se encontram os documentos relacionados com a educação e a cultura, pois só com D. António da Costa surgiu o Ministério da Instrução Pública e, ainda assim, com adaptações de nomenclatura e ajustes no funcionamento até ao período da I República.

A tutela das bibliotecas populares esteve a cargo da Direcção-Geral da Instrução Pública, primeiro, e depois da Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e

¹⁷ Em cumprimento do art. 15º do Regulamento das Bibliotecas Populares conforme refere o presidente da Câmara Municipal de Estremoz, em 1887. Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3694, nº 182. Não obstante, a lei de 24 de Janeiro de 1883 (art. 6º) obrigava a uma informação estatística trimestral do funcionamento noturno das bibliotecas na dependência do estado ou dos municípios.

Especial, integrada no Ministério do Reino (finais do século XIX até 1910) e que se manteve depois da criação do Ministério do Interior (1910-1913).

Outra instituição de grande relevância para este estudo foi a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, criada em 1887 com a designação de Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, para dar resposta às exigências da lei de 2 outubro de 1862, relacionadas com a salvaguarda do património documental. Este organismo coordenador das bibliotecas e arquivos ressentiu-se também da maior ou menor centralização das políticas assumidas pelos sucessivos governos, desde o período final da monarquia até ao início do Estado Novo.

A geografia das bibliotecas populares que se esboça no sexto capítulo só foi possível com recurso a uma série de contactos empreendidos com as bibliotecas municipais em funcionamento, no sentido de obter informações sobre a existência das suas antecessoras populares e localizar possíveis acervos ou outro tipo de documentação com interesse para a reconstituição de cada um dos lugares. O resultado desses contactos ficou registado num quadro criado para o efeito, uma espécie de memo que nos guiou ao longo da investigação (vid. Anexo I).

Condicionalismos de várias ordens impuseram alguma restrição ao propósito inicial de localizar todas as bibliotecas populares criadas na fase inicial – décadas de 1870 a 1890 -, até porque fomos compreendendo que, não se registando uma diferença assinalável na composição dos seus acervos, e sendo muito difícil encontrar os livros de registo dos utilizadores dessas bibliotecas, aliado ao facto de termos identificado bibliotecas municipais contemporâneas com uma utilização similar (Elvas e Santarém, entre outras), tornava-se mais profícuo analisar de forma comparativa os dados recolhidos do que repetir contactos infrutíferos.

Tornou-se inevitável o recurso ao tratamento estatístico com elaboração de quadros, tabelas e gráficos facilitadores da leitura diacrónica e sincrónica da informação quantificada sobre várias bibliotecas, extraída de fontes muito díspares e com alguns hiatos de difícil explicação, dada a inexistência de documentação oficial, falha que a imprensa local e nacional não consegue colmatar. Por outro lado, dada a extensão do arco temporal abrangido pelo trabalho, tivemos de circunscrever a pesquisa documental feita em alguns periódicos a segmentos de tempo centrados em datas significativas, apesar de termos percorrido integralmente outros, com vista a identificar imagens ou informação mais específica.

O conjunto de bibliotecas em foco parece-nos representativo da realidade conhecida para o último terço do século XIX e depois para o período da Primeira República, em que se dá particular atenção ao estudo da Biblioteca Popular de Lisboa (BPL) e das Bibliotecas Móveis (BM). A localização do arquivo da BPL foi um passo importante mas requereu um conjunto de diligências de que se dá conta na abertura do subcapítulo sobre esta matéria.

Outrossim, no decurso do trabalho empírico, fomos percebendo o interesse de confrontar a escassa informação estatística obtida para as bibliotecas populares com outros dados relativos às bibliotecas públicas contemporâneas, na tentativa de compreender melhor a especificidade do nosso objeto de estudo, num universo relativamente limitado, como era o da leitura pública em Portugal, no final de oitocentos.

A metodologia adotada pressupõe que a operação de análise e tratamento dos dados empíricos seja acompanhada pelo recurso sistemático aos autores da área da história e da sociologia que trabalharam alguns conceitos que se assumem como chaves interpretativas da realidade. O que se pretende, em suma, é “fazer falar as fontes” a partir de uma teoria criando a história possível.¹⁸

2. Enquadramento teórico

Situado no domínio da nova história cultural em cruzamento com a história social e a história da educação (perspetiva multidimensional), o trabalho que se apresenta, pelas questões colocadas, pelos eixos de investigação aprofundados e pela metodologia utilizada traduz-se num olhar multifocal sobre o objeto de estudo, convocando conceitos e autores que se afiguram incontornáveis, apesar de o enfoque privilegiado pela problemática esboçada remeter sobretudo para as abordagens de Roger Chartier e Michel de Certeau.

À representação dicotómica da cultura, uma marca do Portugal oitocentista, respondem os estudos de R. Chartier e M. de Certeau, entre outros, com a emergência real de práticas que evidenciam uma pluralidade e circularidade de leituras.

Todos os materiais portadores das práticas e dos pensamentos da maioria são sempre mistos, combinando formas e motivos, invenção e tradições, cultura letrada e base folclórica. Por fim, a oposição macroscópica entre popular e letrado perdeu a sua pertinência.¹⁹

¹⁸ Cf. Reinhart Koselleck – *Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*, 1990, p. 185.

¹⁹ Roger Chartier – *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 1988, p. 134.

É no campo das apropriações que se inscrevem as singularidades que distinguem os leitores, populares ou eruditos, possidentes ou trabalhadores. Paul Ricoeur analisa e (re)define o conceito de apropriação no contexto da relação texto – leitura : “Apropriar-se é fazer «seu» o que é «alheio».” Um processo que constitui a “oportunidade de múltiplas leituras” e conseqüentes interpretações - a “omnitemporalidade da significação é o que a abre a leitores incógnitos. ”²⁰

De facto, um livro dirige-se apenas a uma parte do público e alcança os seus leitores apropriados através de meios que em si mesmos estão submetidos a leis sociais de exclusão e admissão. ²¹

Nesta constelação de autores que se complementam nas abordagens teóricas e nas aproximações que fazem à realidade prática do mundo da leitura e dos leitores, é a sistematização levada a cabo por Roger Chartier que nos guia na definição de sentidos para compreender a articulação entre representações e práticas – os conceitos que enquadram a temática estudada.

As representações, possuidoras de uma energia própria, são a essência do trabalho historiográfico, constituídas a partir de sinais, vestígios, que permitem decifrar a realidade por mais opaca que se mostre, segundo o “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg,²² e remetendo para a objetivação das práticas.

Michel Foucault seduziu com a sua problematização do “primado da representação”²³ num quadro de “coexistência do homem e das coisas”, revelador da sua “finitude radical”. Apesar de serem estimulantes estas análises filosóficas do autor, permitindo iluminar perspectivas já esboçadas, é na abordagem da ordem social que o olhar de Foucault melhor contribui para a compreensão das hipóteses apresentadas, através dos seus conceitos de “disciplina” e “poder disciplinar”²⁴. As bibliotecas populares afiguram-se, à semelhança de outras e dos arquivos, como dispositivos da ordem imposta, “uma ordem que é do mesmo tipo que a que se estabeleceu entre os vivos”²⁵, afirma o autor referindo-se ao sistema racional de classificação e hierarquização gerador de mecanismos de controlo.

²⁰ Paul Ricoeur – *Teoria da Interpretação*, 2009, p. 130

²¹ idem, p. 49.

²² Carlo Ginzburg - *Mitos, emblemas sinais*, 1989, p. 177.

²³ Michel Foucault – *As Palavras e as Coisas*, 1998, p. 399.

²⁴ O autor afirma que esta forma de poder “... em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior «adestrar» ... para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.” Cf. Michel Foucault – *Vigiar e Punir*, p. 153.

²⁵ Michel Foucault – *As Palavras e as Coisas*, 1998, p.181.

No domínio das práticas de leitura, são várias as questões que se colocam mas a que nos ocupa neste estudo diz respeito à oposição entre uma concepção dicotômica, erudito / popular e a ideia defendida por Chartier de que “são as circulações fluidas, as práticas partilhadas que atravessam os horizontes sociais.”²⁶.

Na mesma linha de raciocínio, enquadra-se o trabalho desenvolvido por Michel de Certeau acerca da relação entre a ideia dominante de cultura singular e o conceito que o autor defende de pluralidade cultural e de criação prolífica e disseminada. Esta oposição remete para a questão central nesta tese de imposição de uma cultura letrada, por via da generalização da leitura a todas as camadas da população, num processo de aculturação progressiva e com recurso a uma grande diversidade de meios e instrumentos, onde cabe o aprofundamento de lógicas dicotômicas e segregadoras, que separam a criação/autoria da divulgação/consumo, a escrita da leitura, o erudito do popular.

La culture au singulier impose toujours la loi d'un pouvoir. L'expansion d'une force qui unifie en colonisant, et qui denie à la fois sa limite et les autres, doit s'opposer une résistance. (...) la culture au pluriel appelle sans cesse un combat.²⁷

A contribuição de M. de Certeau para a análise e debate sobre o conceito de popular, no âmbito da história cultural e social foi extremamente relevante, como se deixa perceber no segundo capítulo deste trabalho. Do confronto que o opôs a outro historiador, Robert Mandrou, destaca-se a determinação em encontrar um lugar, dentro da história social, para a cultura popular, o que acontece, na opinião de M. de Certeau, no âmbito de uma “geografia do esquecimento”. O autor considera que os espaços de silenciamento são uma espécie de negativo das problemáticas plasmadas “preto no branco” nos livros eruditos.²⁸

A questão da memória / esquecimento, é um tema que atravessa a narrativa que se apresenta, informando a sua estrutura interna e convocando estudos e autores específicos como Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, entre outros que são citados em diferentes momentos deste texto.

Se pensarmos em concreto no nosso objeto de estudo, as bibliotecas populares, a passagem do tempo histórico dispersou os seus vestígios de tal forma que quase se esvaneceu o registo de existência autónoma. A recuperação prende-se ao significado do

²⁶ Roger Chartier – *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 1888, p. 134.

²⁷ Michel de Certeau – *La culture au pluriel*, 1993, p. 213.

²⁸ Michel de Certeau – *La culture au pluriel*, 1993, p. 63.

seu conteúdo mas com o intuito de resgatar ao esquecimento alguns testemunhos/memórias, uma espécie de lugares de memória que interessa explicar, contextualizando, promovendo uma relação dinâmica entre memória²⁹ e história que constitui o garante da emergência de uma identidade. Esta é também uma manifestação do “esquecimento passivo”³⁰ resultante da ausência dos próprios atores sociais na produção dos registos que engrossam os arquivos da história que nos ocupa. Trata-se de um território muito vasto e complexo, onde se articulam diversos mecanismos e diferentes escalas com recurso à crítica histórica que faculta à memória o sentido de justiça.

Considerando que o rasto da existência das bibliotecas populares, as marcas da sua identidade, se esvaneceram no período entre séculos, com a progressiva e impercetível integração nas bibliotecas municipais³¹, pode encontrar-se explicação para essa eliminação nas palavras de Maurice Halbwachs quando afirma que “... a sociedade é obrigada a ligar-se a novos valores, isto é, a confiar noutras tradições que estão mais de acordo com as suas necessidades e tendências atuais”³². Na implacável luta entre tradição e modernidade, os maiores beliscões foram recebidos pelos “lugares” onde não se desenvolveu uma memória social/coletiva facilitada pela realização e rituais comemorativos que mantêm “recordadas” as instituições, como sucede com algumas das bibliotecas estudadas.

O conceito de práticas é tomado na sua dimensão antropológica, enquanto sistema de valores marcado por uma tradição, atualizada nos comportamentos do dia-a-dia e também a descrição estatística desses comportamentos.³³

De entre as práticas que o estudo das bibliotecas populares nos sugere impõem-se as da leitura e todas as questões por ela suscitadas, sendo muitas impossíveis de descrever

²⁹ Relativamente ao conceito de memória, amplamente estudado por autores de diferentes áreas científicas, interessa reter a abordagem feita por Maurice Halbwachs, retomada na obra de Paul Ricoeur, onde se interseccionam os planos individual e coletivo, mudando consoante as relações que se estabelecem com os lugares. O autor distingue de “memória histórica” (uma expressão que lhe parece ter pouco sentido) dada a sua continuidade e o seu caráter restrito a um só grupo, ao contrário da história, periodizada, comparada a um “oceano”, onde “afluem todas as histórias parciais”, na opinião do autor. In, *La mémoire collective*, 1977, pp. 131-132.

³⁰ Paul Ricoeur - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, 2000, p. 580.

³¹ O caso mais flagrante desta voragem exercida por imperativos administrativos e políticos foi a Biblioteca Popular de Lisboa (BPL) uma instituição que atingiu grandes dimensões, completamente distintas de qualquer outra biblioteca popular, assumindo um papel de grande relevo no cenário cultural da capital, até receber ordem de desaparecimento, por desadequação ao modelo de leitura pública vigente, há pouco mais de uma década.

³² Maurice Halbwachs - *Les cadres sociaux de la mémoire* (Paris, 1925), p. 392, cit. por Paul Connerton - *Como as sociedades Recordam*, 1993, p. 46.

³³ Mayol, Pierre, in Michel de Certeau, et.al. *L'invention du quotidien II Habiter, cuisiner*, 2003, p. 18.

estatisticamente. A leitura é, na opinião de vários autores de áreas científicas distintas, uma das práticas culturais mais ricas de conteúdo e significado.³⁴

Importa sobretudo compreender a relação entre as bibliotecas populares e o desenvolvimento das práticas de leitura, revelando as condições em que se instituiu essa ligação e como se manifestou nos atores envolvidos o *habitus* inerente a essa prática social. Introduzido por Norbert Elias, este conceito foi depois retomado por Pierre Bourdieu, que desenvolveu também outros conceitos centrais no estudo de temas da história sociocultural e estruturantes para o nosso trabalho.

Para o conhecimento e compreensão das representações e práticas das bibliotecas populares, interessa uma definição de campo cultural que se assume também como um campo de forças, repositório de capital simbólico em confronto num dado território social, sob a forma de lutas de representações (poder) que fomos identificando em diferentes situações, referidas e comentadas na escrita da tese. Não obstante a natureza essencial do poder simbólico ser cultural, situando-se do lado da criação, reveladora de diferentes experiências do mundo natural e social, é no campo político que se manifestam as mais importantes lutas em torno do conceito de povo e popular.³⁵

O enunciado do título da tese é, de certa forma, uma redundância da definição de história que abarca o estudo das práticas (realidades do passado) e constitui-se através dos discursos (representações) - uma certa forma de inteligibilidade, segundo Michel de Certeau,³⁶ que pressupõe uma dialética entre presença e ausência ou uma espécie de “re descrição metafórica do passado pela história”³⁷.

A aspiração de universalidade assumida pelas representações do mundo social é condicionada pelos interesses do grupo que as fabrica e os discursos que se apresentam não são de forma alguma neutros, gerando-se uma conflitualidade de representações de diferentes grupos sociais.³⁸

A questão do acesso à cultura letrada por parte das camadas sociais inferiores, prende-se à divulgação / vulgarização cultural que se impunha para a construção de uma sociedade democrática, com uma ampla participação política dos cidadãos. Todavia, essa operação oferecia alguns riscos de degradação do produto cultural que os intelectuais portugueses oitocentistas pareciam rezear ou seja, não era de aceitação pacífica a

³⁴ Cf. Roger Chartier – « La lecture : une pratique culturelle » in *Pratiques de la lecture*, 1993, p. 267.

³⁵ Pierre Bourdieu – *Choses dites*, 1987, p. 174 e p. 180.

³⁶ Michel de Certeau – *La culture au pluriel*, 1993, p. 38.

³⁷ Paul Ricoeur, - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, p. 2000, 366.

³⁸ Roger Chartier - *A História Cultural Entre Práticas e Representações*, 1988, p. 17.

transformação / adaptação dos conteúdos da cultura letrada, no sentido de os tornar acessíveis a públicos mais alargados.³⁹

A proximidade entre os conceitos de divulgação e vulgarização subentende uma relação íntima com as camadas sociais desfavorecidas, consubstanciada na definição do conceito de vulgarização que comporta também um juízo de valor: “reduzir ao estado de plebeu, do homem vulgar”, uma operação que é unilateral e sempre do topo para a base ou seja, do erudito para o popular⁴⁰.

Ainda neste âmbito, é de realçar a distinção estabelecida por Sérgio Campos Matos entre os conceitos de “divulgação didáctica” e “divulgação popular”, definida esta última como um conjunto de obras e textos intencionalmente destinados às classes populares e adaptados aos seus horizontes de expectativa.”⁴¹. No último capítulo da tese procuramos analisar de que forma as bibliotecas populares se constituíram como espaços privilegiados de “divulgação popular”, no sentido atribuído a este conceito.

Não obstante tratar-se de um ângulo distinto daquele em que se situa este trabalho, importa lembrar que o olhar fixado do lado da produção cultural implica uma reflexão sobre a hierarquização decorrente da conceção dicotómica que informou a organização das sociedades europeias no século XIX, consubstanciada na total separação entre criador/autor e consumidor/leitor, sem considerar o papel/lugar de outros atores sociais, que funcionam como uma espécie de mediadores, facilitadores da divulgação cultural e cujo papel se torna tanto mais importante quanto maior é o número de pessoas que acede á cultura letrada. Nesta categoria destacam-se os editores, os bibliotecários, os professores, um conjunto de intelectuais que se afirmam como autênticos *passseurs* de bens culturais, contribuindo para a sua rotinização muito mais do que os autores⁴².

³⁹ Sérgio Campos Matos - *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, 1998, p. 4.

⁴⁰ Idem, p. 10. Não obstante as conexões estabelecidas, importa ter presente a diferente origem etimológica (latim) dos termos vulgarizar e popularizar: o primeiro deriva de *vulgus* que tem um sentido depreciativo, enquanto o segundo resultou de *populus*, que aponta para cidadão.

⁴¹ Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, 1998, p. 19.

⁴² Cf. Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen – Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*, 2016, pp. 7–35.

3. Roteiro

O texto da tese está estruturado em nove capítulos, incluindo a **introdução** e as **considerações finais**, sem ter em conta as fontes (manuscritas e impressas) e bibliografia (obras de referência e estudos) nem os anexos, constituídos maioritariamente por tabelas e quadros elaborados para o tratamento preliminar dos dados recolhidos e também algumas imagens e excertos de documentos – retalhos de um eventual dossier genético da tese.

Optámos por apresentar o **estado da arte** como um capítulo autónomo não somente pela sua extensão, que tornaria a introdução desmedida por comparação a outros capítulos, mas também porque inclui referências a autores e trabalhos inéditos ou de publicação circunscrita que podem interessar a pesquisas futuras, justificando-se por isso um maior destaque. Esta etapa, uma das primeiras a ser ultrapassada com um conjunto de leituras exploratórias decisivas para a construção da problemática, continuou a ser incrementada pelo acesso à publicação, em suporte papel e digital, de alguns trabalhos com particular relevância para o tema.

No segundo capítulo, **contextualização histórica: factos e conceitos**, procuramos enquadrar o tema no contexto mais geral da época, recorrendo a autores coevos que descreveram com algum detalhe a situação das bibliotecas populares na segunda metade do século XIX, o período da sua formação, a nível internacional (Europa e EUA) e em Portugal, estabelecendo as comparações possíveis e que nos pareceram mais pertinentes. Ressalta deste capítulo o registo de algumas informações, referências legislativas e outras que são depois esmiuçadas nos capítulos seguintes.

Apresentam-se também conceitos estruturantes, com uma dimensão histórica significativa, que constituem matéria essencial para a tecedura do trabalho: biblioteca popular, biblioteca pública e biblioteca municipal – aspetos comuns e elementos diferenciadores no período em análise (1870 – 1930). Outrossim, escarpelizamos o conceito de “popular”, tomado ao domínio cultural, na tentativa de iluminar o sentido do questionamento que preside à problemática definida para o trabalho.

A entrada no âmbito da tese é assinalada com um capítulo focado na figura de **D. António da Costa, paladino da instrução popular**, onde procuramos destacar aspetos significativos do percurso pessoal e profissional daquele que foi o responsável pela criação das bibliotecas populares em Portugal, a partir de alguns documentos originais que, esperamos, possam contribuir para lançar um olhar diferente sobre essa figura essencial para o conhecimento do tema.

Seguindo o curso enunciado no título da tese, o estudo sobre as bibliotecas populares que se oferece à leitura comporta duas dimensões distintas, representações e práticas, sendo que a primeira constitui a matéria do capítulo quatro, designado por **construção da ideia de biblioteca popular: discursos e representações**. O caminho empreendido inicia-se com a legislação fundadora das bibliotecas populares (2 de agosto de 1870), percorrendo todos os diplomas legais correlacionados, até ao decreto de 1931, além de outros documentos de natureza científica ou literária, onde procuramos identificar, nos discursos e também em imagens, signos que conferem um sentido particular a essas representações, confrontadas, depois, com as práticas, num outro capítulo da tese.

Entremeando estes dois campos, representações e práticas, situa-se o capítulo cinco, **a geografia das bibliotecas populares**, o mapeamento possível, tendo em conta as fontes acessíveis. O “horizonte de expectativa” que impulsionou o arranque da investigação foi atalhado por diversos condicionalismos que marcaram ritmos e definiram os limites, configurando-se num “espaço de experiência” ajustado ao material empírico que conseguimos reunir e analisar, dentro do período de tempo disponível.⁴³ De realçar a localização e tratamento da informação relacionada com a Biblioteca Popular de Lisboa (BPL) e as Bibliotecas Móveis (BM) que integrámos neste capítulo e no seguinte. O volume e a relevância dos dados reunidos justificam a separação das demais bibliotecas populares, criando-se um ponto específico para esta instituição dentro do capítulo da “geografia”.

O capítulo seguinte, **práticas de leitura nas bibliotecas populares**, é central na construção da tese. Aqui se encontra reunido quase todo o material empírico que recolhemos em fontes, manuscritas e impressas, primárias e já apresentadas noutras obras, numa tentativa de ampliar ao máximo o caudal informativo e tornar mais abrangente e significativa a estatística elaborada, dada a inexistência de séries que cubram todo o período de tempo e também devido à natureza fragmentária da documentação compulsada.

Pretende-se mostrar como e em que condições se operou o encontro entre textos e leitores nas bibliotecas populares portuguesas. Na abertura deste percurso apresenta-se uma análise do conceito de leitura pública, convocando para o efeito discursos e opiniões de autores coevos. É dada uma atenção particular aos aspetos do funcionamento das

⁴³ Os conceitos de “horizonte de expectativa” e “espaço de experiência” foram tomados de Reinhart Koselleck. É na análise macro da evolução social e política dos dois últimos séculos que o autor inscreve as categorias meta-históricas acima mencionadas, associando-as à noção de progresso e à decorrente aceleração do tempo histórico. Cf. R. Koselleck – *Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*. 1990, pp. 310-323.

bibliotecas mais suscetíveis de lhes conferir um carácter específico, a saber: os horários e a leitura domiciliária.

Uma questão amplamente debatida foi o horário noturno das bibliotecas, em particular das bibliotecas populares, uma vez que não bastou ter sido promulgada legislação nesse sentido (Lei - 18 de Janeiro 1883) para que se generalizasse a sua aplicação. O caso mais flagrante é o da Biblioteca Popular de Lisboa que, apenas em 1931, viu a consagração do horário noturno solicitado desde a sua criação (1918).

O empréstimo domiciliário, um indicador da popularização da leitura, era assegurado pela maioria das bibliotecas populares mas também se registaram objeções à sua prática, alegando o uso indevido do livro. Estas resistências à vulgarização da leitura não são totalmente estranhas mesmo na época atual.

Parente pobre da grande família das bibliotecas, as populares padeciam dos mesmos males que afetavam as bibliotecas eruditas e, entre eles, sobressaía a questão do catálogo ou, mais precisamente, da sua inexistência, nos moldes definidos pela biblioteconomia, uma área em desenvolvimento, no início do século XX.

Ultrapassados os aspetos de natureza formal, mergulhamos no universo dos leitores e leituras das bibliotecas populares. Entre listagens, catálogos e outros suportes de informação, procuramos classificar acervos e questionar a utilização das coleções, munidas de um escopo primordial: evidenciar nas práticas de leitura traços da especificidade das bibliotecas populares e identificar elementos de continuidade e de mudança durante o período analisado (1870 – 1930).

Para maior comodidade de análise dos dados, separámos as bibliotecas populares criadas até 1910 das que surgiram depois dessa data, sem qualquer pretensão de apresentar um levantamento exaustivo da multiplicidade de iniciativas tomadas pelos governos da I República ou mesmo no que se refere ao período anterior.

A natureza do estudo que se apresenta foi determinada pelo material empírico disponível: estatística oficial para umas bibliotecas em determinados anos; catálogos de obras ou inventários para outras bibliotecas, em datas diferentes (ou coincidentes); requisições, locais ou domiciliárias, feitas pelos leitores de algumas bibliotecas dentro do universo estudado.

A fechar o capítulo ensaiou-se uma caracterização do leitor – tipo, um exercício curioso, apesar de pouco profícuo, que é retomado no capítulo seguinte, quando tentamos estabelecer um perfil do leitor dos autores portugueses mais requisitados nas bibliotecas populares.

O último capítulo, **a leitura popular nas bibliotecas**, centra-se no encontro do livro popular com as bibliotecas homónimas. Através de uma análise mais minuciosa dos catálogos e sobretudo das requisições feitas pelos leitores, almeja-se conseguir avaliar a representatividade deste tipo de livro nas bibliotecas populares e saber em que medida elas constituíram espaços privilegiados para a divulgação das leituras populares. O cruzamento desta informação com o que se pode ler no capítulo quatro, atinente às representações, compõe e clarifica o essencial da ideia que se pretende obter.

Outrossim, importa conhecer o lugar ocupado pelas coleções, que teriam como principais destinatários os elementos das camadas populares, se atendermos não somente aos títulos mas também ao seu conteúdo. Entre as mais conhecidas destaca-se a coleção *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, dirigida por David Corazzi, que é mencionada em algumas bibliotecas populares.

Quais os autores preferidos e que livros se tornaram mais populares no período abrangido pelo estudo? Os exemplos estrangeiros, nomeadamente franceses, são trazidos à colação, sempre que se afigura oportuno para esclarecer ou sublinhar o sentido do que se apresenta.

Há ainda a imprensa. Meio de comunicação de massas por excelência, o jornal devia chegar à generalidade da população ledora ou apenas ouvinte. Do lado da produção, o sentido de popularização do jornal está patente na relevância e regularidade de algumas colunas para atrair e fidelizar leitores, em particular o folhetim, um género literário amplamente divulgado, que incluía os romances propriamente ditos mas também outros textos: crónicas (sociais, políticas, literárias) e até notícias ou relatos históricos, sem filiação à literatura.

Em que medida as bibliotecas populares cumpriram o desiderato a que se propunham, de divulgação da leitura, disponibilizando também esses suportes, e como pode a situação ser confirmada?

As questões desenvolvidas em cada um dos capítulos foram suscitando interrogações, comentários e reflexões que permitem uma interligação dos assuntos abordados ao longo do texto mas não dispensam, antes impelem à elaboração das considerações finais que encerram a narrativa da tese.

Capítulo 1

ESTADO DA ARTE

Na introdução do trabalho deixámos expressas as interrogações que estimularam o prosseguimento da investigação numa temática que, não estando completamente estudada, tem vindo a atrair a atenção de investigadores e curiosos de áreas distintas, no campo das ciências sociais e humanas mas também da literatura. É sobre as suas produções que intentaremos dar conhecimento, salientando os aspetos que de alguma forma influenciaram a escrita deste texto, quer pelos caminhos já percorridos, quer pelas pistas lançadas ou voluntariamente ignoradas para seguir noutros sentidos. Trata-se de obras que versam o tema das bibliotecas populares, fazendo-o sobretudo através do tratamento de questões que lhes estão associadas, em particular a temática da leitura.

Diversamente, a nossa questão de partida centra-se no estudo das bibliotecas populares oficiais, o seu mapeamento e o rastreio de elementos diferenciadores, passíveis de esclarecer o sentido do conceito dicotómico que marcou a evolução das bibliotecas durante o espaço temporal que se definiu para o trabalho. Não obstante, a missão atribuída às bibliotecas populares vinculou-as à leitura pública e à educação popular, que se constituíram como dois eixos fundamentais para a definição da problemática que sustenta o desenvolvimento da tese.

Uma primeira abordagem de vários trabalhos que foram publicados nas três últimas décadas deixou-nos a certeza de que, se excetuarmos as monografias localizadas, da autoria de Filomena Bruno sobre Castelo de Vide⁴⁴ e de Filomena Galvão sobre Tomar⁴⁵, em que as bibliotecas populares são o assunto central, aos demais autores interessa sobretudo o conhecimento mais geral das práticas de leitura pública.

Esta revisão da literatura é naturalmente limitada pela abrangência da temática, considerando-se aqui apenas alguns estudos portugueses que pensámos serem essenciais para conceber a estrutura da tese e aos quais retornámos algumas vezes para confrontar

⁴⁴, Filomena Maria de Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*. Lisboa: Colibri; Castelo de Vide: Câmara Municipal, 2011.

⁴⁵ Filomena Maria do Carmo Marques Galvão - *Tomar, as instituições e os agentes de cultura: o papel da imprensa no século XIX e o advento da 1ª biblioteca popular*. Lisboa, 2006 [trabalho de investigação, policopiado, realizado em 2005/2006 no âmbito da cadeira de Administração Pública integrada no mestrado de Ciências Documentais da Universidade Autónoma]. A autora, técnica da Biblioteca Municipal de Tomar, teve a amabilidade de facultar alguma informação ainda não editada.

dados e conclusões com os resultados a que nos foi conduzindo o percurso de investigação encetado.

Neste contexto, o trabalho de José Tengarrinha ⁴⁶ comporta alguns elementos e conclusões interessantes que nos ajudaram a refletir sobre as dimensões do problema da leitura. Centrado numa análise da estatística oficial publicada no *Anuário Estatístico de Portugal*, pontualmente complementada por outras fontes (imprensa), este estudo forneceu-nos pistas e informações de grande utilidade, apesar de apresentar dados que não se referem especificamente às bibliotecas populares pois, do conjunto revelado, apenas as bibliotecas municipais de Lisboa e a de Setúbal podem ser identificadas com as bibliotecas populares.

Pela informação carreada e analisada o autor mostra que, na globalidade, houve um aumento significativo da frequência das bibliotecas e, conseqüentemente, do número de leitores. Assinala uma relação entre os períodos de crise económica e política e o crescimento do interesse pela leitura⁴⁷, acompanhado de um alargamento geográfico (para além da capital) e de uma expansão socioprofissional.

A diversidade de classificações e nomenclaturas utilizadas para as diferentes bibliotecas não inibe José Tengarrinha de escarpelizar as oscilações na evolução dos tipos de leitura: noturna, diurna e domiciliária, apresentando hipóteses explicativas, mesmo quando escasseiam dados e informações. Idêntico procedimento é adotado relativamente à análise das leituras por géneros e por biblioteca. Refira-se, a título de exemplo, a inferência feita a propósito do aumento de leituras de obras da classe da História que o autor agrupa à Geografia, mas não resiste em ponderar: “Provavelmente nesta rubrica estão incluídos os romances, novelas e dramas históricos, de recorte romântico, que tão grande voga tiveram então.”⁴⁸

Face ao decréscimo da leitura domiciliária nas bibliotecas municipais de Lisboa que chegavam a públicos de origens mais humildes, José Tengarrinha aventa a hipótese de se tratar de um bloqueio promovido pelas autoridades para travar uma difusão da leitura, que assim derramada sobre os povos iletrados podia tornar-se um fator de agitação social.

⁴⁶ José Tengarrinha - Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura. In *Estudos de Historia Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.

⁴⁷ Podemos estabelecer algum paralelismo com as considerações de Martine Poulain : « Les bibliothèques n’ont-elles pas la curieuse habitude de connaître des périodes d’intenses développements à chaque fin de siècle, quand les savoirs se font incertains, quand les certitudes vacillent? » , in *Les Bibliothèques du XX Siècle: 1914-1990*. Paris: Promodis Éditions du Cercle de la Librairie, vol.3, 1989, p. 7.

⁴⁸ Cf. José Tengarrinha, op. cit. , p. 235.

Outra reflexão interessante diz respeito à contradição que opõe a associação entre o “impulso para a leitura” e a “abertura a novos valores e preocupações” à concretização em leituras que consolidam “valores tradicionais” nos leitores das camadas inferiores da população, inibidores da produção de uma cultura autónoma, específica destes grupos.

A questão da necessidade/direito de acesso à leitura reveste-se de duplo sentido, no contexto da expansão de uma cultura escrita, veiculada pela escola e que se assume como a cultura oficial, legítima, impondo-se a outras manifestações mais genuínas e próprias dos grupos populares⁴⁹.

O trabalho deste autor desafiou-nos para descortinar o sentido da relação complexa entre o desenvolvimento da instrução popular e as facetas assumidas pela cultura das camadas inferiores da população, tomando as bibliotecas populares como instrumento privilegiado desse ofício. De notar que ao longo do seu texto não há qualquer referência às bibliotecas populares, nem mesmo quando aborda a “movimentada biblioteca municipal” de Setúbal, a partir de elementos fornecidos pelo jornal *O Elmano*. O princípio assumido por José Tengarrinha, erradamente em nossa opinião, é o da equabilidade das bibliotecas elencadas, no seu carácter público. Outrossim, o entusiasmo denotado em relação ao aumento global da leitura nas bibliotecas, quedando-se na sua análise em 1910, parece-nos excessivo, assim como se afigura insuficiente, apesar de interessante, a sua ideia sobre o impacto das crises no movimento de leitores nas bibliotecas.

O interesse pela leitura pública e pela organização das bibliotecas homónimas, ainda na primeira metade do século XIX, orientou a publicação de alguns trabalhos que permitem estabelecer o fio condutor no eixo diacrónico da investigação, lançando interrogações que acompanharam o trabalho empírico de recolha e tratamento de dados sobre as bibliotecas populares, no sentido da reconstituição da sua genealogia e do seu funcionamento no recorte temporal enunciado.

⁴⁹ Cf. Debate entre Roger Chartier e Pierre Bourdieu, in *Pratiques de la lecture*, Paris: Éditions Payot et Rivages, 1993, pp. 276, 279. No contexto de um debate mais alargado sobre o significado e as condições de produção e divulgação da leitura/escrita, enquanto prática cultural, os dois autores, o historiador e o sociólogo, complementam-se nas análises expressas, colocando a tónica em pontos diferentes, de acordo com a linha de orientação das suas investigações. As afirmações incorporadas por José Tengarrinha têm correspondência na opinião de Pierre Bourdieu: “... le système scolaire ... détruit une certaine forme de lecture. Je pense qu’un des effets du contact moyen avec la littérature savante est de détruire l’expérience populaire, pour laisser les gens formidablement demunis, c’est à dire entre deux cultures (...)”, p. 279. Anteriormente, o mesmo autor, com a anuência de R. Chartier, questionara o papel dos intelectuais em relação à criação dessa ideia de “falta de leitura” que é dada como um “direito de leitura” ou mais precisamente “... le droit de lecture, c’est-à-dire le droit de les lire...”, p. 276.

Conhecer a proveniência das obras que integraram os fundos de algumas dessas bibliotecas e os critérios subjacentes à seleção do acervo entregue pelo estado foi a principal razão que nos conduziu à leitura do texto de Paulo Barata ⁵⁰ que se debruça sobre as condições em que foi feita a distribuição das obras pertencentes às livrarias dos extintos conventos, em articulação com a ideia de criar em Portugal uma rede nacional de bibliotecas públicas, filiada no modelo francês, da autoria de José Portelli (1834). As bibliotecas públicas tinham prioridade sobre as privadas na atribuição dos livros e recebiam-nos a título de “depósito”, provisório, e não com plena propriedade. Coube à Biblioteca Nacional de Lisboa a centralização dos “depósitos” dos extintos conventos, à semelhança do que aconteceu em França e na Espanha.

Apesar de defender que as intenções do estado liberal português iam no sentido de assumir uma “política integrada de bibliotecas”, sobretudo depois da criação das bibliotecas populares na década de 1870, o autor não deixa de reconhecer a existência de “atropelos administrativos” envolvendo as relações entre o poder central, distrital e municipal, um “permanente equívoco de competências”, onde as questões financeiras tinham um lugar proeminente, dada a falta de suporte orçamental para a sua implantação.

Parecem-nos demasiado ousadas as inferências de Paulo Barata relacionadas com o aparecimento de um novo paradigma de públicos das bibliotecas, anunciando já o leitor/ utilizador, atual, que se caracteriza por uma função mais ativa, a de produtor de conhecimento. Não obstante as alterações ocorridas na segunda metade do século XIX, a persistência de uma visão dicotómica da utilização das bibliotecas e do acesso aos livros e ao conhecimento contribuiu para o adiamento da consubstanciação do paradigma a que ele se refere o qual, em nosso entender, só faz sentido numa visão mais livre, aberta e democrática, não espartilhada, do acesso à cultura escrita, que só muito mais tarde terá lugar, continuando-se ainda durante algum tempo a encarar as bibliotecas sob o signo dualista que se manteve na legislação de 1931, pese embora as considerações teóricas apresentadas no preâmbulo da Lei, apontando para um conceito de biblioteca diverso, mais moderno e uniforme.

Ao apontar a influência diferenciada e múltipla de países europeus e dos EUA na constituição da bibliotecas públicas portuguesas, Paulo Barata minimiza diferenças

⁵⁰ Paulo Barata, *Os livros e a revolução Liberal: o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e a gestão do património bibliográfico dos conventos como reflexo de uma política cultural do liberalismo*. Tese de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses – Universidade Aberta. Lisboa, 2001.

Do mesmo autor, o artigo - As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. In *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, pp. 37-63.

essenciais que existiam nas concepções dos países do sul da Europa, com destaque para a França e Espanha – fonte de inspiração para Portugal – e os países anglófonos, sobretudo os EUA que desenvolveram um modelo de biblioteca e de leitura diverso, onde não cabiam tantas tipologias e, conseqüentemente, onde o acesso estava mais facilitado.

Na impossibilidade de referir todas as obras que tratam de forma parcelar e subsidiária alguns assuntos assaz pertinentes, ajudando a estabelecer um quadro mais detalhado do contexto de aparecimento e desenvolvimento das bibliotecas populares, destacaremos alguns trabalhos que, apesar de terem já cerca de trinta anos, continuam uma referência incontornável.

Inclui-se neste grupo o estudo da autoria de Fernando Guedes ⁵¹ sobre as preferências literárias do público leitor, onde refere a alteração que se verificou nos gostos, acompanhando as modas europeias de meados do século XIX, no sentido da valorização da novela e depois do folhetim, publicado regularmente em alguns periódicos, como o *Diário de Notícias*. O autor faz um recenseamento dos catálogos em circulação no século XIX e contabiliza os que pertenciam aos Gabinetes de Leitura, instituições que se dedicavam à divulgação do livro sobretudo na vertente de aluguer, estando por isso naturalmente reservadas à burguesia endinheirada, ao contrário do que era suposto acontecer com as bibliotecas populares.

O significado da sua atividade e a evolução positiva que se registou nos Gabinetes de Leitura podem também ser tomados como um sinal de prevalência da utilização da leitura pela burguesia. Como hipótese de trabalho assumimos a comparação entre alguns destes catálogos e os das bibliotecas populares.

Na mesma linha, situa-se o estudo de Manuela Domingos,⁵² dividido em duas partes: uma primeira em que analisa a constituição, em todas as suas dimensões, de uma coleção popular “A Biblioteca do Povo e das Escolas” (BPE), percorrendo sobretudo as suas origens, o meio a que pertenciam os autores, as suas relações com o editor, David Corazzi, responsável por este projecto de “escrita para o povo”, sintético e com preços muito acessíveis: 50 réis por cada opúsculo. A BPE foi lançada em 1881 e manteve uma periodicidade quinzenal durante cinco anos, passando para mensal (em média) e tornando-se depois mais irregular. A interdisciplinaridade temática que caracterizava a coleção (237

⁵¹ Fernando Guedes, *O Livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

⁵² Manuela Domingos. *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do séc. XIX: livros e leitores do séc. XIX*. Lisboa: Inst. Port. de Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985, pp.13 – 134.

volumes em 32 anos) dava-lhe um certo carácter enciclopédico, podendo ser considerada, na opinião da autora, o “livro popular de massas”. Ao atingir os 20.000 exemplares ficava a par do jornal com maior tiragem, o *Diário de Notícias*, o que se pode justificar pela atualidade e abrangência da informação.

Este estudo, particularmente o catálogo da Biblioteca do Povo e das Escolas, em conjunto com outras coleções de carácter semelhante, funcionaram como um instrumento para analisar a representatividade popular das bibliotecas estudadas, no que respeita à constituição dos seus acervos. Apesar da distância temporal, trata-se de um trabalho exemplar, essencial para conhecer a disseminação da leitura popular e que atesta a convicção numa ideia de educação popular pensada para um público muito amplo “O operário, o estudante, o chefe de família, ou o professor...”⁵³

No entanto, é do lado da produção que se organiza a investigação de Manuela Domingos, dando conta das características formais e de conteúdo da coleção mas também do perfil dos autores e editor. Sobre o alcance geográfico e social da BPE pouco se adianta, a não ser a mancha dispersa pelo território português, aparecendo em lugares onde a rede de caminhos-de-ferro não tinha ainda chegado (Algarve, Beiras), o que ficou a dever-se certamente a uma eficaz dinâmica editorial.

A denominada “livraria de algibeira de qualquer operário”⁵⁴, teria integrado os acervos das bibliotecas populares? Em que proporções?

Desde logo considerámos importante tentar localizar esta e outras coleções, com uma existência menos profícua mas igualmente dirigidas às camadas populares.⁵⁵

Na segunda parte da obra a autora dá conta da situação dos Gabinetes de Leitura Portugueses e apresenta um “itinerário de fontes”, salientando o seu papel na promoção da “leitura pública”, apesar de os considerar mais na vertente de “aluguer de livros” do que de espaço de consulta/leitura em presença. Estabelece também uma articulação entre Associações e Gabinetes e define uma periodização para mostrar a evolução da leitura pública com o ponto mais alto entre 1870 e 1890, quando convergiram no mesmo sentido

⁵³ Manuela Domingos - A Bibliotheca do Povo e das Escolas: Uma Collecção e um Público. In *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do séc. XIX*, 1985, p. 26.

⁵⁴ A designação é atribuída a Ramalho Ortigão. Idem, *ibidem*, p. 75.

⁵⁵ Neste sentido, empreendemos uma pesquisa com incidência nos termos coleção popular, livro popular, leitura popular e outras expressões afins e organizámos uma relação com vários títulos, ordenada cronologicamente, que se junta em anexo, não obstante a sua utilidade prática não ter correspondido ao que desejávamos, pela insuficiente identificação das obras nos catálogos, quando existentes, sem qualquer referência à coleção ou a outros elementos, que não sejam o autor, o título, o número de volumes e a data da edição.

diversas iniciativas para o seu desenvolvimento no Portugal oitocentista, onde se incluem também as bibliotecas populares. Da sua apresentação retiveram-se algumas pistas para pesquisar assuntos que nos mereceram um tratamento diferente, nomeadamente as representações iconográficas da leitura e em particular das bibliotecas.

Victor de Sá ⁵⁶ ocupou-se da situação e do papel das bibliotecas públicas, incluindo as municipais, em particular a da Figueira da Foz, criada em 1910 e a de Coimbra, organizada em 1922. De assinalar o exponencial crescimento do fundo bibliográfico e do movimento de leitura – um verdadeiro exemplo de sucesso, motivo de orgulho para o diretor, o Dr. Pinto Loureiro. O segredo do seu triunfo esconde-se na assumpção de uma luta contra “... o estandarte de «Bibliotecas eruditas»” e na defesa das virtualidades da leitura pública.

Em relação à primeira, o autor destaca o facto de ter sido pioneira no serviço de empréstimo domiciliário, referindo-se certamente à “nova geração” de bibliotecas municipais, dado que em períodos anteriores outras bibliotecas, incluindo as municipais de Lisboa, já praticavam este serviço.

A biblioteca pública de Braga e a iniciativa da biblioteca móvel nesta localidade são também objeto de apreciação positiva e ocupam uma posição central neste livro que reúne um conjunto variado de informações e de estudos centrados numa indagação com um pressuposto crítico acerca do papel cultural das bibliotecas e que se materializou na realização de um inquérito em meados da década de 1950.

A publicação do *Manifesto da UNESCO para a Biblioteca Pública* (1949) ⁵⁷ não foi alheia a esta iniciativa nem ao acicatar das preocupações com a promoção de um serviço público de leitura com qualidade, democrático e de maior alcance. Finalidades que se afiguravam antagónicas ao regime político do Estado Novo.

Apesar de se reportarem a um contexto fora do espaço temporal que definimos para a tese, os problemas inventariados pelo autor suscitaram-nos questões, por um lado, mas ajudaram também a esclarecer algumas dúvidas e sobretudo a compreender a intemporalidade de fatores essenciais para garantir às bibliotecas um papel relevante no domínio sociocultural.

A Biblioteca não é feita pelos livros, mas pelos leitores que os consultam, meditam e divulgam. As bibliotecas públicas são laboratórios colectivos onde o

⁵⁶ Victor de Sá - *As Bibliotecas, o Público e a Cultura: Um inquérito necessário*.1983.

⁵⁷ Ratificado em 1994 com a colaboração da IFLA - International Federation Library Association.

Estado franqueia aos cidadãos materiais de que necessita para ampliação dos conhecimentos.⁵⁸

Num sentido diverso, a obra de Carlos A. Rebelo⁵⁹ transportou-nos para o âmago do problema que constitui o nosso objeto de estudo, facilitando o acesso aos arquivos mais significantes para traçar um panorama da implementação das bibliotecas populares em Portugal no século XIX. Ao mesmo tempo que nos mostrava caminhos, animou a vontade de recuperar a identidade dessas bibliotecas e seguir o seu rasto. Apesar da diversidade e abundância de dados recolhidos e analisados e da geografia traçada para as bibliotecas populares, o autor coloca o principal enfoque no processo de difusão da leitura pública e na identificação das diferentes instituições envolvidas nesse propósito. A sua abordagem integra as bibliotecas operárias e algumas municipais, a par das que foram instituídas no âmbito do decreto de 2 de agosto de 1870 publicado por D. António da Costa, num horizonte temporal que assume como limite cronológico a implantação da República em 1910.

Perante um panorama tão diverso, atabalhado, com uma evolução pouco linear, em que as bibliotecas populares se confundem com as municipais e até mesmo com as públicas e, não constituindo o esclarecimento dessa diferenciação uma prioridade para o autor, este remata o trabalho com uma conclusão que tomámos como um ponto de partida para a nossa investigação.

Apesar do esgotamento deste modelo de leitura, é ainda possível assistir em Portugal, após 1911, a um recrudescimento de iniciativas a favor da criação de novas bibliotecas populares, fenómeno que ocorre um pouco por todo o país.⁶⁰

Mesmo concordando com a explicação avançada de que o facto enunciado se prende ao entendimento de uma “política educativa do poder republicano” que se situa “muito mais numa linha de continuidade em relação à última fase da Monarquia do que numa dinâmica de ruptura.”⁶¹, pensamos que a insistência nesse modelo de biblioteca carece de uma análise mais detalhada em busca de argumentos passíveis de explicar a sua “persistência tardia”, o que só seria possível considerando um arco temporal mais dilatado, atravessado por regimes políticos diferentes. Atraiu-nos também a ideia de olhar de dentro

⁵⁸ Victor de Sá - *As Bibliotecas, o Público e a Cultura: Um inquérito necessário*.1983, p. 100.

⁵⁹ Carlos A. Rebelo, *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas populares (1870 – 1910)*. 2002.

⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 166.

⁶¹ Carlos A. Rebelo, *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas populares (1870 – 1910)*. 2002, p. 167.

alguns desses institutos de leitura, através do estudo comparado dos seus acervos e das práticas de leitura conhecidas.

Nesta ordem de ideias, estendemos a classificação temática do fundo documental a várias bibliotecas, para além das de Estremoz e Valongo, de que se ocupa Carlos A. Rebelo na sua obra⁶², e considerámos mesmo algumas bibliotecas públicas, no sentido de encontrar a especificidade popular dessas instituições de leitura potencialmente pública.

Para o período da Primeira República destacamos o artigo publicado por Pedro Leite e Ricardo Machaqueiro⁶³, dando conta do movimento de leituras e da tipologia dos leitores da Biblioteca Popular de Lisboa, que teve origem numa “secção popular” da Biblioteca Nacional, criada pelo decreto de 18 de Março de 1911, e depois tornada autónoma pelo decreto de 1 de Abril de 1918.

O conteúdo deste artigo foi duplamente importante para a estrutura da tese. Numa primeira fase facultou-nos informação que não encontrámos ainda sistematizada noutros textos, como se a eminente extinção⁶⁴ deste instituto de leitura popular, com uma longevidade e dimensão ímpares, justificasse um registo mais detalhado do seu percurso mas longe de ser exaustivo, adivinhando-se uma fragmentação e dispersão impostas pelas normas arquivísticas. Mais tarde, quando nos encontrávamos noutro patamar da caminhada de investigação, procurámos no texto as pistas que nos podiam conduzir às fontes onde os seus autores acederam à informação, no intuito de completar um quadro de contornos ainda pouco precisos mas que se adivinhava de grande relevância para a problemática do nosso trabalho.

Para dar conta da evolução da BPL desde a sua criação até ao final do Estado Novo, os autores socorrem-se sobretudo dos Relatórios da Direção, apresentando as estatísticas oficiais e identificando algumas fontes, que não foram tratadas certamente por não estar dentro do âmbito do estudo apresentado, o que fez aumentar a nossa curiosidade e interesse em localizar e trabalhar essa informação, nomeadamente os Registos de Empréstimos Domiciliários da BPL e também mais dados sobre as bibliotecas móveis, que funcionaram sob o seu controlo.

Lamenta-se o facto de alguns documentos e quadros publicados, ilustrando o texto dos autores, não comportarem a indicação completa das fontes utilizadas, o que seria de

⁶² Idem, ibidem, p. 153. O autor utiliza a CDU (Classificação Decimal Universal) para classificar as obras das duas bibliotecas mas a nossa opção foi distinta como se esclarece no capítulo 6.

⁶³ Pedro Leite e Ricardo Machaqueiro - Biblioteca Popular de Lisboa. In *Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, números 5/6, Dezembro de 2000, pp. 91-115.

⁶⁴ A BPL foi oficialmente extinta pelo Decreto-lei de 28 de Julho de 2001.

grande préstimo para o aprofundamento da investigação sobre o tema, até porque a voragem da reforma adiada por demasiado tempo, não acautelaria a guarda de uma materialidade fora de moda que apenas aos historiadores pode interessar.

Outrossim tomámos como nossas as interrogações que não vimos expressas no texto, acerca da natureza popular desta Biblioteca, tendo em conta o seu público leitor e as próprias afirmações dos autores que enfatizam a distinção entre o período da I República e o Estado Novo, considerando que a BPL se afastara “dos propósitos que presidiram à sua fundação” assim como não assumira “qualquer protagonismo no domínio da promoção da leitura”.⁶⁵

A Biblioteca Popular de Lisboa foi uma instituição com grande longevidade, que chegou a situar-se em terceiro lugar relativamente ao número de leitores, um símbolo da política republicana nesta matéria, na opinião de Daniel Melo, – um “projecto ambicioso”, mais atento às necessidades de vários tipos de utentes, que justificam a criação de bibliotecas móveis, conjugadas com o empréstimo domiciliário e outras valências da BPL. Nas hipóteses de trabalho avançadas por Daniel Melo na sua tese sobre a leitura pública no Portugal Contemporâneo, interessa-nos reter, em particular, o que remete para a “...importância do município no desenvolvimento da leitura pública em Portugal”, dado o papel desempenhado pelas autarquias na criação das bibliotecas populares. Uma intervenção problemática, se atendermos à insistência expressa nos pedidos e recomendações dirigidos às Câmaras Municipais para cumprirem o seu papel.

Assumindo como o cerne da sua investigação a “génese e consolidação das bibliotecas públicas no sentido moderno do termo”, o autor investe na definição do conceito de bibliotecas públicas, associando-o a uma conceção dualista de cultura, em que se inserem as bibliotecas «populares» e «eruditas». Sendo este o contexto em que se situa o trabalho que intentamos desenvolver, olhámos de forma especialmente atenta para a utilização desses conceitos, não obstante o arco cronológico deste trabalho de Daniel Melo ultrapassar o horizonte temporal da nossa investigação, centrando-se no estudo da sociedade salazarista, apesar da breve referência ao “legado da I República”.

Do repertório legislativo inventariado pelo autor, destaca-se a análise detalhada do decreto número 19 952, de 27 de Julho de 1931, que estabelece uma reforma dos serviços de bibliotecas e arquivos, tornando-se, na opinião do autor, “...o diploma de referência para a área das bibliotecas durante longas décadas fora...”.

⁶⁵ Pedro Leite e Ricardo Machaqueiro - Biblioteca Popular de Lisboa. In *Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, números 5/6, Dezembro de 2000, p. 114.

Quanto ao estudo dado a lume em 2010, ⁶⁶ assume-se como uma proposta de sistematização de trabalhos dispersos sobre o período da Primeira República em matéria de leitura pública, enquadrando-se numa “história sociocultural da contemporaneidade”, que o autor situa numa linha de investigação esclarecedora do projeto cívico, educativo e cultural republicano com “lastro” em diversas obras de grande fôlego, centradas num enquadramento político-ideológico aglutinador, onde se inclui também a matéria sobre a leitura pública.

O texto apresentado integra um manancial de informação estatística, recolhida sobretudo nas fontes oficiais impressas, que convida a perscrutar a evolução das instituições relacionadas com a prática da leitura pública e a problematizar algumas ideias/conceções que o conteúdo dos textos de Daniel Melo anuncia. ⁶⁷ Destaca-se o interesse da constatação que o autor ilustra acerca da hierarquia educação – cultura, sendo esta secundarizada em relação à primeira.

A análise do discurso de peritos como Raul Proença, Bettencourt Ataíde, António Ferrão e Pinto Loureiro permitiu ainda surpreender o peso da hierarquia de prioridades políticas na gestão oficial, onde a educação estava acima da cultura e onde a leitura pública foi sempre desvalorizada face à escola. Mesmo quando a visão mais progressista se impunha via comissões de estudo ou legislação (como em 1920), não passaria de letra morta.⁶⁸

As referências a certas personalidades, cujos percursos políticos e profissionais são incontornáveis para o estudo da dinâmica cultural, em especial das bibliotecas, permitiram fortalecer uma ideia que nos acompanhou ao longo do trabalho e que se prende à relevância da ação individual dos responsáveis pela aplicação e acompanhamento das políticas públicas no domínio cultural, relacionadas, no caso concreto, com as bibliotecas.

Releva-se a digressão relativamente pormenorizada pelas bibliotecas municipais (com referências também aos gabinetes de leitura), estabelecendo distinção entre as iniciativas estatais e as associações cívicas - o esboço de uma geografia destes institutos de leitura onde mergulharam as bibliotecas populares, cuja identidade importa resgatar. Para

⁶⁶ Daniel Melo, *A Leitura Pública na I República* [em linha]. [acedido em 26/8/2016]. Lisboa: Edições Húmus 2010. Disponível em www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Melo2010a.pdf.

Quando encetámos o processo de investigação para a tese ainda não tínhamos conhecimento deste trabalho.

⁶⁷ As representações que se nos oferecem das bibliotecas populares foram moldadas desde cedo por uma conceção dualista e segregadora imposta pela legislação mas as práticas de leitura nem sempre se coadunam com essa ideia pelo que nos parece importante problematizar o sentido desse conceito dicotómico.

⁶⁸ Daniel Melo, *A Leitura Pública na I República* [em linha]. [acedido em 26/8/2016]. pp. 116-117. Disponível em www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Melo2010a.pdf.

tal, parece-nos que é no lado das práticas de leitura que interessa trabalhar: comparar a constituição dos acervos e analisar as requisições de livros para leitura domiciliária e presencial, contando com a estatística oficial, como refere Daniel Melo, mas também com a informação recolhida em arquivos municipais e que ainda não foi sujeita a tratamento estatístico, a qual, embora fragmentária e com hiatos temporais, existe também para as bibliotecas populares (e municipais). Parece-nos fundamental fazer uma comparação da classificação dos acervos de bibliotecas ditas eruditas com as populares, considerando um mesmo período histórico para avaliar a natureza popular desses fundos.

A ideia de apresentar um leitor-tipo para as bibliotecas populares, à semelhança do que é feito por Daniel Melo e por outros autores, parece ser um exercício interessante mas pouco significativo, se a escolha for totalmente aleatória, podendo tornar-se muito pouco representativa. De qualquer forma, é imprescindível o acesso direto às fontes de natureza primária, existentes se não para todas as situações evidenciadas, pelo menos para algumas, como teremos oportunidade de mostrar no desenvolvimento dos capítulos números seis e sete.

O trabalho de Patrícia de Jesus Palma⁶⁹, é um dos estudos parcelares, localizados, com incidência numa das bibliotecas populares que constam da geografia que escolhemos percorrer – Lagos. A preocupação expressa pela autora relativamente à captação das redes de circulação do livro, socorrendo-se de alguns autores que também nos são familiares, com destaque para Roger Chartier, constitui o móbil principal da sua investigação, mais ampla no seu recorte cronológico e nos dispositivos de acesso à leitura que integram o corpus documental da sua tese, mas num espaço que se circunscreve ao Algarve.

O estudo das práticas de leitura e da dinâmica de circulação, envolvendo as diferentes partes interessadas (editor, livreiro, bibliotecas...) enquadra o conhecimento do funcionamento das bibliotecas populares - o objetivo deste trabalho -, que se centra nestes institutos, alargando geograficamente o horizonte de pesquisa. As interrogações acerca da natureza popular da biblioteca são partilhadas e vimos com interesse a informação sobre o universo cultural de Lagos, analisado em relação com o restante espaço algarvio, facultando pistas que nos ajudam a entender a escolha de Lagos e Monchique, em todo o Algarve, para a criação de bibliotecas populares no final do século XIX.

⁶⁹ Patrícia de Jesus Palma, *Os Espaços do Livro e da Leitura: o caso de Lagos* (cópia digital em versão pdf. Ainda não publicado). Trabalho do Seminário de Especialidade em História do Livro e Crítica Textual, desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Estudos Portugueses na FCHS da UNL, Julho de 2011.

Outro trabalho académico facultado pela autora, Filomena Maria Galvão, centra-se no estudo da “dicotomia entre a Biblioteca Popular de Tomar e a imprensa local do séc. XIX”⁷⁰, baseado num conjunto de documentos que integram o arquivo histórico da atual Biblioteca Municipal da cidade. Aproveitámos a pesquisa realizada pela autora e alargámo-la a outras datas e a documentos diferentes, tendo em vista o nosso objetivo de trabalho. Ao mesmo tempo, fomos tomando consciência de que só pela conjugação dos vários contributos parcelares é possível obter um panorama global, mais completo, sobre as bibliotecas populares.

Destacam-se ainda duas dissertações de mestrado sobre a Sociedade Martins Sarmento: uma, da autoria de António Jorge Fidalgo Martins⁷¹, centra-se nas atribuições educativas e culturais da SMS, onde cabe o estudo da sua biblioteca, como do Instituto Escolar e ainda a política de ofertas e doações. A outra, que leva o subtítulo de “espaço privado de leituras públicas”, insere-se num quadro temporal limitado à década de 1882-1892. Mais próxima do nosso estudo, esta tese de Fernando Paulo Pinto dos Santos aborda algumas questões interessantes para o trabalho em curso, como a falta de organização e conhecimento de biblioteconomia, o conceito de doador e o esboço de um perfil de leitor – tipo, elaborado a partir da análise das suas requisições⁷².

O livro sobre Castelo de Vide, da autoria de Filomena Bruno,⁷³ versa a questão da educação popular em articulação com um conhecimento sobre as bibliotecas locais, inseridas no contexto de promoção da leitura pública, uma finalidade das bibliotecas populares. Mas é o estudo sobre o Grémio de Ilustração Popular que importa destacar como exemplo de uma biblioteca de criação particular, resultado do impulso do seu fundador, como algumas outras, com uma existência efémera e um contributo limitado, pese embora a conclusão positiva da autora: “Apesar do tempo transcorrido, este acervo continua a ser um testemunho da preocupação com a educação de adultos”.⁷⁴

As bibliotecas populares da Figueira da Foz, na primeira década do século XX, apresentam-se como um dos objetos de estudo da tese de mestrado de Maria Isabel Gaspar

⁷⁰ Filomena Maria do Carmo Marques Galvão - *Tomar, as instituições e os agentes de cultura: o papel da imprensa no século XIX e o advento da 1ª biblioteca popular*. 2006, p. 56.

⁷¹ António Jorge Fidalgo Martins – *Sociedade Martins Sarmento Instituição Secular de Educação e de Cultura* [tese de mestrado]. Braga: Universidade do Minho, 2000.

⁷² Fernando Paulo da Mota Pinto dos Santos – *A Sociedade Martins Sarmento: Espaço privado de leitura pública – a importância do doador na formação do leitor*. Braga: Universidade do Minho, 2002.

⁷³ Filomena Maria de Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 124.

F. de Sousa⁷⁵, que coloca o enfoque principal na natureza política, republicana, da obra realizada em prol da instrução popular. Este estudo surpreendeu-nos quando havíamos já sistematizado a informação essencial para a redação do presente capítulo e estávamos a trabalhar numa geografia das bibliotecas populares onde, para o período em questão, algumas populares oficiais usavam já, preferentemente, a designação de municipais e/ou públicas, num sentido mais próximo do atual, bem diferente daquele que fora assumido, em Portugal, na primeira metade do século XIX.

A dissertação foca-se essencialmente na instrução popular da Figueira da Foz, no período entre 1900 e 1910, contemplando várias iniciativas, escolas primárias, cursos noturnos e também bibliotecas, criadas para responder aos interesses e necessidades das associações referidas pela autora. Pese embora o assinalável interesse da informação elencada e descrita pela autora, o que despertou mais atenção foram as indicações fornecidas acerca da *Biblioteca Artística 10 de Junho*, que se integrou posteriormente na *Biblioteca Artística Figueirense*, e particularmente o Catalogo publicado em 1889 que é mais um elemento que pode funcionar de contraponto aos catálogos das bibliotecas populares analisados, apesar de conter pouco mais de duas centenas de títulos.

Igualmente importante é a notícia da criação da biblioteca municipal, a primeira instituição de leitura de carácter público que tinha o propósito de suprir as insuficiências manifestadas pela multiplicidade de iniciativas. Um projeto iniciado em 1908 e idealizado por um grupo de intelectuais no qual se incluía o escritor, professor e etnólogo Pedro Fernandes Tomás, cujo nome acabou por ficar ligado à biblioteca, como forma de reconhecimento pelo seu contributo. A inauguração ocorreu no dia 1 de Maio de 1910, contando a biblioteca com um acervo na ordem dos 3000 volumes, sendo 1800 o resultado de ofertas de autores, editores e amigos. O “perfil generalista” da biblioteca foi-se reforçando em larga medida graças às doações recebidas.⁷⁶

A revisão bibliográfica de que demos conta permitiu-nos tomar consciência da necessidade de focar a atenção no objeto de estudo que escolhemos tratar, partindo de um corpus documental que nos possibilitasse compreender a especificidade das bibliotecas populares e problematizar, clarificando, a utilização equívoca de dois conceitos distintos

⁷⁵ Maria Isabel Gaspar F. de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: as Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*, tese de mestrado, apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / Instituto de Educação [em linha]. Lisboa, 2013. [consultado em 28/8/2016]. Disponível em <<http://recil.g.rupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4833/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20%2022%20de%20julho%202013.pdf?sequence=1>>

⁷⁶ Maria Isabel Gaspar F. de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: as Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*, pp. 224 – 226.

mas que os autores mencionados facilmente associam: biblioteca pública e biblioteca popular⁷⁷.

É de sublinhar que nenhum destes estudos trata exclusivamente das bibliotecas populares. Os temas são abordados pela ligação à leitura pública ou à educação popular, no contexto do estudo de outros institutos congéneres ou de um conhecimento mais detalhado do enquadramento político e sociocultural do meio (Tomar), diferentemente do trabalho que empreendemos desenvolver, centrado no conhecimento das bibliotecas populares e da sua evolução, marcada por uma complexa articulação entre práticas e representações que carece de um prévia contextualização histórica, o assunto desenvolvido no capítulo seguinte.

⁷⁷ “... qual o conceito de Biblioteca Pública/Popular? ...”. Cf. Filomena Maria de Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular*, op. cit. p. 21.

Capítulo 2

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: FACTOS E CONCEITOS

1. O conceito de popular – algumas considerações

A questão que norteia a investigação: compreender a especificidade das bibliotecas populares, conduziu-nos na pesquisa do (s) sentido (s) do termo popular. Nessa senda encontramos uma diversidade de abordagens de autores⁷⁸ preocupados com a definição desta expressão que radica num outro conceito – povo -, de difícil delimitação social e cujas dimensões de natureza política e cultural importa perscrutar.

As definições que se conhecem estão associadas a uma mentalidade específica, em que as representações de povo são identificadas com a infância (espontaneidade, ignorância...) mas também rudeza, brutalidade ... imoralidade – traços pouco favoráveis ao desenvolvimento do saber, mesmo quando a preocupação era alfabetizar. As representações do povo são produzidas pelas elites que, apesar da dificuldade que encontram na tradução de um mundo distinto daquele a que pertencem, um “contra-mundo”, não deixam de garantir a inscrição da ideologia dominante em todas as coisas, difundindo a sua mensagem sem palavras e sem barulho, de forma absolutamente acessível⁷⁹. Nesta ordem de ideias, pode ser através da exclusão que o povo garante a identidade.

Fazendo referência ao carácter do povo português, a partir de testemunhos obtidos em fontes coevas, utilizam-se genericamente os mesmos qualificativos: “trabalhador”; “pacífico”; “bom”; “extremamente dócil”; “sofredor” de “boa índole”, “resignado”; “muito sóbrio”; “ordeiro”; “rude”; por vezes “desconfiado”. Os depoimentos referem-se a um povo “inteligente” e “bom” que pode ser considerado “bastante atrasado em instrução e cultura” ou até “...sem cultura de espécie alguma”.⁸⁰ Mas é também descrito como um “instrumento passivo de todos os grandes acontecimentos”, apesar de “indiferente a tudo o que se passa longe dos próprios lares...” esta “entidade colectiva” está ligada por um elo

⁷⁸ “...le peuple, c’est á dire une masse aux frontiers indecises où se confondaient les ouvriers très qualifiés, les artisans, les bouquiers, les domestiques.”. In Noe Richter, *Lecture populaire et lecture ouvrière*, 1983. [em linha]. [acedido em 1/09/2014]. Disponível em : <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1983-02-0123-001>> .

⁷⁹ Déborah Cohen - *La nature du peuple. Les formes de l’imaginaire social (XVIII^e-XXI^e siècles)*. 2010, p. 12.

⁸⁰ Rogério Fernandes - *Uma experiência de formação de adultos na 1^a República. A Universidade Livre para Educação Popular 1911-1917*. 1993, p. 33.

muito forte: o amor à Pátria. E por isso o povo está sujeito à manipulação feita pelos políticos.⁸¹

Para a integração das camadas populares na leitura a mediação foi um elemento importante, porque se fez uso sobretudo da prática da leitura coletiva – modalidade que deixou o seu rasto até à época atual. A tradição oral surge associada a textos considerados como literatura popular⁸² – um conceito equívoco porque, na tentativa de valorizar a especificidade das manifestações populares, apodera-se de uma terminologia associada à escrita e que era inacessível à grande maioria dos elementos das classes populares, em meados do século XIX.

Esta atitude, própria dos estudos etnográficos, encontramos-la também em autores / historiadores que se debruçaram sobre alguns acervos literários com traços mais populares, quer no que respeita ao conteúdo, quer no que concerne o formato e o sistema de distribuição junto dos potenciais leitores. O caso mais conhecido foi o da “Biblioteca azul” estudada por Robert Mandrou e que se tornou exemplar para o conhecimento das redes de leitura popular na Europa do Antigo Regime até meados do século XIX. A publicação deste estudo desencadeou um debate que opôs este autor e os seus seguidores, defensores da representatividade popular da referida coleção (escrita tendo em conta as preferências dos seus destinatários, sobretudo população do meio rural), aos argumentos apresentados por Michel de Certeau, Dominique Julia, Jacques Revel e também Roger Chartier, que consideravam não haver público “popular” para essas obras, dado o nível de analfabetismo então existente. Defendiam a sua utilização pelas classes médias, apesar de estranharem (R. Chartier) o interesse destes grupos pela temática de evasão, predominante na coleção,

⁸¹ Cf. Artigo de J. de E. - O Povo. In jornal *Vimaranense*, nº 358, 1894, pp. 1-2.

⁸² Assim definida por M. Viegas Guerreiro: “... é a que corre entre o povo, a que ele entende e de que gosta. E está neste caso não só a de sua autoria, como a que adopta, de origem erudita.”. In *Guia de recolha de Literatura Popular*, 1982, p. 5. Um conceito amplo, democrático, que tem em vista superar a dicotomia popular / erudito, acentuada pela valorização da escrita e do suporte impresso, e privilegiando uma perspetiva mais dinâmica na circulação da informação e da leitura entre as classes sociais, o que aproxima o autor da conceptualização que tomámos como referência e que tem como principais representantes R. Chartier e M. de Certeau, apesar das diferenças que se registam no entendimento da capacidade criativa do povo que é claramente defendida pelo autor português:

“... - e há quem acredite! Que o vulgo nada cria, limitando-se a adoptar, transformar e conservar o que lhe vem da arte dita *culta*.” Cf. M. Viegas Guerreiro - *Para a história da literatura popular portuguesa*. 1978, pp.11-12. Enquanto na ideia de M. de Certeau são as classes dominantes que possuem os meios necessários à produção e por isso controlam a criação literária, ainda que o autor considere mais importante as operações culturais e nesse espaço/nessa dinâmica, as classes populares possam ter uma intervenção autónoma e criativa.

pouco representativa da sociedade vigente ⁸³ mas esclarecedora sobre o caráter conformista deste público leitor.

Importa sublinhar o facto de ter sido um mecanismo de repressão ⁸⁴ sobre a divulgação desta literatura que provocou o seu conhecimento, ao mesmo tempo que aumentou o número de leitores destas obras, a partir de meados do século XIX, contribuindo para a alteração do fundo original da “Biblioteca Azul” que, expurgada de algumas obras consideradas ameaçadoras para a moral e bons costumes da sociedade burguesa oitocentista, sobretudo as de caráter mais burlesco e piedoso, passou a integrar também escritos de tipo utilitário, romances em folhetim e biografias históricas, adaptadas a um público de menos posses e com uma menor fluência leitora. A constatação deste facto permite deduzir que a cultura popular só se apreende no modo do desaparecimento. Uma obra julga-se por aquilo que cala, esses espaços desenham uma “geografia do esquecido”, são o negativo das problemáticas expostas nos livros de literatura erudita ⁸⁵.

Numa outra ordem de ideias, a missão expressa e a ação de muitas instituições deixam perceber uma ideia de povo – o alvo das iniciativas populares –, que comporta uma dimensão mítica, grandiosa, desse segmento social, o Povo = a Nação – visão idealista do processo histórico-social dependente exclusivamente do sucesso no campo das ideias, da perfetibilidade social, um discurso iluminista que coloca a tónica no moralismo, consubstanciada na fórmula educação *versus* taberna. Tornando objeto de comemoração ideológica, registava-se uma grande necessidade de o compreender, como forma de o incorporar no esquema coletivo.

O estudo do século XIX português revela uma clara oposição entre a visão política e social do povo, que representa a miséria e está à parte da classe média, detentora de direitos políticos que lhe são ainda vedados ⁸⁶ (voto censitário). Por isso, emergem como

⁸³ Robert Mandrou - *De la culture populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles: la bibliothèque bleue de Troyes*. 1964, p. 25. Esta controvérsia, gerada pelo debate iniciado por R. Mandrou em 1964, surge num contexto de desenvolvimento da cultura de massas que funciona como estimulante para procurar as formas consideradas autênticas da cultura do povo - uma resistência ao controle da classe dominante e da previsível aculturação ou erosão provocada pelos agentes da cultura erudita.

⁸⁴ A “Biblioteca azul”, como a literatura de cordel no geral, divulgada através do comércio ambulante, conseguiu escapar por muito tempo às malhas da censura exercida sobre o material impresso, durante o Antigo Regime, mas acabou por ser alvo de um minucioso exame, levado a cabo por uma comissão criada para o efeito em 30 de novembro de 1852 e que deu origem ao livro “Histoire des livres populaires ou de la littérature de colportage depuis l’origine de l’imprimerie”, da autoria do responsável pelo inquérito, Charles Nisard.

⁸⁵ Jacques Revel - *A invenção da sociedade*. 1990, p. 67.

⁸⁶ Cf. M. Fátima Bonifácio - *O século XIX português*. 2005, p. 32.

expressões distintas: nação (povo ordeiro, politizado...) e ralé / plebe (desordeiros, canalha).

A contradição da democracia entre o “princípio político” (o *populus*) e o “princípio sociológico” (a plebe) gera uma permanente busca da identidade do povo, onde se confundem alguns dos seus diferentes traços: a relação com a Natureza; o elogio do trabalho e a sua força que, por vezes, constitui um apelo ao crime⁸⁷. No discurso de Adolfo Coelho ressalta a virtualidade da ligação ao meio natural, fonte do “saber popular” que ameaça perder-se em prol de um progresso do qual o homem do povo se mantém distanciado, mesmo em países europeus mais desenvolvidos do que Portugal, como era o caso da Alemanha, tomado como exemplo.⁸⁸

A tensão entre a ordem do simbólico e a realidade é muito viva, enquanto o conteúdo semântico do termo povo persiste fluido e dividido nessa oposição entre a multidão inculta, agitadora e ameaçadora (plebe)⁸⁹, por um lado, e por outro o reconhecido sujeito de soberania – a nação (*populus*) ou seja, uma dupla dimensão.⁹⁰

Em meados de oitocentos, começava a desenhar-se uma clivagem no interior do termo povo, separando o povo dos campos, possuidor de uma ancestral sabedoria e verdadeiro depositário dos valores nacionais, do povo urbano, constituído pelas classes operárias, os proletários.

Camilo Castelo Branco, um autor do século XIX cuja escrita alcançou uma notável popularidade, referiu-se ao povo com as seguintes palavras: “Ó santos corações do povo! mas do povo das montanhas, direi; do povo, que ainda não saiu à praça vociferando que é rei porque é povo.”⁹¹

Na prática, esta ambiguidade do popular que degenerou numa dupla representação das classes inferiores, radica num choque de informações de natureza distinta. A valorização de um imaginário rural, ultrapassado pela voracidade do desenvolvimento industrial associado ao urbanismo gerador de progresso económico e cultural que se torna ameaçador para a burguesia dominante, ainda não preparada para ceder terreno no domínio intelectual e político às classes populares, de onde o desencontro entre o ideal e a realidade em matéria de alargamento do ensino e da leitura. No contexto desse imaginário, destaca-

⁸⁷ Jaime Cortesão - *Cancioneiro Popular: Antologia Precedida dum Estudo Crítico*. 1914, p. 21.

⁸⁸ Ideias desenvolvidas por Adolfo Coelho in *Cultura e Analfabetismo* e outros textos.

⁸⁹ Alexandre Herculano refere, em 1837, que a “plebe desenfreiada é como o phantasma do crime”. In *Opúsculos*, tomo I, p. 33. Na mesma obra, em textos de datas posteriores, aparecem expressões como “criminalidade popular” e “immoralidade” (p. 166); “perversão popular” (p. 167).

⁹⁰ Pierre Rosanvallon - *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. 1990.

⁹¹ Camilo Castelo Branco - *O Bem e o Mal*, “Nota introdutória” apresentada por Alexandre Cabral. 1981.

se o povo inocente, ingénuo, trabalhador, senhor de uma cultura original – o folclore, pacificada e enclausurada em museus, que o identifica e que os grupos dominantes se esforçam por controlar.

Por outro lado, nas cidades cresce um grupo de operários, cada vez mais conscientes da exploração a que são submetidos e que se revoltam, tornando-se uma ameaça social que interessa impedir de crescer e de desenvolverem a sua própria cultura, o que é conseguido, de certa forma, controlando a sua utilização da rua – o palco principal das manifestações, consoante os espaços (tempo e lugar) que podem oscilar entre o mais radical e o mais conservador, levando alguns teóricos⁹² a valorizar as operações práticas de apropriação cultural, num contexto marcado pela pluralidade e circularidade, uma perspetiva assumida em alternativa à clássica visão dicotómica popular / erudita.

No que concerne às bibliotecas populares, podemos pensar que o público a que se destinavam situava-se sobretudo no âmbito do primeiro conceito de povo. Até porque, a par destas instituições de leitura foram-se desenvolvendo bibliotecas operárias, uma iniciativa de carácter particular, apoiadas em organizações sindicais e outras congéneres.

Em Portugal, o interesse pelo estudo aprofundado das raízes culturais, marcado pela herança romântica⁹³ que se alicerçou com naturalidade, tornando-se visível nas manifestações artísticas e literárias desde a segunda metade do século XIX até à Primeira Guerra Mundial, teve os seus cultores nos campos literário e etnográfico, os que mais nos importa destacar. Associados aos nomes de Leite de Vasconcellos, F. Adolfo Coelho, Alberto Bessa e Teófilo Braga, surgem os trabalhos de filologia sobre a complexidade dos contributos de natureza popular e erudita para a formação da língua portuguesa, com base no pressuposto da “... relação incessante que existe entre os Dialectos, as Gírias e a Língua portuguesa litteraria.”⁹⁴, uma relação que não configura uma conceção dicotómica de

⁹² Referência aos autores Roger Chartier e Michel de Certeau, cujos modelos são questionados por Peter Burke, no contexto de uma análise mais global do conceito de cultura, em particular da evolução que se verificou nos séculos XIX-XX, no sentido de uma aceção cada vez mais ampla e de limites mais fluidos. A proximidade entre os domínios cultural e social, própria da Nova História Cultural, é criticada por Peter Burke que considera tratem-se de conceitos distintos. De igual modo, o modelo de apropriação cultural apresentado por Chartier sugere a Burke uma análise das práticas nos moldes de uma “biculturalidade”, diversa da circularidade e pluralidade proposta pelos outros dois autores. Cf. Peter Burke – Popular Culture Reconsidered. In *Storia della Storiografia: Rivista Internazionale*. Nº17, 1990, pp.40-49.

⁹³ Um lugar de destaque para Almeida Garrett, o fundador do movimento, que inaugurou com o seu *Romanceiro* esta prática de recolha e estudo de tradições populares. Entre os autores seus contemporâneos é de referir os nomes de Alexandre Herculano e João Pedro Ribeiro.

⁹⁴ Cf. Teófilo Braga no prefácio da obra de Alberto Bessa - *A Gíria Portuguesa: Esboço de Um Dicionário de «Calão»*. 1901, p. XXXI. O interesse pela cultura popular, incluindo a literatura, foi partilhado também por Consiglieri Pedroso, Carolina Michaëlis e outros autores, como Jaime Cortesão, que publicou o

cultura mas que encontra melhor terreno na ideia de pluralidade cultural defendida por Michel de Certeau – um campo dinâmico, fértil de possibilidades onde a criatividade nas suas múltiplas e diferenciadas formas se impõe às obras e aos seus autores⁹⁵.

No âmbito restrito da classificação das bibliotecas, destaca-se o tom enfático de Eugène Morel⁹⁶ na explicitação da diferença entre os conceitos de biblioteca popular e “biblioteca do povo”. O primeiro comporta um sentido pejorativo porque está associado à realidade que se conhecia dessas bibliotecas, enquanto no segundo o termo biblioteca é substituído pelo de “livraria pública” e visa um público socialmente mais abrangente.

Entre os especialistas portugueses, contemporâneos deste autor, como Raúl Proença, não se manifestam preocupações especificamente com a terminologia utilizada mas a crítica incide sobre o modelo de biblioteca vigente, tomando como referência os países mais desenvolvidos, científica e industrialmente, a Inglaterra, os EUA e a Alemanha e defendendo uma grande biblioteca popular (como a BPL) com um catálogo coletivo que funcionasse como uma verdadeira rede de informação bibliográfica, em vez da dispersão de iniciativas menores e com um alcance dubitável. Apesar da abordagem diferente, as preocupações de ordem técnica são comuns porque se trata de dois homens com responsabilidades na reforma das bibliotecas e uma visão semelhante acerca da sua importância para o desenvolvimento cultural e político dos povos e do seu papel na consolidação das jovens democracias.

2. Bibliotecas populares, leitura pública e ensino na sociedade oitocentista

2.1. Europa e Estados Unidos da América (EUA)

L'un des acquis du XXème siècle est d'avoir peut être réussi à réaliser ce que le XIXème siècle avait commencé à concevoir. Une bibliothèque (...) pensée et proposée en des termes pluriels et publics.⁹⁷

O imperativo da educação e do ensino manifesta-se como um vinco da sociedade oitocentista, em resposta à evolução económica, social e política que “aceleraram o uso das letras”, no sentido de uma generalização (estatização) e depois massificação da escola, pois

Cancioneiro Popular: antologia precedida dum estudo critico, uma homenagem ao Povo, de que se apresenta uma visão idealizada e mítica, ao considerá-lo “... o alicerce para todos os grandes edificio que se queiram construir nesta Pátria . “. 1914, op. cit. p. 20.

⁹⁵ O autor encontra uma definição para cultura: “...elle est prolifération d’inventions en des espaces contraints”. Cf. Michel de Certeau - *La culture au pluriel*, 1993, p. 13.

⁹⁶ Bibliotecário francês que teve grande influência na evolução das bibliotecas do seu país, no início do século XX. Autor de obras especializadas como *La librairie publique*. 1910.

⁹⁷ Martine Poulain (Dir.) - *Les Bibliothèques du XX siècle: 1914-1990*, vol. 4, 1989, p. 8.

era preciso um povo alfabetizado para legitimar a democracia⁹⁸. Impôs-se um “modelo alfabetizador” centrado na tensão entre leitura e escrita e na duplicidade de sentido da escrita.

Naturalizou-se a ideia da leitura pública como um instrumento facilitador do esbatimento das desigualdades sociais⁹⁹, ao serviço da democracia mas também pode ser enquadrado ao nível dos dispositivos criados para o exercício da disciplina e do poder.

Em torno desta realidade geraram-se consensos e alimentaram-se debates com opiniões absolutamente distintas e antagónicas que incluíam de um lado, os defensores das “possibilidades abertas pelo uso da escrita no desenvolvimento social”¹⁰⁰ e, por outro lado, as teorias sobre os mecanismos de controlo do Estado sobre o indivíduo, de que se ocupou Michel Foucault.

O contexto revolucionário de 1848 projetou o lema que constituiu um dos princípios que enformam o propósito moralizador do combate ao analfabetismo: “Ouvrez une école, fermez une prison!”. Não obstante as diversas medidas então tomadas com idêntico objetivo, incluindo a criação das bibliotecas populares, públicas, escolares, somente no final do século a concorrência entre essas instituições começou a dar sinais de mudança, com a diminuição das condenações criminais, o que vem reforçar o vigor do discurso moralizador¹⁰¹.

O último quartel do século XIX assistiu a um movimento de expansão do ensino e da instrução que incluía a iniciativa de criação de bibliotecas públicas, municipais ou populares, e também escolares. Um autor contemporâneo, Mevil Dewey, refere-se a esta época, como o “século das bibliotecas”¹⁰².

A criação das bibliotecas populares, a par de outras iniciativas em prol do desenvolvimento da educação popular, integra-se num amplo movimento filantrópico que acompanhou a construção da sociedade liberal oitocentista, como se pode perceber pelo

⁹⁸ Florentino Sanz Fernández - *As raízes históricas dos modelos actuais de educação de pessoas adultas*. 2006, pp. 20-21.

⁹⁹ Reconhecendo o papel das políticas e das bibliotecas públicas no século XIX, como refere W. J. Murison: “Nos Estados Unidos, a igualdade social foi um dos objetivos das bibliotecas públicas. Na Grã-Bretanha. As bibliotecas foram um esforço no sentido de reduzir as diferenças sociais, dando às classes trabalhadoras as mesmas condições de que desfrutavam os membros mais ricos da sociedade”. Citado por Bob Usherwood - *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*. 1999, p. 34.

¹⁰⁰ Diogo Ramada Curto - *Introdução: Comunidades de Leitura e Sociologia da Cultura*. 2009, p. 7.

¹⁰¹ Eugène Morel - *La librairie publique*. 1910, p.23.

¹⁰² “ On regardera notre époque (...) comme le siècle des bibliothèques, de même qu’il y eut naguère un siècle des cathédrales.” Maurice Pellisson - *Les Bibliothèques Populaires à l’étranger et en France*. 1906, p. 30.

nome das instituições associadas a essas iniciativas em diferentes países europeus¹⁰³: a *Sociedade para a Educação Popular*, na Áustria-Hungria, resultou da influência trazida dos EUA pelo filantropo Dr. E. Reyer. De igual modo, foi com o apoio de Duepetiaux que se constituiu, na Bélgica, *A Liga do Ensino* (1864). Noutros países europeus a iniciativa privada e a organização cívica deram origem a diferentes associações, tais como a *Sociedade do Bem Público*, responsável pela existência de 312 bibliotecas em 1901, na Holanda; a *Sociedade para a instrução e educação do Povo* (Suíça), a *Sociedade das Publicações Populares* (Dinamarca), que contou com o dinamismo das associações de estudantes; a *Sociedade para a Propagação dos Conhecimentos Úteis* (Suécia), a *Sociedade Promotora das Bibliotecas Populares* (Itália). Em França destacou-se a intervenção de algumas associações congêneres: *Amigos da Instrução*; *Liga do Ensino*, *Sociedade das Bibliotecas Populares do Alto Reno e*, em Paris, a *Sociedade dos Amigos da Instrução* e a *Sociedade Franklin*.

Entre os casos de maior sucesso contam-se os países escandinavos, para além da Inglaterra¹⁰⁴ e dos Estados Unidos da América. A principal razão prende-se ao desenvolvimento do ensino entre as crianças e jovens e à capacidade de as populações se organizarem em associações que promoveram a criação de bibliotecas, recorrendo frequentemente à contribuição das populações.

Considerando a relação entre desenvolvimento do ensino e expansão de bibliotecas públicas, é apontado, na Europa, o caso da Suíça, onde o número de bibliotecas era bastante significativo, sobretudo na parte alemã: uma iniciativa suportada pelo estado em cerca de metade, o que é coerente com o seu investimento no ensino.

A situação afigurava-se mais positiva nos países reformistas, de religião protestante, onde o ensino obrigatório com o incentivo à leitura da Bíblia, contribuiu para a

¹⁰³ Cf. Maurice Pellisson - *Les Bibliothèques Populaires à l'étranger et en France*. 1906, pp. 95 – 143. Esta opinião é corroborada por Eugène Morel, um especialista e conhecedor de bibliotecas de diferentes países.

¹⁰⁴ Não é consensual a opinião expressa por diferentes autores coevos relativamente ao nível de desenvolvimento do ensino na Inglaterra na segunda metade do século XIX. Considere-se as avaliações de Émile de Laveleye, Maurice Péllisson, E. Morl e C. Hippeau. Este último, reportando-se aos anos de 1870 considera que apenas nos EUA há uma verdadeira concretização do ideal de educação popular e aponta para Inglaterra o impacto da iniciativa religiosa no desenvolvimento do ensino. O primeiro também coloca este país ao lado dos estados europeus que ainda apresentam cerca de metade da população numa situação precária de instrução. M. Péllisson e E. Morel associam a Inglaterra e os EUA nos seus estudos sobre as bibliotecas populares e a sua influência no ensino e consideram estes países casos de sucesso, muito embora M. Péllisson situe o ponto de “viragem” da Inglaterra na década de 1870.

Cf. Maurice Pellisson - *Les Bibliothèques Populaires à l'étranger et en France*. 1906; Eugène Morel, *Bibliothèques...* 1908; Émile de Laveleye - *L'Instruction du Peuple*. 1872; C. Hippeau - *L'Instruction publique en Angleterre*. 1872, p. 41.

redução do analfabetismo. Um dos melhores exemplos é a Alemanha (destaque para a Prússia), que se transformou, no início do século XX, na “terra dos livros”, não somente porque detinha um notável comércio de livros a nível mundial mas também devido ao progresso das suas bibliotecas. Apesar das limitações de horário e a reduzida frequência de mulheres, que se verificava nas bibliotecas populares (27 em Berlim) e públicas, com uma ala de livros “populares”, a frequência de operários era incontestável¹⁰⁵ (c. 51% em 1900). Destaca-se a ação da empresa Krupp que criou bibliotecas para os seus operários. A preocupação da Alemanha com o domínio técnico é visível na importância dada ao “catálogo”, elaborado mesmo para as bibliotecas populares¹⁰⁶.

Na Rússia, onde o debate sobre o tipo de leitura que devia ser facultada ao povo mobilizou a atenção de alguns intelectuais contemporâneos, as bibliotecas populares não contaram com o apoio do Estado, que se empenhou sobretudo no desenvolvimento das bibliotecas escolares, deixando as outras para a iniciativa privada que começou a dar frutos a partir de 1855. É igualmente referido o sucesso das “escolas de domingo” e a fundação de uma universidade popular em Saint-Petersbourg.

Em Espanha, a intervenção reguladora do Estado manifestou-se primeiro na promoção do ensino e da leitura (1857 – Lei da Instrução Pública) e depois aprovou a “Carta das bibliotecas populares” (1869), muito embora as iniciativas práticas não acompanhassem o avanço legislativo. Não sendo imprescindível, a gratuidade do ensino podia resolver o problema dos países de alfabetização mais difícil, como a França, a Bélgica, a Espanha... Neste contexto, Portugal é apontado como exemplo¹⁰⁷ de um país no bom caminho em termos de reformas, apesar de os resultados não serem muito animadores. Uma questão essencial que alimentou o debate em torno da temática do ensino popular diz respeito à defesa da laicidade que se impunha nos países católicos: O estado era ateu (leia-se laico), o ensino também o devia ser¹⁰⁸.

Nos Estados Unidos da América a expansão das bibliotecas públicas pelas pequenas cidades, no final do século XIX, ficou a dever-se ao apoio de um industrial defensor do livre e amplo acesso à leitura, utilizando para tal o investimento dos impostos, Andrew Carnegie. Neste país, a tradição evangélica influenciou no desenvolvimento do

¹⁰⁵ C. Hippeau, op. cit. p. 85.

¹⁰⁶ A influência da Alemanha manifesta-se em Portugal também no domínio da pedagogia, através de especialistas como Adolfo Coelho que se assumem admiradores da obra levada a cabo neste país, sobretudo depois do processo de unificação. A criação da revista *Froebel* (1882-1884) é um exemplo.

¹⁰⁷ *Émile de Laveyele - L' Instruction du Peuple*. 1872, p. 271.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 50.

conceito de biblioteca pública que tinha sucursais que garantiam um serviço de apoio às escolas, facilitando a aquisição de livros, de acordo com a linha definida no Congresso das Bibliotecas realizado em 1900. A cidade de Nova Iorque possuía, em 1901, a biblioteca com mais utilização a nível mundial e que assegurava um serviço móvel¹⁰⁹, criado por M. Dewey, constituído por caixas com algumas dezenas/centenas de livros destinados aos centros populacionais mais pequenos e às populações rurais. A estatística do movimento da biblioteca era divulgada num “boletim” mensal.

Nos EUA as bibliotecas, condignamente instaladas em monumentais edifícios, são consideradas verdadeiros templos do saber. É traçada a imagem de um novo modelo cultural, que se impõe a partir do início do século XX, onde a leitura pública tem um papel fundamental. A grandiosidade do projeto está patente na analogia estabelecida por Eugène Morel: “...ère des bibliothèques – ère des cathédrales. Palais ou cottage, la plus belle maison du pays, ville ou vilage, est la Library – la nouvelle église. (...) elle vit de l’argent de tous elle est ouverte à tous (...)”¹¹⁰

No Reino Unido a lei fundadora surge em 1850: “Public Libraries Act “ é um documento essencial para o estudo das bibliotecas públicas inglesas mas remete também para a caracterização da situação francesa que é tomada como referência pela Comissão que preparou o diploma, assumindo o objetivo de colocar as bibliotecas municipais inglesas ao nível das francesas, a partir de um modelo ideal desenhado com base em dados parcelares e pouco fidedignos, na perspetiva de vários autores de ambos os países¹¹¹. A primeira biblioteca pública municipal surgiu em 1852, em Manchester, e teve direito a uma inauguração que contou com a presença de individualidades do universo cultural inglês, como o escritor Charles Dickens. Não obstante, é só a partir de 1870 que o progresso das bibliotecas públicas inglesas se consolida, para o que não foi estranho a criação da associação dos Bibliotecários do Reino Unido.

O interesse do governo inglês pela questão das bibliotecas públicas é evidenciado pela quantidade de diplomas legais (30) produzidos na segunda metade do século XIX. A sua utilização era entendida fundamentalmente como um complemento da escola. No entanto, o serviço público demorou algumas décadas a consolidar-se e foi a iniciativa particular (pagamento de quotas e/ou jóia e o contributo de alguns filantropos) que ajudou

¹⁰⁹ Esta iniciativa funcionou como modelo para a criação das bibliotecas móveis em Portugal, durante a Primeira República.

¹¹⁰ Eugène Morel - *La librairie publique*. 1910, pp. 99-100.

¹¹¹ Cf. Paul Sturges - *Les comparaisons anglo-françaises et leus application par les instigateurs du Public Libraries Act de 1850*”. 1989.

a minimizar as limitações orçamentais das classes trabalhadoras, para manter um fundo documental de qualidade, ainda que em quantidade reduzida.¹¹² Algumas destas bibliotecas chegaram até à atualidade, muito embora com as adaptações exigidas para pôr em prática a sua obra de instrução popular. O facto de os trabalhadores contribuírem com o pagamento de quotas deu mais liberdade a estas bibliotecas que assim se demarcaram das paroquiais, de foro religioso (evangélicas) e com um acervo mais específico. Mesmo depois de surgirem as bibliotecas públicas gratuitas alguns destes estabelecimentos mantiveram-se em funcionamento¹¹³, o que constitui um traço distintivo da realidade anglófona que se prende certamente ao nível de desenvolvimento económico / industrial (e cultural no sentido amplo do termo) deste país, que gerou uma classe operária mais ávida de instrução e de leitura e que por isso não se importava de pagar para garantir o acesso aos livros e jornais que pretendia ler.

Um autor coevo, declarado admirador da obra dos países anglófonos, particularmente a Inglaterra e os EUA, Eugène Morel, sublinha o significado dessa atitude favorável à leitura por parte das populações e das autoridades locais: organizadas no sentido de financiar a sua instrução/leitura, permaneciam livres para escolher as suas leituras e definir os regulamentos das bibliotecas que foram criando como verdadeiras bibliotecas públicas.

Elles servent à tous. Elles apprennent aux enfants la recherchent personnelle, la tolérance. Elles éveillent la curiosité, l'initiative, elles renseignent le commerçant, l'industriel sur les choses strictes de son métier, elles avertissent l'inventeur de ce qui vient de s' inventer aux quatre coins du monde. Elles mettent un peuple «au courant».¹¹⁴

¹¹² Algumas bibliotecas teriam cerca de 500 volumes, em meados do século XIX. Mas o entusiasmo pela leitura é sublinhado, ao estilo romântico da época, por autores coevos, como Samuel Smiles “ The books are exchanged once a month, on the day of the fool moon; on each occasion readers of all ages and conditions – farmers, shepherds, ploughmen, labourers, , and their children – resort to it, from far and near, taking away with them as many volumes as they desire for the month's reading” Cf. Thomas Kelly - *Early Public Libraries: A History of Public Libraries in Great Britain before 1850*. 1966, p. 210.

¹¹³ É apontado o exemplo da “Mechanics Subscription Library” em Edimburgo fundada em 1825 por 3 membros da “School of Arts” que pretendiam prosseguir estudos no verão quando a escola estava encerrada. Começou com 124 membros e 428 volumes, abrindo primeiro só à noite e depois todo o dia. Os subscritores eram essencialmente operários e todos eram leitores como afirma em 1851 J.W. Hudson, considerado o primeiro historiador da educação para adultos. Nesta data a biblioteca teria já cerca de 18.000 volumes, com prevalência da literatura *light* e novelas (2/3 do fundo) e manteve-se a funcionar independente até cerca de 1893, quando teve de concorrer com as bibliotecas públicas livres.

¹¹⁴ Eugène Morel - *La librairie publique*. 1910, p. 100. O autor refere como características essenciais da biblioteca pública, a existência de um orçamento para manter um fundo documental ajustado às necessidades e aos gostos dos seus utilizadores e um amplo horário de funcionamento, das 8 h às 22 h.

A avaliação sobre o funcionamento das bibliotecas populares em França, no final do século XIX, não é convergente. Numa obra contemporânea, onde se compara a situação das bibliotecas francesas às de outros países europeus e EUA, destacam-se as vantagens das bibliotecas americanas e inglesas: ricas coleções, espaços mais apropriados, horário mais alargado, melhores condições e, por isso, mais atividade; o caso da Alemanha também é salientado pela recuperação do atraso e o progresso alcançado, ao contrário da França, onde não foi feito um investimento correspondente à importância que se admitia que as bibliotecas populares pudessem ter no desenvolvimento da instrução pública, deixando-se para a iniciativa privada a responsabilidade de criar esses institutos. Todavia, sublinha-se o cariz educativo e social das bibliotecas populares: “La vraie école de l’homme du peuple, c’est la bibliothèque”¹¹⁵.

O investimento do Estado francês (Segundo Império) foi sobretudo a favor das bibliotecas escolares: aumentou em 2,5 o valor investido entre 1871 e 1885, começando depois a decrescer conforme subia o número de bibliotecas. A aposta no desenvolvimento deste tipo de bibliotecas começa na década de 1860, com a criação da “biblioteca-armário” para apetrechamento das escolas em livros, escolhidos e subvencionados pelo estado, seguindo um catálogo oficial. Com o ministro Jules Ferry, no final da década de 1870, o modelo de biblioteca popular impôs-se, e absorveu as bibliotecas escolares existentes, originando um sistema mais vasto que corresponde à transformação da Comissão das Bibliotecas Escolares em Comissão Consultiva das Bibliotecas Escolares e Populares (1879)¹¹⁶.

A evolução contou com o engajamento dos professores primários e incluiu também a criação de bibliotecas itinerantes, a partir de 1907, mas que acabam por ser integradas nas bibliotecas escolares, o modelo que prevalece na segunda década do século XX. O que não invalidou que as bibliotecas populares e municipais fossem também alvo de uma regulamentação mais específica que incluiu a função dos bibliotecários, uma classe que alcançaria maior visibilidade depois de constituída a Associação dos Bibliotecários franceses, em 1906.

Não obstante, o interesse e o investimento ficaram, em França como em Portugal¹¹⁷ e noutros países europeus, aquém das necessidades para desenvolver as bibliotecas e a

¹¹⁵ Maurice Pellisson - *Les Bibliothèques Populaires à l'étranger et en France. 1906*, p. 200.

¹¹⁶ Jean Hébrard – *As Bibliotecas Escolares*. In Maria Cristina Meneses (Org.) - *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. 2004, p. 25.

¹¹⁷ Em Portugal, a prevalência do espírito de conservação nas bibliotecas “públicas” manteve-se praticamente até à década de 1980, justificando a apresentação do “Manifesto sobre a Leitura Pública em Portugal” (4 de

leitura pública, destacando-se a ideia de uma superior atenção canalizada para a conservação dos fundos documentais antigos que de tão numerosos foram integrar os fundos das bibliotecas populares e municipais, em detrimento da divulgação e da democratização do livro e da leitura.¹¹⁸ Em Portugal, a prevalência do espírito de conservação nas bibliotecas “públicas” manteve-se praticamente até à atualidade.

Para melhorar as bibliotecas populares tornava-se necessário reforçar o controlo do Estado e introduzir uma taxa municipal. A dispersão de bibliotecas, que significava dispersão de recursos, devia dar lugar à consolidação das bibliotecas municipais e livres (bibliotecas públicas), descentralizando-se o acesso aos livros através das bibliotecas itinerantes para preparar as conferências populares, por exemplo. Neste âmbito, é curioso destacar o facto de numa obra coeva¹¹⁹ (1904) que pretende dar conta das iniciativas complementares à escola, onde são referidas as universidades populares, a ação dos grupos/associações de jovens, as conferências populares, entre outras, não ser feita qualquer menção às bibliotecas populares ou públicas.

A insuficiência das bibliotecas populares para o cumprimento da missão de leitura pública que lhes competia é sublinhada pelos autores contemporâneos que, como Eugène Morel, criticam a conceção hierarquizada (de “castas”) que os franceses tinham em prol da defesa da constituição de verdadeiras bibliotecas públicas.¹²⁰

Nas conclusões apresentadas num estudo sobre as bibliotecas francesas e estrangeiras, merece particular destaque a ideia de que as bibliotecas populares mais duradouras foram as que mantiveram ligação às bibliotecas eruditas para cedência de livros e informações, o autor põe em causa a adaptação de obras para o povo ou a criação de coleções próprias, pois considera que ele pode ler os livros escritos para todos, pode ter acesso á alta ciência como á alta poesia. Trata-se, no fundo, de recusar a visão dicotómica de erudito/popular, entendendo-se que existia uma circulação de leituras e diferentes apropriações dos mesmos textos.

Fevereiro de 1983) que, para além de radiografar o panorama existente, desencadeou a criação de uma rede de leitura pública integrando as bibliotecas municipais que começou a dar frutos na década seguinte. Cf. M. José Moura (coord.) - *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais* (Relatório) 1986, Anexo D.

¹¹⁸ Cf. Pierre Casselle - Les pouvoirs publics et les bibliothèques. In Martine Poulain (Dir.) - *Histoire des Bibliothèques françaises*, vol. 4. 1992, p. 115.

¹¹⁹ Max Turmann - *L'Éducation populaire. Les oeuvres complémentaires de l'École*. 1904.

¹²⁰ “Surtout nous voudrions détruire cette idée que les librairies publique ne sont pas que des bibliothèques populaires élargies e améliorées (...)” Cf. Eugène Morel - *La librairie publique*, 1910, p. 144.

Considerando a generalidade dos países referidos, é de salientar a grande quantidade e a diversidade de iniciativas, muito embora com uma localização privilegiada nas cidades. De registar também o concurso de várias entidades, incluindo o apoio do Estado, mas com prevalência da iniciativa privada, quer pelo contributo de alguns filantropos, quer de associações de pessoas preocupadas com o desenvolvimento da educação e da leitura. É de assinalar que, apesar das diferenças de organização, dimensão e utilização patentes nas bibliotecas, públicas ou populares, há um aspeto comum: o predomínio dos romances entre as obras escolhidas para leitura, que representava cerca de 56,1%., na biblioteca de Leeds, Inglaterra, em 1909.

2.2. Portugal

A documentação analisada permite-nos referir que não se verificou um assinalável desfasamento cronológico entre Portugal e a generalidade dos países europeus no que se refere à implementação das bibliotecas populares e da leitura pública. Quanto aos resultados, afiguram-se genericamente inferiores, muito embora o rigor da sua avaliação relativamente a outros países esteja comprometido pela escassa e descontinuada informação estatística e pela falta de preservação dos arquivos desses institutos.

As vicissitudes da implantação do liberalismo em Portugal, decorrentes da revolução de 1820 e da guerra civil, marcaram a primeira metade do século XIX e refletiram-se na política cultural definida para o país. A principal medida foi a recolha, organização e distribuição das livrarias dos conventos extintos, levada a cabo pelo DLEC¹²¹ e que assumiu tais proporções que permitiu a alguns autores falar num “sistema integrado de bibliotecas”, na medida em que visava a criação de diversas bibliotecas de natureza e alcance diferente (públicas, especializadas, técnicas...), de forma a dar resposta às necessidades de múltiplos utilizadores. É de origem francesa a inspiração para a criação de uma rede de “bibliotecas públicas”, fazendo uso das obras herdadas dos antigos conventos; esta iniciativa não teve um alcance nacional como se pretendia mas atingiu várias capitais de distrito e alguns municípios¹²².

¹²¹ A sigla utilizada para referir o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.

¹²² Entre as décadas de 1830 e 1870 foram criadas bibliotecas nas capitais de distrito: Vila Real, Bragança, Viana do Castelo, Porto, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Braga, Santarém, Évora, Faro, Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada; bibliotecas municipais em Setúbal, Vila Franca de Xira, Vila Viçosa, Caldas da Rainha, Peniche e em vários outros concelhos. Cf. Paulo Barata – *As Bibliotecas no Liberalismo: definição de uma política cultural de regime*. In *Análise Social*. Nº 174, 2005, p.41 e Carlos Rebelo - *A Difusão da Leitura Pública*. 2002, pp. 95-97.

Até à década de 1870 – 1880, o panorama em matéria de acesso a livros e práticas de leitura foi dominado sobretudo pela atividade dos Gabinetes de Leitura, não tanto pela quantidade de estabelecimentos, que teria atingido a meia centena, durante o século XIX, mas sobretudo pelo significado que tiveram junto do público leitor. A ligação direta que alguns destes institutos mantinham ao comércio livreiro contribuiu para uma certa forma de *marketing* da sua atividade que não se encontra para a utilização das bibliotecas “públicas”, não obstante terem mantido um acesso restrito. Os Gabinetes de Leitura em Portugal foram utilizados apenas por pessoas da burguesia que podiam dispor do montante exigido para uma quota/assinatura regular que lhes garantia o direito de alugarem alguns livros por mês.¹²³

As bibliotecas populares começaram a ser solicitadas em Portugal na segunda metade do século XIX¹²⁴ mas a sua criação oficial fez-se através do decreto de 2 de Agosto de 1870. O objetivo essencial da sua criação, “... desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instrutiva.”, identifica-se com o interesse de legitimação do poder dos novos Estados-Nação através do voto, para o que era necessário produzir um número significativo de cidadãos-eleitores, o que justificava a política de alfabetização, consubstanciada pelas leis de 1866 que fixam a obrigatoriedade escolar e introduzem a inspeção¹²⁵. Para o estabelecimento das bibliotecas populares contava-se com a intervenção das câmaras municipais (incluindo as juntas de freguesia), das juntas gerais do distrito e das juntas de paróquia.

¹²³ Os Gabinetes de Leitura funcionaram essencialmente na vertente de “aluguer de livros” (leitura domiciliária), mais do que como lugares para ler, ao contrário do modelo francês que lhes serviu de inspiração. O valor a pagar era na ordem dos 200 a 400 réis. Esta temática foi estudada, entre outros, por Rosa Stevens - Gabinetes de Leitura em Portugal no Séc. XIX (1815 – 1853). In *Revista da Universidade de Aveiro/Letras*. Nº 1, 1984, pp. 213-235, citada por Manuela Domingos - *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do séc. XIX*. 1985, pp. 144. Na obra de Fernando Guedes - *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história Séculos XVIII e XIX*. 1987, podemos encontrar mais referências aos gabinetes de leitura e respetivos catálogos que nos dizem da diversidade da sua natureza (quantidade; conteúdos; origem das obras), diferenciando sobretudo os gabinetes de “leitura portuguesa e os de “leitura francesa”. O autor deixa-nos a ideia de uma “...grande popularidade dos gabinetes”, confirmada pela quantidade de “memórias” que nos chegaram desses estabelecimentos de leitura (ao contrário do que acontece com as bibliotecas populares e municipais do mesmo período, dizemo-lo nós), op. cit. p.170.

¹²⁴ Num artigo publicado em 1865, no *Archivo Pittoresco*, M. Pinheiro Chagas põe a nu a questão do analfabetismo português e as dificuldades com que se debate o ensino primário e os respetivos professores. Destaca a resistência dos camponeses à leitura e à instrução e, tomando como exemplo o caso francês, defende a criação de bibliotecas populares, Cf. - *Bibliothecas Populares*, vol. VIII, pp. 126- 132.

¹²⁵ No final de 1860 estava em curso a transição entre dois movimentos histórico – pedagógicos muito significativos: escolarização da alfabetização, nacionalização curricular, normalização pedagógica e, por outro lado, a burocracia da estrutura escolar. Cf. Justino Magalhães - *Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização* (Séculos XVIII-XX). 2010 p.169.

A esta iniciativa não terá sido estranho o exemplo espanhol em que, depois de 1869¹²⁶, num contexto marcadamente revolucionário, se evidenciam algumas medidas de “regeneração” de carácter social, educativo e cultural, com destaque para o projeto de criação de bibliotecas populares, associado aos nomes de Felipe Picatoste¹²⁷, o mentor da ideia, e de José Echegaray, ministro do Fomento, impulsionador da criação e fétiva destes institutos de leitura que contavam com um apoio em obras, o núcleo inicial, muito reduzido (150- 200 volumes), uma semente que esperava colaboração de outros: autores, editores, particulares e, sobretudo, dos municípios instados a criar essas bibliotecas. As vinte iniciais multiplicaram-se, chegando a noventa e três, no prazo de um ano. Entre 1869 e 1885 terão sido criadas 1085 bibliotecas populares, em Espanha, com uma cadência diferenciada, sendo mais abundantes em períodos de governos progressistas e liberais e em menor número durante a vigência dos governos mais conservadores.¹²⁸

Bem mais modesto foi o quadro de realizações nesta matéria, em Portugal. No conjunto de 41 bibliotecas populares concedidas pelo Estado entre 1870 e 1886, apenas 11 estavam a cargo das escolas ou de associações afins. A maior responsabilidade cabia aos municípios, com 29 bibliotecas populares, e apenas duas dependiam das Juntas de Paróquia.

Os livros que constituíam o fundo inicial eram entregues pelo Estado, que detinha o controlo das leituras disponibilizadas ao povo. Às câmaras municipais competia a atribuição de um subsídio de 50\$000 para a manutenção desses equipamentos. A interrupção do seu funcionamento implicava a devolução dos livros carimbados com a identificação de “propriedade do estado”.

¹²⁶ A 1ª disposição legal que se ocupa das bibliotecas populares em Espanha surgiu em 23 de setembro de 1847; além de estabelecer normas para a instrução primária recomendava a criação destas bibliotecas que ficariam a cargo dos professores primários. As bibliotecas populares como auxiliares das escolas rurais é uma ideia que ganha forma com o apoio de Pablo Montesino, muito embora fosse preciso esperar um novo período progressista, para obter a aprovação da Lei de Instrução Pública (9 setembro 1857) de Claudio Moyano, base da educação em Espanha até ao início do século XX.

¹²⁷ A principal fonte para o estudo desta temática é a sua obra “Memoria sobre las Bibliotecas Populares”, apresentada em 1870 ao ministro do Fomento José Echegaray. Cf. Juan Sánchez, Sánchez - *Lectura Pública en la Provincia de Toledo (1771 – 1997)* [em linha]. [consultado em 22/2/2015] Disponível em: <<http://www.realacademiatoledo.es/files/toletum/0038/lecturajuan.pdf,pub>>.

¹²⁸ A tese de A. Viñao Fraga é de que o investimento nas bibliotecas populares está associado ao liberalismo progressista. Citado por José A. GÓMEZ HERNÁNDEZ - *La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares». De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner*, in *Revista general de información y documentación*. Vol. 3, Nº 2, 1993, p. 71.

Em todos os diplomas legais desde o decreto de 2 de agosto de 1870, da autoria de D. António da Costa, é evidente a relação entre estes institutos de leitura pública e a instrução popular/pública, considerando-se um complemento da escola, acrescido de responsabilidades éticas e morais, o que deve ser entendido no contexto de uma sociedade liberal em que o trabalho era considerado o maior dos bens e o progresso económico, social e cultural uma finalidade suprema.

Na “Circular” enviada aos inspetores das escolas primárias, em 22 de Fevereiro de 1875, sublinha-se a ideia do que devem ser as bibliotecas populares: “... o complemento da escola e exercem uma influencia salutar sobre a morigeração das classes operárias...”, reclamando por isso particular atenção. Esta circular faz referência também às escolas noturnas, para “... ensino ou aperfeiçoamento dos adultos. (...)” e às conferências pedagógicas. Ressalta ainda a preocupação relativamente aos livros escassos e de utilização pouco criteriosa, atendendo aos princípios, à linguagem e conteúdos morais.

Em traços gerais, o contexto político, económico – social e cultural que acolhe esta iniciativa é o de uma sociedade liberal, onde as teses do Progresso, sustentadas por um ideal de homem perfectível, ganham cada vez mais adeptos, enfrentando as reservas daqueles que encaravam o acesso ao conhecimento e à leitura como um perigo social e apontando o desenvolvimento da instrução popular como um caminho alternativo ao que era indicado pelos defensores das ideias mais elitistas. Torna-se relativamente consensual a ideia de ser vantajosa a existência de uma “unidade cultural”, que aproximasse a elite política e os cidadãos, constituindo uma referência estruturante do ideal de Estado-Nação triunfante no século XIX.

Num contexto marcado pela aliança do cristianismo e da democracia, acreditava-se no potencial da educação para a morigeração dos costumes¹²⁹ e na sua função emancipadora, uma ideia que teve seguidores entre Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho e, na mesma linha, D. António da Costa que coloca as mulheres no centro das atenções em matéria de educação, considerando-as potenciais utilizadoras das bibliotecas populares¹³⁰, pese embora o facto de ainda lhes estar vedado o direito de voto.

¹²⁹ «A instrução não tem limites; é o pão inesgotável (...) É pela instrução que o trabalho se torna mais agradável, se torna mais productivo. (...) nas vantagens moraes da instrução popular, facilmente se comprehende que quanto mais accessível e desenvolvida for a instrução mais regulados hão de ser os costumes populares (...)». Cf. Avelino da Silva Guimarães - *Revista de Guimarães*. Nº. 1, Janeiro de 1884, p. 23.

¹³⁰ No “Relatorio” do decreto de 2 de agosto de 1870 expressa a sua intenção: “(...) a biblioteca entra-lhes por assim dizer em casa, procura e instrue principalmente a mulher e a creança.”.

A lei eleitoral de 1878, gizada pelo ministério de Fontes Pereira de Melo, visava alargar as bases de apoio/legitimação do regime monárquico - constitucional e daí a importância da escolaridade obrigatória que significava a imposição da condição cultural (e familiar) sobre a condição económica, própria do voto censitário. Na prática, o número de eleitores quase duplicou, num período de cinco anos, entre 1875 e 1880. Este facto é indissociável da projeção alcançada pela instrução popular, que revestiu também um carácter menos formal, através de cursos noturnos e palestras destinadas a iniciar os adultos analfabetos na prática da leitura e da escrita e a transmitir-lhes conhecimentos básicos, essenciais, preparando-os para o exercício da cidadania. Não obstante, a base de legitimação do regime liberal era muito reduzida, correspondendo a valores que se situavam entre os 10% e os 19% da população total no período decorrente entre 1864 e 1890¹³¹.

Com o advento da Primeira República ganhou ainda mais força a ideia da necessidade de preparação de um corpo eleitoral consciente e convicto da importância dos ideais republicanos, capaz de oferecer resistência às ofensivas monárquicas e anti-democráticas. A determinação da obrigatoriedade de ser alfabetizado para exercer os direitos políticos está patente sobretudo no código eleitoral de 1913 e nas alterações decretadas em 1915¹³², o que terá motivado os homens de condição mais humilde a procurar instrução por vias muito diversas e condizentes com a sua idade e situação profissional¹³³. Desta forma, o “positivismo republicano” manteve acesa a chama da crença no progresso e na regeneração da Pátria¹³⁴.

Numa outra ordem de ideias, o fontismo criou em Portugal as condições necessárias para a consolidação do capitalismo como ordem social hegemónica – o terreno em que são lançados os gérmenes da democracia contém já os elementos de oposição social que condicionarão o funcionamento desse sistema político, gerando no seu seio contradições, para as quais foram encontradas respostas que nos provocam alguma perplexidade. A ligação de Portugal à Europa tornou-se mais fácil e intensa, por via da política de fomento

¹³¹ A. Reis – Introdução. *Portugal Contemporâneo*. Vol. II, 1990, p. 8.

¹³² Constituiu exceção o período de governo de Sidónio Pais que decretou uma lei eleitoral que estabelecia o sufrágio universal para todos os homens maiores de 21 anos, incluindo os analfabetos, a maioria da população rural portuguesa, que legitimaram politicamente o seu golpe de estado.

¹³³ A taxa global de analfabetismo era de 75,1%, em 1911 e desceu para cerca de 67,8% (1930). Os resultados no combate ao analfabetismo ficaram aquém dos ideais e da propaganda da Primeira República mas esta descida significou uma redução superior à que se verificou, em idêntico intervalo de tempo, durante o período da Monarquia Liberal. Cf. A.H. Oliveira Marques - *História de Portugal*. Vol. II, 1977, p. 228.

¹³⁴ A. Reis - *Portugal Contemporâneo*. Vol. II., 1990, p. 9.

das obras públicas e meios de comunicação que incluíram o comboio, o telégrafo, o cabo submarino e, mais tarde, já nos alvares do século XX, a telegrafia sem fios e o automóvel, facilitando a penetração das ideias e influência dos modelos culturais europeus, sobretudo franceses, no nosso país.

A Modernidade nasceu e desenvolveu-se em Portugal sob o signo do assincronismo: ambicionava ser urbano mas a sua essência mais profunda era rural, representada por um povo analfabeto e sem consciência cívica. Um traço igualmente marcante foi o diálogo que associou nobres e burgueses no projeto de criação de um futuro para Portugal: o novo permanecia no antigo, transformando-o.

Uma análise mais fina dos números, centrada na estatística de 1869, revela as insuficiências mas também os avanços da instrução pública em Portugal, até essa data. Depois da guerra civil entre liberais e absolutistas (1834-1836) começam a definir-se as condições necessárias para a implementação do ensino obrigatório e gratuito: a legislação impõe a frequência da escola entre os 7 e os 15 anos mas a inspeção realizada vem mostrar a grande dimensão do incumprimento das determinações legais.

Existiam escolas equipadas, incluindo as que foram construídas por execução do legado do Conde de Ferreira, mas o problema do elevado analfabetismo persistia, ainda mais acentuado nas mulheres, apesar da evolução positiva em relação ao início do século XIX. As razões encontradas para justificar a “fuga” à escola estão relacionadas com a situação económica e social das famílias e com a negligência dos pais. A ação do Estado é determinante para o funcionamento do sistema de ensino em Portugal, impondo-se à influência das organizações católicas mas sem disponibilizar os meios necessários para uma cabal resposta aos problemas.

Pese embora as tentativas para estabelecer compromissos entre os ideais de descentralização e as orientações centradas na intervenção do Estado, particularmente profícua em matéria de legislação, nas iniciativas em prol da instrução popular prevalece uma linha mais centralizadora que não deixou de acolher os projetos financiados por entidades particulares, de carácter filantrópico, onde se destacam as escolas Conde Ferreira¹³⁵ - construídas a partir de 1867, para executar o legado deixado por este comerciante “brasileiro” que tentou conseguir um envolvimento direto das autarquias no

¹³⁵ “ En Portugal, le gouvernement s’est toujours montré extrêmement dévoué à la cause de l’instruction et de la science. Quando on sait que plusieurs personnes ont bâti des écoles à leurs frais, entre autres le comte Ferreira, et que dans 189 écoles sur 1,687 (...) le mobilier est fourni par des particuliers (...) on ne peut pas dire que les portugais ne comprennent pas l’importance de l’enseignement”. Cf. Émile de Laveyele - *L’Instruction du Peuple*. 1872, p. 271.

seu projeto, bem como o apoio do governo central, fazendo desencadear um “...processo de convergência estatal, associativa e privada, para a promoção da educação e da escola, enquanto serviço público.”. A referência ao projeto das escolas Conde Ferreira¹³⁶ é particularmente significativa¹³⁷, na medida em que alguns destes estabelecimentos acolheram bibliotecas de traços “populares”, dinamizando a sua vertente de apoio ao ensino¹³⁸.

Nesta complexa trama de laços político-administrativos, mesclados pelos ideais e ambições próprios de uma época tocada pelo progresso, impunha-se a articulação/negociação entre as estruturas locais (onde dominavam as forças vivas locais) e o poder central que nem sempre foi bem-sucedida, face aos pesados encargos financeiros acarretados pela obra que importava realizar no campo do ensino e da educação, no sentido de responder aos interesses dos grupos sociais em ascensão (pequena burguesia urbana de serviços, administração e negócios e uma oligarquia de pequenos proprietários fundiários) que usavam a escola para a sua carreira profissional e/ou política.

Andrade Corvo, num discurso pronunciado em 1866, aludiu a uma “luta pertinaz” entre os sistemas de centralização e descentralização no campo privilegiado que é o da instrução pública e “principalmente o da instrução popular”. Esta imagem acompanhou a evolução do regime monárquico e prolongou-se pela Primeira República. Carneiro de Moura, no seu “tratado” sobre a organização da “instrução educativa”, tecia fortes críticas às leis administrativas que esvaziaram de poder as (juntas de) paróquia, encetando o que o autor chama de “esteril centralização”. Na sua opinião, Portugal ganharia mais se houvesse, em cada paróquia ou grupo de paróquias, um amplo e arejado edifício onde pudessem funcionar os serviços administrativos, incluindo a escola com a sua biblioteca popular.¹³⁹

Para os políticos, o desafio era motivar e escolarizar um público refratário à escola, apesar de aderente às práticas socioculturais da leitura/escrita, e para isso precisavam das juntas de freguesia, onde se verificava mais sensibilidade para as questões da instrução, pois os

¹³⁶ O legado, no valor de 144\$000 réis, previa a construção de 120 escolas, de acordo com uma determinada tipologia, que incluía um espaço específico para a biblioteca. Esta planta influenciou a construção de outras escolas nas décadas seguintes, até ao início do século XX. Cf. Margarida Louro Felgueiras - O significado das Escolas Conde de Ferreira na Instrução Pública em Portugal. In *Escolas Conde Ferreira - Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*, 2009, pp. 29 – 37.

¹³⁷ Justino Magalhães - *Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização* (Séculos XVIII-XX). 2010, p. 537.

¹³⁸ A título de exemplo refiram-se as escolas de Lagos (distrito de Faro), Santiago do Cacém (distrito de Lisboa, concelho de Setúbal), Taboação (distrito de Viseu) em 1880, 1882 e 1883, respetivamente. Cf. ANTT, Ministério do Reino, “Relação das bibliotecas populares e escolares existentes no distrito de Lisboa e Relação das bibliotecas populares e escolares existentes no distrito de Viseu”, mç. 3678, n° 72 e Arquivo Histórico de Lagos, Livro n° 265 (1880-1881).

¹³⁹ Carneiro de Moura - *A instrução educativa e a organização geral do Estado*. 1909, p. 33

municípios regiam-se sobretudo pela conveniência política: a escolarização representava o processo de iniciação à cidadania ativa.

É neste sentido, de complementaridade entre estatal e civil, que deve ser entendida a lei de 31 dezembro 1868 - uma lei geral da instrução e da cultura que acolhia a iniciativa privada no quadro público, autorizando o estabelecimento de cursos livres. Nas bibliotecas públicas, os chefes podiam constituir “associações de leitores” (artº 46º) tendo em vista franquear a biblioteca aos sócios para além do horário normal.

De igual modo, os interesses dos livreiros e dos autores de compêndios e outros livros que se utilizavam no ensino da leitura, estavam orientados no sentido de encorajar os novos alunos, mostrando, através de exemplos e com recurso à ficção literária, a importância de dominar a leitura e tornando os livros mais apelativos, se não pelo uso de imagens, pelo menos através de títulos que procuravam desfazer a ideia da dificuldade de aprendizagem da leitura.¹⁴⁰

O contributo do movimento associativo foi importante para a alfabetização de adultos e crianças e na criação de bibliotecas e gabinetes de leitura, como faz notar José Félix Henriques Nogueira¹⁴¹. A análise sobre esta temática remete para o sentido de uma renovação das práticas da cidadania, num contexto de mobilização social e do progresso, protagonizada pela Regeneração cuja dinâmica de integração entre o nacional e o local desencadeou movimentos de resistência no sentido de conseguir a preservação das culturas populares.¹⁴²

Um aspeto peculiar é a posição em que é colocado Portugal, no que concerne ao consumo de jornais, apresentada num estudo sobre a “instrução do povo”, escrito por um autor francês. Num conjunto de 21 países, incluindo os EUA e a Turquia, Portugal, em 1868, estava em 7º lugar (posição relativa ao número de habitantes), à frente da França e da Inglaterra, entre outros Estados¹⁴³. Dados que nos chegam através de outros estudos, mostram um aumento da quantidade de jornais na ordem dos 72%, entre 1860 e 1870, e os valores apresentados são correspondentes.¹⁴⁴

¹⁴⁰ *Methodo Facilimo para Aprender a Ler tanto a Letra Redonda como a Manuscripta No mais Curto Espaço de Tempo Possivel* por Emilio Achilles Monteverde, 1871. Inclui um conto “Os dois pescadores” de onde se extrai a lição/moral sobre a “Necessidade de Aprender a ler”. pp. 119-121.

¹⁴¹ Referido por Justino Magalhães, 2010, p. 208.

¹⁴² As movimentações da Patuleia são apontadas como exemplo. Idem, ibidem.

¹⁴³ Émile de Laveyele - *L' Instruction du Peuple*, p. 482. O autor apresenta também dados comparativos no que concerne à frequência de escolas primárias do ensino público e, nesta matéria, a posição ocupada por Portugal é muito negativa: o 21º em 23 países.

¹⁴⁴ José Tengarrinha - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 1983, p.248. No gráfico apresentado com a “média aproximada da criação de periódicos em Portugal, no século XIX” destaca-se um “salto” ainda mais

Alguns anos mais tarde, já nos alvares da I República, Albino Forjaz Sampaio escreveu um texto a propósito desta prolixa criação de periódicos, destacando a sua curtíssima longevidade e a falta de rigor e profissionalismo dos responsáveis por muitos desses jornais:

É incalculável o numero de jornaes que nascem, vivem e morrem, sem que ninguém dê por isso. Todo o menino que acabou de metter o dedo no nariz, ou ainda mette, julga-se no dever de fundar um jornal. E funda-o. Á penna, ao copiographo, á machina ou impresso, o jornal sae. Todos são jornalistas e, o mais curioso, por culpa dos jornalistas. Todos teem jornal, e por culpa dos jornaes.¹⁴⁵

Considerando o contexto cultural das décadas de 1860-1870, no campo literário pontuaram os nomes de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho mas não cabe aqui dar conta das especificidades que marcaram a obra destes autores, nem tão pouco do impacto da sua intervenção social e política, sendo que a ação de Castilho incidiu mais diretamente na área da instrução. Para além de outras iniciativas, criou um novo método de leitura repentina, o *Methodo Portuguez*, e promoveu a sua divulgação.

Todavia, esta não foi a única razão que trouxe o poeta para a ribalta da cena político-cultural. A denominada “Questão Coimbrã”, centrada nos conceitos de “bom senso e bom gosto”, utilizados por Castilho para criticar a nova geração de escritores encabeçada por Antero de Quental que, ao contrário do autor do livro *Poemas da Mocidade*, Manuel Pinheiro Chagas, ousavam experimentar um novo estilo literário. A reação de ambas as partes, resultante da tensão entre duas mentalidades distintas, acabou por desencadear uma polémica que, pelas dimensões humanas e de mobilização de ideias conseguiu agitar, por algum tempo, o marasmo intelectual em que se vivia e evidenciar a premência da questão social, em particular no que respeita à regeneração das camadas sociais através da instrução.

A diatribe que opôs os seguidores de Castilho, adeptos da instituição conhecida como “Sociedade de Elogio Mútuo” ou “Escola do mesmo” ao grupo liderado por Antero

significativo na passagem de 1880 para 1890, quando a criação de jornais mais do que duplicou, passando de 90 para 184.

¹⁴⁵ Cf. Albino Forjaz Sampaio - *Jornaes & Jornalistas*. In *Prosa vil*, p. 111. O autor critica a falta de profissionalismo no trabalho do jornalista, a quem não era exigido curso nem responsabilidade, afirmando mesmo que “O jornalismo é feito de transfugas de todas as profissões.”, p. 112. Com a sua verve de tempero cáustico – humorista, classifica os jornais existentes, considerando diferentes tipologias, a saber: “os zoológicos e os musicas”; os “commedidos, conservadores, que não querem zaragata” e os “petroleiros, que não se contentam senão com matralhas, combates, revoluções”; os “meteorológicos”; os “infernaes”; os “pharmaceuticos”; “os que alumiam”; “o jornal para o calor”; “o que se come”; “o que aperta” e ainda os “magríssimos” e “os gordos”, entre outros. Idem, pp. 113 – 115.

de Quental, com uma postura crítica relativamente à vertente política da Regeneração, influenciado pelas ideias republicanas e do socialismo utópico, culminaria na realização das Conferências do Casino em 1871. Um rasgo de lucidez, de irreverência ou de ambos, que brandiu, por breves momentos, o torpor em que se quedava a sociedade portuguesa no último terço do século XIX, mas sem consequências apreciáveis, uma vez que, não constituindo propriamente um grupo, as características e interesses individuais imperaram e os percursos seguidos distanciaram-nos¹⁴⁶.

Na Modernidade que se afirma destaca-se uma racionalidade assente num ideário herdado do Iluminismo: Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Progresso, condimentado pela influência do “evangelismo social romântico”¹⁴⁷, uma reminiscência do espírito revolucionário de 1848, cujo rasto chegou até ao republicanismo português que se identificou com o projeto de integração social e cultural, capaz de congregar esforços à volta de um ideal colectivo nacional, centrado numa ética otimista e com uma dimensão messiânica que encarava a educação republicana como educação patriótica e concebia o cidadão como herói épico e solar¹⁴⁸. O sentido de apostolado consubstanciava-se no exemplo retirado dos professores primários.

O alargamento/obrigatoriedade do ensino primário estruturou a coesão nacional, intelectualizando a cultura, em detrimento de outro tipo de experiências e das culturas locais que foram destruídas ou desconsideradas, deixando sem referências consistentes os inaptos, os indivíduos que ficam fora do sistema oficial de cultura porque se mantêm analfabetos, situando-se à margem da estrutura hierarquizada e descendente da linha única de difusão cultural, a dos representantes do poder. Acreditava-se que a normatividade das relações sociais devia apontar para um aperfeiçoamento crescente dos indivíduos.

Nesta ordem de ideias, quando se questiona a razão dos resultados insuficientes alcançados por Portugal em matéria de alfabetização no século XIX, ganha sentido a ideia que aponta para a ausência de razões suficientemente fortes para impelir o Estado português a tomar as medidas necessárias ao desenvolvimento do ensino elementar e da educação popular, uma vez que a unidade nacional não esteve ameaçada desde a

¹⁴⁶ Antero, o mentor da “Geração de 70”, não conseguiu impor os seus ideais socialistas, cortou relações com Teófilo Braga e acabou por se suicidar; Oliveira Martins cedeu à institucionalização política, integrando o ministério da Fazenda em 1892; Eça de Queirós, o elemento mais firme, mantém-se afastado da política interna, usando a ironia como arma de ataque e crítica política e social; enquanto outros se deixaram dominar por posturas inibidoras de uma atividade política mais eficaz, como aconteceu com Guerra Junqueiro, convertido ao misticismo.

¹⁴⁷ Fernando Catroga - *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, p.113.

¹⁴⁸ Idem, pp. 290-291.

Regeneração, instalando-se uma tranquilidade que se confundia com a apatia e que bloqueava a vontade de mudar, através da educação extensiva à maioria da população¹⁴⁹.

Ensinar tudo a todos, o lema de cariz humanístico-científico¹⁵⁰, ganha projeção na Modernidade, gerando com isso fortes tensões de caráter social e político que os governos não estavam preparados para resolver, assim como para dar resposta ao desafio de criar bibliotecas populares “... para todos e para cada um”, a proposta assumida por D. António da Costa em 1870,¹⁵¹ invocada repetidamente por monárquicos e republicanos, durante a monarquia liberal, e retomada mais tarde, no governo da Primeira República, numa versão mais elaborada, que manteve a matriz dicotómica portadora de múltiplas tensões.

Entenda-se que não há originalidade neste entusiasmo pela instrução popular, nem tão pouco nas soluções encontradas para prosseguir na senda da democratização da cultura, sem beliscar a ordem social capitalista. Regista-se, sim, alguma diferença quanto aos resultados alcançados, o que terá de ser explicado tendo em conta as características próprias da realidade vivida no Portugal oitocentista¹⁵².

Algumas vozes dissonantes¹⁵³ tentaram agitar as consciências e beliscar o ideal de progresso social assente na crença do iniludível combate ao analfabetismo, considerado a principal causa do atraso cultural e moral dos portugueses. Destaca-se o nome de Adolfo Coelho¹⁵⁴, o pedagogo da controvérsia, o acérrimo crítico do “utopismo”, que não desiste

¹⁴⁹ Jaime Reis conclui a sua interpretação sobre o persistente analfabetismo em Portugal, no século XIX, com a ideia de que «... num quadro de maiores tensões, mais forte seria a vontade de educar e mais rápido teria sido o progresso da alfabetização em Portugal.» Cf. *O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação*. In *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, p. 35.

¹⁵⁰ Cf. Justino Magalhães - *Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização* (Séculos XVIII-XX). 2010, p. 442.

¹⁵¹ Cf. “Relatório” que antecede o decreto de 2 de agosto de 1870.

¹⁵² O retrato caricaturado que Eça de Queirós nos oferece nas suas “Farpas”, resulta do confronto entre uma visão mítica, irreal do país, com a sua realidade, gerando uma genuína vontade de superação da inferioridade portuguesa que se reflete na crítica dura, mordaz que sai da pena deste escritor. Refira-se, a título de exemplo, a sua apreciação sobre a instrução em Portugal, no século XIX, que ele classifica de “canallice pública”, mas salvaguardando o pensamento de D. António da Costa, como destacamos no capítulo dedicado ao “paladino da instrução popular”. Cf. *Eça de Queirós - Uma Campanha Alegre: de «As Farpas»*. Vol. II, p. 150.

¹⁵³ As críticas à organização da instrução popular são veiculadas por alguma imprensa da época, como o jornal *Vimaranense* que refere os gastos com a criação do novo ministério e dos serviços de inspeção, compostos por “uma pleiade de inspectores passeiantes”, enquanto as escolas continuavam a ser “verdadeiras espeluncas” e a legislação escolar mantinha-se “cahotica”; vid. nº 341, 13 de Julho de 1894.

¹⁵⁴ Francisco Adolfo Coelho (1847 – 1919) foi uma figura relevante pelos seus trabalhos no campo da pedagogia, linguística, etnografia e antropologia. Trabalhou em escolas e projetos de diferentes graus de ensino e fundou o primeiro Museu Pedagógico na Escola Normal Superior de Lisboa (1882). A participação nas célebres Conferências do Casino (1871) atesta a dimensão polémica da sua obra, que teve eco nas propostas republicanas para a reforma do ensino, apresentadas por uma Comissão da qual ele fazia parte (junho 1911). Não obstante, o autor manteve vivo o seu espírito crítico, avesso à rigidez e fixação que as leis

de questionar o sistema vigente, pondo a nu as limitações das sucessivas reformas do ensino secundário e primário: «... nisso se manifesta ainda a convicção de que o analfabetismo é em si um grande mal, que urge extirpar, como se ler, escrever e contar fossem o passaporte para o país da ciência, do patriotismo e de todas as outras virtudes, assim como da capacidade prática.». Numa outra passagem, o tom torna-se ainda mais duro “... A nossa crença ferrenha na leitura e na escrita...” tem por base a cultura de povos com pouquíssimo domínio da escrita/leitura.

Adolfo Coelho, admirador da cultura popular alemã, não deixa de lembrar que a escolarização não é garantia de progresso cívico político e moral por parte das populações rurais.”¹⁵⁵. Considerava fundamental um bom conhecimento do “potencial intelectual” do povo português, não escamoteando a questão central, para além de todos os outros obstáculos que eram geralmente apontados, a que se prendia à atitude do país em relação à educação e à sua valorização: “ Qual o grau de educabilidade do povo português? (...) Qual a capacidade educadora do povo português?”.

A resposta a estas dúvidas não era muito positiva, pese embora os progressos registados no investimento a nível da educação e da cultura nos últimos anos da monarquia e pela Primeira República. As classes populares revelavam alguma dificuldade em perceber o interesse da escolarização, talvez porque não descortinavam vantagens de ordem prática (económicas) com impacto imediato nas suas condições de vida¹⁵⁶.

Outrossim, entre os republicanos havia divergências que opunham os defensores do acesso de todos, letrados ou iletrados, ao exercício da cidadania política, através do voto, o sufrágio universal (Egas Moniz, Afonso de Lemos, Djalme de Azevedo...) e os que continuam a apoiar uma conceção mais elitista da prática política (Faustino da Fonseca, Teixeira de Queirós...) reservada apenas para as minorias “organizadas, actuando sob forte

representam e que não eram garantia de sucesso para a “missão social” da educação. Na sua opinião, a instrução não era obstáculo ao aumento da criminalidade.

¹⁵⁵ O autor sublinha o carácter anedótico deste princípio com os seguintes exemplos: um professor teria chegado a propor, numa conferência escolar em 1869, que ao indivíduo que não soubesse ler fosse concedida apenas “proteção animal”. Três décadas depois, num questionário formulado pela Associação dos Jornalistas de Lisboa, em Maio de 1902, aventava-se a hipótese de proibir o casamento a todo o indivíduo que não soubesse ler nem escrever. Cf. Adolfo Coelho - *Cultura e Analfabetismo*, pp. 143 e 172.

¹⁵⁶ Na obra *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, 1910, Adolfo Coelho escreveu que o povo não perceberia que «... a ilustração é a fonte caudal de todo o seu bem, se os frutos imediatos que dela colhe são só de trabalho e opressão.», p. 528.

disciplina mental”¹⁵⁷, o que explica as restrições ao voto das mulheres, analfabetos (e militares, por outra ordem de razões)

No último quartel do século XIX, os ideais regeneradores favoreceram a articulação entre analfabetismo e cultura cívica, abrindo caminho à intervenção dos valores laicos e patrióticos associados ao republicanismo. A Educação Nova respeita a autonomia dos alunos, praticando a coeducação¹⁵⁸ e a educação permanente de adultos, através das universidades livres e populares fundadas pela *Renascença Portuguesa*, a partir de 1912. As ideias e realizações da Primeira República em matéria de educação devem ser analisadas na perspetiva do prolongamento de um processo iniciado com as revoluções liberais, que não terá conseguido a concretização do almejado “homem novo” por insuficiência de tempo e de sensibilidade do corpo político para entender a natureza das resistências de um país que não absorveu a função demotépica do republicanismo.

Analisando o conjunto, múltiplo e diversificado, de iniciativas pedagógicas e culturais que se desenvolveram durante a Primeira República¹⁵⁹, alguns autores¹⁶⁰ são de opinião que o melhor da República construiu-se à margem do sistema de ensino oficial – intensa atividade cultural e educativa levada a cabo pelas associações operárias e populares e por grupos de professores e de intelectuais, através das Universidades Populares e Livres¹⁶¹; Liga de Educação Nacional... Congressos Pedagógicos e de Educação Popular e

¹⁵⁷ Cf. Catroga, Fernando - *O Republicanismo em Portugal Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2010, p. 178.

¹⁵⁸ Apesar de ter sido durante a Primeira República que se sedimentaram estas conceções pedagógicas mais inovadoras, são conhecidas algumas experiências anteriores, como as que surgiram associadas à criação da revista pedagógica *Froebel* (1882 – 1884) ligadas aos nomes de Adolfo Coelho, Consigleri Pedroso, Simões Raposo (inspetor do Ensino), Teófilo Ferreira (diretor da Escola Normal de Lisboa) e também dos representantes do município de Lisboa, incluindo as bibliotecas, Feio Terenas (bibliotecário geral) e Elias Garcia (Presidente da Câmara Municipal de Lisboa).

¹⁵⁹ A Primeira República levou a cabo múltiplas iniciativas associadas aos 24 centros republicanos e sobretudo às escolas móveis segundo o método de João de Deus (concorrente com o de Castilho) assumido como o grande instrumento de democratização do ensino elementar.

¹⁶⁰ Cf. António Nóvoa - *A República e a escola : das intenções generosas ao desengano das realidades*. 1998; Rogério Fernandes - *Uma experiência de Formação de adultos na 1ª República : A Universidade Livre para a Educação Popular* (1911 – 1917). 1993.

¹⁶¹ A criação destes institutos foi alvo de estudos específicos e aprofundados, com destaque para os trabalhos de Rogério Fernandes e Filomena Bandeira, das décadas de 1980 e 1990, respetivamente, a que acresce a investigação de Joaquim Pintassilgo, entre outros. Em Portugal, ao contrário de outros países europeus, como a França, não se regista grande diferença entre as universidades livres e populares, almejando ambas uma vulgarização científica e a difusão do ensino nos meios populares. Apesar da existência de experiências deste tipo ainda no final da monarquia, as Universidades Populares mais conhecidas ficaram a dever-se à *Renascença Portuguesa*: Porto (junho 1911), Coimbra (novembro de 1912). A seguir surgiram universidades populares em Vila Real e Póvoa do Varzim e depois a Universidade Popular Portuguesa, criada em Lisboa

o papel das Associações contra o analfabetismo. Este contexto favorável ao desenvolvimento da educação popular, desde os níveis mais elementares até aos patamares superiores, onde se chegou em vésperas da Primeira República, começou a esboçar-se na segunda metade do século XIX e foi ganhando consistência, que a mudança de regime apoiou e enquadrou politicamente, com a intervenção de alguns dos seus mais ativos elementos, como Bernardino Machado, que deixou testemunho da sua preocupação e das suas ideias sobre esta causa maior, cujo potencial político e ideológico precisava ser devidamente acautelado¹⁶² pelos republicanos que a transformaram numa bandeira na luta contra a monarquia. A educação republicana assume-se como uma educação patriótica, cuja principal missão era “fazer cidadãos”, no sentido de “nacionalizar” os portugueses.

No que respeita às bibliotecas, pode constatar-se que a legislação publicada durante a Primeira República assumiu uma orientação distinta do projeto apresentado pela comissão de reforma das bibliotecas populares, que se aproximava mais do modelo anglo-saxónico de biblioteca pública. O resultado foi a criação de uma secção popular na Biblioteca Nacional e um conjunto de bibliotecas móveis para chegar às populações rurais e das cidades mais afastadas da capital¹⁶³.

O sucesso destas medidas ficou comprometido pela divergência de opiniões relativamente ao funcionamento e à utilidade destas bibliotecas, oscilando entre os que as consideravam os motores das bibliotecas populares de cultura nos municípios (Bettencourt Athayde) e aqueles que, como Fidelino Figueiredo (diretor da Biblioteca Nacional), desvalorizavam o papel das bibliotecas móveis, considerando-as uma iniciativa menor para os gastos administrativos implicados, nomeadamente na manutenção da “Inspeção das Bibliothecas Populares e Moveis”. Nesta data (1918) gerou-se um debate sobre o significado da criação da Biblioteca Popular de Lisboa (BPL), como instituição autónoma da Biblioteca Nacional, sobrelevando-se argumentos que remetem para conceções distintas de biblioteca popular, naturalmente associadas a orientações políticas diferentes, uma controversa troca de opiniões que envolveu um conjunto de intelectuais, conhecido por Grupo da Biblioteca, onde pontuam os nomes de António Sérgio, Jaime Cortesão (diretor da BN entre 1919 e 1927) e sobretudo Raúl Proença.

em 1919. Anteriormente, em 1912, fora já criada, na capital, a Universidade Livre para a Educação Popular (ou do Povo) com estreitas ligações à Maçonaria.

¹⁶² “Quem mais sabe em Portugal, não são os seus dirigentes ociosos e egoístas, é o seu povo trabalhador, são os analfabetos”, Bernardino Machado (1904), citado por Rogério Fernandes - *Uma experiência de Formação de adultos na 1ª República: A Universidade Livre para a Educação Popular* (1911 – 1917). 1993, p. 12.

¹⁶³ O desenvolvimento destas iniciativas é tratado de forma mais detalhada num dos pontos do capítulo sobre a “geografia das bibliotecas populares”.

Preocupado com a questão cultural mas sobretudo com a questão política, o “hiato entre o escol e as massas”, ele considerava que só uma “profunda educação popular [poderia] salvar o mundo”. Neste âmbito, a par das universidades populares aponta va as vantagens das bibliotecas populares, numa dimensão de cultura profissional: “Elas são ainda um instrumento para aperfeiçoamento do trabalho, dentro de cada profissão. O seu papel é ter, no máximo círculo de população, o máximo efeito de acção divulgadora.”. Raúl Proença defendia a concentração de recursos numa grande Biblioteca Popular em Lisboa, em vez da sua dispersão por várias bibliotecas de pequenas dimensões, espalhadas pelo continente. O funcionamento e as vicissitudes que marcaram o percurso da BPL serão analisados num outro capítulo da tese, fazendo jus à dimensão da sua obra que contou com apoios e prerrogativas superiores aos que foram reservados para outras bibliotecas portuguesas.

Somente em 1931 foi publicada legislação que introduziu alterações significativas na organização das Bibliotecas, baseando-se em critérios economicistas para justificar a concentração dos serviços e das funções técnicas inerentes à Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, mas invocando também critérios do domínio da biblioteconomia, mais ajustados e atualizados, onde a separação popular/erudito não fazia sentido, impondo-se o conceito de biblioteca pública, dada a “dificuldade insuperável de saber onde acaba a leitura popular e começa a leitura científica e erudita.”¹⁶⁴

Face a esta deriva de conceções, entendemos que o sentido da dicotomia popular/erudita poderá esclarecer-se pelo confronto entre representações e práticas das bibliotecas populares, avaliando a representatividade das coleções populares nas bibliotecas homónimas, e abrindo espaço para um conceito de circularidade e partilha das leituras, entre leitores de meios muito diferentes.

2.3. Os conceitos: biblioteca popular; biblioteca municipal; biblioteca pública.

“ Quel pédant inventa le mot BIBLIOTHÈQUE laissant le mot français Librairie aux anglais?”¹⁶⁵

Com esta interrogação o autor inicia uma série de considerações sobre os termos biblioteca e livraria e, no âmbito da defesa de um sentido público para esses institutos que

¹⁶⁴ Cf. Decreto 19 952 de 9 Junho, uma espécie de “Lei orgânica das Bibliotecas”.

¹⁶⁵ Eugène Morel, apresentação do livro *La Librairie Publique*, 1910.

viabilizam a leitura pública, opta pelo termo “livraria pública”, um compromisso com o sentido da vulgarização da leitura¹⁶⁶.

Na verdade, em Portugal, o termo livraria era usual no séc. XVIII, antecedendo a utilização de biblioteca, uma palavra de origem grega cuja decomposição remete para o sentido do espaço/estante onde os livros são guardados, enquanto livraria passou a estar associada à comercialização do livro. Tornou-se também comum atribuir a designação de biblioteca a uma determinada coleção de livros.¹⁶⁷

O estudo de autores coevos deixa-nos a impressão de que não havia ainda uma sólida apropriação dos conceitos, relativamente recentes, que identificam estes institutos ligados à leitura, registando-se uma utilização pouco clara, até mesmo discordante e arbitrária da terminologia denominativa das bibliotecas, em particular dos termos popular, municipal¹⁶⁸ e pública¹⁶⁹. De igual modo, o conceito de gabinete de leitura é utilizado, na segunda metade do século XIX, em contextos muito diversos dos que assistiram à sua projeção na primeira metade desse século.

Eugène Morel, o paladino da verdadeira biblioteca pública: a “Biblioteca do Povo” (diferente de biblioteca popular, uma realização inferior e insuficiente, desprovida de capital cultural), servindo-se das estatísticas da cidade inglesa de Leeds, justifica esta classificação pela representatividade social e profissional, incluindo uma elevada

¹⁶⁶ Esta assunção reflete a admiração do autor pela conceção de leitura pública desenvolvida nos países anglófonos, de acordo com motivações de ordem económica, social e culturais bem definidas.

¹⁶⁷ Cf. J. Pinto Loureiro - *Como reformar as bibliotecas portuguesas*, pp. 7-9 e a sistematização feita por Carlos Rebelo - *A Difusão da Leitura Pública: as Bibliotecas Populares (1870-1910)*, pp. 23 – 27.

¹⁶⁸ Não existe propriamente uma produção científica, de autores contemporâneos, sobre o tema, mas um conjunto de considerações e orientações dispersas que nos fornecem representações destes institutos literários, com designações e sentidos pouco definidos, como se depreende das palavras do inspector das bibliotecas, arquivos e museus municipais, Joaquim Leitão, a propósito das bibliotecas municipais de Lisboa, «... nascidas com incerto destino, mixto de indefinidas bibliotecas populares e instrumentos escolares, anexos às antigas escolas municipais (...)». Cf. *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais* (revista trimestral), Dir. Joaquim Leitão. Lisboa, 1931, vol.1, p.7. Na mesma linha, situa-se o trabalho de J. Pinto Loureiro, pp. 14-15.

¹⁶⁹ A propósito do estudo da Sociedade Martins Sarmento, encontramos no mesmo documento, o *Relatório* apresentado pela direcção desta instituição à Assembleia Geral do Município de Guimarães, em 8 de Março de 1883, três designações distintas, a saber, “bibliotheca publica”, “bibliotheca na secção popular” e “bibliotheca publica e popular”, sendo de acrescentar a estas a designação oficial que figura no contrato de 1 de Junho de 1882 que estabelece a criação de uma “bibliotheca municipal e popular”. Muitas bibliotecas populares assumiram a designação de “municipais”, nas primeiras décadas do século XX, mas sem que a classificação anterior tivesse sido totalmente abandonada. É nessa linha que se situa o texto de Alvaro Néves - *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas: Apontamentos Históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

percentagem de utilização pelo sexo feminino (c. 40%)¹⁷⁰. Este autor defende a criação de uma Liga /associação para conceber um novo modelo de biblioteca pública, entendido como:

le bureau de documents de la vie courante, le centre de lecture urbaine e rural, qui preside au prêt dans la ville et dans les campagnes (...) la basilique de la cité moderne (...) l'école de rechercher et d'initiative, qui aide l'école, aide le lycée, remplace l'ancienne étude (...) l'accompagne dans la vie [l'élève], dans la vie active où l'on ne cesse jamais d'apprendre¹⁷¹

Nas décadas finais do século XIX as bibliotecas alcançaram uma projeção notável, representando o domínio da escrita sobre a oralidade; o seu progresso segue a par do investimento feito neste setor da educação, que se traduziu por um combate ao analfabetismo, com recurso não apenas aos mecanismos de ensino formal mas também aos cursos noturnos e conferências. Ainda que o fenómeno se tivesse mantido essencialmente urbano, durante o século XIX, o meio rural acabou por beneficiar destas iniciativas de instrução popular, nomeadamente as bibliotecas que proliferavam mesmo nas zonas rurais, pese embora as reduzidas dimensões e outras características do seu funcionamento que as tornaram pouco úteis para os trabalhadores rurais.

Nos países situados na esfera cultural anglo-americana, desenvolveu-se um conceito de biblioteca livre, pública, muito embora igualmente associado à instrução popular e mais condizente com a democratização das bibliotecas e do acesso à leitura, aparentemente sem as preocupações disciplinadoras que se encontram na experiência francesa e de outros países marcados pela sua influência, como Portugal.

A informação que consultámos sobre a generalidade dos países europeus e os EUA, tornou perceptível uma indefinição de terminologia, cuja aplicação variou de acordo com os modelos de biblioteca adotados e as características económicas e políticas dos respetivos estados. Nesta ordem de ideias, algumas bibliotecas municipais são apresentadas como unidades próximas das populares, enquanto outras surgem como bibliotecas eruditas, fixadas na conservação e na classificação dos livros e cujos horários de funcionamento atestam o desinteresse pela frequência das classes trabalhadoras.

Na mesma ordem de ideias, assinala-se a existência, em Portugal, de bibliotecas populares de carácter particular/associativo, apoiadas pelo Estado mas com um acesso

¹⁷⁰ Cf. Eugène Morel - *La librairie publique*. 1910, p. 42. O autor refere-se à biblioteca da cidade inglesa de Leeds, em março de 1909.

¹⁷¹ Idem, p. 315.

condicionado, praticando um regime livre apenas para os sócios. É o caso da biblioteca da “Associação Civilização Popular”, cujo regulamento prevê um funcionamento em horário noturno e livre para os seus sócios mas esclarece que será preciso garantir um bibliotecário efetivo, devidamente recompensado, para mantê-la “também franca ao público”¹⁷².

Na prática significava que nem todas as bibliotecas populares eram públicas, que os dois termos não estavam tão intimamente associados como se poderia supor. Não obstante, este é um conceito polissémico e que se define a partir de dimensões muito distintas como o acesso e o investimento: podem ser consideradas públicas as bibliotecas criadas a partir de subscrições públicas mas são igualmente públicas as que estão amplamente acessíveis ao público de todas as origens sociais.

Os principais problemas identificados pelos autores coevos e analisados pelos historiadores que se ocuparam do tema das bibliotecas potencialmente públicas, dizem respeito a questões que definem a especificidade de cada instituto:

- O fundo documental: quantidade e qualidade, tendo em conta a população leitora.
- Os aspetos técnicos e profissionais (inclui o investimento na formação do bibliotecário com capacidade para fazer o tratamento do acervo documental, cuidando do catálogo da biblioteca, e para orientar / acompanhar as leituras populares).
- O horário de funcionamento alargado e a ocupação de um espaço adequado aos utilizadores.
- A gratuidade da utilização das bibliotecas nas vertentes de leitura presencial e de requisição domiciliária.

É curioso referir que o conceito de biblioteca pública nos países anglófonos também evoluiu de bibliotecas pagas pelos seus utilizadores, classe média ou trabalhadores, ainda que com apoio de filantropos ou políticos – locais, para um conceito de biblioteca pública gratuita, no final do século XIX.

Nos países de industrialização mais precoce e consistente coloca-se com mais acuidade a valorização do acesso ao ensino e à leitura, entendidos como instrumento de progressão social e cultural. Alguns autores¹⁷³ sublinham a ambiguidade do conceito de leitura pública, utilizado no sentido de popularização da leitura, em particular pelos partidários do modelo anglo-americano de biblioteca, que não corresponde à versão mais reducionista dos defensores das bibliotecas populares (na linha de um humanismo liberal),

¹⁷² Cf. *Regulamento e Catalogo da Bibliotheca da Associação Civilização Popula*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 3.

¹⁷³ Cf. Martine Poulain (dir.), op. cit., vol. 4, p.39.

associadas no século XIX aos saberes mínimos veiculados nas escolas primárias destinadas à instrução popular, o modelo prevaemente em França e nos países da sua área de influência cultural, como Portugal.

Neste sentido, o leitor-modelo sonhado pelos bibliotecários no final do século XIX tinha de ser procurado nas bibliotecas inglesas e dos EUA. Em França e nos países influenciados pelo seu modelo dicotómico, verificou-se uma convergência dos discursos da Igreja e do Estado no sentido da imposição de uma moral, disciplinadora das leituras dos grupos inferiores: mulheres, operários e crianças. No início do século XX, estava ainda por nascer a leitura autónoma, sem enquadramento político e/ou religioso.

Em Portugal, a criação oficial das bibliotecas populares antecedeu as municipais. Muito embora a referência à existência destas bibliotecas seja anterior, não há indicação de legislação específica a determinar a criação de bibliotecas por iniciativa dos concelhos, até porque a organização dos municípios foi sofrendo muitas alterações ao longo do século XIX. Em Lisboa, as bibliotecas municipais adquirem desde a sua criação, em 1881, um estatuto diferente, assumindo-se como um compromisso entre o escolar e o popular.¹⁷⁴

Como já deixámos aqui exposto, Portugal acompanhou a tendência dos países europeus, nomeadamente da França, no que respeita à adoção de um sistema de classificação das bibliotecas mais abrangente e onde os critérios predominantes são, teoricamente, de ordem científica e não política, numa tentativa de diluir a dicotomia popular / erudito, como é assumido no decreto-lei publicado em 1931. Não obstante, em meados do século XX regista-se ainda a utilização de uma terminologia equívoca¹⁷⁵, para além de persistir o sentido dicotómico que estava em perfeita sintonia com o regime salazarista, onde o popular assume um lugar central no discurso ideológico e na instrumentalização política.

O olhar atento e técnico de alguns autores denuncia esta inconsistência denominativa e o apego persistente ao termo popular para diferenciar algumas bibliotecas, destinadas às classes inferiores, aos pobres, enquanto as outras se destinariam aos ricos, numa valorização social pejorativa que em alguns países foi desaparecendo pela preferência dada ao termo de biblioteca pública, como esclarece J. Pinto Loureiro, num

¹⁷⁴ “As Bibliotecas Municipais de Lisboa nascidas com incerto destino, mixto de indefinidas bibliotecas populares e instrumentos escolares anexas às escolas municipais (...)”, Joaquim Leitão, in *Anais das Bibliotecas Municipais*, nº. 1, 1931.

¹⁷⁵ A título de exemplo, no “Repertório das Bibliotecas de Lisboa” publicado na década de 1950 por António Ferrão, “Inspector das Bibliotecas e arquivos”, na classificação das bibliotecas municipais de Lisboa todas são consideradas de carácter “popular” e “públicas”, exceto a de Poço do Bispo que é considerada “popular” de “vulgarização”, sem que hajam assinaláveis diferenças entre elas. Cf. op. cit. pp. 72-74.

estudo apresentado na década de 1930, a que já fizemos referência e onde questiona a insistência no uso dessa designação, não apenas internamente, dando como exemplo o Código Administrativo de 1936, mas a nível internacional, curiosamente em documentos solicitados por um organismo sediado em França, o Bureau International du Travail da Sociedade das Nações, o que vem reforçar a estreita relação de influência francesa sobre alguns padrões culturais portugueses.¹⁷⁶

3. Condicionamentos políticos e sociais

A difusão da leitura e do ensino entre as camadas mais desfavorecidas suscitou reações contraditórias nas classes dominantes que assumiram feições diversas de acordo com o nível de desenvolvimento económico, leia-se industrial, dos estados, no século XIX. Os defensores da escolaridade obrigatória sustentavam a sua opinião numa argumentação positiva que se baseava na aquisição de bons hábitos e melhores capacidades para gerir o salário, afastando os operários dos locais de vício onde esgotavam as forças e o dinheiro. As preocupações sociais conjugam-se com as prioridades políticas que tendem a associar a extensão do direito de voto com o exercício da liberdade, em contextos de maior autonomia / descentralização, próprios da consolidação da democracia¹⁷⁷.

Ao lado de textos inflamados que condenam o analfabetismo, atribuindo-lhe as culpas pelo atraso dos países e propagando as virtualidades da leitura, surgem os discursos que veiculam opiniões reservadas e mesmo negativas, sobre a abertura às classes populares deste instrumento de revolta e contestação.

Para controlar este processo e manter a instrução do povo circunscrita às aprendizagens necessárias ao seu quotidiano de trabalho, ter-se-á afirmado a ação filantrópica e paternalista de carácter laico e religioso, responsável pela criação de muitas instituições de ensino e bibliotecas populares que inibiram, no entendimento de alguns autores, o aparecimento das bibliotecas operárias.

¹⁷⁶ O B.I.T. da SDN faz referência às seguintes obras: *Bibliothèques Populaires et Loisirs Ouvriers*, Paris 1933 e *Mission Sociale et Intellectuelle des Bibliothèques Populaires*. Paris, 1937. Cf. J. Pinto Loureiro, op. cit. pp. 16-17.

¹⁷⁷ Os EUA e a Suíça são apontados como exemplos da consecução da experiência democrática baseada nestes pressupostos: "... une liberté sans limites et sans entraves fleurit au sein d' une démocratie sans contre-poids et sans frein. D'où vient que de cette dangereuse combinaison naissent l'ordre, le bien-être, la richesse, la prospérité, le progrès? C'est que ces deux pays donnent au maître d'école la place qui lui revient, c'est qu'ils consacrent à répandre l'instruction, la plus grosse part de leur revenu. Faisons comme eux, et nous recueillerons les mêmes fruits, car on voit clairement que les produit. (...)". Cf. Emile de Laveley - *L'Instruction du Peuple*. 1872 p. 47.

A consecução de tão elevado propósito impôs-se às diferenças de carácter político e social, facilitando a convergência de forças e esforços em iniciativas desta natureza, como a Sociedade Martins Sarmento, criada em 1881, na cidade de Guimarães por um grupo de intelectuais e que representa um exemplo das iniciativas de carácter filantrópico que estavam acima de quaisquer interesses alheios à elevação do nível cultural e de instrução da população local e sobretudo mantendo-se afastada da “acção nefasta da política” e aberta a todos os ideais e crenças¹⁷⁸.

Os pilares¹⁷⁹ que sustentaram a promoção da leitura, no século XIX, nos meios populares foram o moralismo, o didatismo e o civismo. As “boas leituras” deviam facultar ao povo um conhecimento melhor dos seus direitos e deveres e dar algumas informações de carácter prático apenas. No entanto, as classes populares liam outras obras para além das religiosas, que lhes chegavam através dos mercadores ambulantes, sobretudo “literatura popular”¹⁸⁰.

Os debates em torno do carácter mais ou menos público da biblioteca iniciaram-se, em França, logo no século XVII, envolvendo dois especialistas em biblioteconomia defensores de opiniões opostas: Gabriel Naudé, apologista da abertura da biblioteca ao público, ao contrário de Claude Clément que defendia um uso mais restrito¹⁸¹. A troca de ideias sobre a dicotomia conservação / consumo estendeu-se até meados do século XX.¹⁸²

Para a primeira metade do século XIX são referidas duas instituições de promoção da leitura, destinadas a públicos diferentes: os mercadores ambulantes que afirmaram a sua acção no Antigo Regime mas prolongaram-na mesmo depois da criação das bibliotecas e outros estabelecimentos similares, assumindo a divulgação da literatura popular não apenas nos meios rurais mas também nas cidades e os gabinetes de leitura, frequentados pela burguesia, a classe social em plena ascensão política neste período e que teve as mais veementes manifestações de incompreensão e intolerância face à possibilidade de expansão

¹⁷⁸ Opinião veiculada num artigo sobre esta instituição, da autoria de António Guimarães, publicado na revista *Serões*. vol. VIII, 1909, p. 476.

¹⁷⁹ Cf. Noe Richter - *Lecture populaire et lecture ouvrière*. 1983.

¹⁸⁰ A especificidade destes livros pelo seu formato, pelos caracteres e pelo papel utilizados, é sublinhada por J.-J Darmon (apresentado como representante da elite operária) na sua obra *Grand colportage et culture populaire...* “... le livre de colportage ne variait pas depuis des siècles et ne ressemblait qu'à lui-même”. Cf. Françoise Parent-Lardeus - *Les Cabinets de Lecture sous la Restauration (1815)*. 1982.

¹⁸¹ “Si c'est un jardin, que ce soit un jardin fermé; si c'est une fontaine qu'elle soit scellée. Si c'est un trésor qu'il soit caché.”. Cf. Anne-Marie Bertrand - *Les Bibliothèques*. 2007, p. 18.

¹⁸² Em Portugal, o momento alto deste confronto de ideias situou-se na década de 1920, envolvendo uma plêiade de intelectuais e atores políticos designada por “Grupo da Biblioteca”, em referência ao palco deste debate: a Biblioteca Nacional de Lisboa.

da instrução (e do ensino) pelas camadas populares, numa clara expressão do seu desagrado e do seu receio deste crescimento popular. A influência destes institutos de leitura sobre a cultura popular foi marginal e pouco significativa¹⁸³, traduzindo-se em pontuais contaminações de alguns trabalhadores que estavam na sua área de influência.

A constituição dos fundos documentais das bibliotecas francesas contou com a incorporação das obras que pertenciam às instituições religiosas e com as que foram sequestradas das livrarias dos emigrados depois da Revolução. O gosto pela leitura dos autores clássicos era difundido como “antídoto” ao consumo de almanaques, livros de histórias ridículas e melodramáticas como as de Eugène Sue, como se pode constatar pela análise do catálogo modelo da Sociedade Franklin, onde abundam as referências aos autores antigos e aos clássicos do século XVII¹⁸⁴.

Dificultar o acesso à leitura para as camadas populares fazia parte do jogo de manutenção da distância entre as classes populares e a classe média que se sentia ameaçada no seu estilo de vida, no seu “habitus”¹⁸⁵ cultural, de aquisição relativamente recente.

Uma análise cuidada dos diferentes “Regulamentos” das bibliotecas municipais revela a existência de medidas de segregação que desmobilizam a sua utilização por parte dos grupos deixados à margem do acesso ao ensino e à cultura escrita, essencialmente as classes trabalhadoras¹⁸⁶ e as mulheres.¹⁸⁷ As vicissitudes do processo revolucionário liberal, com o epicentro na França durante praticamente todo o século XIX, condicionaram a implementação das bibliotecas populares representativas das aspirações proletárias, segundo um projeto jacobino ressuscitado em 1848, que constituía uma verdadeira política de democratização do conhecimento e da cultura mas não teve grande impacto junto dos trabalhadores por falta de investimento. Destarte, as iniciativas filantrópicas tornam-se cada vez mais importantes e recebem o apoio do Estado para os seus projetos (ex.

¹⁸³ Em 1866, Henri Ameline escrevia: “Les cabinets de lecture n’existent pas pour les ouvriers... Il est même à souhaiter qu’il ne s’en fonde pas pour eux”. Cf. Françoise Parent-Lardeus - *Les Cabinets de Lecture sous la Restauration (1815)*. 1982.

¹⁸⁴ Martyn Lyons - *Le Triomphe du livre: une histoire sociologique de la lecture dans la France du 19^e siècle*. 1987. [Acedido em 2 /09/2014]. Disponível em < <http://www.answers.com/topic/public-library>>.

¹⁸⁵ Cf. Pierre Bourdieu - *A Distinção* (1979), abordado por Luc Van Campenhout, pp. 169-170.

¹⁸⁶ O autor supra referido (cf. nota 182) exemplifica com a biblioteca d’Evreux cujo Regulamento (1833) estipula que “les ouvriers n’y seront pas admis en habit de travail”.

¹⁸⁷ Acerca da biblioteca criada em Popincourt (1868) por iniciativa de Frédéric Levy, à data presidente de câmara, diz-se que estava reservada “... uniquement pour la lecture sur place, aux habitants de l’arrondissement, à l’exclusion des mineurs de 16 ans et des femmes.». Cf. Denis Guerin - *La Lecture publique à Paris au 19^e siècle*. 1983.

Sociedade Franklin – 1862 e Liga do Ensino de Jean Macé - 1866) de vulgarização da leitura popular.

A experiência francesa, ao contrário da britânica, foi vincadamente centralizadora¹⁸⁸, quer no apoio financeiro, quer na consequente orientação das leituras populares, no sentido de aplicar os princípios moralizadores, capazes de educar o povo no respeito dos seus deveres em relação aos grupos dominantes, secundarizando o interesse pelo desenvolvimento do seu gosto pela leitura e todas as características que lhe estão associadas como a curiosidade, o espírito crítico e a liberdade, entre outras¹⁸⁹.

Num sentido diverso fixam-se as palavras de Eugène Morel, uma figura emblemática na sua missão de “profeta” da leitura e um incondicional admirador da obra dos EUA: “O problema das bibliotecas é o da instrução de um povo, a instrução depois da escola, a mais importante. Ler é agir como um homem livre.”¹⁹⁰

Não obstante a tendência dominante, houve algumas iniciativas que privilegiaram o elemento associativo de carácter mutualista capaz de mobilizar os esforços de um grupo amigos de trabalhadores artesanais, uma elite da classe operária, para a fundação, em 1861, da primeira biblioteca dos “Amigos da Instrução” no *III^e arrondissement* de Paris, popular e republicana com uma orientação científica positivista. Juntaram-se-lhe mais onze bibliotecas congêneres, sob a orientação do “Sindicato das Bibliotecas Populares”, que passa a mediar a ligação destes institutos à política local, preservando a herança positivista e republicana numa alegoria moral e cívica representativa das virtudes populares na linha de um humanismo paternalista. O crescimento do fundo documental e a organização do catálogo revelam as preocupações com a instrução (61 – 68% das obras, em 1875, contra apenas 14 – 21% de obras recreativas). Na década de 1920 esta biblioteca fundiu-se com as municipais, perdendo toda a sua originalidade.

Em França, somente depois da Primeira Guerra Mundial começam a emergir novos modelos de bibliotecas: verdadeiramente públicas, porque respeitam a liberdade do leitor e são gratuitas, a “biblioteca única”, que não estabelece distinção de classes nem diferenças

¹⁸⁸ « L’inscription au budget de l’État, dès 1909, de crédits destinés aux souscriptions de livres, concédés aux bibliothèques publiques des villes et plus tard, aux bibliothèques scolaires et aux bibliothèques populaires, a transposé dans les faits, sous une forme atténuée, des projet excessivement centralisateurs, que rejetaient non seulement l’initiative privée, mais aussi celle des collectivités locales. In Noe Richter - *Prélude à la bibliothèque populaire La lecture du peuple au Siècle des Lumières*. [em linha] <<http://bbf.enssib.fr/>> [consultado em 06/6/ 2009].

¹⁸⁹ A preocupação central do Estado era a conservação das coleções, a sua descrição e classificação, deixando o leitor ausente. Cf. Anne-Marie Bertrand - *Les bibliothèques*. 2007, p. 21.

¹⁹⁰ Cf. Eugène Morel, *Bibliothèques...*, vol. 1, p. 7, referido por Anne-Marie Chartier - *Práticas de Leitura e Escrita: História actualidade*, p. 127.

na organização do catálogo, na opinião de Eugène Morel que dá conta também das iniciativas em prol da leitura infantil (1925), regozijando-se com a conquista do livre acesso às estantes que simbolizava a liberdade do leitor e marcava uma rutura com a tradição francesa, patrimonial, zelosa da conservação dos livros, entendida como o principal objetivo das bibliotecas públicas, de acesso muito condicionado por formalidades que inibiam os leitores mais modestos e menos fluentes¹⁹¹.

Assinala-se um desfasamento entre as leituras prescritas nos projetos de combate ao analfabetismo ou de regeneração social, e as apetências reveladas pelas classes mais desfavorecidas que se sentem sobretudo atraídas pelas obras que facilitam a evasão, o sonho e, pontualmente, consomem também obras de caráter ideológico e social, em particular os utilizadores de bibliotecas operárias.

Estas considerações de ordem geral poderão ser cotejadas com a análise de situações específicas relativas às bibliotecas portuguesas, expostas nos capítulos seguintes.

¹⁹¹ A perspetiva dicotómica, contrária à noção de biblioteca pública, foi amplamente criticada, depois que esta conceção ganhou terreno: “L’idée de la bibliothèque pour l’élite et celle de la bibliothèque populaire, ce sont les deux idées qui ont toujours fait le plus de mail aux bibliothèques françaises et malheureusement ce sont les plus répandues à l’heure actuelle dans la plus part des milieux. La bibliothèque publique n’est, il faut le répéter, ni un service de luxe ni une oeuvre de bienfaisance. C’est un service public aussi utile que l’école. Cf. Michel Bouvy (1967), citado por Anne-Marie Bertrand - *Les bibliothèques*. 2007, p. 29.

Capítulo 3

D. ANTÓNIO DA COSTA: PALADINO DA INSTRUÇÃO POPULAR

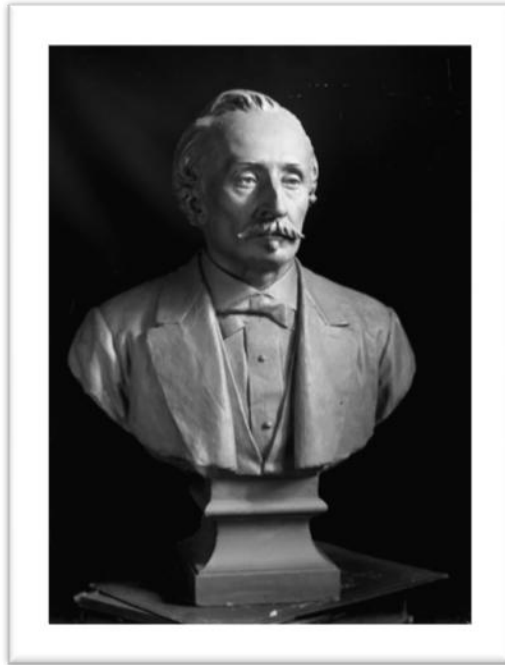


Figura 1 – Busto de D. António da Costa

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

O nome de D. Antonio da Costa é o prototypo do reformador consciencioso, do amigo das classes desvalidas, do escriptor dedicado de alma e coração ao bem geral. (...).

O seu escrever é para admiração; mas o seu proceder seria para imitação.¹⁹²

É com estas palavras que o seu amigo, Júlio de Castilho, encerra e inicia a biografia de D. António da Costa de Sousa de Macedo, vulgarmente conhecido apenas pela versão mais abreviada do seu nome¹⁹³, como já têm feito saber todos os que antes de nós se detiveram na descrição do seu percurso pessoal e profissional e de cujos trabalhos¹⁹⁴ este texto pode considerar-se devedor, não obstante o foco ser outro e o olhar também.

¹⁹² Júlio de Castilho – *D. António da Costa: Quadro Biographico-Litterario*. 1894, p. 117 e p. 8.

¹⁹³ Enquanto estudante de Direito em Coimbra (1842-1846) era conhecido por D. António de Mesquitella.

¹⁹⁴ Maria Helena Ribeiro de Castro, D. António da Costa: político e pedagogo. In A.M. Ferreira, & J.M. Almeida (dir.) *Religião e Cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, CEHR, 2011, pp. 165-184. Cf. Medina de Gouveia, D. António da Costa, o cristianismo e o progresso: I – Percurso pedagógico e político. II – A resposta a Antero de Quental. In separata da revista *Brotéria*, nº 4 e 5/6 do volume 158, pp. 353-363 e abril e maio/Junho, 2004

Neste homem “de família”, bisneto do marquês de Pombal e sobrinho do duque de Saldanha, a cujos chamados acudiu por diversas vezes, assumindo-se seu admirador, pese embora as diferenças de personalidade que os caracterizavam, interessa-nos evidenciar o autor das medidas em prol da instrução popular, em particular a criação das bibliotecas populares, dando assim maior ênfase ao seu “proceder” do que à análise do seu contexto familiar e ideológico.

Não podemos contudo ignorar a importância das suas raízes para a natureza da sua obra marcadamente social e cristã, própria de um homem de convicções católicas e liberais, que alcançou assinalável protagonismo na articulação entre o Estado liberal e a Igreja, num período marcado pela posição crítica de Roma¹⁹⁵ relativamente à contaminação das esferas política e religiosa, como forma de reação à civilização moderna e às inerentes ideias de progresso científico e social.

1. Um projeto de educação popular na forja

A análise do seu percurso profissional permite-nos identificar a causa a que devotou os seus conhecimentos e as suas energias, senão vejamos:

Na década de 1850, em Leiria, no âmbito das funções de secretário-geral do governador civil, D. António da Costa levou a cabo algumas medidas que lhe permitiram ensaiar o sentido das reformas que ambicionava para o país, entre as quais se contavam a criação do “Centro Promotor da Instrução Popular” (1851) com o objetivo de promover o ensino destinado às camadas inferiores da população, nomeadamente através de aulas noturnas, com recurso ao *Methodo Portuguez*, da autoria de António Feliciano de Castilho, que terá tido uma intervenção pessoal nessa iniciativa. Previa ainda a criação de uma biblioteca pública e gratuita na sede de distrito e vários gabinetes de leitura, considerando as necessidades específicas de diferentes grupos sociais.

A sua participação na criação do jornal *O Leiriense*¹⁹⁶, obedeceu também à preocupação com a divulgação de dados e ideias sobre o estado da instrução e o sentido da educação em Portugal. D. António da Costa defende a distribuição gratuita de “livrinhos” pelos alunos das “classes populares”. Uma iniciativa encetada em Leiria e considerado um

pp.461 – 478. Cf. Ernesto Castro Leal - D. António da Costa e o Liberalismo Católico. In *Liberalismo e Antiliberalismo*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2013.

¹⁹⁵ O Papa Pio IX mandou publicar, em 1864, a carta encíclica “Quanta Cura” com o apêndice “Syllabus errorum”.

¹⁹⁶ Esteve também associado à fundação da tipografia Leiriense (1856).

dos maiores serviços á instrução primária porque, no seu entender, não bastava ler, era preciso ter que ler e ler livros bons.

Inovadora foi a sua obra sobre a “Estatística no Distrito de Leiria”¹⁹⁷ elaborada de acordo com as modernas orientações definidas pelo Congresso de Bruxelas de 1853 e que colocou em evidência o atraso de Portugal relativamente a outros países europeus, em matéria de ensino primário e de institutos de leitura visando as camadas populares. Ao mesmo tempo que revelava as causas desse atraso e das diferenças de Portugal face ao estrangeiro, o trabalho denotava a vontade de as ultrapassar, apontando soluções, medidas concretas para conseguir esses resultados.

Nesta intervenção de D. António da Costa importa sublinhar o rasgo de modernidade que representa a sua perceção da importância de controlar alguns serviços complementares e inovadores, indispensáveis para garantir a eficácia da ação política e dominar o poder local: a imprensa e a estatística.

O seu desempenho catapultou-o para a esfera da política nacional, muito embora em representação do referido distrito, e permitiu-lhe apresentar o “Projeto de Reforma da Instrução Primária”, onde se salientam os pressupostos sociais, morais e de descentralização do ensino, deixando bem explícita a ligação entre educação e religião¹⁹⁸.

Em 1860 integra a direção geral da instrução pública do Ministério do Reino, na qualidade de 1º oficial, e é nesta década que aprofunda as suas ideias sobre a necessidade de um Ministério da Instrução Pública, publicadas num texto com esse título¹⁹⁹, onde esclarece sobre a autoria da ideia de transformar a direção geral num Ministério, em que coubesse mais do que uma pasta, segundo o projeto apresentado pelo então ministro da Marinha, Latino Coelho, e que lhe merece todo o apoio, pelo que significa de valorização para a Instrução Pública e de avanço na política descentralizadora.

¹⁹⁷ Recorde-se que a estatística, essa ciência da medição, por comparação, de povos e países, estava a dar os primeiros passos e, em Portugal, demorou algum tempo até alcançar os padrões de regularidade e abrangência desejáveis, o que só aconteceu no final do século XIX, com a publicação do Anuário Estatístico, a partir de 1875.

¹⁹⁸ Na opinião de Fernando Catroga, ele é um lídimo representante do “paradigma cristológico”, o que significa dizer que a sua ação se situou no campo do “catolicismo social/liberal”. Para D. António da Costa a perfetibilidade que se almejava alcançar para o homem passava pela liberdade e esta realizava-se em pleno no cristianismo.

¹⁹⁹ Cf. António da Costa - *Necessidade de um Ministerio de Instrucção Publica*. [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. [acedido em 25/01/2015]. Disponível em < <http://www.gutenberg.org/files/32794/32794-h/32794-h.htm>> .

A preparação desta obra ancorou-se numa recolha e tratamento de informação minuciosa e diversificada, arquivada aleatoriamente, juntando dezenas de recortes de jornais portugueses e estrangeiros, com apontamentos escritos pelo seu punho, numa série de papéis de diferentes formas e tamanhos.

Ainda que a sua ideia fosse mais avançada, ”pedindo um ministerio de instrucção publica independente”, falou mais alto a sua faceta de homem “equilibrado”, conciliador, “que interpretou sempre a Lei pelo lado favorável”²⁰⁰ e que por isso mesmo entende que, “... não sendo este o momento opportuno, adoptámos a idéa do ministerio cumulativo.”. Desta forma, segue em frente na sua justificação da necessidade de um Ministério da Instrução Pública para promover o desenvolvimento do ensino, analisando os aspetos sociais e financeiros da questão, com destaque para o que ao ensino primário diz respeito, e dando como exemplo outros estados europeus que já estavam nesse caminho.

A instrucção primaria, dotada entre nós tão mesquinamente, que apenas é contemplada com a quarta parte da dotação geral da instrucção e estabelecimentos literários (...) mais de 40:000\$000 réis na dotação geral da instrucção publica deixam de ser applicados annualmente á desgraçada instrucção primaria, podendo aliás com esta somma crearem-se mais quatrocentas e cincoenta cadeiras, ou quarenta edificios escolares, ou o ensino profissional, ou o que mais urgiria, como a primeira necessidade da instrucção elementar, uma organização da inspecção local em todo o reino.²⁰¹

D. António da Costa revela uma singular preocupação com o entrave que representa o excesso de burocracia, uma força negativa na eficácia das instituições e no progresso das “obras” que ele considera fundamentais. Das suas palavras importa reter a identificação dos serviços que requerem reformas para inferir da natureza das suas inquietações:

(...) uma das mais pestíferas chagas da nossa organização, ou desorganização, é o nefando reinado da papelada. Mais obras e menos palavras. Não achámos que o paiz tenha funcionalismo excessivo; o que tem é funcçionalismo excessivamente accumulado. Há muitas repartições do estado que dispensariam parte do seu funcçionalismo, simplificado o expediente; mas tambem ha muitos serviços que seria indispensavel crear ou reorganisar, e apontaremos entre eles a reforma penitenciaría, a beneficencia, a estatística, a inspecção e outros (...).²⁰²

No entendimento de D. António da Costa, era imprescindível uma articulação destes serviços com o projetado Ministério da Instrução Publica que foi criado pouco tempo depois, em 1870, na sequência da tomada do poder pelo duque de Saldanha que

²⁰⁰ Cf. Júlio de Castilho - *D. Antonio da Costa: Quadro Biographico-Litterario*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894, p. 6.

²⁰¹ D. António da Costa - *Necessidade de um Ministerio de Instrucção Publica*. 1868 [em linha]. [acedido em 25/01/2015]. Disponível em < <http://www.gutenberg.org/files/32794/32794-h/32794-h.htm,cap. III> > { 11 }.

²⁰² Cf. D. António da Costa - *Necessidade de um Ministerio de Instrucção Publica*, op. cit.,cap. III, { 12 }.

levou consigo para formar governo, o sobrinho, especialista em assuntos de instrução pública e popular, dando-lhe oportunidade para avançar com as ambicionadas reformas²⁰³.

2. As bibliotecas populares na obra de D. António da Costa

Um paiz que no seculo XIX não possui uma só cadeira de ensino primario superior nem profissional, (...) que não organisou ainda a sua instrução primaria na base indispensavel da localidade (...), cuja media de creanças do sexo masculino é de 3 para 100 habitantes, e do sexo feminino de 1 para 100; um paiz que não tem inspecção local, e apenas a sombra de inspecção districtal, que não tem bibliotecas populares, que não distribue livros, que não ensina ao povo nem desenho, nem canto, nem principios de agricultura e industria; um paiz cujo magisterio primario morre de fome, (...); um paiz n'estas circumstancias não é um paiz europeu, digamo-lo com profundo desgosto, é um paiz semibarbaro²⁰⁴

Foi neste contexto que surgiram as bibliotecas populares, oficialmente criadas pelo decreto de 2 de agosto de 1870, através de um “... sistema mixto oficial, municipal e particular.”. Estava em causa o aproveitamento das iniciativas particulares, incluindo a intervenção da Igreja católica que D. António da Costa gostaria de recuperar, conciliando-as com a organização estatal mas privilegiando a valorização de um sistema descentralizado.

No preambulo do decreto que instituiu as bibliotecas populares explicita-se a sua função e o(s) público(s) a que se destinavam: “A biblioteca popular completa d’este modo a escola popular, porque a boa leitura moralisa, eleva a alma e aperfeiçoa o trabalho de todos em geral, e de cada industria ou officio em particular.”.

O objetivo era responder às necessidades de leitura de quem já conseguira “a victoria do aprender” e tinha por isso “sêde de leitura”, facilitando o acesso aos livros

²⁰³ Desde 1822 que se sucederam projetos de reforma da instrução primária com resultados muito limitados, justificando assim uma recorrente necessidade de procurar soluções para o problema da instrução pública. A reforma proposta por D. António da Costa retoma aspetos da reforma de 1844 e, não tendo sido aplicada no imediato, dada a curta duração do seu governo, foi depois retomada por A. Rodrigues Sampaio em 1878.

²⁰⁴ No documento que temos vindo a referir, sobre a situação do ensino em Portugal, na apresentação dos argumentos favoráveis à criação de um Ministério da Instrução Pública, as bibliotecas populares são também mencionadas, como uma das medidas em falta. Cf. D. António da Costa - *Necessidade de um Ministerio de Instrução Publica*. 1868. [em linha]. [acedido em 25/01/ 2015]. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/files/32794/32794-h/32794-h.htm,cap. IV>>, { 14 }.

através da leitura domiciliária, que interessava a quem tivesse mais dificuldade em deslocar-se para fora de casa, como acontecia com as mulheres e as crianças²⁰⁵.

D. António da Costa conhecia as iniciativas similares levadas a cabo noutros países europeus e nos EUA, pese embora as especificidades dos vários institutos de leitura que não são referidas. A gratuidade do acesso à leitura é garantida pela legislação, mas apenas na fase inicial “...para facilitar e attrahir nos primeiros tempos.”

Apesar da sua curta duração, o governo presidido pelo duque de Saldanha, com a pessoa de D. António da Costa no cargo de ministro da Instrução Pública, deu a lume um conjunto de leis que visavam mudar o sistema de ensino, em particular a instrução primária e popular, como admitiu o seu autor, ao afirmar que “... de todas as reformas decretadas, a da educação e instrução popular era a mais grave, e levava por intuito principal estabelecer uma verdadeira educação social para o povo todo.”²⁰⁶. Porém, a queda do governo dos 100 dias, pôs termo ao Ministério da Instrução Pública e representou a revogação de todos os diplomas legais promulgados durante a governação de D. António da Costa²⁰⁷, exceto o que se refere à criação das bibliotecas populares que foi regulamentado pelo governo que lhe sucedeu.

A explicação para tal facto pode encontrar-se na biografia escrita por Júlio de Castilho: “... porque já tinha creado profundas sympathias, a instituição das Bibliothecas populares.”²⁰⁸. Devidas em larga medida à iniciativa das câmaras municipais, as “bibliothecasinhas para o povo” contaram desde o início com o apoio de figuras e instituições relevantes, assim como doadores de diferentes proveniências, incluindo o próprio criador desta instituição que encarnava a figura do benemérito, recolhendo junto de amigos ou comprando livros porque “... elle, até mesmo depois de cahido, continuava a auxiliar, como bom guia, a sua querida fundação.”

²⁰⁵ No “Relatorio” que antecede o decreto pode ler-se o seguinte: “... a biblioteca entra-lhes por assim dizer em casa, procura e instrue principalmente a mulher e a creança .”

²⁰⁶ D. António da Costa - *História da Instrução Popular em Portugal: desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*.1871, p. 225.

²⁰⁷ No entanto, poucos meses depois, em 11 de março de 1871, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta de Lei com a reforma da Instrução Primária que se assumia herdeira direta dos “... principaes fundamentos d’aquelles Decretos (...)”, como se pode ler no relatório que precede o documento oficial, do que D. António da Costa discordou em absoluto, rejeitando essa paternidade e explicando as diferenças entre elas:

«A base fundamental da minha reforma não era o systema municipal da actual proposta de Lei: era completamente diversa, e nova. Consistia no *capital* escolar, e este fundado na parochia. A ingerência municipal era provisoria.». Cf. Júlio de Castilho - *D. Antonio da Costa: Quadro Biographico-Litterario*. 1894, p. 88.

²⁰⁸ Cf. Júlio de Castilho - *D. Antonio da Costa: Quadro Biographico-Litterario*, op. cit. , pp.100/101.

O reconhecimento pela dedicação a esta causa chegava a D. António da Costa de diversos pontos do país.²⁰⁹ Adriano de Sá escreve de Aldeia Galega, em 15 de junho de 1887, para agradecer uma oferta e intitula-o de “fervoroso apóstolo da instrução”, o “sabio Messias das escolas que procura regenerar os povos cultivando-lhes o espirito, o incançavel protector das instituições de oiro...”.²¹⁰

A ligação institucional de D. António da Costa à Instrução Pública e Popular²¹¹ manteve-se nas décadas de 1870 e 1880²¹², a par do seu investimento na intervenção política /pública e principalmente no domínio da escrita²¹³: três vertentes que à primeira vista se afiguram distintas, mas que ele manteve sempre interligadas. De igual modo, articulou os seus ideais e princípios com as preocupações sociais e ambos se foram ajustando às realidades, uma atuação que se inscreve numa “cultura política res publicana”, projetada nas diversas dimensões de que se revestia a reforma da instrução pública: universalismo, modernidade (liberalismo), caridade (amor cristão), liberdade, progresso, educação e instrução, municipalização/descentralização²¹⁴.

D. António da Costa foi um homem de uma causa e de um tempo, o que justifica o seu entusiasmo pela “pedagogia moderna”²¹⁵, mas também os traços de uma mentalidade

²⁰⁹ Para a criação da biblioteca popular de Monchique, por iniciativa dos moradores locais, em 30 de novembro de 1876, recorre-se à “protecção” de D. António da Costa solicitando a oferta das suas interessantes produções literárias”. Cf. ANTT, Collecção Castilho, cx. 33, mç.1, nº 1.

²¹⁰ Cf. ANTT_Colecção Castilho, cx. 20, mç. 10, doc. 15.

²¹¹ A sua escolha para chefiar o Ministério da Instrução Pública foi apoiada por um abaixo-assinado levado a cabo por uma “comissão” de cerca de 35 pessoas, onde se incluíam 7 mulheres. Cf. ANTT, Collecção Castilho, cx. 20, mç.12, doc. 4.

²¹² Aposentou-se em 1886, com a categoria de chefe de repartição do ensino superior, no mesmo ministério de Instrução Pública. Antes, porém, teve de enfrentar um processo com a acusação de faltas injustificadas e incumprimento de funções, por um extenso período de tempo situado entre 1871 e 1879. D. António da Costa reagiu publicamente com uma declaração por ele denominada *Ao meu paiz*, onde desmonta juridicamente o processo, apoiando a defesa da sua idoneidade nos testemunhos de duas dezenas de amigos que abonaram a favor da sua dedicação ao trabalho e à causa da instrução pública, mes mo num contexto difícil, de sofrimento provocado pela doença prolongada que o atacava, o reumatismo. Cf. D. António da Costa - *Ao meu paiz* [em linha] Lisboa, 1880.[consultado em 9/9/2016]. Disponível em <http://purl.pt/6585/5/hg-11042-v_PDF/hg-11042-v_PDF_24-C-R0150/hg-11042-v_0000_anterrosto-b_t24-C-R0150.pdf>.

²¹³ Um admirador de Ferreira do Alentejo, Alexandre Cezar M. Ruiz, numa carta datada de 9 de abril de 1885, a propósito da sua obra *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, compara-o a Vítor Hugo o “avô da literatura moderna”. Cf. ANTT, Collecção Castilho, cx. 20, mç. 10, doc. 13.

²¹⁴ Ernesto Castro Leal - D. António da Costa e o Liberalismo Católico. In *Liberalismo e Antiliberalismo*, op. cit. p. 35.

²¹⁵ D. António da Costa responde a Júlio de Castilho, afirmando: “ pertenço à pedagogia moderna (...) estou positivista, por índole e pelo conhecimento dos processos modernos. Esta é a minha orientação. Sou um Novo. Como tal, lidero a Idea Nova . Tu vaes em camº. errado, como eu ia; mas emendei-me. (...) Mandeí ao diabo os romantismos, as flores, as madrugadas (...)”, s.d. (agosto ? 1889), Cf. ANTT, Collecção Castilho, cx. 55, mç. 5, nº 11.

que se revia no carácter elitista da cultura, como nos deixa perceber a crítica de Júlio de Castilho às práticas bibliófilas do amigo / biografado, que dividia os livros entre os que eram para guardar, estimar, "...sem lhes tocar com a ponta de um dedo..." [os bons] e os que serviam para manusear, ler e reler, "...os maus, os indiferentes". E, num tom irónico, Júlio de Castilho apresenta a sugestão:

Tu, o apóstolo da instrução, o creador das Bibliothecas populares, devias mandar arranjar em cada Bibliotheca uma cafurna onde se escondessem a todos os olhos os melhores autores, como prova de respeito, deixando que fossem lidos apenas os péssimos.²¹⁶

Estas observações foram feitas em resposta ao facto de D. António da Costa ter dito que não tinha aberto o livro que Júlio de Castilho acabara de publicar, *Lisboa Antiga*, para não o estragar, dada a beleza do exterior, provocando os comentários do amigo que questionara o que ele denominava de "exageros de bibliófilo". Mesmo considerando o tom provocatório, próprio de quem se está a dirigir a um amigo muito íntimo e que deseja verdadeiramente saber a sua opinião sobre a obra publicada, as considerações de Júlio de Castilho enformam, ao mesmo tempo que interrogam (na pessoa daquele que foi o responsável direto pela sua institucionalização), uma conceção de biblioteca e de leitura dicotómica, que criou raízes mais fortes e duradouras do que a longevidade das várias "bibliothecasinhas para o povo" que surgiram na sequência da legislação da sua autoria.

A análise da correspondência mantida entre estas duas figuras de relevo no panorama cultural e político da sociedade portuguesa oitocentista, focando diferentes assuntos, num registo informal e descomprometido, permite-nos esboçar representações das vivências e das preocupações dos seus intervenientes. A riqueza deste manancial de informação torna possível evidenciar dúvidas e contradições desses atores, suscitando múltiplas interrogações e também algumas respostas:

- Nesse sistema misto que D. António da Costa defendia para a tutela das bibliotecas populares, qual o papel que ele reservava para as juntas de paróquia? Seria mais ou menos relevante do que o que competia às câmaras municipais?

Fazendo fé nas palavras do seu biógrafo, D. António da Costa não reconheceu a autoria que lhe foi atribuída em relação à reforma da instrução primária, nomeadamente porque a ação das juntas de paróquia fora substituída pela intervenção municipal. Não obstante, quando Júlio de Castilho o informou da sua intenção de fundar em Odivelas uma biblioteca popular e partilhou a ideia de pedir apoio à junta de paróquia para a festa de

²¹⁶ Cf. ANTT, Collecção Castilho, cx. 55, maço 5, carta nº 14 de 24 de outubro de 1889.

inauguração, ele desaconselhou-o e sugeriu que o fizesse de forma “livre”, rematando com o seguinte desabafo: “Tu sabes lá o que é uma junta de parochial!”²¹⁷

À medida que organizámos estas notas sobre D. António da Costa, fomos tomando consciência da complexidade da sua personalidade e da certeza de não ser plausível confinar a representação daquele que foi o primeiro ministro da Instrução Pública em Portugal, a qualquer uma das dimensões da sua atuação, nem tão pouco à ideologia e princípios morais que pautaram a sua intervenção social, política e cultural. A ele ficou a dever-se também a valorização do papel das mulheres no ensino, abrindo espaço para a sua afirmação social e política. Não se poupou a elogios das figuras femininas suas contemporâneas que assumiram a função de educadoras na escola pública, como foi o caso de Maria José Canuto, que D. António da Costa refere como exemplo e modelo a seguir.²¹⁸

Conhecedor da realidade do seu tempo e do seu país, D. António da Costa assumiu posições essencialmente conciliadoras, acreditando que o sucesso das suas propostas dependia da capacidade de articulação das iniciativas públicas e privadas, laicas e religiosas, pelo que privilegiava a intervenção descentralizada. Ao mesmo tempo, criticava a burocracia institucional que não aproveitava as boas vontades para levar avante os projetos/iniciativas dos beneméritos, revendo-se no binómio: *filantropia versus* ação institucional.

D. António da Costa não deixa nunca de defender a importância da sua causa, a instrução popular, pública, de que as bibliotecas populares eram um dos instrumentos, mas mostra-se consciente de como são modestos os resultados alcançados, comparativamente aos países estrangeiros que ele vai citando, ainda que com interpretações pouco rigorosas, como quando se refere aos EUA como um dos exemplos de desenvolvimento das bibliotecas populares.

O seu empenho na causa do ensino popular e público foi reconhecido por Eça de Queirós, uma das figuras que ergueu a voz crítica e dura para condenar a política instituída em Portugal no início da década de 1870, em particular no que respeitava à instrução,

²¹⁷ Cf. Idem, *Ibidem*, carta datada de 13 de junho de 1874, cx. 55, maço 5, nº 11.

²¹⁸ Na obra *A Instrução Nacional*, D. António da Costa utiliza o exemplo da ação desta professora, citando-a, para defender a sua ideia de uma necessária “feminização” do ensino: “Na minha escola oficial leccionei rapazes, e alguns de índole feroz, eram cordeiros na minha presença durante a aula, a ponto de se deliberar um deles que andava de rixa com outro a entregar-me uma choupa que trazia escondida, quando a veio buscar deu-me um livro de orações em penhor de que não usaria do ferro homicida. Já se vê, pois, que o sexo masculino não só respeita as professoras, mas que lhes imita os instintos meigos e humanitários.” Cit. por Andrea Germano de Oliveira Romariz - *O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?* [em linha] Dissertação de Mestrado, FLUL, 2011, p. 70, [consultado em 30/8/2016]. Acessível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5145/6/ulfl106395_tm.pdf>

classificada de “canalhice pública”. Neste panorama que Eça considerava ser um “grande desastre da civilização!”, o autor destaca de forma positiva a intervenção de D. António da Costa, muito embora se refira apenas à sua produção teórica:

Desta indiferença profunda e bestial que há pela instrução, devemos exceptuar os excelentes trabalhos de Sr. D. António da Costa. Os seus livros, escritos com uma exacta ciência e com um altivo sentimento, são o protesto da civilização e a desforra do espírito.²¹⁹

Apesar de ter tido uma experiência governativa muito breve e o seu entusiasmo ter esmorecido com o passar dos anos, podemos afirmar que a ideia do mentor das bibliotecas populares vingou e ganhou espaço no campo político e social²²⁰, o que justifica que tivesse sido sucessivamente retomada ao longo do século XX, ainda que com as adaptações próprias dos diferentes contextos políticos, sociais e ideológicos.

²¹⁹ Eça de Queirós - *Uma Campanha Alegre*. De «*As Farpas*». 1978, p. 105.

²²⁰ Importa salientar que a primeira referência num orçamento de Estado a uma verba destinada à compra de livros para as bibliotecas populares surge em 1877, sendo da responsabilidade do chefe de repartição da instrução primária, sem contudo ter alcançado quaisquer resultados práticos, apesar de o quadro de realizações das bibliotecas populares ser considerado “modesto”, de acordo com a apreciação que fundamenta a referida proposta.

Capítulo 4

CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE BIBLIOTECA POPULAR: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES

L' idée de représentation est alors la moins mauvaise manière de rendre hommage à une démarche reconstructive seule disponible au service de la vérité en histoire.²²¹

Neste capítulo queremos mostrar como foi construída, em Portugal, uma ideia de biblioteca popular, partindo da análise de recortes dos discursos legislativos e outros textos de natureza distinta que, de alguma forma, contribuíram para a configuração das práticas conhecidas. Palavras e imagens assumem uma dimensão simbólica nas representações do mundo social que “à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.”²²²

Etimologicamente, o termo representação provém da forma latina *repraesentare*: fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto, de uma imagem ou de um texto. Uma operação complexa que implica a mobilização e articulação de diferentes funções e capacidades mentais e psicológicas: o conhecimento, como a imaginação, a memória como a criação. O conceito de representação tem um carácter precário pela dependência que assume da fidelidade da memória e da verdade da história.

É pela semelhança que a representação pode ser reconhecida, quer dizer, comparada com as que podem ser similares, analisada em elementos (elementos que são comuns a outras representações), combinada com as que podem apresentar identidades parciais e distribuída, por fim, num quadro ordenado.²²³

As representações remetem sempre para “outra coisa”- outras representações, certos referenciais, inclusive ao possível ou à presença.²²⁴

a representação é sempre perpendicular a si mesma: é ao mesmo tempo indicação e aparecimento; relação a um objecto e manifestação de si. A partir da

²²¹ Paul Ricoeur - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. 2000, p. 369.

²²² Roger Chartier - *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. 1988, p. 19.

²²³ Michel Foucault - *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. 1998, p. 122.

²²⁴ Henri Lefebvre - *La Presencia y la Ausencia: Contribucion a la Teoria de las Representaciones*. 1983, p.272.

idade clássica o signo é a *representatividade* da representação enquanto *representável*.²²⁵

Sem termos a pretensão de escapelizar o conceito nas suas múltiplas dimensões, importa sublinhar que “no domínio da representação as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido, além do manifesto.”²²⁶ No “jogo de espelhos” sugerido pela equívoca relação entre verdade e aparência, impõe-se o conhecimento da articulação entre texto e contexto revelador das representações e dos processos constitutivos inerentes.

Nesta ordem de ideias, assumindo a relevância do imaginário nos olhares que se apresentam, assalta-nos uma interrogação essencial:

- Onde paira a imaginação e se queda a realidade nos discursos expostos?

Por outro lado, a representação da biblioteca popular não pode dissociar-se das teorias sobre a leitura e a educação popular, estando por isso necessariamente ligada, também, a um discurso prescritivo.

1. Antecedentes ou o discurso da necessidade

A referência às bibliotecas populares acompanha as questões sobre educação e instrução popular, na década de 1860. Na verdade, este era o tema central que ocupava o discurso dos intelectuais e dos políticos portugueses, à semelhança do que se passava noutros países europeus. Tomámos como exemplo o mentor da criação das bibliotecas populares em Portugal, D. António da Costa, para quem a questão da instrução e da educação popular ocupava um lugar central no seu pensamento político e pedagógico, em meados do século XIX²²⁷.

Nas páginas de *O Leiriense*, periódico que veiculou em primeira mão o ideário do homem que viria a inaugurar o ministério da Instrução Pública, ficaram registadas as suas propostas para instituir a “educação elementar obrigatória” para todas as crianças, garantida pelas famílias ou, na sua ausência, pelo Estado, “pai de todas as famílias, protetor de todos os direitos, através de “azilos, não como encargos de caridade, mas como instituições de ensino.” A preocupação com a educação moral e religiosa supera o interesse que denota em combater o analfabetismo, proporcionando instrução primária às crianças

²²⁵ Michel Foucault - *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. 1998, p. 119.

²²⁶ Sandra J. Pesavento – Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In *Rev. Bras. Hist.*, vol. 15, nº 29, 1995, p. 15.

²²⁷ Vide a informação sobre D. António da Costa, “paladino da instrução popular”, referida no 3º capítulo.

das camadas populares, como se depreende das suas palavras: “Não ensinemos só a leitura, eduquemos principalmente.”²²⁸

A relevância da leitura e, conseqüentemente, da organização de bibliotecas ou espaços similares que facilitassem a sua fruição por parte de todos os que se viam privados de posses para constituir bibliotecas particulares (indicador por excelência da superioridade cultural), justifica a publicação de algumas notícias na imprensa coeva, dando conta das realizações, ou da sua falta, nesta matéria.

A propósito da abertura, “nos dias santificados ou de gala” da “**livraria dominical**, estabelecida junto da escola normal, em Marvila”, desde 31 de Outubro de 1863, frequentada principalmente por leitores que pertencem às “classes operarias e alguns frequentam os cursos nocturnos da referida escola. “, surge a seguinte nota num dos órgãos da imprensa:

O estabelecimento de bibliothecinhas populares nos diferentes pontos da capital é hoje uma necessidade absolutamente indispensável ao progresso intelectual das classes menos abastadas da sociedade.²²⁹

O tema “bibliotecas populares” intitula um artigo de Pinheiro Chagas, publicado dois anos mais tarde noutro jornal, na sequência de uma matéria sobre a instrução primária em Portugal, o qual, não pretendendo ser o objeto principal da sua reflexão, acabou por monopolizar mais de metade do espaço dedicado ao assunto, com destaque para as considerações que o autor tece sobre os professores primários, os principais agentes do ensino, que eram bastante desconsiderados e mal pagos.

No que concerne à leitura e às bibliotecas, o articulista utiliza exemplos estrangeiros, sobretudo franceses, para inspirarem as iniciativas a realizar em Portugal: bibliotecas paroquiais, escolares ou municipais “... são o complemento indispensavel de um bom systema de instrucção primaria ! ” mas que carece acompanhamento noutras etapas da vida para que não se perca o investimento inicial. Esta razão suscita ao autor as seguintes considerações:

...é indispensável entre nós a criação de bibliothecas populares; tome o governo a iniciativa (...) Desenvolva a instrucção primaria, consiga que todos saibam ler, e não favoreça a criação de bibliothecas, a publicação económica de livros, e não fez mais do que levantar o povo o lamançal da

²²⁸ D. Antonio da Costa - A Instrução Primária em Portugal. In *O Leiriense*, nº 224, 1856, pp. 1-2.

²²⁹ *Gazeta de Portugal*, nº 316, 2-XII-1863, citado por Ernesto Rodrigues - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*. 1996, 290.

ignorância, fazer-lhe dar dois passos vacillantes, e deixal-o cair de novo na orla extrema do tremedal.²³⁰

À semelhança de outros escritores, pedagogos e políticos²³¹, a sua ideia evidencia a preocupação com a educação moral dos mais desfavorecidos e a busca de soluções para o problema é analisada no contexto do desenvolvimento da instrução primária, ainda que num enquadramento que se nos afigura idealista e romântico, senão vejamos a proposta apresentada por Pinheiro Chagas, num quadro esboçado com traços fortes, impressivos e contrastantes:

Fronteira á taverna, onde se aninham as torpes tentações, a brutalisação, a embriaguez, o ócio e o desperdício, erga-se a modesta casinha da eschola com a sua pequenina bibliotheca, com a sua attracção suavíssima, a eschola meiga auxiliar da família, a eschola prometedora dos gozos fagueiros do lar domestico. Á noite, a leitura em torno da mesa, onde campeia uma garrafa de bom vinho que se transformou, com a impassibiliade dos objectos inanimados, de motivo de infortúnio em elemento de felicidade! (...) criem-se as bibliothecas escolares, dêem-se ao mestre-eschola, esse missionario da civilisação, armas com que possa espancar a ignorância, combater o prestigio do pagode infame que se chama taverna²³²

A ideia do autor acerca das bibliotecas populares confunde-se com a de bibliotecas escolares, talvez porque estando tudo ainda por fazer, a educação elementar, leia-se ensino primário, representava um desiderato que mobilizava as diversas forças sociais. Por outro lado, trata-se de um texto literário, descomprometido com o rigor científico ou mesmo com a análise política, apesar do pendor prescritivo e a autoridade intelectual de que se reveste o texto.

O “discurso da necessidade” de bibliotecas públicas acessíveis à população das camadas inferiores é evidenciado pelas alterações introduzidas no estatuto e no regulamento da Biblioteca Nacional, à qual são atribuídas funções de “leitura publica”, pelo decreto de 31 de Dezembro de 1863, facilitando-se o acesso a todas as pessoas, dentro de um horário que ia das 10.00 h até ao “sol posto” e permitindo o empréstimo de livros por um prazo de 15 dias.²³³ Registe-se que, vinte anos depois, já após a criação das bibliotecas populares, a legislação referente à Biblioteca Nacional continuava a referir

²³⁰ M. Pinheiro Chagas - Bibliothecas Populares. In *Archivo Pittoresco*, vol VIII, 1865, p 126.

²³¹ Note-se que em 1851 já Henriques Nogueira fizera menção às bibliotecas populares na sua obra *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, apesar de confundir com os gabinetes de leitura. Citado por Carlos A. Rebelo – *A Difusão da Leitura Pública : As Bibliothecas populares 1870 – 1910*, p.106.

²³² Idem, p. 131.

²³³ *Diário do Governo* de 4 de Janeiro de 1864 – Ministério dos Negócios do Reino – Direcção Geral de Instrucção Pública, cap. X e XI.

como sua função a “leitura pública”, para todas as pessoas sem “excepção de classe”²³⁴. A persistência neste modelo de contornos mal definidos para a primeira biblioteca do país, reforça os argumentos mobilizados para questionar o sentido da dicotomia “popular”/“erudita”e, simultaneamente, indagar a articulação entre essas designações e a de “biblioteca pública”, como já demos nota num capítulo anterior.

Acompanhemos agora as principais etapas da evolução as bibliotecas populares em Portugal, desde a sua criação oficial, em 1870, até à publicação da legislação de 1931, data limite do arco cronológico do nosso trabalho. Importa, sobremaneira, não apenas conhecer os contornos das molduras legislativas que enquadraram as diferentes etapas, mas iluminar os traços de continuidade e mudança que definiram cada uma dessas representações, mantendo o diálogo possível com as práticas conhecidas e de que se dá conta no capítulo seguinte.

2. Da legislação fundadora à configuração institucional

- Decreto de 2 de agosto de 1870

(...) a parte da população que já conseguiu a victoria de aprender, tem sêde da leitura, e é necessario que os poderes públicos, de acordo com a acção municipal e com a iniciativa particular, lhe mitiguem essa sêde. (...) Foi para satisfação d’esta necessidade que se inventou a bibliotheca popular (...) completa d’este modo a escola popular, porque a boa leitura moralisa, eleva a alma e aperfeçoa o trabalho de todos em geral, e de cada industria ou officio em particular.²³⁵

A natureza do fundo documental destas bibliotecas atesta a dupla função definida no decreto de 1870, pelo que devia ter “duas classes de obras”: as que continham conhecimentos gerais, onde se incluía também a literatura, e as que tratavam de assuntos específicos das diferentes áreas profissionais (e económicas), no sentido de responder aos interesses de todos e de cada um. Para a realização plena deste ideal estabelecia-se a leitura domiciliária, permitindo às mulheres e às crianças um acesso mais fácil à instrução e à leitura (artº. 3º).

Esta iniciativa assentava numa conceção descentralizada do poder, deslocando para as câmaras municipais a principal responsabilidade pela criação e financiamento das bibliotecas populares, muito embora envolvesse outras entidades, nomeadamente de

²³⁴ *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, 1796 – 1950*, p. 204-205.

²³⁵ Decreto de 2 de Agosto de 1870 – Relatório.

caráter educativo, e reservasse para o Estado a competência intelectual que se traduzia na escolha dos livros que integravam os seus acervos (artº 14º).

No Regulamento das Bibliotecas Populares, publicado em 20 de Janeiro de 1871, sublinha-se a sua finalidade e o público a que se destinam, evidenciando no artigo 1º essa informação: "têm por fim desenvolver os conhecimentos das classes populares por meio da leitura moral e instructiva".

A referência à lista de livros autorizados pelo governo dá lugar a um artigo sobre a Inspeção que podia mandar recolher os títulos cuja leitura contrariasse o intuito da criação das bibliotecas (artº 14º). Destacam-se também as disposições relacionadas com a elaboração dos registos e do catálogo, nomeadamente as marcas de *Propriedade do estado* nos livros entregues pelo governo central e que deveriam ser devolvidos caso a biblioteca fosse fechada (artº 2º) e a obrigatoriedade de elaborar a estatística do funcionamento desses estabelecimentos e dar conhecimento, de seis em seis meses, ao governo central.

- Outras disposições legais

A legislação de 1870 perdurou, sem alterações apreciáveis, até à queda da monarquia, conservando-se uma representação das bibliotecas populares entendida como um complemento da escola e uma "influencia salutar sobre a morigeração das classes operarias", como é referido na Circular de 22 de fevereiro de 1875 sobre a Inspeção das Escolas e Métodos de Ensino.

Curiosamente, a legislação subsequente (1883, 1887, 1902) que trata do horário de funcionamento das bibliotecas públicas, tornando obrigatória a abertura noturna, não especifica as bibliotecas populares, muito embora os procedimentos conhecidos através de outra documentação, permitam inferir da sua inclusão neste grupo. De igual modo, os diplomas que tratam da criação e funcionamento da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, também não mencionam as bibliotecas populares que, só depois de 1910, poderão ter um serviço de inspeção próprio.

- Os atores sociais: diferentes olhares

Durante o período inicial criaram-se algumas dezenas de bibliotecas populares, cuja cartografia intentaremos traçar no capítulo seguinte, cabendo agora refletir sobre os elementos diferenciadores nas representações da biblioteca, que nos chegam através dos

responsáveis pela sua implementação. Tendo em conta que há um discurso oficial para fundamentar o pedido destas bibliotecas, parece-nos ser mais interessante focalizar alguns elementos que ressaltam desse registo.

A situação mais comum é associar as bibliotecas populares à educação popular ou à educação pública, assim como à função moralizadora, todavia algumas designações colocam a tónica mais numa ou noutra vertente da sua função, consoante o entendimento e a formação do responsável pelas bibliotecas, além de outros fatores de ordem política e ideológica.

Destarte, na inauguração da primeira biblioteca popular de Angra do Heroísmo (17/12/1871), levada a cabo pelo “Club Popular Angrense”, o responsável, Mateus Augusto, destaca a influência do filantropo americano, Benjamin Franklin, iniciador das bibliotecas públicas americanas, sob o lema “instrução para todos”. A biblioteca popular é considerada um monumento de civilização e progresso, capaz de dar exemplo às restantes ilhas.

Enquanto na biblioteca popular de Belém (1878) a preocupação de obter obras “úteis” e “dignas de figurar no catálogo de uma livraria publica”, livros de história, por exemplo, ressalta a vertente cultural da biblioteca; em Tomar (1880), assume-se que estas bibliotecas constituem um “complemento de ensino nocturno, para a educação e instrução do povo”.²³⁶

Foram vários os discursos que consagraram a inauguração da biblioteca popular Camões, em Lagos (1880), proferidos por algumas figuras públicas da cidade, incluindo o presidente da Câmara Municipal, e também pelo agente do Ministério Público. A valorização e as representações da biblioteca popular apresentam contornos distintos para cada um dos atores, sendo que uns secundarizaram esta criação para enaltecer o herói que era homenageado (Camões), privilegiando claramente a dimensão histórica e política do evento, enquanto outros procuraram compaginar os dois acontecimentos, colocando o poeta de Portugal ao nível de patrono da biblioteca popular, um instrumento ao serviço dos menos favorecidos.

Depois do longo e historicista discurso do presidente da Câmara Municipal, seguiu-se uma intervenção mais focada na utilidade da biblioteca popular, identificando os seus potenciais utilizadores: “o operário”, “o artista” e “o homem desfavorecido da fortuna”, para os quais a leitura de “livros uteis” permite “colher a sciencia que ignoram, porque o

²³⁶ ANTT, Ministério do Reino, mç. 3668, nº 10 e mç. 3671, nº 13.

homem quanto mais instruído for mais feliz hade ser”. No discurso deste diletante das Letras, a função primordial das bibliotecas populares é a leitura, tendo em vista “recrear e instruir”. A ordem dos fatores não é indiferente e, neste enunciado, valoriza-se a dimensão lúdica da leitura, mais descomprometida com as finalidades moralizadoras e profiláticas, evidenciadas pela professora régia, D. Maria da Piedade Bastos, que se refere à biblioteca como um digno “monumento” capaz de prestar serviços no campo da “instrução” e da “moralidade”, tendo presentes as aspirações que impelem para o “progresso” e para a “perfeição”.

As referências ao ideal da perfeitibilidade humana e à valorização do progresso social e cultural por via da educação atravessam a maioria dos discursos sobre bibliotecas populares que tivemos oportunidade de analisar. Uma aceção particular deste ideário implicava a defesa de uma melhor educação para as mulheres. E, neste contexto, o papel da biblioteca popular era considerado de grande importância, por Diogo Leote, representante do Ministério Público, salientando a sua função de empréstimo domiciliário - um “tesouro precioso” para as mulheres.²³⁷

3. A Biblioteca na I República: um “elemento de ordem”

os Palacios de Leitura, que caracterizam a nova civilização, teem um triplice fim: ensinar, informar, distrahir ²³⁸

- Decreto-Lei de 18 de Março de 1911

Esta legislação vem substituir os diplomas congéneres publicados durante a monarquia e representa uma sistematização das disposições regulamentares relacionadas com as bibliotecas públicas, reunidas no mesmo Decreto que sublinha a visão dicotómica erudita/popular radicada numa oposição de funções atribuídas à (s) biblioteca (s): a conservação *versus* a divulgação do livro, ao mesmo tempo que promove a articulação entre estas duas bibliotecas, determinando a criação de secções populares em todas as bibliotecas eruditas.

²³⁷ Câmara Municipal de Lagos. Biblioteca Luís de Camões – Auto da inauguração, Livro nº 265, 1880-1881.

²³⁸ Decreto-Lei de 18 de Março de 1911 - Introdução.

Outra singularidade deste diploma é a convivência de uma concepção de vulgarização, disseminação da leitura, uma manifestação da liberdade de acesso aos livros e à leitura, com a defesa de um critério primordial de ordem e orientação desse mesmo acesso, correspondendo ao perfil de leitor desejado e defendendo-o de si mesmo, da sua própria natureza, “da impulsão irreflectida ou da resistência rotineira”.

A consideração de três classes de bibliotecas obedece a critérios de natureza distinta, uma vez que as bibliotecas móveis são também populares, no que concerne à sua missão e à origem dos seus fundos bibliográficos. Esta autonomização das bibliotecas móveis pode entender-se como um mecanismo de projeção / destaque destes institutos de leitura que deviam ter uma ligação mais direta com as escolas primárias.

A função moralizadora dá lugar à vulgarização, expansão e propaganda do livro e da leitura, o fim principal de ambas as bibliotecas: populares e móveis. Do mesmo modo, sublinha-se a importância da leitura domiciliária e do horário noturno das bibliotecas populares (artº 16º). Outra novidade, sinal dos tempos, é a contemplação de uma sala especial de leitura para crianças desde os seis anos de idade (artº 15º). De resto, a missão das bibliotecas assume uma dimensão intelectual mais definida e ganha também uma vertente lúdica, legitimando o entretenimento como uma das suas funções.

O Decreto patenteia a valorização da biblioteca popular e a testemunhá-lo encontra-se a determinação de criar um serviço de Inspeção específico para as bibliotecas populares e móveis (artº 26º e artº 28º).

- Bibliotecas móveis

Estas bibliotecas constituíam um meio de “promover a instrução *circum-* e *post-*escolar”, pelo que a sua utilização estava estreitamente ligada às escolas primárias, fixas ou móveis, e aos professores primários. Especialmente destinadas à leitura domiciliária, as bibliotecas móveis previam também uma vertente de funcionamento fixo, numa sala própria para a “leitura pública”, mediante solicitação dos leitores.

Na representação da missão das bibliotecas móveis, que nos é dada pelo seu Regulamento, aprovado em 20 de Setembro de 1915, ressalta a “vulgarização de conhecimentos sobre moral e instrução cívica, história geral e pátria, geografia económica, agricultura, indústrias e comércio.” Todavia, é a expressão “cultura intelectual popular” que nos prende a atenção pela singular combinação dos seus três termos, uma fórmula que não se repete em mais nenhum outro documento oficial.

- Bibliotecas populares do Porto

O Regulamento aprovado pela Câmara Municipal do Porto em 18 de Março de 1915 apresenta-nos um modelo de biblioteca popular mais ajustado aos fins que se esperavam para estas instituições:” fornecer gratuitamente meios de cultura intelectual e aperfeiçoamento profissional às classes menos abastadas e em horas compatíveis com o trabalho quotidiano das mesmas.”²³⁹

A dimensão lúdica está patente no funcionamento destes equipamentos, como um dos meios utilizados para garantir a sua frequência. Este era o desiderato que mobilizava o Conservador da biblioteca: empregar “todos os meios legais, ao seu alcance, para fomentar a concorrência...” (artº 9º, ponto 5), chegando mesmo a conceder aos frequentadores das bibliotecas populares, considerados assíduos, o direito de “preferência como trabalhadores que a Câmara haja de tomar.” (artº 6º) . A biblioteca popular que se apresenta neste regulamento tinha como prioridade a divulgação da “cultura intelectual”, o que implicava o conhecimento dos monumentos, paisagens, costumes, através da projecção regular de imagens, onde houvesse meios técnicos para o efeito.

Por outro lado, a explicitação das sanções afigura-se menos pesada do que acontece noutros espaços congéneres, quer no que respeita às pessoas, quer quanto à utilização dos livros. O regulamento estabelece a obrigação de ter fiador para a saída de livros da biblioteca (artº 31º), mas não é referida a intervenção das forças policiais quando os prazos de devolução dos livros eram ultrapassados, ao contrário do que acontecia, por exemplo, na Biblioteca Popular de Lisboa.

- Biblioteca Popular de Lisboa

A autonomização da secção popular da Biblioteca Nacional que estava prevista no Decreto de 1911 concretizou-se em 1918, num espaço diferenciado e com um regulamento próprio, onde se destaca a finalidade da BPL: “A Biblioteca Popular de Lisboa tem por fim vulgarizar e propagar o livro, bem como proporcionar os necessários elementos de instrução do povo e de informação.”

O ideal de vulgarização da leitura configura-se no enunciado do capítulo III do Regulamento Interno da Biblioteca Popular²⁴⁰, denominado “Da leitura pública”, que integra de forma muito clara a preocupação com a manutenção da “ordem” e a necessidade

²³⁹ *Regulamento das Bibliotecas Populares*. Porto 1915.

²⁴⁰ Cf. Decreto nº 4:888 de 17 de Setembro de 1918.

de vigiar os leitores o que, não sendo uma preocupação específica desta biblioteca, assumiria na BPL um cuidado reforçado (artigos 23º e 32º), assim como a necessidade de mencionar o traje aceitável para aceder ao espaço (artº 33º). Era a conceção de uma biblioteca que se queria aberta e acessível mas também cuidadosamente vigiada e controlada: um local que disponibilizava leitura mas não educava leitores, exercendo preferencialmente a repressão com o apoio das forças policiais.

- O “coeficiente bibliográfico da nação”

No “inventário geral das bibliotecas portuguesas”²⁴¹ promovido em 1919 pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, tutelada por Júlio Dantas, o panorama cartografado incluía, entre os denominados “núcleos organizados de livraria”, as bibliotecas municipais, com uma composição muito diferenciada, que integrava bibliotecas com um património muito valioso e outras com uma escassa centena de livros.

É de registar a ausência do termo biblioteca popular neste diploma legal, muito embora a sua representação surja na menção às bibliotecas de “associações e corporações não oficiais”, consideradas de “ pouca importância, se exceptuarmos a da Sociedade Martins Sarmiento”, e no apontamento fornecido sobre a “passagem de bibliotecas móveis por alguns concelhos”.

O esquecimento de menção explícita das bibliotecas populares neste inventário geral poderá explicar-se pelo facto de estas estarem integradas nas bibliotecas municipais mas também porque se tratava de uma iniciativa da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e existia um organismo semelhante, de criação recente, que exercia a tutela sobre as bibliotecas populares.

Creemos tratar-se de um exemplo de “memória manipulada”²⁴², o exercício de uma dimensão seletiva, que viabiliza a criação de uma narrativa mais condizente com os registos oficiais e a definição de um horizonte de expectativa, uma estratégia para encarar o futuro num gesto de inauguração, de começo e recomeço como nos ritos de iniciação²⁴³, um potencial para a criação de projetos similares que se assumem como absolutamente novos, referimo-nos às bibliotecas populares previstas no Decreto de 1911, fazendo tábua rasa da sua existência num período anterior.

²⁴¹ Cf. Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos - *Diário do Governo*, II série, nº 158, 10 de Julho de 1919.

²⁴² Conceito utilizado por Paul Ricoeur - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. 2000, p. 579.

²⁴³ Paul Ricoeur, citando Marc Augé em *Les formes d'oubli*, op. cit. p. 655.

4. Na senda de um novo modelo

- Bibliotecas populares e móveis em 1927

A mudança de regime conferiu às bibliotecas populares a prestação de um serviço de “cultura geral popular”, a par da leitura pública a que estavam obrigadas. Destaca-se o papel centralizador da BPL, que devia forjar um entendimento com os municípios dos principais centros populacionais e as entidades colectivas ou particulares que mantinham bibliotecas abertas ao público para melhorar e atualizar o seu serviço de leitura.

A censura, ao nível das leituras feitas nas bibliotecas, é oficialmente instituída pelo Decreto nº 13:726 (Art. 21º): “É absolutamente vedado fornecer ao público das bibliotecas populares e móveis quaisquer livros, revistas e panfletos que contenham doutrinas imorais e contrárias à segurança do Estado.”

- Lei de Bases das Bibliotecas (1931)

Critérios políticos e economicistas impuseram-se numa representação de biblioteca mais concentrada e amplificada nos serviços e atribuições. Apenas uma Inspeção para todas as bibliotecas, independentemente da sua natureza, de acordo com os modernos critérios biblioteconómicos, que não se reviam na conceção dicotómica.

Assim, tudo leva a coordenar tais serviços: o lado técnico, bibliotecário, o aspecto económico e a dificuldade insuperável de saber onde acaba a leitura popular e começa a leitura científica e erudita.²⁴⁴

Esta nova representação assenta numa classificação e terminologia diferentes²⁴⁵ e o conceito de biblioteca pública ganha mais expressão, generalizando-se a todas as bibliotecas do Estado; enquanto o termo popular sobrevive associado ao conceito de cultura e de leitura, em íntima relação com a instrução que visa combater o problema do analfabetismo:

...ir criando bibliotecas populares gerais e de divulgação profissional, em harmonia com as percentagens de analfabetos locais e com as características da vida económica das regiões, e ir fazendo circular pequenas bibliotecas, de

²⁴⁴ Decreto nº 19:952 de 27 de Junho de 1931.

²⁴⁵ As bibliotecas passaram a dividir-se em quatro categorias: bibliotecas gerais; bibliotecas dos estabelecimentos de ensino; bibliotecas especiais; bibliotecas municipais e paroquiais. Dentro das primeiras incluíram-se as Bibliotecas Públicas, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Popular Central de Lisboa. Da última categoria faziam parte bibliotecas que teriam funções equivalentes às das bibliotecas populares, como se depreende pelo confronto da redação do artº 6º com o artº 133º do referido Decreto.

temporária estabilidade, pelas localidades que ainda não condicionem a existência duma biblioteca permanente.

A instrução das crianças do povo é tomada como um dever em que estão envolvidas também as bibliotecas públicas, a par da iniciativa particular. A rentabilização dos recursos locais e o envolvimento das corporações e dos particulares devia acompanhar o estabelecimento de bibliotecas populares “nas terras onde não existam bibliotecas municipais ou paroquiais nem seja possível constituí-las.”

A Biblioteca Popular Central de Lisboa mantém os fins de propaganda da leitura e vulgarização dos conhecimentos mas associa a expansão da cultura científica e artística. A projeção alcançada pela leitura de periódicos, testemunhada pela criação da hemeroteca em sala anexa à Biblioteca Popular Central, simboliza a vertente de vulgarização científica, literária ou artística. Outrossim, esta biblioteca mantinha a responsabilidade pela organização de “um sistema de bibliotecas circulantes e móveis”. Neste domínio, a novidade era a configuração oficial das bibliotecas “destinadas a jardins públicos”²⁴⁶, mencionadas a par das que serviriam os estabelecimentos de carácter sociais e educativo.

Naturalmente, continuava a observar-se a prática da censura e controlo das leituras, instituída pela legislação de 1927, a que fizemos alusão, o que estava em conformidade com as características políticas do Estado Novo.

No quadro que se segue apresentamos um breve repertório legislativo, colocando em destaque os diplomas que nos pareceram mais significativos para compreender a evolução do conceito de biblioteca popular e os elementos que em cada época se tornaram mais relevantes.

Pese embora a distância cronológica e política que separa as primeiras bibliotecas populares criadas por D. António da Costa, da “Lei de Bases de 1931”, e sem esquecer as vicissitudes próprias das mudanças de regime operadas nesse período de sessenta anos, podemos identificar alguns traços de continuidade no retrato que se esboça para essas bibliotecas: a prevalência da função utilitária (ensino profissional, moralização) sobre a vertente lúdica, que se prende à preocupação com a orientação das leituras e à persistência do modelo dicotómico.

As alterações que se verificaram na organização das bibliotecas, pondo em causa esse modelo, ficaram a dever-se mais a razões de ordem técnica e social do que ao questionamento do conceito de biblioteca popular.

²⁴⁶ Este modelo de biblioteca fora anteriormente aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa (sessão de 21 de Janeiro de 1925).

Quadro 1 – Sinopse da legislação (1870 – 1931 e 2001)

Data e periodização	Conteúdo - síntese	Responsáveis e observações
1870 (Decreto - 2 Agosto)	- D. António da Costa, ministro Instrução Pública cria as Bibliotecas Populares.	- Câmaras Municipais, Juntas de Paróquia, Juntas Gerais de Distrito
1870 (Portarias – 26 Agosto)	- Comissão encarregada de promover a organização dos livros para as bibliotecas populares e ordem para recorrer ao depósito das livrarias dos extintos conventos.	- Visconde de Castilho (presidente); Francisco Cassassa; Luiz Filipe Leite; João Izidoro Duarte Pereira e Alexandre Augusto Barbosa
1875 (Circular-22 Fevereiro)	- Inspeção das escolas. Bibliotecas populares para “complemento da escola” e “morigeração das classes operárias”.	- António Rodrigues Sampaio, inspetor do 1º círculo escolar de Aveiro
1879 (Circular – 13 Agosto)	- Dirigida aos governadores civis distritais: Balanço da obra realizada pelo Estado e solicita a sua intervenção para maior envolvimento dos municípios e associações.	- Estado : Direcção Geral de Instrução Pública (José Luciano de Castro) - Governadores Civis
1883 (Lei -18 de Janeiro)	- Bibliotecas públicas - obrigatoriedade de um horário diurno de 3h e noturno de 2 h. Mapa trimestral: movimento noturno e profissões dos leitores.	- Estado e Municípios
1887 (Decreto-29 Dezembro) 1901 (Decreto-24 Dezembro)	- Criação e reorganização da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos e da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)	- Estado (não abrange as bibliotecas populares)
1911 (Decreto - 18 Março)	- Três classes de bibliotecas: eruditas, populares e móveis. As populares contam com um fundo (imposto sobre bebidas).	- Municípios: populares e móveis Estado
1914 (CMP – 10 Novembro)	- Bibliotecas populares do Porto: existiam três nas Juntas de Freguesia e criaram-se mais dez junto às escolas municipais.	- Câmara Municipal do Porto
1918 (Decreto -28 Março)	- Criação autónoma da Biblioteca Popular de Lisboa (BPL)	- Estado (Instalações provisórias no teatro S. Carlos. Tutela as bibliotecas móveis)
1918 (Decreto-17 Setembro)	- Regulamento Interno da BPL.	
1919 (DG II série - 10 Julho)	- Inventário Geral das Bibliotecas Portuguesas	- Estado (Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos - Júlio Dantas) Colaboraram: municípios, associações, congregações, particulares, etc.
1922 (Decreto -16 Agosto)	- BPL – Regulamento Interno (revisão)	- Estado
1923 - Porto	- Treze bibliotecas populares junto às escolas primárias e infantis	- Câmara Municipal do Porto
1925 (CML – 23 Dezembro)	- Aprovação em Sessão da CML da proposta de Alexandre Ferreira para criar uma Biblioteca Infantil no jardim da Estrela	- Câmara Municipal de Lisboa (CML)
1927 (Decreto -27 Maio)	- Estatística da BPL e das bibliotecas móveis - Reorganização das bibliotecas populares para criar uma “vasta rede de leitura e cultura popular” a partir da BPL	- Estado - Municípios importantes e outras entidades com bibliotecas
1930 (CML -31 Dezembro)	- Organização das Bibliotecas Municipais de Lisboa, aprovada pela Comissão Administrativa da CML. Criação da Biblioteca Municipal Central das Galveias.	- Câmara Municipal de Lisboa (CML)
1931 (Decreto – 27 Junho)	- Generaliza o conceito de biblioteca pública a todas as bibliotecas do Estado. Cria uma nova tipologia de bibliotecas. À Biblioteca Popular Central de Lisboa cabe criar bibliotecas móveis e circulantes (jardins, asilos, hospitais) e salas públicas de leitura com jornais.	- Estado (Inspeção das Bibliotecas e Arquivos) - Várias bibliotecas municipais com um nível de desenvolvimento diferenciado.
2001 (Decreto-Lei 28 Julho)	- Extinção da Biblioteca Popular de Lisboa. - Transferência do acervo para as bibliotecas municipais de Lisboa (ex. Camões)	- Estado (Ministério da Cultura/ IPLB) Câmara Municipal de Lisboa

No que concerne à adequação destas medidas legislativas às realizações práticas que se verificaram nas bibliotecas populares, é de registar um acentuado desfasamento, sublinhado pelo olhar crítico de quem assumiu, posteriormente, a perspetiva de fazer um balanço da herança recebida, antes de esboçar um plano de intervenção: “ Os nossos Diários de Governo constituem uma imensa necrópole de iniciativas legislativas falhadas, que na maior parte dos casos não passaram de piedosas intenções logo à partida condenadas ao fracasso.”²⁴⁷

5 - O discurso científico e a literatura

São escassas as referências específicas às bibliotecas populares nas revistas de educação contemporâneas, que também não proliferavam no período de criação das bibliotecas populares, e os títulos existentes referem-se ao problema da educação popular, onde se inclui a questão das bibliotecas populares.

Essa ausência de informação é igualmente mencionada, no início do século XX, por um autor estrangeiro, Maurice Pellisson, que sistematiza a história das bibliotecas populares em diferentes países, para além do seu, a França. No que concerne a Portugal²⁴⁸, o autor menciona a única fonte de informação conhecida até então, uma brochura sobre o ensino primário, escrita em francês, com vista à divulgação aquando da Exposição Universal em Paris (1878), e que incluía um parágrafo com a descrição do que eram as bibliotecas populares, com base na informação oficial divulgada na data da criação das bibliotecas. Todavia a partir dessa data não fora publicada mais nenhuma informação sobre estes institutos de leitura nem quaisquer estatísticas, lembrando a sua existência e caracterizando o seu funcionamento.

A identificação das bibliotecas populares com o ensino primário e a educação popular é frequente desde a fase inicial até à I República. Estava implícito na criação de escolas primárias a existência de bibliotecas populares e este investimento surgia associado à defesa de uma política de descentralização, onde as Juntas de Paróquia deviam ter um

²⁴⁷ Maria José Moura (coord) - *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório*. [em linha] Lisboa, 1986, p.9 [acedido em 23/4/2016]. Disponível em <<http://rcbp.dglib.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf>>.

²⁴⁸ De todos os países referidos pelo autor, Portugal é aquele para o qual apresenta menos informação e, à semelhança do que é reportado para a Espanha, onde não há dados estatísticos para caracterizar a evolução das bibliotecas populares. Cf. Maurice Pellisson - *Les Bibliothèques populaires à l'Étranger et en France*, 1906, p.125-128.

papel essencial, dentro de uma lógica organicista e de aproximação do povo às autoridades locais, que se supunha poderem ser mais conhecedoras das suas necessidades.²⁴⁹

A relação das bibliotecas populares com o ensino comportava uma dupla valência, nem sempre apresentada de forma claramente distinta: por um lado, a biblioteca tida como um instrumento de apoio ao ensino primário infantil, tendo no professor o principal responsável pela sua organização e pela dinamização das leituras públicas e, por outro lado, a biblioteca popular, a par dos cursos noturnos, assumida como um meio de proporcionar a *self-education* aos adultos analfabetos ou recém – alfabetizados, tendo em conta que o combate ao analfabetismo era a maior preocupação da generalidade dos estados, em particular dos que tinham taxas ainda muito elevadas, como acontecia em Portugal.

- Bibliotecas municipais de Lisboa

A imagem das bibliotecas populares, municipais, de Lisboa, chega-nos pela descrição da inauguração da biblioteca número três (anexa à escola municipal número um), situada na rua da Inveja e cuja planta, de forma hexagonal, prendia a atenção dos visitantes, como se depreende das seguintes palavras:

A bibliotheca occupa uma sala em forma de polygono irregular e os armários, onde se alojam os livros são de uma construcção inteiramente nova, e desusada em estabelecimentos d'este genero, existentes no paiz. É rodeada por uma galeria, que produz magnifico effeito.²⁵⁰

Em 1938 esta biblioteca recebeu a designação de S. Lázaro e mantém-se atualmente em funcionamento, causando nos visitantes o mesmo impacto de singular envolvimento pela configuração da sala mas também pela decoração elegante e confortável, num estilo neoclássico dominado pelo mobiliário em madeira e pelo ferro trabalhado da galeria que constitui o mezanino acessível por umas escadas em caracol, onde se combina o uso destes dois materiais.

²⁴⁹ Carneiro Moura - *A instrução educativa e a organização geral do Estado*. 1909, pp. 33-34.

²⁵⁰ Cf. Notas e Informações. In *Froebel*, nº 16, 1883, p.127.



Figura 2-Biblioteca Municipal de São Lázaro, 1949²⁵¹
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML)



Figura 3 - Biblioteca Municipal de São Lázaro ²⁵²
Fonte: Blogue RBE, 2012

Situadas em diferentes pontos da capital, as bibliotecas municipais pretenderam assumir, desde o momento da sua criação, um elo de ligação privilegiado ao meio em que estavam inseridas, condicionando a organização do seu fundo documental e tornando-se dessa forma num traço determinante da sua especificidade. Distanciaram-se, por isso, da representação de biblioteca popular veiculada pela legislação em vigor, para se apresentarem como bibliotecas públicas para os leitores dos bairros em que estavam implantadas. Nas palavras do bibliotecário geral de Lisboa, Feio Terenas, percebe-se um entendimento mais amplo e abrangente destas bibliotecas, que deviam, acima de tudo, estar ajustadas ao meio a que pertenciam.

...as Bibliothecas Municipaes devem não só satisfazer ao operário, mas corresponder ás exigências da localidade, em que são estabelecidas. Pois se este bairro, por exemplo, é povoado de estudantes e homens de sciencia, porque não hão-de elles gozar dos benefícios municipaes para que contribuem?
 E quanto aproveita o constructor se estuda ao lado do engenheiro, quanto lucra o engenheiro se estuda ao lado do homem pratico? ²⁵³

²⁵¹ *Biblioteca Municipal de São Lázaro* - Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, Estúdio Mário Novais, 1949.

²⁵² Fotografia da denominada “Sala de Leitura Clodomiro Alvarenga da Junta de Freguesia de Arroios” [em linha].[consultado em 22/8/2016]. Disponível em <<http://blogue.rbe.mec.pt/biblioteca-municipal-de-sao-lazaro-1192742>>. A biblioteca possui e disponibiliza uma interessante coleção de literatura infantil com vários títulos publicados no final do século XIX e início do século XX. Visitada pessoalmente em dezembro de 2015.

²⁵³ Feio Terenas - *Bibliothecas Munipaes*. *Froebel*, 1883, nº 15, p.119.

Contemporâneo destas bibliotecas municipais, o conceito de biblioteca e museu pedagógico ocuparia um lugar especial, associando os nomes de algumas figuras com uma ação particularmente inovadora e muito relevante no campo da Educação Nova, que inclui projetos pedagógicos que dependiam da articulação de instrumentos e equipamentos educativos distintos. Destacam-se, entre outros, o mentor das bibliotecas municipais, Feio Terenas, que teve em *Froebel* uma generosa fonte de inspiração, como atesta a criação de um jornal com o seu nome. Todavia, quem mais se empenhou na sistematização das ideias com vista à concretização deste tipo de biblioteca – museu foi Adolfo Coelho, autor do plano de organização e diretor deste estabelecimento pedagógico²⁵⁴.

- Biblioteca Nacional

No início do século XX o funcionamento da Biblioteca Nacional revia-se nas preocupações e conceitos que alimentavam o debate sobre a relação entre o uso da Biblioteca e o desenvolvimento da Instrução e da Educação. Subjacente à diferença de perspectivas apresentadas, encontra-se a formação política e as motivações sociais e culturais dos seus mentores, apesar dos laços institucionais que os uniam.

Xavier da Cunha, diretor da Biblioteca Nacional na primeira década do século XX, rebate as ideias mais liberais de Bettencourt Athayde, conservador da BN, que, apesar de ser seu subordinado, não deixa de se opor à visão restritiva que o diretor defendia relativamente à leitura na / da Biblioteca, claramente explicitada nas seguintes palavras: “... claro é que me confesso avarentíssimo na questão dos imprestimos. Em these, intendo que para mãos de particulares não deveria sahir livro algum da Bibliotheca Nacional”²⁵⁵

²⁵⁴ Feio Terenas - Museu Pedagógico Municipal de Lisboa. In *Froebel*, 1883, nº 16, pp.121-123. No “plano” do museu destacam-se quatro secções, correspondendo a secção “C” à Biblioteca, constituída por obras de duas naturezas distintas: Pedagogia e Leituras (infantis). As diferentes subdivisões não estão muito claras mas deixam transparecer a ideia de uma grande abrangência desta biblioteca-museu. Quanto ao seu mentor, Adolfo Coelho, a que nos referimos num outro capítulo desta tese, diferenciou-se pela singularidade das suas ideias pedagógicas, com destaque para a preocupação em encontrar um modelo à medida das necessidades específicas do povo português, pondo em causa os formatos universais e as verdades absolutas e irrefutáveis que alimentavam o discurso político para o domínio da educação como para os outros domínios. Subjacente às suas convicções estava a crença numa cultura popular enraizada no folclore que se considerava mais importante do que as campanhas de alfabetização levadas a cabo pelos “cavaleiros andantes do ABC”, como eram designados por Adolfo Coelho. Cf. Delfim Santos - Adolfo Coelho como Pedagogista. In *A Criança Portuguesa*. Boletim do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, separata do vol.I, 1946-47, pp. 12-19.

²⁵⁵ Cf. Relatório dos Serviços da Bibliotheca Nacional de Lisboa no Terceiro Trimestre de 1903, por Xavier da Cunha”, pp. 10-11.

Ao primado da conservação do acervo bibliográfico, que se afigurava insuficiente e desatualizado para uma biblioteca nacional, opunha Bettencourt Athayde uma concepção de liberdade de acesso a “toda a produção intellectual contida n’uma Bibliotheca ... destinada a ser fâcultada a quem quer que pretenda estudal’a, *logo que não deteriore os exemplares que lhe forem confiados.*” Porque, dizia o autor: “Não há livro algum absolutamente inútil”.²⁵⁶ Para Bettencourt Athayde, a função da biblioteca era instruir, promover o desenvolvimento intelectual, mas não educar, porque não devia “baixar ao papel de sala de estudo de collegio e os seus funcionários ao de perfeitos ou monitores”. Admirador confesso do modelo norte-americano, o futuro criador das bibliotecas móveis, sublinha as virtualidades de uma biblioteca livre:

...a Bibliotheca deve, em nome do pensamento de toda a humanidade, dos seus martyres de todas as ephocas, abrir amplamente todos os seus livros ao olhar profundo, sereno e límpido de todos os filhos do século que queiram continuar a pensar ...²⁵⁷

A ausência de clarificação dos conceitos e a deficiente organização das bibliotecas em Portugal aproxima as populares de todas as outras, nomeadamente da Biblioteca Nacional, que assumiu algumas das atribuições específicas das bibliotecas populares, diretamente relacionadas com a instrução, decorrente também das diferenças que pautaram as Direções que se sucederam, depois da revolução republicana.

Centremo-nos agora no período da I República, no intuito de descortinar os traços dominantes na representação das bibliotecas populares, à luz das modernas teorias pedagógicas e biblioteconómicas.

Na sequência da publicação da lei de 18 de Março de 1911 diligenciou-se no sentido de organizar uma comissão que esboçasse um plano de organização de uma biblioteca popular modelo, valorizando sobretudo os exemplos dos países anglófonos (EUA e Inglaterra) e privilegiando um conceito social de biblioteca popular, capaz de proporcionar aos seus utilizadores os meios de auto-educação.

Destarte a biblioteca popular delineada a partir da segunda década do século XX é sobretudo um instituto de apoio à educação dos adultos, mais do que uma biblioteca de apoio às escolas primárias. Revê-se num sentido de cultura integral e num conceito democrático de acesso. É pensada como um lugar aprazível pela sua comodidade, higiene e

²⁵⁶ A. P. de Bettencourt Athayde - *A Leitura Publica na Biblioteca Nacional de Lisboa. Relatório apresentado ao Exmº Sr. Director da Biblioteca.* 1905, p. 26.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 32.

estética, além da existência de uma coleção adequada, gerida por um técnico com formação especializada, bibliotecário, capaz de acompanhar e sugerir livros aos leitores.

Trata-se de um conceito de biblioteca popular enraizado no princípio dicotómico subjacente à legislação em vigor e que reflete a preocupação com o controlo das leituras, considerando que existiam obras perigosas para “os espíritos mal preparados” que ofereciam “riscos de uma precipitada interpretação pelo leitor desprevenido” e que se impunha corrigir por diversos meios, como as conferências, os conselhos do bibliotecário e as *leituras populares*. A biblioteca popular deve ser uma biblioteca de “obras úteis”, sobretudo para os leitores com um nível mais rudimentar.²⁵⁸

Esta hierarquia nos níveis culturais e a oposição entre o erudito e o popular, que se mantém ao longo das primeiras décadas do século XX, no domínio da representação das bibliotecas, reflete também uma persistência da influência francesa, pese embora a expressa admiração pelo modelo anglófono das *free-libraries* e a invocação sistemática do exemplo alemão.²⁵⁹

A Biblioteca Nacional que cumpria as funções de primeira biblioteca pública do país, estava instalada num edifício conventual, pelo que as impressões que nos chegaram através das descrições dos diretores republicanos, em particular do primeiro, Faustino Fonseca, eram pouco abonatórias para a missão que lhe foi acometida: abrigar uma secção popular e uma sala destinada à leitura infantil e feminina.

De igual modo, as notícias publicadas em alguma imprensa nacional reproduziam a descrição de um panorama verdadeiramente assustador, enquanto enalteciam a intervenção levada a cabo por Faustino da Fonseca, com o apoio de outros republicanos proeminentes, como António José de Almeida.

A Bibliotheca aparecia-nos como uma espécie de igreja inesthetica e fria, onde tremendissimas collecções de frades horrorosamente pintados nos arripiavam pelo seu aspecto sinistro, d’um sinistro grotesco, participando de espectros e de bandidos e a maior parte d’elles ladeados por (...) santos cadavéricos e caveiras escancaradas e nojentas. (...) Hoje tudo mudou.²⁶⁰

²⁵⁸ *Revista de Educação*, vol. II, nº 1, (1912), pp.93 – 98.

²⁵⁹ Apesar de os autores portugueses situarem a França entre os países a imitar no que respeita à evolução das práticas de leitura, nomeadamente no seio das bibliotecas, a verdade é que, se atendermos à informação veiculada por autores franceses, a situação das bibliotecas deste país, na primeira metade do século XX, era de “crise”, sobretudo no caso das bibliotecas municipais, com um perfil indefinido entre o erudito e o popular, e um crescente défice de investimento do Estado na renovação do acervo documental. Os problemas identificados são muito semelhantes ao que nos foi dado estudar para o caso português. Cf. Claude Jolly, *Institutions: la crise dès bibliothèques*. In *Histoire de l’édition française*, tome IV, 1986, pp. 543-553.

²⁶⁰ Cf. A Bibliotheca Nacional esta soffrendo uma radical transformação elevando-se a altura do seu papel pedagogico. *O Seculo*, 27/4/1911, p. 1.

Dominado por uma voracidade anti-monárquica e anti-clerical, o diretor da Biblioteca Nacional decidiu eliminar, da forma que se lhe afigurou mais eficaz, os vestígios desse passado contrário aos seus ideais de progresso e liberdade. Simbolicamente e sobretudo por razões de bem-estar, tomou algumas medidas:

Para que enfim aqui entrasse o ar e a luz, mandei tirar os reposteiros negros e as sanefas negras. Para que as crianças pudessem concorrer á leitura, sem que continuasse a pesar sobre a nova geração o olhar sombrio do frade, a face torturada das imagens, e a falsa grandeza dos reis, transferi para o Museu de Belas Artes (...) Estátuas, Bustos, Medalhões e Quadros

As obras retiradas das paredes da Biblioteca Nacional foram de imediato substituídas por outras mais recentes e mais consentâneas com os valores da República.²⁶¹ A reforma encetada estendeu-se também ao acervo documental, na medida do alcance das atribuições do diretor da Biblioteca Nacional que dava conta das múltiplas insuficiências ao nível das coleções e das “revistas de vulgarização indispensáveis á educação popular”, apesar do “esbanjamento da verba” atribuída à Biblioteca.

As iniciativas assumidas pelos diferentes diretores da Biblioteca Nacional durante o período da I República, assim como o conteúdo dos debates que acompanharam as mudanças reclamadas pela legislação republicana, traduziram-se numa verdadeira “luta de representações”, no sentido das “lutas simbólicas” a que se refere Pierre Bourdieu²⁶², e tiveram como palco a Biblioteca Nacional.

Numa outra abordagem, importa referir que as bibliotecas portuguesas acompanharam a mudança dos tempos e as novas ideias com o enfoque cada vez maior na infância e na educação permanente, garantida pelos cursos noturnos, palestras e universidades populares, que tinham bibliotecas e dinamizavam a leitura para públicos de idades muito diferenciadas, tomando como exemplo os Estados Unidos da América, de onde teria sido importada a “hora dos contos”.²⁶³

²⁶¹ Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional (abril de 1911 a março de 1912), in *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, nº 2, 10º ano, (1911), Abril – Junho.

²⁶² “Pour changer le monde, il faut changer les manières de faire le monde, c’est-à-dire la vision du monde et les opérations pratiques par lesquelles les groupes sont produits et reproduits.”. Cf. Pierre Bourdieu - *Choses dites*, p. 163. Este autor é citado por Roger Chartier, a propósito do conceito “lutas de representações”. In *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. 1988, p. 17.

²⁶³ “ Eu tive a (...) sorte de assistir, quando estive nos Estados Unidos, a essas leituras para crianças, tão belas e tão simples, tão emocionantes e tão sugestivos, que reúnem em tómo da “story teller” um público infantil interessado, vivo, embasbacado e comovido”, Faria de Vasconcelos justifica a importância da leitura em voz alta para as crianças, descrevendo o seu impacto e as sensações provocadas: “Ouvir ler não é só ouvir numa voz quente, expressiva, que diz com inteligência e sente com o coração, uma voz que é já toda uma história e

Em sintonia com esta motivação, o primeiro diretor da Biblioteca Nacional após a implantação da República, diligenciou para que fosse inaugurada uma sala de leitura infantil, em cumprimento do estabelecido no Decreto de 18 de Março de 1911, tendo em vista constituir para a nova geração uma “escola de iniciativa”.²⁶⁴

Numa das raras reportagens sobre bibliotecas publicadas na imprensa da época, é dado um destaque especial à inauguração da leitura na “sala infantil”, no início do mês de Abril de 1911. A notícia publicada no jornal *O Século* com o título: “**A Bibliotheca Nacional** abre as suas portas às crianças e chama ao amor dos livros os filhos do povo”, dá conta da concretização dessa iniciativa pioneira, assumida como um exemplo da influência americana: o alargamento da leitura pública às crianças, numa sala específica e sem restrições sociais, juntando no mesmo espaço os filhos das classes médias e as crianças oriundas dos meios mais desfavorecidos, como refere o articulista:

Entre essas crianças, era comovente vêr as mais pobresitas, vestidas de blusa, essas mesmas que, no tempo da monarquia, eram escorraçadas dos museus e das bibliothecas, sentindo-se acanhadas pela sumptuosidade da sala e pelas atenções de que todos as rodeavam. Sentia-se que era tão grande o prazer de se verem rodeadas de mãos amigas e protectoras, ellas, que pouco habituadas andavam aos carinhos (...) As revistas ilustradas passavam uma sobre as outras por sob o seu ávido olhar, no deslumbramento de se sentirem transportadas a algum maravilhoso palácio de fadas.²⁶⁵

A ligação umbilical que unia as bibliotecas Nacional e Popular, na fase inicial da I República, justifica o olhar que intentámos captar, apesar de a maioria dos aspetos dizer respeito diretamente à Biblioteca Nacional e de as referências à biblioteca / secção popular serem praticamente inexistentes. Este facto tornava-se pouco relevante se tivermos presente a ideia que o primeiro diretor republicano da Biblioteca Nacional tinha para essa instituição de leitura e de ensino. As aspirações expressas por Faustino da Fonseca representavam uma amplificação do espírito da Lei de 18 de Março de 1910, e nesse sentido pretendia transformar a Biblioteca Nacional num “Palácio de Leitura”, uma “moderna Catedral”, segundo o modelo americano: “A Biblioteca será assim o grande centro em que se preparem os cidadãos conscientes, pela egualdade mental, para uma fórmula superior de solidariedade”.²⁶⁶

um conto, é ver um gesto que sublinha, uma expressão que se anima, é assistir a um espectáculo, é vivê-lo.” Cf. - O que deve ser a Universidade Popular Portuguesa. In *Educação Popular*, Abril de 1921, p. 10.

²⁶⁴ Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional (abril 1911 a Março 1912). In *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, nº 2, (1911), abril - junho.

²⁶⁵ Cf. *O Século*, 2 de Abril de 1911, p. 1.

²⁶⁶ Faustino da Fonseca, Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional, 22 de Março de 1912.

A influência americana decorrente das propostas de Melvyl Dewey e da ação da American Library Association faz-se sentir na discussão da ideia e da designação de “biblioteca popular”, tal como era entendida em Portugal, tornando-se relevante para alguns autores um conceito mais moderno e abrangente: as *free-libraries*, baseadas na criação de “uma dupla rede de bibliotecas eruditas e de bibliotecas de cultura popular”.

Trata-se de uma perspectiva crítica da insistência no modelo e na terminologia de base dicotómica que enforma a legislação fundadora das bibliotecas populares em 1870 e em 1911, exposta por quem anseava ver cumprido o desiderato da propaganda da leitura por todo o país, para chegar a pessoas de diferentes estratos sociais através das “bibliotecas circulantes”, destinadas primordialmente ao empréstimo de livros, muito embora pudessem permanecer em “salas de leitura” organizadas pelos municípios, como gérmen de uma biblioteca popular. A missão destas bibliotecas, desenvolvida a par da escola, era definida como uma “cruzada contra o analfabetismo”, o desbravamento do caminho da ignorância popular.²⁶⁷

Não obstante as reformas encetadas, o retrato que é possível esboçar a partir dos relatórios dos Diretores da Biblioteca Nacional, evidencia traços de descuidada organização do fundo documental, desatualizado e mal catalogado, para além de uma decoração e mobiliário que davam às salas uma impressão de austeridade com pouco conforto, absolutamente contrária à imagem da biblioteca moderna.

Esta realidade decrépita e carente de mudança profunda, tardou a encontrar solução, como se depreende pela descrição e imagens registadas alguns anos mais tarde, durante a gestão de Jaime Cortesão (1919 – 1927), que promoveu e divulgou uma iniciativa original: a exposição de livros total ou parcialmente carcomidos pelos bichos: um verdadeiro ataque ao património bibliófilo nacional²⁶⁸.

²⁶⁷ A. P. de Bettencout Athayde - *As Bibliotecas Populares e Moveis em Portugal*. 1919.

²⁶⁸ Jaime Cortesão - A Biblioteca Nacional em Perigo. In *Ilustração Portuguesa*, série II, nº. 741, (1920), pp. 302-306.

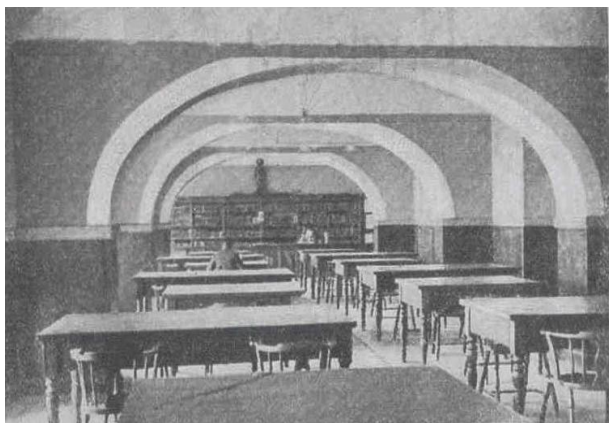


Figura 4 - Sala de leitura da Biblioteca Nacional, 1920

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, n.º. 741.



Figura 5 - Livros da BN carcomidos pelo bicho

- A Biblioteca da Universidade Popular Portuguesa

Num registo diferente, a Universidade Popular Portuguesa, uma criação republicana (1919), teve o apoio de vários intelectuais de renome, como Faria de Vasconcelos, Raúl Proença, Jaime Cortesão, António Sérgio, entre outros, responsáveis pelo “Plano Geral Educativo” que inclui um extenso e variado conjunto de temas para a realização de “conferências educativas”, sessões cinematográficas, visitas de estudo, récitas e outras iniciativas de índole cultural, para além da organização de “bibliotecas populares, fixas e móveis, salas de leitura e empréstimo de livros para leitura em casa...”.

A organização da biblioteca da Universidade Popular Portuguesa constituiu uma prioridade para os mentores do projeto que assumiam um ideal de “biblioteca popular modêlo”, vinculado a um conceito prescritivo da leitura patenteado numa secção do jornal intitulada “Leituras recomendadas”. A biblioteca destinava-se apenas aos sócios da Universidade Popular que, além da quota mensal que lhes era devida, no valor mínimo de 10 centavos, tinham de depositar uma caução para requisitar livros, que era parcialmente devolvida no ato de entrega, pois por cada volume deduzia-se 5 centavos para despesas de encadernação.

Tratava-se de um conceito de biblioteca popular destinado à formação de uma elite social e intelectual que beneficiava de todas as iniciativas da Universidade Popular, com vista à realização da “mais nobre função duma *élite* social: servir – servir a grande massa do povo...”. Competia-lhe assegurar a mediação entre o povo e a leitura através de uma

escolha cuidada dos livros e da elaboração de um catálogo que também podia ser requisitado pelos sócios da Universidade Popular Portuguesa.²⁶⁹

- Biblioteca Popular de Lisboa

Como já tivemos oportunidade de referir, no período da I República, a representação de biblioteca popular surge associada à ideia que é apresentada para referir outros tipos de bibliotecas, em particular a Biblioteca Nacional, alimentando um debate mais amplo e profundo, de que daremos conta num capítulo seguinte, que teve em Raul Proença o mais assertivo e acutilante promotor:

Há bibliotecas em Portugal?
Há depósitos de livros, não há bibliotecas. (...) Em Portugal não há bibliotecas populares.
Em Portugal também não há bibliotecas eruditas.²⁷⁰

O princípio subjacente à conceção de Biblioteca Popular defendida por Raul Proença é o da diferenciação, na organização, no acervo e na frequência. De salientar que a questão fulcral do debate que envolveu o denominado “Grupo da Biblioteca” consistiu exatamente na sustentação de argumentos favoráveis à criação de uma Biblioteca Popular em Lisboa separada da Biblioteca Nacional, no sentido de desviar deste instituto a frequência popular.

Não obstante, a ideia de Raul Proença ia mais além da iniciativa governamental levada a cabo nesse mesmo ano (1918), que consistiu na autonomização da secção popular da Biblioteca Nacional, através da criação da BPL - Biblioteca Popular de Lisboa, num espaço próprio mas sem a dimensão cultural que ele preconizava para um instituto desta natureza:

Como criá-la? Fundindo numa só grande Biblioteca todas as bibliotecas municipais de Lisboa; concedendo o Estado, a essa Biblioteca assim formada, uma verba considerável para novas aquisições de livros; e estendendo a ela também o direito de depósito legal.²⁷¹

O autor não concebia a reforma das bibliotecas populares sem uma concomitante reforma da instrução e vice-versa²⁷², considerando mesmo que a introdução de uma língua

²⁶⁹ *Educação Popular*, Abril de 1921, pp. 12-13.

²⁷⁰ Raul Proença - O Problema das bibliotecas em Portugal. In *Pela Grei*, nº 1, 1918, p. 55.

²⁷¹ *Idem*, *ibidem*, p. 167.

²⁷² “uma reforma do ensino elementar obrigatório é uma condição prévia duma reforma das bibliotecas populares. A magna questão está ainda numa fase preparatória.”. Cf. Raúl Proença - *As Bibliotecas*

estrangeira na instrução elementar era fundamental para a existência em Portugal de “bibliotecas populares de acção verdadeiramente fecunda”.²⁷³

A extensão e profundidade da educação popular representavam uma preocupação para Raul Proença que, à semelhança de outros intelectuais com o mesmo pensamento, sublinhava a importância de promover a comunicação entre as elites e as massas populares. Às elites cabia o papel de “propagandistas da leitura”, colocando-se ao serviço da Biblioteca Popular de Lisboa que, dotada de verba suficiente para adquirir livros e suportar despesas de deslocação, devia organizar essas missões culturais em que o “propagandista teria o cuidado de se misturar com as gentes, (...) de indagar das curiosidades e dos hábitos de leitura de cada um.” O propósito principal destas “viagens de penetração”²⁷⁴ seria a recolha de informações sobre os interesses de conhecimento e leitura das pessoas, registadas de modo próprio em verbetes, que dariam origem a um grande catálogo especial e dessa forma poder corresponder melhor aos interesses dos leitores de todo o país.

Nesta concepção de biblioteca popular sobreleva a dimensão de cultura profissional e a “acção divulgadora”, essencial para garantir o sucesso da sua missão, de que era superior apóstolo o bibliotecário, a quem se exigia que conhecesse “as necessidades nacionais” e fizesse da sua biblioteca uma “servidora dessas necessidades”, mostrando, com recurso a exemplos práticos e uma intensa “propaganda do livro”, a “utilidade nacional da sua biblioteca”.

Conceitos diversos de biblioteca para o povo foram defendidos por outros autores e técnicos contemporâneos de Raúl Proença mas tendo em comum a interdependência relativamente à instrução, além do carácter sociológico da sua função.

(...) a uma instrução bem organizada em todos os seus graus, desde o elementar aos superior, não esquecendo a instrução artística, técnica e profissional, deve corresponder uma boa organização das suas bibliotecas, as quais, se por um lado ministram a cultura do passado, ministram também a do presente, preparando o a do futuro e influndo dêste modo na colectividade(...)²⁷⁵

Populares e o Mundo Moderno o que há a fazer em Portugal. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. I, nº 1, (1920), p. 113.

²⁷³ Raul Proença - O Problema das bibliotecas em Portugal. *Pela Grei*, nº 1, 1918, p. 168.

²⁷⁴ Raul Proença - O que pode fazer em Portugal uma grande Biblioteca Popular. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, nº 4, 1920, pp. 290-291.

²⁷⁵ José M. Cordeiro, Sub-bibliotecário da Biblioteca Nacional - Função das Bibliotecas na Instrução de um Povo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, nº 1, 1920, p.116.

6 - As representações iconográficas

Tomamos como referência um artigo recentemente publicado, em que a autora faz uma análise do recurso à imagem em trabalhos de investigação científica no campo da história da educação, partindo de um corpus documental constituído por um conjunto de dezanove teses de doutoramento. A conclusão final aponta no sentido de ser pouco significativa a sua utilização como fonte documental.

No essencial, o uso de imagens na história da educação tem-se confinado ao domínio do «figurativo», «ilustrativo», exemplificativo», «demonstrativo» (...). As fotografias abundantemente utilizadas por alguns trabalhos mesmo que reclamando para si a “credibilidade e o estatuto de um «prova» ou «reflexo» do património e da cultura escolar que as produziu, na maior parte dos casos, aquilo que estas fotografias nos revelam são as convenções de realidade e as estratégias da sua própria encenação.²⁷⁶

Mesmo assumindo esta abordagem limitada das representações iconográficas, secundarizadas relativamente às fontes escritas, e sem esquecer que a fase inicial do nosso estudo corresponde a um período de inauguração de um novo modelo de representação visual que ficou conhecido pela designação genérica de modernismo, com o lançamento da fotografia, esperávamos encontrar mais imagens das bibliotecas em geral e das populares em particular, sobretudo na imprensa ilustrada, que se dedicava à divulgação social e cultural e onde raramente se vislumbra um testemunho de práticas de leitura em bibliotecas. Até mesmo a representação destes espaços é escassa, sobretudo se tivermos em conta outros institutos e outros atores sociais.

“Voir une chose, c’est ne pas en voir une autre.”²⁷⁷

Todavia, a ausência de imagens sobre bibliotecas e principalmente sobre práticas de leitura nas bibliotecas públicas, não significa inexistência de representações iconográficas da leitura. Estas assumem lugar de destaque, nas capas, ou surgem no interior das revistas, no início do século XX, como acontece em *Serões*, que se inicia em 1901, com uma capa que representa uma figura feminina a ler, repetindo este modelo, ainda que com imagens diferentes, até ao ano de 1909, apesar de ter intercalado capas diferentes, incluindo

²⁷⁶ Cabeleira, Helena, As Imagens como Fonte Histórica. In *História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da Investigação Portuguesa (2005-2014)*, p. 185.

²⁷⁷ Paul Ricoeur - *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. 2000, p. 584.

algumas com imagens da leitura em família (capa da II série, 1905), onde surgem três gerações de leitores: a mãe, com o livro, o filho que espreita e a avó que escuta. Numa outra capa representa-se uma mulher, confortavelmente estirada num assento, segurando, distraída, um exemplar da revista *Serões*, enquanto uma menina (filha?) espreita, sobre o ombro, curiosa para ver o conteúdo da revista.²⁷⁸

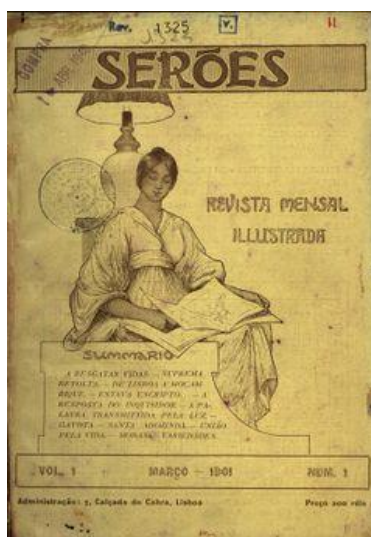


Figura 6 – Leitora com uma revista

Fonte: *Serões*, nº 1, 1901

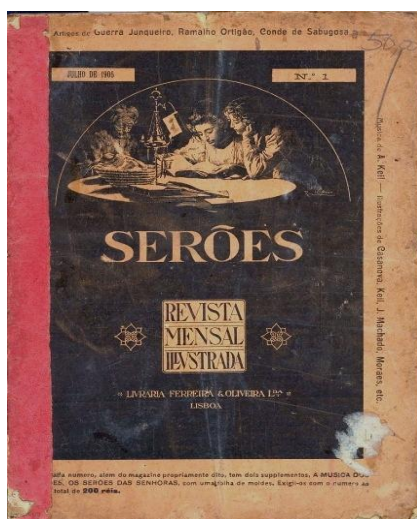


Figura 7 – Leitura em família

Fonte: *Serões*, nº 1, 1905



Figura 8 – Leitura feminina

Fonte: *Serões*, nº 5, 1905

Revistas como a *Ilustração Portuguesa*, cujas páginas compulsámos avidamente na esperança de encontrar imagens de bibliotecas, mesmo que sem características especificamente populares, apresentam-se lotadas de ilustrações sobre uma grande diversidade de acontecimentos sociais, políticos e culturais, certamente mais apelativos do que a representação das salas de leitura pública, leia-se bibliotecas, que só raramente aparecem²⁷⁹.

Desta forma, são claramente dominantes as descrições escritas que, perante as escassas imagens que nos foi dado observar, interferem na sua leitura, levando-nos a “ver”

²⁷⁸ É interessante notar esta relação da leitura com a mulher, uma cena tipicamente burguesa deste período, patente noutros periódicos, como a *Ilustração Portuguesa*, no seu nº 30, 2ª série, de 17 de Setembro de 1906. Em ambas as situações a figura feminina é utilizada para publicitar as revistas.

²⁷⁹ Uma análise sobre a importância das bibliotecas na sociedade portuguesa, apresentada, a título de diagnóstico da situação herdada pela democracia, leva M. José Moura a afirmar o seguinte: “As bibliotecas públicas, apesar da convincente legislação de que eram objecto, não conseguiam ter qualquer expressão no ambiente cultural e educativo do país.”. In *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório*.1986. p. 8.

o que já lemos em documentos escritos e, sem aduzir informação relevante, o seu papel é sobretudo demonstrar a leitura feita anteriormente.²⁸⁰

- Bibliotecas de jardim

Numa das raras referências à leitura e às bibliotecas públicas, o mote é dado pela descrição de uma iniciativa do município de Madrid, a criação de uma biblioteca de jardim, que se sugere poder ser imitada pelos portugueses, apresentando-se para o efeito o desenho de um modelo, traçado à semelhança do original existente na capital do país vizinho, ao qual se acrescentaram alguns símbolos lusos e que se enquadrou no contexto de alguns jardins de Lisboa, como se pode observar nas imagens que se seguem.²⁸¹

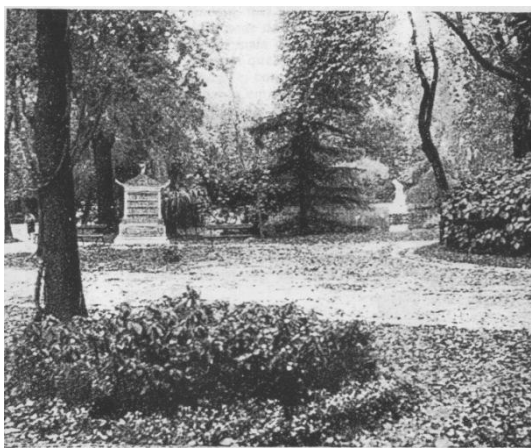


Figura 9 - Biblioteca no Jardim da Estrela



Fig. 10- Biblioteca Modelo

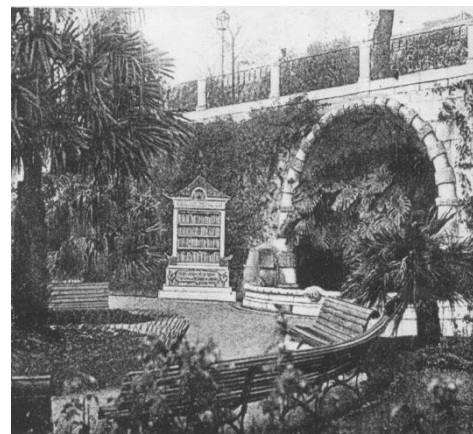


Figura 11-Jardim de S. Pedro de Alcântara

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, nº 718

Esta representação de um modelo ideal de biblioteca de jardim replica o mobiliário utilizado nas bibliotecas existentes, sem qualquer adaptação ao espaço a que se destina: a biblioteca vai ao jardim mas não dispensa a estante. Para sublinhar o caráter nacional da iniciativa, os autores seriam exclusivamente de literatura portuguesa, em quantidade suficiente e com qualidade para atrair interessados em participar na experiência de transformação dos “jardins em grandes cenáculos de leitura!”²⁸²

²⁸⁰ Carlo Ginzburg faz referência a uma espécie de leitura “fisiognomónica” dos documentos figurados. Cf. *Mitos, Emblemas, Sinais*. 1989, p. 63.

²⁸¹ Cf. Como o povo aprende a amar a sua terra e os seus escritores. *Ilustração Portuguesa*, II série, nº 718, 1919, p. 405-408.

²⁸² Idem, p. 410.

A concretização do projeto, que teve lugar cerca de dois anos e meio depois, por iniciativa da Universidade Livre, em particular do seu diretor, Alexandre Ferreira, assumiu uma faceta mais modesta, limitando-se ao jardim da Estrela²⁸³.

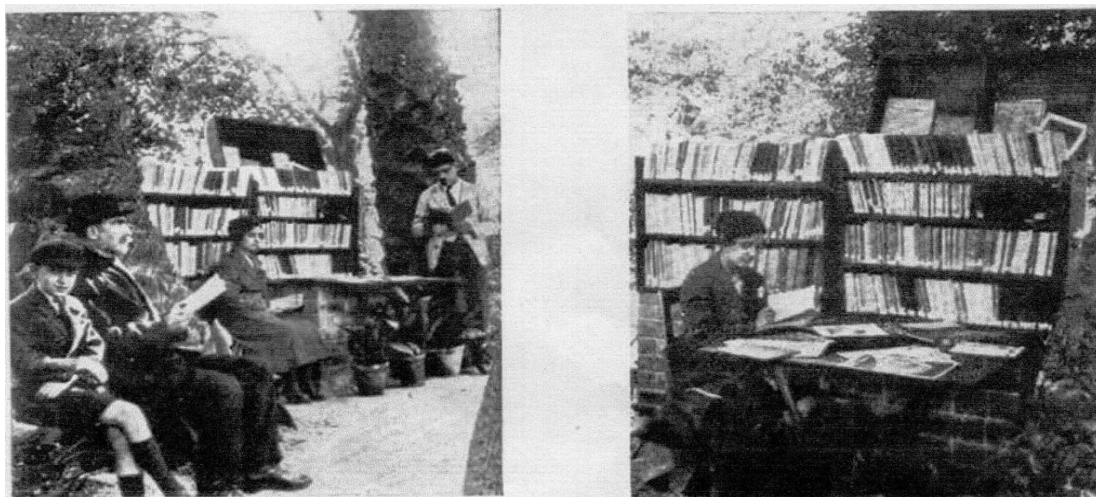


Figura 12 - Primeira biblioteca popular no Jardim da Estrela

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, nº 854.

Mais tarde, já em pleno Estado Novo, é recuperada e amplamente alargada a representação da biblioteca – estante no espaço jardim, faltando apenas os elementos de decoração para conferir uma especificidade mais nacional ao mobiliário. Na imagem captada não conseguimos distinguir traços identificadores das diferenças sociais, dado que, apesar de se tratar de um jardim, os leitores estão vestidos de forma cuidada e estão sentados a ler, como se estivessem numa sala de biblioteca, mesmo porque a contenção e a vigilância têm representação na estante fechada onde se guardam os livros e na figura feminina que controla o grupo e os leitores, entre os quais se encontram algumas crianças.

²⁸³ Como o povo aprende a amar a sua terra e os seus escritores. *Ilustração Portuguesa*, II série, nº 854, 1922, p.20.

Alexandre Ferreira submeteu à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa, na sessão de 23 de Dezembro de 1925, uma proposta de biblioteca infantil para ser implementada neste mesmo jardim, com contornos muito diferentes, privilegiando a construção de um espaço diferenciado no pavilhão do jardim da Estrela, porque se destinava a um público muito mais jovem do que os habituais utilizadores das bibliotecas municipais: “que as mesas e as cadeiras sejam de alturas diferentes, a fim de bem servirem as crianças dos 10 aos 15 anos; que todo o mobiliário seja pintado a cores claras; que na sala de leitura, além dos quadros, haja flores em profusão, afim de lhe dar uma aparência alegre e familiar, tirando-lhe o aspecto grave e severo da escola. Enfim, tudo deve atrair a criança, em vez de afastá-la da biblioteca”. Cf. AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L. 1886 a 1926*, p. 924-925.



Figura 13 - Jardim do Príncipe Real, biblioteca municipal ao ar livre, 1939 ²⁸⁴
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

- Salas de leitura

A inauguração da sala de leitura infantil na Biblioteca Nacional, em 1911, foi também registada numa imagem com alguns contornos semelhantes aos da figura acima descrita, apesar dos anos que as separam (correspondendo a dois períodos históricos diferentes), e do enquadramento distinto. A postura dos jovens leitores, concentrados na leitura, sentados de forma alinhada mas pouco rígida, segurando cuidadosamente os livros, à mesma altura dos olhos, são gestos que se repetem em ambas as imagens. A maior diferença parece residir na austeridade da decoração da sala da Biblioteca Nacional, com cortinados pesados e mesas altas e compactas, contrastantes com o enquadramento do jardim, arejado pela sombra das árvores, onde a criança pode estar a ler sentada no triciclo.

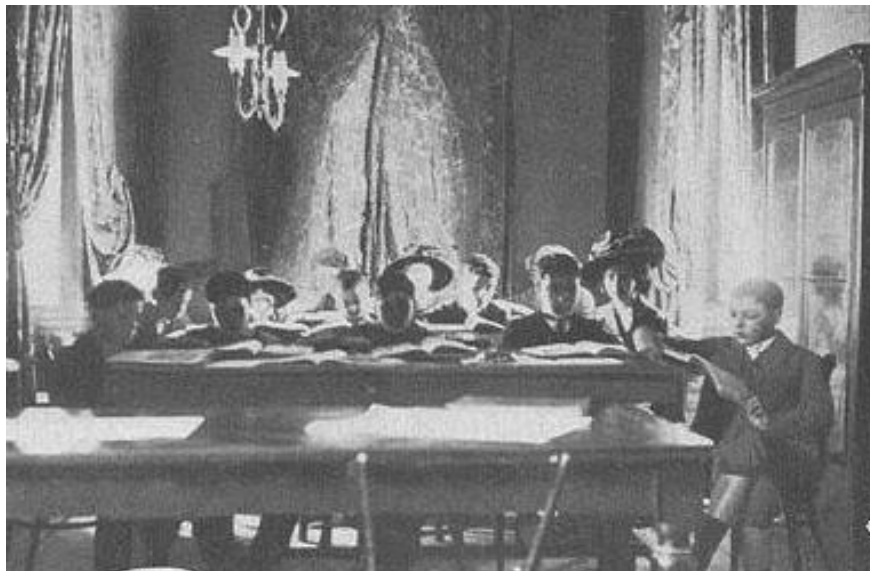


Figura 14 - Sala infantil da Biblioteca Nacional ²⁸⁵
Fonte: *O Século*, 1911

²⁸⁴ Fotografia de Eduardo Portugal, Arquivo Fotográfico Municipal. [em linha]. Ref. PT/AMLSB/EDP/001955. [consultado em 22/8/2016]. Disponível em <<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF.>>

²⁸⁵ *O Século*, 2/4/1911, p.1

Todavia, representar as bibliotecas era, sobretudo, mostrar o seu espaço, o mobiliário e os livros cautelosamente guardados nas estantes de madeira, fechadas, que cobriam as paredes, tratando-se de uma biblioteca com um acervo numeroso, como era o caso da biblioteca municipal de Guimarães, gerida pela Sociedade Martins Sarmiento, que ocupava, no início do século XX, uma distinta residência.²⁸⁶



Figura 15 - Interior (escadaria) do edifício da Sociedade Martins Sarmiento, 2013²⁸⁷

No cimo da escadaria que conduz ao salão e à sala onde funciona atualmente a biblioteca, foi colocada a escultura que representa o benemérito, Martins Sarmiento. A organização do espaço invoca a diferenciação social e a dicotomia patente no modelo de biblioteca existente. O acesso à abundante coleção não era franqueado de igual forma a todos os leitores, concedendo-se aos sócios algumas regalias, como a possibilidade de requisitar jornais e revistas e utilizar o gabinete de leitura, dentro de um horário noturno, nos meses de Novembro a Abril.²⁸⁸

²⁸⁶ Esta obra resultou da intervenção conduzida pelo arquiteto Marques da Silva, à qual o pintor de decoração, Abel Cardoso, deu um importante contributo para transformar o antigo convento de S. Domingos num imponente edifício com várias salas destinadas à leitura, salão de festas e espaço reservado ao museu arqueológico.

²⁸⁷ Imagem captada pela própria numa visita ao local em fevereiro de 2013.

²⁸⁸ Regulamento da biblioteca e museus. In *Revista de Guimarães*, 1898-1901, p.127-128.



Figura 16 - Biblioteca da SMS, sala de leitura, 1907? - 1911 **Figura 17** – Sala atual da biblioteca da SMS, 2013²⁹⁰
Fonte: Projecto Reimaginar Guimarães²⁸⁹

As salas normalmente são representadas sem leitores ou apenas com duas ou três pessoas, o que evidencia ainda mais os traços de organização e decoração do espaço, onde se destacam os móveis de madeira escura, privilegiando o sentido de austeridade sobre o conforto do ambiente. A diferença mais assinalável prende-se às dimensões desses compartimentos reservados à função de biblioteca, que podem ser mais espaçosos (biblioteca da Sociedade Martins Sarmento) ou com uma área inferior (A Voz do Operário).

A escassa meia dúzia de cadeiras que se encontravam bem arrumadas junto à mesa de leitura, os objetos de decoração, os móveis estantes, tudo contribuía para um ambiente familiar na biblioteca da Sociedade A Voz do Operário, frequentada sobretudo pelos sócios que certamente utilizavam a sala para a leitura de periódicos, mais rápida e suscetível de ser partilhada / comentada. Os romances e as obras de carácter científico seriam preferencialmente requisitados para a leitura domiciliária, mais calma e individual.²⁹¹

As figuras apresentadas realçam a função de conservação dos livros, mais própria das bibliotecas eruditas, em detrimento de uma função de comunicação, associada a um sentido de maior liberdade e de vulgarização da leitura. Estas representações iconográficas do espaço biblioteca diferem das representações escritas (discursos) que comportam referenciais ideológicos mais perceptíveis e uma imagem prefigurativa, idealizada em função de critérios e interesses sociais, políticos e culturais definidos pelo grupo que os forja.

²⁸⁹ “Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento?”, entre 1907? e 1911. Ref. PTRMGMRFCM0422. Projecto Reimaginar Guimarães. [em linha].[consultado em 22/8/2016]. Disponível em <http://reimaginar.webprodz.com/projecto/reimaginar-guimaraes>>.

²⁹⁰ Imagem captada pela própria numa visita ao local em fevereiro de 2013.

²⁹¹ União pela Vida. *Serões* 1/3/1901, p. 58.

Nas imagens é a tradução do real que se destaca, fixando um sentido de ordem que também pode ser encontrado no discurso legislativo mas de uma forma temperada por elementos pedagógicos e de cariz moralizante.

- A “caixa - estante”: bibliotecas móveis

Ao contrário do que ficou anteriormente registado, neste modelo de biblioteca predomina uma dimensão nómada, flexível, da informação. Ainda que a ideia de uma fixação possível esteja também presente no Regulamento das bibliotecas móveis, como referimos anteriormente, não é esta, contudo, a marca característica da representação duma biblioteca deste tipo, que podia chegar facilmente a todo o lugar e a todas as pessoas.

A caixa-estante tem principalmente a vantagem de poder conter numa caixa ou mala, bastante portátil, uma pequena biblioteca organizada, com tudo que é indispensável ao seu funcionamento: livros, catálogos e material para expediente. Bastante portátil, como é pode pelas suas exíguas proporções aproveitar todos os meios de transporte, utilizando, por isso, todos os caminhos do país.²⁹²



Figura 18 - Biblioteca móvel modelo²⁹³
Fonte: *As Bibliotecas Populares e Móveis em Portugal*, 1919

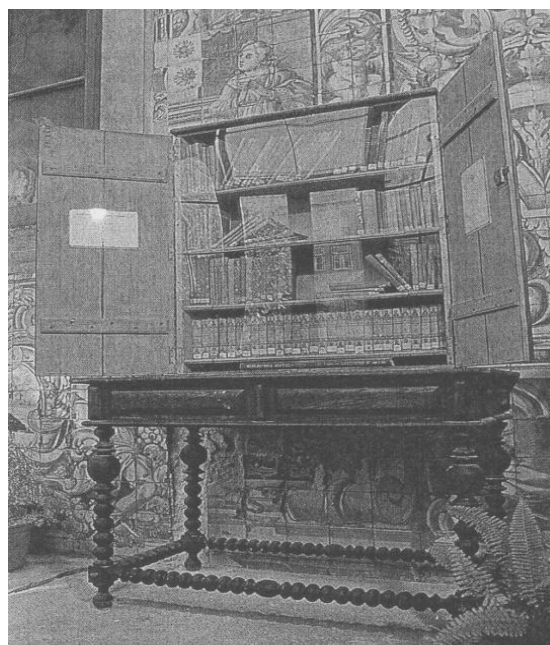


Figura 19 - Caixa-estante para biblioteca móvel²⁹⁴
Fonte: *Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, 2000

²⁹² AHME, Direção Geral de Belas Artes (DGBA) – 2ª repartição, Lº 3, nº 272.

²⁹³ A. P. de Bettencourt Athayde - *As Bibliotecas Populares e Móveis em Portugal*, 1919, p.1.[em linha].[consultado em 15/8/2016]. Disponível em < <https://archive.org/details/asbibliotecaspop00atha> >.

²⁹⁴ Imagem retirada de Pedro Leite e Ricardo Machaqueiro - Biblioteca Popular de Lisboa. In *Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, números 5/6, 2000, p.97.

No capítulo seguinte procuraremos dar conta da distribuição geográfica destas e de outras bibliotecas populares, encetando o confronto entre as representações aqui esboçadas e um conjunto de práticas associadas à leitura, definidas a partir da análise documental e estatística. É através deste diálogo constante, sustentado por alguns referenciais teóricos, que se entrevê a construção de um sentido para as múltiplas, diferenciadas e complexas práticas.

Capítulo 5

A GEOGRAFIA DAS BIBLIOTECAS POPULARES

1. Passos e condicionalismos de um percurso

A resposta, pronta e quase imediata, ao repto lançado por D. António da Costa em 1870 teve eco nos municípios, dando origem a uma distribuição geográfica de bibliotecas populares que podia decalcar-se sobre o mapa da alfabetização, o que, de certa forma, denunciava o principal propósito da sua criação.

Não obstante registarmos uma persistência na ideia da necessidade de bibliotecas populares, a verdade é que das que configuraram uma primeira geografia perdeu-se o rasto da sua existência, as marcas da sua identidade esvaneceram-se com a progressiva e impercetível integração nas bibliotecas municipais²⁹⁵. Acresce a este fator um conjunto de aspetos resultantes da voragem exercida por imperativos administrativos e políticos que impulsiona ou ignora as instituições conforme os interesses dominantes, baralhando os seus destinos numa enredada malha legislativa que tanto custa, a nós, investigadores, desembrulhar.

Para reconstituir a geografia das bibliotecas populares foi preciso mergulhar no emaranhado quadro administrativo dos organismos que tutelam as bibliotecas, os quais estiveram sujeitos às derivas centralizadoras e descentralizadoras, patenteadas através de uma significativa variedade de organogramas dos Ministérios que tutelaram os serviços das bibliotecas. O conhecimento dessa orgânica torna-se fundamental para a localização dos arquivos e respetiva documentação, como tivemos oportunidade de referir na introdução do trabalho.

As exigências impostas pela incorporação dos espólios documentais provenientes das instituições religiosas extintas após a revolução liberal, numa primeira fase, e depois da implantação da República, que desencadeou um segundo ciclo de incorporações, justificaram o cuidado com a definição de estratégias para salvaguardar um tão valioso

²⁹⁵ O caso mais flagrante desta voragem exercida por imperativos administrativos e políticos foi a Biblioteca Popular de Lisboa (BPL), uma instituição que atingiu grandes dimensões, completamente distintas de qualquer outra biblioteca popular, assumindo um papel de grande relevo no cenário cultural da capital, até receber ordem de desaparecimento, por desadequação ao modelo de leitura pública vigente, há pouco mais de uma década.

património bibliográfico e arquivístico, trabalhando em articulação com a Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, alegadamente no sentido de minimizar os riscos de perda e dispersão de documentos a que se assistira no passado recente, depois da lei de 28 de maio de 1834.

A denominada “política incorporacionista” fez recolher, de forma sistemática, no Arquivo da Torre do Tombo e em outros locais (Biblioteca Nacional, por exemplo), sob o controlo da Inspeção, quantidades imensas de documentos que careciam, urgentemente, de ser analisados e organizados, ficando a disponibilização deste material dependente da capacidade de resposta destes institutos²⁹⁶.

As críticas acentuaram-se durante a I República, em consonância com a prevalência de políticas mais descentralizadoras que conduziram à criação dos arquivos distritais, ainda que coexistindo com medidas de carácter “incorporacionista” como as que foram intentadas por Júlio Dantas, enquanto esteve no cargo de Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos (1912 – 1946).

Em simultâneo, consolida-se a política dicotómica que deu origem à Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis (1911 – 1931), com atribuições distintas das da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, ambas dependentes da Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, integrada no Ministério do Interior até à criação do Ministério da Instrução Pública (1913). Na hierarquia dos organismos com responsabilidade relativamente às bibliotecas, encontram-se a Repartição de Instrução Artística (1913), designada mais tarde por Direcção-Geral de Belas Artes (1919) que, por sua vez, se transforma em Direcção-Geral do Ensino Secundário, Superior e Artístico (1929), adotando depois a designação de Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes (1930-1971).

²⁹⁶ No sentido de corroborar esta ideia, aproveitamos para referir a situação criada com a extinção da BPL, em 2001 (decreto lei 211/2001 de 28 de julho), quando o seu acervo documental foi dividido, com base em critérios que desconhecemos, entre o ANTT (período entre 1951 – 2001) e a BNP (período entre 1911 – 1950) mas depois (cerca de 2009-2010), esta última documentação foi incorporada no ANTT, encontrando-se ainda numa fase inicial do tratamento arquivístico. Para termos acesso a estes documentos foi necessário uma autorização especial e, sobretudo, contar com a boa vontade da técnica superior responsável pelo tratamento da documentação. Quanto ao espólio bibliográfico da BPL foi-nos dito que havia sido deslocado maioritariamente para a biblioteca municipal Camões, onde é praticamente impossível localizar algum desses volumes, porque foram integrados na coleção da biblioteca sem qualquer referência à sua origem.

Para obter todas estas informações foram necessários anos a percorrer roteiros de pesquisa mais escusos, escavando em territórios pouco férteis, ultrapassando as fronteiras cronológicas definidas para o trabalho, valorizando todas as pistas que nos pudessem conduzir ao que pretendíamos encontrar mas também colocando de parte alguma informação que não iluminava o objeto de estudo. Nesse percurso importa destacar a solicitude e o profissionalismo de alguns técnicos responsáveis nestes três organismos que partilham a guarda das memórias das bibliotecas oficiais/ estatais: o ANTT, A BNP e o Ministério da Educação.

As bibliotecas populares estão praticamente ausentes da estatística oficial, representada nesta matéria pelos Anuários Estatísticos de Portugal que iniciaram a sua publicação em 1875, ainda que só se encontrem referências às bibliotecas na década de 1880 e apenas às denominadas bibliotecas públicas, com uma natureza mais erudita e a algumas, escassas, bibliotecas municipais, incluindo as de Lisboa, criadas em 1883, com um carácter misto, escolar e popular.

Depois de 1911 regista-se uma preocupação acrescida em inventariar o património cultural, inspecionando os institutos de leitura existentes, no sentido de conhecer o seu funcionamento²⁹⁷, nomeadamente as bibliotecas municipais que tinham integrado as populares e sobre as quais pendia, nessa fase, a obrigação de criar secções populares. Não obstante uma maior regularidade e abrangência dos dados publicados sobre as bibliotecas oficiais de natureza popular e pública, condizentes com a evolução política e cultural, o universo representado afigurava-se muito mais limitado do que a realidade conhecida, pelo que as páginas do Anuário Estatístico²⁹⁸ não contém informações sobre vários institutos de leitura nem fornecem elementos de forma regular, seguindo a cadência que lhes era imposta pelas suas fontes.

Destarte, conhecer a localização dos arquivos tornou-se uma etapa crucial para a definição da geografia das bibliotecas populares e a tarefa não foi simples, sobretudo porque a diversidade de institutos é muito grande, incluindo os que se situam em Lisboa e os que se localizam em diferentes terras, por todo o país, nos concelhos ou nas capitais de distrito, e também porque a comunicação institucional é insuficiente, quando não mesmo inexistente, o que dificultou sobremaneira a reconstituição desejável.

O principal desafio consistia em perceber o(s) sentido(s) do alargamento ou recuo do mapa inicial, procurando explicações que assumiram maior grau de dificuldade dada a imprecisão de terminologia e a indefinição da natureza de algumas bibliotecas. Neste contexto o desenho do mapeamento foi adquirindo contornos pouco precisos, como pouco definida foi a realidade das bibliotecas populares ao longo do período em estudo.

²⁹⁷ Nesse sentido, foi publicado, em 1919, um cadastro solicitado pelos serviços de inspeção das bibliotecas e arquivos dirigidos por Júlio Dantas. Cf. *Diário de Governo* II série, nº 158, 10 de julho de 1919.

²⁹⁸ Fataunços, em Vouzela, concelho do distrito de Viseu, é a única biblioteca referida no Anuário Estatístico, com a designação de popular, para além da Biblioteca Popular de Lisboa.

De igual modo, na relação de bibliotecas municipais contempladas pela Inspeção das Bibliotecas e Arquivos com a doação de livros provenientes do Ministério do Interior, incluindo algumas obras recebidas das livrarias das casas religiosas expulsas de Portugal em 1910, somente uma biblioteca, Góis (distrito de Coimbra), é identificada como municipal e popular. Cf. ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 234, “Câmaras Municipais” (1912 – 1947), proc. 19.

Outro aspeto assinalável prende-se com a intrincada relação que une bibliotecas populares e municipais, uma vez que estas foram as herdeiras das primeiras ou, pelo menos, do essencial do seu projeto. Desta forma, considerámos pertinente apresentar também os contornos desse mapa mais alargado tentando, sempre que possível, destacar as bibliotecas que mantêm a identificação de populares, apesar de não encontrarmos informações adicionais que nos permitam explicar, com segurança, as razões que justificam o facto de uns institutos terem mantido essa designação, enquanto outros a deixaram cair no esquecimento, assumindo uma identificação distinta mas utilizando os mesmos suportes de registo de leitores/requisições, com uma naturalidade imposta certamente pela necessidade de contenção de despesas.²⁹⁹

A identificação das bibliotecas municipais com a mesma função de vulgarização do livro e a implementação de uma leitura pública, seguindo o exemplo dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e dos países escandinavos, entre outros, está claramente expressa em diversos documentos oficiais.³⁰⁰ Na mesma ordem de ideias situa-se a preocupação em inventariar as bibliotecas existentes nos municípios, começando a fazer uma divulgação estatística mais sistemática³⁰¹.

²⁹⁹ É o caso da biblioteca popular de Bouças, que integra a “Informação do Governador Civil do Porto” (7 Nov. 1876) sobre as Câmaras habilitadas para receber os livros para as bibliotecas populares, afirmando dispor de uma boa sala na casa dos paços do concelho para os acolher e, posteriormente, “... arbitrar a necessária gratificação à pessoa que os ministrar”. Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3655, “Bibliothecas”, proc. 251.

No entanto, a informação publicada no sítio da Câmara Municipal, aponta a data de 1896 para a criação da biblioteca popular, sob a tutela da Junta de Freguesia, o que é coincidente com o seu 1º registo no Livro de Empréstimos. Em abril de 1911 passou a chamar-se biblioteca popular de Matosinhos e iniciou um período em que esteve sujeita a vicissitudes diversas que justificam o facto de se ter escusado levar adiante a iniciativa das bibliotecas móveis, alegando falta de meios, inclusivamente, para custear o transporte dos livros e mais ainda para instituir uma biblioteca popular, o que permite entender que a biblioteca de Bouças estaria desativada por volta de 1914-1915. Cf. ANTT, B.P.L., cx. 80, nº. 25. As informações apontam para um funcionamento de forma intermitente entre 1920 e 1942, data em que muda o nome para biblioteca municipal de Matosinhos. Estas alterações foram acompanhadas também pela mudança de instalações, até chegar ao espaço que ocupa atualmente, com a identificação de Biblioteca Municipal Florbela Espanca, desde 1990. Cf. <http://www.cm-que-matosinhos.pt/pages/689> [acedido em 31/03/2015]. A curiosidade é que o livro de registo dos empréstimos domiciliários, aberto em 12 de outubro de 1896, contem apenas um termo preenchido com um total de sete empréstimos nesse ano, ao qual se juntou outro termo, com data de 10 de novembro de 1903, sem mais registos até ao final do período monárquico. Este livro continuaria a ser utilizado durante a I República, enquanto a biblioteca mantinha a referência de popular (3 termos, em 13 Abril 1911, 24 Março 1916 e 31 Julho 1919, respetivamente) e prossegue com registos a partir de 1952, de forma mais intensiva e continuada.

³⁰⁰ Cf. a Circular dirigida aos presidentes das comissões administrativas dos municípios, assinada pelo Director Geral, Angelo da Fonseca e publicada no *Diário do Governo* nº 55 de 9 de março de 1911.

³⁰¹ Na qualidade de Inspetor das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, Júlio Dantas fez publicar o inventário das bibliotecas no D.G. nº 158, 10 julho 1919, que serve de base ao mapeamento apresentado para o período da I

De igual modo, não podíamos deixar de incluir nesta cartografia as bibliotecas móveis criadas na I República pois, apesar de figurarem como um tipo específico de bibliotecas, a sua organização ficou dependente da BPL, acabando por constituir uma parte significativa da história deste instituto e, podemos dizê-lo, como que a ramificação, até às terras mais recônditas, desse caudal de leituras populares, cumprindo a missão de disseminar e vulgarizar o acesso ao livro. Pese embora as limitações desse formato de biblioteca, sobretudo no que respeita à diversidade de leituras, o mapeamento traçado mostra-nos que as bibliotecas móveis chegaram a todos os distritos de Portugal continental e às ilhas dos Açores e Madeira.

Este investimento alargou-se também a algumas instituições específicas, dando forma a projetos que já haviam sido delineados por D. António da Costa, com base no conhecimento do que se fazia noutros países europeus. Referimo-nos às bibliotecas disponibilizadas aos doentes dos hospitais civis e aos militares que integraram o CEP – Corpo Expedicionário Português - e cuja utilização é objeto de análise no capítulo referente às práticas de leitura.

Apesar da falta de sequencialidade nos dados estatísticos, obtidos a partir de fontes muito distintas, optámos por apresentar uma leitura contextualizada, com a certeza de que, apesar das lacunas, a diversidade de informação permitirá avaliar melhor a complexidade do tema; razão pela qual se inclui também no mapeamento a referência a projetos que não sabemos se chegaram a vingar, dada a brevidade do tempo político em que se desenvolveram, como terá sido o caso da biblioteca do bairro social do Arco do Cego sobre a qual encontramos algumas informações.

Para a segunda fase, a partir da I República, escolhemos desenhar uma geografia com maior incidência nas bibliotecas municipais, uma vez que estas integraram as populares e assumiram a sua missão, como já aqui ficou expresso, ainda que a sua tutela estivesse a cargo da inspeção da Bibliotecas eruditas e arquivos. O esboço apresentado segue de perto a informação oficial destes serviços, sendo complementado com elementos de outras proveniências, sempre que possível.

Nos apontamentos que fomos recolhendo e organizando da forma mais perceptível que o tempo e o engenho nos possibilitaram, ressaltam as referências às “bibliotecas

República. A partir de 1917, o Anuário Estatístico apresenta uma classificação das bibliotecas municipais de acordo com a informação disponibilizada.

infantis”³⁰², que se tornam mais frequentes conforme avançamos no século XX, correspondendo às tendências europeias (e mundiais) de especialização das leituras tendo em conta a faixa etária, muito embora sem desaparecer o princípio dicotómico estruturante. Na verdade, o regulamento da Biblioteca Popular de Lisboa previa o funcionamento de uma secção destinada às mulheres e às crianças e os catálogos das bibliotecas móveis continham uns escassos cinco títulos, em média, que serviam o público infantil. Apesar de se tratar de uma diminuta quantidade de livros, representando menos de 5% do total de cada uma dessas pequenas coleções, a verdade é que a literatura infantil parecia estar ausente das bibliotecas e este apontamento afigurava-se como uma sorte de embrião das bibliotecas infantis no seio das bibliotecas populares, que se reviam na missão de apoio à literacia e ao trabalho de alfabetização desenvolvido pelas escolas primárias, ao serviço das quais se mantiveram ao longo do período em estudo.

2. Os contornos de um mapeamento

A geografia das bibliotecas populares oficiais começa a desenhar-se com a portaria de 26 de agosto de 1870 que contém a ordem do ministro da Instrução Publica, D. António da Costa, para o bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa disponibilizar obras do depósito das livrarias dos extintos conventos para as bibliotecas populares recentemente criadas e também a indicação para que fosse organizado o catálogo. Entre 1870 e 1886, foram registados 41 termos de entrega de documentos para as referidas bibliotecas.³⁰³

A extinção do Ministério de D. António da Costa e o seu afastamento da política ativa não significou o termo deste processo que se prolongou até ao final do século XIX, ainda que a ritmos diferenciados, mais de acordo com as cadências da agenda política do que para corresponder às necessidades estruturais em matéria de ensino e de cultura. A análise da documentação contemporânea sugere uma valorização política da criação de bibliotecas populares, sob a forma de proposta ou de concretização efetiva em diferentes localidades dos distritos portugueses, apesar de uma maior incidência na zona noroeste de Portugal.

³⁰² A título de exemplo refira-se a Escola Agrícola da Paiã, uma das instituições que utilizou as bibliotecas móveis desde o início e cujo diretor fez diligências para a criação de uma biblioteca infantil, solicitando apoio ao Inspetor das Bibliotecas Populares e Móveis (março 1926). ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 424.

³⁰³ Cf. AHBN, mc. 1, Bibliotecas Populares.

O mapa esboçado corresponde à análise de um conjunto diferenciado de informações provenientes de várias fontes, no sentido de dar forma, ainda que com alguns contornos pouco precisos, a um corpo de realizações mas também de intenções, que refletem o pensamento e os interesses dos seus mentores e ajudam a estabelecer conclusões. Neste sentido, utilizámos os elementos recolhidos no processo referente à constituição dos fundos originais das bibliotecas populares com apoio oficial do Estado que integra o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (AHBN) mas juntámos outra informação sobre o mesmo tema que encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em dois fundos distintos: o do Ministério do Reino que tutelou durante um largo período de tempo os assuntos da cultura e da instrução pública e a Coleção Castilho, onde podem ser analisados projetos e pensamentos da autoria de D. António da Costa e do seu círculo de amizade, com destaque para Júlio de Castilho.

Os aspetos relativos ao funcionamento destas bibliotecas correspondem ao conhecimento das práticas de leitura, dado ser esta a função primordial da maior parte destes institutos, que não passavam muitas vezes de algumas estantes com um reduzido número de livros, destinados a um público específico, mas que tinham uma utilização indiferenciada, que será objeto de análise num outro capítulo deste trabalho.

No quadro síntese sobre esta geografia inicial das bibliotecas populares (Anexo II), apresentam-se dados relativamente a um conjunto de 103 bibliotecas, que permitem identificar estes institutos: localização, designação, data da sua inauguração ou a que funciona como referência da sua existência (real ou em projeto), a que se junta também a indicação dos nomes de alguns indivíduos que tiveram um papel e destaque na sua organização. Como se pode verificar, há duas bibliotecas com data de criação anterior a 1870 e um número igual não tem datação. No entanto, a maioria das bibliotecas mapeadas, cerca de 75%, surgiu na década de 1880 e apenas 21 foram criadas no decénio de 1870.

São raras as referências a bibliotecas municipais em Portugal na primeira metade do séc. XIX (Funchal - 1841) mas na década de 1860 surgem alguns indicadores da vontade dos municípios³⁰⁴ intervirem ativamente na fundação destes institutos de leitura e apoio ao ensino, destacando-se os casos de Esposende (1867), Penafiel (1863) e Elvas (1868), ainda que a inauguração destas bibliotecas só tivesse acontecido nas décadas seguintes, já

³⁰⁴ A importância atribuída aos municípios está patente na criação, em 1847, da publicação *Anais do Município* para registar todos os factos notáveis que ocorressem em cada município (Portaria de 8 de novembro).

depois do decreto que instituiu as bibliotecas populares. Este diploma acabou por influir na evolução das duas primeiras³⁰⁵, mantendo-se a de Elvas apenas como municipal.

Na década de 1880, quando a estatística oficial estava ainda a dar os primeiros passos, a documentação que se refere aos institutos de leitura dá conta de um conjunto de cerca de uma centena de bibliotecas, que inclui 31 populares e 30 municipais (onde se integram 5 populares)³⁰⁶.

O conhecimento da geografia das bibliotecas populares (e outras) entronca no estudo mais aprofundado das elites e das suas formas de atuação para ganharem o apoio das populações e os favores do poder político a nível municipal e distrital. Arriscamo-nos a afirmar que, se as bibliotecas populares não tiveram um impacto muito significativo no combate ao analfabetismo e na promoção de hábitos de leitura junto de um elevado número de pessoas das classes menos favorecidas, a sua implementação chegou a todas as regiões / províncias portuguesas. E, se a adesão por parte das autoridades municipais não foi maciça, houve múltiplas manifestações de interesse e disputaram o apoio do Estado para a criação destas bibliotecas, chegando mesmo a existir famílias de bibliotecários, o que revela a valorização política e sociocultural destes institutos de leitura³⁰⁷.

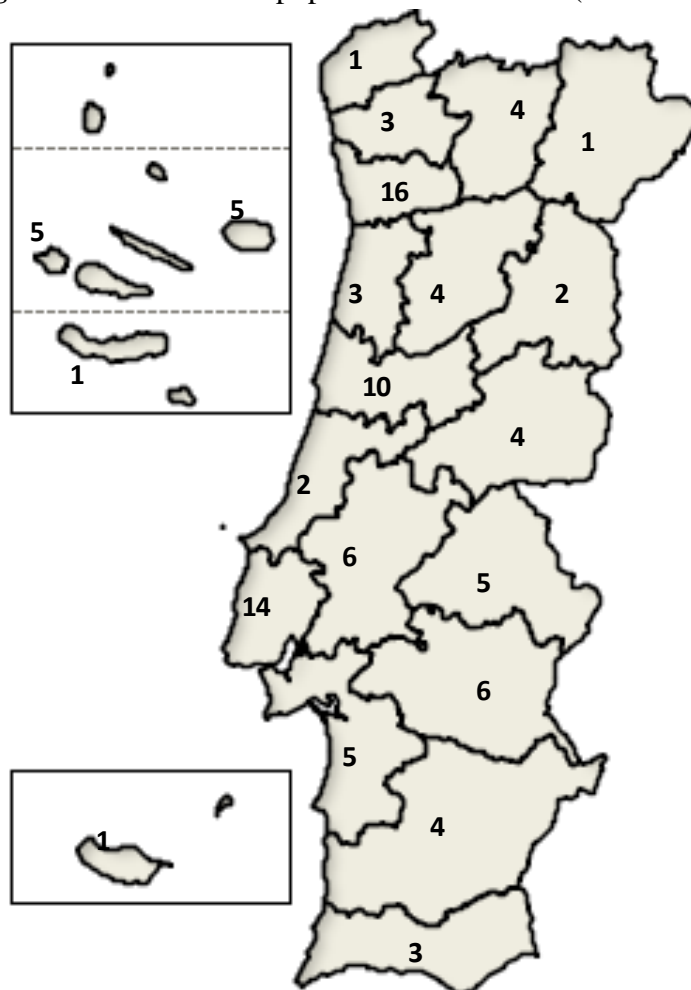
O mapa (**Figura 20**) mostra-nos uma concentração destas bibliotecas nos grandes centros de Lisboa e Porto, no que respeita a Portugal continental. No entanto, o aspeto mais curioso é o elevado número destes institutos de leitura nos Açores, particularmente na Horta (Faial) e em Angra do Heroísmo (Terceira), que parecem ter estado na linha da frente do movimento facilitador da expansão da leitura entre todas as camadas da população.

³⁰⁵ Penafiel teve um percurso muito acidentado, desde a manifestação da vontade da população em ter uma biblioteca municipal (1863) até à sua concretização, atrasada por falta da Câmara assumir o encargo financeiro, o que só viria a acontecer depois da lei das bibliotecas populares, mas assim mesmo com muita insistência, comprovada pelas notícias da imprensa local, em 1878. Anos mais tarde, em 1885, foi nomeada uma comissão para proceder à organização da biblioteca municipal, sendo do ano anterior o 1º projeto de instalações. Apenas em 1917 a biblioteca municipal será aberta ao público e com pouco sucesso, retomando-se a iniciativa em 1926. Dá conta deste atribulado processo o artigo de Teresa Soeiro - Um Museu Municipal para Penafiel 1884 – 1974. In *Portvgália*, vol. XV, 1994.

³⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino, mç. 3678, Collecção Castilho, cx.3, mç. 1.

³⁰⁷ Aconteceu na biblioteca popular de Campo Maior: João Francisco Dubraz, foi o primeiro a exercer o cargo de bibliotecário, que passou para seu filho Alfredo Constantino Félix Dubraz e, falecido este em 1918, a função passou para sua viúva D. Guilhermina Velez Dubraz, seguindo-se um período de abandono até à sua reabertura nos anos 40, segundo informação enviada por *email* pela técnica de biblioteca, Fátima Lopes, com base na análise do conteúdo das atas da Câmara, publicada num estudo elaborado pelo Dr. Francisco Galego.

Figura 20 - Bibliotecas populares nos distritos (séc. XIX)



Fonte: ANTT, Ministério do Reino, mç. 3678 e Collecção Castilho, cx. 33

Esta realidade confirma a relação que é possível estabelecer entre a geografia da alfabetização em Portugal na segunda metade de oitocentos e o mapa de distribuição das bibliotecas populares no mesmo período. Em ambas as situações destaca-se a mancha acentuada no noroeste, que corresponde aos concelhos onde se difundiu mais a escolarização (e alfabetização), ainda que a um ritmo lento e irregular, com predominância para os homens, ao contrário do sul, onde se registam taxas de alfabetização superiores para as mulheres³⁰⁸. Quanto às ilhas atlânticas, salienta-se o notável aumento da

³⁰⁸ Rui Ramos considera que as hipóteses ou sistemas de circulação cultural terão sido muito diferentes a norte e a sul de Portugal. O norte era mais permeável à cultura letrada e por isso à alfabetização. Em parte pelo empenho da igreja católica, apesar de não se estimular a leitura dos textos, como a religião protestante, o seu conhecimento/acompanhamento era importante para a catequização das populações. A ideia transmitida sobre o sul é de um território de grande analfabetismo, apesar de mais rico do que o norte: “prosperidade sonolenta de província isolada”, diz o autor sobre o Algarve. Cita dois autores estrangeiros que visitaram Portugal em períodos diferentes mas comungam de opiniões semelhantes, Léon Poincard, em 1909 e Paul

alfabetização no então distrito da Horta (cerca de 10% entre 1890 e 1911), o valor mais elevado em Portugal. Esta situação aponta para um entendimento da biblioteca popular como um meio de proporcionar leitura para as populações de alfabetização recente, curiosas e disponíveis para absorver a cultura escrita, maioritariamente do sexo masculino e que constituem também o grupo com maior representação na utilização destas bibliotecas, como se constata no capítulo referente às práticas³⁰⁹.

A implantação da República trouxe a publicação do Decreto-Lei de 18 março de 1911 que sublinhou a dicotomia popular/erudito e criou as bibliotecas móveis com o objetivo de levar “... os livros a todas as aldeias, engrandecendo a união da escola e tornando-a o principal centro de interesse da população”. Às bibliotecas populares cabia o papel de reunir “... os livros e publicações necessários à instrução do povo, à rápida informação e o entretenimento.”³¹⁰.

O cumprimento desta lei foi pouco rigoroso, como se pode concluir pela ausência de referências às bibliotecas populares na estatística oficial e sobretudo no inventário das bibliotecas existentes nos municípios, realizado em 1919. Esta perceção é confirmada pelo conteúdo da carta do bibliotecário da biblioteca popular da Câmara Municipal da Covilhã, que afirma ser o único no distrito que acatou a indicação do decreto de 1911 no sentido de as Câmaras instituírem bibliotecas populares. A biblioteca desta cidade encontrava-se em funcionamento desde 5 junho de 1917, até à data da carta (14 de abril de 1919), muito embora as suas queixas sublinhem uma desvalorização desta instituição de leitura que tinha uma média de seis leitores diários, número que o bibliotecário considerava positivo.³¹¹

Para este período aumenta a dificuldade em estabelecer uma rigorosa geografia das bibliotecas populares e das municipais, institutos que se confundem, uma vez que a sua

Descamps em 1930. Este, descreve as condições de vida de uma família de Celorico da Beira que, apesar de saber ler e escrever, tendo a instrução primária, não lhe reconhecem “utilidade” mas não deixam de se sentir fascinados por esta cultura e os exemplos imitam-se o que justifica a expansão da alfabetização no norte onde há, segundo o autor, uma “ideologia da igualdade”, ao contrário do sul em que predomina a “ideologia da desigualdade”. Por outro lado, o regime de propriedade, maior no sul do que no norte, seria a principal razão para manter a mulher afastada da atividade agrícola e por isso mais ligada ao meio urbano e com mais disponibilidade para aprender a ler. Cf. Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. In *Análise Social*, vol. XXIV, nº 103-104, 1988, pp.1085 – 1099.

³⁰⁹ O assunto foi abordado no texto da comunicação, “O papel das bibliotecas populares no desenvolvimento da instrução em Portugal (1870-1926)” que apresentámos no IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares*. Lisboa 12- 15 julho 2012. Cf. *Livro de Atas do Congresso* – CD-ROM, pp. 5267-5268.

³¹⁰ Cf. Decreto- Lei de 18 de Março de 1911, introdução e art. 4º, publicado no *Diário do Governo*, nº 65, 21 de Março de 1911.

³¹¹ Cf. ANTT – B.P.L.” Correspondência expedida e recebida, 1915-30”, cx. 80, doc. 186.

relação foi-se articulando sem grande cuidado em definir bem os limites e a natureza desse compromisso, deixando por isso espaço para múltiplas interrogações.

O descrédito na eficácia das bibliotecas populares, sublinhado pela dificuldade em fazer cumprir a legislação que foi sendo publicada ao longo do período em estudo, acompanha o prolongamento e renovação de um modelo de leitura / biblioteca assente numa conceção formalmente dicotómica.

A análise documental não nos fornece muito mais do que algumas notas soltas de iniciativas dispersas que tendem a responder às necessidades locais de leitura e apoio ao ensino, aproveitando a disponibilidade do Estado para distribuir o fundo documental tomado das instituições religiosas extintas e mais algumas publicações de natureza oficial, sem que tivesse sido gizada uma política de apetrechamento desses institutos, adequada às necessidades de leitura das camadas “populares”.

Creemos que as bibliotecas se foram constituindo ao ritmo e de acordo com a vontade de investimento das entidades municipais e/ou dos indivíduos, particulares, que faziam as doações iniciais mas não dispensavam o apoio do Estado, sobretudo para encontrar um espaço para a instalação dos livros e dos leitores. O caso de Coimbra é exemplar da dificuldade em manter uma continuidade nas realizações.

As bibliotecas populares podiam ser um grande elemento de instrução; mas desgraçadamente a prática demonstra que os seus fundadores se cansam debalde em as organizar e que o público não as frequenta.³¹²

Na mesma ordem de ideias, o arrastamento das disposições camarárias parece ter dificultado a passagem das propostas enunciadas à ação concreta. Desde que uma comissão administrativa municipal, formada para o efeito, conseguiu aprovar a criação oficial da biblioteca municipal de Coimbra (27 outubro de 1910), começando de imediato a constituir o seu acervo com os livros angariados por diferentes meios, colocaram-se dificuldades de ordem logística que bloquearam o avanço da organização desta biblioteca. Só ressurgirá alguns anos mais tarde, em 1922, sob a direção de José Pinto Loureiro que assumiu a incumbência de “tomar as medidas apropriadas a uma rápida instalação e urgente abertura à leitura pública”.³¹³

³¹² *Conimbricense*, nº 3632, de 3 de Junho de 1882.

³¹³ Esta disposição integrava o regulamento provisório da Biblioteca Municipal. Cf. José Pinto Loureiro - Biblioteca Municipal de Coimbra. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, vol. 1, 1923, p. 12.

Encontram-se algumas semelhanças no processo de criação da biblioteca de Leiria³¹⁴, considerada erudita pela natureza do seu fundo e por insistência do seu mentor, o bibliotecário Tito Benevenuto Lima de Sousa Larcher, apesar da utilização de argumentos idênticos aos que foram usados para a criação de bibliotecas populares: encontrar uma alternativa à frequência das numerosas tabernas (90), onde acorriam também muitas mulheres.

Foram muitas as vicissitudes que marcaram o desenvolvimento desta biblioteca que manteve acoplado um museu de carácter regional, a vertente popular deste instituto, mas não chegou a constituir a secção popular que estava prevista, em larga medida por falta de investimento da Câmara que nunca deu o apoio necessário e colocou entraves à sua passagem para o Estado. Esta situação concretizou-se em 1916³¹⁵, com o fundo que Tito Benevenuto organizara ao longo do tempo.

De salientar a resistência que houve desde sempre à constituição da secção popular, cuja organização ficava a cargo da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, exigindo-se salas separadas e pessoal específico para as vigiar³¹⁶. Esta ideia denunciava uma política de segregação e afigurava-se bem distinta do projeto que J. Pinto Loureiro tinha para Coimbra³¹⁷, tendo sido sustentada pelo bibliotecário de Leiria até ao fim do seu mandato, assim como a necessidade de obter da Câmara um apoio financeiro fixo que, de acordo com a sua proposta, seria na ordem dos 1,5% sobre contribuições do Estado para desenvolvimento das bibliotecas.

Para a constituição destas bibliotecas era imprescindível garantir uma fonte de financiamento que, de acordo com o decreto de 1911, devia ser procurada na verba até então destinada ao culto religioso. Mas as dúvidas são muitas como se percebe pelas interrogações colocadas ao Inspector das Bibliotecas Populares e Moveis pela comissão municipal de Vieira que, apesar do parecer positivo, não consegue constituir o desejado fundo de receitas por falta de verba do culto.³¹⁸

³¹⁴ Cf ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos , cx. 254, “Bibliotheca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria”, 1915 - 1931.

³¹⁵ Através do Decreto nº 2550 J de 3 de agosto de 1916.

³¹⁶ Um “empregado especial para esse fim”, como afirma em carta ao Inspetor das Bibliotecas e Arquivos, datada de 11 janeiro de 1921.

³¹⁷ “A Biblioteca Municipal de Coimbra – di-lo o bom senso e impõe-no um elementar conhecimento do meio coimbrão – deve ser uma biblioteca de carácter acentuadamente popular, mas não de carácter exclusivamente popular.” Cf. José Pinto Loureiro - Biblioteca Municipal de Coimbra, op. cit. 1923, p. 66.

³¹⁸ Cf. ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 1.

A incorporação das obras confiscadas às Casas das Congregações Religiosas impôs a realização de um “inventário geral das bibliotecas portuguesas”, da responsabilidade da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, dirigida por Júlio Dantas, e publicitado em fevereiro de 1919³¹⁹. O quadro sinótico traçado, que se assume como um testemunho da preocupação com o “coeficiente bibliográfico da nação”, não traduz um esforço exaustivo no sentido de inventariar todos os institutos de leitura existentes no país, deixando de fora algumas bibliotecas de Portugal continental, e abstendo-se de referir as que se situavam nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Na generalidade, as bibliotecas inventariadas eram subsidiadas pelos municípios (exceto as de Lisboa, Coimbra e Évora) e apresentam um panorama muito diverso, encontrando-se bibliotecas com acervos ricos em livros e manuscritos (Porto, Viseu) ao lado de outras bastante pobres, com destaque para biblioteca municipal de Ourique.

No referido inventário destaca-se o facto de as capitais do norte (Porto) e do sul (Lisboa), serem alvo de questionários específicos. A realidade destas duas cidades reflete as semelhanças e as diferenças que as ligam a situações particulares. Tentaremos evidenciá-las neste capítulo tendo em conta que, de certa forma, correspondem à competição que tem acompanhado o crescimento das duas cidades portuguesas mais importantes.

Em Lisboa, a criação de uma seção popular na Biblioteca Nacional e de um conjunto de bibliotecas móveis com três tipologias distintas provocou uma divergência de opiniões que comprometeu o sucesso destas medidas. Ainda durante a I República (1918) desencadeou-se um debate sobre o sentido da criação da Biblioteca Popular de Lisboa (BPL), como instituição autónoma da Biblioteca Nacional, que é objeto de uma análise mais aprofundada no ponto seguinte.

A discussão acerca da vocação erudita ou popular da Biblioteca Nacional repercutiu-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), cujo funcionamento foi alvo de interpretações diversas que se alargaram pela década de 1930. No projeto de 1925/26 para a BPMP clarificam-se os termos da questão: a primeira fase, aprovada em 29/8/1925, visava dividi-la em erudita e popular, além de propor a criação de bibliotecas

³¹⁹ Este “inventário geral das bibliotecas portuguesas” dá conta das bibliotecas do Estado e particulares mas para estas não apresenta dados estatísticos como acontece com as outras, considerando-se que o número contabilizado (78 bibliotecas importantes, sem incluir Porto e Lisboa) é “muito baixo” e que “As bibliotecas de associações e corporações não oficiais são de pouca importância, se exceptuarmos a da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, para a qual reverteram algumas colleções do Estado.” Cf. *Diário do Governo*, nº 158, II série, 10 julho de 1919.

móveis e infantis e o serviço de leitura domiciliária. A segunda fase, em 1926, previa a criação de duas bibliotecas populares de dimensão média, uma por cada bairro administrativo do Porto, com coleções iniciais entre vinte e trinta mil volumes. Tais coleções seriam rigorosamente selecionadas, com “livros de literatura amena. Infantis, educação moral, artística e profissional”, mas sem empréstimo domiciliário. Desconhecem-se os motivos por que o projecto não foi avante, permitindo que a dimensão popular e erudita continuassem a conviver, nem sempre de forma pacífica, nos claustros do antigo Convento de Santo António desta cidade.³²⁰

No Porto, o número de bibliotecas populares tuteladas pelo município, em funcionamento junto às escolas municipais, aumentou de três para treze, no período entre 1914 e 1919, mantendo este valor até ao ano letivo de 1922-1923. Ainda que as condições iniciais não fossem as mais adequadas, o investimento da Câmara Municipal do Porto (CMP) nestas bibliotecas subiu nos anos de 1915 e 1916, com um significativo montante na aquisição de livros mas que foi diminuindo nos anos seguintes.³²¹

O movimento estatístico destas bibliotecas populares é-nos fornecido pelo *Anuário da Câmara Municipal do Porto*, um periódico com publicação muito irregular e grandes hiatos na informação disponibilizada que reuniu, no número publicado em 1923, elementos relevantes sobre a questão da instrução primária nesse município, em particular acerca das bibliotecas populares, numa lógica de realce da ação do executivo camarário eleito em 1914.³²²

³²⁰ Sónia Passos - *De Biblioteca Erudita a Biblioteca Popular? As práticas de Leitura Pública na Biblioteca Pública Municipal do Porto (1833-1926)* [em linha], pp.531-543. [consultado em 10/6/2015].

Disponível em <http://eprints.rclis.org/17851/1/Porto_Romantico.pdf>.

Na reunião da comissão executiva da CMP, realizada no dia 18 de Março de 1915, surge uma proposta no sentido de a biblioteca pública municipal do Porto ceder os duplicados das suas obras para as bibliotecas populares da cidade, uma vez que a verba votada para a criação dessas bibliotecas era “em princípio, exígua”. Este deveria ser um procedimento a manter com regularidade anual, no mês de setembro. Cf. Câmara Municipal do Porto. Acta da Comissão Executiva [em linha] Série, 1887 – 1926: 18/3/1915, p. 8 [consultado em 29/6/2016].

Disponível em <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391919/?>>.

³²¹ Orçamento Ordinario da Camara Municipal do Porto para o anno civil de 1914, p. 31.

Orçamento Ordinario da Camara Municipal do Porto para o anno civil de 1915, p. 27.

Orçamento Ordinario da Camara Municipal do Porto para o anno civil de 1916, p. 30.

Orçamento Ordinario da Camara Municipal do Porto para o anno civil de 1919, p. 33-34.

³²² À data da publicação deste órgão de informação da CMP, já não se encontravam em funcionamento três bibliotecas populares, nas escolas números 61, 85 e 63. Cf. *Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923, p. 169.

Quadro 2 - Localização das bibliotecas populares do Porto (1914-1923)

Biblioteca (número)	Escola Municipal (número e localização)
1	- 71 Rua da Carvalhosa, 247
2	- 19 Praça das Flores, 191
3	- 53 Largo do Bonjardim, 682
4	- 69 Rua da Vilarinha, 1150
5	- 79 Rua de Monte Alegre, 98
6	- 61 Rua de Faria Guimarães, 325
7	- 85 Largo da Igreja – Foz
8	- 63 Rua de Trás da Sé, 32
9	- 97 Rua do Triunfo, 226
10	- 37 Rua de Costa Cabral, 596
11	- 27 Rua Pinto Bessa, 56-62
12	- 89 Travessa das Condominhas, 183
13	- 117 Rua da Carcereira, 369

Fonte: *Anuário da Câmara Municipal do Porto*, 1923

Em Lisboa, a Câmara Municipal criara e controlava um conjunto de bibliotecas em cada um dos quatro bairros, a que se juntaram outras iniciativas semelhantes à do Arco do Cego. Contudo, em 1926 foram encerradas as bibliotecas do 1º Bairro (Travessa de São Vicente), do 3º Bairro (Rua da Boa Vista) e do 4º Bairro (Calçada da Tapada, em Alcântara), permanecendo apenas a do 2º Bairro (futura Biblioteca Municipal de São Lázaro).

A preocupação com a divulgação de uma informação estatística mais rigorosa, colocando em destaque as fragilidades na organização e consequentemente no funcionamento das bibliotecas municipais, está patente na quantidade e na qualidade dos dados que são disponibilizados, justificando a organização em três grupos diferentes (1917 – cf. **Quadro 3**). Apesar de um maior cuidado na recolha e sistematização da informação estatística, continuam a verificar-se algumas discrepâncias e a ausência de bibliotecas referidas em estatísticas anteriores, pelo que, para estabelecer um quadro sinótico mais completo, sentimos necessidade de recorrer a diferentes fontes de informação e juntar várias notas explicativas.

Quadro 3 - Bibliotecas Municipais identificadas em 1917

Bibliotecas	1º gr.(20)	2º gr.(17)	3º gr.(32)	Leitores	Obras consultadas	Vols. existentes
Almodôvar	X			283	389	1 480
Alijó	X			267	672	1 200
Beja	X			664	664	5 437
Condeixa-a-Nova	X			97	172	172
Covilhã	X			1 644	1 885	2 350
Elvas	X			565	618	25 071
Faro	X			551	675	8 241
Figueira da Foz	X			90	90	7 050
Gondomar	X			221	581	564
Guarda	X			2 651	2 682	2 431
Lx 1º bairro	X			1 043	1 213	2 044
Lx 2º bairro	X			2 835	3 521	6 520
Lx 3º bairro	X			3 500	3 845	3 647
Porto	X			17 441	36 973	180 060
Póvoa do Varzim	X			174	248	2 842
Santarém	X			2 549	2 549	11 545
Viana do Castelo	X			1 513	1 513	1 050
Angra Heroísmo	X			8 081	9 684	8 446
Funchal	X			3 425	3 965	21 873
Horta	X			2 158	2 662	3 401
Alenquer		X				473
Barcelos		X				1 807
Barquinha		X				167
Barreiro		X				527
Campo Maior		X				1 743
Chaves		X				902
Estremoz		X				1 500
Vila Nova Famalicão		X				2 788
Góis		X				1 866
Ourique		X				117
Paredes		X				906
Serpa		X				1 795
Tavira		X				1 674
Valongo		X				225
Vidigueira		X				265
Vila Nova de Gaia		X				969
Vila Pouca de Aguiar		X				1 337
Aguiar da Beira			X			
Aldeia Galega Ribatejo			X			
Alfandega da Fé			X			
Alvito			X			
Amarante			X			
Anadia			X			
Arcos de Valdevez			X			
Caminha			X			
Cantanhede			X			
Carregal do Sal			X			
Chamusca			X			
Coimbra			X			
Idanha-a-Nova			X			
Lamego			X			
Lousã			X			
Moura			X			
Moita			X			
Monchique			X			
Penacova			X			
Pombal			X			
Ponte de Lima			X			
Portalegre			X			
Odemira			X			
Ovar			X			
Redondo			X			
Setúbal			X			
Silves			X			
S. Pedro do Sul			X			
S. Tiago do Cacém			X			
Vila Nova de Portimão			X			
Vila Viçosa			X			
Viseu			X			

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, 1917

A classificação em três grupos diferentes está relacionada com a natureza da informação disponibilizada pelas bibliotecas, de que se infere o seu grau de organização e desenvolvimento. Integram esta relação algumas bibliotecas consideradas populares e tomadas como exemplo de estudo noutra capítulo do trabalho, a saber, no 1º grupo, Elvas e Santarém, além das bibliotecas municipais de Lisboa, e no 2º. grupo, Estremoz, Campo Maior, Valongo. Nesta situação destaca-se sobretudo o caso de Estremoz que, tendo começado a decair na última década do século XIX, manteve-se em funcionamento mas não conseguiu recuperar o brilho do período anterior.

Acrescenta-se também a informação sobre as bibliotecas que não são mencionadas no Anuário Estatístico, mas que são referidas numa listagem de bibliotecas municipais contempladas com livros entregues pela Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, durante a I República, a saber: Alpiarça (Santarém); Penafiel (Porto); Porto de Mós (Leiria) e Lagos (Faro).³²³

Em documentação semelhante é feita referência à biblioteca municipal do Seixal (Setúbal) e a outras bibliotecas e gabinetes de leitura de criação recente e da responsabilidade do mesmo bibliotecário que diligenciou, em 1921, para a criação de uma biblioteca popular no bairro do Arco do Cego, em Lisboa.³²⁴

A distribuição das bibliotecas móveis, que optámos por juntar à localização das municipais para facilitar a comparação dos dados, mostra uma incidência com contornos semelhantes e repete, grosso modo, o mapa das bibliotecas populares existentes no último terço do século XIX, apesar de algumas particularidades que interessa salientar.

Destacam-se os distritos de Lisboa e Setúbal, sendo que este só foi oficialmente criado em 1926, pelo que a quantidade de bibliotecas móveis a funcionar no grande distrito de Lisboa correspondia a cerca de 40% do total. Esta esmagadora hegemonia pode explicar-se quer por razões de ordem geográfica, uma vez que ambos os distritos se situam

³²³ Grande parte destas obras era proveniente das livrarias das Ordens e de outras Casas religiosas expulsas de Portugal em 1910, com destaque para os jesuítas que tinham ainda um grande controlo sobre o ensino: Colégio de Campolide, em Lisboa, e S. Fidel, na Beira Baixa e cujos bens foram nacionalizados.

Cf. ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 234 (1912 – 1947), “Câmaras Municipais”, processos números 6, 31, 37 e 22.

³²⁴ Tratava-se de um escriturário, o Sr. Leopoldo Méra, um técnico interessado em fomentar a criação de bibliotecas com o intuito de promover o “derramamento da Instrução pelas classes menos favorecidas”, nomeadamente as seguintes:

- Biblioteca Municipal da Escola Conde Ferreira no Seixal; Biblioteca Vimieirense do Vimieiro do Alentejo; Biblioteca Cunha Rivara, em Arraiolos; Gabinete de Leitura João de Deus, em Alcácer do Sal; Gabinete de Leitura Progresso Veirense de Veiros do Alentejo. Não se encontrou mais informação sobre estes institutos de leitura mas a sua iniciativa valeu-lhe um louvor público.

na linha do litoral, dominante em termos económicos e demográficos; quer pela tradicional macrocefalia de Lisboa, que não se atenuou com a política da Regeneração, muito pelo contrário, uma vez que a capital situava-se no centro do progresso económico então verificado, o que se manifestou também nos superiores níveis de alfabetização³²⁵.

No entanto, se pensarmos apenas nas bibliotecas móveis (BM), as razões para uma maior concentração em Lisboa e Setúbal prendem-se também à proximidade do centro distribuidor das BM (Lisboa – BPL), dado que as despesas de transporte ficavam por conta de quem solicitava as bibliotecas, e por isso é natural que as localidades mais próximas tomassem a dianteira, ao contrário das que estavam mais distantes da capital, para as quais, requisitar as bibliotecas móveis significava mais encargos.

Por outro lado, o facto de o Porto não ter um número muito significativo deste tipo de bibliotecas, situando-se abaixo de Leiria, pode estar relacionado com a preferência dada a outros modelos, referimo-nos às bibliotecas criadas nos bairros da capital do norte, a expensas da junta de freguesia (**Quadro 2**). Não obstante, a faixa litoral oeste apresenta uma maior concentração desses institutos de leitura e os distritos do interior só pontualmente se destacam.

Um aspeto singular é o número significativo de bibliotecas municipais, nove, algumas com claras marcas populares, no distrito de Beja e, no distrito de Portalegre, a quantidade de bibliotecas móveis, seis, é superior às existentes nos territórios limítrofes (**Figura 21**). É difícil encontrar explicações seguras para estes factos, uma vez que as estatísticas da alfabetização não confirmam uma evolução significativa nestes distritos, tomando-se como certo apenas o facto de o Alentejo (zona sul), se distinguir pelo “menor iletrismo da mulher”, de acordo com um estudo que acompanhou o Censo de 1911.³²⁶ A criação e conservação de bibliotecas municipais e populares, bem como a requisição de bibliotecas móveis, parecem ter ficado a dever-se mais à ação interessada e diligente de

³²⁵ Lisboa e Setúbal, por um lado, a região do noroeste com o centro na cidade do Porto e estendendo-se até Braga, por outro, constituíam as duas regiões industriais mais importantes na alvorada do século XX. A concentração de várias indústrias com diferentes dimensões implicou também a organização de serviços e a criação de trabalhos para as camadas populares, além de ter provocado um desenvolvimento no setor da construção civil, dada a manifesta falta de edifícios para habitação própria e para a instalação de serviços públicos, como as bibliotecas, por exemplo. As respostas ao “Questionário dirigido às Associações de Classe Industriais, Operárias ou Mistas de Patrões e Operários”, em 1909, revelam a predominância das cidades e regiões atrás referidas, a saber 31,85% para Porto e Gaia, e idêntica percentagem para Lisboa e Setúbal, conjuntamente. Cf. Manuel Villaverde Cabral – *O Operariado Nas Vésperas da República (1909/1910)*. Lisboa: Editorial Presença/Cabinete de Investigações Sociais, 1977, pp.90-93 e 173-174.

³²⁶ O resumo desse estudo refere também que à “zona noroeste (...) corresponde o homem mais letrado de Portugal”. Cf. António Candeias (org.) - *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*. 2007, p. 122.

alguns homens, como o funcionário anteriormente referido (Leopoldo Méra), do que a uma intervenção planificada, tendo em conta as necessidades de leitura das populações.

O olhar superficial sobre a cartografia destas bibliotecas sugere a existência de uma cobertura extensiva do território português, muito embora sem chegar a todas as aldeias e localidades mais remotas onde, certamente, a leitura não era ainda muito solicitada, se atendermos ao elevado número de analfabetos³²⁷ que habitavam essas regiões, destacando-se o distrito de Castelo Branco com a percentagem mais elevada.

No sentido oposto situavam-se os distritos de Angra do Heroísmo e Horta, que acompanhavam a evolução positiva das cidades de Lisboa e do Porto no combate ao analfabetismo, ainda que, no caso das ilhas atlânticas, o número de bibliotecas municipais e móveis identificadas para o período da I República não possa servir de exemplo para testemunhar essa evolução cultural, porque é inferior ao que apontamos para o período anterior. No intuito de obter melhor esclarecimento desta e de outras situações similares, seria importante o estudo da evolução dos institutos de leitura, públicos e particulares, a nível distrital ou regional (no caso da Madeira e Açores) - estudos de caso que privilegiassem a correlação entre a leitura e a alfabetização, muito embora sem perder de vista a dimensão nacional, particularmente importante, atendendo ao período em questão.

Na alvorada do novo regime, o Estado Novo, que tomámos como baliza temporal do nosso trabalho, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos levou a cabo um inquérito às bibliotecas municipais portuguesas (1932-1933), no sentido de avaliar a sua situação global e, tendo em conta as respostas obtidas, classificaram-se os municípios em oito grupos, a saber: 1º grupo - os que tinham bibliotecas muito bem organizadas (18); 2º grupo - os que as tinham regularmente organizadas (28); 3º grupo - os municípios que tinham bibliotecas “em organização...” (9); 4º grupo - os que “dispõem de alguns livros, mas sem organização bibliotecária” (29); 5º grupo - os municípios que “não teem biblioteca, mas mostram interesse em cria-la, prometendo verbas ou outros auxílios” (47); 6º grupo - os que “não teem biblioteca e que nenhum auxilio prometem” (95), o grupo mais numeroso; 7º grupo - os que “não teem biblioteca e que nada prometem e até affectam desdem, por esse índice de civilização” (4) e o 8º grupo, constituído pelos municípios que “não devolveram os questionários, nem prestaram quaisquer informações” (74).

³²⁷ Cf. *Censo de 1920*, cap. IV Instrução Pública – 1. Ensino Primário, p. 79.

aproximando-se também da classificação das bibliotecas publicada no Anuário Estatístico de 1917.

Atente-se na distribuição distrital das bibliotecas existentes nos concelhos (grupos 1º, 2º e 3º), por oposição aos que não tinham quaisquer bibliotecas (grupos 5º, 6º e 7º), surgindo com numeração negativa. No mapeamento esboçado optámos por deixar de fora o grupo 4 por corresponder a uma situação imprecisa, de certa forma neutra para uma contabilidade das bibliotecas, e o grupo 8 por não conter informação pertinente, atendendo ao objetivo traçado para este capítulo

Num olhar de relance capta-se a maior uniformidade de distribuição das bibliotecas municipais com existência declarada. Os valores superiores encontravam-se nos distritos de Coimbra e do Porto, uma vez que, para Lisboa, é referida apenas uma biblioteca municipal bem organizada, apesar de não serem consideradas as bibliotecas municipais da cidade de Lisboa, como é ressalvado no ofício dirigido à tutela pelo Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos³³⁰. (**Figura 22**).

Como se pode constatar, no início da década de 1930 era pouco expressivo o número de bibliotecas municipais muito bem organizadas, incluídas no 1º grupo (c. 5,9%) e, pelo contrário, era muito significativa a quantidade de municípios que, não tendo biblioteca, também não manifestavam interesse ou preocupação em obtê-la, incluídos no 6º grupo (c.31%). Uma tal situação indicia fraca consistência nas medidas tomadas e nas iniciativas desenvolvidas e também a resistência de alguns responsáveis pelas bibliotecas que mantinham da leitura e do ensino uma perspetiva muito elitista, alimentando polémicas que opunham o poder local ao poder central³³¹.

³³⁰ O mapa foi construído a partir do quadro síntese que se junta em anexo, elaborado com as respostas ao inquérito promovido, em 1932-1933, pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, chefiada por António Ferrão. As bibliotecas municipais de Lisboa não foram contempladas neste inquérito. Cf. AHME, DGEBSA, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, Lv. 16, Proc. 444.

³³¹ O caso da Biblioteca Pública de Ponta Delgada é paradigmático da dificuldade que existia nas relações entre o poder central e municipal e que está plasmada nas cartas que o diretor (Alexandre de Sousa Alvim) escreveu para o Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, a última em 5 de Junho de 1914, onde se queixa das más relações com a Câmara, um problema que se arrastava desde a criação da biblioteca (1845).

Considerando esta Inspeção Geral o problema bibliotecário em toda a sua extensão, não podia ela abstrair da importante questão das chamadas, entre nós, bibliotecas populares, em cuja categoria se podem enfileirar – com excepção da Biblioteca Municipal Portuense, que é uma verdadeira biblioteca erudita – as bibliotecas municipais.³³²

Não obstante, a ideia de manter em funcionamento as bibliotecas populares não morreu e, na década de 1950, ganhou mais consistência com o projeto da Fundação Calouste Gulbenkian que se estendeu a todo o país, caminhando a par de outras iniciativas mais localizadas como as bibliotecas itinerantes de Lisboa, que integraram o Serviço das Bibliotecas Móveis, criado em 1937 para centralizar o funcionamento desses institutos de leitura, uma obra republicana de que damos conta num outro capítulo deste trabalho.

Numa diferente ordem de ideias, é de registar a quantidade tão significativa de bibliotecas que não enviaram a informação solicitada e, se associarmos este facto ao reduzido número de bibliotecas identificadas na estatística oficial, é fácil constatar que o controlo exercido pelo Estado sobre estes institutos de leitura era muito deficitário, talvez por se tratar de estruturas muito débeis que não eram devidamente apoiadas e valorizadas.

O imperativo da política centralizadora do Estado Novo conseguiu conviver com a diversidade de iniciativas e absorveu o sentido da dicotomia popular/erudita que persistiu, depois de 1930, no universo das bibliotecas³³³. A continuidade do modelo é perceptível através dos registos documentais: livros de requisições e/ou inscrição de leitores que se mantêm em utilização durante décadas, indiferentes à mudança de regimes políticos, testemunhando a força do princípio de conservação (ou resistência?) institucional³³⁴ face às novas políticas e fazendo coexistir criações de tempos diferentes: bibliotecas populares, públicas, municipais, escolares, salas de leitura pública de jornais e revistas, hemerotecas, bibliotecas ao ar livre (jardim) e outras iniciativas congéneres, seguindo as tendências da época e os objetivos políticos.

³³² Cf. AHME, DGESBA, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, Lv. 16, Proc. 444.

³³³ Em 1933 o inspetor das bibliotecas e arquivos dá conta da criação de uma biblioteca municipal na cidade da Horta, com recurso a um imposto camarário sobre bebidas alcoólicas para custear os encargos dessa biblioteca que Júlio Dantas considerava ser “acentuadamente popular”, o que implicaria um fundo “... com obras de boa literatura portuguesa e colecções de vulgarização científica e de carácter técnico e profissional (...) uma pequena hemeroteca, cuja existência é de regra nas bibliotecas populares.” . Cf ANTT, c.x. 234 (1912 – 1947) – Câmaras Municipais, processo 21.

³³⁴ Nomes como o de Júlio Dantas ou António Ferrão surgem associados a carreiras profissionais e a cargos de chefia, nomeadamente na Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, que atravessaram regimes políticos, testemunhando uma continuidade de iniciativas que prevaleceu sobre a orientação política dos governos.

3. Biblioteca Popular de Lisboa e Bibliotecas Móveis

- Biblioteca Popular de Lisboa

A história da Biblioteca Popular de Lisboa (BPL) tem conteúdo e relevância para se apresentar como tema de uma investigação autónoma, na área da História da Educação ou da História Política, contemporânea. Não queremos por isso obstar ao aparecimento de estudos mais consistentes e estruturados do que o conjunto de dados que conseguimos reunir até à data e que esperamos possam vir a constituir o embrião de trabalhos futuros, agora que a documentação essencial da BPL está identificada e em fase de tratamento para ser disponibilizada aos estudiosos e interessados num conhecimento mais profundo sobre esta instituição de leitura que atravessou três regimes políticos distintos, ocupando diversos edifícios, e transportou, por mais de 80 anos, a designação de “biblioteca popular”.

Simbolicamente, damos conta da existência no inventário dos pertences da BPL, depois designada Biblioteca Popular Central, de um busto de D. António da Costa, o fundador das bibliotecas populares³³⁵.

A primeira fase da existência deste instituto inicia-se com a publicação da Lei de 18 março de 1911 que prevê a criação de uma secção popular na Biblioteca Nacional, sediada no convento de São Francisco em Lisboa. Era então ministro do interior António José de Almeida e foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional Faustino da Fonseca³³⁶, em substituição de Xavier da Cunha³³⁷.

Os principais problemas que marcaram o período que decorreu entre 1911 e 1918 estavam relacionados com o conflito de espaço³³⁸ e funções das bibliotecas, opondo as

³³⁵ ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 230, (1932-1946) - Inventários dos bens do Estado.

³³⁶ Político, maçom, escritor e jornalista, Faustino da Fonseca foi um republicano convicto. Enquanto diretor da Biblioteca Nacional, entre 1911-1918, levou a cabo medidas radicais de ampla abertura e acesso, popularizando a BN.

³³⁷ Foi médico cirurgião, escritor e poeta. No desempenho das suas funções de Diretor da BN, entre 1902 e 1911, destacou-se pelo seu pendor de ilustre bibliófilo, tendo organizado várias exposições. Colaborou em revistas e obras de relevo e dirigiu várias publicações, como *A Biblioteca do Povo e das Escolas*.

³³⁸ A questão do espaço está associada também à longa e difícil luta travada pela BNP para conseguir instalações adequadas e condignas tendo em conta o crescimento do acervo documental e as necessidades de utilização decorrentes da sua condição de biblioteca pública. Os melhoramentos levados a cabo nas instalações do convento de S. Francisco ocupadas pela biblioteca no início do século XX, não resolveram a questão essencial que se arrastou até à 2ª metade do século XX, apesar das propostas apresentadas pelas sucessivas comissões que se foram constituindo durante a I República e o Estado Novo para debater e encontrar solução para o espaço físico da BNP [em linha]. [consultado em 12/07/2015]. Disponível em:

correntes mais elitistas e as que se assumiam mais democráticas, mais permissivas. As diferenças que se avocam consubstanciam o entendimento de uma Biblioteca Nacional de acesso livre para todo o tipo de utilizadores *versus* o conceito de biblioteca erudita e por isso reservada a um público constituído essencialmente por investigadores.

Faustino da Fonseca sobre quem impedia a gestão da BN e da sua secção popular, defendia uma concepção de ampla e livre utilização dos serviços da biblioteca, criticando as restrições impostas pelo seu antecessor. De olhos postos no modelo americano, este primeiro diretor republicano pretendia transformar a BN num “Palácio da Leitura”, numa “moderna Catedral”³³⁹ onde deviam caber leitores de ambos os sexos e de todas as idades e classes sociais, com os mesmos direitos e sem a discriminação inerente à existência de uma secção popular.

No período entre 1911 e 1918, as questões que se referem ao funcionamento da Biblioteca Nacional dizem também respeito à biblioteca popular, uma vez que esta era sua parte integrante. Talvez seja a principal razão por que não encontramos elementos para caracterizar a sua utilização nesta fase inicial. Não obstante, a evolução que veio a definir-se separou os utilizadores eruditos dos populares e acabou com o funcionamento noturno da BN, apesar da oposição dos que não viam a “conveniência de dividir para vencer”, propalada por todos os que consideravam que a Biblioteca Nacional se transformara num “organismo andrógino, mixto, doentio de Biblioteca Erudita e Popular”.³⁴⁰

Neste contexto, destaca-se a controvérsia fomentada por um conjunto de intelectuais que ocuparam cargos relevantes no governo da I República, conhecido por “Grupo da Biblioteca”, onde pontuam os nomes de António Sérgio, Jaime Cortesão, Teixeira Pascoaes, Leonardo Coimbra, Câmara Reis, Faria de Vasconcelos; José Rodrigues Miguéis, Ferreira de Macedo e Raúl Proença, um dos elementos mais ativos na defesa do princípio da diferenciação na organização das bibliotecas, Nacional e Popular.

<http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7085>.

³³⁹ Cf. Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional (abril de 1911 a março de 1912). In *Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais*, nº 2, 1911, Abril - Junho, p. 99.

Registe-se que a influência do modelo anglo-americano das *Free Public Library* é assumida por protagonistas de diferentes correntes e grupos de interesses, desde os defensores de concepções mais democráticas aos que tinham uma visão mais separatista e dicotómica da biblioteca pública mas que se reviam num conceito mais moderno de biblioteca.

³⁴⁰ Opinião expressa por António Ferrão, na qualidade de chefe da Repartição de Instrução Artística, em 27 de Agosto de 1916, no contexto de um projeto para a organização pelo Estado de bibliotecas populares e Salas de leitura de jornais, apresentado ao Ministro da tutela. Cf. *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. 1920, pp. 283-285.

O desvio da biblioteca nacional da sua frequência popular só pode ser efectuado pela criação duma biblioteca popular. Como criá-la? Fundindo numa só grande Biblioteca todas as bibliotecas municipais de Lisboa; concedendo o Estado (...) uma verba considerável para novas aquisições de livros; e estendendo a ela também o direito de depósito legal. Como produzir a diferenciação na frequência das bibliotecas eruditas e desta biblioteca popular? Os principais meios consistem numa maior liberdade de empréstimos da parte desta última, e numa diferenciação profunda no serviço de aquisições.³⁴¹

Para Raúl Proença, como para outros autores, a questão da biblioteca popular caminhava a par da implementação da instrução popular, considerando-a uma questão de cidadania, um elemento civilizador. Por esta ordem de razões era urgente proceder à sua reforma, o que significava criar um catálogo para classificar, organizar, diferenciar e nortear a utilização dos livros, de acordo com os objetivos dos utilizadores. Conhecedor profundo da biblioteconomia moderna, empenhou-se na criação de um catálogo coletivo³⁴² que funcionasse como uma rede de informação bibliográfica para evitar a duplicação/multiplicação de verbetes com registos catalográficos na BN.

Este empreendimento, levado a cabo no período em que assumiu a chefia dos serviços técnicos da BN, sob a direção de Jaime Cortesão (1919 – 1926), foi considerado ciclópico por alguns, desvalorizado e até mesmo atacado por outros, inimigos por razões políticas e pessoais que ele não poupou às suas críticas corrosivas, expressão de uma verve profundamente acutilante e cáustica, própria de um “Homem dum só parecer, dum só rosto, duma fê de antes quebrar que volver”.³⁴³ Tomado como pretexto ou reconhecido como a causa principal da diatribe que transformou a primeira biblioteca de Portugal num campo de batalha política e palco de esgrima de insultos entre reconhecidos vultos da intelectualidade portuguesa da década de 1920, o trabalho de biblioteconomia de Raúl Proença teve o mérito, entre outros, de chamar a atenção para um setor da vida cultural do país ignorado por muitos, as bibliotecas, em particular a BN, com recurso a exemplos concretos e fazendo uso de informação técnica atualizada.

³⁴¹ Raúl Proença - *Pela Grei*, suplemento do nº 1, 1918. O autor desenvolve a sua ideia exemplificando o que deve ser adquirido por cada uma das bibliotecas.

³⁴² Uma preocupação partilhada, entre outros, por António Ferrão que, não deixando de fazer referência ao decreto de 10 de maio de 1919, que estabeleceu a Biblioteca Nacional como sede do projetado “Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas”, desconsidera o trabalho desenvolvido, posicionando-se no grau zero para a defesa da “magna e urgente empresa do Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas” para que Portugal pudesse incorporar (-se) (n)a “corrente de intensa actividade cultural” do momento (início da década de 1930), na sequência da criação de uma secção da Sociedade das Nações na BN, através do decreto nº 18:734 de 7 de Agosto de 1930. Cf. Antonio Ferrão - *O Catalogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas: Forma de o elaborar*, 1933.

³⁴³ Palavras de Sá de Miranda aplicadas para a definição do retrato psicológico de Raúl Proença. Cf. *O caso da Biblioteca*, op. cit. p. 14.

“O caso da Biblioteca”³⁴⁴, analisado em perspectiva (histórica), não foi apenas um deprimente espetáculo de vingança pessoal, fazendo uso de meios legais (inquérito/sindicância) para atingir os fins almejados³⁴⁵, significou uma oportunidade de trazer para a discussão pública (e política) um assunto que estivera até então restrito ao domínio dos especialistas mas também mostrou como era profundamente elitista e muito limitada a visão de alguns intelectuais portugueses acerca do papel das bibliotecas no desenvolvimento do ensino e da instrução, desvalorizando os conhecimentos técnicos próprios da organização das bibliotecas e menosprezando a profissão de bibliotecário, a quem chamavam “antiquários” ou, numa versão mais irónica, “génio do verbete”³⁴⁶, o epíteto atribuído a Raúl Proença.

O debate em torno das funções da “Biblioteca Republicana” alimentou-se pela discussão dos conceitos de conservação e divulgação, princípios nucleares da conceção dicotómica, erudita / popular, que marcou a evolução das bibliotecas portuguesas e conduziu à autonomização da BPL, em 1918³⁴⁷. A Biblioteca Popular de Lisboa ocupou diferentes espaços, disputados por outros institutos e serviços mas conseguiu sobreviver com um acervo bibliográfico constituído pelas obras herdadas do Colégio de Campolide, acrescido de algumas doações e, o mais importante, pelo depósito legal que lhe foi concedido em 1919, transformando-se assim na terceira biblioteca a nível nacional.

No período de instalação e organização da BPL revelaram-se algumas das principais fragilidades que esta biblioteca carregou desde a sua fundação e que se prendem com a falta de pessoal dotado de formação técnica aliada à vontade de fazer vingar um

³⁴⁴ A oposição entre Raúl Proença, apoiado por elementos de “O Grupo da Biblioteca” (destaque para Jaime Cortesão e António Sérgio) e Fidelino de Figueiredo, diretor da BN, baseou-se em críticas de caráter profissional e opções técnicas mas teve sempre uma base de divergência política e ideológica que culminou com a participação de R.P. na revolta de Fevereiro de 1927, a 1ª manifestação significativa do “Revirralho”, contrária ao situacionismo integralista de F. F. que sucedeu a Jaime Cortesão na direção da BN, aproveitando para consolidar as suas críticas ao desempenho da gestão anterior, ao mesmo tempo que praticava uma política de despedimentos, em nome da sanidade financeira da BN. A propósito deste assunto ver também - Polémica Nº 40 com Fidelino Figueiredo. Março 1927. In Raúl Proença - *Polémicas*, 1988.

³⁴⁵ Raúl Proença denomina-o de “banquete dos Falhados”, não merecedor do seu esforço para “bater em criaturas tão sôfregas e todavia tão miseravelmente impotentes”. Cf. *Seara Nova*, ano VI, nº 101, 1927, p. 87.

³⁴⁶ Raúl Proença - Em Legítima Defesa. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2ª série, nº 8, 1921.

³⁴⁷ É curioso referir que, nesta mesma data, a Câmara Municipal de Lisboa refletia sobre a “situação lamentável da leitura pública em Lisboa”, aprovando, por unanimidade, a criação de bibliotecas populares na capital, uma vez que a ação das suas bibliotecas municipais era insuficiente. Como não houve resultados práticos, alguns anos depois, com “Alexandre Ferreira à frente do pelouro da Instrução e Assistência na CML (1923- 1926) procurou-se dar novo impulso às bibliotecas municipais, em articulação com a educação infantil e com a educação popular”. Cf. Cláudia Castelo - *A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa*. [em linha], p. 3 [consultado em 20/02/2016]. Disponível em < http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1215787947a_evolucao_das_praticas.pdf>.

A CML parecia não levar muito em conta as diligências assumidas pelo governo, relacionadas com a criação da BPL e das bibliotecas móveis.

projeto que era alvo de críticas, apesar do interesse político que representava o seu maior suporte³⁴⁸. O escasso investimento do Estado é apontado como um dos aspetos que marcou a implementação da BPL, nascida e criada à sombra e a expensas da BN, com algumas peças do seu mobiliário³⁴⁹, nomeadamente estantes para arrumar livros e outras publicações que transitaram da primitiva secção popular para a nova Biblioteca Popular de Lisboa.³⁵⁰

A constituição de uma Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis é reveladora da significância política desta obra que teve na sua edificação o envolvimento de algumas figuras que se afiguram incontornáveis no tratamento desta temática, com destaque para Luz de Almeida³⁵¹ que tutelou esses serviços, imprimindo-lhes uma dinâmica condicente com o reconhecimento social atribuído a estas bibliotecas e cuja projeção política é equiparada à da Inspeção das Bibliotecas Eruditas, tutelada por outra figura marcante e

³⁴⁸ A testemunhar o reconhecimento da importância e do conhecimento das principais figuras associadas a este projeto e o entendimento que parecia existir entre eles, refira-se o facto de o Ministério da Instrução Pública ter juntado numa comissão para proceder ao estudo e elaboração do plano de uma rede geral de bibliotecas de leitura a instalar em todo o país o inspetor das Bibliotecas Populares e Móveis, Artur Augusto Duarte de Luz de Almeida; o diretor da BPL, Leonel Emílio da Cunha Macedo e o 10º bibliotecário da Biblioteca Nacional, A. P. de Bettencourt Ataíde (D.G.II série 24 fev. 1920). Cf. ANTT, B.P.L., cx. 85, doc. 17.

³⁴⁹ 1 Bufete em pau santo; 1 Cadeira grande de espaldar; 4 Cadeiras de couro lavrado com pregaria amarela; 5 Cadeiras estofadas; 1 Banco de couro com pés de garra; 1 Estante composta com dois corpos; 1 Lavatório de ferro; 1 Espelho; 1 Cesto de papeis; 1 Tinteiro de ferro com 2 vidros; 1 Papeleira para papel de carta; 1 Pasta para papeis; 2 Estantes de noqueira envidraçadas; 1 Caixa de ferro pequena; 1 Mesa pequena; 3 Mesas grandes; 4 Estantes; 16 Cadeiras ordinárias; 2 Bancos, sendo um com costas. Cf. AHBN, “Relação de obras remetidas de e para a BN”, cx 01, mç 20, 1918.

³⁵⁰ Na mesma documentação encontra-se uma listagem de 144 títulos, alguns com mais de um exemplar, maioritariamente de direito e ciências sociais (52,8%). Idem, ibidem. No entanto, o número de volumes indicado para o acervo inicial da BPL é muito superior: 6833, à data da inauguração em 23 dezembro 1918. Cf. Decreto nº 13 726, de 27 de maio de 1927, in *Diário do Governo* nº 114 de 3 de Junho 1927.

³⁵¹ Este republicano teve um papel decisivo na preparação dos acontecimentos que estiveram na origem da implantação da I República, para os quais não foi estranha a intervenção da Carbonária, uma associação política, secreta e revolucionária, aparentada da Maçonaria, a cuja organização e presidência está ligado o nome do futuro inspetor das Bibliotecas Populares e Móveis, cargo ocupado pela formação académica que possuía (curso superior de bibliotecário arquivista) e pelas funções desempenhadas, durante alguns anos, nas bibliotecas municipais de Lisboa, ao lado de Feio Terenas, outra figura de peso na história do partido republicano e na política de instrução e educação levada a cabo por republicanos. Pese embora a relevância dos serviços que tutelava, sobretudo pela “novidade” que representavam, a atuação de Luz Almeida em prol da República poderia ter-lhe rendido mais reconhecimento político, segundo a opinião de um contemporâneo, Magalhães Lima, que o considera um dos “esquecidos” dos dirigentes republicanos: “Não se impõe, nada pede e nada quer. É de masiadamente republicano para uma sociedade que de republicana só tem o nome. E daí o ostracismo a que foi condenado (...)”. Cf. Magalhães Lima - *Episódios da minha vida*, vol. I, s.d., p. 217.

com um extenso currículo, Júlio Dantas, conhecido no mundo literário e político mas com uma forte influência no campo das bibliotecas e arquivos³⁵².

Ambos os inspetores foram secundados e apoiaram-se no conhecimento e nos serviços de biblioteconomia do 2º bibliotecário da Biblioteca Nacional, Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde, o mentor das bibliotecas móveis, razão pela qual Luz de Almeida requisitou ao Ministério de Instrução Pública os seus serviços e recomendou que lhe fosse atribuído um louvor³⁵³. Este reconhecimento foi invocado pelo próprio quando requereu junto do mesmo Ministério a sua colocação nos quadros da Biblioteca Popular de Lisboa³⁵⁴, que foi indeferido por razões legais, apesar da argumentação utilizada por Bettencourt Ataíde, não deixar espaço para dúvidas sobre o seu interesse no projeto das bibliotecas populares e móveis. Aludiu ao elevado preço dos livros e jornais, que eram já uma “necessidade para o público”, para justificar a importância da BPL, e sublinhando a falta de pessoal com que se debatia esta biblioteca para cuja organização ele gostava de poder dar a sua “... modesta, mas devotada colaboração nos seus múltiplos serviços de desdobramento de catálogos, de que tanto carece ou nos de organização e circulação de bibliotecas (...)”. A força do seu argumentário centrava-se na ideia de que não haveria criação de novos empregos mas apenas a deslocação de funcionários “em proveito dos serviços públicos”. Bettencourt Ataíde reforçava o pedido com o exemplo da boa administração inglesa: “The right man in the right place - ; pois é certo que nos temos dedicado ao estudo e aplicação deste problema e muito desejávamos sinceramente ser úteis ao nosso país no mais obscuro serviço das bibliotecas populares (...)”.

À data da instalação e organização da Biblioteca Popular de Lisboa o diretor da Biblioteca Nacional era Jaime Cortesão, que sucedera a Fidelino Figueiredo³⁵⁵, e cujo

³⁵² Num tom diferente, a voz, crítica e mordaz de Fidelino Figueiredo, desvaloriza a intervenção de ambos: o Inspetor das Bibliotecas Populares e Móveis por ausência de assunto para exercer a sua atividade e o Inspetor das Bibliotecas Eruditas por se vangloriar de ações realizadas ou partilhadas por outros.

³⁵³ Portaria publicada no *Diário do Governo*, 2ª série, nº 228, de 27 de Setembro de 1917, onde se pode ler o seguinte: “Tendo sido encarregado de auxiliar os trabalhos a cargo da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis o (...) Dr. Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde, encargo de que se desempenhou com inteligência, zelo e dedicação verdadeiramente notáveis (...) publico testemunho de louvor (...) pelos relevantes serviços que prestou durante a sua comissão na qualidade de adido à Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, afim de coadjuvar os trabalhos de organização, expedição e circulação das Bibliotecas Móveis Oficiais.”.

³⁵⁴ AHME, DGBA, Requerimento de 11 de Novembro de 1921.

³⁵⁵ No Relatório sobre a direção que exerceu na Biblioteca Nacional, F. F. destaca a sua ação em defesa de um acesso restrito, seletivo e erudito por parte dos estudiosos e critica a invasão dos operários e outros populares, culturalmente desfavorecidos, incapazes de aproveitar ou sequer apreciar o conteúdo dos livros disponíveis na BN que, segundo o autor, chegaram a ser furtados para serem colocados à venda. Cf. Fidelino de Figueiredo - *Como dirigi a Bibliotheca Nacional* (Fevereiro de 1918 a Fevereiro de 1919).

ideário estava mais em sintonia com a valorização da leitura popular, ainda que num espaço separado da BN, votada à investigação e à leitura erudita, uma opção que não colheu o apoio de todos os responsáveis e “especialistas”, entre os quais se encontravam também os críticos da política separatista e dicotómica, como o bibliotecário Álvaro Vicente Lial³⁵⁶, que defendia um modelo mais democrático de biblioteca, que não condicionasse as leituras dos seus utilizadores, aceitando a vulgarização do livro e da leitura para servir diferentes tipos de leitores: uma “biblioteca pública de cultura geral”.

Com distintos argumentos apresentava-se Raúl Proença³⁵⁷, que pugnava pela concentração de recursos numa grande Biblioteca Popular em Lisboa, em vez da sua dispersão por várias bibliotecas de pequenas dimensões, espalhadas pelo continente. À BPL, com uma dotação de mais de 100 contos anuais, caberia manter um corpo de “propagandistas de leitura”, uma espécie de “caixeiros-viajantes”³⁵⁸ que correriam as terras para angariar leitores, misturando-se com as gentes, para conhecer os seus hábitos de leitura e também as suas tendências políticas, tentando conduzi-los por caminhos de maior educação intelectual e moral, tendo em vista resolver o “grande problema”, o “hiato entre o escol e as massas”, pelo que só uma “profunda educação popular” poderia “salvar o mundo” - neste âmbito, a par das universidades populares, cabia também às bibliotecas populares, o amplo desenvolvimento de uma dimensão de cultura profissional.

O Regulamento Interno da Biblioteca Popular de Lisboa foi publicado em 1918³⁵⁹ e revisto em 1922, apesar de as diferenças entre os dois documentos não serem muito significativas. Ressalta a extensão e relevância das competências do Diretor desta instituição, um cargo prestigiado que só podia ser ocupado por indivíduos com formação académica superior e reconhecida competência, tornando-se de nomeação governamental, pelo regulamento de 1922³⁶⁰, o que significava um maior controlo do poder político sobre os assuntos da BPL.

Este diploma faz referência também a um dos aspetos mais relevantes para o funcionamento diferenciado da Biblioteca Popular – o facto de beneficiar do depósito legal

³⁵⁶ A Leitura Pública na Biblioteca Nacional. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. I, nº 1, 1920, janeiro – Março, p. 114.

³⁵⁷ O que pode fazer em Portugal uma grande Biblioteca Popular. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. I, nº 4, 1920, Outubro – Dezembro, p. 290.

³⁵⁸ Esta ideia de uma mediação cultural assumida pelos intelectuais, central no pensamento de Raúl Proença, impunha-se como uma obrigação de cidadania.

³⁵⁹ Cf. Decreto nº 4:888 de 17 de Setembro de 1918, publicado no *Diário do Governo*, I série, nº 223, 12 de Outubro de 1918.

³⁶⁰ Cf. Decreto nº 8.328 de 16 de agosto de 1922, Capítulo VI, artº 54º, publicado no *Diário do Governo*, I série, nº 167, 17 de agosto de 1922.

e do produto das multas, conforme estipulado pelo decreto nº 5:618 de 10 de maio de 1919. De resto, os regulamentos da BPL deixam perceber claramente a diferença entre esta biblioteca popular e as demais. Não era apenas na quantidade de obras mas sobretudo no sistema de catalogação, organizado à semelhança da Biblioteca Nacional, ainda que com as necessárias adaptações, enquanto nas outras bibliotecas a organização existente era muito mais incipiente e menos cuidada, até porque não havia pessoal especializado em quantidade suficiente para assumir uma tarefa tão absorvente e, em algumas situações, o volume da coleção não justificava.

O principal objetivo do Regulamento Interno da BPL, definir as regras de funcionamento da leitura pública, que era praticada na denominada “sa la de leitura geral”, destaca como primeira competência do funcionário / bibliotecário responsável pela BPL: “Manter a ordem”, sintomático de uma sociedade ainda pouco à vontade com a liberalização da leitura e mais preocupada com o controlo dos livros do que com a sua divulgação entre as camadas inferiores da população, incapaz de pensar um espaço e um acervo adaptados aos indivíduos menos familiarizados com bibliotecas mas, ao contrário, mostrando-se favoráveis à naturalização de uma lógica dicotómica e discriminatória para preservar o carácter erudito da leitura.

Apesar de serem poucas as diferenças entre os dois Regulamentos, ressaltam alguns aspetos denotativos de uma valorização social distinta ou de um ajustamento à realidade prática, como aconteceu com a separação de espaços de leitura para homens (adultos) e mulheres e crianças, prevista na legislação de 1918 e ausente da lei de 1922³⁶¹. De resto, em ambos os Regulamentos se observa o mesmo cuidado com a conduta e o aspeto dos leitores, assim como se prevê um horário extenso com a componente diurna e noturna que na prática se revelará muito difícil de cumprir, assumindo-se a inexistência de leitura noturna mas apenas “serviço extraordinário”, num horário mais prolongado. É preciso chegar à década de 1930 para conseguir cumprir essa prerrogativa.

As precauções que se tomavam para manter a integridade do acervo bibliográfico são elucidativas, por um lado, da valorização do objeto – livro e, no reverso, do desrespeito por parte de alguns leitores ainda pouco familiarizados com a leitura e com os livros. Essa ambiguidade afetava também os responsáveis da BPL que assumiram práticas mais rigorosas do que o que o Regulamento previa. Referimo-nos, por exemplo, à prática de ter fiador para fazer o requerimento de obras para leitura.

³⁶¹ Cf. Decreto nº 4:888 e Decreto nº 8.328 de outubro de 1918 e agosto de 1922, no capítulo III – “Da leitura pública”.

Não existindo um impresso próprio, utilizavam quer o papel azul, quer outras folhas ou mesmo recortes de papel onde os patrões se responsabilizavam pelos empréstimos de livros, colocando o carimbo das casas comerciais. Este procedimento foi determinado pelo diretor da BPL devido aos “frequentes abusos” que impuseram também restrições nas requisições domiciliárias, como o próprio admite num relatório técnico endereçado, em 1928, ao bibliotecário de Barcelona, em resposta ao envio de documentação similar³⁶².

No percurso de evolução da Biblioteca Popular de Lisboa destaca-se, ainda na década de 1920, o confronto das denominadas teses “proximistas” com a ideia de manter uma biblioteca centralizada³⁶³. O diretor da BPL insurge-se contra a perseguição feita à biblioteca, que, segundo ele, teria um único objetivo: “acabar radicalmente com o plano das bibliotecas populares e moveis e, para satisfação de ambições, apoderarem-se da casa onde se encontra instalada esta Biblioteca.” É esta a interpretação que o responsável máximo da BPL faz das ideias apresentadas pelos defensores da descentralização da Biblioteca Popular, pulverizando-as pelos bairros operários de Lisboa. A polémica instalara-se com as propostas apresentadas pela comissão que analisou a situação das bibliotecas em Portugal, apresentando um plano com o intuito de vivificar a sua existência, tornando-as verdadeiramente úteis para pessoas de diversas faixas etárias e diferentes “graus de instrução pública”.

Leonel de Macedo, diretor da BPL, refuta veementemente a ideia de acabar com uma biblioteca popular centralizada para criar várias bibliotecas de menor envergadura, considerando tratar-se de uma “maquinação que se vem movendo para que a Biblioteca Popular de Lisboa seja transferida da sua sede e seja encafuada num escuro bairro operário. É uma campanha absolutamente tendenciosa e apenas tem em vista, como fim utilitário, aproveitarem-se da sede da nossa actual instalação.”³⁶⁴. No entanto, isto não significava que não defendesse a criação de secções da BPL junto aos bairros operários para a leitura domiciliária e noturna mas irradiando a partir da sede que, pela sua centralidade reunia mais condições de agradar aos estudantes, aos representantes da classe média e também aos operários. Estes, não sendo a maioria, ocupavam o terceiro lugar na representação

³⁶² ANTT, B.P.L., cx 69, doc. 375 .

³⁶³ De acordo com o teor do documento designado por “Relatórios e Estatísticas apresentados a sua Ex^a. o Sr. Ministro da Instrução Pública em Agosto de 1924”, B.P.L., cx. 85, mç. 17.

³⁶⁴ A desconsideração partiria do próprio Ministro da Instrução Pública à data (1924), António Sérgio, que dispunha do espaço da BPL como se ele estivesse desocupado, sem livros e sem leitores, reservando-lhe outra utilização, muito distinta, como seja, albergar a “Casa dos Professores”. Cf. ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 17, Relatório e Estatísticas apresentados a S. Ex^a o Sr. Ministro da Instrução Pública em Agosto de 1924.

profissional dos leitores da BPL, cuja localização era melhor do que a implantação num bairro operário, onde a frequência seria mais limitada.

O diretor³⁶⁵ sai ainda em defesa da BPL perante as sugestões de contaminação de leituras e leitores da BN, pela proximidade dos dois estabelecimentos, lembrando que, mesmo sem os apoios oficiais, a biblioteca ocupava um digníssimo terceiro lugar a nível nacional (obras e leitores), podendo mesmo ficar em primeiro se obtivesse os investimentos necessários para garantir a leitura noturna, por exemplo, mas para isso teria de esperar mais alguns anos.

A mudança de regime decorrente do golpe militar de 28 de maio de 1926 não descredibilizou a BPL, muito pelo contrário, deu força aos argumentos defensores da necessidade de existir uma biblioteca popular central, designação que passaria a ser adotada no final da década de 1920, responsável pela organização de uma série de iniciativas no âmbito do que é referido como um “serviço de cultura geral popular”³⁶⁶. O alargamento das atribuições da BPL integrava também a criação de uma hemeroteca (apesar de já ser referido em separado), dada a importância crescente que a imprensa escrita tinha na formação cultural e política da população em geral, aliada a uma clara preocupação em vigiar as leituras que eram feitas pelas camadas populares. Todavia, o problema da falta de pessoal para atender a duas salas de leitura tão distintas será abordado recorrentemente.

A leitura fazia-se na Sala Geral e na Hemeroteca. Na primeira os lugares estavam numerados, as requisições eram pedidas pelos leitores e entregues nos respetivos lugares pelos funcionários. Como eram em número insuficiente a hemeroteca estava mais “desprotegida”. Neste espaço a leitura era feita livremente e vigiada por um amanuense ou por funcionários menores.

Uma das atribuições da Biblioteca Popular era a gestão das Bibliotecas Móveis (BM) cuja criação estava prevista no decreto de 18 de Março de 1911, pautando-se por critérios de flexibilidade e descentralização na irradiação do ensino e da leitura. Entre os entusiastas desta obra encontra-se João de Barros³⁶⁷. Para a concretização da iniciativa foi fundamental o empenho dos municípios, em articulação com o poder central representado

³⁶⁵ O Diretor da BPL durante o período em questão e que administrou a biblioteca praticamente desde a sua criação até 1941, era o médico Leonel de Macedo.

³⁶⁶ Conforme se pode ler no artº 2º do Decreto nº 13:726, de 27 de maio de 1927.

³⁶⁷ Este político republicano foi professor do liceu e pedagogo, adepto do movimento da Escola Nova. Desempenhou cargos de chefia no Ministério da Instrução Pública e deixou o seu nome associado à reforma da Instrução Primária em 1911. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1924, num dos últimos governos da I República.

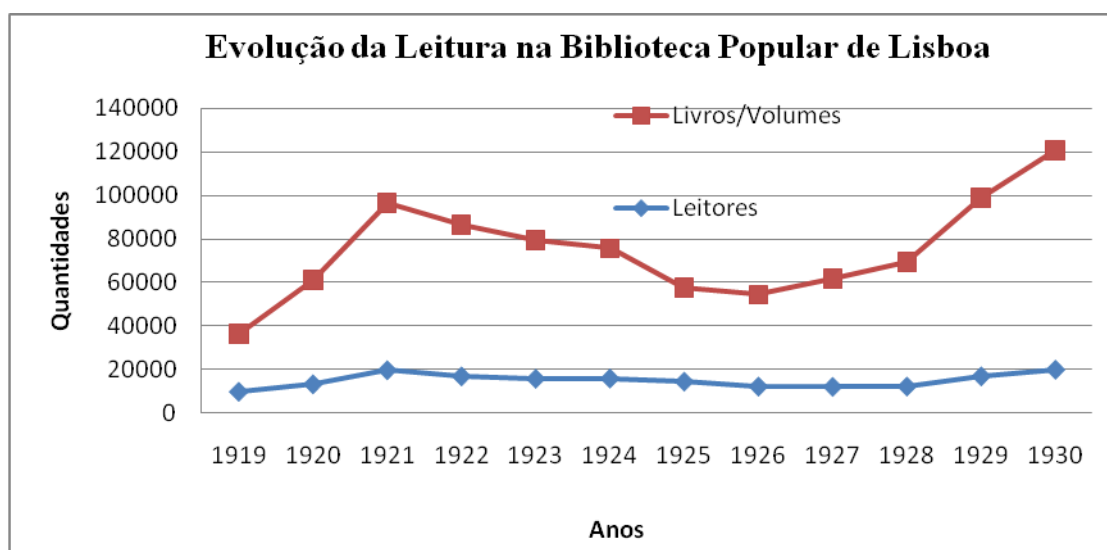
pela BPL / BPCL e pela Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis que deteve a tutela destas bibliotecas até à data da sua extinção, em 1931.

A informação sobre a evolução das leituras na BPL pode ser recolhida na documentação da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, mas também está publicada nas estatísticas oficiais. Contudo, se quisermos esmiuçar as leituras, tentando saber quem lia o quê, já teremos mais dificuldade, pois são poucos os livros de requisição e registo disponíveis para consulta (ao contrário do que acontece com as Bibliotecas Móveis) e os que vimos já não estão em muito bom estado de conservação.

Não obstante todos os condicionalismos, as opiniões expressas pelos responsáveis da BPL e da tutela, corroboradas pelos indicadores estatísticos, mostram uma evolução positiva do acervo, com 6833 volumes em dezembro de 1918 e um crescimento até 14 080 volumes, sendo 505 periódicos, até 1930. Na mesma linha, a utilização da biblioteca revela um aumento continuado até cerca de 20.000 leitores, em 1930, o que a coloca na terceira posição a nível nacional, apesar das dificuldades e falta de funcionários, lamentando-se pela perda de mais um bibliotecário, o que comprometia a elaboração dos catálogos.

Em 1931, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos³⁶⁸ dava conta da evolução do número de leitores e de leituras na Biblioteca Popular de Lisboa, desde 1919 até 1930. O gráfico que se apresenta traduz uma evolução global positiva, com oscilações muito mais acentuadas na série correspondente aos volumes que compunham o catálogo da BPL.

Gráfico 1 – Leitores e leitura na BPL (1919 – 1930)



Fonte: ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1931

³⁶⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, DGESBA, 3ª secção, Lvº 12, nº 451.

A média é de 75 leitores por dia. A estes números é preciso juntar os valores da leitura domiciliária, com cerca de 800 leitores inscritos³⁶⁹, para além das bibliotecas móveis que funcionaram em juntas de freguesia; escolas oficiais; nas ilhas adjacentes, nos hospitais e na frente de guerra (CEP). Tratava-se de um conjunto variado de bibliotecas móveis, transportadas em 3 modelos diferentes de caixas, com 7102 volumes distribuídos da seguinte forma: 4817 – Literatura; 1760 – Ciências e Artes; 525 – História e Geografia.

O cotejo de diferentes documentos facultou-nos alguma informação sobre a frequência da BPL, por exemplo a carta do primeiro bibliotecário da BPL (João Silva Correia) ao Inspector das Bibliotecas Eruditas e Arquivos (22 março 1919) com o pedido de dicionários de línguas e manuais de ensino porque eram “... procurados por estudantes dos liceus e outras escolas e que mais se me afiguram casar-se com a da Biblioteca Nacional...”³⁷⁰

Esta preponderância é corroborada pelos dados da “Leitura geral” entre 1922 – 1926, publicados no ano seguinte³⁷¹ que apontam para um total de 75.722 leitores com a seguinte distribuição (vid. **Gráfico 2**):

Estudantes – 35,85%; Empregados de comércio – 30,09%; Operários – 19,60%; profissões liberais – 6,81%; funcionários públicos – 4,13%; sem referência – 3,49%.

Na falta de uma leitura noturna permanente, que é aliás uma das “queixas” recorrentemente apresentadas pela Direção da BPL, foi-se realizando o denominado “serviço extraordinário” que representava um prolongamento do horário normal, até às 20h permitindo que os trabalhadores pudessem utilizar a biblioteca e os dados apresentam algumas diferenças, a saber:

Para o período analisado, 61 dias entre maio e julho de 1927, no horário “extraordinário” entre as 17h e as 20h, registaram-se os seguintes dados:³⁷²

Um total de 288 leitores (média 4,72/dia), quase todos de Lisboa ou de localidades próximas, como o Barreiro, consultou 2.067 obras, o que significa uma média de 33,88 leituras por dia. Foram distribuídas 956 senhas de leitura o que corresponde a uma média diária de 15,6. Se atendermos ao número de leitores, significa cerca de 3,3 senhas por leitor mas há que ter em conta que alguns podem ter tido uma frequência muito superior a outros.

³⁶⁹ No capítulo que se refere às práticas de leitura damos conta da evolução e da natureza das requisições durante a década de 1920.

³⁷⁰ ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, N° 223, Processos BPL – Pessoal (1919 – 1932) ; Diversos (1932 – 1936).

Idem, ibidem, c.x. 34 – Pessoal, 1919, n° 992.

³⁷¹ Cf. Decreto 13.726, in *Diário do Governo* n° 114, 3 de junho de 1927.

³⁷² Cf. ANTT, B.P.L., c.x. 69, Índices de processos, proc. 3.

Considerando o período na sua globalidade, cada leitor consultou uma média de 7,17 livros. Entre estes, regista-se apenas uma presença do sexo feminino, cuja profissão era bibliotecária! Sem informação disponível para caracterizar os leitores do horário “normal” não é possível estabelecer comparações, tornando-se mais difícil ponderar, com segurança, sobre as razões que justificam a frequência da BPL quase exclusivamente por elementos do sexo masculino.

No que respeita às profissões, os estudantes mantêm a liderança, com 39%, seguidos pelos empregados de comércio com 26%. Os operários/trabalhadores³⁷³ representam apenas 7%, seguindo-se os funcionários públicos, bancários, militares, um industrial, outras profissões, e cerca de 13% não dão qualquer indicação.

A leitura noturna só foi verdadeiramente implementada a partir de 1 outubro de 1931 das 20h às 23 h e domingo das 12h às 17h. Esta conquista era há muito solicitada “... pois a principal função de um estabelecimento desta natureza só se preenche devidamente estando ele patente ao público nas hora em que as classes populares estão livres do seu trabalho .”³⁷⁴. Neste sentido, a 8 de agosto de 1921, o diretor pede um aumento da dotação para a BPL justificando que a verba de 800\$00 é escassa para os “elevados serviços de leitura que presta” e que está numa situação “angustiosa”, pois além da deterioração dos livros e do mobiliário estragado, há falta de eletricidade e de outros requisitos para o funcionamento da BPL.

Estas “queixas” foram recorrentes ao longo da década de 1920 e a Biblioteca Popular de Lisboa manteve-se em funcionamento sem cumprir cabalmente o seu objetivo, o que não deixa de ser referido pelo seu diretor nos documentos oficiais que dirige à tutela (carta para o DGE-15 de maio 1928), aproveitando o retomar da leitura noturna na Biblioteca Nacional para lembrar a natureza de cada uma das bibliotecas e apelar para um critério de igualdade pois “... geralmente, os leitores das bibliotecas populares, pela dependência das suas ocupações, com mais dificuldade que os das eruditas podem frequentar bibliotecas durante o dia”³⁷⁵.

Quanto à leitura domiciliária³⁷⁶, encontramos 828 leitores inscritos e 4897 volumes requisitados (1922 – 1928). O prazo médio de empréstimo era de 15 dias. Neste tipo de

³⁷³ Este número é pouco significativo se compararmos com as estatísticas facultadas pela direção da BPL, levando-nos a questionar sobre o entendimento de “operário”.

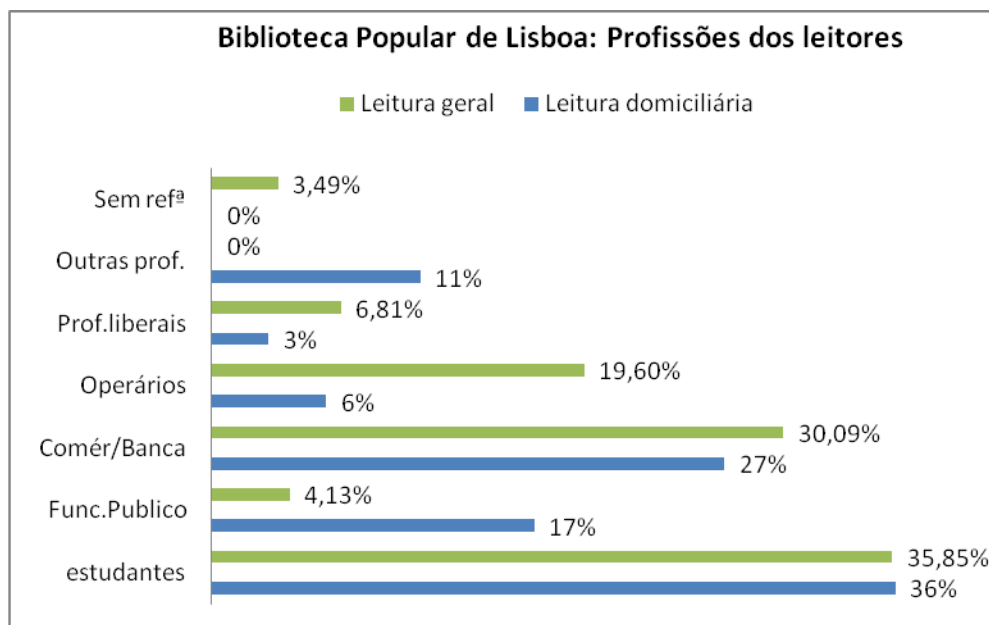
³⁷⁴ AHME, Ministério da Instrução Pública (MIP) – Direção Geral de Belas Artes (DGBA)– 2ª repartição – Proc. 252, Lv. 3 (1921).

³⁷⁵ ANTT, BPL, cx 69, doc. 419.

³⁷⁶ ANTT, Livros de registo de empréstimo de Obras (1920-1938), B.P.L., liv. 330 a liv. 331.

requisições a identificação profissional dos leitores indicava resultados com algumas semelhanças ao que já foi referido para a leitura geral, excetuando-se os operários que representavam uma percentagem muito inferior, como se pode verificar no seguinte gráfico³⁷⁷.

Gráfico 2 – Profissões dos leitores da BPL (1922-1928)



Fontes: ANTT, Livros de registo de empréstimo de obras (1920-1938)
 ANTT, B.P.L., "Relatório" do Diretor, 1928, Cx 69, doc. 375

O primeiro bibliotecário-diretor da BPL fez referência ao facto de haver um “numero muito diminuto de leitores” nas bibliotecas durante o verão, pelo que qualquer sala serviria.³⁷⁸ É de notar que esta indicação reporta-se ao período inicial da biblioteca, quando as questões respeitantes ao espaço não estavam ainda definidas, pese embora a razoabilidade do facto apontado, se tivermos em conta a preponderância dos estudantes entre os frequentadores da Biblioteca Popular de Lisboa, como bem atestam as estatísticas, e foi salientado pelo bibliotecário João Silva Correia, quando solicitou dicionários e manuais à Biblioteca Nacional, para fazer face às exigências do público leitor³⁷⁹.

A documentação cotejada para o início da década de 1930 dá conta das divergências entre o diretor da BPL e o inspetor das bibliotecas e arquivos, António Ferrão, que impunha a sua linha de funcionamento, sem ter em consideração a opinião de Leonel

³⁷⁷ Referências mais detalhadas são incluídas no capítulo das práticas de leitura nas bibliotecas populares, onde se esboça um perfil de leitor.

³⁷⁸ ANTT, B.P.L. 1919, cx 80.

³⁷⁹ ANTT, Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, cx. 223, Processos – B.P.L. – Pessoal (1919 - 1932).

da Cunha Pereira de Macedo, levando-o a ponderar a demissão, o que não viria no entanto a acontecer antes de 1941. O diretor da BPL acompanhou a transição para o novo regime e as imposições decorrentes de uma política mais centralizadora e mais ambiciosa no que se esperava que fosse o desempenho da Biblioteca Popular Central, patente no seu Regulamento. Este documento deixa transparecer um ideal de biblioteca popular à luz da influência das bibliotecas congêneres do estrangeiro, nomeadamente a Alemanha e as *free libraries* dos EUA e Inglaterra. Competia-lhes também a realização de sessões de divulgação como cinema, exposições, conferências, o que se afigurava muito difícil de concretizar devido à falta de dotações da BPCL.

O diretor respondeu, em fevereiro de 1932,³⁸⁰ à determinação do decreto de 27 junho 1931 (artº 135) de serem organizadas pela Biblioteca Central bibliotecas circulantes e móveis para adultos e crianças nos jardins públicos, asilos, hospitais, casas de reclusão, escolas que não possuíam bibliotecas e colónias de férias. Queixou-se de falta de meios para concretizar um objetivo tão importante mas solicitou indicação dos estabelecimentos que podiam beneficiar mais com as bibliotecas. Apesar das reservas colocadas, Leonel da Cunha Pereira de Macedo não deixou de reclamar o investimento e as condições necessárias, quer ao funcionamento das bibliotecas escolares, quer àquelas que se destinavam aos jardins e a outros espaços públicos.

No Relatório da Biblioteca Popular Central (1932)³⁸¹, dirigido pelo diretor ao Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, dando conta do funcionamento da BPL e problemas inerentes, destaca-se a continuidade da obra das bibliotecas móveis, diretamente sob a responsabilidade da BPL desde 1 de Julho de 1931, na sequência da extinção da Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, mas deixa transparecer também algum desalento pela falta de apoio da tutela. Apesar das dificuldades (pessoal insuficiente e com remunerações baixas) a biblioteca continuava a prestar bons serviços. Mas as exíguas dotações vaticinam uma vida efémera e apagada que se arrastou, num lento agonizar, até à publicação do decreto que extinguiu oficialmente a Biblioteca Popular Central, em 2001³⁸².

³⁸⁰ ANTT, B.P.L., cx. 70, proc. 34.

³⁸¹ ANTT, BPL, cx. 70, doc. 6, proc.10.

³⁸² Segundo informações de técnicos e investigadores que acompanharam este processo na sua fase final, a biblioteca municipal Camões terá sido a maior herdeira do acervo bibliográfico da BPL / BPCL. Não conseguimos no entanto confirmar este facto, porque o espólio foi integrado sem referências à sua proveniência, como já tivemos oportunidade de referir.

- Bibliotecas Móveis

Vejamos agora alguns aspetos relativos às bibliotecas móveis, cuja ideia remonta ao Congresso de Bruxelas de 1880 e tem como referência as “bucherhale” alemãs, com um papel relevante no desenvolvimento da instrução, segundo a opinião do seu maior defensor em Portugal, Augusto Bettencourt de Athayde.

A melhor definição do que eram e o fim a que se destinavam as Bibliotecas Móveis está presente no Regulamento de 20 Setembro de 1915³⁸³.

Existiam três tipos de catálogos (A, B, C), concebidos para leitores com um perfil intelectual diverso, que se distinguiam pela cor das capas (castanho, vermelho e preto), a que correspondiam as caixas-estantes, com diferente constituição e capacidade, a saber:

- As de tipo A funcionavam como uma biblioteca completa, com cerca de 500 livros.
- As de tipo B e C teriam cerca de 200 volumes, com obras de cultura geral ou de carácter profissional.

Estipulava-se que as bibliotecas móveis permanecessem cerca de três meses nas localidades, prazo prorrogável por mais seis meses. As requisições, no máximo de dois volumes, faziam-se por 8 dias.

Na prática, constituiu-se apenas uma biblioteca móvel de tipo A com 400 livros distribuídos nas seguintes proporções³⁸⁴: “Literatura” (L) - 58,5%; “Ciências e Artes” (S.A.) - 26,75% e “História e Geografia” (H) com 14,75%.

As bibliotecas de tipo B tinham a seguinte composição: 66,26% “Literatura”; 26,38% “Ciências e Artes” e História e Geografia” com 7,34%. Algumas obras, uma média de cinco ou seis em cada biblioteca, estão identificadas como “ literatura infantil” (vid. Anexo), o que denota uma preocupação com os leitores mais jovens e, no geral, em oferecer uma razoável diversidade de títulos, susceptíveis de interessar à generalidade da população. Estas bibliotecas integravam também a coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, num total de 29 volumes de obras de história, literatura e manuais, que figuravam num catálogo específico³⁸⁵.

³⁸³ Posteriormente o mentor do projeto, insatisfeito com os limites impostos à sua concretização, apresenta ao Ministro de Instrução, em março de 1918, um conjunto de 9 bases para uma nova lei que viabilizasse as BM, uma vez que não se revia nos modelos nem da BPL, entretanto criada, nem da Comissão de Educação Popular. Cf. A.P. Bettencourt Athayde - *As Bibliotecas Populares e Moveis em Portugal*, 1919.

³⁸⁴ ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 17, Total dos volumes nas Bibliotecas tipos A., B. e C.

³⁸⁵ ANTT, B.P.L., liv. 177, Catalogo da Bibliotheca Movel Typo B Nº 1, idem Nº 2, Nº3, Nº 4 e Nº 5.

A constituição das bibliotecas de “tipo C” era a seguinte: “Literatura” - 70,27%; “Ciências e Artes” - 23,44% e “História e Geografia” com 6,28%.

O pedido de informação sobre o número de bibliotecas móveis criadas e existentes em Portugal, apresentado pelo senador José Maria Barata Feio Terenas em fevereiro de 1914, conduziu à divulgação de uma extensa relação de bibliotecas com a respetiva localização e que serviu de base ao mapeamento esboçado. No mesmo sentido, o chefe da Repartição de Instrução Artística que tutelava a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis, António Ferrão, solicitou (fevereiro 1915) informação mais detalhada sobre as bibliotecas móveis, em cumprimento do artigo 21º do decreto de 18 de março de 1911 e solicitou também o envio do projeto de regulamento das bibliotecas móveis³⁸⁶.

O ano de 1915 representou para estas bibliotecas o período de maior desenvolvimento. A aprovação do seu regulamento é acompanhada de um significativo investimento no acervo bibliográfico constituído maioritariamente por obras compradas, tendo em vista o propósito da criação das bibliotecas móveis, e algumas publicações oficiais. Até ao final de 1914 tinham sido adquiridos 400 títulos (as coleções como a *Biblioteca do Povo e das Escolas* aparecem como um título) mas no ano seguinte, 1915, o número avança até ao registo 3652, o que significa um aumento de cerca de 3252 obras/títulos. Este crescimento abranda no período subsequente e começa a registar-se uma transferência de obras para a BPL, identificada com a menção: “Passou para a biblioteca Popular”.

Desta forma, no final de 1916, a relação de livros das BM alcançara o registo nº 4250 e subiu para 4617 até ao final de 1917. No ano seguinte, 1918, o crescimento foi mais acentuado (1732 obras) mas cerca de 40% transitou para a BPL. A partir de 1919 torna-se pouco significativo o investimento nas bibliotecas móveis (as perdas e estragos não são repostos), que recebem apenas cerca de 122 títulos até 1930³⁸⁷.

Esta evolução do acervo das bibliotecas móveis sugere-nos algumas observações, a saber:

O projeto das bibliotecas móveis conseguiu obter um investimento oficial significativo, atendendo a que o período era de crise económica dada a participação de Portugal na Grande Guerra, facto que só pode ser explicado pela relevância sabiamente demonstrada pelo seu mentor, o bibliotecário Augusto Bettencourt de Atayde. Por outro lado, é perceptível um rápido desinvestimento do Estado que, em nosso entender, pode ser

³⁸⁶ ANTT, B.P.L., c.x. 80, doc. 18.

³⁸⁷ ANTT, B.P.L., liv.323.

explicado mais pela crise económica do que pelos fracos resultados do projeto das BM. No que concerne o impacto destas bibliotecas destacamos alguns aspetos positivos e outros mais negativos, patentes nas transcrições apresentadas (pp. 167-168).

Em simultâneo, regista-se um reforço da centralização da Biblioteca Popular de Lisboa que absorve progressivamente o acervo bibliográfico das Bibliotecas Móveis, no âmbito da tutela que lhe foi atribuída pela Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis.

Na fase de implementação das bibliotecas móveis houve um trabalho conjunto entre as duas inspeções (erudita e popular), e respetivos responsáveis (Júlio Dantas e Luz Almeida) que envolveu Augusto Bettencourt de Atayde, 2º bibliotecário da Biblioteca Nacional e mentor da criação e organização dessas bibliotecas, incluindo o modelo nacional das caixas – estantes, ”pelo qual, automaticamente, se faz a embalagem e a instalação das novas bibliotecas móveis”³⁸⁸. A relevância do seu desempenho foi reconhecida por ambos os inspetores e por isso foi solicitada e concedida, em 22 de Dezembro de 1914, uma gratificação mensal de 20\$000 pela prestação de serviço na organização das bibliotecas populares e móveis³⁸⁹.

Não obstante, o objetivo deste bibliotecário era desenvolver com plena liberdade de ação o seu projeto, pelo que, quando surgiu uma oportunidade, requereu a transferência para a B P L, muito embora os resultados não tivessem sido os melhores, como já aqui foi referido.

As bibliotecas móveis visavam chegar aos lugares mais distantes e cabia às Câmaras Municipais o papel principal na sua divulgação, como se pode constatar pela remessa dos catálogos (tipo A, 1) na fase inicial, em 1915, o que nem sempre teve o melhor acolhimento, por limitações de ordem económica³⁹⁰.

A análise mais detalhada do percurso de cada uma das 50 bibliotecas mencionadas na “Relação” que serviu de base ao mapeamento apresentado no capítulo anterior (**Figura 21**), permite-nos salientar alguns aspetos:³⁹¹

A maioria das bibliotecas móveis (BM) ficava sob a responsabilidade dos professores das escolas primárias (52,94%), seguindo-se os representantes dos municípios, os responsáveis pelos organismos que requisitavam as bibliotecas (hospitais, associações...) e também os responsáveis das bibliotecas municipais.

³⁸⁸ ANTT, B.P.L.,cx. 80, doc. 12.

³⁸⁹ ANTT, B.P.L.,cx. 80, doc. 13.

³⁹⁰ O presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Matosinhos afirma não ter meios para custear a iniciativa. Cf. ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 25.

³⁹¹ Cf. ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 16 e Cx. 83, mç. 6.

Prevalecem as bibliotecas móveis de tipo C (29) e tipo B (20), uma vez que só funcionou uma de tipo A, que chegou a Alpiarça e ao Seixal, no período decorrente entre 1915 e 1924 (**Figura 23**). Tal como esta, algumas bibliotecas de tipo B e C serviram mais do que uma localidade, enquanto outras não apresentam quaisquer dados que permitam reconstituir o seu percurso, o que se traduz num panorama muito díspar: das 96 referências a bibliotecas, sete não têm indicação de pedidos de livros.

A imagem reproduzida na **Figura 23** constitui um recorte desse movimento mais amplo que abrangeu perto de uma centena de bibliotecas móveis, salientando um dos problemas que afetou esta dinâmica: a falta de cumprimento dos prazos de entrega das bibliotecas.

Um olhar mais atento sobre um universo de 46 bibliotecas móveis (tipos B e C), com apontamento estatístico para o período em estudo (1915-1930), indica-nos um total de 27.105 leituras o que representa uma média de 589,23 leituras por cada biblioteca. Contudo, a realidade é muito heterogénea e podemos encontrar algumas BM com mais de 1000 leituras (Alcoutim – C, 17; Sines – C, 1 e C, 21; Loulé – C, 23; Moita – C, 8; Ponte de Sôr – C, 7; Mirandela – B, 8) a par de outras com cerca de uma centena ou um valor inferior (Cartaxo – C, 7)³⁹².

Figura 23 – Movimento das BM em 1915 e 1916

Saídas		Entradas
Ano de 1915		
Tipo e Numeros.		
A. Nº.1. Alpiarça-----	25-3	Entrada
B. " " Barcellos-----	18-6	"
" " " Alfandega da F.é-----	20-8	<i>Não regressou.</i>
" " 2 Valença-----	13-6	Entrada
" " 3 Monção-----	" "	"
" " 4 Fafe-----	11-6	"
" " 6 Chaves-----	6-8	"
" " " Ançós-----	25-8	<i>Não regressou.</i>
" " 7 Monção-----	15-8	Entrada
" " 8 Mirandela-----	2-8	"
" " 9 S. Mamede da Infesta--	6-11	"
" " 10 S. Braz d'Alportel---	8-2	"
" " 11 Ançós-----	19-4	"
" " 12 S. João da Madeira--	27-11	<i>Não regressou.</i>
" " 14 Angra do Heroísmo--	20-11	Entrada
" " 16 Oliveira de Fozes--	13-12	<i>Não regressou.</i>
" " 17 Ponte de Sôr-----	10-12	Entrada
" " 18 Açupadoro (P. de Vaz)---	11-12	Entrada
Ano de 1916		
B. Nº.2. Ponta Delgada-----	12-5	Entrada
" " 3 Montargem-----	8-4	<i>Não regressou.</i>
" " 4 "-----	6-4	<i>Não regressou.</i>
" " 7 Maiorca-----	10-5	Entrada

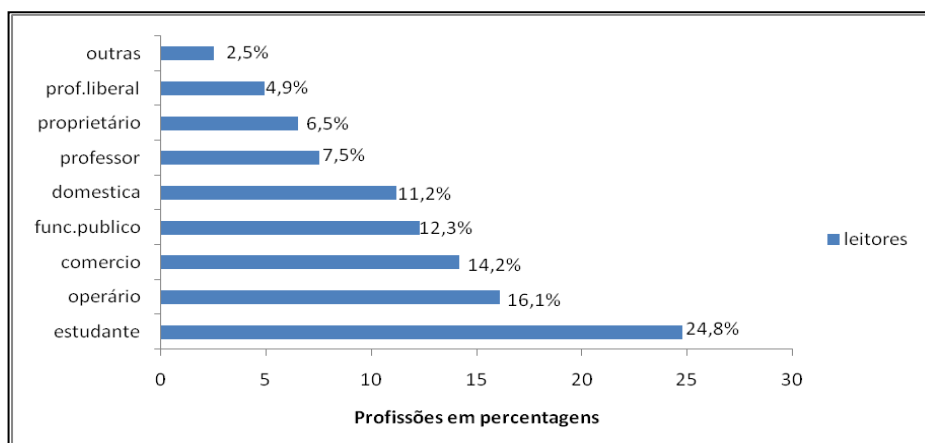
Fonte: ANTT, B.P.L., cx. 83, mç. 9

³⁹² Cf. ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 16 e cx. 83, mç. 6.

No total, foram contabilizados perto de três mil leitores, o que significa uma média de 9,05 livros por pessoa, essencialmente de literatura (88,87%) mas também aqui a situação era pouco homogénea, como nos é dado perceber quando analisamos as requisições, um exercício que permite estudar a correspondência entre os livros e os respetivos leitores, uma matéria que deverá ser abordada de forma integrada e mais desenvolvida num outro capítulo deste trabalho.

Deixamos aqui apenas uma indicação de ordem mais geral sobre a estrutura profissional dos leitores destas bibliotecas móveis, destacando as categorias que se evidenciam num quadro de maior diversidade, a saber: em 1º lugar, os estudantes (24,8%), em 2º lugar situam-se os operários e trabalhadores (16,1%), depois vêm os empregados de comércio (14,2%); os funcionários públicos (12,3%); as domésticas (11,2%) e, com valores abaixo da dezena, os professores (7,5%); proprietários (6,5%); profissões liberais (4,9%) e algumas outras ocupações como os militares e os sacerdotes.

Gráfico 3 - Profissões dos leitores das Bibliotecas Móveis



Fonte: ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 16

Todavia, esta representação gráfica da generalidade das bibliotecas móveis integra situações específicas em que a ordem se afigura distinta e de que damos aqui alguns exemplos. Começando pelas bibliotecas móveis em que os operários eram a maioria dos leitores, destacam-se, em Almada, os seguintes casos: C12, *Academia Instrução e Recreio* – 46/100 (46%); C20, *União Sport Club* - 58/144 (40,27%); C21, (1922-25) - 26/66 (39,39%)³⁹³.

³⁹³ De considerar ainda outras BM, a saber: B9, S. Mamede Infesta – 11/28 (39,28%), contra 8/28 estudantes (28,57%); B8, Mirandela (1915-18) – 48/160 (30%) com 25 agricultores (15,62%); C27, Marinha Grande (1922-23) 16/58 (27,58%); C 14, Alcobaça – 32/108 (29,62%), seguido de emp. comércio 26/108 (24,07%). Cf. ANTT, B.P.L., cx.85, mç. 16.

No que respeita às BM que tinham entre os estudantes a maioria dos leitores, relevam-se as seguintes, com percentagens mais elevadas: C14, Paiã – 38/52 (73,07%); C 1, Sines – 59/99 (59,99%); B. 11 – 40/68 (58,82%); B15, Matriz e Conceição- 32/62 (51,61%).

Uma situação particular que revela o acesso generalizado destas bibliotecas móveis a leitores do sexo feminino, contrariando a escassez de registos que se encontram nas bibliotecas fixas, incluindo a BPL, prende-se à identificação das BM onde as domésticas figuram em primeiro lugar: C 6, Leiria – 35 / 166 (53,03%)³⁹⁴; C2 (1922) - 21 /47 (44,68%); C16, Sines – 32 / 97 (32,98%); C2, Lagos (1916-21) – 17 / 93 (18,27%)³⁹⁵.

Outros exemplos: Na utilização da BM C5, Marco de Canavezes (1923-24) predominaram os empregados de comércio - 16/60 (26,66%). Na requisição da biblioteca móvel B1 – Alfandega da Fé , são os indivíduos “sem profissão” que constituem a maioria – 22/71 (30,98%).

Na mesma ordem de ideias, pode ser feita uma comparação com a estatística da BM de tipo A, nº 1, que esteve em Alpiarça e no Seixal, no período entre 1915 e 1924, obtemos a seguinte informação: Os 141 leitores que utilizaram a biblioteca fizeram 1743 leituras, o que corresponde a uma média de 12, 4 livros por cada leitor, muito embora alguns (21) só tivessem levado um livro. Quanto às profissões, destaca-se o grupo das “domésticas”, seguido pelos estudantes, empregados públicos, operários e outros trabalhadores, professores, proprietários e outras profissões³⁹⁶

Na década de 1920 foram deslocadas algumas bibliotecas móveis de tipo C para os hospitais civis (S. José, Rego, Estefânia) e, anteriormente, organizaram-se também duas dezenas de BM para o CEP (Corpo Expedicionário Português), em combate durante a I Guerra Mundial na frente ocidental.

Face à impossibilidade de analisar a utilização de todas as BM do CEP, escolhemos três que nos pareceram representativas pela quantidade de leitores e elaborámos o gráfico nº 4 que informa sobre as leituras dos militares. No geral, destaca-se a predominância da literatura e era entre as patentes intermédias (alferes, capitão e tenente) que as bibliotecas móveis tinham maior adesão.

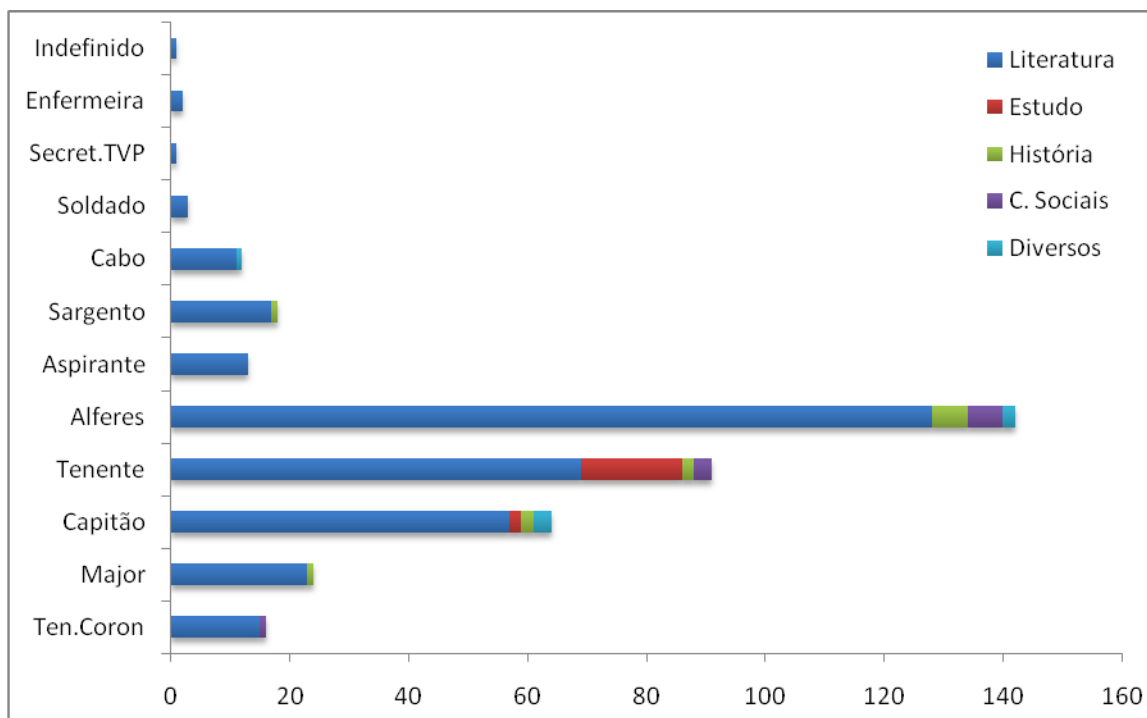
As percentagens foram calculadas a partir do número de leitores de cada BM, indicado em primeiro lugar, seguido do total de leitores.

³⁹⁴ Seguida dos operários: 34 (20,48%); estudantes – 22 (13,25%); emp. comércio. – 21 (12,65%). ANTT, B.P.L., cx. 85, mç. 16.

³⁹⁵ Idêntica percentagem para operários e funcionários. Idem, ibidem

³⁹⁶ ANTT, B. P. L. cx. 85, mç. 16.

Gráfico 4 – CEP: BM C1, C6, C14 (Ambleteuse -1918-1919)³⁹⁷



Fonte: ANTT, B.P.L., Lvs. 256, 258 e 263

Em relação às bibliotecas dos hospitais civis, os dados recolhidos referem-se sobretudo aos anos de 1923 e 1924 e integram as referências de um conjunto de oito Bibliotecas Móveis, com a seguinte numeração: C 3 - S. José; C 4 (duas referências, uma com indicação de pertencer ao S. José); C 9 (duas referências); C 11 – S. José; C 13 – Rego e C 15 – Estefânia. O número de leitores é muito variado, assim como a quantidade de obras lidas, com valores que oscilam entre 5 e 32 (leitores) e 8 e 176 (livros). Na totalidade temos 180 leitores e 633 obras lidas neste período, nos hospitais de Lisboa. Apesar de não ter grande significado, apurámos as médias de leitores e de livros lidos e o valor ronda os 14,75 (leitores) e os 3,05 (livros lidos por cada um), ainda que a informação referente ao ano de 1923 seja muito mais completa do que a que respeita a 1924, com dados apenas para 4 BM ou seja, metade do universo tratado.

A uniformidade pode encontrar-se no género de leituras, com um claro predomínio da literatura que representa, em média, 86% das requisições. Destacam-se duas situações distintas: a biblioteca móvel C 11 com 100% de leituras neste género e a BM C 13 que é a única que apresenta uma distribuição de leituras mais diversificada, onde a Literatura tem

³⁹⁷ ANTT, B. P. L., Liv. 256, 258, 263.

uma posição maioritária mas com apenas 56%, contra os 31% de obras pertencentes ao género de História e Geografia.

A natureza destas leituras está de acordo com tudo o que se tem escrito sobre a presença dominante da literatura nas bibliotecas de carácter popular e, tratando-se de equipamentos destinados a um público em condições de maior fragilidade física e emocional, mais compreensível se torna a sua apetência pelos romances. Estes valores poderão ser confrontados com os dados referentes a outras bibliotecas que apresentaremos no capítulo sobre as práticas de leitura.

Por ora, retomemos o olhar sobre as demais bibliotecas móveis e, em particular, o tempo de permanência das BM nas diferentes localidades: a informação esmiuçada refere-se apenas a 64 casos, com uma duração muito diferenciada, desde 5 meses (tipo C 22 – Elvas) a 9 anos e 7 meses, entre janeiro de 1916 e agosto de 1925 (tipo B 15 – Matriz e Conceição na Horta), sendo que cerca de 36% das bibliotecas móveis ficaram menos de um ano nas localidades e 64% estiveram um ano ou mais o que significa, teoricamente, vários pedidos de prorrogação, para cumprir o Regulamento. O tempo médio de permanência das bibliotecas nas localidades foi de 2,2 anos, muito embora este dado não seja tão significativo quanto a realidade diversa de que intentámos dar conta, elaborando um quadro onde se sistematiza a informação estatística recolhida e que se junta em anexo.

Algumas localidades e instituições foram servidas por mais do que uma biblioteca móvel,³⁹⁸ enquanto outras não tiveram contacto com estas “estantes” itinerantes. O mapa apresentado no ponto anterior, onde se esboça uma geografia das bibliotecas populares, dando conta também do número de bibliotecas móveis identificadas, permite evidenciar as diferenças existentes entre os distritos portugueses, no período em estudo (**Figura 21**). A explicação para esta assimetria conta com diversos fatores mas gostaríamos de salientar aqui as razões que se prendem com a capacidade financeira e o interesse das autoridades locais/municipais que deveriam assumir os custos e a responsabilidade do transporte das caixas-estantes e promover a sua divulgação entre os habitantes, potenciais leitores dessas obras.

Neste sentido, registam-se algumas opiniões, positivas e negativas, que ajudam a reconstituir a vivência das bibliotecas móveis nesta fase inaugural de um modelo de biblioteca que se impôs como o meio mais fácil de fazer chegar a leitura a um maior

³⁹⁸ A título de exemplo, refira-se os seguintes casos: Almada, através de diferentes entidades, recebeu as BM C 5, C 12, C 20 e C 21; Elvas teve as BM C 9 e C 22; Moita contou com as BM C 2, C 6 e C 8; a Escola Agrícola da Paiã recebeu as BM C 2 e C 14; Sines teve as BM C 1 e C 14. Cf. ANTT, B.P.L., cx. 85, mç 6 e mç. 16.

número de pessoas. O seu impacto ultrapassou o período em estudo, muito embora com as necessárias adaptações às épocas e aos meios envolvidos nos projetos que se sucederam a este, em Portugal como em diversos outros países a nível mundial, chegando até aos dias de hoje.

O governador civil de Angra do Heroísmo, em 22 de setembro de 1915, solicita uma biblioteca móvel para a ilha Terceira, considerando-a “um alto serviço” para o seu distrito³⁹⁹.

Na Moita, a direção do Núcleo Escolar encarou a instituição da BM como uma

... necessidade urgente para estimular e cultivar o amor à leitura a qual fecunda, continua e enriquece o ensino recebido na escola.
Além disso a leitura cria a necessidade duma vida intelectual, alenta o desejo de instruir-se, acostuma a pensar e a julgar, cultiva e forma os sentimentos, enriquece o vocabulário, sendo por isto um meio excelente de cultura pessoal, liberta o homem do isolamento em que vive e põe-o em contacto com o pensamento do mundo⁴⁰⁰

O vereador da Câmara Municipal de Marco de Canavezes, encarregado dos serviços da biblioteca municipal, destaca a abundante utilização da BM e o seu significado para manter ocupados “mancebos que, até aqui, andavam na frequência de tabernas com o seu cortejo de vícios”⁴⁰¹.

Esta função das bibliotecas é também mencionada pelo presidente da Comissão responsável pela cantina escolar instalada na escola primária da junta de freguesia de S. Tiago de Almada para justificar o interesse em receber uma biblioteca móvel que serviria aos alunos da referida escola e possibilitaria aos adultos “poderem durante algumas horas da noite irem instruir-se, para ver se os conseguimos afastar da taberna foco de prostituição e desgraças.”⁴⁰²

A professora primária da localidade de Melo, concelho de Gouveia⁴⁰³ refere que a biblioteca móvel recebida em Julho de 1917 (tipo B. nº 13) interessou apenas a 4 – 5 pessoas que terão lido uma média de 2,6 livros. A razão apontada é o nível de analfabetismo existente.

Este foi também o argumento utilizado em Alvaiázere pelo encarregado da biblioteca, responsável pela receção e divulgação da biblioteca móvel (janeiro 1914), que

³⁹⁹ ANTT, B.P.L., cx. 80, doc.37.

⁴⁰⁰ ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 280.

⁴⁰¹ ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 399.

⁴⁰² ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 311.

⁴⁰³ ANTT, B.P.L., cx. 80, doc. 156.

teve 15 leitores e um total de 212 leituras durante o período de permanência na localidade. Apesar dos constrangimentos apontados e de considerar que é necessário fazer um melhor trabalho de propaganda das BM o bibliotecário assume uma visão positiva: “Estou convencido de que se outra biblioteca for enviada a Alvaiázere, tanto o número de leitores como o de livros lidos aumentará.”⁴⁰⁴

A mesma ideia de justificar a existência de bibliotecas pelo número de potenciais leitores, aliando a esse fato a rentabilização de um recurso já organizado e regulamentado, esteve presente na substituição das três bibliotecas ambulantes da Associação das Escolas Móveis ⁴⁰⁵por igual número de bibliotecas móveis (setembro de 1920), pois o elevado número de analfabetos não justificava a manutenção de duas iniciativas semelhantes.

Os atrasos na entrega das bibliotecas eram frequentes e a justificação recorrente era o interesse e a necessidade dos utilizadores.

Um dos problemas assinalados no funcionamento desta modalidade de leitura era a negligente preservação dos livros que se extraviavam ou danificavam, por falta de cuidado e de “escrúpulos “ dos leitores, como se pode ler em alguns documentos⁴⁰⁶ que assinalam também os estragos nas caixas-estantes.

A comissão liquidatária do CEP, em Outubro de 1923, dá conta dos livros que tinham sido emprestados e das falhas na devolução das obras. Outros documentos referem as perdas em várias bibliotecas tipo C, em particular nas BM números C2, C4, C5, C9, C10, C11, C15, C16, C17 e C19, em que atingiram e em alguns casos ultrapassaram, metade do volume inicial dos livros.⁴⁰⁷

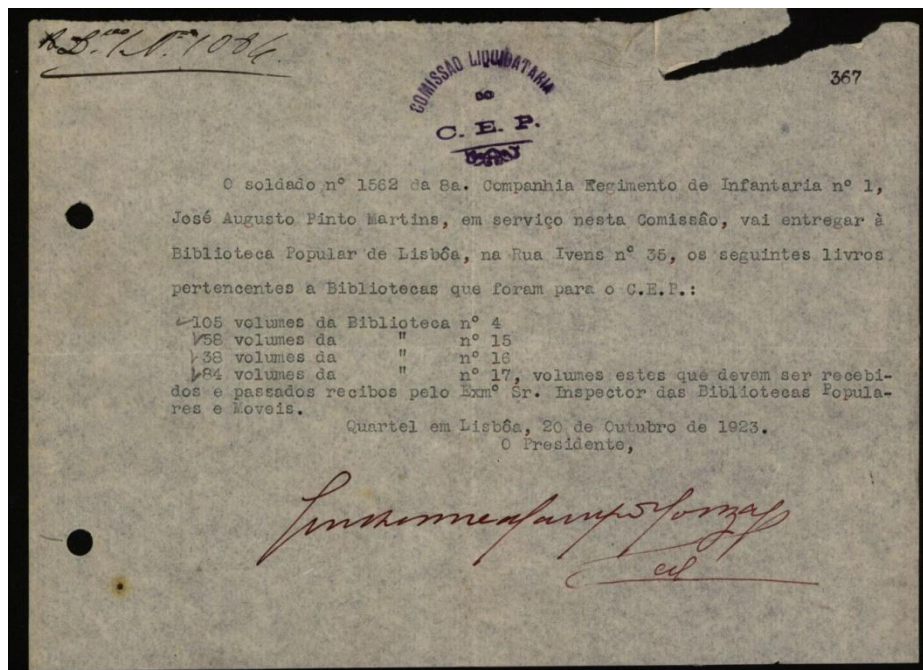
⁴⁰⁴ ANTT, B.P.L., c.x. 80, doc. 157.

⁴⁰⁵ ANTT, B.P.L., c.x. 80, doc. 236 .

⁴⁰⁶ A título de exemplo, refira-se o Instituto de Arroios dos Mutilados da Guerra - 19 livros não restituídos, Cf. ANTT, B.P.L., c.x. 80, doc.302.

⁴⁰⁷ Idem, Ibidem.

Figura 24 - Devolução das bibliotecas móveis do CEP



Fonte: ANTT, B.P.L., cx.80, doc. 367, 1923

A informação estatística⁴⁰⁸ apresenta algumas incoerências que não conseguimos explicar mas é claramente perceptível que houve muitas baixas nestas (e noutras) bibliotecas móveis que não foram repostas, por interrupção do investimento neste projeto, salientada no Relatório do Diretor da BPL dirigido à tutela, em 1924.

Tendo sido cortada a verba de 2.000\$00 destinada à Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis para compra de livros e material mas que permitia facilitar o transporte das suas caixas-estantes, passando estes a ser feitos exclusivamente á custa das entidades que as requisitam, - transporte hoje caríssimo - o movimento, naturalmente, diminuiu.⁴⁰⁹

As opiniões sobre as bibliotecas móveis dividiram-se entre os seus defensores, que lhes reconheciam méritos desmesurados, sobretudo se tivermos em conta que a sua utilização dependia do interesse das autoridades locais e/ou dos professores das escolas primárias, responsáveis pela circulação dos livros entre a população e também do número reduzido de títulos que compunham os catálogos, para os quais houve apenas um

⁴⁰⁸ ANTT, B.P.L. cx. 80, n° 368 e cx. 85, mç. 16.

⁴⁰⁹ ANTT, B.P.L. cx. 85, mç. 17.

investimento inicial, sem continuidade, e os detratores das BM, que sublinhavam a disparidade do investimento face à rentabilização alcançada⁴¹⁰.

Na verdade, tratava-se de um conceito de biblioteca que não faria sentido para quem tinha da leitura uma conceção mais elitista, encarando a vertente popular como uma degenerescência e por isso criticável. Ainda assim, foi reproduzido por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, através da criação do Serviço de Bibliotecas Móveis, em 1937, responsável pelas doze bibliotecas itinerantes que funcionavam nas juntas de freguesia e, ao ar livre, no Jardim da Estrela e no Jardim França Borges.

O interesse por este modelo persistiu, encontrando os meios mais adaptados aos tempos e aos públicos, quer por parte da CML, quer através da implementação de um novo projeto, que se tornou um sucesso: as bibliotecas itinerantes da Gulbenkian, resultante de uma motivação traduzida nas palavras de Branquinho da Fonseca: “quando o homem não procura o livro, o livro tem que procurar o homem.”⁴¹¹

Sem termos a pretensão de estabelecer uma comparação, não podemos ignorar que as origens mais flexíveis deste conceito de biblioteca relacionado com a educação popular, remontam ao início do século XX, assumindo uma feição filantrópica mais consistente e institucional, representada pela *Carnegie Corporation* (1911) ou pela *Fundação Rockefeller* (1913) que servem, assumidamente, de exemplo para os mentores da Fundação Calouste Gulbenkian, em especial a frase de Andrew Carnegie : “Apenas através da educação popular será possível ao homem erguer a estrutura de uma civilização duradoura”⁴¹².

No final do período em estudo, quando começam a erguer-se os pilares no Estado Novo, é reservado um espaço próprio para a educação popular e o plano das bibliotecas móveis mantém-se ativo, pese embora a mudança de orientação da sua disseminação, doravante mais concentrada na capital e no atendimento de algumas instituições e serviços

⁴¹⁰ Nos antípodas situavam-se Bettencourt Athayde que considerava as bibliotecas móveis como a base para a criação de uma rede de bibliotecas populares ligadas aos municípios, o “motor” das bibliotecas populares de cultura nos municípios e Fidelino de Figueiredo, diretor da Biblioteca Nacional (1918/1919) que definia as bibliotecas móveis da seguinte forma: “... umas caixinhas cinzentas, contando uma media de duzentos volumes, as quaes se collocam facilmente sobre uma mesa.” e ainda, “...os magros livrecos que ella contem”. Neste sentido discordava da atribuição de um serviço de inspeção às bibliotecas móveis “... pois muito poucas se distribuíram”. Cf. Fidelino de Figueiredo - *Como dirigi a Bibliotheca Nacional* (Fevereiro de 1918 a Fevereiro de 1919), p. 19.

⁴¹¹ Relatório de Branquinho da Fonseca, um dos entusiastas da rede de bibliotecas itinerantes, dirigido ao presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, José de Azeredo Perdigão, em 22 de Abril de 1960, citado na obra *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta Anos 1956 – 2006*. 2006, p. 52.

⁴¹² Idem, p. 17.

do Estado, como os hospitais, as cadeias, as juntas de freguesia, a Misericórdia, muito embora continuando a registar o seu movimento nos mesmos livros, inaugurados durante a I República.

Desta forma, no início da década de 1930, o responsável pelos serviços tutelados pela Biblioteca Popular Central, continuava a informar a tutela sobre o estado em que se encontravam as Bibliotecas Móveis⁴¹³.

Entre outros aspetos, o Relatório então elaborado, fazia referência às seis bibliotecas que funcionavam desde 1917 nos hospitais civis, a saber, quatro no hospital S. José; uma em D^a. Estefânia e uma no hospital do Rego, que estavam perdidas por não poderem ser “desinfestadas”, considerando o hipotético regresso à Biblioteca Popular Central. Este documento menciona ainda a saída e o regresso de outras tantas bibliotecas.

No capítulo seguinte mergulhamos no estudo das práticas levadas a cabo pelas bibliotecas populares, quer as que se constituíram no final do século XIX, quer as que surgiram ou que se mantiveram durante a Primeira República, tentando descortinar traços da sua especificidade relativamente a outros institutos de leitura pública.

⁴¹³ ANTT , Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 223 , Processos BPL – Pessoal 1919 – 1932, doc. 34 e doc. 241 de fevereiro e Julho de 1932.

Capítulo 6

PRÁTICAS DE LEITURA NAS BIBLIOTECAS POPULARES

A leitura não é garantida contra o desgaste do tempo (esquecemo-nos e esquecemo-la), não conserva ou conserva mal o seu saber, e cada um dos lugares por onde passa é a repetição do paraíso perdido.⁴¹⁴

A citação escolhida para a abertura deste capítulo central encerra a essência, paradoxal, da relação entre a leitura e a escrita, focando a dimensão efémera e plural da primeira, por oposição à escrita, que tem o poder de fixar e reter o conhecimento e toda a mensagem transmitida pela leitura.

Os estudos sobre esta temática mostram-nos que o alvo das atenções públicas tem sido o desenvolvimento da leitura e não da escrita. Pese embora os lentos avanços na alfabetização das populações das diferentes zonas do globo, ao longo do século XX, o mote de praticamente todas as campanhas foi inspirado numa ideologia democrática da leitura, que conta com o facto do interesse da indústria editorial residir preferencialmente na criação de um grupo de leitores em franco desenvolvimento, mais do que nos progressos da escrita.⁴¹⁵

Não obstante, os trabalhos desenvolvidos no campo da história da leitura têm revelado que o modo de escrita tem em vista a produção de determinadas condições de leitura e os públicos a que se destinam, pelo que a reconstrução das práticas de leitura assenta na conjugação de um imaginário do potencial leitor para determinada obra e a estratégia de escrita posta em prática.⁴¹⁶

O desafio que se nos coloca é o de mostrar como e em que condições se fez o encontro entre textos e leitores nas bibliotecas populares portuguesas, no período em estudo, ultrapassando uma certa ambiguidade que assiste à tradução das práticas de leitura, que se situam na ordem do ritual, pela sua descrição escrita.

A leitura, à semelhança da escrita, sofreu um processo evolutivo, passando de “intensiva” a “extensiva”: mais livros, maior diversidade e leitores mais ávidos e rápidos. Foi de tal forma significativa essa evolução, que o século XIX, dito o da alfabetização e da

⁴¹⁴ Michel de Certeau - *L'invention du quotidien*, vol. I, 2003, p. 251.

⁴¹⁵ Cf. G. Cavallo e R. Chartier (org.) - *Histoire de la Lecture dans le Monde Occidental*, 1997, p. 435.

⁴¹⁶ A importância do grafismo como forma de manipular a receção do texto escrito, é um dos traços do poder da escrita sobre o leitor apresentado por Pierre Bourdieu. Cf. - *La lecture: une pratique culturelle*. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier, in *Pratiques de la lecture*, 1993, p. 291.

instrução, rende também uma contínua homenagem ao livro, instrumento de promoção social e de emancipação intelectual, materializada por Daumier na imagem da criança leitora aos pés da alegoria republicana.⁴¹⁷ Outrossim, a leitura em voz alta deu lugar à leitura silenciosa e individual.

Neste contexto evolutivo, é de sublinhar a interdependência das práticas de leitura em relação às ações desenvolvidas no campo da instrução e educação básica, secundária e superior, que representam estádios diferentes do processo educativo e do desenvolvimento das competências leitoras, de acordo com uma hierarquia que, de certa forma, replica a representação global da sociedade, as suas divisões e a oposição entre as práticas eruditas e populares. Não obstante, na primeira metade do século XX conhecem-se também algumas práticas menos delimitadas, híbridas e de natureza mista que preparam já o terreno para a massificação cultural que se afirma na segunda metade do século XX.

1. A leitura pública

Um conceito em (des)construção

A ambiguidade do conceito prende-se à falta de clareza que rodeia a questão da denominação das bibliotecas: populares, eruditas, públicas ... sem que haja uma correspondência plausível entre os conceitos, apesar da articulação existente. No período em estudo, não há para Portugal uma definição coerente de “leitura pública” porque as bibliotecas públicas, no amplo sentido do termo, eram inexistentes e nos institutos de leitura oficiais e públicos observavam-se práticas distintas, pautadas por regulamentos específicos, relativamente a alguns indicadores essenciais, como o horário e as regras de leitura presencial e domiciliária.

Não obstante, a vontade política de promover a leitura pública é perceptível no programa da inspeção às escolas primárias, realizado em 1875, pela avaliação que se faz dos resultados, muito díspares, no que respeita ao 1º círculo (Santarém), com situações de pouca ou nenhuma concorrência e outras de “alguma” concorrência. Estas sessões de leitura realizavam-se no domingo e, com menor incidência, no sábado; contando com a intervenção de professores primários⁴¹⁸. Um dos títulos lidos, “Livro do Operário”,

⁴¹⁷ Cf. Ségolène Le Men - La question de l'illustration, in *Histoires de la Lecture: Un Bilan de Recherches*, p. 239.

⁴¹⁸ Cf. ANTT, Ministério do Reino, Lv. 1084, Quesitos aos inspectores das Escolas Primárias mantidas pelo Estado.

elucida-nos sobre o caráter instrutivo e moralisante da leitura pública que visava aplacar as tensões sociais, afastando o povo da literatura de evasão.

Naturalmente associada às bibliotecas populares e municipais, a leitura pública em Portugal não era um exclusivo destes institutos culturais, cabendo à Biblioteca Nacional um papel relevante nesta matéria, uma vez que a sua vocação nunca foi vincadamente erudita, apesar da classificação oficial e das polémicas que agitaram o seu funcionamento durante a I República, mostrando como o lugar da leitura se tornava num disputado espaço de exercício do poder, perpetuando o controlo sobre as leituras e condicionando o acesso aos livros, em nome de uma ordem e uma moral conservadoras.

Em 1905, Bettencourt Athayde, funcionário da BN, dá conta de alguns aspetos do Regulamento da BN menos consentâneos com um sentido de “leitura pública”, de acesso mais livre e descomprometido mesmo para os menores (15 – 18 anos) a quem só era permitido aceder a livros diretamente ligados às suas áreas de estudo. Infere-se desta determinação a ideia pouco abonatória que se fazia da leitura recreativa, na linha de pensamento e atuação da burguesia liberal, moralmente conservadora e receosa das consequências nefastas da leitura sobre a concentração e a disciplina dos espíritos mais jovens.

“Le démon c’est le livre, lire c’est être possédé.”⁴¹⁹

Colocando-se numa posição contrária, Bettencourt Athayde expõe as suas ideias acerca da leitura e do que deve ser o papel do bibliotecário: “ não nos compete impor essa preferência pela sciencia, pois (...) não podemos ser educadores. (...) deixemos ao povo a máxima espontaneidade na satisfação dos seus gostos e tendências ”⁴²⁰. Trata-se de uma entre muitas situações onde se denota a tensão entre conceitos de disciplina e espontaneidade, com vantagem do primeiro sobre os leitores e o progressivo afastamento dos jovens da leitura, abafando-se o seu efeito mágico de descoberta, livre e espontânea.

“On ne prêche que les convertis.”⁴²¹

Mesmo questionando a ” eficácia mágica” da leitura, esta afirmação encerra o sentido mais profundo /legítimo da prática de uma leitura pública, que surge associada à

⁴¹⁹ Cf. Daniel Fabre - *Le livre et sa magie*, in *Pratiques de la lecture* 1993, p. 343.

⁴²⁰ A. P. de Bettencourt Athayde - *A Leitura Publica na Biblioteca Nacional de Lisboa*. 1905, p. 19.

⁴²¹ Cf. *La lecture: une pratique culturelle*. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier, in *Pratiques de la lecture*. 1993, p. 283.

educação e instrução pública, entendida como um serviço público necessário⁴²², que deveria ser acessível a todos e para o qual todos deveriam contribuir. Nas condições necessárias à realização deste serviço destacam-se a existência de um horário alargado e compatível com a ocupação laboral dos utilizadores e a prática do empréstimo domiciliário de livros.

Os horários

Não obstante a legislação publicada⁴²³, determinando o horário de funcionamento das “bibliothecas publicas, sustentadas pelo estado ou pelos municípios”, de forma a acautelar um período de duas horas noturnas, relativamente ao qual era exigida uma estatística trimestral específica, o cumprimento foi sempre muito discutido e a sua verificação teve efeitos muito limitados que não contemplaram as bibliotecas populares e municipais, algumas das quais tinham dificuldade em manter-se regularmente acessíveis ao público num horário noturno.

Talvez o caso mais flagrante seja o da maior biblioteca popular portuguesa, a BPL, que apenas conseguiu manter, por alguns períodos, um horário “extraordinário” (até às 20 h) mas nunca, até ao início da década de 1930, teve um funcionamento em horário noturno completo. A razão apontada era a falta de investimento do Estado no pagamento dos funcionários necessários para manter a biblioteca aberta.

Noutros casos, a localização condicionava o horário de funcionamento noturno, como acontecia com a biblioteca pública de Ponta Delgada⁴²⁴, instalada no liceu e cuja história ficou assinalada por profundas divergências que envolveram o bibliotecário e o reitor, sublinhadas pelas interrogações que se colocavam acerca da natureza, regional/municipal ou nacional da biblioteca. A situação que se vivia nesta biblioteca era degradante, se fizermos fé nas palavras do bibliotecário Alexandre de Sousa Alvim que reporta à tutela uma sucessão de irregularidades, no sentido de legitimar a sua intervenção disciplinadora e de acesso mais restrito e receber do Estado o apoio que a Câmara não dava à biblioteca.

⁴²² Eugéne Morel - *La Librairie Publique*. 1910, pp. 1-3.

⁴²³ Cf. Artigos 1º e 6º da lei de 18 de Janeiro de 1883, publicada no *Diário do Governo* de 24 de Janeiro de 1883.

⁴²⁴ Cf. ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 248, Diversos – carta do diretor da Biblioteca Publica de Ponta Delgada ao Inspetor das Bibliotecas e Arquivos em 15 de Agosto de 1919. As queixas do responsável da Biblioteca vinham já desde o início do século, quando assumira o cargo e se deparara com uma biblioteca em auto-destruição sem que os professores intervissem.

As descrições feitas pelo diretor da biblioteca pública Ponta Delgada, assim como as opiniões expressas acerca da vulgarização da leitura entre as camadas inferiores da população espelham uma conceção elitista do acesso ao livro e da utilização das bibliotecas: considerava-as verdadeiras “excrecências”, em meios onde reinava o analfabetismo e defendia que, primeiro, era preciso ensinar a ler.

As suas palavras encerram uma profunda crítica à prática da leitura domiciliária que facilitaria a passagem dos livros do professor para os alunos para que os pudessem ler “de papo para o ar, na sua cama, de cigarro na bocca, pois que na biblioteca não se lia comodamente”⁴²⁵.

Não obstante as acusações de “irritante inutilidade, para professores e alunos”, a que se acrescentava a “manifesta má vontade do seu conservador”, a biblioteca, teoricamente, tinha um horário muito amplo: diurno (10h – 16h) e noturno (19h – 23h) e só fechava ao domingo.

Na verdade, se as bibliotecas funcionassem nas escolas ou nas câmaras, como acontecia frequentemente, era necessário disponibilizar uma remuneração extraordinária para as manter abertas em períodos fora do horário letivo ou laboral, o que acarretava problemas orçamentais. Esta situação foi denunciada por alguns responsáveis mas ocultada por outros tantos.

A Voz do Operário, instituição de carácter particular e associativo, teve liberdade para resolver a questão, dando preferência a um horário totalmente noturno para o funcionamento da biblioteca, das 19 às 23 horas, sendo “consagrada especialmente à educação dos operários que durante o dia se encontram retidos nas oficinas.”⁴²⁶.

No que concerne às bibliotecas oficialmente denominadas “públicas”, registou-se, na generalidade, um cumprimento do horário noturno. As bibliotecas de Braga, Guarda e Viseu, apresentam dados a confirmar este facto, assim como as municipais de Elvas, Santarém, Porto e Lisboa, já referidas na estatística oficial do INE.

A regulamentação deste serviço público de leitura diurna e noturna seguia o Regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa: “desde as 12 às 4 horas, e durante a noite, das 7 às 10, nos meses de outubro a março, e das 8 às 11, nos de abril, maio, junho e julho.”. A insistência na regulamentação do horário noturno indicia situações de incumprimento que se pretende colmatar com medidas punitivas, como a perda do

⁴²⁵ Cf. ANTT – Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 234, Biblioteca Pública de Ponta Delgada (14 agosto 1911).

⁴²⁶ Cf. Manuel de Araújo Brocas - *A Biblioteca de “A Voz do Operário” 1888 – 1938*, p. 31.

vencimento e da gratificação ou apenas desta componente, conforme se tratasse de falta efetiva ou de atraso na abertura da biblioteca.⁴²⁷

Ao longo do período abrangido por este estudo encontramos algumas solicitações para alargamento do horário de funcionamento das bibliotecas mas também se registam opiniões contrárias, alegando o insuficiente número de leitores.

Em Évora, um grupo de cinco homens solicitou, em 28/5/1913, ao Inspetor das Bibliotecas e Arquivos, em nome da Direção da Associação Industrial Eborense, um pedido de alargamento do horário da biblioteca para além do existente (10h - 16h), para atender ao empregado público, ao comerciante, industrial, militar que, trabalhando nesse horário, não podiam frequentá-la. Argumentavam com o incumprimento da lei que determinava a sua abertura também das 7h às 11 h da noite. Pediam ainda que a biblioteca adquirisse livros de literatura moderna, dado o seu investimento ser em obras caras e pouco acessíveis para a generalidade dos leitores, uma vez que as editoras não ofereciam um exemplar das obras publicadas⁴²⁸.

O empréstimo domiciliário

A prática do empréstimo domiciliário era um indicador da vontade de tornar pública a leitura, estendendo-a para além das paredes das bibliotecas e conferindo-lhe um carácter mais livre na forma de se relacionar com os(as) leitores(as) que se alargavam à família e círculo de amigos do requisitante de cada livro, chegando às mulheres⁴²⁹ e crianças que não frequentavam as bibliotecas, como fora aliás previsto pelo mentor destes institutos de leitura popular, D. António da Costa, e que é usado como argumento para a criação de algumas bibliotecas populares⁴³⁰.

Apesar de não termos dados objetivos sobre esta partilha de leituras, não resistimos a pensar que, à semelhança do que aconteceria noutros países, os livros e jornais que entravam nos lares portugueses, trazidos por um dos seus membros masculinos, fossem

⁴²⁷ Cf. Artigos 53º e 54º do *Regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1903

⁴²⁸ Cf. ANTT, Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, Diversos - Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cx. 251, 1911 – 1931.

⁴²⁹ Encontrámos registos de requisições de livros na Biblioteca Popular Municipal de Guimarães com anotações dizendo tratar-se de um pedido feito para uma filha, em nome do seu pai, em 1919, quando era ainda muito escasso o número de mulheres utilizadoras de bibliotecas.

⁴³⁰ A Câmara Municipal de Setúbal refere como um dos maiores benefícios das bibliotecas populares “o da educação da mulher na parte em que depende da leitura de livros morais e instructivos pela permissão d’essa leitura nos domicílios”. Cf. ANTT, Ministério do Reino, lv. 1, nº 402.

lidos pela / para a restante família, seguindo os preceitos divulgados de forma assaz pedagógica e popular:⁴³¹

Poucos pensam na influencia que podem ter as leituras familiares bem continuadas e bem dirigidas. Além de crearem hábitos cazeiros, reunindo a certas horas fixas todos os que moram debaixo do mesmo tecto, produzem em todas essas pessoas simultâneo effeito; (...) é acostumar os espíritos tomarem também em comum o seu alimento.⁴³²

Outrossim, é certo que, se as estatísticas de frequência das escolas no final do século XIX não são animadoras, o ensino informal e particular terá contribuído para minimizar esses resultados.⁴³³

A leitura pública desenvolveu-se sob o signo da função social e educativa de morigeração dos costumes, como uma forma de escapar ao vício (álcool e prostituição) e ao crime. Este discurso começou a ganhar espaço, a partir de meados do século XIX, um pouco por toda a Europa e Portugal não escapou à tendência⁴³⁴.

As leituras só servem de distração a quem não tem habitualmente o espírito ocupado em trabalhos mentais. Na escolha delas há de se haver a máxima prudência e circunspecção. Más leituras são aquelas em que se encontra doutrina oposta às luzes da razão, às máximas do Evangelho e aos ensinamentos da Igreja. (...) Más leituras são os jornais ímpios (...)⁴³⁵

Estava assim legitimada a defesa da promoção da leitura, mas apenas de algumas espécies, porque outras teriam de ser afastadas do uso público. O papel de intermediário entre o livro e as classes populares era desempenhado pela classe letrada que, com a sua

⁴³¹ Na opinião de José Tengarrinha o aumento do interesse pela leitura em camadas sociais mais amplas justifica-se pela hipótese de ter sido feita leitura em voz alta de alguns livros requisitados, para chegar ao elevado número de analfabetos. Cf. Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. 1983, p.234.

⁴³² Cf. Vocabulario de Verdades, in *Bibliotheca Popular Ou a Instrução ao alcance de todas as classes e de todas as inteligências. Dedicada ao Povo Portuguez Por uma Sociedade de homens de letras*. Lisboa, 1870, pp. 89-90.

⁴³³ Encontram-se na literatura contemporânea reflexos dessa situação. Veja-se na obra *As pupilas do Senhor Reitor*, da autoria de Júlio Dinis, as descrições do ensino ministrado a Daniel pelo padre António (p. 8); a forma como Daniel ensinou Margarida a ler, quando a madrastra a obrigava a guardar os rebanhos ou as “lições de leitura” dadas por Margarida às suas costureirinhas: “O reitor recomendara o livro à Margarida, dizendo-lhe que o ensinasse às discípulas, que era guia seguro.” Cap. XXXVII, p.209.

⁴³⁴ Faustino Fonseca, diretor da Biblioteca Nacional escreveu o seguinte: “Em 1849, na inauguração da Biblioteca de Manchester, Dickens e Thackeray predisseram a acção do livro contra a taberna e contra a prisão. As estatísticas provam eloquentemente o exito obtido pela leitura pública contra o vício e contra o crime.” Cf. *Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa* (abril de 1911 a março de 1912), p. 71.

⁴³⁵ Carlota Boto – Sobrevivências do passado e expectativas de futuro: a tradição escolar na cultura portuguesa. In *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*, 2004, p. 487.

boa vontade, “filtrava” as leituras.⁴³⁶ A disciplina impôs-se à espontaneidade do novo leitor, o popular! Mesmo com a interferência de alguns intelectuais mais esclarecidos e tolerantes, o jogo de tensões foi-se desenrolando no sentido de converter o leitor às regras institucionais, condição de aceitação num meio que se mantém elitista, à revelia mesmo da denominação do espaço de leitura que lhe é facultado.⁴³⁷

A regulamentação da prática do empréstimo domiciliário de livros⁴³⁸ mereceu uma especial atenção da parte dos responsáveis das bibliotecas que se mostravam particularmente zelosos com a preservação do acervo, tentando evitar a dispersão e o estrago dos livros, pelo que não se pode dizer que este serviço tivesse funcionado sem problemas e num registo de evidente melhoria, sobretudo se tivermos em conta as situações descritas no ponto que se refere à Biblioteca Popular de Lisboa onde, já em pleno século XX, se exigia fiador para o empréstimo de livros que, à partida, já estava circunscrito aos moradores na zona de Lisboa.

O modelo dos “termos de empréstimo” era comum a todas as bibliotecas populares e não sofreu alterações significativas ao longo do período em estudo. O texto impresso referia de forma bem clara a penalização aplicada aos utilizadores que não cumprissem o regulamento. Alguns dos termos analisados, nomeadamente os da Biblioteca Popular de Tomar e da BPL, continham anotações relacionadas com a aplicação dos castigos: multas e/ou apreensão dos livros pela polícia. Em determinadas bibliotecas populares esta modalidade de leitura tinha mais registos do que a leitura presencial, certamente pelo conforto que representava poder ser feita em casa ou noutra espaço mais aprazível, sem as

⁴³⁶ Esta função de superior importância era defendida, entre outros, pelo barão de Gérando, fundador da Sociedade para a Instrução Elementar, em França: «Le choix des ouvrages qui peuvent former une bibliothèque à peu près complète, pour les classes inférieures de la société, est à la fois délicat et difficile, et d'une haute importance. Ces ouvrages en effet doivent être à la portée de l'intelligence des enfants, ou des hommes dont l'esprit a été peu cultivé (...) il faut à la fois éviter ce qui ne pourrait offrir que des occasions et des sujets de distractions frivoles, ou ce qui tendrait à inspirer le dégoût d'une condition laborieuse et obscure, et un désir imprudent de s'élever au-dessus de la sphère dans laquelle on est placé (...)» Cf. Jean Hébrard - Les nouveaux lecteurs. In *Histoire de l'Édition Française : le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle-Époque*, tome III, 1986, p. 472.

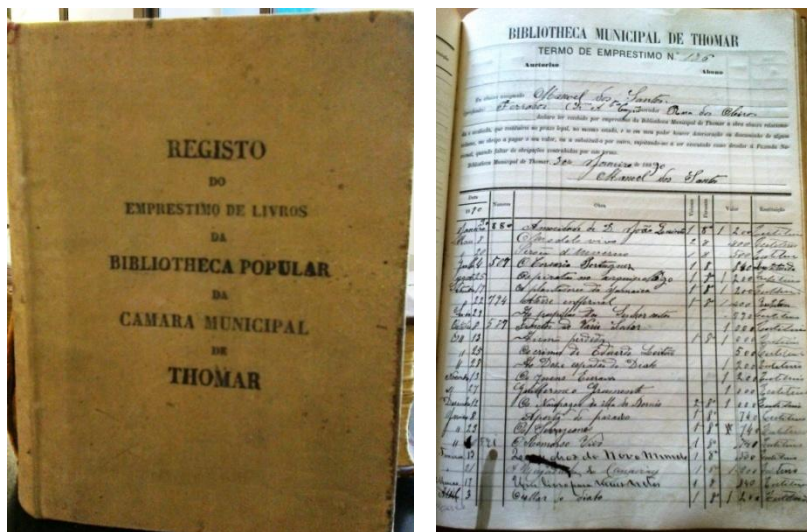
⁴³⁷ Às bibliotecas populares impuseram-se regulamentos e normas semelhantes ao que foi aprovado para as bibliotecas eruditas. De igual modo, a constituição dos seus acervos inclui muitos dos títulos que figuram nas bibliotecas eruditas. Esta contaminação é interpretada por Pierre Bourdieu como uma forma de destruir a “experiência popular”, fragilizando culturalmente esta camada social.

Cf. *La lecture: une pratique culturelle. Débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier*. 1993, p. 279.

⁴³⁸ No caso da Biblioteca Nacional o empréstimo de livros fazia-se por decisão do diretor mas apenas aos estudiosos de temas científicos, artísticos ou literários, e mediante a assinatura de um termo de responsabilidade. Cf. Artigo 114º do *Regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 1903

limitações impostas pelos regulamentos. Incluem-se nesta situação as bibliotecas de Campo Maior e da Sociedade Martins Sarmento, por exemplo.

Figura 25 - Termo de empréstimo da Biblioteca Popular de Tomar



Fonte: Registo do Empréstimo de Livros da Biblioteca Popular da Câmara Municipal de Tomar

2. Catálogos e biblioteconomia⁴³⁹

Uma biblioteca sem bons catálogos começa por não ser uma biblioteca, mas simples armazém de impressos ou manuscritos. (...) Que importa que possua centenas de milhares de volumes se estes, através dos catálogos, não acorrem ao chamamento do leitor?⁴⁴⁰

A existência de sistemas organizadores e classificadores dos acervos bibliográficos tem já uma longa existência, mas é no século XIX que encontra ambiente favorável ao seu florescimento: uma racionalidade positivista que enaltecia a classificação, função estruturante do mundo científico e social que determinava o que devia ser incluído e, consequentemente, o que ficava excluído⁴⁴¹ desse (s) mundo(s) legitimado(s) através da atribuição de um nome.

⁴³⁹ «Chama-se também *biblioteca* aos livros que contém os catálogos dos livros das *bibliotecas*.», segundo a definição sugerida no *Dictionnaire* de Furetière, citada por Roger Chartier em *A Ordem dos Livros*, 1997, p. 106-107, onde avança também a ideia do que para erguer uma biblioteca “aberta e universal” é imprescindível a posse desses catálogos onde figure a totalidade dos títulos, uma espécie de biblioteca das bibliotecas.

⁴⁴⁰ Cf. Victor de Sá – *As Bibliotecas, o Público e a Cultura: um inquérito necessário*. 1983, pp. 76-77.

⁴⁴¹ Cf. Zygmunt Bauman- *Modernidade e Ambivalência*, 2007, p. 14.

“ O amor ao verbete ”⁴⁴² - biblioteconomia

Para facilitar a tarefa da catalogação divulgou-se o sistema de fichas catalográficas (verbetes) que acompanhou o desenvolvimento das bibliotecas ao longo do século XX até começar a ser, progressivamente, substituído pelo catálogo digital⁴⁴³.

No que concerne à classificação do fundo documental das bibliotecas, o passo mais significativo foi dado por um jovem bibliotecário americano, Melvil Dewey, que propôs, em 1876, o sistema que é ainda hoje largamente utilizado pelas bibliotecas a nível mundial, conhecido por CDU⁴⁴⁴ e que consiste na organização do conhecimento científico em 10 grandes categorias, cada uma delas subdividida em 10 outras sub-categorias, igualmente divisíveis por 10 e assim sucessivamente, criando uma dependência hierárquica dos assuntos e jogando com combinações de matérias questionáveis pelo seu caráter vincadamente tradicional ou positivista.

As vantagens de uma boa organização do fundo documental de qualquer biblioteca não são regateadas por nenhum autor ou instituição, mesmo quando se apontam as limitações impostas pelos critérios subjacentes à organização dos catálogos que pressupõe uma classificação das obras.

Uma biblioteca tem de ser um corpo com alma para que preencha inteiramente o seu objetivo. E essa alma está nos catálogos bem-feitos, que só bibliotecários sabem e podem fazer, está nas informações que só um bibliotecário profissional deve estar habilitado a dar a cada leitor que se socorra das suas luzes (...) ⁴⁴⁵

A ausência de regras de catalogação universais explica que, no século XIX, fossem adotados critérios de ordenação dos livros muito diferenciados, estando sempre presente a ideia de um catálogo geral ou coletivo, que foi sendo experimentado em diversos países europeus, nomeadamente na Alemanha, que era uma das referências importantes para os bibliotecários portugueses no período em estudo⁴⁴⁶.

⁴⁴² Título de uma tese de doutoramento referido pelo protagonista do romance *O Meu Irmão*, da autoria do jovem escritor Afonso Reis Cabral que me encontrava casualmente a ler enquanto redigia este texto.

⁴⁴³ Na Biblioteca Nacional de Portugal convivem ainda os dois tipos de catálogos.

⁴⁴⁴ Cf. CAVALLLO, Guglielmo, CHARTIER, Roger (Dir) - *Histoire de la Lecture dans le monde occidental*, 1997, pp. 438-439.

⁴⁴⁵ Cf. J. Pinto Loureiro - Biblioteca Municipal de Coimbra. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, vol. 1, 1924, p. 178.

⁴⁴⁶ Cf. António Ferrão, *O Catálogo Coletivo das Bibliotecas Portuguesas: Forma de o elaborar*, por António Ferrão. Neste texto, do início da década de 1930, o sub-inspetor das Bibliotecas e Arquivos dá conta de tudo o que tem sido realizado noutros países europeus e nos EUA e compara com o atraso de Portugal,

Evolução em Portugal

Neste grupo destaca-se o nome de Raúl Proença com funções técnicas de grande relevância na Biblioteca Nacional durante as direções de Faustino da Fonseca, Fidelino Figueiredo (1º mandato) e Jaime Cortesão, num período correspondente aos anos de 1911 a 1926. Nesses anos foram tomadas medidas no sentido da uniformização da catalogação a partir da Biblioteca Nacional e foi dado um significativo avanço na inventariação de núcleos bibliográficos fundamentais.

O período em que a BN foi dirigida por Jaime Cortesão com a “eficaz e competente colaboração de Raúl Proença” (1919 – 1927) terá correspondido a uma das “épocas mais florescentes da Biblioteca Nacional”⁴⁴⁷ também pelo empenho colocado na formação biblioteconómica pensada para os técnicos da BN, colegas de Raúl Proença, de que são testemunho as publicações que integram a “Biblioteca do Bibliotecário e Arquivista”. O seu interesse por esta área manifestou-se ainda na atividade docente que exerceu no curso superior em Biblioteconomia e Arquivística da Faculdade de Letras de Lisboa.

Na condição de parente pobre da grande família das bibliotecas (e arquivos), as “bibliotecas populares” estiveram integradas⁴⁴⁸ e partilharam estas preocupações, encontrando-se entre alguns dos seus responsáveis os autores de estudos de natureza biblioteconómica e outros que visaram uma melhor organização destas bibliotecas. O modelo de biblioteca popular apresentado inspirava-se em critérios definidos por autores estrangeiros, dos países mais avançados nesta matéria. Assumindo o estatuto de instituições de “cultura integral”, a regra primeira destas bibliotecas era conter obras para leitores de diferentes níveis de cultura, usando um “critério amplo” na escolha dos livros.

No entanto, os autores de um projeto divulgado em 1912 em Portugal, apresentam algumas dezenas de títulos recomendáveis para integrar um “Catalogo de Livros-typos”, distribuídos por seis grupos / áreas científicas mas sem qualquer outra ordenação, nem sequer alfabética, apesar da defesa que se faz da importância de ter este tipo de organização na biblioteca para facilitar o acesso dos leitores.

apesar da legislação de 1919 e do trabalho de catalogação desenvolvido na Biblioteca Nacional sob a direção de Raúl Proença.

⁴⁴⁷ Cf. Manuela Domingos, et.al. - *Biblioteca Nacional de Portugal*. 1994, pp. 26-28.

⁴⁴⁸ Na falta de modelos mais adequados, o Regulamento das Bibliotecas Populares, aprovado em 1871, estabelecia que fosse seguido o modelo adotado pela Biblioteca Nacional de Lisboa. Cf. Portaria de 20 de Janeiro de 1871, artigo 3º.

A realização de qualquer reforma ou projeto de biblioteca só seria possível com bons bibliotecários, por isso o responsável pela biblioteca popular deveria receber formação específica para desempenhar bem as suas funções de vigilante e orientador das leituras, atendendo ao perfil de cada leitor.⁴⁴⁹

- O bibliotecário

A importância da figura do bibliotecário foi realçada por alguns autores que, escalpelizando a natureza das suas funções, apontaram as qualidades do homem ideal para as exercer: “dotado d’uma grande inteligência para classificar os livros, d’um grande espirito d’ordem, do amor ao trabalho”⁴⁵⁰ mas devia possuir também uma boa memória e nunca se “desviar do caminho traçado pelos seus predecessores”, adotar uma atitude prudente e conservadora, não pensando em mudanças e inovações desnecessárias.

Numa época em que a definição do perfil do bibliotecário não estava ainda consolidada, permitiram-se as mais distintas opiniões acerca do papel que lhe competia, muito embora as funções técnicas estivessem sempre presentes. A elaboração dos catálogos (“ideológico” ou “ideo gráfico”; “onomástico” e didascálico”) era uma prioridade incontornável:

“ Tem nas suas mãos uma biblioteca aquele que lhe organiza, com inteligência, o catálogo ideológico”, palavras de um autor que enaltece particularmente a função social do bibliotecário, em concreto “acabar com o abismo que separa as classes populares, da fina flor da sociedade”. Considerava os bibliotecários como “funcionários ao serviço dos leitores”, devendo “chamar a si, o que a si mesmo lhe pertence – que é o trabalho de poupar trabalho ao leitor”. Igualmente importante era o trabalho de propaganda do livro junto das classes trabalhadoras, em geral, e dos lavradores em particular.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ Eram os professores primários que desempenhavam frequentemente o papel de bibliotecários, e por isso defendia-se uma formação específica ministrada nas escolas normais. Os cuidados deviam estender-se também às características das instalações: “ A bibliotheca popular deverá ser um lugar onde se esteja commodamente e com agrado” e, para tal, as “condições materiais da leitura não podem alhear-se das que constituem a disciplina necessária”. Cf. Organização de uma bibliotheca popular modelo, in *Revista de Educação Geral e Technica*, vol.II, nº 1, Janeiro ,1912, pp.96-97.

⁴⁵⁰ Izidoro Luiz Bine da Cruz, “Notas sobre o modo como foi organizado o catalogo”, 21/9/1927. [texto manuscrito]. O autor distingue entre as responsabilidades do bibliotecário das bibliotecas públicas, considerando-as superiores às dos responsáveis pelas bibliotecas e particulares. Biblioteca Municipal de Estremoz.

⁴⁵¹ “Urge, pois, junto do agricultor pé de boi, se faça a propaganda aliciante do livro...”. Cf. Cruz Malpique - *Introdução sentimental às bibliotecas*, cit. por Filomena Maria Ferreira de Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*. 2011, p. 51.

E, porque a elaboração do (s) catálogo(s) era uma das principais funções do bibliotecário, impunha-se ter uma boa caligrafia para o melhor desempenho desta tarefa que era mais complexa do que se poderia supor, pelo que a maioria das bibliotecas, mesmo as mais conhecidas possuíam catálogos “incompletos, inexactos, muito abreviados ou redigidos com uma indiferença evidente.”⁴⁵² Intercalando a crítica à situação existente com uma espécie de prescrição das boas práticas, o autor refere a necessidade de existirem pelo menos dois catálogos⁴⁵³: um alfabético e outro sistemático, considerando ser este o mais procurado pelos leitores, pelo que deveria dar-se prioridade á sua impressão. As suas anotações focam ainda algumas questões formais que importam à organização das bibliotecas públicas e populares.

A preocupação com a elaboração de um catálogo geral registou-se em Portugal desde o início o século XX mas a consciência da demora de tal empreendimento levou a que se tivessem sucedido uma série de alternativas, como nos deixa crer o bibliotecário da Biblioteca Nacional em 1910, Faustino da Fonseca, que dá conta dos “catálogos metódicos” que organizara para arrumar assuntos tão específicos como o Direito Constitucional, a História do Partido Republicano Português ou a Legislação Operária, sem outro critério que não fosse o interesse em “fornecer elementos de estudo para os assuntos de oportunidade” ou seja, uma motivação eminentemente política e social, condicente com o objetivo de atrair o público à Biblioteca e sem grande preocupação com critérios biblioteconómicos gerais.

A situação herdada por Raúl Proença na BN em matéria de catálogos era caótica e miserável, segundo palavras do próprio, que investiu no sentido de corrigir esta situação e fazer cumprir o objetivo central do catálogo geral: ser o repertório bibliográfico da Nação, o que implicou diversas operações para uniformizar as dezenas de catálogos onomásticos existentes e criar outro tipo de catálogos (ideográfico/alfabético de assuntos, de títulos, de assentos, de impressores, etc)⁴⁵⁴, tarefa árdua e morosa, mal compreendida e criticada pelos seus sucessores.

⁴⁵² Idem, *ibidem*, p. 71.

⁴⁵³ O autor refere 4 tipos diferentes de catálogos: onomástico (autores); didascálico (títulos); ideográfico (assuntos) e um inventário topográfico.

⁴⁵⁴ Cf. Raúl Proença, *Polémicas*. 1988

Composição dos catálogos – critérios e especificidades

Na sequência do que foi referido anteriormente, lançamos um olhar pelos catálogos das bibliotecas populares que integram o corpus documental deste trabalho, tentando encontrar os critérios subjacentes às escolhas dos livros e à sua organização. A primeira informação deixa crer que as bibliotecas populares constituíram-se com as “sobras” dos livros dos extintos conventos⁴⁵⁵, sem haver lugar para preocupação com um *canon* ou critérios muito específicos, apesar dos fins a que se destinavam. Apenas existia a possibilidade de trocar (ou vender) os livros disponíveis por outros mais adequados às necessidades das bibliotecas populares, obras de carácter profissional ou literatura⁴⁵⁶.

Pelo contrário, os responsáveis pela criação das bibliotecas populares procuram um catálogo com indicação dos livros e ressentem-se pela sua falta, como faz entender o encarregado de uma das bibliotecas municipais de Lisboa, em 1890⁴⁵⁷. A existência de catálogo dos livros que compunham as bibliotecas populares ao serviço das escolas primárias era um dos “quesitos”⁴⁵⁸ que os inspetores deviam verificar, o que demonstra a importância que lhe era atribuída já nesse período (meados da década de 1870).

Na mesma linha de interesse pode incluir-se o trabalho de encadernação dos catálogos das primeiras bibliotecas populares (e municipais) assegurado pela Biblioteca Nacional que mediou o contacto com a casa que tratou da encadernação de cerca de duas dezenas de catálogos de bibliotecas, apesar das reduzidas dimensões do acervo⁴⁵⁹. Contavam-se, entre outras, as bibliotecas populares de Estremoz, Setúbal, Lagos, Bouças, Marco de Canaveses, Maia, Penafiel e a municipal de Santarém.

A Academia Real das Ciências, a Imprensa Nacional e o arquivo do Ministério do Reino⁴⁶⁰ foram os organismos que, a par de alguns editores e autores de livros deram um significativo contributo para a constituição dos acervos bibliográficos das primeiras bibliotecas populares.

⁴⁵⁵ Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3655, proc. 288.

⁴⁵⁶ Cf. ANNT - Ministério do Reino, Bibliothecas Populares, mç. 3655 - Proc. 288, 1871.

⁴⁵⁷ “Vêm leitores perguntar por diferentes livros, sendo preciso percorrer as estantes à procura do livro pedido e, por vezes, infrutuosamente”. Cf. Cláudia Castelo - *A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa* [em linha], p. 10. [consultado em 28/8/2016], Disponível em < http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1215787947a_evolucao_das_praticas.pdf>.

⁴⁵⁸ Cf. Idem, Ibidem, Lv. 1087, Quesitos aos inspetores das Escolas Primárias mantidas pelo Estado.

⁴⁵⁹ Cf. AHBN, mç. 5, Encadernações de catálogos: contas pagas pelas corporações. O trabalho, com um custo de 240 réis cada, foi assegurado pela Lisboa & C.^a Livraria Industrial e Encadernadores (18 de Fevereiro 1881).

⁴⁶⁰ Cf. AHBN, mç. 1, Bibliotecas Populares.

No que respeita à primeira instituição, registámos uma dezena de listagens de livros entregues ao longo da década de 1870, mais concretamente entre setembro de 1870 e setembro de 1879⁴⁶¹, sendo que duas relações correspondentes ao ano de lançamento das bibliotecas integram cerca de 130 títulos com vários exemplares cada, a grande maioria estudos e obras científicas, a que se juntam dois ou três títulos de literatura clássica (obras de Ovídio e Molière), meia dúzia de história e uma de geografia.

A Imprensa Nacional ofereceu um conjunto de 44 títulos com uma composição diversificada mas em que predominam as obras de História (36,36%) e escasseiam as que abarcavam assuntos de cariz social e moralizante, mais atualizadas (apenas uma de cada).

Do arquivo do Ministério do Reino registaram-se cerca de três centenas de títulos, com vários exemplares cada, entregues em diferentes remessas, entre 1872 (176 títulos) e 1885 (1 título). O primeiro conjunto é formado essencialmente por folhetos de caráter administrativo, normativo e político (regulamentos, atas, discursos, cartas, legislação...), obras mais áridas, a que se juntam alguns números de 2 ou 3 periódicos. Uma composição diferente tem a 2ª remessa, menos numerosa (56 títulos), que contém mais obras “populares”, de cariz instrutivo e moralizante; integra alguns relatórios mas também obras de literatura, incluindo Júlio Verne, Pinheiro Chagas, Teixeira de Vasconcelos ...

Destaca-se a doação feita por João Felix Pereira (1878)⁴⁶², uma meia centena de títulos de obras da sua autoria ou traduzidas por ele, algumas com mais do que um volume, tendo sido entregues 20 exemplares de cada.

Ensaçando uma comparação entre duas relações de obras, uma destinada às bibliotecas populares e outra à biblioteca pública de Braga, no decorrer da década de 1870, podemos destacar alguns aspetos essenciais para compreender a especificidade das bibliotecas populares. No que concerne às semelhanças, é de referir a predominância da literatura. Quanto às diferenças, salienta-se a inexistência de obras em língua estrangeira para as bibliotecas populares, enquanto na biblioteca pública de Braga representavam cerca de 43%. De igual modo, os livros dedicados ao ensino eram na ordem dos 19,67% para as

⁴⁶¹ Carlos A. Rebelo contabilizou 1883 volumes, in *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas populares (1870 – 1910)*. 2002, p. 151.

⁴⁶² AHBN, Bibliotecas Populares, mç. 4 – Doação do Dr. João Felix Pereira, Autor de uma vasta e diversificada produção literária que inclui compêndios, gramáticas, cartilhas, princípios, ensaios, entre muitos outros trabalhos, João Felix Pereira foi considerado por Albino Forjaz de Sampaio “O ultimo excêntrico”, pela sua obra de que se destaca o título que o tornou célebre, *Preceitos de civilidade*, mas sobretudo pela forma como conduziu a sua vida e as atitudes que assumiu fizeram deste escritor prolixo uma pessoa singular. A título de curiosidade, refira-se o facto de nunca ter consentido que o número de exemplares das suas edições fosse superior a 500 e por isso “muitas das suas obras, alcançaram dez, doze, quinze, vinte e mais edições.”. Cf. Albino Forjaz de Sampaio – O ultimo excêntrico, in *Homens de Letras*, 1930, p. 229.

Entre os catálogos analisados, os mais estruturados apresentavam uma divisão em secções (BPL e Sociedade Martins Sarmento), uma relação de jornais e revistas separada, com ordenação alfabética, e podiam ter até um índice remissivo para facilitar a pesquisa dos utilizadores (Sociedade Martins Sarmento).

O catálogo da Biblioteca Popular de Lisboa previa uma secção de literatura popular, onde teriam cabimento as “coleções populares”. Ao contrário, no catálogo da Sociedade Martins Sarmento, que continha já mais de 9000 títulos em 1888, a literatura surge na secção das “Belas-Artes e bellas-lettas”, apesar de se apresentar com uma divisão muito detalhada de clara influência francesa nos géneros identificados (dramas e comedias “vaudevilles”, “pochades”, “a-propos”...) ⁴⁶⁴

Para as bibliotecas móveis criaram-se três “catálogos-tipo” (A, B e C) constituídos por obras semelhantes e numa proporção previamente definida (decreto de 18 de Março de 1911- 50% literatura e 50% obras científicas), adaptada depois às condições existentes, como tivemos oportunidade de referir no ponto 3 do capítulo anterior.

Na sequência do Decreto-Lei de 18 de Março de 1911, foi publicado um “Catalogo de Livros-typos” ⁴⁶⁵ para as bibliotecas populares. Apresentava seis classes diferentes com indicação de livros específicos para cada uma delas, destacando-se a classe mais numerosa com livros de “Philosophia, Sociologia, Educação. Instrucção cívica”. Em contrapartida, a classe que continha os livros de “Litteratura e historia litteraria. Linguistica e philologia” afigurava-se menos preenchida do que em alguns catálogos das bibliotecas estudadas e não correspondia à relevância que é sugerida na apresentação da composição do catálogo.

3. Leitores e leituras nas bibliotecas populares

3.1. Espaços e modelos

- O *corpus* documental

Como já fizemos notar, houve necessidade de recorrer a uma grande diversidade de fontes para formar um *corpus* documental significativo, o que nos colocou perante uma combinação de textos de natureza muito distinta, obedecendo a critérios de classificação diferenciados, de acordo com as várias bibliotecas.

⁴⁶⁴ Cf. *Catalogo da Bibliotheca Publica de Guimarães*, Porto, 1888.

⁴⁶⁵ “Organização de uma bibliotheca popular modelo”, *Revista de Educação Geral e Tecnica*. 1912, vol. II, nº 1.

A estatística oficial não mantém um critério coerente, nem a mesma terminologia, para um determinado ano dentro do período em estudo. Nos primeiros anos em que o *Anuário Estatístico* publica informação sobre o movimento das bibliotecas (1887 ...), são referidas três secções para todas as bibliotecas mencionadas, sem diferenciar as municipais das públicas, nem tão pouco as eruditas (Braga, Évora ...) das populares (municipais de Lisboa, Santarém, Elvas): “Historia e Litteratura”; “Sciencias e Artes” e “Manuscritos e numismática”.

No mesmo período (1892), a informação sobre as “Obras existentes” nas bibliotecas é organizada em cinco secções: “Historia, Geographia, Litteratura, Sciencias Moraes e Politicas e Legislação”; “Sciencias Mathematicas e Phisico-Naturaes, Artes e Industrias”; “Litteratura Ecclesiastica”, “Diversos” e “Manuscritos”. Nessa data a nomenclatura usada para as bibliotecas municipais de Lisboa e do Porto era totalmente distinta: as primeiras apresentavam apenas três secções, enquanto nas segundas eram referidas doze classes diferentes.⁴⁶⁶

Igual situação verifica-se nos catálogos que nos foram dados a conhecer, onde a organização dos assuntos apresenta grande diversidade, desde as mais simples listagens de obras, até às associações em duas⁴⁶⁷, três ou mais secções. O critério parecia ser o da total liberdade de classificação dos assuntos, fazendo letra morta da legislação em vigor. O facto de ser dado destaque a uma ou outra secção prendia-se certamente à quantidade de obras existentes no acervo da biblioteca.⁴⁶⁸

Perante a falta de catálogos, os inventários com a listagem das obras existentes serviram também para o conhecimento das obras existentes, potenciais leituras, como aconteceu com a biblioteca do Grémio Ilustração Popular de Castelo de Vide (1899) que já foi objeto de estudo numa tese de mestrado.⁴⁶⁹ Não obstante, para a análise das práticas, é

⁴⁶⁶ Cf. *Anuário Estatístico de Portugal*. 1892, pp. 228-229, 236, 238-239. In Biblioteca Digital do INE. [acedido em 9/9/2015]. Disponível em < <http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do> >

Depois de 1911 regista-se uma tendência para uniformizar a classificação das obras existentes nas diferentes bibliotecas, arrumando-as em cinco ou seis secções diferentes, como se pode constatar pela análise dos quadros apresentados na obra acima referida, nomeadamente para o ano de 1917 e seguintes.

⁴⁶⁷ Na biblioteca popular criada em Lamego pela Associação Instrução Popular, o catálogo tinha as obras classificadas segundo o método de A. Danté e divididas em 2 grandes secções: I - Ciências metafísicas, morais, especulativas; II - Ciências físicas, naturais e artísticas.

Cf. ANTT, *Coleção Castilho* – Cx 33, M. 1.

⁴⁶⁸ Refira-se a título de exemplo a proposta de classificação para a biblioteca popular de Estremoz, elaborada pelo bibliotecário em 1927 e que continha 11 secções, que incluíam uma para “assuntos militares” e outra para “instrução”.

Cf. *Tombo ou Catalogo didascalico da Biblioteca Popular de Estremoz*. 1927

⁴⁶⁹ Filomena Sousa Bruno *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*. 2011.

nos livros de registo, nos livros de visitantes e de empréstimos, para além da estatística oficial e das listagens com pedidos de obras, que encontramos os dados mais relevantes.

Espaços

A realidade materializava-se num conjunto de bibliotecas a funcionar em salas exíguas, dependentes de outras instituições (câmaras, escolas, repartições públicas...) que não deixava muito espaço para outras valias. Quando ocupavam locais mais dignos, envolviam-se noutras iniciativas de cariz assistencial (festas, bodos aos pobres), educativo ou cultural (festas, entregas de prémios...)

Nas situações em que a biblioteca popular partilha o espaço com a municipal ou pública há diversas declarações que confirmam a lógica separatista entre o popular e o erudito. É o caso da biblioteca Camões, em Santarém, quando recebe o espólio de Anselmo Braamcamp Freire; a biblioteca pública municipal de Leiria, cujo responsável resiste no cumprimento da criação de uma secção popular, que ele só podia conceber completamente separada da biblioteca pública e todo o processo de autonomização da BPL em relação à Biblioteca Nacional.

A segunda metade do século XIX vê formarem-se novos leitores, crianças e mulheres, no seio das famílias burguesas mas também se estende aos mais pobres, mesmo quando a aparência é de desvalorização deste tipo de sociabilidade, recusando melhorar as competências culturais em nome de uma imagem idealizada de mãe de família que não lhe deixava tempo livre para ser ocupado de forma pouco útil⁴⁷⁰, como se considerava ser com a leitura, mesmo que um olhar mais cuidado sobre a realidade contrariasse essa afirmação.

Pensar o papel das bibliotecas na sociabilidade dos seus utilizadores implica analisar as iniciativas desses institutos de leitura para além da sua utilização comum, condicionada pelas disposições regulamentares, que se foram adaptando à massificação da leitura, mais pela criação de espaços diferenciados (salas de leitura para mulheres e crianças, hemeroteca...) do que pela adaptação das práticas.

As escassas imagens de bibliotecas portuguesas que encontrámos, ainda que não pertencendo exatamente ao grupo das bibliotecas populares, mostram-nos uma utilização quase exclusivamente masculina, com um registo diferenciado entre os espaços reservados à leitura de livros e os que eram destinados à consulta de periódicos: na primeira situação há uma postura mais rígida e individual, enquanto na segunda os leitores estão em grupo,

⁴⁷⁰Cf. Guglielmo Cavallo, Roger Chartier (Dir.) - *Histoire de la Lecture dans le monde occidental*. 1997, p. 403.

posicionados de forma a estabelecer facilmente comunicação entre eles. Estas diferenças significam uma valorização distinta da leitura com as consequentes implicações nas práticas de socialização.

Num tempo em que o foco de valorização era o livro e não ainda o leitor, as questões relacionadas com a apropriação do espaço por parte dos utilizadores diziam respeito ao cumprimento ou incumprimento das normas definidas, sem grande preocupação com a construção desejada e necessária do espaço mais adequado a cada leitor, privilegiando a sua relação específica com a leitura. Este sentido só veio a afirmar-se no final do século passado, tornando as bibliotecas cada vez mais abertas a práticas imprevisas e a públicos diferenciados.

Quando entramos no século XX, em particular depois da implantação da República em 1910, diversificam-se as ofertas de modelos diferentes de bibliotecas para responder às necessidades crescentes, de setores cada vez mais alargados da população, nomeadamente as crianças. É neste sentido que surgem as bibliotecas de jardim que, no caso português, não tiveram grande desenvolvimento, apesar do empenho colocado na sua definição, quer se destinassem a adultos, quer fossem reservadas a crianças⁴⁷¹. Em ambos os projetos, localizados no Jardim da Estrela, pontua o nome de Alexandre Ferreira⁴⁷², associado à Universidade Livre para a Educação Popular e à Câmara Municipal de Lisboa. (vid. pp. 113-114).

3.2. Bibliotecas populares criadas até 1910

Ação do Estado

A justificação para a criação das bibliotecas populares nas décadas de 1870 e 1880, aponta para alguns aspetos comuns a muitos desses institutos de leitura, criados por iniciativa dos municípios ou de associações com apoio municipal.

A explicação mais frequente remetia para uma visão pragmática e moralista destas bibliotecas, considerando-as um “complemento da escola popular”, porque “a boa leitura

⁴⁷¹ Cf. Cláudia Castelo, *A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa* [em linha] p. 4. [consultado em 28/8/2016]. Disponível em <http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1215787947a_evolucao_das_praticas.pdf>.

⁴⁷² Enquanto Alexandre Ferreira esteve à frente do pelouro da Instrução e Assistência na CML (1923-1926) procurou-se dar novo impulso às bibliotecas municipais, em articulação com a educação infantil e com a educação popular.

moralisa eleva a alma e aperfeiçoa o trabalho “ (biblioteca de Arruda, 1875). Na mesma linha, reforçando a ideia da utilidade destas bibliotecas, afirmava-se o seguinte:

As bibliothecas populares são o complemento indispensável das escolas e com ellas se devem desenvolver simultaneamente, do mesmo modo que o ensino profissional, o ensino secundário, especial e superior para que o maior numero possível de aptidões seja aproveitado.⁴⁷³

Alguns municípios solicitaram diretamente ajuda a D. António da Costa (livros) para, mais rapidamente, alcançarem o fim a que se propunham, foi o caso da biblioteca de Monchique onde, para “aproveitar a oferta d’alguns livros feita por pessoas d’esta Villa” segundo consta numa carta da Câmara Municipal de Monchique, onde se fala também nos objetivos da biblioteca popular: “... proporcionar aos seus municípios os meios de poderem instruir-se”⁴⁷⁴.

Na fase inicial registou-se uma boa adesão por parte de algumas Câmaras Municipais que facilitaram no sentido de criar as melhores condições logísticas, cedendo o espaço (uma sala) e o mobiliário necessários à instalação das bibliotecas populares, para além do subsídio de 50.000\$00 réis. Essas bibliotecas concentravam-se a noroeste, junto ao grande Porto: Bouças, Gaia, Louzada, Maia, Paredes,⁴⁷⁵ Penafiel, Pova do Varzim, Vallongo, Vila do Conde. Outras, porém, não resolveram tão rapidamente a questão do espaço: St. Tirso, Marco de Canavezes, Maia, Gondomar, Felgueiras, Amarante, Baião⁴⁷⁶.

Iniciativas particulares

- Bibliotecas em Coimbra

No que concerne as iniciativas particulares, os resultados foram distintos, consoante as condições particulares de cada instituto e as motivações das pessoas envolvidas, registando-se ainda alguma dissonância nas opiniões acerca do interesse de que se revestiam as bibliotecas populares. Refira-se, a propósito, as bibliotecas populares existentes em Coimbra em meados da década de 1870, pertencentes a duas sociedades com

⁴⁷³ Cf. N. Alves Correa - Bibliothecas populares municipaes de Lisboa. In *Froebel*, nº 18, 1884, p. 144.

⁴⁷⁴ Cf. ANTT, *Coleção Castilho*, cx. 33, M. 1.

⁴⁷⁵ “No edificio escolar, construído com donativo que obteve o Conselheiro José Guilherme Pacheco, e que foi entregue á Câmara Municipal, há uma boa sala com estante envidraçada e os moveis necessários”. Cf. ANTT, Ministério do Reino, “Bibliothecas”, mç. 3655, proc. 251, 1871.

⁴⁷⁶ Neste caso, a Câmara não diligenciara sequer para obter casa e a gratificação de 10\$000 reservada para disponibilizar os livros afigurava-se pouco aliciente.

atividades culturais e de entretenimento, que tentaram, sem grande sucesso, abraçar a causa da instrução popular.

Acerca da “Sociedade Terpsichore Conimbricense”, diz-se que, depois de 1871, “... desejando os sócios promover a instrução popular, crearam uma bibliotheca, que chegou a ser muito numerosa em bons livros e valiosas colleções de publicações raras.” Mas as “desintelligencias” dentro da associação originaram o seu progressivo enfraquecimento e a biblioteca não chegou a regularizar-se, até à data da publicação desta notícia (1875)⁴⁷⁷.

Relativamente à “Associação dos Artistas de Coimbra”⁴⁷⁸, uma sociedade de socorros mútuos, a maioria não tolerava a ideia de a sociedade ter uma biblioteca popular e os restantes toleravam mas não eram entusiastas. Alguns sócios consideravam que a localização das respetivas estantes, junto à aula de instrução primária, não lhes facilitava o acesso e também defendiam que devia ter leitura domiciliária. Contudo, também este assunto não era pacífico, argumentando-se com a má utilização dos livros, a sua danificação e o desrespeito dos prazos para controlar a tendência para uma maior divulgação do acervo bibliográfico da biblioteca desta associação. A resistência ao funcionamento da biblioteca popular reforça-se com afirmações peremptórias sobre o desinteresse dos “artistas” pela leitura, preterida face ao bilhar (divertimento)⁴⁷⁹.

- A Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento

Noutros casos, a ação filantrópica de alguns homens de valor e de poder antecipou-se ou complementou a intervenção municipal, na criação de bibliotecas populares, como aconteceu com a Sociedade Martins Sarmiento, criada em Guimarães (1881), por iniciativa de uma comissão constituída por Domingos José da Silva Júnior, Domingos Leite de Castro, Avelino Germano da Costa Freitas, José da Cunha Sampaio e Avelino da Silva Guimarães – um grupo de amigos desse homem da ciência escolhido para dar o nome à associação.

Para cuidar e disponibilizar o espólio documental e museológico que recebeu, a Sociedade assinou com a Câmara Municipal (1882) um contrato visando o estabelecimento de uma biblioteca “municipal e popular”, que foi sendo sucessivamente renovado, sem

⁴⁷⁷ Cf. O artigo As Bibliothecas Populares em Coimbra, assinado por Joaquim Martins de Carvalho, diretor do jornal *O Conimbricense*, 19/1/1875.

⁴⁷⁸ Cf. Idem, ibidem. O autor da matéria assume-se como membro desta associação.

⁴⁷⁹ Cf. *O Conimbricense*, 27/2/1875.

alterações apreciáveis nos aspetos essenciais: a definição do acervo que pertencia a cada uma das partes; o apoio financeiro da Câmara⁴⁸⁰ e o alcance da sua autoridade sobre a biblioteca⁴⁸¹.

Podemos dizer que se tratava de uma biblioteca “mista”, no sentido que o seu acervo documental tinha uma composição e propriedade partilhadas entre a Câmara, que apoiava com um subsídio anual, além das obras compradas inicialmente, e que a Sociedade Martins Sarmiento administrava; a outra parte, de natureza mais erudita, era propriedade da Sociedade (doações, aquisições...). Existia ainda um “gabinete de leitura” destinado apenas aos sócios. Estes mantiveram um serviço de ofertas regular e substancial, quer para a biblioteca, quer para o gabinete de leitura, onde eram recebidos jornais em troca da revista da Sociedade.

Tem sido tão importante o crescimento da bibliotheca de anno para anno, devido principalmente a valiosas e frequentes offertas que têm vindo publicadas na Revista, que actualmente possui já cerca de 17:000 volumes e folhetos (15 de Janeiro de 1894)⁴⁸²

No primeiro número da revista, publicado em janeiro de 1884, o presidente da Sociedade Martins Sarmiento, Avelino da Silva Guimarães, descrevia as motivações e os objetivos da instituição, enaltecendo o entendimento com a Câmara Municipal de Guimarães, na pessoa do seu presidente, que percebera o alcance da criação de uma biblioteca para complementar o trabalho desenvolvido na escola, a par de preocupações

⁴⁸⁰ No Contrato inicial, celebrado em 1 de Junho de 1882, o artigo 5º refere a obrigação da Câmara dar um subsídio anual de, pelo menos, 150\$000 réis, destinando-se um terço para a compra de livros e mais 150\$000 réis para a instalação da Biblioteca. Na renovação do Contrato, ocorrida em 22 de Janeiro de 1906, o artigo 5º menciona apenas a quantia anual de 50\$000 réis destinada pela Sociedade à compra de livros para a Biblioteca Municipal mas acrescenta uma 10ª cláusula onde estipula o valor anual de 800\$000 réis a entregar pela Câmara Municipal à Sociedade para “ocorrer às despesas com a Biblioteca e anexos e mais serviços postos a seu cargo”. Em 7 de Abril de 1915, foram introduzidas alterações às cláusulas 5ª e 10ª, passando a ser da responsabilidade da Câmara a aquisição dos livros a integrar na Biblioteca Popular Municipal, pelo que a verba destinada a esse efeito, 50\$00, devia ser deduzida do montante entregue pela Câmara à Sociedade Martins Sarmiento. Em 16 de Setembro de 1926 foram introduzidas outras alterações, o mesmo sucedendo em 1934 e em 1946. Cf. *Sociedade Martins Sarmiento : Documentos*. Contratos entre a Sociedade Martins Sarmiento e Câmara Municipal de Guimarães [em linha]. [acedido em 4/10/2015].

Disponível em <http://www.csarmiento.uminho.pt/sms_18.asp>.

⁴⁸¹ “A Biblioteca nunca deixará de ser propriedade municipal e somente serão propriedade da Sociedade as obras ou livros que ela adquirir a expensas suas, ou os que lhe forem oferecidos. (...)”, cláusula 3ª do Contrato de 1 de Junho de 1882, mantida no texto das sucessivas renovações do Contrato. Idem, *ibidem*.

⁴⁸² Relatório apresentado pelo diretor da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, em 15 de Janeiro de 1894, dando conta da evolução do acervo deste instituto de leitura e a conseqüente necessidade de estender a outras salas o espaço ocupado pela biblioteca. Registe-se ainda a indicação do número de ofertas (5. 385) em relação com o total de aquisições com o subsídio anual da Câmara Municipal (515), considerando o período entre 1883 e 1893. Cf. *A Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmiento em 1893*. 1894. pp. 12-13.

moralizadoras; bem como a colaboração de todos os vimaranenses que apoiaram desde o início esta iniciativa.

Por seu turno, neste mesmo número, o diretor da biblioteca, no relatório que apresenta ao presidente da Direção, elogia o crescimento e organização do fundo documental mas não se poupa a críticas à falta de apoio do Estado: o poder central contribuíra apenas com 164 volumes “... na sua maior parte folhetos de valor mais que duvidoso...” e nem alguns exemplares de relatórios dos ministérios, nomeadamente o das Obras Públicas, cedeu para a biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento.⁴⁸³

O horário de abertura era diurno e apenas nos dias úteis mas praticou-se desde sempre o empréstimo domiciliário. Esta biblioteca possuía uma coleção variada mas com clara predominância das obras da secção de “Bellas artes e bellas letras”⁴⁸⁴ (44,21%), seguida das de “Sciencias sociais” (30,31%). A sua responsabilidade na promoção da leitura terá ido muito além dos valores apresentados nas estatísticas publicadas na *Revista de Guimarães*, como faz notar Domingos de Sousa, diretor da biblioteca, sobretudo depois de 1888, um ano charneira, data da mudança de instalações para o edifício que ocupa atualmente.

- Outras iniciativas:
 - Lamego

Foram várias as diligências para a criação de escolas e bibliotecas por parte de associações de inspiração laica ou religiosa, evidenciando o propósito de contribuir para o desenvolvimento da educação nas camadas populares, como aconteceu com a “Associação Instrução Popular”, instalada em Lamego, em 1871, por “alguns mancebos que, obscuros embora e humildes, se sentem assás opulentos de boa vontade e esperança.”. A criação de uma biblioteca constituía um dos principais objetivos desta Associação que visava “derramar livros na mais extensa área em que lhe seja dado empregar acção e esforço” com o intuito de promover a “instrução moral”. O elenco de assuntos/conteúdos dos livros a integrar no seu acervo era muito diversificado mas à cabeça enunciava-se a “Educação moral, civil e religiosa”, que constituía uma categoria independente da “Religião”, assim como a “Poesia” e os “Romances escolhidos” surgiam a par da “Literatura” e de mais

⁴⁸³ Cf. *Revista de Guimarães*, nº 1, Janeiro de 1884, p. 212.

⁴⁸⁴ A literatura representava 67, 84% desta secção, com uma significativa variedade de géneros, incluindo os mais populares.

outras sete categorias distintas, num total de doze assuntos diferentes (§8º Estatuto Programa). A abertura da biblioteca ao público era uma aspiração dos seus responsáveis mas estava condicionada pela existência de um bibliotecário, para além do número suficiente de livros.⁴⁸⁵

- Figueira da Foz

A “Biblioteca Artística 10 de Junho” foi uma das múltiplas iniciativas desta natureza levadas a cabo para comemorar o tricentenário de Camões⁴⁸⁶.

Foi obra de um grupo de artesãos que se reuniu com o intuito de criar uma biblioteca onde se pudessem instruir e recrear. Esta biblioteca funcionou durante 15 anos, no estabelecimento de tabacaria de Joaquim da Silva e Sousa Júnior, na Praça Nova, sempre no meio do “indiferentismo” e da crítica dos que precisavam mais dela.⁴⁸⁷

O duplo objetivo que presidiu à criação desta biblioteca ficou claramente plasmado nos seus Estatutos (Art. 2º) aprovados em 1883: “promover a instrução e diversão por todos os meios honestos e uteis”. Destaca-se o realce atribuído à função recreativa que, de certa forma, se sobrepõe à missão regeneradora e moralizante que era proeminente nas bibliotecas populares de criação oficial. À semelhança do que acontecia com outras bibliotecas particulares, a sua utilização destinava-se prioritariamente aos sócios mas estava aberta a outras pessoas mediante o pagamento de um determinado montante.

Numa fase seguinte deu-se a sua integração na Biblioteca Artística Figueirense, pertencente à Associação homónima, criada por um «grupo de estudiosos», em 1886. O Catálogo desta biblioteca foi publicado em 1889, contendo 264 de títulos⁴⁸⁸ mas aumentou até atingir cerca de 1.000 volumes, mantendo o carácter misto, de instrução e recreio, enquanto a Associação desenvolvia também um pendor mutualista para acudir aos seus sócios maioritariamente artesãos. O pagamento das quotas era certamente um óbice à

⁴⁸⁵ Cf. *Associação Instrução Popular*. Porto, 1871.

⁴⁸⁶ Maria Isabel Gaspar F. de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: as Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*. Tese de mestrado, 2013. [em linha]. [consultado em 28/8/2016]. Disponível em:

<<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4833/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%202022%20de%20julho%202013.pdf?sequence=1>>

⁴⁸⁷ A autora cita um periódico da época, *Gazeta da Figueira*, 13 de Setembro de 1913, p. 2.

⁴⁸⁸ Segundo a autora, 101 títulos eram obras de literatura nacional e estrangeira em vários volumes. Os autores que se destacavam eram Júlio Verne (35 títulos); Ponson du Terrail (16 títulos); Camilo Castelo Branco (14 títulos); Xavier de Montepin (10 títulos); Alexandre Herculano (8 títulos - obras literárias e históricas); A. Dumas e E. Zola (6 títulos cada); Eça de Queirós (5 títulos).

adesão de um maior número de trabalhadores e à manutenção desta e de outras iniciativas similares. Nesta ordem de ideias, a longevidade da biblioteca e da associação, cujos estatutos foram publicados em 1907, não ultrapassou a segunda década do século XX, estando já votada ao abandono cerca de 1914.⁴⁸⁹

Outras iniciativas contemporâneas assumiram o mesmo objetivo de desenvolvimento da educação popular, através do ensino e pela facilitação da leitura, para o que era essencial a criação de bibliotecas. Todavia, todas parecem ter padecido da mesma enfermidade, o desalento a que se seguia o abandono por falta de recursos para manter os espaços e o desinvestimento progressivo dos sócios. Houve certamente casos de maior sucesso, à semelhança do que aconteceu com *A Voz do Operário*, mas não é o estudo destas bibliotecas populares que constitui o tema do nosso trabalho. Interessa-nos somente apresentar alguns exemplos da iniciativa particular e salientar os aspetos que permitam destacar a especificidade das bibliotecas populares oficiais.

As bibliotecas municipais de Lisboa

A ideia de criar bibliotecas populares suportadas pela Câmara Municipal de Lisboa, surgiu em 1873 e foi retomada mais tarde, em 1880, aquando da comemoração do tricentenário de Camões, uma efeméride que mobilizou recursos e iniciativas apelando à consciência cívica do povo português.

No entanto, foi só em 2 de Fevereiro de 1883 que surgiu a primeira biblioteca popular municipal de Lisboa. Cumprindo-se o desiderato apresentado por Teófilo Ferreira, o vereador para o pelouro da instrução: “dotar todos os bairros da capital de uma biblioteca popular”⁴⁹⁰. Inicialmente, foram criadas três bibliotecas em pontos diferentes: uma central, no bairro da Inveja, e duas outras nos bairros ocidental (rua de S. Domingos à Lapa) e oriental (rua do Paraíso) de Lisboa, conseguindo chegar a um total de sete bibliotecas municipais, no início da década de 1890.

Alegadamente por dificuldades financeiras esse número teve que ser reduzido mas assim mesmo o impacto destas bibliotecas no serviço de leitura pública foi muito significativo, em particular pela elevada representação de operários, em 2º lugar, depois do

⁴⁸⁹ Cf. Maria Isabel Gaspar F. de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: as Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*. Tese de mestrado, 2013, p. 207.

⁴⁹⁰ Cf. Cláudia Castelo - *A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa*, comunicação apresentada no âmbito da iniciativa "O Mês da Profissão de Informação-Documentação na Câmara Municipal de Lisboa". 2008.

grupo constituído por estudantes/homens de ciência e à frente dos funcionários públicos, no que respeita ao período de 1884 – 1890. Esta posição relativa mantém-se até 1910, muito embora tenha aumentado a distância face ao grupo dos estudantes que cresce bastante no início do século XX.⁴⁹¹

Como já tivemos oportunidade de referir, as bibliotecas municipais de Lisboa assumiram, mais do que qualquer outro instituto de leitura, um estatuto misto de bibliotecas populares e escolares, condicente com as funções a que se destinavam, refletidas nos tipos de leitura que prestavam, cuja evolução foi ganhando contornos diferenciados, desde o seu aparecimento até à implantação da República.

Em 1883 predominavam os leitores noturnos (53,6%) mas, a partir do ano seguinte, a primazia passou para a leitura domiciliária que não cessou de aumentar até 1898, quando iniciou uma tendência inversa, até desaparecer em 1909. Nessa data, já a leitura noturna recuperara a sua preponderância, sendo pontualmente ultrapassada pela leitura diurna, entre 1903 e 1907.

A biblioteca popular de Estremoz

A biblioteca popular de Estremoz destaca-se como um caso de sucesso no que respeita ao envolvimento da Câmara Municipal, na pessoa do seu presidente, José Pereira Deville, que criou, em 1879, a biblioteca e um museu anexo, duas iniciativas que foram abertamente elogiadas por responsáveis de outras autarquias

À semelhança de muitas outras bibliotecas, também a de Estremoz contou com o apoio de “... um grande número de cavalheiros...” que subsidiaram com “dinheiro e donativos”,⁴⁹² esta “obra de progresso” considerada “como mais importante auxiliar das escolas primarias e secundaria [do] concelho, e como um poderoso meio de propagar a instrução.”

O empenho de José Pereira Deville⁴⁹³ manifestou-se na sua oferta para ocupar as funções de bibliotecário deste novo equipamento, alegando a sua categoria profissional

⁴⁹¹ Cf. José Tengarrinha - *Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura*. 1983, pp. 217-218.

⁴⁹² Cf. ANTT, Lv. 10, proc. 51, Bibliotecas Populares (1880), onde se faz referência ao conteúdo e à numeração das atas da Câmara Municipal de Estremoz, sobre a instalação da biblioteca popular.

⁴⁹³ José Fernando Pereira Deville foi professor do ensino secundário de latim e francês em várias escolas: Caminha, Alcobça, Évora, onde foi também reitor e vice-presidente da Câmara Municipal. Desempenhou ainda outros cargos de gestão de instituições diversas de caráter assistencial e financeiro. Cf. *Grande*

(professor do ensino secundário) e a proximidade do espaço cedido para instalar a biblioteca popular: duas “cellas”, contíguas à “aula de instrução secundaria” que seriam convertidas em “gabinete de leitura”.

Foi igualmente aprovada a proposta de criação de um museu anexo à biblioteca, com “feição por assim dizer local, vindo a ser mais propriamente uma exposição permanente de varias industrias de Extremoz” tendo em vista “chamar a atenção do publico para a biblioteca popular”, além de “concorrer para despertar o estímulo entre os industriais.” As despesas a fazer com este museu ficavam a cargo de “beneméritos concidadãos que n’esta cruzada estavam associados [ao Presidente da Câmara]”.

Acervos bibliográficos e leituras

Os catálogos e os inventários das bibliotecas populares constituem um importante instrumento de análise dos conteúdos disponíveis para os seus utilizadores e para avaliarmos da sua especificidade enquanto institutos de leitura popular, intentámos fazer um levantamento que, estando longe de ser exaustivo, pudesse ser representativo, atendendo à natureza dessas bibliotecas: municipais ou criadas por associações e com uma abrangência geográfica igualmente significativa.

No quadro que se segue (**Quadro 4**) referem-se apenas algumas bibliotecas, deixando de fora outras, cuja informação, mais fragmentária, integrámos no texto escrito, por ser difícil a sua transposição para a mesma tabela.

Os dados apresentados elucidam sobre a natureza (e a quantidade) do acervo documental e bibliográfico que estava disponível e, de certa forma, constituem indicadores das práticas de leitura existentes nessas bibliotecas populares.

No que concerne a proveniência dos livros que integravam cada uma das bibliotecas apresentadas, é preciso distinguir os que eram “propriedade do Estado”, maioritários numas bibliotecas (Civilização Popular) mas irrelevantes noutras (Oleiros), das obras que integravam o Catálogo por doação e das que eram adquiridas. Estas parecem-nos mais representativas da orientação que se desejava imprimir à biblioteca, dizem mais sobre os seus leitores do que as obras entregues pelo Estado que são muito semelhantes entre si e abundantes em folhetos e publicações de natureza institucional.

Quadro 4 - Títulos dos Catálogos e Inventários das Bibliotecas Populares⁴⁹⁴

Classes/ Assuntos	I Centro Promotor (1870-72)	II Civilização Popular (1875)	III Oleiros (1879) 385 vols.	IV Lagos (1880)	V Estremoz (1880)		VI Tomar ⁴⁹⁵ (1882)	VII Grém Ilust Popular C.Vide (1899) ⁴⁹⁶
Obras gerais	6	14	8	31	9	-	31	38 ⁴⁹⁷
Revistas/ jornais	1	11	1	3	-	-	1	22
Ciências Sociais, Política	58 (18,64%)	73 (20,67%)	33 (16,66%)	69 (22,33%)	29 (20,27%)	53	72 (14,60%)	84 (13,54%)
Religião	75 (24,11 %)	95 (26,91%)	25	10	7	15	25	44 ⁴⁹⁸
Filosofia	13	9	3	6	1	13	12	17
Ciências Puras	8	12	17	38	9	6	22	38
Ciën. Apli/Artes	20	19	12	26	23	6	40	40
História e Geografia	75 (24,11 %)	57 (16,14%)	43 (21,71%)	82 (26,53%)	36 (25,17%)	48 (16,21%)	125 (25,35%)	84 (13,54%)
Literatura e Filologia	45 (14,46%)	56 (15,86%)	45 (22,72%)	55 (17,79%)	15	80 (27,02%)	111 (22,51%)	249 (40,16%)
Educa. / Literat. popular e Civildade	10 (3,21 %)	7	11	19	14	75 (25,33%)	57 (11,56%)	4 ⁴⁹⁹
Total	311 Estado	353 Estado 79%	198 Doação 81,5%	309 Estado	143 Estado 18,5%	296 Aquisição	493	620
Estrangeiras	19 (6,10 %)	11 (3,11%)	9 (19,69%)	21 (6,79%)	1 (0,69%)	9 (3,04%)	104 (20,9%)	207 (33,39%)

Fontes: Catálogos (I, II, III, IV, V,); Câmara Municipal Tomar (VI); Inventário (VII)

⁴⁹⁴ Dada a diversidade de critérios utilizados na classificação das obras das bibliotecas coevas (públicas, municipais...), optámos por organizar um quadro que se aproxima do sistema de classificação decimal (CDU), criado por Melvil Dewey em 1876 mas generalizado muito depois. Destacámos duas categorias que têm uma particular relevância para o estudo da especificidade das bibliotecas populares: “literatura popular e civildade” que decidimos associar por se referirem à mesma dimensão popular e “jornais e revistas”, suportes de leitura que vão assumindo uma crescente importância na “educação popular”.

Para ter um critério mais uniformizado e também pela impossibilidade de tratamento de tantos dados, usámos sobretudo a informação relativa aos livros oferecidos pelo Estado. Os quantitativos de obras estrangeiras integram as diferentes classes/categorias apresentadas.

⁴⁹⁵ Os dados apresentados baseiam-se no estudo efetuado por Filomena Maria do Carmo Marques Galvão, para a sua tese de mestrado a que já fizemos referência, com algumas correções introduzidas pela nossa investigação na Biblioteca Municipal de Tomar. As informações foram recolhidas mediante consulta do fundo local, onde estão integradas as obras da primitiva biblioteca popular. A autora refere que, no total, considerando as obras com registo e sem registo, seriam 612. Segundo o jornal da época “A Verdade”, à data da inauguração da Biblioteca, encontrar-se iam cerca de 1194 documentos, entre mapas, folhetos, jornais e almanaques, documentos esses, cujo paradeiro é desconhecido.

⁴⁹⁶ Data do inventário da autoria do presidente do Grémio, José Frederico Laranjo, homem de leis e de uma longa carreira parlamentar, conforme referência feita por Filomena Sousa Bruno no seu livro, *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011, pp.72 e 95-96. Utilizámos os dados trabalhados pela autora, adaptando-os à classificação aqui apresentada, o que significou agrupar algumas das 22 categorias indicadas na sua obra.

⁴⁹⁷ Inclui 4 obras “sem categoria definida”.

⁴⁹⁸ Inclui obras de “Educação Cívica” que, nas restantes bibliotecas, estão integradas numa categoria separada da “Religião”, juntamente com outras obras de traços “populares”.

⁴⁹⁹ Apenas as obras identificadas como de “instrução popular”, muito embora entre os 179 romances se encontre também um significativo número de obras “populares”.

Quanto às doações, tinham o pendor do seu doador e, dependendo da quantidade e das características das obras, podiam representar bibliotecas dentro das bibliotecas, solicitando-se muitas vezes condições especiais para a sua arrumação e para serem disponibilizadas aos leitores.

Uma primeira observação que o quadro sugere respeita à quantidade de livros em língua estrangeira, que é manifestamente superior na biblioteca do Grémio Ilustração Popular - Castelo de Vide, correspondendo a 33,39 % do total dos títulos existentes na biblioteca, o que não parece muito condicente com a natureza de uma biblioteca “popular”. A explicação pode encontrar-se na formação do presidente do Grémio, José Frederico Laranjo, um jurista e cuja carreira política/parlamentar justificava uma maior inclinação para acolher na sua biblioteca obras em língua estrangeira.

Na Biblioteca de Tomar a quantidade de títulos em língua estrangeira era também muito significativa (20,9%). Nesta biblioteca as obras de natureza eminentemente popular ocupavam uma assinalável posição (11,56%). Ao contrário, na biblioteca do Grémio Ilustração Popular, as obras relacionadas com a instrução popular eram residuais (apenas quatro), ainda que muitos dos títulos pertencentes ao grupo da literatura, que representava mais de 40% do fundo documental, pudessem ser considerados literatura popular.

Nas bibliotecas de Estremoz e Oleiros a classe da literatura era igualmente predominante, enquanto nas bibliotecas de Lagos e do Centro Promotor das Classes Laboriosas, dominava a classe das obras de História e Geografia. Nesta última biblioteca, de efémera existência, as obras de temas religiosos ocupavam uma idêntica posição (24,11%). Regista-se uma valorização semelhante na biblioteca da Associação Civilização Popular, onde as obras de religião ocupavam o primeiro lugar com 26,91% , ficando em segundo lugar as obras de cariz social e político, com pouco mais de 20% . Destaca-se, em Estremoz, a elevada percentagem de livros de cariz popular que foram adquiridos (25,33%). Este facto é denotativo do interesse em transformar esta biblioteca numa biblioteca popular, ajustando o seu acervo bibliográfico às eventuais solicitações dos leitores.

É de sublinhar o facto de se tratar de catálogos ou inventários com escassas centenas de livros e folhetos, onde domina a diversidade de assuntos, com uma

representação distribuída pelas diferentes classes, que em poucas situações ultrapassam os 25%, exceto na biblioteca do Grémio Ilustração Popular, onde a literatura atingiu 40%.⁵⁰⁰

Não obstante o interesse revelado pelo conhecimento da composição dos acervos bibliográficos, é nos registos que encontramos as evidências da sua utilização pelos frequentadores das bibliotecas, leia-se dos leitores e da leitura.

- Grémio de Ilustração Popular e Sociedade Martins Sarmiento

Afigura-se interessante a comparação de algumas práticas das bibliotecas do Grémio de Ilustração Popular em Castelo de Vide e da Sociedade Martins Sarmiento em Guimarães, contemporâneas e com alguns traços semelhantes, apesar da distância geográfica que as separava e de se tratar de localidades com áreas e populações muito distintas.

Ambas surgiram por iniciativa de particulares, assumindo um carácter associativo, e com acentuada influência da orientação impressa pelos seus fundadores desde os primeiros tempos: um traço mais popular e provinciano na instituição alentejana e um rasgo mais científico e erudito nas realizações da Sociedade Martins Sarmiento, muito embora preservando o interesse pela cultura local e em particular pela revelação do património arqueológico local, patenteado na criação de um museu.⁵⁰¹

O acervo das duas bibliotecas mostrava-se muito discrepante: os escassos 620 títulos que figuravam no inventário de 1899 elaborado por José Frederico Laranjo, estavam longe de competir com as 9100 obras identificadas no catálogo da Sociedade Martins Sarmiento uma década antes, em 1888.

Quanto à distribuição dos assuntos, apesar da assinalável diferença que existia entre as duas bibliotecas, destacando-se o facto de o catálogo da Sociedade Martins

⁵⁰⁰ Contemporâneas destas bibliotecas, as bibliotecas escolares francesas contaram com o acompanhamento de uma Comissão que se encarregou da elaboração dos catálogos. O segundo, datado de 1875, inclui 1586 títulos de obras, divididas e classificadas em treze classes distintas. As mais representadas são a “História e Biografia” com 295 (18,6%), seguida da “Literatura” – 273 obras (17,21%) e das “Ciências Físicas e Naturais” (237 títulos – 14,94%). Contudo, se considerarmos em conjunto a “Literatura” e os “Clássicos”, o valor é superior: 375 obras, correspondente a 23,64% do total. A diferença mais assinalável em relação às bibliotecas populares é a presença de um número significativo, ainda que considerado insuficiente, de títulos para crianças (113 – 7,12%). A justificação encontra-se no facto de se tratar de bibliotecas escolares, destinadas a servir a população infantil, o principal foco das atenções dos governos franceses, nas décadas de 1860 e 1870, muito embora garantissem também o empréstimo de livros aos pais dos alunos. Cf. Jean Hébrard –As Bibliotecas Escolares. In, *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*, 2004, p. 72.

⁵⁰¹ Algumas bibliotecas populares e municipais tinham acoplado um museu popular: Estremoz, Guimarães – Sociedade Martins Sarmiento, Coimbra, Penafiel....

Sarmento apresentar algumas classes associadas, como era o caso das “Bellas-artes e Bellas letras”, a literatura tinha um peso significativo, ainda que fosse superior em Castelo de Vide (40% contra os 30% da Sociedade Martins Sarmento, onde era ultrapassada pelas obras de “Sciencias sociais” com 30,31%).

Desde o início, a biblioteca da Sociedade Martins Sarmento recebeu várias publicações periódicas, em grande número entregues pelos seus sócios, como referimos anteriormente. À semelhança do que se verificava com os livros, também a quantidade de jornais identificados no inventário da biblioteca do Grémio de Ilustração Popular de Castelo de Vide era muito inferior: apenas vinte e dois títulos.

Em comum, as duas bibliotecas apresentam uma larga maioria de jornais portugueses face aos títulos estrangeiros. A diferença mais assinalável consiste no facto de o inventário da biblioteca de Castelo de Vide não mencionar jornais generalistas mas apenas periódicos relacionados com diferentes especializações ou áreas científicas, onde se destacam quatro títulos relacionados com a agricultura, o que denota uma preocupação com os interesses das classes de trabalhadores locais.

Quadro 5 - Periódicos das Bibliotecas Populares

	<u>Sociedade Martins Sarmento</u> <u>Guimarães 1886 -⁵⁰²1893⁵⁰³</u>		<u>Grémio de Ilustração Popular de</u> <u>Castelo de Vide - 1899⁵⁰⁴</u>
Portugueses	107	85	17
Es trangeiros	4	4	5
Total	111	89	22
Es pecializados	5 (4,5%)	10 (11,23%)	8 (36,36%)

Fontes: *Revista de Guimarães* e M. Filomena Bruno, op. cit., p.101

Não é apenas na quantidade que reside a diferença entre as duas bibliotecas mas também na natureza dos títulos que nos são dados a conhecer. Os periódicos existentes na Sociedade Martins Sarmento eram mais representativos da imprensa regional portuguesa e os títulos estrangeiros incluíam jornais de diferentes países, enquanto a relação apresentada

⁵⁰² Cf. *Revista de Guimarães*, ano III, 1886, pp. 53-56.

⁵⁰³ Cf. *A Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmento em 1893*, 1894. pp. 22-24.

⁵⁰⁴ Cf. Filomena de Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011, pp. 99-101. Em muitos catálogos e/ou inventários das bibliotecas populares não são mencionados títulos de periódicos, o que não significa que não existissem mas talvez por não haver uma entrada regular a sua existência ser de curta duração.

pela Biblioteca de Castelo de Vide só tinha periódicos franceses e predominavam os títulos de natureza científica ou profissional.

Uma diferença essencial que assistia a estas duas bibliotecas era a ligação à Câmara Municipal e o apoio que esta lhes dispensava: no caso do Grémio de Ilustração Popular de Castelo de Vide não há referência a qualquer ligação mais estreita com a Câmara Municipal, nem ao subsídio destinado às bibliotecas populares, ao contrário do que acontecia com a Sociedade Martins Sarmiento que estabeleceu um contrato com a Câmara Municipal de Guimarães (1882) para garantir o seu apoio financeiro, situação que foi sendo automaticamente renovada, mantendo-se as condições iniciais.

Este facto, aliado ao prestígio dos mentores da criação da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, figuras com uma intervenção cultural e política consolidada e com tal influência no meio local que conseguiram manter, ao longo de décadas, um considerável número de sócios ligados à Sociedade, parece ter sido a pedra de toque que explica o extraordinário crescimento da Biblioteca, sem correspondência em qualquer outro instituto de leitura popular, no final de oitocentos.

O elenco dos sócios de cada uma das bibliotecas atesta uma presença quase exclusiva de homens, muito embora a SMS tivesse uma figura feminina entre os seus sócios honorários. Ambas tinham um reduzido número de mulheres entre os utilizadores das requisições domiciliárias.

- Tomar

A biblioteca popular de Tomar foi inaugurada com “pompa e circunstância” no dia 8 de Maio de 1882 no edifício da escola Conde Ferreira. Os *Anais do Município*⁵⁰⁵ dão conta da evolução das diligências para criar este instituto de leitura, que começaram a tomar forma ainda na década de 1870, muito embora só se concretizassem na década seguinte, associando-se a inauguração da biblioteca popular municipal de Tomar à comemoração do centenário da morte do Marquês de Pombal.

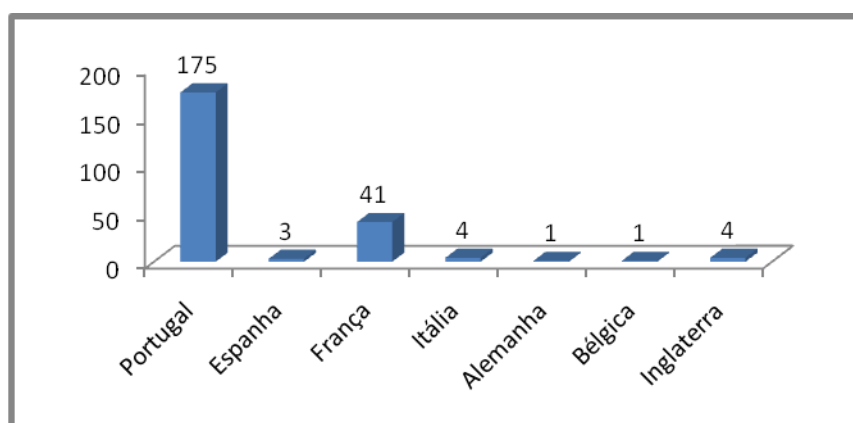
A câmara municipal apoiou a iniciativa com um subsídio de 200\$000, um significativo esforço para a autarquia, mas um montante que não era sequer suficiente para alargar o horário além das escassas 4 horas diárias que conseguia assegurar, concentradas no período noturno (até cerca das 10 h). O dinamismo desta biblioteca manifestou-se

⁵⁰⁵ Cf. *Anais do Município de Tomar: Crónica dos acontecimentos cívicos nos Séculos XVII, XVIII e XIX*, III, 1870-1901, p. 101.

através da realização de uma série de conferências públicas sobre diferentes assuntos, promovidas pelo presidente da Câmara Municipal, no sentido de incentivar o povo a saber mais e fomentar a sua gradual ilustração⁵⁰⁶.

A biblioteca popular de Tomar recebeu diversas doações de pessoas de origens sociais muito diversas, incluindo padres, militares e políticos de diferentes quadrantes, pelo que o seu fundo documental continha obras em diferentes línguas, ainda que predominasse o português, como se pode concluir através da amostra representada no gráfico, em que os títulos portugueses correspondem a mais de 76% dos 229 verbetes bibliográficos. Apesar de existirem algumas obras dos séculos anteriores, a maioria dos documentos era do século XIX (89,51%),⁵⁰⁷ com destaque para as edições da década de 1870 (32, 26%).⁵⁰⁸

Gráfico 5 - Obras da Biblioteca Popular de Tomar (origem da língua)



Fonte: Livro de verbetes da Biblioteca Popular de Tomar

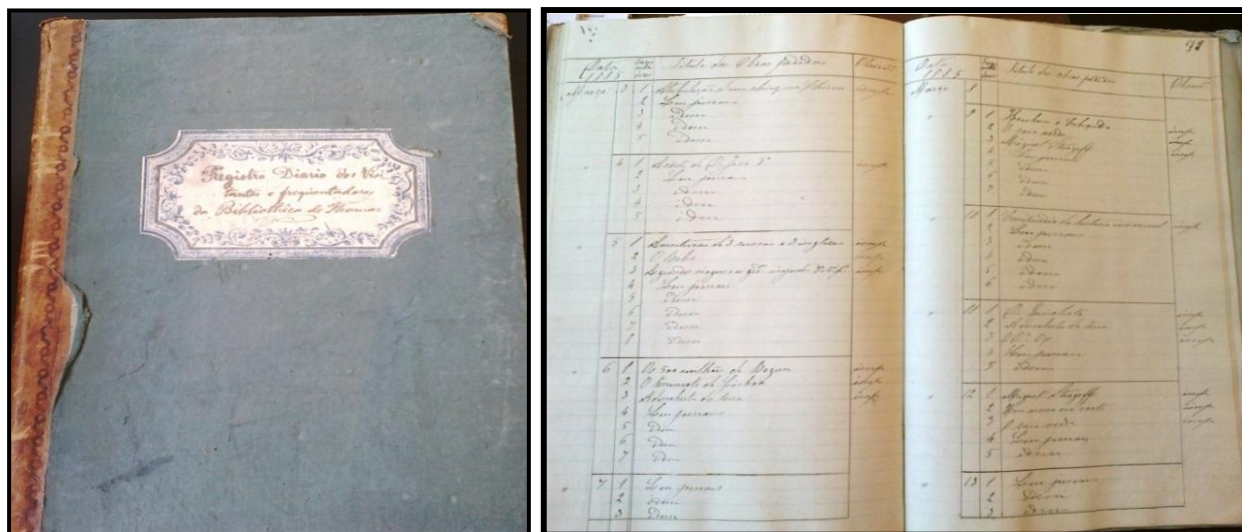
Foi possível estudar a utilização desta biblioteca a partir da análise do Livro de *Registro Diário dos Visitantes e Freqüentadores*, onde se anotava não somente o movimento no espaço da biblioteca mas também as obras que eram requisitadas para leitura domiciliária (**Figura 28**), muito embora este tipo de requisição tivesse um suporte próprio, o *Livro dos Termos de Emprestimo*, semelhante a todas as outras bibliotecas populares. Relewa-se aqui a curiosidade de o primeiro utilizador ter sido o presidente da Câmara Municipal de Tomar, Afonso Acácio Martins Velho.

⁵⁰⁶ Afonso Acácio Martins Velho era, à data da inauguração da biblioteca popular de Tomar, o presidente da Câmara Municipal. Homem de letras e bacharel em Direito, foi um destacável impulsionador da atividade da biblioteca.

⁵⁰⁷ Valor calculado a partir do total de 229 verbetes acima referidos.

⁵⁰⁸ Valor calculado a partir dos dados trabalhados por Filomena Maria do Carmo Marques Galvão para a elaboração da sua monografia e que dizem respeito ao fundo documental ainda existente (400 obras das quais, em 56 casos, se desconhece a data de edição.)

Figura 28 – Livro de Visitantes e Freqüentadores da Biblioteca Popular de Tomar



Fonte: Registo Diário dos Visitantes e Freqüentadores da Biblioteca de Tomar, 1882-1885

Um olhar mais minucioso sobre os três primeiros anos do funcionamento da biblioteca popular de Tomar, que vá além da contabilização dos seus frequentadores, revela não apenas a regularidade da frequência, mas também a sua natureza: o que procuraram os utilizadores desta biblioteca, se preferiram livros ou jornais e que tipo de livros, uma vez que os jornais não estão identificados.

Os elementos expressos no quadro sugerem-nos uma primeira observação respeitante ao atendimento do bibliotecário que registava apenas alguns títulos das obras consultadas, limitando-se a uma designação genérica de outras - “um romance” -, era o grupo que detinha a superioridade das escolhas (30,67%). De resto, juntando a este valor os demais leitores de obras literárias com autoria identificada, obtém-se uma clara maioria, na ordem dos 72, 16%.

A predominância da literatura popular, genericamente designada por “romance”, a que se juntam os livros de autores que atingiram consideráveis níveis de vulgarização, como Júlio Verne, entre os estrangeiros, Júlio Dinis e Pinheiro Chagas, no cômputo dos portugueses, é um sinal do cariz popular da biblioteca municipal de Tomar, bem como o relativo interesse denotado por outras obras populares, mas não elucidada sobre o seu impacto nas camadas inferiores da população nem esclarece acerca do papel desta biblioteca popular na promoção da leitura pública.

Quadro 6 - Leituras na Biblioteca Popular de Tomar (1882-1885)⁵⁰⁹

Classes /Área científica	Títulos	Quantidade de Requisições	
Gerais (dicionário, gramática)	5	26	1, 91%
História/ Geografia/ Sociedade	30	207	15,26%
Temas científicos	15	49	3,61%
Populares (manuais, etc.) ⁵¹⁰	12	62	4,57%
Literatura: autores mais lidos			
Júlio Verne	23	188	13,86%
Miguel Cervantes	1 - <i>D. Quixote de la Mancha</i>	37	2,72%
Júlio Dinis ⁵¹¹	4	74	5,45%
Alexandre Herculano	3	41	3,02%
M. Pinheiro Chagas	6	78	5,75%
Outros ⁵¹²	26	145	10,69%
Romances (sem identificar o título)⁵¹³	0	416	30,67%
Obras em francês	0	33	2,43 %
Total	125	1356	%

Fonte: Livro de Visitantes e Freqüentadores (1882-1885).

No entanto, pelo rastreio das fontes conseguimos apurar que houve alguns dias em que a biblioteca não teve freqüentadores, sendo que estes raramente atingiram uma dezena por dia e, durante um largo período, utilizaram a biblioteca apenas para a leitura de jornais, o que justifica a sua superioridade numérica em relação aos livros, na ordem de 1595 para 1356 requisições, no ano de 1884.

Para conhecer o universo dos leitores desta biblioteca, analisámos os registos de empréstimos disponíveis: dois livros, respetivamente para os períodos de 1882 a 1886 e 1887 a 1894. Os dados recolhidos, patentes no **Quadro 7**, revelam, a par de uma significativa diversidade de profissões, a clara predominância dos militares entre os

⁵⁰⁹ De acordo com a informação trabalhada por Filomena Maria do Carmo Marques Galvão, op. cit., pp. 58, 60, 61, corrigida pela pesquisa que realizámos no *Livro de Visitantes e Freqüentadores (1882-1885)*. Este documento contém indicações sobre a freqüência da biblioteca, nomeadamente os livros e jornais requisitados para ler no espaço da biblioteca ou para empréstimo domiciliário. É de realçar a relevância da leitura de jornais registada sobretudo no ano de 1884, um valor que ultrapassou um milhar de requisições, segundo os dados apresentados.

⁵¹⁰ Esta categoria inclui a *Biblioteca do Povo e das Escolas*, com 10 requisições.

⁵¹¹ Para além dos quatro títulos identificados: *As Pupilas do Senhor Reitor*; *Uma Família Inglesa*; *A Morgadinha dos Canaviais* e *Serões da Província*, contabilizaram-se aqui também as situações em que surgia apenas “Obras de Diniz”.

⁵¹² Inclui autores portugueses como Almeida Garrett, Andrade Corvo, Rebello da Silva e estrangeiros como Fernandez y Gonzalez, entre outros.

⁵¹³ No lugar do título refere-se “um romance”.

requisitantes de livros desta biblioteca para leitura domiciliária (36, 16%), seguidos dos empregados de comércio (11,78%) e dos trabalhadores, uma categoria que inclui os ofícios manuais e os operários. Relewa-se o facto de o número de proprietários ser superior ao dos estudantes.

O desenvolvimento industrial e o dinamismo económico de Tomar no século XIX podem explicar a representatividade de certas profissões, nomeadamente as que estão ligadas ao comércio e os trabalhadores (ofícios manuais adicionados aos operários), ambas com valores superiores a 10%. Quanto à preponderância de militares, a única explicação que encontramos para o facto prende-se à presença na cidade, no final da década de 1870, do Regimento de Infantaria nº 11, situação que o poder camarário não queria ver alterada, porque iria “afectar profundamente os interesses económicos da povoação e de todo o Concelho”⁵¹⁴.

⁵¹⁴ Quando se ventitou a hipótese da remoção deste Regimento para Abrantes, o presidente da Câmara Municipal de Tomar apressou-se a solicitar a intervenção do conde de Tomar para impedir que a medida fosse avante e, no mesmo ano, 1876, deu-se conta da realização de obras na “Estrada do Convento” que fazia o acesso ao edifício onde se localizava o Hospital Militar do Regimento de Infantaria nº 11 e onde residia a “maior parte das famílias dos oficiais do Regimento. Cf. *Anais do Município de Tomar*, III 1870-1901, 1967, pp. 118-119.

Quadro 7 – Empréstimos de livros na Biblioteca Popular de Tomar⁵¹⁵

Atividade /Área Profissional	Profissões	Requisições
Direito	9 (2,46%)	137 (3,15%)
Medicina (e farmácia)	14 (3,83%)	148 (3,40%)
Comércio	43 (11,78%)	398 (9,15%)
Escriturários	21 (5,75%)	318 (7,31%)
Funcionários públicos	26 (7,12%)	206 (4,73%)
Professores	12 (3,28%)	126 (2,89%)
Operários	16 (4,38%)	138 (3,17%)
Ofícios (manuais)	25 (6,84%)	142 (3,26%)
Outras profissões	20	258
Proprietários	26 (7,12%)	472 (10,86%)
Lavrador	1	1
Militares	132 (36,16%)	1792 (41,23%)
Estudantes	18 (4,93%)	208 (4,78%)
Capelão	1	1
Presidente da Câmara	1	1
Total	365	4346

Fonte: “Registo do Empréstimo de livros da Bibliotheca Popular da Camara Municipal de Thomar”, 1882-1886 e 1887-1894.

Numa tentativa de correlação dos dados apresentados nos quadros números 4, 6 e 7, que contém elementos sobre a leitura na biblioteca popular de Tomar, destacam-se os seguintes aspetos:

A literatura teve uma procura muito superior (72,16% - **Quadro 6**) ao investimento que foi feito no acervo inicial desta biblioteca (22,51% - **Quadro 4**), o que pode ser explicado pela utilização da generalidade das profissões elencadas no **Quadro 7**.

As obras de cariz popular, com um peso no catálogo na ordem dos 11,56%, só interessaram cerca de 4,57% dos leitores, eventualmente de classes trabalhadoras, apesar de estas terem uma representação superior no conjunto das profissões.

Os livros que integram a classe da “História e Ciências Sociais” correspondem a mais de 25% do acervo da biblioteca mas a sua utilização detém uma posição inferior (15,26%). Entre os seus leitores encontram-se certamente muitos militares.

⁵¹⁵ De acordo com os dados obtidos nos Livros de “Registo do Empréstimo de livros da Bibliotheca Popular da Camara Municipal de Thomar”, 1882-1886 e 1887-1894. Não foram considerados os registos sem elementos ou ilegíveis.

As percentagens foram calculadas a partir do total de profissões e de requisições.

Particularmente significativa, numa razão inversa ao que vimos para a literatura, parece ser a correlação entre existências e requisições de livros em língua estrangeira, na ordem de 20,9% (**Quadro 4**) para 2,43% (**Quadro 6**).

Um dos fatores que pode ter contribuído para este desencontro entre o acervo inicial da biblioteca popular de Tomar e a sua utilização pelos leitores, está relacionado com as ofertas de livros, que dizem mais sobre os seus doadores do que acerca da natureza das bibliotecas e do perfil dos leitores.

3.3. Evolução de leitores e leituras

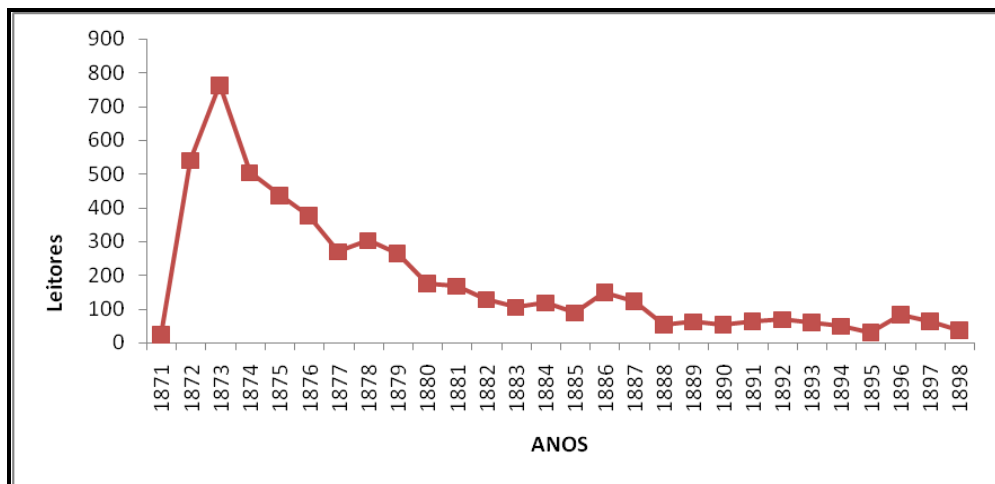
A natureza fragmentária, descontínua e pouco uniforme dos dados que conseguimos reunir para este painel de bibliotecas populares (ou de natureza popular) não permite mostrar, num mesmo registo, a evolução da quantidade de utilizadores destes equipamentos culturais. Se é certo que algumas destas bibliotecas foram já objeto de estudos parcelares, o recorte temporal não é exatamente o mesmo e os valores apresentam algumas discrepâncias o que dificulta a leitura num mesmo gráfico.

São muito escassos os trabalhos publicados sobre esta temática, considerando o período em análise e com uma abrangência mais global e sistemática, pelo que nos merece especial destaque o estudo elaborado por José Tengarrinha⁵¹⁶, em que o autor refere que houve um aumento da leitura na generalidade das bibliotecas portuguesas, registando e analisando as flutuações, a partir de variáveis de ordem económica e social. Na sua opinião, houve um crescimento da leitura até cerca de 1892-1895, decrescendo até 1905-1906 e voltando a aumentar nos anos próximos da implantação da República. O autor associa o desenvolvimento da leitura com os movimentos de crise, sejam económicas (anos de 1890) ou políticas (substituição da Monarquia pela República).

Naturalmente, sentimo-nos tentadas em confirmar a manifestação desta tendência nos institutos de leitura que constituem o nosso objeto de estudo ou pelo menos naqueles para os quais conseguimos apurar alguns dados estatísticos, ensaiando as correlações possíveis e pertinentes.

⁵¹⁶ *Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura*. 1983, p. 231.

Gráfico 6 – Leitores da Biblioteca do Grémio de Ilustração Popular⁵¹⁷



Fonte: *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011

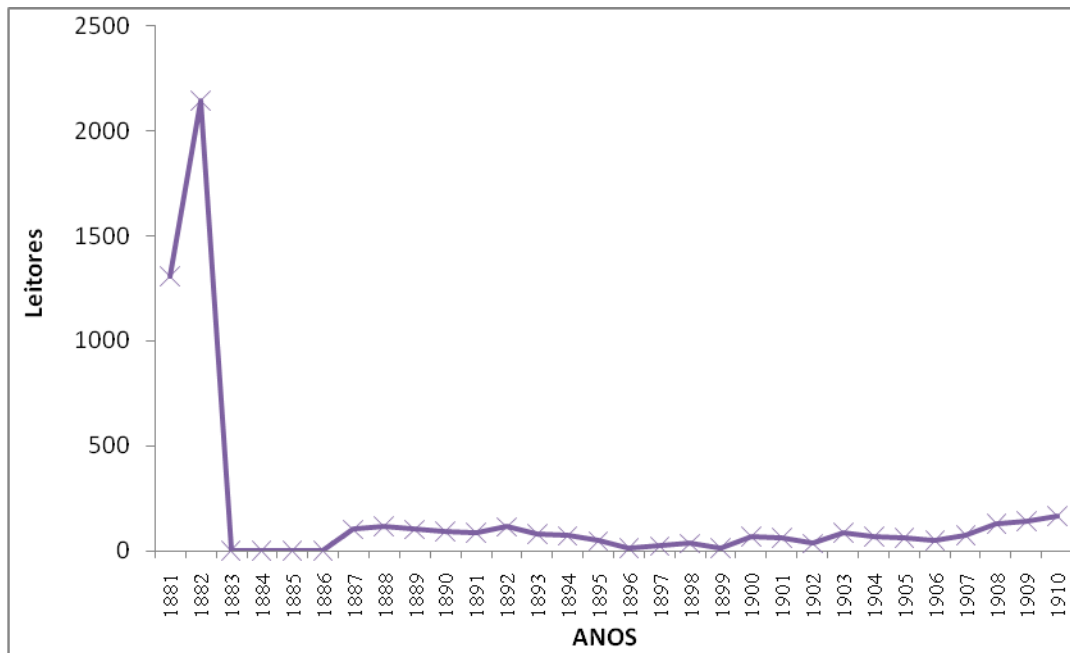
Todos os elementos analisados, quer os que aqui reproduzimos graficamente, quer os que constam de trabalhos que utilizámos para o nosso estudo, nomeadamente sobre as bibliotecas populares de Estremoz⁵¹⁸ e de Tomar⁵¹⁹, expressam linhas de acentuado aumento das leituras nos primeiros anos de existência, ainda na década de 1880 (1885 - Tomar e 1889 – Estremoz), seguindo-se um decréscimo dessa atividade (Estremoz) e até mesmo a paralisação da biblioteca, no caso de Tomar. Esta situação crítica reflete-se também na produção dos registos necessários para uma análise mais completa e segura do seu funcionamento.

⁵¹⁷ A partir dos dados apresentados por Filomena Sousa Bruno - *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011, pp. 104 - 105.

⁵¹⁸ Cf. Carlos Alberto Rebelo - *A difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas Populares*, 2002, pp. 158-159. Os dados recolhidos pelo autor referem-se à “consulta domiciliária”, entre 1880 e 1910. O número de leitores é muito baixo, começando com cerca de 20 e chegando perto de 90, o valor máximo, no final de 1888. A opinião do autor sobre a diminuição do movimento anual de leitores nas bibliotecas populares assenta na ideia de uma “transferência” para “outras bibliotecas de maior dimensão e características.”. Mesmo sendo uma possibilidade a considerar para alguns leitores, é preciso não esquecer que se estão a comparar utilizações distintas: a dos empréstimos com a frequência diurna ou noturna do espaço das bibliotecas públicas, como era o caso da de Évora a que o autor faz referência.

⁵¹⁹ Cf. Filomena Maria do Carmo Marques Galvão, op. cit., p. 50.

Gráfico 7 – Leitores da Biblioteca Municipal de Elvas⁵²⁰



Fonte: *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas: Apontamentos históricos*, 1915

Apesar de não se tratar expressamente de uma biblioteca popular, sendo municipal, Elvas assumiu desde sempre o seu carácter de biblioteca pública e, como tal, tinha a mesma missão civilizadora e de promoção cultural que competia às suas congéneres. O atribulado processo de criação, conduzido por uma comissão de distintos homens da terra, culminou na pomposa inauguração oficial a 10 de Junho de 1880, assinalando o tricentenário da morte de Camões.

As razões suscetíveis de explicar uma descida tão acentuada do número de leitores são avançadas pelo autor do estudo de onde retirámos os dados apresentados: “As más condições higiénicas do prédio em que está instalada a biblioteca poderosamente contribuem para o afastamento dos leitores; além de muito escuras, as salas são horrorosamente frias no inverno.”. Não obstante, o autor apresenta um conjunto de opiniões de visitantes e leitores que abonam a favor da biblioteca⁵²¹ e menciona o incremento do seu acervo, tornando-a “duplamente superior a cada uma das bibliotecas municipais de Beja, da Guarda e de Santarém”, o que suscita alguma confusão, fazendo-

⁵²⁰ Dados obtidos a partir do estudo coevo da autoria de Alvaro Néves - *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas: Apontamentos históricos*, 1915, p. 94, em consonância com a informação publicada no *Anuário Estatístico de Portugal*.

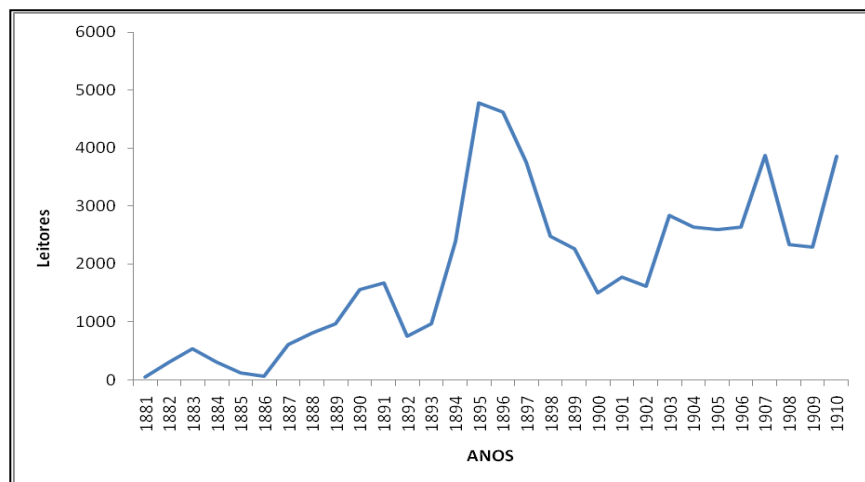
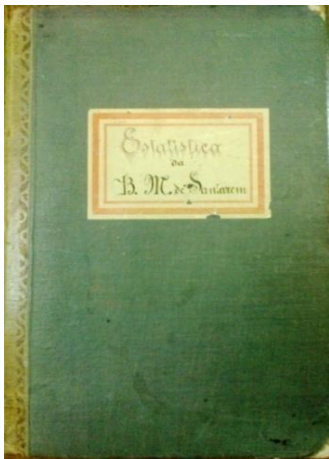
⁵²¹ “É um estabelecimento verdadeiramente importante, não só pelas numerosas obras que encerra, como também pela boa disposição e aceio em que está tudo, o que é devido ao seu zeloso e inteligente bibliotecário António R. Masrgalho “ (3 de Julho de 1888). A mesma opinião positiva da biblioteca e do seu “exímio bibliotecário sr. Manuel Joaquim das Torres”. In Álvaro Neves, op. cit., 1915, p. 93.

nos supor que podem ter existido outras razões para tão brusca queda ou que se trate de um engano nos números de registo apresentados para os primeiros anos e que ainda não constavam no Anuário Estatístico.

Inaugurada no mesmo ano e integrada num contexto comemorativo semelhante, a biblioteca municipal de Santarém manteve uma evolução mais consistente e equilibrada em todas as vertentes: leitura na biblioteca (diurna / noturna) e domiciliária.

Gráfico 8 – Leitores da Biblioteca Municipal de Santarém⁵²²

Figura 29 – Estatística da B. M. Santarém



Fonte: Biblioteca Municipal de Santarém

Fonte: “Biblioteca Camões – Mostra Documental”, 2009

Não obstante, também nesta biblioteca é possível distinguir um período de acentuado crescimento do número de leitores e leituras, entre 1893 e 1896-1897, a que se sucede uma notória descida, seguida por um novo aumento, apesar de menos acentuado, a partir de 1903-1904, até às vésperas da implantação da República⁵²³. À semelhança do que acontece com outras bibliotecas, carecemos de elementos para uma melhor explicação destas oscilações, até porque é preciso atender ao facto de os valores apresentados se referirem à totalidade de leituras mas, no caso desta biblioteca, a partir de 1901 deixou de se registar o movimento noturno que apresentava valores superiores à leitura diurna e à

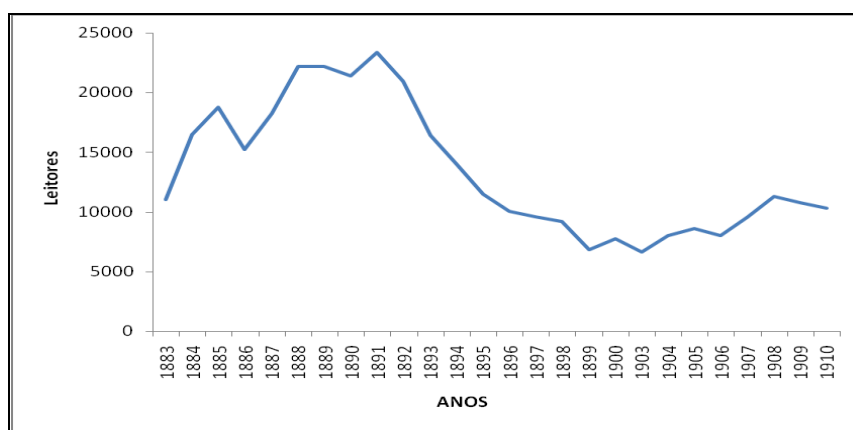
⁵²² Os dados recolhidos no *Anuário Estatístico de Portugal* estão de acordo com os “Mappas de Estatística da B.M de Santarém”. Segundo a informação recolhida na brochura *Biblioteca Camões – Mostra Documental*, da autoria da Biblioteca Municipal de Santarém, 2009.

⁵²³ Este ritmo está mais próximo da lógica apresentada por José Tengarrinha, “Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura”, 1983.

domiciliária. A razão oficial para a extinção do horário noturno, falta de leitores, não é condizente com a evolução verificada e os valores apresentados.⁵²⁴

Nas bibliotecas municipais de Lisboa, a curva que representa a evolução do número de leitores (nos três modelos de leitura: diurna, noturna e domiciliária) mostra uma configuração distinta da que observámos para a biblioteca municipal de Santarém mas pode equiparar-se no sentido, apesar da diferença dos valores em questão e de não haver uma absoluta coincidência entre as duas linhas, uma vez que, no caso das bibliotecas de Lisboa, os pontos mais altos situam-se entre 1888 e 1891, seguindo-se uma linha decrescente até 1903, quando começa a registar-se uma ligeira subida.

Gráfico 9 – Leitores das Bibliotecas Municipais de Lisboa⁵²⁵



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal. Anos de 1886,1892,1900,1904-05,1908-10*

A biblioteca popular municipal de Guimarães, pertencente à Sociedade Martins Sarmiento, não é mencionada no *Anuário Estatístico de Portugal*, pelo que tivemos de recorrer a fontes muito diversas, incluindo o seu boletim e a *Revista de Guimarães*, órgão oficial da Sociedade Martins Sarmiento, a par dos registos contemporâneos feitos em diferentes livros e com pouca sequencialidade. Desta forma, optámos por referir a informação respeitante às obras requisitadas, de que conseguimos obter uma série mais completa, ainda que com um hiato num importante período de ligação entre o final da monarquia e o início da I República.

⁵²⁴ Idem, p. 216. O autor apresenta um quadro com as percentagens para cada tipo de leitura.

Segundo informação recolhida na brochura “Biblioteca Camões – Mostra Documental” da Biblioteca Municipal de Santarém (2009), a leitura noturna iniciou-se em 1883 e terá deixado de funcionar em 1904 por falta de leitores. No entanto, no *Anuário Estatístico* deixam de publicar informações em 1901.

⁵²⁵ Os dados referem-se ao conjunto das quatro bibliotecas municipais que são mencionadas no *Anuário Estatístico de Portugal* (1.º, 2.º, 3.º e 4.º bairros), ainda que a distribuição não seja equitativa ao longo do período em estudo.

Não obstante os valores serem superiores quando se trata das obras requisitadas, a tendência é semelhante ao que já referimos para as outras bibliotecas, situando-se o pico de requisições no ano de 1892, entre outras razões, comuns às várias bibliotecas, sobretudo porque houve uma mudança de instalações em 1888 o que terá contribuído muito para melhorar o acesso à biblioteca e o aumento das requisições.

Figura 30 - Livro dos Empréstimos

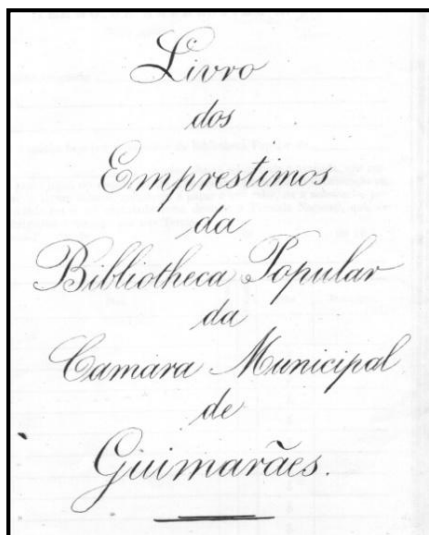
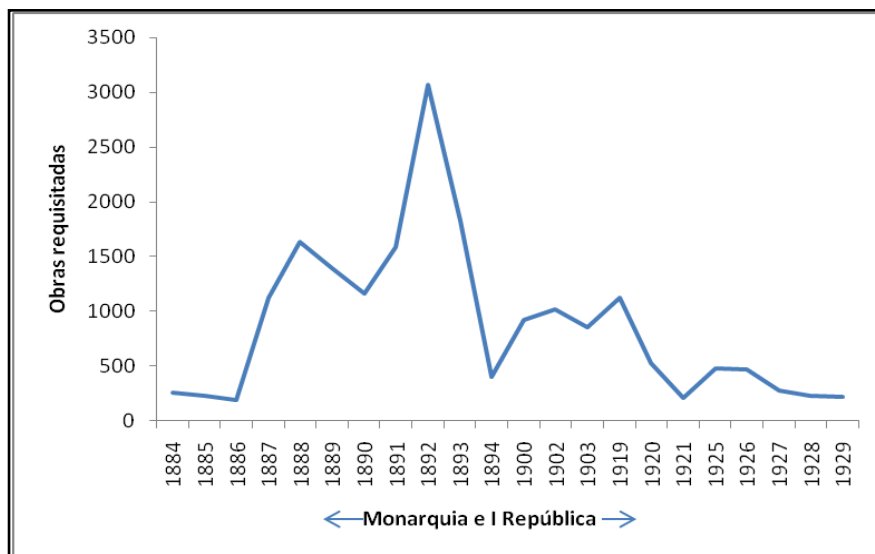


Gráfico 10 – Requisições na Biblioteca Popular de Guimarães



Fontes: Lv. dos Empréstimos, Lv. de Requisições e Lv. do Movimento da Biblioteca Popular de Guimarães

Perante a inexistência de informações suficientemente claras que nos permitam compreender a diminuição das leituras nas bibliotecas populares, após uma fase inicial de crescente afluência, importa refletir sobre alguns argumentos e explicações apresentados para ensaiar uma aproximação à verdade dos factos.

Se a questão logística nos parece um elemento importante para avaliar o grau de atração ou afastamento das bibliotecas, a constituição dos catálogos e a qualidade do serviço prestado, merecem tanta ou mais atenção e, nesta matéria, sabe-se que depois de um período de investimento para o lançamento do(s) projeto(s), coincidente com a inauguração dos espaços, apenas algumas bibliotecas conseguiram manter um fundo documental atualizado e disponível para consulta e requisição domiciliária. Esta parece-nos ser a razão imediata que mais contribuiu para a diminuição patente nos registos.

O argumento de uma “transferência” de leitores para outras bibliotecas, nomeadamente as públicas, apesar de sugestivo de uma circularidade que julgamos ter existido, não pode ser generalizado, dado o reduzido número de bibliotecas deste tipo e

principalmente a distância que as separavam dos leitores de Estremoz ou Tomar, por exemplo. Mas é preciso considerar as bibliotecas escolares que se foram constituindo e as múltiplas associações com oferta de livros e jornais à leitura que, não sendo pública, podia chegar a muitas famílias. Seria necessário um levantamento exaustivo para cada um dos distritos para termos uma ideia mais precisa do papel desempenhado por estes institutos de leitura particular que não constituem objeto de estudo do nosso trabalho.

Outrossim, sabemos que a frequência de algumas bibliotecas populares, em determinados anos, ficou a dever-se mais à vontade de ler jornais do que à apetência para consulta de livros, como foi o caso da biblioteca de Tomar, sobretudo em 1884, quando o número de jornais consultados (1595) ultrapassou claramente o total dos livros (1356). Este facto leva-nos a crer que, sem possuir periódicos diversificados e atualizados, a biblioteca perdia em larga medida o interesse para os seus utilizadores que procuravam noutros espaços a leitura dos jornais.

Da informação avulsa que fomos compilando, destaca-se o caso da biblioteca do Liceu Nacional da Horta que teve, em 1876-77, uma frequência muito superior de visitantes que consultaram jornais (576), em relação aos que se interessaram por livros (241) versando sobretudo temas de História, além dos que estavam relacionados com as disciplinas leccionadas no liceu.

O empenhamento inicial denotado por algumas individualidades municipais, que assumiram o papel de mediadores culturais por vontade própria, diletantes, ou movidos por aspirações políticas, na esteira do exemplo dado por D. António da Costa, não foi suficiente para compensar a falta de profissionais, bibliotecários, capazes de imprimir um ritmo constante e progressivo no funcionamento das bibliotecas populares criadas no último terço do século XIX e levar adiante a sua missão de promoção da leitura pública.

Em síntese, na falta de elementos oficiais ou opiniões abalizadas dos atores sociais contemporâneos, consideramos que é na confluência de vários fatores de ordem económica, social e política que reside a explicação para a tendência registada na evolução das primeiras bibliotecas populares.

A sedução da literatura

Quando retomamos a prospeção dos géneros mais lidos nas bibliotecas, no sentido de identificar traços específicos do seu carácter popular, rapidamente encontramos um

primeiro lugar para a literatura, quer se trate de bibliotecas populares ou públicas / eruditas, pese embora as críticas de que foi alvo esta preferência dos leitores⁵²⁶.

A literatura de evasão era receada e criticada pela burguesia dominante que queria manter afastado do seu efeito o povo iletrado. Por outro lado, os que pugnavam pelo combate ao analfabetismo também não era na leitura de romances que desejavam ver ocupada a atenção das camadas populares⁵²⁷. Não obstante, encontram-se algumas vozes dissonantes, que vêem nos romances um caminho para o desenvolvimento da educação⁵²⁸, fazendo potenciais leitores e utilizadores das bibliotecas, através de uma oferta de obras desse género literário, criteriosamente escolhidas “de modo a ilustrar o mais possível a grande fracção do publico que os lê.”⁵²⁹

As ideias sobre a importância e o significado da literatura refletem a tensão entre as perspetivas antagónicas do pessimismo conservador associado à cultura de massas, por oposição ao otimismo de uma visão liberal, um traço que marcou profundamente a “grande narrativa da cultura portuguesa, construída com base na tensão entre modernização e atraso ... presente nos programas pedagógicos relativos à instrução pública ...”⁵³⁰

- Setúbal

Nem a biblioteca popular de Setúbal foge a esta tendência (36,43% – literatura) apesar de uma diferença menor relativamente á história (29,60%) que, associada à geografia, tem uma representatividade que se aproxima da literatura (35,67%), muito

⁵²⁶ Não obstante, em todas as bibliotecas onde fizemos um estudo mais detalhado do fundo documental e/ou do movimento de leituras, encontrámos referência a uma obra essencial para a definição de um carácter popular desses institutos de leitura: *A biblioteca do povo e das escolas*, publicada em vários volumes e que versava uma grande diversidade de temas, tendo em vista a educação das camadas populares, constituída por trabalhadores do campo e das cidades.

⁵²⁷ A insistência na difusão de leituras instrutivas e práticas manteve-se desde meados do século XIX, quando o fundador das bibliotecas populares faz referência ao *Almanak do Cultivador* como a obra modelo para os agricultores, um livro “curioso e instrutivo” que devia ser utilizado como manual escolar. Na opinião de D. António da Costa, “a classe dos nossos cultivadores lê pouco. A difusão destes livros é de muita utilidade”. Cf. *O Leiriense*, nº 156, 5/1/1856.

⁵²⁸ “para se fazer a educação d’um individuo ignorante e necessario fallar-se-lhe primeiro ao sentimento, depois á razão e por ultimo a intelligencia.”. Cf. *Bibliothecas municipaes de Lisboa V, Froebel*, nº.19, 1884, p. 150.

⁵²⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁵³⁰ Cf. Diogo Ramada Curto – *Introdução. Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. 2009, p. 15.

embora o interesse dos leitores estivesse disperso por diferentes assuntos de forma relativamente equilibrada.⁵³¹

A relação de livros que é apresentada pela Câmara Municipal à tutela, na fase de organização da biblioteca (1875) contém cerca de quatro centenas e meia de obras com preços que variam entre os 200 e os 28.000 réis, onde se incluem apenas 10-12 obras de carácter essencialmente profissional, juntamente com uma meia dúzia de manuais de desenho e geometria, sendo a esmagadora maioria constituída por pedidos de obras de literatura e de assuntos de cultura geral, também cívica e moral/religiosa.

A justificação apresentada vai no sentido de proporcionar “... gratuitamente a leitura de livros aproveitáveis, principalmente às classes operarias, dando-lhes noções claras dos melhores systemas concernentes às arte se industrias e ministrando-lhes ainda conhecimento preciso na vida civil ...”⁵³²

- Bibliotecas municipais de Lisboa

Uma breve e pontual análise do movimento estatístico das bibliotecas municipais de Lisboa, em 1887 (meses de janeiro e março), aponta para uma utilização diferenciada da biblioteca central e das bibliotecas números 2 e 3, dado que, na primeira, ao contrário das outras duas, é superior a quantidade de obras de carácter científico/estudo requisitadas, relativamente à literatura. Dentro desta classe destacam-se os pedidos de romances, em qualquer uma das bibliotecas. A categoria designada por “geografia e viagens” também apresenta valores superiores a outras classes de natureza mais “científica” e prática. É com agrado que Feio Terenas⁵³³, uma das figuras responsáveis pelo desenvolvimento desta instituição, observa a tendência de evolução dos interesses dos utilizadores das bibliotecas municipais de Lisboa:

⁵³¹ Dados apresentados somente para o 4º trimestre do ano de 1899. Cf. Bibliotheca Municipal. In *O Elmano*, nº 587, 10 de Janeiro de 1900.

⁵³² Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3663, proc. 104, “Relação dos livros que se reclamam para a Bibliotheca Popular de Setubal”.

⁵³³ De nome José Maria de Moura Barata FEIO TERENAS, foi jornalista, republicano (um dos fundadores do PRP) e um empenhado defensor da instrução pública, tendo publicado em 1882 a revista *Froebel*: revista de instrução primária. O seu nome está associado à propaganda da educação cívica e do ensino laico, para o que fundou e dirigiu O Vintém das Escolas. Foi o responsável pela organização das bibliotecas municipais de Lisboa e o primeiro bibliotecário da Câmara Municipal da capital, exercendo funções de conservador na biblioteca municipal da Rua do Saco e tendo como ajudante Luz de Almeida (futuro Inspector das Bibliotecas Populares e Móveis).[em linha], [acedido em 7/8/2016]. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Froebel/FeioTerenas.pdf>>.

A maior parte d'estes leitores começaram por ler contos e romances, depois leram Júlio Verne e os nossos melhores poetas, hoje já alguns lêem os auctores de historia e geographia, consultam os mappas e as espheras, e consultam avidamente livros sobre artes e officios⁵³⁴.

De sublinhar que era a utilização domiciliária que contribuía de forma mais evidente para o quantitativo de pedidos, apresentando-se também com a distinção entre elementos “diurnos” e noturnos”.

- A Sociedade Martins Sarmiento

A propósito da qualidade da leitura, o diretor da biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, Domingos de Sousa, lamentava que algumas secções com obras de carácter mais prático, que podiam apoiar o desenvolvimento dos ofícios (instrução popular) no campo do comércio, indústria e agricultura, não fossem tão apetecíveis para os leitores, que mostram claramente a sua preferência pela literatura “... especialmente nos livros que servem apenas para fatigar o espirito, sem proveito de qualidade alguma para o leitor, e que ainda hoje são demasiado procurados.”. Adianta que alguma interferência deve ser feita de forma “cuidadosa e diligente da parte de quem estiver à testa d’este ramo de serviços”, no sentido de “...desviar a leitura dos livros de nenhuma ou duvidosa utilidade, attrahindo-a para aquelles que são de reconhecido valor.”⁵³⁵

De registar a preocupação expressa no boletim de 1895, no sentido de ter autores vimaranenses (nascidos ou cultores do conhecimento da cidade), criando para o efeito um “secção especial”.

O crescimento do fundo documental da biblioteca municipal de Guimarães não influenciou significativamente nas preferências dos leitores que continuavam a escolher muitos dos autores e títulos que tinham já uma procura significativa no final do século XIX, com destaque para Camilo Castelo Branco⁵³⁶. Na segunda década do século XX Eça de Queirós

⁵³⁴ Cf. Feio Terenas - Bibliothecas Municipais. In *Froebel*, nº 15 (1883), p. 113.

⁵³⁵ Cf. Domingos de Sousa - A Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmiento em 1893. In *Revista de Guimarães*, nº 1, 1894, p. 11.

⁵³⁶ A explicação para a preferência tão acentuada da bibliografia camiliana, ao longo de todo o período em estudo, reside no facto de se tratar de “... um repositório inesgotável de informações preciosas sobre a sociedade portuguesa da centúria oitocentista: condições de vida dos vários estratos populacionais, do campo e da cidade; hábitos alimentares, análise sociológica das relações entre as diferentes classes, estruturas mentais, diversidade de profissões e de rendimentos; acontecimentos políticos, independentemente do valor intrínseco da sua escrita (...) De registar ainda a dissecação psicológica dos indivíduos, onde se pode rastrear a ganância ou a generosidade, o amor e o ódio, as superstições e os processos de entesouramento; as motivações das relações entre marido e esposa, pais e filhos, homem e mulher.” Cf. Alexandre Cabral - *Camilo Castelo Branco: Roteiro Dramático dum Profissional das Letras*. 1980, p. 12. Camilo Castelo

contava-se também entre os autores mais procurados. O primeiro representa cerca de 20% das leituras de obras literárias em 1920 e cerca de 23% em 1921; enquanto o segundo detém cerca de 5,5% em 1920 e 8,48% em 1921. Em 1926 esse valor é, respetivamente, de 23,37% e 7,98%, para cada um dos escritores portugueses mencionados⁵³⁷.

Não obstante a relevância dos nomes apontados, o panorama das leituras prima pela diversidade, integrando obras de autores portugueses e estrangeiros, sobretudo franceses, destacando-se em cada ano alguns nomes, como aconteceu com o escritor brasileiro, José de Alencar, em 1920⁵³⁸.

No final da década de 1920 mantém-se as referências a Júlio Verne, Júlio Dinis, Almeida Garrett, mas divulgam-se também as obras de autores pouco ou nunca mencionados nas ultimas décadas de oitocentos: Manuel Ribeiro; Blasco Ibanez; Anatole France; Raúl Brandão⁵³⁹, entre outros. Este último, um “filho da terra”, tem também registo de leitor da Biblioteca Municipal de Guimarães.

Estes são alguns dos nomes que integram o quadro sinótico apresentado no capítulo seguinte, com a identificação dos autores mais procurados em algumas bibliotecas populares durante o período estudado, e onde se ensaia um mergulho no universo literário desses espaços culturais e de socialização.

- Outras bibliotecas

Lançámos um olhar sobre outros institutos de leitura que, pela sua designação e pelas finalidades expressas, pareciam identificar-se com os objetivos das bibliotecas

Branco foi um bom divulgador da sua obra e da sua visão sobre a sociedade oitocentista e fê-lo sobretudo através da imprensa, como se refere no capítulo seguinte. Tirou partido da liberdade de expressão e de uma admiração crescente que a sua obra desencadeou, para veicular críticas e valores, preferencialmente legitimistas e conservadores, de forma pouco coerente com a sua prática de vida, desafiante de uma moralidade e de um tradicionalismo na educação. Foi também essa ambivalência moral, a par do conservadorismo político, que cativou mais leitores para a literatura camiliana.

⁵³⁷ Cf. ASMS - *Livros requisitados dos anos 1925-1929* (Arq. 20). As percentagens referentes a cada um dos autores foram calculadas a partir dos valores da literatura.

⁵³⁸ José Martiniano de Alencar (1829 - 1877) dividiu a sua vida entre a política e a escrita, jornalística e de romances, iniciada em 1856 com a publicação da obra *Cinco Minutos*. Este foi um dos vários títulos requisitados pelos leitores da biblioteca municipal de Guimarães, que procuravam não somente os romances (*A viuvinha, O guarani, Lucíola, Iracema, O gaúcho, Alfarrábios, O sertanejo, Guerra dos mascates...*) mas também as peças de teatro, onde se destacam os seguintes títulos *As asas de um anjo, Mãe, O jesuíta*. Cf. José de Alencar. In *O Occidente*, N.º 2, 15 de Janeiro 1878.

⁵³⁹ Raúl Brandão viveu entre 1867 e 1930, com residência fixa em Guimarães a partir de 1896, onde exerceu funções militares, uma carreira que conciliou com a sua atividade literária, iniciada em 1890. *Os Pobres, Os Pescadores* e *As Ilhas Desconhecidas*, figuram entre as obras deste autor mais requisitadas nesta biblioteca.

populares, no sentido de perscrutarmos as diferenças e as semelhanças. Referimo-nos, em particular, ao Gabinete de Leitura “O Jardim do Povo”, que proclama a importância de “introduzir em todas as classes da sociedade o amor pela leitura, porque é o espírito do nosso tempo, e porque o estudo e a leitura tem sido para muitos o – remédio soberano contra os desgostos da vida.”⁵⁴⁰.

Esta instituição de leitura possuía uma coleção constituída por 1651 títulos de obras essencialmente de literatura portuguesa e francesa, como consta do título. Na verdade, o conjunto que se refere a obras escritas neste idioma contém apenas 216 referências (13,08%). A literatura portuguesa representa 38,4% do total, um valor muito próximo do que ocupavam as obras estrangeiras traduzidas – 47,42%. A representatividade dos autores portugueses no catálogo de “O Jardim do Povo” era muito significativa: cerca de duas centenas, com destaque para os 82 títulos de Camilo Castelo Branco (12,93%), uma quantidade superior à das obras de Júlio Verne (51) e Alexandre Dumas (41).

Numa outra ordem de ideias, queremos deixar um apontamento sobre as bibliotecas públicas, incluindo a Biblioteca Nacional, focando a(s) vertente(s) que as aproximavam mais da missão atribuída às bibliotecas populares, a saber, o serviço de leitura noturna e o empréstimo domiciliário. Em relação a este último só encontramos dados para a BN, destacando-se o facto de figurarem cinco registos femininos num conjunto de 248 termos, maioritariamente preenchidos com leitores de profissões liberais, funcionários públicos e várias outras, entre as quais se incluem os estudantes, os militares e até dois operários, para além dos trabalhadores que pertenciam à Biblioteca Nacional (porteiros, por exemplo).⁵⁴¹

Ensaçando uma comparação entre as bibliotecas públicas e entre estas e as populares, recolhemos informação sobre a leitura noturna relativa ao ano 1883, que se apresenta no **Quadro 8**, podendo destacar-se os seguintes aspetos:

Em todas as bibliotecas os estudantes representam a maioria dos leitores, ultrapassando 50%, exceto no caso de Évora.

A categoria dos empregados públicos figura em segundo lugar mas nesta biblioteca tem uma percentagem muito superior e o mesmo acontece com os militares.

Os empregados do comércio estão melhor representados na Biblioteca Nacional e na biblioteca pública da Guarda. Esta é a única biblioteca que não apresenta operários ou artistas na sua estatística de leitura para o período considerado.

⁵⁴⁰ Cf. *Catálogo do Gabinete de Leitura Portuguesa e Francesa O Jardim do Povo*. Porto, 1888, p. 10.

⁵⁴¹ O período analisado situa-se entre maio e agosto de 1899. Cf. AHBN, *Empréstimos de Livros*, Lv. 11, 1899.

Ao contrário, na biblioteca pública de Évora esta categoria profissional surge diferenciada dos artistas e com uma percentagem considerável – 7,18%, onde se incluem 19 ferradores, 2 calceteiros, 1 sapateiro e 1 cordoeiro.⁵⁴² Leram sobretudo obras da classe “Ciências Históricas e literatura” e apenas dois, em 23, consultaram jornais.

Quadro 8 - Leitura noturna nas Bibliotecas Públicas, 1883

	Braga (maio-set.)		Guarda (ago-nov)		Évora (fev.-maio)		Bib.Nacional (abr.-dez)	
Estudante	83	58,04%	88	52,69%	143	44,68%	2218	56,03%
Artista	12	8,39	0	0	3	0,93	554	12,99%
Jornalista	15	10,48	0	0	0	0	27	0,68
Emp. Público	18	12,58	16	9,58	99	30,93	386	9,75
Proprietário	5	3,49	6	3,59	3	0,93	11	0,27
Militar	6	4,19	13	7,78	45	14,06	206	5,02
Eclesiástico	4	2,79	1	0,59	0	0	5	0,12
Direito	0	0	4	2,39	1	0,31	9	0,22
Professor	0	0	20	11,97	0	0	16	0,40
Diplomata	0	0	0	0	0	0	5	0,12
Emp.Comércio	0	0	13	7,78	2	0,62	506	12,78
Médico	0	0	4	2,39	0	0	11	0,27
Engenheiro							4	0,10
Agricultor	0	0	2	1,19	0	0	0	0
Operário	0	0	0	0	23	7,18	0	0
Sem profissão	0	0	0	0	1	0,31	0	0
Total	143	%	167	%	320	%	3958	%

Fonte: ANTT, Ministério do Reino, mç. 3681, Lv.13, nº 7

⁵⁴² O período considerado é entre fevereiro e maio de 1883.

Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3681, lv. 13, n. 7.

3.4. Diversidade de iniciativas na I República⁵⁴³

Uma continuidade comprometida

No início do século XX a leitura ganha novos públicos nas camadas populares e também entre as mulheres e as crianças. O conceito de biblioteca flexibiliza-se e alarga-se a modelos e espaços de leitura muito diferenciados. Os hospitais e outros estabelecimentos similares, as trincheiras (durante a 1ª Guerra Mundial) mas também os jardins⁵⁴⁴, recebem bibliotecas móveis para servir o público leitor.

A finalidade social da biblioteca popular mantém-se um argumento muito forte para justificar a persistência deste modelo que poderia fornecer aos indivíduos os meios de fazer a sua autoeducação – *self education*. É recorrente o discurso da necessidade de disponibilizar leituras profissionalizantes, mais adequadas à formação das camadas populares, a par de outras com um carácter moralizador, próprias para moldar os espíritos mais indómitos, regenerando-os.

A fixação do modelo americano de biblioteca pública evidencia-se depois de 1910, enfatizando os critérios de utilidade e esbatendo as diferenças entre os “mais ricos capitalistas e os mais humildes proletários”⁵⁴⁵

No que concerne às bibliotecas populares mencionadas no ponto anterior, instaladas no último quartel do século XIX, a grande maioria converteu-se ou integrou as bibliotecas municipais, como já tivemos oportunidade de referir, bem como a situação em que se encontravam em plena governação republicana. Salienta-se a heterogeneidade do conjunto que continha bibliotecas em normal funcionamento e outras com défices tais que mal parecia terem recebido uma herança patrimonial, mesmo que pouco relevante.

⁵⁴³ A informação sobre esta temática é tão vasta quanto dispersa, pelo que a nossa abordagem não contempla alguns institutos de leitura de cariz “popular” mas que, pela sua especificidade, não se enquadram na definição de objeto de estudo que escolhemos tratar. Nesta situação encontra-se a biblioteca da Universidade Popular, a que já fizemos referência no I capítulo deste trabalho, que tinha como ideal tornar-se numa “biblioteca popular modelo”. Não obstante, a sua utilização era condicionada, aos sócios, e à sua capacidade económica, uma vez que as requisições faziam-se mediante a entrega de uma caução que nunca era integralmente devolvida, retendo-se as despesas de encadernação. Cf. A Biblioteca da Universidade Popular Portuguesa. In *Educação Popular*, abril de 1921, p. 12.

⁵⁴⁴ A criação de bibliotecas deste tipo foi cuidadosamente estudada por especialistas do campo artístico como se depreende pela nota publicada sob o título “Bibliotecas Populares”, na revista *Educação Nova*, nº 3, agosto de 1924, p. 16.

⁵⁴⁵ Cf. Organização de uma bibliotheca popular modelo. In *Revista de Educação Geral e Technica*, vol.II, nº 1, 1912, p.1.

Neste sentido, regista-se uma certa continuidade em algumas bibliotecas, pese embora as oscilações resultantes de fatores locais ou conjunturais de explicação pouco evidente. Tal é o caso das bibliotecas de Estremoz e da Sociedade Martins Sarmento.

Num ângulo diametralmente oposto, situamos as bibliotecas de Oleiros, Lagos e Tomar. No que respeita a esta última, as notícias veiculadas pela imprensa local transmitem uma ideia de apagamento da atividade anterior, retomando o discurso da necessidade de investimento nesta área.

Para a grande obra da instrução popular reputamos indispensável que pelo menos em todas as sedes de concelho se fundem bibliotecas populares (...). No nosso concelho deve-se começar a pensar a sério neste assunto. Consta-nos que há uma biblioteca municipal mas sem uma casa apropriada, sem um bibliotecário a quem se possa recorrer para consultar qualquer obra. Portanto, e primeiro que tudo, deve a Camara instalar a biblioteca numa casa própria e adquirir as obras indispensáveis à instrução popular (...)⁵⁴⁶

- Estremoz

A evolução registada nas bibliotecas populares “resistentes” não indicia um caminho de sucesso, como se pode verificar nos dados apresentados para Estremoz⁵⁴⁷. Sem termos acesso a Relatórios de atividade ou quaisquer outros documentos similares que nos facultassem dados mais concretos, procurámos na imprensa local alguma informação que esclarecesse a natureza das dificuldades que vislumbrávamos por detrás dos números que se referem aos leitores e às leituras desta biblioteca no período que se seguiu à implantação da República. Somos levadas a pensar que a falta de uma orientação bem definida por parte do responsável pela biblioteca, a par do desinvestimento, patente num aumento muito reduzido do fundo documental, podem ter contribuído de forma muito séria para esta evolução⁵⁴⁸.

De concreto, sabemos que o pedido de informação estatística feito a estas bibliotecas na primeira década do século XX, não terá sido plenamente satisfeito pelo que

⁵⁴⁶ Cf. Instrução popular. In *Écos de Tomar*, nº 125, 1924, p. 1.

⁵⁴⁷ Informação recolhida nos “Livros de empréstimo”: nº 1 – 7 abril 1880 a 18 maio 1887 (termos 1-200); nº 2 – 11 junho 1887 a 28 dezembro 1895 (termos 1 – 304); nº 3 – 15 julho 1896 a 25 setembro 1908 (termos 1-194); nº 4 – 29 setembro 1908 a 30 março 1916 (termos 195 – 382); nº 5 – 23 maio 1916 a 17 junho 1925 (termos 383 – 441). O livro nº 6 refere-se a um período que se situa totalmente fora do arco cronológico do nosso estudo, 1964 – 1968.

⁵⁴⁸ A evolução do Tombo da Biblioteca Popular de Estremoz, desde 1927, revela um aumento muito reduzido da quantidade de obras que constituem o acervo bibliográfico desta biblioteca: 41,75 em média no período de 1927 – 1930 e maioritariamente periódicos.

a Biblioteca Municipal de Estremoz foi incluída no 2º grupo, o das bibliotecas que apenas deram indicação do número de volumes existentes (**Quadro 3**), o que significa a existência de uma organização deficiente, à data do levantamento (1917)⁵⁴⁹.

Quadro 9 - Biblioteca Popular de Estremoz – Evolução das leituras

Anos	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1923	1925
Empréstimos	415	163	235	18	355	142	176	95	3	19
Termos/leitores	71	26	27	6	30	18	23	16	1	1

Fonte: Livros de Empréstimo da Biblioteca Popular de Estremoz, números 4 e 5

- Guimarães

No que concerne a biblioteca gerida pela Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, registou-se também uma diminuição do número de leitores, que está patente no **Gráfico nº 11** que apresentámos no ponto anterior e que detalhamos no **Quadro 10**, onde é possível observar também a natureza das leituras feitas na biblioteca popular municipal de Guimarães, constatando-se as similitudes com as restantes bibliotecas congêneres, em particular no que respeita à predominância da literatura, ainda que num sentido decrescente a partir da segunda metade da década de 1920.

Destaca-se a importância crescente da classe que inclui a História e a Geografia: em 1919 representavam cerca de 7% do acervo, aumentando até 30%, em 1927, para ficar perto dos 25%, no final do decénio de 1930. Seguindo um raciocínio semelhante ao que apresentámos para a biblioteca de Tomar, podemos relacionar a maior apetência pelos assuntos de História e Geografia com os leitores predominantes nesse período (**Gráfico 17**), militares e homens com formação académica superior (ou socialmente reconhecida como tal), dado serem mencionados nos livros de requisição como “Dr.”, ainda que sem qualquer indicação das respetivas profissões.

⁵⁴⁹ Nessa data e também em 1919, quando foi realizado o inventário das bibliotecas municipais, o acervo da biblioteca de Estremoz era de 1500 volumes. Cf. *Anuário Estatístico de Portugal*, anos de 1917 e 1919. Não há elementos para o início da década de 1920. Em 1927 os dados apresentados na mesma fonte são de 6 966 volumes existentes que foram consultados por 52 leitores, num total de 202 obras. Cf. *Anuário Estatístico de Portugal*, 1927.

Quadro 10 - Leituras na Biblioteca Popular Municipal de Guimarães

Classes /Área científica	1919	1920	1921	1926	1927	1928	1929	1930
Obras Gerais	4	13	6	7	-	4	5	4
Ciências Puras	8	2	-	5	7	3	3	2
Ciências aplicadas Artes	7	12	11	9	18	15	15	6
Ciências Sociais	14	12	18	48	23	16	21	6
Histór/Memór./Geo	57 6,68%	87 7,53%	42 8,015%	70 20,71%	95 30,06%	78 28,36%	56 24,66%	53 24,31%
Filosofia	7	1	2	3		9	3	2
Teologia/Religião	6	4	5	7	4	11	4	4
Literatura	714 83,7 %	949 82,16%	389 74,23%	338 65,5 %	316 67,66%	128 46,54%	98 43,17%	108 49,54%
Populares	3	2	15	1	-	-	-	-
Periódicos	33 3,86%	73 6,32%	36 6,87%	23 4,45%	3 0,64%	11 4%	22 9,56%	30 13,8%
Não identif./ilegível		-	-	5	1	-	-	3
TOTAL	853	1155	524	516	467	275	227	218
Obras estrangeiras (incluída nas classes)	-	130 11,25%	23 4,38%	23 4,45%	22 4,71%	24 8,72%	30 13,21%	30 13,76%

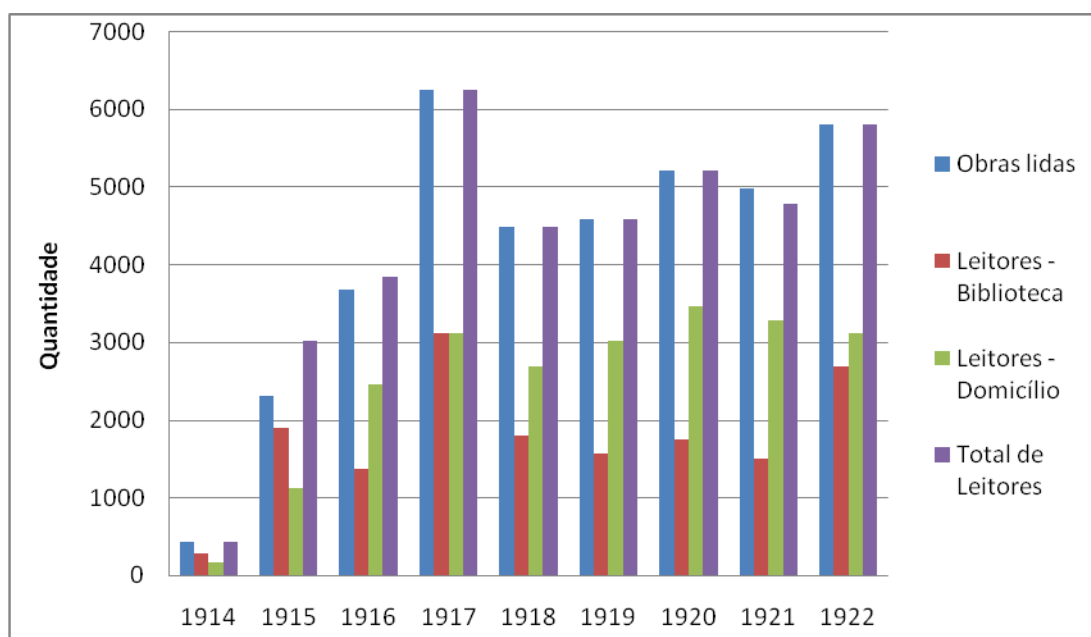
Fontes: Livro do Movimento e Livros de Requisições da Biblioteca da SMS

Bibliotecas populares do Porto

Num breve apontamento descrevemos a evolução das leituras nestas bibliotecas populares que funcionaram junto às escolas municipais mas cujos vestígios quase se esfumavam, não fora o registo publicado no *Anuário da Câmara Municipal* de 1923, de que demos conta no capítulo anterior (**Quadro 2**) e a partir do qual foi possível elaborar um gráfico para o período documentado.

Não encontrámos informações específicas relacionadas com a curta duração destas bibliotecas mas a análise dos relatórios de contas referentes ao período de existência declarada das bibliotecas mostra-nos um desinvestimento do executivo camarário nestes equipamentos culturais, passados os três primeiros anos, sabendo-se também que a década de 1920, no período do pós – guerra, foi particularmente difícil em termos económicos (e políticos). Seguro é que, entre as razões que contribuíram para a perda de importância destas bibliotecas não pode ser apontada a diminuição do número de leitores ou de obras lidas, como se pode constatar no gráfico. Os dois valores estiveram quase sempre muito próximos, destacando-se o ano de 1917 com uma quantidade superior de leitores e leituras, a que se seguiu uma quebra, recuperada até à data limite, 1922. O gráfico mostra também uma preponderância dos leitores domiciliários sobre os leitores nas bibliotecas, exceto nos anos iniciais de 1914 e 1915.

Gráfico 11 - Bibliotecas populares da Câmara Municipal do Porto



Fonte: Anuário da Câmara Municipal do Porto (1923)

Biblioteca Popular de Lisboa

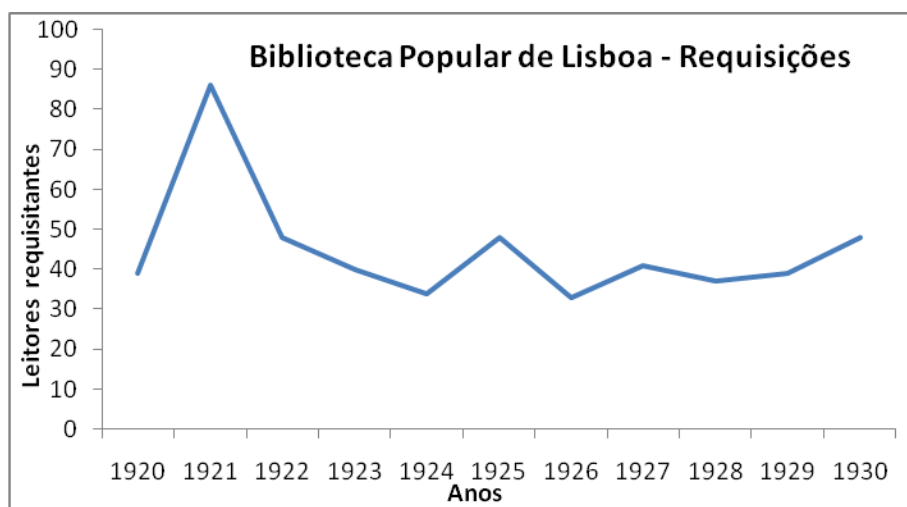
A criação mais singular deste período foi, como já dissemos, a Biblioteca Popular de Lisboa e as Bibliotecas Móveis. Retomamos neste ponto a informação já apresentada no capítulo que trata especificamente destes institutos de leitura, centrando-nos agora, sobretudo, no serviço de requisições domiciliárias da BPL para a década de 1920⁵⁵⁰.

A quantidade de pessoas que requisitaram livros durante o período entre 1920 e 1930 está muito aquém dos 800 inscritos na BPL, o número que é publicitado nos relatórios elaborados pelos responsáveis pela instituição⁵⁵¹. Numa década, sensivelmente, o número total de requisitantes rondou meio milhar (473), maioritariamente indivíduos do sexo masculino (85,19%), enquanto as mulheres representavam apenas 14,80%, figurando numa proporção mais elevada no 2º livro que começa em setembro de 1925.

⁵⁵⁰ Os elementos disponíveis iniciam-se no registo nº 247 de um dos dois livros consultados (23/09/1920 setembro de 1920) e que vai até ao nº 525 (17/09/1925); o outro livro prossegue até ao registo nº 812 (14/03/1932), muito embora a nossa pesquisa se quedasse no final de 1930, registo nº 741. Cada registo tem várias requisições e também, às vezes, o pedido para consulta e/ou a autorização de consulta. Nas obras com vários volumes só consideramos um título para efeitos de estatística e classificação das leituras. Cf. ANTT, B.P.L. - “Livros de registo de empréstimo de Obras” nº 330 e 331.

⁵⁵¹ O Relatório “técnico” do diretor da BPL, elaborado em 1928, fazia referência a 619 casos de leitura domiciliária. Cf. ANTT, B.P.L. cx 69, doc. 375. No relatório de 1932, o número apontado para a leitura domiciliária era 828. Cf. ANTT, B.P.L. cx 81, doc. 27.

Gráfico 12 – Empréstimo de livros na BPL na década de 1930

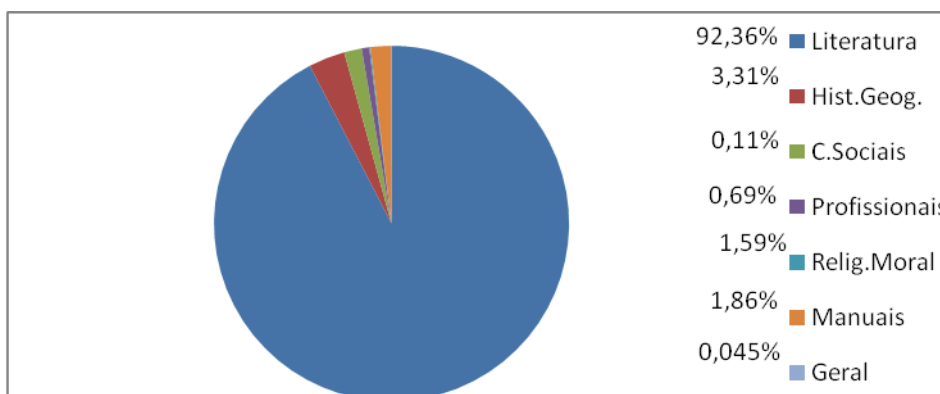


Fonte: ANTT, B.P.L. - “Livros de registo de empréstimo de Obras” nº 330 e 331

No total, foram requisitadas 19 676 obras, durante a década de 1920, o que significa uma média de 39,91 livros por cada leitor, muito embora haja uma grande variedade de situações, desde os leitores que fizeram apenas uma requisição aos que chegaram às 83 requisições; vários com 80 e até mesmo uns três ou quatro sem qualquer requisição. O intervalo de tempo de cada requisitante também é muito variado, desde um período de dias, meses até períodos mais extensos de anos que chegam aos 5, 6 e até mesmo, excepcionalmente, 10 e 25 anos (1921 – 1946) mas, neste caso, trata-se de uma situação verdadeiramente anormal, um “esquecimento” que, curiosamente, não está identificado entre as situações em que houve lugar a coimas, à intervenção dos fiadores ou das autoridades policiais. A quantidade de leitores que devolveram os livros fora do prazo estabelecido (15 dias) é muito superior ao número de situações de exceção mencionadas nos livros de registo.

No que concerne a natureza das leituras, é muito evidente a preponderância da literatura, numa proporção muito superior à que encontramos noutras bibliotecas populares, no mesmo período, como é o caso da biblioteca municipal de Guimarães sob a tutela da Sociedade Martins Sarmento (**Quadro 10**). É interessante destacar esta situação porque o grupo profissional mais representado é o dos estudantes, ainda que seguido muito de perto dos empregados do comércio e bancários que, em conjunto, representavam 25, 34% dos leitores, mais interessados, aparentemente, nas obras literárias para distração, do que nos livros profissionais e de estudo.

Gráfico 13 - Requisição de livros na BPL (1920 – 1930)



Fonte: ANTT, B.P.L., Lvs. 330 e 331

A Voz do Operário

Procurámos uma instituição similar à BPL mas de carácter particular, no sentido de estabelecer uma comparação que nos permitisse evidenciar especificidades ou reconhecer semelhanças entre institutos de leitura oficiais e particulares, destinados às camadas populares. A escolha recaiu sobre a biblioteca da sociedade, “A Voz do Operário”, já referida noutra parte deste trabalho, partindo da análise do conjunto de obras adquiridas para o seu fundo documental para fazer algumas inferências acerca da natureza das leituras desta biblioteca.

Assumimos que a informação registada no livro correspondia às tendências de expansão do seu acervo bibliográfico, constituído há várias décadas, pelo que podemos entendê-lo ou como uma manifestação das necessidades reais, de forma a corresponder às solicitações dos utilizadores desta biblioteca privada, ou como a projecção do ideal de biblioteca em que os sócios se reviam, uma vez que o crescimento do fundo bibliográfico ficou a dever-se sobretudo às doações dos sócios⁵⁵².

⁵⁵² Encetou-se um “período áureo” para esta biblioteca a partir de 1924, quando recebeu a herança de um benemérito especial, o sócio, escritor, Fernão Boto Machado, que doou à Voz do Operário a quase totalidade da sua biblioteca pessoal – 3 023 volumes – ainda que se tivesse mantido numa sala separada do fundo primitivo da biblioteca, herdeira do Centro Promotor do Melhoramento das Classes Laboriosas. Nesta data, o Regulamento da Biblioteca elaborado pela Comissão Administrativa dá-lhe o estatuto de biblioteca pública, o que garantiu um aumento do número de leitores.

É de sublinhar a prevalência das obras da classe de Ciências Sociais e Direito (onde se incluem relatórios e outros textos oficiais) relativamente à literatura, ainda que esta mantenha uma significativa segunda posição. (**Gráfico 14**)

Não obstante, os leitores canalizavam a sua procura para as obras de literatura (**Gráfico 16**) como nos deixa perceber o bibliotecário responsável, Manuel de Araújo Brocas, no relatório apresentado aquando da comemoração do cinquentenário da instituição.

Gráfico 14 – Aquisições de livros (1926-1938)

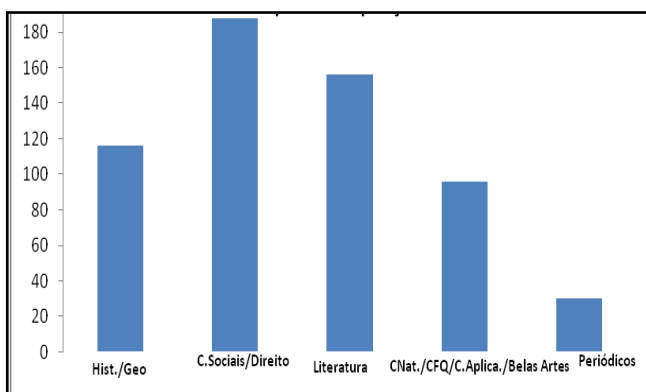
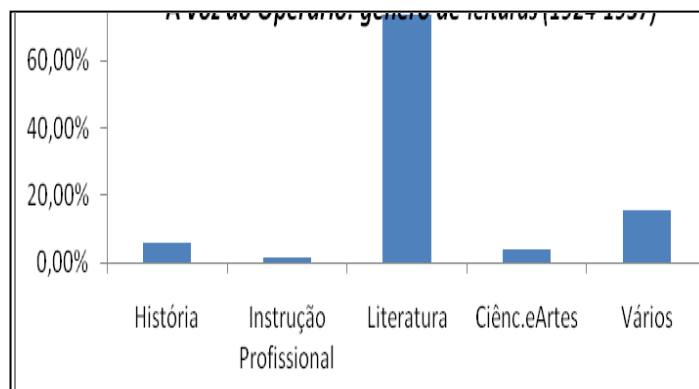


Gráfico 15 – A Voz do Operário- Leituras (1924-30)



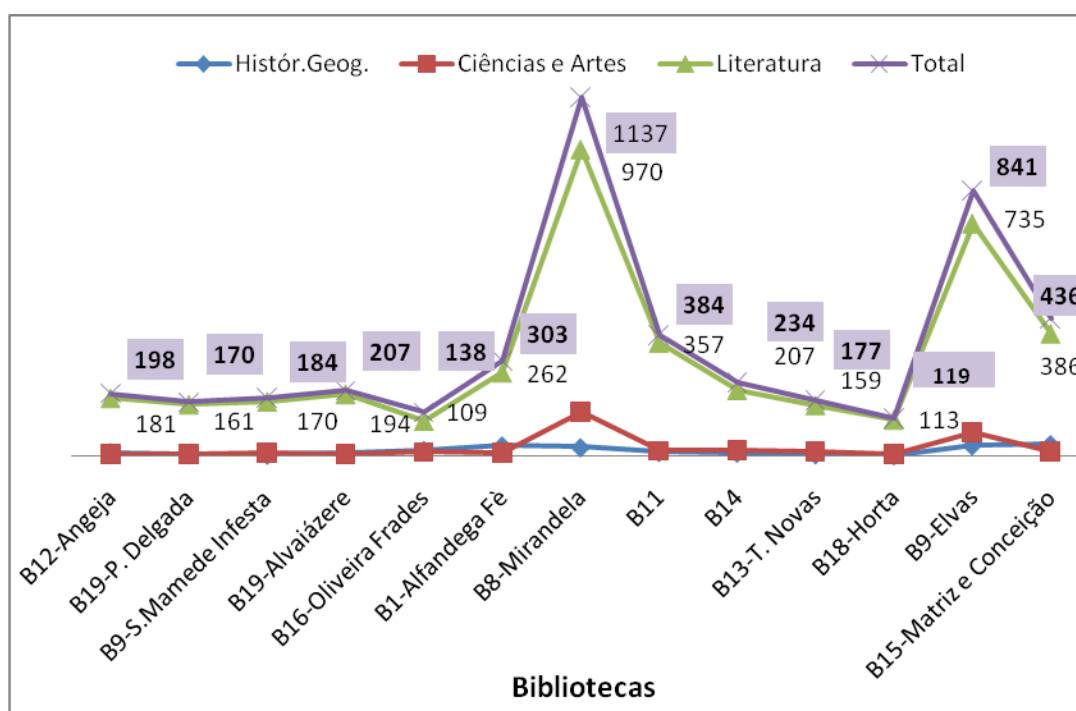
Fonte: Manuel de Araújo BROCAS, *A Biblioteca de A Voz do Operário 1888 - 1938*

As bibliotecas móveis

Os leitores das bibliotecas móveis revelam um padrão de escolhas consonante com o quadro apresentado para a BPL., o que significa uma clara preponderância da literatura (85,31%) em relação às áreas científicas.

O gráfico que se segue é elucidativo das preferências dos leitores das bibliotecas móveis “tipo B”, identificadas com os respetivos números e a referência das localidades. Optámos por juntar apenas os valores respeitantes à literatura e os totais de cada uma das bibliotecas para evidenciar bem a relação de grandeza que os caracterizava.

Gráfico 16 – Leituras nas Bibliotecas Móveis de tipo B



Fonte: ANTT, B.P.L., "Bibliotecas Populares e Móveis - Estatística", cx. 85, mc. 16

3.5. Utilização das coleções – perspetiva global

Neste ponto escolhemos analisar as práticas de leitura em diferentes bibliotecas populares distinguindo duas fases: a primeira inclui as bibliotecas que começaram a funcionar durante a monarquia liberal e a segunda considera as bibliotecas que se mantiveram em funcionamento e aquelas que foram criadas durante a I República, em particular a Biblioteca Popular de Lisboa e as Bibliotecas Móveis.

Detivemo-nos sobre a composição das coleções de algumas dessas bibliotecas e perscrutámos o mundo da leitura e dos leitores, fazendo uso de fontes de natureza diferente para suprir a escassez (ou inexistência) de dados da estatística oficial. Um trabalho árduo e nem sempre gratificante mas que se impõe ao investigador que persegue alguma precisão no olhar que lança sobre as fontes. A natureza dispersa e fragmentária do material empírico que lográmos reunir, levou-nos a estabelecer uma correlação entre as coleções existentes nas bibliotecas disponíveis para os leitores, e a sua utilização efetiva, numa perspetiva global.

Como ressalva, adiantamos que os valores (taxas) que se apresentam são parciais, respeitando na maior parte dos casos apenas a um dos tipos de leitura: a presencial ou a domiciliária, pois não foi possível juntar, para o mesmo período, informação sobre as duas situações. Trata-se por isso de um apontamento indicativo mais do que conclusivo.

Uma primeira evidência assenta na ideia de que a existência de um acervo bibliográfico numeroso não era condição para uma maior utilização por parte dos leitores. Nesta situação encontra-se a Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento que assistiu ao aumento progressivo do seu catálogo, acompanhado inicialmente de uma crescente utilização mas que retrocede, sobretudo na segunda e terceira décadas do século XX, apesar de não possuímos quantitativos exatos:

Em 1888, os 9104 títulos do catálogo foram utilizados por 1125 leitores (12,35%).

Em 1893, os 17000 títulos foram requisitados por 3073 leitores (18,07%). É o valor máximo de utilização respeitante sobretudo à requisição domiciliária. A partir desta data a coleção da biblioteca da SMS continua a crescer mas a taxa de utilização não acompanha esse aumento.⁵⁵³

A Biblioteca Popular de Tomar, para o período de 1882 a 1885, apresenta uma taxa de utilização do seu acervo bibliográfico muito elevada, mesmo considerando apenas a leitura na biblioteca: o valor de 73,85% corresponde à média anual de 452 requisições de um fundo que teria cerca de 612 títulos.⁵⁵⁴ A novidade da iniciativa e a ampla divulgação da abertura da biblioteca foram fatores de peso para atrair leitores nos primeiros anos, apesar do acervo ser limitado.

A biblioteca do Grémio de Ilustração Popular de Castelo de Vide apresentava um número equivalente de títulos (620) mas a utilização média da sua coleção, no período de 1871 – 1898, ficou-se pelos 29,35%.⁵⁵⁵

A informação encontrada para a biblioteca de Estremoz, diz respeito à sua utilização numa segunda fase, durante a I República, quando já deixara cair a designação de popular e assumira a de municipal. O valor encontrado aponta para 6966 volumes existentes no seu acervo de que foram utilizados 202, o que perfaz uma taxa de apenas 2,89%. Os indicadores do empréstimo domiciliário são também muito reduzidos (**Quadro 9**).

Quanto à Biblioteca Popular de Lisboa, centrámo-nos no ano de 1926⁵⁵⁶ que apresenta 42183 leitores para uma coleção com 11528 volumes, descontados os 505 jornais, o que significa uma taxa de utilização na ordem dos 27,32%. Muito superior é o valor encontrado para a utilização das bibliotecas móveis no período entre 1920-1925:

⁵⁵³ Material utilizado para a elaboração do **gráfico 11**.

⁵⁵⁴ Cf. Registo Diário dos Visitantes e Freqüentadores da Biblioteca de Tomar, 1882-1885.

⁵⁵⁵ Filomena de Sousa Bruno – *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863-1899)*, Quadro XIII, 2011, p.106.

⁵⁵⁶ De acordo com a informação do Decreto n. 13 726 de 27 de maio de 1927.

considerando os 6506 volumes existentes e as 22 107 requisições indicadas, a taxa é de 56,62%. Pese embora as oscilações nos anos que integram o período referido, o valor situa-se sempre próximo dos 50% o que é significativo da rentabilização desses equipamentos culturais.⁵⁵⁷

3.6. O leitor – tipo das bibliotecas populares

A divisão do trabalho que marcou a passagem da sociedade rural para a industrialização acentuou a distinção entre os tempos de trabalho e de lazer, incluindo a leitura neste último campo, associando-o automaticamente ao sexo feminino, numa época (séc. XIX) em que eram raras as mulheres da classe média com uma profissão, o que as tornava leitoras em potência (vid. **Figuras 6 – 8**), se pensarmos sobretudo na realidade dos países anglófonos, em particular os americanos, onde os círculos de leitura e as bibliotecas públicas foram obra das mulheres.⁵⁵⁸

Biblioteca municipal de Guimarães

A situação em Portugal não se revê nestes padrões. Mesmo nas primeiras décadas do século XX, são raras as mulheres que frequentam as bibliotecas e cuja identificação figura nos dados associados à leitura, como acontecia na biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento, onde eram pouquíssimas as leitoras assumidas requisitantes. No Livro de Registo de 1919 é referida uma situação em que o pai requisita livros para a filha e no de 1920 é corrigido/substituído um nome feminino por um masculino. De qualquer modo, a requisição de livros em nome de outrem era vulgar desde o início do funcionamento da biblioteca e manteve-se no decénio de 1920, como se comprova na imagem a seguir representada.

⁵⁵⁷ Pedro Leite e Ricardo Machaqueiro - Biblioteca Popular de Lisboa. In *Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*, números 5/6, 2000, p. 105.

⁵⁵⁸ Cf. David D. Hall - Les lecteurs et la lecture dans l'histoire et dans la théorie critique. Un exposé sur la recherche américaine. In *Histoires de la Lecture. Un Bilan de Recherches*. 1985, pp. 170.

Figura 31 - Livro de Registo de Empréstimos (1920)

Data	N.º da obra	Nome do registado
2 Dezembro	59	D. Maria Pais para J. Bonadata
"	21	"
"	22	"
"	1	Capitão Paulo Bonadata
"	5	Capitão Paulo Bonadata
"	7	Capitão Paulo Bonadata
"	"	"
"	10	Capitão Paulo Bonadata
"	11	Capitão Paulo Bonadata
"	24	"
"	22	"
"	"	"
"	10015	"
"	14	Capitão Paulo Bonadata
"	5911	"
"	15	Capitão Paulo Bonadata
"	"	"
"	18	"
"	"	"
"	19	"
"	20	"
"	21	"
"	22	"
"	23	"
"	24	"
"	25	"
"	26	"
"	27	"
"	28	"
"	29	"
"	30	"

Fonte: Livro do Movimento da Biblioteca da SMS, 1919-1921

Mas não era apenas nesta biblioteca que, assumidamente, as obras seriam requisitadas por um(a) leitor(a) para algum familiar ou outra pessoa que lhe fosse mais próxima. Encontramos uma situação idêntica nas bibliotecas móveis, pelo que o total de leitores seria muito superior à estatística que nos é dada avaliar e os livros das bibliotecas chegavam a mais mulheres do que o que as que figuravam nos registos.⁵⁵⁹

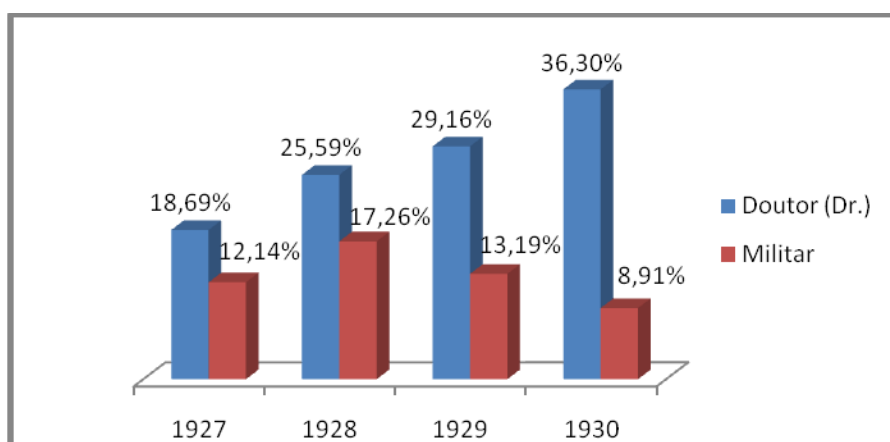
De regresso à biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, queremos salientar o facto de, no final da década de 1920, abundarem os militares e doutores, entre as referências ao estatuto socioprofissional dos leitores. O seu número aumenta sobretudo a partir de 1926. Nesta data são referidos dois “Dr.” e três com a patente de “capitão” mas, no ano seguinte,

⁵⁵⁹ Cf. ANTT, B.P.L., Lv. nº 215 referente à biblioteca móvel tipo B 5 (1915-1916), onde se pode ler a seguinte nota em alguns registos “Esta leitora leu a par com... “ seguindo-se a referência ao marido, ao irmão, ao pai, ao sobrinho ou outro familiar.

este número sobe para 40 “Dr.” e 26 patentes militares, mantendo-se nesta escala até ao final da década, com percentagens que registámos com os valores que se seguem⁵⁶⁰.

Pensamos que a mudança de regime político, introduzida com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e o maior protagonismo do grupo socioprofissional dos militares pode ter influído na valorização desta identificação em detrimento de outras ocupações profissionais eventualmente exercidas pelos mesmos indivíduos, o que não invalida a consideração de que a frequência desta biblioteca, no final da década de 1920, ter-se-á tornado cada vez mais elitista e menos popular.

Gráfico 17 - Leitores dominantes na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento



Fonte: Livro de requisições da Biblioteca das SMS.

Biblioteca Popular de Lisboa

Num universo marcadamente masculino, onde as mulheres se dividem sobretudo entre duas ocupações: domésticas e professoras, se atentarmos no **quadro 11** que se refere às requisições para leitura domiciliária, a preponderância situa-se ao nível dos estudantes (32,45%), como já foi referido num capítulo anterior. A segunda posição é ocupada pelos empregados do comércio (19,26%), seguindo-se os funcionários públicos (13,38%). O número de leitores que não indica a profissão é relativamente elevado, na ordem dos 8,31%. Trata-se pois de uma utilização dominada pela pequena burguesia urbana, onde a representação operária tem pouca relevância (3,65%). Sublinhamos a ideia já aqui apresentada sobre a importância da localização geográfica desta biblioteca, no centro da

⁵⁶⁰ As percentagens foram calculadas a partir do número de leitores do sexo masculino mas é importante ter em conta que o número de leitoras era pouco significativo. Apenas em 1927 são referidas 19 requisições feitas por mulheres, pois nos anos seguintes a quantidade é de 5, 1 e 2.

capital, tornando-a assim de certa forma o espelho da classe média responsável pela implantação da I República.

Um olhar mais atento sobre os dados do **Gráfico 2**, do capítulo anterior, mostra-nos algumas *nuances* no que concerne os dois tipos de leitura facultados pela BPL, sobretudo no que dizia respeito aos operários que apresentavam valores francamente superiores na leitura geral (19,60%) em relação à leitura domiciliária (6%), o que é compreensível tendo em conta, por um lado, a sua condição de trabalhadores, que não lhes deixava muito tempo para a leitura e, por outro lado, a exigência de fiador imposta pela direção da BPL que cerceava o acesso ao fundo documental para uso domiciliário. Na leitura presencial / geral da BPL, os operários ocupam o terceiro lugar, situando-se à frente das profissões liberais.

Quadro 11 – BPL: Profissões dos leitores no domicílio (1920 –1930)

Classificação socioprofissional	Leitores (valores e %)	
Bancários e seguros	30	6,08%
Comércio (empregados)	95	19,26%
Domésticas	21	4,25%
Estudantes	160	32,45%
Funcionários públicos	66	13,38%
Médicos	3	0,60%
Militares	24	4,86%
Polícia	9	1,82%
Operários e artistas	18	3,65%
Professores	15	3,04%
Proprietários	6	1,21%
Outras	5	1,01%
Sem referência	41	8,31%
TOTAL	493	%

Fonte: ANTT, B.P.L., "Livros de registo de empréstimo de Obras", Lv.330-331

Outras bibliotecas portuguesas

Na biblioteca da Sociedade A Voz do Operário, registou-se uma frequência muito diversificada de grupos profissionais, um total de 154, com predominância dos estudantes, na ordem dos 23,15%, seguidos pelos empregados de comércio (20,36%). A diferença

relativamente à BPL reside no significativo número de operários que frequentavam esta biblioteca, com destaque para os serralheiros e carpinteiros que, em conjunto, representavam 16,97% dos leitores.⁵⁶¹

De igual modo, ainda que num período anterior, a biblioteca de Setúbal diferenciava-se, no final do século XIX, pela supremacia dos operários: 52,6% (277 em 527 leitores) para apenas 60 estudantes (1,4%), ao contrário do que se verificava noutras bibliotecas.⁵⁶²

No caso das bibliotecas municipais de Lisboa, cada uma tinha uma frequência distinta. A descrição da ambiência que se vivia na biblioteca localizada na rua do Paraíso, a primeira a entrar em funcionamento, destacava os seguintes traços:

São na sua grande parte operários do Bairro d'Alfama e do Arsenal do Exército, que vão passar á Bibliotheca, estudando e lendo, as horas da sesta e as que podem aproveitar de noite. Cansados do corpo vão alimentar o espírito, e assim fogem dos logares escusos, onde reina o vicio e a desmoralisação.⁵⁶³

Diferente seria o ambiente da biblioteca municipal nº 2 e da biblioteca central, constituído sobretudo por estudantes e “homens de ciência” (que vão aumentando conforme se depreende pela análise das estatísticas publicadas).

Na biblioteca de Estremoz predominavam os “leitores tradicionais”⁵⁶⁴, sem alterações assinaláveis ao longo do período em estudo, a não ser na diminuição do número de leitores, a que já fizemos referência. Em primeiro lugar encontravam-se os estudantes, seguindo-se os funcionários públicos, um grupo que incluía diversas profissões. Os militares e os comerciantes (e caixeiros) representavam valores semelhantes ao do grupo constituído por operários e artífices, cerca de 10%, no período entre 1896 e 1908.⁵⁶⁵

⁵⁶¹ Conforme os dados apresentados no relatório que acompanha o número comemorativo do 50º aniversário da inauguração da biblioteca de “A Voz do Operário” por Manuel de Araújo Brocas, 1938, pp.29-30.

⁵⁶² José Tengarrinha - Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura, 1983, p. 233, citando *O Elmano*, de 10 de janeiro de 1900.

⁵⁶³ Cf. Feio Terenas - Bibliothecas Municipais. In *Froebel*, nº 15, 1883, p. 113.

⁵⁶⁴ Expressão utilizada por Carlos Alberto Rebelo - *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas populares (1870 – 1910)*, 2002, p. 162. Este autor apresenta dados para o período entre 1880 e 1884. A nossa pesquisa incidiu sobre os anos subsequentes, conforme o material disponível. O autor apresenta também dados sobre a biblioteca popular de Campo Maior, citando a informação do bibliotecário integrada num relatório trimestral do ano 1884, em que se afirma que os que mais consultaram obras foram os “empregados públicos, proprietários, estudantes, militares, filhos-famílias, professores, médicos e militares em serviço activo”. Op. cit. p. 162.

⁵⁶⁵ Cf. Livro dos empréstimos da Bibliotheca Popular d'Estremoz, nº 3, 4 e 5 para os seguintes períodos: 1896 – 1908 e 1914 – 1925.

Nesta biblioteca, tal como nas restantes, a quantidade de mulheres registadas como leitoras era escassa. A situação mais frequente é terem assinalado “sem profissão” ou “doméstica” mas também surgem as profissões de “modista”; “professora” e “meretriz”, o que não deixa de ser uma situação particularmente curiosa.

Para o período da I República, importa considerar a informação respeitante às bibliotecas municipais ou pelo menos a alguns desses institutos de leitura que se tornaram herdeiros do projeto das bibliotecas populares ou que mantiveram, desde a sua criação, um pendor mais popular, como aconteceu com a biblioteca municipal de Santarém, sobretudo até à integração da livraria doada, em 1923, por Anselmo Braamcamp Freire. Apesar do horário restrito, sem componente noturna, na frequência desta biblioteca (1923) destacavam-se os estudantes e os operários.⁵⁶⁶

3.6.1. Exemplos de bibliotecas estrangeiras

A título de comparação com os elementos apresentados para Portugal, sensivelmente no mesmo período, vejamos qual era a composição social dos utilizadores das bibliotecas populares de Paris (1885-1894)⁵⁶⁷:

Destaca-se, em primeiro lugar, a classe dos “empregados” e caixeiros (31%), em segundo lugar é referido um grupo muito heterogéneo, incluindo os proprietários, os homens que vivem dos rendimentos e as mulheres “sem profissão” (24%) e, em terceiro lugar, os operários com 13,25%, situando-se à frente do grupo que incluía as profissões liberais e os professores com 12%. Outros grupos profissionais apresentavam valores inferiores, a saber, os militares (8%), os porteiros (5%), acima do grupo que incluía os comerciantes e artesãos (4,5%) e por último, os artistas (2,25%).

Pese embora algumas especificidades no agrupamento das profissões e a relevância de um grupo que tem pouca representatividade na sociedade portuguesa, os porteiros, importa salientar como traço comum às bibliotecas populares portuguesas, o facto de o maior número de utilizadores das bibliotecas populares da capital francesa se encontrar entre os empregados do comércio, o grupo mais representativo da pequena burguesia urbana e também a posição vantajosa ocupada pelo grupo dos proprietários e homens de renda, a que se juntavam as mulheres sem profissão, equiparadas às “domésticas” em

⁵⁶⁶ Cf. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. V, nº 17, Janeiro – Junho 1924, p. 62.

⁵⁶⁷ Cf. Giugliemo Cavallo, Roger Chartier (Dir) - *Histoire de la Lecture dans le monde occidental*, 1997, p. 417.

Portugal. Pelo contrário, a posição dos operários, em terceiro lugar, é mais vantajosa do que o que se verifica na maioria das bibliotecas portuguesas.

A propósito do leitor – tipo

Se atendermos ao panorama geral das bibliotecas populares, considerando todo o período em estudo, subsistem dúvidas sobre se faz sentido falar ou procurar um “leitor – tipo” para estas bibliotecas mas reconhecemos a importância da investigação para colocar em evidência, iluminando, alguns aspetos essenciais, a saber:

A falta de bibliotecas bem apetrechadas em muitos estabelecimentos de ensino superior e secundário, aliada às insuficiências de que padeciam as bibliotecas públicas, no sentido de dar resposta às necessidades e motivações dos potenciais leitores, aqueles para quem o acesso aos livros era uma obrigação e um desafio, com destaque para os estudantes e profissões liberais, justificam a procura de todos os institutos de leitura minimamente equipados e de acesso fácil.

A formação de um público leitor está diretamente relacionada com a natureza e qualidade das obras disponíveis mas também com a relação de proximidade, o que justifica, por exemplo, a frequência diferenciada nas bibliotecas municipais de Lisboa, o predomínio de operários na biblioteca popular de Setúbal ou ainda a utilização distinta das bibliotecas móveis.

Nesta ordem de ideias, é preciso não esquecer que o acesso às bibliotecas estava condicionado pelo seu horário de funcionamento, acontecendo que algumas tinham dificuldade em manter um horário noturno, pelo que os trabalhadores não podiam ser frequentadores regulares.

Importa sublinhar o interesse pelos livros demonstrado por uma categoria socioprofissional que figura entre os maiores leitores, os militares. Esta constatação poderá explicar o envio de algumas bibliotecas móveis para os combatentes do CEP durante a I Guerra Mundial, onde foram lidos 879 livros, maioritariamente de literatura (85,77%), num período de cerca de um ano.

Dada a diversidade de categorias profissionais apresentadas pelos frequentadores das bibliotecas populares, a definição de um “perfil” resulta num esboço de contornos imprecisos mas com um traço dominante: o conhecimento prévio da leitura. As bibliotecas alimentavam as necessidades dos leitores, estimulavam a leitura, não criavam leitores.

Capítulo 7

A LEITURA POPULAR NAS BIBLIOTECAS

Les textes et les livres de grande circulation franchissent les bornes du découpage social, rassemblant des lecteurs d'état et de conditions bien différent. Ne pas les enfermer dans une rigide détermination sociologique, par exemple en les disant d'emblée "populaires", est donc une nécessaire précaution⁵⁶⁸

1. A construção de um gênero literário

É chegada a última etapa de um percurso em que tentámos manter presente a questão essencial que nos mobilizou para este trabalho e que consiste em descortinar a especificidade das bibliotecas populares através da natureza dos seus fundos bibliográficos, sabendo que estes se constituíram obedecendo ao princípio da diferenciação e/ou dicotomia que marcou a história da leitura e das bibliotecas. Esta realidade centrava-se na ideia de que, para os leitores neófitos, com uma formação escolar elementar, seria extraordinariamente difícil lerem livros eruditos, o que justificava a necessidade de separação (mais do que adaptação), das leituras.

Estas conceções "oficiais", têm sido questionadas por alguns autores que defendem que não é a classe social que diferencia os leitores, nem há géneros literários mais indicados para uns ou para outros. É no campo das apropriações que se estabelecem as diferenças, patentes nos discursos e nas representações distintas de cada grupo social⁵⁶⁹.

A "leitura popular" é frequentemente associada ao mercador ambulante, pela representação de mobilidade que acarreta mas, em simultâneo, traduz também uma relação de continuidade/ complementaridade com a escola e a alfabetização. A criação de espaços próprios para a sua prática - as bibliotecas populares -, representa um traço específico do século XIX.

Associar a leitura popular a um dado espaço implica uma referência, ainda que breve, sobre o sentido e as condições da evolução do conceito de livro "popular", cuja materialização mais comum é a denominada "literatura de cordel", produzida para vender

⁵⁶⁸ Cf. Roger Chartier - la culture de l'imprimé, introduction, *Les usages de l'imprimé*, dir. Roger Chartier, Paris, Fayard, 1987, p. 11.

⁵⁶⁹ "Les «mauvais» livres ne distinguent les lecteurs populaires que dans les discours qui se construisent pour s'assurer d'un pouvoir culturel sur les nouveaux venus dans la culture écrite". Cf. Jean Hébrard - Les nouveaux lecteurs, op. cit. p. 471.

(ler) e cantar. A oralidade é um traço distinto desta literatura, uma marca que a diferencia da leitura erudita. Outros aspetos a ter em conta são o formato e o tipo de papel utilizado que permitiram uma reprodução numerosa e a baixo custo, destinada às camadas populares mas que não resistiu à erosão provocada pelo passar dos tempos.

Pensada para uma população quase analfabeta, a literatura popular era considerada um “sub-produto”, recorrendo à linguagem mais vulgar e a um estilo pobre e repetitivo, de entendimento fácil dos temas mais sinistros, muito embora sem dispensar a componente crítica e moralizadora, bem patente no excerto que aqui mencionamos:

*Mal haja teu pai,
De tão fraca ponderação,
Que de nove anos de idade
Te meteu armas na mão*

*Ó pais e mães de família,
Ponde aqui os olhos na cara;
Se não fora a má educação
Nunca Brandão a isto chegara.*

*(...)
Se desde a idade da infância
Tivesse um pai cuidadoso,
De certo que eu não chegava
A ser um vil criminoso.*

*Mas ele quis-me educar-me
Na profissão de assassino!
A ele somente eu devo
Meu cruel, atroz destino!*⁵⁷⁰

Em Portugal, a publicação de folhetos que constituem exemplares da literatura de cordel, estendeu-se até ao século XIX, apesar de ter sido progressivamente substituída pelos folhetins que ocupavam um considerável espaço nos periódicos da época, chegando certamente a um número de leitores muito superior ao que é apresentado nas estatísticas oficiais.

Camilo Castelo Branco figura entre os autores portugueses que mais contribuiu para a vulgarização da leitura e, como tal, da sua pena saíram escritos de grande sucesso editorial e que lhe renderam largos proventos, muito embora ele tivesse preferido manter o anonimato relativamente a alguns textos, como foi o caso de “Maria! Não me mates que

⁵⁷⁰ “Despedida de João Brandão à sua mulher, filhos, amigos e colegas seguida da resposta de sua esposa (Carolina Augusta) e da verdadeira despedida de João Brandão acrescentada com uma relação de seus crimes e umas reflexões cristãs”. S.Paulo, C. Teixeira & C.^a – Editores, 1916. In, José Viale Moutinho - *Literatura de Cordel: Uma Antologia*, 2014, pp. 420, 426, 427.

sou tua mãe” (1848). Outros foram posteriormente reunidos e publicados como livros. Referimo-nos à célebre história do salteador mais conhecido daquela época, José do Telhado, tornado famoso pelo punho de Camilo que, neste caso, assinou o seu texto – umas vinte páginas postas em circulação sob a forma de folheto de cordel com a caricatura do protagonista na capa.⁵⁷¹

O contexto histórico do nosso estudo desenhou-se sob o signo da influência cultural do Romantismo, onde mergulham as ideias nacionalistas consubstanciadas numa conceção de povo eminentemente política e revolucionária, ao gosto dos autores representantes do liberalismo e do republicanismo, como Almeida Garrett e Teófilo Braga.

O primeiro trabalhou sobre um largo conjunto de contos e lendas, modificando os textos iniciais, tendo em vista o público “ledor” e não as camadas mais baixas da população, o “vulgo”. Pode considerar-se que o autor popularizou a literatura mas não a vulgarizou, seguindo uma orientação a que tentou ser fiel:

Tomar o mundo poético popular e tradicional como fonte de inspiração, sim. Aprender nele a contenção nos acidentes, a justa medida, assumi-lo a seu real nível artístico, porque não? Repeti-lo servilmente, nunca.⁵⁷²

Neste campo ficou a dever-se a Almeida Garrett um trabalho fundamental sobre a produção literária e as tradições populares, na linha dos estudos desenvolvidos por especialistas alemães, ingleses e de outros países europeus, centrados no folclore e na investigação etnológica e filológica. Teófilo Braga estabeleceu uma periodização para a literatura popular: o século XVI corresponde ao período de difusão; seguindo-se a decadência, no século XVII, provocada pela proeminência dos intelectuais e o conseqüente divórcio do povo. No século XVIII, deu-se uma “revivescência” do povo, sublinhando o significado político da aproximação entre intelectuais e povo, materializada na revolução francesa e nas subseqüentes revoluções liberais.

Teófilo Braga, na esteira de Almeida Garrett, que ele elogia abertamente, considerando a sua obra, em particular o *Romanceiro*, uma fonte de inspiração da literatura popular, associa este género literário às manifestações de nacionalismo que figuram como um traço central do ideário republicano, de que ele foi um lídimo protagonista. No seu

⁵⁷¹ O folheto de cordel intitulava-se *Vida do José do Telhado* e foi editado no Porto por João Evangelista da Cruz Coutinho, em 1883 ou em 1887. Mais tarde veio a constituir o capítulo “José do Telhado” do livro *Memórias do Cárcere*, da autoria de Camilo Castelo Branco. Cf. José Viale Moutinho, *Literatura de Cordel: uma Antologia*, 2014, pp. 435 – 455.

⁵⁷² Cf. M. Viegas Guerreiro, *Para a história da literatura popular portuguesa*, 1978, p. 78.

entender, a poesia popular deveria ser cultivada, repetindo-a ao povo, no sentido de fazer renascer o caráter nacional, para que este tomasse consciência das suas virtualidades, ganhando novas forças e coragem para fazer a revolução.⁵⁷³

Não obstante, é pela sua natureza polimorfa e heterogénea que se destaca a literatura popular, o resultado de um processo de sedimentação de séculos, um empreendimento de vulgarização da literatura que incluía a adaptação dos romances contemporâneos. Uma evolução que se fez no sentido de afirmar como “popular” uma produção literária que exprime o sincretismo nas dimensões ética e estética, a expressão própria do “ethos popular”.⁵⁷⁴

M. Pinheiro Chagas, um dos autores mais representativos deste género literário, salientava, em 1865, a “falta não só em Portugal, mas também na Europa, uma literatura verdadeiramente popular, adequada aos nenhuns conhecimentos da gente que a deve ler, e que, commovendo-a, lhe insinue ao mesmo tempo alguns princípios de uma tal ou qual instrução”. Das palavras do autor percebe-se também a valorização da utilização de imagens nas obras de literatura popular, “porque a gravura é um grande auxiliar da instrução, e convida, fallando aos olhos, à leitura”. Pese embora o seu interesse em promover a obra que publica estas linhas, importa registar esta ideia de que se devia promover o conhecimento através do uso de uma “linguagem colorida”, que o autor entendia como “simples, fluente e poetica, sem ser demasiadamente elevada”.⁵⁷⁵

Nesta ordem de ideias, no presente capítulo gostaríamos de aprofundar principalmente o olhar sobre o conteúdo das leituras mais marcadamente populares e avaliar a sua representatividade nas bibliotecas populares.

Impõe-se por isso uma menção especial a um produto literário de ampla divulgação entre várias camadas sociais, apesar da sua conotação popular: o almanaque, particularmente relevante na segunda metade do século XIX, quando assumiu formatos diferentes, consoante o público a que se destinava, podendo ser “um pequeno folheto, dirigido à população rural, e dos arredores das cidades, ou, então, aumentar o número de páginas, e tornar-se um instrumento de divulgação de conhecimentos quer para um público geral, mais burguês e cidadão, quer junto de algumas camadas sociais diferenciadas por ideários políticos, religiosos ou por outros interesses muito específicos.”. O módico preço

⁵⁷³ M. Viegas Guerreiro, 1978, p. 82.

⁵⁷⁴ Jean-François Botrel - *La littérature de cordel en Espagne. Essai de synthèse*. In *Colportage et Lecture Populaire*, 1996, P. 279

⁵⁷⁵ M. Pinheiro Chagas - *Bibliothecas Populares*, *Archivo Pittoresco*, vol VIII, 1865, p. 132.

de venda (50-60 réis) constituía mais um atractivo por este tipo de publicação que, em alguns casos, chegou a atingir os 16.000 exemplares.⁵⁷⁶

O almanaque foi sofrendo ao longo do tempo algumas adaptações para corresponder às necessidades da generalidade dos seus leitores, assumindo-se como um “repositório da cultura popular resistente aos avanços científicos, conciliando conhecimentos populares tradicionais na agricultura, na medicina, na astrologia, etc., com informações práticas e actualizadas.”. Numa outra ordem de ideias, o almanaque representa “a fusão do jornal, da revista e do livro, pois reúne notícias do presente, memórias do passado e reflexões prospectivas relacionadas com o ano vindouro, além de passatempos e criações literárias.”⁵⁷⁷

Tomando como referência o ano de 1868 ...

...commerciantes, litteratos e políticos recorreram ao almanak com a soffreguidão de quem quer apanhar o mundo inteiro. O almanak representa um papel importante na litteratura moderna. É uma incyclopedia annual. (...) todas as creações do homem ahi teem seu lugar. Para o futuro, quando se quizer organizar a historia do século XIX não será preciso mais do que a bibliotheca dos almanaks. (...) os d’este anno, ao menos aquelles de que temos conhecimento, já enchem uma boa estante⁵⁷⁸

2. Condições de apropriação e de pluralidade de leituras.

Os estudos existentes sobre a evolução das práticas de leitura apontam para práticas/rituais distintos de leitura, consoante se tratasse de leitores competentes, eruditos ou aprendizes. Era um tempo dominado já pelo “leitor extensivo”, ávido, rápido, crítico, praticante de uma leitura livre, desenvolta e irreverente, onde chegavam leitores oriundos da burguesia mas com abertura para outros, de camadas inferiores.

⁵⁷⁶ Sérgio Campos Matos - *Memória e Nação: Historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*, 1995, p.159. Não obstante, o preço de venda dos almanaques tabelado por carta de Lei de 10 de Julho de 1843, estabelecia o valor de 20 reis, exceto “os publicados pelas sociedades literarias e scientificas e ainda os que forem publicados por qualquer indivíduo, se contiverem, pelo menos três partes mais de matéria instructiva e que se não possa considerar de Kalendario, ou reportório de meras listas de nomes e empregos.” Cf. *Almanak Para Rir, Para 1856. Ornado com o Retracto de Sua Magestade O Senhor Dom Pedro Quinto e Illustrado com Gravuras Contendo Alem Do Kalendario Muitos Artigos de Instrucção e Recreio*, Lisboa, 1855, p. 2.

⁵⁷⁷ Andrea Germano de Oliveira Romariz - *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?* [Dissertação de Mestrado]. Lisboa: FLUL, 2011, p. 12-13.

⁵⁷⁸ J. Simões Dias - Anno Litterario de 1868. In *A Folha* (Microcosmo Litterario), p. 42.

A oposição, letrado “versus” iletrado, substituiu-se por uma distinção no domínio da competência ou seja, a atitude de “saber o que ler” em confronto com a prática de leituras fáceis, sem crítica, que implicavam uma competência estática.

A generalização da leitura fez-se com a necessária adaptação ao nível dos rituais: a relação entre os leitores eruditos e os livros de que se ocupam é preferencialmente silenciosa, reflexiva, ao contrário dos leitores “populares” que são iniciados através da leitura em voz alta, tradição que persiste mesmo quando o número de leitores é já significativo e o domínio da técnica os torna mais autónomos para escolherem leituras da sua preferência.

Esta ideia assenta na premissa de que o leitor popular não se diferencia do erudito pela natureza das suas leituras mas pelo processo / forma de ler. Nesta ordem de ideias seria interessante reunir elementos suficientes para caracterizar as apropriações dos utilizadores das bibliotecas populares, confrontando-as com as das bibliotecas eruditas, o que parece inviável pela presumível ausência de marcas identificadoras dos leitores nas obras lidas.

Por outro lado, os estudos acerca da literatura popular e erudita centram-se na valorização do contributo de raiz popular, onde muitos eruditos vão beber conhecimento. A literatura popular é apresentada como um elemento dinâmico da literatura culta e ao povo cabe um papel essencial na consagração, sinónimo de popularização, das criações eruditas de melhor qualidade, verdadeiramente artísticas.

Se pensarmos na informação que conseguimos reunir sobre a promoção da leitura para as camadas populares, ocorre-nos o empenho na realização de “leituras públicas”, atestado pelos inquéritos ao ensino primário, de que se tem conhecimento para o final da década de 1870. Escassas e pouco frutuosas iniciativas, como já tivemos oportunidade de mencionar.

No que concerne às bibliotecas populares, não encontramos elementos que nos permitam concluir sobre a prática da leitura coletiva, regular e em voz alta. Apenas algumas palestras, conferências ou outras sessões que podiam eventualmente envolver leituras, mas com carácter excecional. Destarte seria no campo da “leitura domiciliária” e da que se realizava em espaços públicos, como os cafés ou as tabernas, entre excessos de

álcool, apostas e discussão, que se manifestava o registo mais “popular” de contacto com a leitura.⁵⁷⁹

Os documentos iconográficos com representações de leitura em bibliotecas de características populares são praticamente inexistentes, até porque não abundam as imagens sobre outras bibliotecas, como já referimos. Não chegara ainda “o tempo da imagem”, a sua captação era um processo criterioso e pouco frequente, muito longe da “vulgarização” que viria a conhecer na segunda metade do século XX.

A “propaganda” da leitura através da divulgação das suas práticas nas bibliotecas, não constituía certamente um tema apelativo para o público consumidor de periódicos generalistas e, no último quartel do século XIX, não existiam revistas da especialidade em Portugal.

3. As coleções populares

Quando encetámos a pesquisa que constitui o suporte do nosso projeto, considerámos importante fazer um levantamento dos títulos das coleções, também denominadas “bibliotecas”, que pareciam estar mais diretamente associadas à educação popular, no sentido de avaliar a sua representatividade nos acervos das bibliotecas populares. O resultado foi um quadro com três páginas que optámos por juntar como anexo.

Apesar de não ser uma recolha exaustiva e de conter algumas lacunas no que respeita à datação rigorosa das coleções, à sua periodicidade, ao preço e até mesmo aos temas, uma vez que não conseguimos ter acesso direto a todas as publicações, representa, contudo, um esforço para sistematizar uma informação muito dispare.

Num momento seguinte, tentámos identificar essas coleções nos catálogos e inventários de algumas bibliotecas populares estudadas mas foi uma tarefa árdua e de sucesso comprometido pelo facto desses documentos apontarem somente os títulos e os

⁵⁷⁹ Na primeira metade do século XIX a leitura do jornal seria “realizada de modo diverso e em diferentes locais por um advogado, um negociante ou um artesão.” Este ou qualquer outro trabalhador “lêem, ou ouvem ler em voz alta, no meio da taberna entre o barulho das conversas, as apostas no jogo e um copo de vinho, junto com os seus, e sem pagar nada por isso; o simples consumo da aguardente dá-lhe acesso às notícias.” Cf. Maria Alexandre Lousada - *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do século XVIII a 1834*, 1995, p. 401.

O “botequim” é apresentado como o espaço de sociabilidade representativo da civilização oitocentista, por excelência, onde não faltava a leitura do jornal em voz alta, com os consequentes comentários sobre a situação política. Cf. Ernesto Rodrigues - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, 1996, p.294.

autores, sendo poucos os casos em que a coleção é referida. Constitui exceção a obra *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, dirigida por David Corazzi, que é mencionada em algumas bibliotecas populares.

Noutros casos, os títulos deixam adivinhar a ligação às coleções em causa, mas a classificação dos diferentes acervos bibliográficos não nos permite concluir sobre a existência de uma significativa variedade de “coleções populares” nas bibliotecas homónimas, que constituem o nosso objeto de estudo.

A existência destes livros, com a organização e designação que apresentam, se não pode ser considerada um cânone para os leitores populares, revela no entanto uma clara intenção de educar os menos preparados num determinado sentido, valorizando alguns conteúdos em detrimento ou exclusão de outros, mesmo que todo este processo tivesse ocorrido mais pela “sensibilidade” dos editores do que por orientações definidas por qualquer entidade ou organização responsável pela educação popular.

Em relação às bibliotecas populares portuguesas, não se conhecem, para o período da nossa investigação, listas de obras ou de autores recomendados para leitura ou seja, aquilo que pode ser tomado como a elaboração de um cânone, talvez porque havia consciência das limitações de desenvolvimento desses institutos de leitura. A constituição das bibliotecas móveis, já na segunda década do século XX, representa uma exceção, dada a intencionalidade de que se revestia a escolha dos livros que integram cada uma das malas. Nesse processo reflete-se já a importância atribuída à literatura infantil, que se torna uma constante à medida que as taxas de analfabetismo vão diminuindo.

Todavia, uma análise mais minuciosa de alguns catálogos das primeiras bibliotecas populares permite descortinar um intencionalidade pedagógica e de divulgação de obras de natureza mais popular, muito embora o critério dependesse sobretudo do entendimento, do interesse e do investimento levado a cabo pela(s) pessoa(s) ou entidade(s) responsáveis pelas bibliotecas, como já tivemos oportunidade de referir e queremos sublinhar de novo, tomando como exemplos os catálogos das bibliotecas de Estremoz e da Sociedade Martins Sarmento, publicados no início e no fim da década de 1880.

Trata-se de dois documentos muito distintos, quer no volume de obras (1536 e 9104 títulos, respetivamente), quer na organização do catálogo, mas em ambos conseguimos encontrar diferentes marcas da natureza popular das bibliotecas, apesar de ser muito difícil localizar as obras das coleções rastreadas.(Anexo V)

Em Estremoz, no conjunto de obras entregues pelo Estado destacam-se os livros escolares, os compêndios, sobretudo da autoria de João Felix Pereira. Contudo, é no lote

dos “Livros comprados por conta da subscrição” que se identifica mais facilmente o traço popular, evidenciado pela aquisição de títulos de duas coleções que não deixam qualquer margem de dúvida sobre o propósito desta biblioteca: oito títulos da coleção “Bibliotheca popular – por uma sociedade d’homens de letras” e sessenta e sete títulos associados à coleção “Educação popular” que tem a chancela da direção literária de Manuel Pinheiro Chagas. A sua popularidade concorre apenas com um único escritor, do qual são adquiridas dezoito obras: Almeida Garret.⁵⁸⁰

O catálogo da *Bibliotheca Publica de Guimarães* integra dentro de cada classe alguns títulos de coleções e obras populares, portuguesas e estrangeiras (maioritariamente francesas⁵⁸¹), vários almanaques em português e francês e muitos autores “populares” ao lado de outros nomes, clássicos e eruditos: Júlio Verne e Virgílio; Molière e Ovídio. Entre os portugueses, avultam as referências a Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Fialho de Almeida, Rebello da Silva, Almeida Garret e também as obras de João Félix Pereira e os títulos que compõem a *Biblioteca do Povo e das Escolas*. Na secção VII – “Polygraphos”, evidenciam-se estas obras de cariz popular, com referência às séries e coleções homónimas, *Bibliotheca dos pobres: leitura instructiva dedicada à classe trabalhadora de Portugal e Brazil*; *Bibliotheca do Povo e das Escolas*; *Diccionario Popular e Educação Popular*, *Encyclopedia Instructiva e Amena*, ambas as obras dirigidas por M. Pinheiro Chagas. O vasto conjunto de Almanagues que é igualmente reportado nesta classe, inclui títulos elucidativos do público a que se destina, com referências expressas às camadas populares.

Noutras bibliotecas de menores dimensões pode não ser tão evidente a presença das coleções populares mas é possível identificar alguns autores e títulos que denunciam essa relação e ilustram a preocupação dos responsáveis pela criação desses institutos em conferir-lhes um carácter popular, quer quando se trata de bibliotecas com obras maioritariamente entregues pelo Estado, quer quando resultaram da iniciativa de um benemérito, como aconteceu com a biblioteca popular de Oleiros, cujo acervo integra folhetos e obras com romances (de autores) populares: Camilo, Augusto César...

Nos catálogos das bibliotecas compostos por obras entregues pelo Estado encontram-se também várias referências a autores populares, portugueses e estrangeiros,

⁵⁸⁰ Cf. *Catalogo da Bibliotheca Popular de Extremoz*, 1880.

⁵⁸¹ Refira-se, a título de exemplo, na classe II, a *Bibliothèque d’instruction populaire – Maître Pierre ou le Savant du Village: entretiens sur la Chimie*, par Achille Penot, Paris, 1840. Cf. *Catalogo da Bibliotheca Publica de Guimarães*, 1888 op. cit., p. 14. Esta coleção é referida no âmbito de outras classes, a propósito de diferentes temáticas. A *Bibliothèque de Poche* abarca as áreas da antropologia, geografia, história, literatura.

mas nem sempre os nomes são coincidentes, registando-se até algumas ausências peculiares (Camilo e Júlio Dinis), somente explicáveis pela preocupação em sublinhar o propósito moralizador e pedagógico da biblioteca (Associação Civilização Popular), expresso na quantidade de compêndios e também, num sentido diverso, no artigo 8º do Regulamento.⁵⁸²

O acervo da biblioteca popular do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas manteve-se integral apenas durante cerca de dois anos, dado o desmantelamento da biblioteca em 1872. Todavia, interessa destacar o seu traço popular, sublinhado pela presença de compêndios de três autores, João Felix Pereira, Rebello da Silva e Moreira de Sá, a par de outros escritores mais literários como Pinheiro Chagas, Júlio César Machado, Camilo Castelo Branco e A. Dumas.⁵⁸³

Há autores que afirmam, para o caso francês, baseados em estudos estatísticos, que o melhor exemplo de “livro popular” era um livro escolar, com muita ilustração, *Le tour de la France par deux enfants*⁵⁸⁴. Em Portugal, existiram livros similares que tiveram também uma ampla divulgação, como deixam perceber as múltiplas edições que atingiram tiragens muito elevadas, sobretudo se tivermos em conta que a evolução da escolaridade fez-se mais lentamente, ainda que a ilustração se tivesse mantido muito rara nos compêndios escolares, até a início o século XX.⁵⁸⁵

Destacam-se os nomes de Aquiles Monteverde (1803-1881), autor da obra *Methodo Facilimo para Aprender a Ler*, complementada pelo *Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrucção Primarias de Portugal* do 1º e 2º grau e do Império do Brasil, que teve a sua 1ª edição em 1836 e chegou à 13ª edição em 1893, com uma tiragem que ultrapassava os 150.000 exemplares, alcançando uma média de 19.500 exemplares por edição.⁵⁸⁶ Tratava-se de livros de formato pequeno e mais de 500 páginas, com alguma ilustração de caráter didático para apoiar os assuntos versados, cerca de dezena e meia de rubricas diferentes, desde os “Principios geraes de moral”, passando pela Religião, “Aritmethica”, “Bellas Artes”, História, até à “Biographia clássica”.

⁵⁸² Cf. *Regulamento e Catalogo da Bibliotheca da Associação Civilização Popular*, 1875.

⁵⁸³ Cf. *Centro Promotor - Bibliotheca Popular – Catalogo*, 1870.

⁵⁸⁴ “le plus lu peut-être de tous ses écrits «adressés»”. Cf. Jean Hébrard - *Les nouveaux lecteurs*. In *Histoire de l'Édition Française*, p. 490

⁵⁸⁵ Sérgio Campos Matos - *Memória e Nação: Historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. 1995, p. 164.

⁵⁸⁶ Cf. Sérgio Campos Matos - *Memória e Nação: Historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. 1995, p. 223.

Os compêndios de António Francisco Moreira de Sá (1825-1880) e João Félix Pereira (1822 – 1891) também tiveram múltiplas edições, o que significava chegar a um público vasto e diferenciado, sinónimo de popularização dessas obras. O primeiro coordenou várias “obras elementares” aprovadas pelo Conselho Geral de Instrução Pública, mas o título mais editado foi o *Novo Compendio de Historia de Portugal em Forma de Diálogo* que atingiu a 21ª edição em 1883; bastante acima das treze edições alcançadas, em 1879, pelo *Compendio de Chorographia Portugueza: para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria*. Este mesmo título parece ter obtido maior sucesso na versão assinada por João Félix Pereira: trinta e sete edições em 1877; enquanto o seu *Compendio de Geographia Portugueza: para uso dos alumnos de instrucção primaria e secundaria*, chegou à 13ª edição em 1888.

Outros autores cujas obras tiveram uma significativa tiragem foram Arsénio Mascarenhas (1847-?), com *Resumo da História de Portugal* que alcançou 5.000 exemplares em 1897, e sobretudo Brito Aranha (1833-1914) com *Leituras Populares*, uma obra cujo título denuncia uma intencionalidade prescritiva e um pendor pedagógico bem definido.⁵⁸⁷ Apesar da contestação de que foi alvo, este livro, com uma média de 3.200 exemplares até à 6ª edição, alcançou então uma tiragem de 16.000 e, no ano de 1894, atingiu a 9ª edição, tendo sido premiado em exposições internacionais.⁵⁸⁸

Não obstante o manual assumir o estatuto de produto popular aceite, a procura de romances por parte dos leitores populares ocupava uma posição privilegiada em França⁵⁸⁹, como em Portugal, na Espanha e, certamente, nos outros países da Europa ocidental, apesar da valorização negativa deste tipo de literatura persistentemente alimentada por alguns grupos mais preocupados com o controlo das leituras feitas pelo povo.

Neste contexto, é de referir também a opinião dos que criticavam a tentativa de criar produtos literários especificamente para o povo, cuja qualidade era duvidosa e sem a aceitação desejada. Estes autores defendiam que devia permitir-se que o povo lesse os

⁵⁸⁷ Na dedicatória da obra o autor sublinha a sua mensagem A MEUS FILHOS

Estudae e Irabalhae; Honrae a Pátria e a família, fazei-vos bons e honrados cidadãos; respeitae os humildes; levantae-vos ao lado dos grandes pelo procedimento, pelo estudo e pelo trabalho; lembrae-vos sempre de vossos pães, que vos amam; respeitae-lhes a memória pelas vossas acções. B.A. Cf. Brito Aranha - *Leituras Populares, Instructivas e Moraes, colligidas para as escolas primarias*, 1872.

⁵⁸⁸ Idem, ibidem, p. 221.

⁵⁸⁹ Nos anos de 1880 e 1890 os romances representavam mais de metade dos empréstimos feitos pelas bibliotecas municipais de Paris e as bibliotecas apoiadas pela Sociedade Franklin lamentavam frequentemente o facto de os seus leitores preferirem os romances de Alexandre Dumas ou o livro de Victor Hugo, *Notre-Dame de Paris*, aos livros mais sérios. Na prática, os leitores populares não acatavam as sugestões dos bibliotecários, preferindo escolher as obras que eram mais do seu agrado.

livros escritos para qualquer pessoa sem que lhe fosse imposto um regime especial, entendido como um sinal de menoridade.⁵⁹⁰

De igual forma, havia autores, especialistas da educação e pedagogos que apresentavam uma conceção muito positiva do romance, considerando essencial a sua leitura pela classe trabalhadora, por tudo o que de dignificante e imaginativo podia proporcionar, sobretudo aos operários e artistas. Na sua opinião, “para se fazer a educação de um individuo ignorante é necessário falar-lhe primeiro ao sentimento, depois a razão e por ultimo a intelligencia”.⁵⁹¹

Numa sociedade em que escasseavam os livros e em particular as obras de cariz popular, destacam-se algumas iniciativas dos editores para equipar as bibliotecas com determinados títulos: David Carnage, editor do *Dicionário de Geografia Universal* faz a publicidade da obra para as bibliotecas das escolas com uma descrição detalhada da obra. Também o livreiro, Manuel José Ferreira, apresenta um requerimento solicitando ao Ministério do Reino que compre exemplares do livro *Lisboa Antiga* de Castilho em cinco volumes para distribuir pelas bibliotecas: públicas, populares e das escolas.

Pese embora a proliferação das coleções populares, estes livros não tinham um espaço editorial específico, nem um mercado garantido, sendo a sua produção/distribuição assegurada pelos grandes livreiros e editores que funcionavam como uma espécie de “mercearia da literatura, vendendo de tudo.”⁵⁹²

Merecem particular realce no cumprimento desse papel de divulgação da cultura, duas livrarias / editoras: a Parceria António Maria Pereira, criada em 1848 – Lisboa e, no Porto, desde 1869, a Livraria Chardron dos irmãos Lello que vendia coleções muito diferenciadas, enquanto a Parceria fazia dinheiro com o comércio de outras obras de cariz popular: manuais, almanaques, dicionários.

A edição de livros, no início do século XX, devia ser um negócio rentável, se atentarmos na quantidade de exemplares de algumas obras, tendo em conta a população letrada da época. Possuir bibliotecas numerosas e com uma bonita apresentação era uma marca de inquestionável prestígio. Na opinião de alguns autores o “mercado português não

⁵⁹⁰ “c’est que les livres que se donnent les airs d’être écrits pour le peuple sont de ceux précisément que le peuple chez nous ne lit presque jamais.”, citado por Maurice Pellisson, *Les Bibliothèques Populaires à l’Étranger et en France*, 1906, p. 202.

⁵⁹¹ Cf. *Bibliothecas Municipaes de Lisbo*. In *Froebel*, n. 19, 1884, p. 150.

⁵⁹² Cf. Rui Ramos - A segunda fundação (1890-1926). In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, p. 46

era popular”, vendia-se melhor o livro caro do que o livro mais barato.”⁵⁹³, pelo que seria esse negócio que sustentava estas editoras. É uma opinião questionável, uma vez que não parece ser corroborada pela quantidade de edições e tiragens de algumas obras populares vendidas a preços reduzidos e por isso acessíveis mesmo aos menos abonados, como já foi aqui referido, a propósito dos compêndios escolares e de outras obras similares.

O romance que atraía os leitores de ambos os sexos, apesar da clara preponderância de requisições feitas por elementos do sexo masculino, era de autores maioritariamente do século XIX, românticos ou realistas, contemporâneos ou relativamente próximos dos leitores. Colocavam o enfoque no conhecimento do mundo e nos sentimentos humanos.

Algumas obras desses escritores (Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Júlio Dinis, Raúl Brandão... e outros autores estrangeiros) foram inicialmente divulgadas através dos jornais sob o formato de folhetins (*Pupilas do Senhor Reitor, Morgadinha dos Canaviais; Morte de Jesus; Mistério da Estrada de Cintra...*) e este foi efetivamente um meio para popularizar os textos de autores que, distintos nas suas narrativas, aproximavam-se na preocupação e na apetência para olhar a sociedade portuguesa sob diferentes ângulos.

Podem encontrar-se os retratos de figuras ou situações típicas da época nas páginas de diferentes obras e autores, de que deixamos aqui os exemplos de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco, a propósito da figura do “brasileiro”⁵⁹⁴, das suas prosápias e aspirações políticas, em Portugal, mas também do significado que a ex-colónia tinha para os portugueses: um destino preferencial de emigração⁵⁹⁵.

⁵⁹³ Idem, Ibidem, p. 47.

⁵⁹⁴ Eça de Queirós, cáustico e impressivo, analisa essa questão sociológica que deixou amplas e diversas marcas na história portuguesa do século XIX, que é a da relação do *Brasileiro* (o português que emigrara para o Brasil voltando rico e com vontade de se impor na sociedade portuguesa oitocentista) com o português, classe média, que já tinha o seu espaço social definido, dando mostras de não querer partilhá-lo com esses “retornados”, apesar de não dispensar os seus investimentos. A crítica de Eça centra-se no despudor de quem caricaturava de forma tão depreciativa uma figura que ele considerava ser “simplesmente a expansão do Português”. Eça insurge-se vivamente contra a hipocrisia e oportunismo do português, “mandrião” que procura “viver à custa do brasileiro”, assumindo facilmente dois discursos sobre essa figura: “Em cavaqueira é o macaco; na imprensa é o nosso irmão de além-mar.”. Aconselha, por isso, o brasileiro a responder de forma radical aos portugueses (lisboetas) que escarneciam de quem tanto contribuía para os seus negócios: “*Brasileiro* amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras (...) esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponhas mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que ficará o lisboeta, que tanto ria de ti!”. Cf. Eça de Queiroz - *Uma Campanha Alegre de «As Farpas»*, vol. II, cap. XXI, Fevereiro 1872, pp.87-93.

⁵⁹⁵ O pai de Daniel, desencantado com o comportamento atrevido do filho, desabafa com o padre António, o senhor reitor, sobre o que ele pensa ser a “saída possível” para a situação: “Já vejo que é impossível deixá-lo ficar aqui na terra. Lá me custa que sempre é filho; mas não há outro remédio. Que vá para o Brasil. (...)”

O brasileiro, assinante e leitor infalível de vários periódicos políticos, conseguira, á força de leitura, fixar na memória certas frases de artigo de fundo, e acabara por convencer-se de que possuía grandes noções de ciência política.⁵⁹⁶

Numa outra passagem, a propósito do resultado eleitoral, Júlio Dinis ironiza:

O brasileiro fez as pazes com o conselheiro, porque este, logo que entrou para o ministério, mandou lavrar o decreto em que se nomeava visconde de não sei quê o seu antigo inimigo. Foi este o primeiro acto político do gabinete, que o país ingrato teve a sem-razão de aplaudir.

O brasileiro, em paga, entrou com (...) melhoramentos locais, com grande proveito da aldeia. (...) A reconciliação entre dois adversários comove sempre a alma!”⁵⁹⁷

Camilo Castelo Branco, por seu turno, sublinha alguns traços na figura do “Comendador”⁵⁹⁸:

Representava quarenta anos florentísimos. (...) Fumava sempre uns charutos que vaporavam os aromas das recâmaras das sultanas.

Na mesa, era de uma elegância frugal que desmentia a procedência. Olhava para o bife com um fastio tal e tamanha tristeza, que fazia lembrar Tertuliano, quando, meditando na metempsicose, olhava para o boi cozido, e dizia: «Estarei eu comendo o meu avô?».

A vivacidade das descrições era testemunhada pela ilustração dos livros, uma marca popular com uma ligação mais específica a determinados públicos leitores, com destaque para a trilogia: povo, mulher e criança. No entanto, alguns autores foram mais “ilustráveis” (Victor Hugo, H. Balzac, Alexandre Dumas, G. Sand...) do que outros (Musset, Merimée...). Para o nosso estudo importa reter esse traço característico de uma literatura de vulgarização e associada a rituais de aprendizagem, que é a utilização da imagem como elemento fundamental do conteúdo que se quer transmitir.

A leitura popular não se destinava a levar o leitor à descoberta de novos mundos, era sim para conduzir as suas lembranças através da repetição periódica, um exercício de memória e de reconhecimento, mais do que de imaginação.

A literatura dos autores românticos, acima de qualquer outra, revê-se nesse propósito e Camilo Castelo Branco pontua entre os mais representativos, com as suas novelas tão apreciadas pelos frequentadores destas bibliotecas populares, destacando-se as que se centram no Minho e que deram nome ao livro onde o autor enaltece as virtualidades

- Pode enriquecer por lá, que é terra para isso”. Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 243.

⁵⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 168.

⁵⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 415.

⁵⁹⁸ Cf. Camilo Castelo Branco, *Novelas do Minho*, 1981, pp. 90-91

da “humildade rústica do viver rural”, contra a força destruidora do progresso e o alastrar da “gangrena cidadina”.

Procurando aliados entre os mais lídimos defensores da causa popular, o escritor consagra as suas *Novelas do Minho* a algumas figuras ilustres, com destaque para D. António da Costa, a quem dedica a novela intitulada “O Comendador”:

Aqui tem, pois, D. António da Costa, o foco de progresso que esparge raios de luz para as aldeias setentrionais do Minho, enquanto o Porto alastra no Sul os caixeiros contaminadores, que levam consigo a corrupção dos romances (...) É neste meio que eu me abalanço a esgaratujar novelas.(...) Diziam-me que a rusticidade era o derradeiro baluarte da pureza e que os lavradores do Minho, nivelados com os saloios da Estremadura, eram os cândidos pastores da Arcádia comparados aos malandrins de Gomorra. Um dos meus estudos, no intuito de me habilitar para o confronto do saloio com o minhoto – da raça sarracena com a galega – é esta historinha que lhe dedico, meu nobre amigo.⁵⁹⁹

Numa outra aceção, é de considerar a importância da temática da leitura integrada na iconografia oitocentista, para pintores e outros artistas, tornando-se uma fonte de informação essencial para a reconstituição das práticas, apesar desta forma de representação não ser muito vulgar, nessa época, em Portugal.

4. Os autores mais procurados

No capítulo anterior analisámos o tipo de leituras (e de leitores) de diferentes bibliotecas populares, salientando o peso da literatura e destacando dois ou três autores mais representativos em Tomar. Agora, daremos conta de alguns nomes de escritores portugueses e estrangeiros que estiveram no topo das requisições nas bibliotecas mencionadas. Seleccionámos vinte e oito nomes, onde se incluem dezassete portugueses e onze estrangeiros, sobretudo franceses, usando o critério do número superior de requisições em pelo menos uma das bibliotecas referidas no quadro, e depois assinalámos a sua existência nas demais bibliotecas.

Destaca-se o facto de não haver nenhum autor com presença nas seis bibliotecas apresentadas, o que pode ser explicado tendo em conta a extensão do arco cronológico do estudo e a existência efémera de algumas bibliotecas (Castelo de Vide e Tomar). Os mais representativos (presentes em cinco bibliotecas) foram Almeida Garrett e Júlio Dinis, entre os autores portugueses, e Júlio Verne, entre os estrangeiros. Contudo, estes autores não

⁵⁹⁹ Cf. Camilo Castelo Branco - O Comendador. In *Novelas do Minho* I, 1985, p. 75.

atingiram quantitativos de leitura semelhantes aos de Camilo Castelo Branco que só figura em quatro das seis bibliotecas.⁶⁰⁰ Note-se que neste conjunto surge apenas uma mulher e associada somente a uma biblioteca, dada a natureza da sua obra (literatura para crianças).

A presença mais significativa de uns ou de outros autores prende-se também com a localização geográfica das bibliotecas e com as particularidades da evolução histórica da região. Esta pode ser uma explicação para o superior interesse pelo escritor brasileiro José de Alencar, por parte dos utilizadores da biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, que teria com certeza sócios e leitores com uma forte ligação à ex-colónia, destino preferencial de emigração para as gentes do Minho, no século XIX. Igualmente nesta biblioteca, regista-se uma assinalável procura das obras de Raúl Brandão, conterrâneo e frequentador da biblioteca Municipal de Guimarães, na década de 1920, como podemos constatar através dos registos feitos pelos leitores. Esta ligação é confirmada também pelas “Disposições testamentárias a favor da Sociedade Martins Sarmento” que incluem uma doação feita por Raúl Brandão à biblioteca da Sociedade Martins Sarmento: livros e um quadro de “Mestre Columbano”.⁶⁰¹

⁶⁰⁰ Noutras bibliotecas, mesmo as que tinham um carácter associativo, a literatura era preponderante e, entre os autores mais representados, constavam os nomes de Júlio Verne e Ponson du Terrail (estrangeiros) e Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano (portugueses). Cf. Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: As Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*, pp. 201-203.

⁶⁰¹ Cf. *Estatutos e Regulamento Interno da Sociedade Martins Sarmento: Acompanhados de Informes e disposições diversas sobre a vida cultural e económica da mesma instituição*, 1956, pp. 108 e 121.

Quadro 12 - Alguns escritores mais procurados nas Bibliotecas Populares (1870 – 1930) ⁶⁰²

Autores/Obras	Estremoz (1880-82)	Castelo Vide (1871 – 1898)	Tomar (1882 – 85)	Martins Sarmento (1919-1930)	BPL ⁶⁰³ (1925 -1930)	Bib. Móveis (1915-1930)
José de Alencar (E)				X	X	
Alexandre Dumas (E)				X	X	X
Alexandre Herculano			X		X	
Almeida Garrett	X		X	X	X	X
Ana de Castro Osório						X
Anatole France (E)				X		
Aquilino Ribeiro				X		
H. de Balzac (E)				X	X	X
Blasco Ibanez (E)				X	X	
R. Bulhão Pato	X	X	X			X
Camilo Castelo Branco	X	X		X	X	X
A. Daudet (E)				X		X
Eça de Queirós				X	X	X
Fialho de Almeida				X	X	
G. Flaubert (E)				X	X	X
Júlio Dantas				X	X	
Júlio Dinis		X	X	X	X	X
Júlio Verne (E)	X		X	X	X	X
Leite Bastos	X					
Lopes de Mendonça				X		
M. Pinheiro Chagas			X	X	X	
Paul de Kock (E)				X		
Ponson du Terrail (E)					X	
Solano de Abreu					X	
Teixeira de Vasconcelos		X		X		
Victor Hugo (E)			X	X	X	X
Raúl Brandão				X		
E. Zola (E)				X	X	X

Fontes: Livros de Registo, Visitantes e Empréstimos das bibliotecas. Catálogos das BM. Trabalhos de Filomena Bruno (Castelo de Vide) e de Filomena Galvão (Tomar)

⁶⁰² Informação recolhida em diferentes fontes: livros de registo e de visitantes; livros de empréstimo; catálogo das bibliotecas móveis; trabalhos de investigação (teses) da autoria de Filomena Bruno – *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*, 2011 e de Filomena Galvão - *Tomar, as instituições e os agentes de cultura: o papel da imprensa no século XIX e o advento da 1ª biblioteca popular*, 2006.

Os autores estrangeiros estão assinalados com (E).

Faltam nesta listagem dois nomes de escritores que estavam entre os primeiros na biblioteca de Estremoz mas sem referência noutras bibliotecas, pelo que não foram incluídos neste quadro. Trata-se de João de Lemos e Guilherme António Correia.

⁶⁰³ No livro de registo dos empréstimos feitos por esta biblioteca constam sobretudo os títulos das obras, numa caligrafia muito descuidada, dificilmente perceptível. Constitui exceção o autor Júlio Verne.

Um estudo⁶⁰⁴ sobre as práticas de leitura nas bibliotecas populares francesas, criadas e/ou apoiadas pelo Estado revela que, apesar de E. Zola ser o autor com maior quantidade de títulos editados e vendidos em França, uma vez que publicou grande parte da sua obra em formato de folhetim, o seu nome está praticamente ausente nestas bibliotecas. As razões apontadas prendem-se às características realistas, naturalistas da sua obra que interessava às camadas inferiores, os trabalhadores, e era temida pela burguesia dominante. Ao contrário, nas associações, as obras de Émile Zola tinham lugar de destaque, assim como em algumas bibliotecas municipais de certas regiões da França.

Outro autor que marcou a sua época, atraindo muitos leitores também nas bibliotecas portuguesas, foi Paul de Kock, um nome conhecido do público francês, sobretudo pelas jovens raparigas de classes baixas, parisienses, que figuram nas representações escritas e iconográficas que nos chegaram da literatura de meados do século XIX.⁶⁰⁵ Em Portugal, o seu sucesso é atestado pela publicação de uma coleção com as obras de Paul de Kock, sensivelmente entre 1865 e 1871.⁶⁰⁶

Este autor era um dos três romancistas mais requisitados pelos militares do Corpo Expedicionário Português (CEP). Representava 11,18% de um conjunto numeroso e muito diversificado de autores que integravam as bibliotecas móveis. Os outros dois escritores eram Camilo Castelo Branco (12,76%) e Júlio Verne (10,66%). (vid. Anexo XIV)

No retrato, de traços muito apurados, que apresenta da sociedade portuguesa desta época (1871), Eça de Queirós identifica um escritor, tomando-o como o marco de uma dada realidade cultural: “Não se compra um livro de ciência, um livro de literatura, um livro de história. Lê-se Ponson du Terrail – emprestado!”⁶⁰⁷

Alguns autores portugueses surgem também como tema da crítica literária feita pelos seus pares, que enaltecem qualidades ou sublinham vícios, como se pode constatar na descrição que Guerra Junqueiro faz de Eça:

Eça de Queiroz é um inspirado. Dentro d’aquelle romancista há uma pythonisa: antes de fazer romances fez apocalipses. (...)

Eça de Queiroz é um grande romancista porque é ao mesmo tempo um grande poeta. Tem a analyse e tem a intuição.⁶⁰⁸

⁶⁰⁴ Cf. Colette Becker - L’Audience d’Émile Zola, in *Cahiers naturalistes*, 47, 1974, pp. 40-69, citado por Jean Hébrard - Les nouveaux lecteurs. In *Histoire de l’Édition Française : le temps des éditeurs. Du romantisme à la Belle-Époque*, tome III, 1986, pp. 504-505.

⁶⁰⁵ Friz Nies - Où peut conduire la lecture du Constitutionnelle: lecteurs e lectures de textes à grande diffusion – une promenade iconographique au XIXe siècle. In *Colportage et Lecture Populaire*, op. cit. p. 139.

⁶⁰⁶ *Bibliotheca popular*, ed. J. A. Xavier de Magalhães, Lisboa, 1865- 1871?.

⁶⁰⁷ Eça de Queiroz - *Uma campanha Alegre* de «As Farpas», vol. I, 1978, p. 37.

⁶⁰⁸ Guerra Junqueiro - Eça de Queiroz. In *O Ocidente*, 1878, nº 7, p.54.

Este autor por seu turno abre tréguas na prosa agitada, uma “áspera fuzilaria” composta por abundantes e certeiras farpas, para homenagear um escritor com um olhar muito distinto do seu mas que lhe merece algumas palavras simpáticas: “Júlio Dinis amava a realidade: é a feição viril e valiosa do seu espírito. (...) Foi simples, foi inteligente, foi puro. Trabalhou, criou, morreu.”⁶⁰⁹

5. A imprensa

5.1. O poder da comunicação⁶¹⁰

“Portugal posto em texto e em gravura”

Esta definição apresentada pelo periódico *Domingo Ilustrado*, surgido no final da Primeira República (1925 – 1927), encerra o sentido de evolução da imprensa desde a sua afirmação, na segunda metade do século XIX, quando alcançou uma crescente importância e um extraordinário poder, com uma procura superior à das décadas de 70 e 80 do séc. XX, época em que a mediatização da vida social e política já era feita preferencialmente através da rádio e da televisão.

Não obstante o ceticismo de alguns autores, que viam nesta projeção do jornal uma ameaça ao livro, a verdade é que tiveram um papel fundamental na divulgação da leitura, para além de outras funções de carácter político e ideológico que condicionavam a sua existência.

Em Portugal, o número de jornais mais do que duplicou entre 1870 e 1890 e esse facto deveu-se à facilidade que existia em criar um jornal e à importância política da imprensa, antes, durante e após a aplicação da legislação repressiva sobre os periódicos, iniciada sobretudo no final do século XIX. Muitos políticos importantes criaram jornais, usando-os para publicitar as suas ideias.⁶¹¹ Também as forças sociais usaram a sua imprensa para fazer valer as ideias que proclamavam. Referimo-nos quer à Igreja, quer ao

⁶⁰⁹ Eça de Queiroz, op. cit. p. 196-197.

⁶¹⁰ “Le journal, tel que nous le comprenons, c’est à dire ce puissant moyen de diffusion de la pensée, ce rapide véhicule des faits, des idées et des doctrines, cet auxiliaire de tout progrès, est l’oeuvre spéciale du XIXe siècle.”, Larousse: *Encyc. du XIXe siècle*, cit. *Catálogo de Jomais existentes na Biblioteca Municipal do Porto*, 1913.

⁶¹¹ João Chagas e França Borges à frente do jornal *O País* mas com ligação a alguns outros, como *O Mundo*. Cf. José Tengarrinha - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, pp. 253,254.

movimento operário que foram responsáveis por vários títulos e pela oposição que existia entre as ideias por eles veiculadas.

Nesta ordem de ideias, valorizava-se o facto de o jornal ser “alinhado”. O seu poder era de tal forma que acreditavam que as notícias influenciavam os comportamentos sociais. A imprensa afirmava-se como o “quinto poder”⁶¹² e funcionava como um sistema de auto-referência: só existia o que a imprensa contemplava. Neste sentido, as causas e campanhas mais importantes afirmaram-se nas páginas dos jornais. A título de exemplo podemos referir a campanha em prol da educação assumida por D. António da Costa nas páginas do jornal *O Leiriense*, em meados do século XIX.

A política de compressão ou de libertação que acompanhou a evolução da imprensa explica a grande quantidade de títulos, muitos deles com uma existência efémera sem grande espessura jornalística. A preocupação com o rigor da notícia ou com a missão do jornalismo não era ainda comum entre os que assinavam os textos publicados nas páginas dos jornais, pelo que merece destaque a matéria publicada por Eça de Queirós no periódico que dirigiu, em 1867, *Distrito de Évora*, exatamente no primeiro número, dando conta da sua opinião, contrária à realidade que conhecia:

É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, nocivos (...) O jornalismo não deve ser sempre a expressão mais ou menos real das ideias recebidas; (...) ele é o motor dos espíritos (...) ele é o grande construtor do futuro (...) ⁶¹³

Entre os inúmeros jornais que existiram neste período, destacavam-se os diários de Lisboa e Porto: eram grandes empresas com uma intervenção que ia muito além do domínio cultural, alcançando a notória influência política que possuíam através das obras sociais e beneficentes que promoviam e de outras iniciativas, que atraíam os mais poderosos, captando a sua atenção e os seus subsídios: habitação social; eventos caritativos (quermesses ...), sopas económicas; colónias de férias mas também competições desportivas e feiras, como o 1º salão automóvel no Porto (1914).

O Século ultrapassou qualquer outro jornal em iniciativas para captar a atenção dos leitores, mais publicidade e mais vendas. Destacam-se os inúmeros concursos cujos

⁶¹² O rei detinha o quarto poder, o poder moderador, por isso este seria o quinto poder. Cf. Rui Ramos, A segunda fundação (1890-1926), in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, p. 53.

⁶¹³ Eça de Queirós, Revista Crítica dos Jornais. *Distrito de Évora*, nº 1, 6 de Janeiro 1867. In *Prosas esquecidas II*, 1965, pp.17-21.

resultados serviam para comprovar alguma das suas teorias sobre o funcionamento da sociedade. Neste contexto, os concorrentes eram cobaias da sua experimentação social e política. Eles queriam fazer história, assumir responsabilidades que deveriam caber ao Estado mas numa sociedade e economia liberal havia muito espaço para o exercício da filantropia e do mecenato.

A importância dos jornais da capital relacionava-se com a quantidade de publicidade e com a sua difusão nacional (os outros jornais eram de província)⁶¹⁴. O aumento da produção prendia-se também com a inovação tecnológica – máquinas que permitiam mais tiragens em menos tempo. O *Diário de Notícias (DN)* e *A Vanguarda* inauguraram a técnica de composição mecanizada (1904), sendo seguidos pelo *Jornal do Comércio* (Lisboa) e *A Palavra* (Porto).

No último quartel do século XIX verificou-se uma descida do preço dos jornais de 20 – 30 réis para 10 réis. Cada exemplar tinha quatro páginas: duas de escrita e duas de anúncios. O *Diário de Notícias* e *O Século* (depois de 1895) distinguem-se entre os jornais diários, pela elevada tiragem e pelo facto e não serem assumidamente alinhados com qualquer partido político.

A venda nas ruas por ardinhas foi inaugurada pelo *DN* que conseguiu assim popularizar o jornal. O seu formato incluía uma secção chamada “folhetim” que podia comportar nesse espaço uma crónica ou ensaio, intercalando com os folhetins-romance, contos ou histórias de carácter mais lúdico.

Alguns autores mantinham uma publicação regular nos jornais e havia também os que o faziam com menos regularidade mas muito sucesso, como foi o caso de Eça de Queirós, que transformou a sua obra escrita em parceria com Ramalho Ortigão, *O mistério da estrada de Sintra*, num sucesso literário e comercial, devido à estratégia de divulgação utilizada: o relato, nunca assumido como ficção, assemelhava-se a uma narrativa de qualquer episódio da vida real que, pelo *suspense* criado prendeu a atenção dos leitores desde o início. É com estas palavras que o médico - narrador enceta o primeiro capítulo desta história, publicada depois sob a forma de um romance.

⁶¹⁴ No início do século XX (1904-1905) Lisboa tinha 93 títulos – 22, 30% e o Porto 61 – 14,62%. A maioria dos jornais era de natureza política (61,63%, a nível nacional). O continente detinha 90, 16% dos jornais e a restante percentagem pertencia às ilhas. Cerca de vinte anos depois, no final da I República, a representatividade da capital aumentara para 27, 60%, acentuando-se ainda mais em 1927 (32,42%), enquanto diminuía a representação da capital do norte, para 9,76% e depois 8,39% dos jornais no Porto. No que respeita à natureza dos conteúdos, assiste-se a uma descida dos valores dos jornais políticos, para 38,42% (1925) e 27,34% (1927), em benefício de acentuado crescimento dos jornais incluídos na categoria de “diversos”. Cf. *Anuário Estatístico de Portugal*, 1905, p. 421; 1926, p.81 e 1928, p.120.

Sr. redator do Diário de Notícias.

Venho pôr nas suas mãos a narração de um caso verdadeiramente extraordinário em que intervim como facultativo, pedindo-lhe que, pelo modo que entender mais adequado, publique na sua folha a substancia, pelo menos, do que vou expor. Os sucessos a que me refiro são tão graves, cerca-os um tal mistério, envolve-os uma tal aparência de crime que a publicidade do que se passou por mim torna-se importantíssima como chave única para o desenlace de um drama que suponho terrível com quanto não conheça dele senão um só ato e ignore inteiramente quais foram as cenas precedentes e quais tenham de ser as últimas.

Sobre este primeiro romance policial comentaram os autores, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, numa “Carta ao Editor”, incluída na 3ª edição e datada de 14 de Dezembro de 1881.

Há quatorze anos, numa noite de verão no Passeio Publico, em frente de duas chávenas de café, penetrados pela tristeza da grande cidade que em torno de nós cabeceava de sono ao som de um soluçante pot-pourri dos Dois Foscaris, deliberámos reagir sobre nós mesmos e acordar tudo aquilo a berros, num romance tremendo, buzinado á baixa das alturas do Diário de Notícias. Para esse fim, sem plano, sem método, sem escola, sem documentos, sem estilo, recolhidos á simples «torre de cristal da Imaginação», desfechámos a improvisar este livro, um em Leiria, outro em Lisboa, cada um de nós com uma resma de papel, a sua alegria e a sua audácia.⁶¹⁵

A imprensa era o garante do salário dos escritores que podiam ganhar cerca de 500 reis/dia para traduzir gazetas de jornais estrangeiros, como terá sido o caso de Alberto Pimentel (1870). Não obstante, a situação preponderante entre os jornalistas era de uma “endémica pobreza” que só começou a ser ultrapassada na década de 1880. O pagamento “à peça” podia constituir um desafio interessante para os escritores e o montante acordado variava consoante a capacidade financeira do jornal e o prestígio do autor. O diretor de *O Século* chegou a prometer 50\$000 para pagamento de um romance original ao jornalista José Sarmiento, com o objetivo de o publicar em vários folhetins.⁶¹⁶

Mas a publicação nos jornais não estava acessível aos escritores mais populares leia-se, menos reconhecidos pela comunidade literária, mesmo que muito vendáveis, como parece ter sido o caso do jornalista portuense, Manuel Maria Rodrigues, autor do romance popular, *A rosa do adro*, que era considerado um mau escritor e, como tal, preterido pelos

⁶¹⁵ Eça de Queirós (em parceria com Ramalho Ortigão) - *O Mistério da Estrada de Sintra*. Luso Livros Uma Nova Forma de Ler.[em linha]. [acedido em 13/02/2016]. Disponível em<<http://www.luso-livros.net/wp-content/uploads/2013/05/O-Mist%C3%A9rio-da-Estrada-de-Sintra.pdf>>.

⁶¹⁶ Ernesto Rodrigues - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*. 1996, p. 243.

pares⁶¹⁷. Nas escolhas predominavam autores conotados politicamente com o republicanismo ou com o liberalismo progressista, deixando de fora os miguelistas e os liberais mais conservadores.

A questão do estatuto / imagem social impunha-se, para além da remuneração, porque a modalidade da assinatura, regular, dos jornais representava para o escritor uma forma de se tornar familiar e de alcançar o almejado reconhecimento público.

5.2. Os periódicos nas bibliotecas populares

O lugar ocupado pelos jornais nas bibliotecas populares era muito diferente de umas para outras bibliotecas: em alguns casos os jornais integravam a coleção, noutras constituíam um núcleo à parte ou nem sequer eram mencionados e, nas bibliotecas de maiores dimensões, foram criadas salas destinadas apenas à leitura dos jornais, que deram origem depois ao aparecimento de hemerotecas.

Nos catálogos (e inventários) que constituíram material de estudo para a análise da composição dos acervos documentais das bibliotecas, a referência aos jornais é inexistente (Oleiros) ou insignificante (Associação Civilização Popular), no caso das bibliotecas populares de menores dimensões, se considerarmos a fase inicial: décadas de 1870 e 1880 do século XIX.

Este facto não significa que as bibliotecas não tivessem jornais mas apenas que estes não eram registados ou catalogados, por serem considerados suportes de informação perecíveis e de livre utilização, à semelhança do que acontece atualmente, e também não eram objeto de requisição domiciliária. Nesta condição não estavam incluídos os jornais técnicos e de áreas científicas específicas, nem as revistas.

Algumas notas soltas dão-nos informação desta realidade que, não estando claramente expressa nos regulamentos das bibliotecas, estava implícita nas suas práticas, como era o caso de *A Voz do Operário* que, na sua estatística de leitura, menciona claramente que “não estão incluídos os leitores de jornais, porque não preenchem requisição”⁶¹⁸. A consciência da importante mas efémera existência do jornal contrapunha-

⁶¹⁷ Manuel Maria Rodrigues (1847-1899) foi um escritor e jornalista português, conhecido pelo seu livro *A Rosa do Adro*. Apesar da profusão da sua obra (com vinte anos de idade tinha já escrito e publicado vários romances), não conseguiu sair do anonimato. Os enredos dos seus romances envolviam personagens de camadas populares, pouco ao gosto das tendências literárias da época. O estilo era simples, de fácil entendimento e as histórias de amor pouco elaboradas.

⁶¹⁸ Cf. Manuel de Araújo Brocas, - *A Biblioteca de “A Voz do Operário”*. 1888 – 1938, op. cit., p. 29.

se à necessidade de valorização do livro, o único suporte capaz de fixar a mensagem que interessava difundir: “as doutrinas grandiosas, que hoje agitam a humanidade”.⁶¹⁹

Havia contudo bibliotecas que contabilizavam a consulta dos jornais, permitindo-nos avaliar a sua importância relativamente às outras leituras, como demos conta no capítulo anterior, a propósito da biblioteca de Tomar.

Diversa era a situação das bibliotecas da Sociedade Martins Sarmento em Guimarães e do Grémio de Ilustração Popular de Castelo de Vide, que apresentam um registo dos periódicos que constam, respetivamente, do catálogo e inventário de cada uma delas (**Quadro 5** - capítulo 6).

A relevância dos periódicos está bem patente na organização de um catálogo específico pela Biblioteca Municipal do Porto (c. 1913), com um índice onde os jornais figuram distribuídos por mais de trinta categorias. Curiosamente, a estatística da sua leitura aparece integrada nas secções literárias e científicas, ao contrário do que acontece com outras bibliotecas municipais (Beja, Elvas) e públicas (Évora, Castelo Branco, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo...) que revelam os dados estatísticos da leitura de jornais, por sinal bastante significativos em praticamente todas estas bibliotecas, no mesmo período – primeira década do século XX.

⁶¹⁹ Palavras de Ramos Lourenço, jornalista e redactor de A Voz do Operário na cerimónia de inauguração da biblioteca, em 1888, Idem, *ibidem*, p. 18.

Quadro 13 - Leitura de jornais nas Bibliotecas Públicas e Municipais - 1901-1910⁶²⁰

Anos	Beja (municipal)	Braga (pública)	Évora (pública)	C. Branco (pública)	Elvas (municipal)	Angra Heroísmo (municipal)	Ponta Delgada (pública)
1901	2,68%	0,51%	-	-	-	63,15%	12,29%
1902	3,09%	0,72%	-	-	-	58,5%	21,84%
1903	4,84%	0,31%	-	-	-	57,8%	15,96%
1904	10,12%	0,37%	20,79%	-	23,5%	65,6%	7,9%
1905	0,64%	4,08%	14,94%	-	25,6%	66,87%	11,04%
1906	2,36%	1,36%	12,90%	35,79%	6%	52,7%	12,42%
1907	1,73%	1,08%	21,37%	29,51%	5,33%	49,07%	9,82%
1908	1,58%	-	34,68%	33,11%	17,91%	44,39%	8%
1909	0,48%	-	50,4%	28,87%	21,68%	43,15%	8,99%
1910	3,54%	0,17%	14,2%	39,61%	9,32%	41,81%	10,22%

Fonte *Anuário Estatístico de Portugal*, 1904-1905 e 1908-1910

Interessa sublinhar a importância da leitura de periódicos na Biblioteca Popular de Lisboa, que tinha uma sala própria para o efeito, onde os leitores gozavam de mais liberdade, podendo adotar uma postura mais descontraída do que na sala da leitura geral. O jornal era por excelência o meio de vulgarização da informação, entendendo-se que a sua leitura pudesse ser comentada e partilhada com os outros leitores, em voz alta. A natureza do texto e o formato do jornal colocavam-no mais próximo dos suportes de leitura popular volante e apelavam aos registos de oralidade.

5.3. O Folhetim⁶²¹

Meio de comunicação de massas, o jornal tem de cumprir a função de informar mas também de entreter, pelo que se tornou presença frequente na maior parte dos jornais, uma coluna com a designação de “Folhetim”⁶²² que incluía os folhetins romanceados

⁶²⁰ Informação recolhida no *Anuário Estatístico de Portugal*, anos de 1904-1905 e 1908-1910. Não há referência de jornais para a Biblioteca Pública da Guarda. As percentagens são sobre o total de leituras.

⁶²¹ Sobre este tema, veja-se a tese de doutoramento de Ernesto José Rodrigues - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, Universidade de Lisboa, 1996.

⁶²² Surgido no «Journal des Débats», no início do século XIX, pela mão do Abbé Geoffroy, o folhetim dos primeiros tempos apresentava-se como «(...) mélange d'articles de critique, de compte-rendus de théâtre, d'éphémérides politiques ou littéraires, d'annonces, de charades, de bulletin de modes, de recettes pharmaceutiques ou culinaires, de romances, de chansons, etc.». Foi só no final da década de trinta que o

propriamente ditos mas também outros textos, com destaque para as crónicas, sociais, políticas, literárias, que eram um género literário “aparentado”, na sua estrutura solta, no seu estilo descomprometido e no registo fragmentado. As palavras de Eça de Queirós iluminam o sentido desta relação:⁶²³

A crónica como que a conversa íntima, indolente desleixada, do jornal com os que a lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, [...], a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; [...].

Numa análise em perspetiva, pode-se afirmar que “o folhetim suporta as cargas do edifício social e, de um modo adequado, nele cabe tudo: crítica hiperimpressionista sobre livros, etc., mas, sobretudo, o universo teatral (...), visto que o teatro é tido como “fotografia” da sociedade”⁶²⁴

O sucesso do folhetim-romance ou folhetim-série, representa uma verdadeira revolução em termos jornalísticos, apesar de ser nos folhetins-crónica que se destacam os *fait-divers*⁶²⁵ com os contornos das diferentes facetas da vida urbana da capital, fixando o momento, em modo de registo fotográfico. O folhetim dedica também uma atenção especial a alguns aspetos da cultura popular, aos usos e costumes da época, contribuindo por isso para a representação do país: “Nele se delineia o retrato de uma nação, a História de um País e a de um Povo.”⁶²⁶

folhetim começou a publicar, com regularidade, o romance, transformando-se em romance-folhetim e levando a uma fidelização do público leitor. Cf. Maria de Fátima Outeirinho - *Jornalismo e Literatura: Espaços e Processos de Liminaridade* [em linha], p. 103. [acedido em 10/2/2016]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12475.pdf>>.

⁶²³ Cf. *Distrito de Évora*, n. 1, 6 de Janeiro de 1867. Cit. por Manuel Ferro - *Narrativas inconclusas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do séc. XIX* (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato), p.152, in estudo geral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15495/1/Narrativas%20inconclusas.pdf, [acedido em 4/2/2016].

⁶²⁴ Licínia Rodrigues Ferreira - *Júlio César Machado Cronista de Teatro: Os Folhetins d'A Revolução de Setembro e do Diário de Notícias*, dissertação de mestrado, FLUL, 2011, p. 30 [documento eletrónico, acessado em 13/2/2016]

⁶²⁵ “O folhetinista português é talvez o primeiro escriptor do século. Meio moralista e meio cortesão, só lhe é permitido ocupar-se dos assumptos que o público aceitou: não havendo assumpto quase nunca, cumpre-lhe tratar semanalmente de coisa nenhuma.(...) Depois de escutar ás portas entra na sala para repetir á sociedade o que ella já ouviu e acrescentar-lhe observações da sua lavra ” escreve Julio Cesar Machado, na rubrica Folhetim, in *A Revolução de Setembro* - “Assumpto”, 29/6/1865, p. 1.

⁶²⁶ Manuel Ferro, - *Narrativas inconclusas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do séc. XIX* (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato), p. 155.

As diferenças entre o folhetim-romance, publicado em série, com uma periodicidade irregular, e o folhetim-crónica⁶²⁷, são pouco claras no final do século mas vão-se definindo com uma progressiva autonomia da crónica em relação ao folhetim.

O folhetinista nasce de fora para dentro: precisa de um ainda que breve passado convincente na literatura; o cronista – em princípio, redactor obscuro – vai, nessas eras, de dentro (às vezes, desce ao folhetim, como se dará com António Augusto Teixeira de Vasconcelos, na sua *Gazeta de Portugal*) para fora, tornando-se conhecido⁶²⁸.

Nos jornais do final do século XIX, encontram-se entre os autores de crónicas sociais, políticas, literárias, escritores portugueses consagrados como Pinheiro Chagas, Gomes Leal, Fialho de Almeida, entre outros⁶²⁹. Os jornais mantiveram também alguns folhetinistas (ou cronistas) de serviço, que se distinguem pela publicação regular e numerosa de artigos, com a curiosidade de poderem ser publicados em mais do que um jornal. Nesta matéria, como no rigor da informação, não havia ainda, no último quartel do século XIX, critérios bem definidos, pelo que era possível incluir, numa mesma rubrica designada por “Folhetim”, sem explicações adicionais, uma amálgama noticiosa desta natureza:

Bombardeamento de Paris. – O Fidalguinho – O anno bom, e o novo rei de Hespanha.

Eu não faço programma. Desabo no *Diário de Notícias* com uma bomba prussiana (salvo seja) em pleno arrabalde parisiense (...).

O articulista, Pinheiro Chagas, passa de imediato para a notícia de “O Fidalguinho” (uma comédia em três atos) e prossegue com os demais assuntos, sem qualquer demarcação gráfica ou de outra natureza⁶³⁰.

⁶²⁷ Eça de Queirós mostra-se conhecedor das diferenças entre os géneros de texto jornalístico mas deixa perceber a falta de rigor e de critério na sua utilização, “... a importância e a consideração, e a atenção, vão, segundo as épocas, duma a outra secção dos jornais: hoje o folhetim, amanhã o artigo de fundo, depois a crónica, depois os anúncios; cada uma destas partes do jornal tem ou deixa de ter importância segundo o estado dos espíritos, a estranheza dos acontecimentos, a ociosidade ou actividade pública...”.

Cf. Eça de Queiroz - *Prosas esquecidas* II (crítica 1867), p. 134.

⁶²⁸ Ernesto Rodrigues - *Crónica Jornalística. Século XIX*, 2003, p. 15, cit. por Manuel Ferro, *Narrativas inconclusas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do séc. XIX* (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato), p. 155.

⁶²⁹ Em 1909 publicou-se um folheto com o título “As Quadras do Povo- Pamphlettos revolucionários “ que era vendido a 40 réis. Em cada folheto participava apenas um poeta. ·Colaboração Inédita de: Guerra Junqueiro, Theophilo Braga, Bulhão Pato, Gomes Leal, Afonso Lopes-Vieira, Augusto Gil, Mayer Garção, Ribeiro de Carvalho, Thomaz da Fonseca, Carlos Amaro, Dias d'Olivetra, Carlos de Lemos e Armando d'Araujo.

⁶³⁰ Cf. *Diário de Notícias*, 2/01/1871, p. 1.

Entre os folhetinistas⁶³¹ mais populares no século XIX, destaca-se Júlio César Machado, autor de dezenas de textos, incluindo as publicações nos jornais *Revolução de Setembro* e *Diário de Notícias*, onde o teatro era um tema central e transversal às diferentes camadas sociais. O autor, identificando-se com o espírito do jornal mais vendido e por isso com leitores de todas as classes, assume claramente quem considera ser o seu público privilegiado: “os folhetins que tenho o gosto de escrever neste jornal devem ter sempre de algum modo em mira os leitores populares”.⁶³²

No sentido de tornar mais perceptível a representatividade do “Folhetim” e a diversidade de temas e autores que estão representados nos jornais e revistas da época, elaborámos um quadro, que se junta em anexo, onde figura uma amostra de títulos, com orientações políticas distintas, situados num arco cronológico coincidente com o do nosso estudo. A listagem é reveladora da heterogeneidade de conteúdos que integrava esta rubrica: a crónica literária ou política alternava com a novela ou com o poema, sem uma sequência previsível e deixando o leitor do folhetim- romance em suspenso durante alguns dias, com ou sem aviso, conforme os jornais e os autores.

A autoria dos folhetins nem sempre era fácil de identificar, porque se tornou frequente a utilização de pseudónimos mas, entre os portugueses, contavam-se vários nomes, desde os mais populares (Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Pinheiro Chagas...) até aos menos comprometidos com a “vulgarização” literária, como Alexandre Herculano. Quanto aos autores estrangeiros, a escolha recaía, preferencialmente, nos mais conhecidos e cujas obras estavam traduzidas: Alexandre Dumas, Filho, A. Daudet, Victor Hugo, Ponson du Terrail, entre outros.

Num universo esmagadoramente masculino⁶³³, pontuam os nomes das escritoras portuguesas⁶³⁴ Maria Amália Vaz de Carvalho e Guiomar Torrezão, conhecida como

⁶³¹ Nos seus *Apontamentos de um Folhetinista* (1878), o autor compara este género literário, jornalístico a uma espingarda “O meu amigo tem o buraco, que e o folhetim, ponha-lhe à roda o trabalho, a aplicação e a vontade, que são o melhor ferro, e a melhor baioneta, e segure firme.”, pp.315-316. [em linha]. <https://archive.org/stream/apontamentosdeu00machgoog#page/n146/mode/2up> . [acedido em 3/2/2016].

⁶³² Num artigo em que comenta o livro *Elogios académicos*, de Latino Coelho, a propósito do qual considera necessário informar o leitor de quem era Humboldt. Cf. *Diário de Notícias*, 13/7/1876, cit . por Licínia Rodrigues Ferreira - *Júlio César Machado Cronista de Teatro: Os Folhetins d’A Revolução de Setembro e do Diário de Notícias*.2011, p. 30 [em linha]. Dissertação de Mestrado [acedido em 13/2/2016].Disponível em < http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5352/1/ulfl1106439_tm.pdf>.

⁶³³ Guiomar Torrezão fundou, em 1870, um almanaque cujo título denuncia o seu público-alvo preferencial, o *Almanach das Senhoras*, que pretendia ser também um espaço de registo da escrita feminina mas para o qual a sua diretora assumiu como estratégia editorial e garantia de sucesso, ter como colaboradores escritores (re)conhecidos como António Feliciano Castilho, Júlio Dinis, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós.

“Operária das Letras”, a quem o amigo e “colega” de ofício, Fialho de Almeida, dirigiu uma homenagem póstuma, reveladora do conhecimento que o escritor possuía da realidade social do Portugal oitocentista, em particular da dificuldade que representava singrar no campo da escrita:

Houve até um momento em que Guiomar Torrezão foi a cabeça de turco do jornalismo irresponsável - em notícias de bastidores, artigos de satyra, sueltos de rua, gazetilhas, o nome da pobre e illustre mulher, corria entre motejos obscenos e miseráveis doestos, babujado pela cobardia dos sarrafaes, e exposto grotescamente às vaías imbecis da multidão. (...)

E que a tua sombra, Guiomar, vele sempre pelo teu livro querido, pelo teu Filho bem amado, como ainda há um ano aqui lhe chamaste, que os esforços e fadigas que vamos empregar para conservá-lo digno do teu nome, possam provar-te a nossa constante admiração pelo teu formoso talento, o nosso culto pela tua memória, extremado-nos assim de tantos que, tendo aliás recebido sempre de ti frases elogiosas e benévolas a saudar as suas produções literárias, te mostraram agora o seu reconhecimento não tendo sequer uma palavra para dizer sobre a tua morte, nem uma flor para desfolhar na tua sepultura!⁶³⁵

Autora de inúmeros artigos que saíram em diferentes jornais, revistas e almanaques, Guiomar Delphina de Noronha Torrezão nem sempre teve possibilidade ou vontade de revelar a sua verdadeira identidade, escondendo-se atrás de pseudónimos masculinos para garantir o reconhecimento e a seriedade do seu trabalho, tal como aconteceu na revista *Ribaltas e Gambiarras* de que era colaboradora e redatora mas onde, só a partir do décimo primeiro número figura o seu nome, em vez de Delfim de Noronha, nome com o qual também assinou diversas matérias, nesses primeiros dez números.

⁶³⁴ A estes dois nomes mais (re)conhecidos, podem juntar-se ainda os de Ana Plácido, a companheira de Camilo Castelo Branco, Catharina Máxima de Figueiredo, autora de um folhetim publicado em 1885, no *Diário de Notícias*, sob o título “A Tradição de Família - Leitura para o Serão de Minhas Filhas”; Maria José da Silva Canuto, colaboradora dos jornais, *Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Povo*, entre outros. Cf. Andrea Germano de Oliveira Romariz - *O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?* Dissertação de Mestrado, FLUL, [em linha] 2011 <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5145/6/ulfl106395_tm.pdf> [acedido em 13/2/2016], p. 68-70.

Esta autora destacou-se também como professora. Tendo exercido a docência em Lisboa na Escola das Mercês, desde 1847, tomou-se bem conhecida nos meios pedagógicos da capital, senão mesmo do país, pelo trabalho desenvolvido com os seus alunos, baseado na aplicação do “Método Português de Leitura” (método repentino), da autoria de António Feliciano de Castilho e com reconhecimento público pelo próprio.

Cf. Rogério Fernandes - Um Projecto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858).

In *História da Educação*, vol.7, Abril 2000, [em linha] pp. 30-32. [acedido em 23/7/2016]

<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30093/pdf>.

⁶³⁵ Fialho d’Almeida - “Guiomar Torrezão”, *Almanach das Senhoras para 1900*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1899, p. 6 e p.11, cit. por Andrea Germano de Oliveira Romariz - *O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?*, p. 103.

São raros os periódicos que não têm o seu “Folhetim” ou uma rubrica com as mesmas características. A revista *Serões* conta-se entre essas exceções mas mantém uma publicação regular de contos ou capítulos de romances /novelas.

Esta prática abrandou com a implantação da República, quando as páginas dos jornais se encheram com as notícias políticas, no entanto houve alguma imprensa que manteve a publicação dos seus folhetins, como aconteceu com o *Domingo Ilustrado* e o *Notícias Ilustrado*.

Importa considerar que o folhetim foi o principal responsável pela “popularização” da literatura de alguns autores portugueses e estrangeiros, sobretudo a novela e o romance com temas sociais e do domínio afetivo, sentimental, que prendiam os leitores e chegavam certamente a um número muito superior ao das vendas dos periódicos onde eram publicados.

A atividade literária e jornalística do século XIX caracterizava-se por uma dinâmica articulada, constituindo os jornais, enquanto suporte de escrita e organização empresarial, um importante meio de publicação/divulgação dos textos literários. Jornais como o *Diário Ilustrado*, editavam livros, romances de autores portugueses e estrangeiros, constituindo as suas coleções com obras de mais de duzentas páginas, que eram vendidas por um preço médio de cem réis cada volume.

Os textos circulavam entre as páginas dos jornais e a brochura dos livros, num registo predominantemente fragmentado e descontínuo, para chegar ao maior número possível de leitores. Algumas obras inicialmente publicadas em revistas e jornais, ganhavam depois o formato livro e voltavam a ser fragmentadas numa sucessão de diferentes artigos, ao gosto dos leitores das publicações onde surgiam. Assim aconteceu com o texto de *As viagens da minha terra* da autoria do Visconde Almeida Garrett⁶³⁶, de que deixamos aqui um excerto:

Mas aqui é que me apparece uma inchoerencia inexplicável. A sociedade e materialista; e a litteratura que é a expressão da sociedade é toda excessivamente e absurdamente e despropositadamente espiritualista. (...). Pois é assim e explica-se. - é a litteratura que é uma hypocrita: tem religião nos versos, charidade nos romances, fé nos artigos do jornal – como os que dão esmolos para pôr no *Diário*, que amparam orphans na Gazeta, e sustentam viuvras nos cartazes dos theatros.⁶³⁷

⁶³⁶ A obra foi inicialmente publicada na *Revista Universal Lisbonense*, depois tomou a forma de livro (1846) e mais tarde surge novamente nas páginas do jornal, *A Semana de Lisboa*, Suplemento do *Jornal do Comércio*, 1893.

⁶³⁷ Cf. J. B. de Almeida - Garret - *Viagens da minha Terra*, 1846, vol.I, [em linha], pp.26-27. [acedido em 15/2/2016], Disponível em <89149-p_0000_1-312_t24-C-R0150.pdf >.

Estas publicações que surgiam normalmente numa coluna designada por “Folhetim”, constituíam também um incentivo à leitura integral das obras, o que poderá explicar a superior procura de certos autores, como Camilo Castelo Branco. Este autor manteve uma “febril actividade jornalística”, inquestionavelmente pela “premência de ganhos para a subsistência quotidiana” mas também pela “promoção do nome”,⁶³⁸ entre outras razões de carácter mais pessoal ou “metodológico”, que não nos cabe esmiuçar neste texto. Interessa, sim, sublinhar a relevância da sua colaboração com a imprensa, sobretudo do norte e centro do país, umas dezenas de jornais, onde trabalhou e publicou.

Camilo Castelo Branco, à semelhança de outros escritores, reconheceu a dupla rentabilidade do romance popular que lhe valeu o reconhecimento da elite intelectual e a consequente legitimação da sua escrita.⁶³⁹ As suas “historietas”, as “bagatelas”, expressão utilizada por ele, menorizando os seus romances, e principalmente as “frieleiras” novelísticas, que o escritor opõe aos trabalhos de exegese literária, de pesquisa histórica, enfim, à literatura erudita que em seu entender seria a única capaz de o fazer chegar à nobilitação (visconde) tão desejada, quanto depreciada.

Assumir uma “carreira de escritor público” implicava conhecer o público para lhe poder agradar, como se depreende das palavras do autor:

“Tudo se fará, porque tudo se deve ao público português tão pródigo de carícias e tesouros com quem o serve literariamente”⁶⁴⁰

Uma confidência da mesma natureza saiu da pena de Júlio Dinis que, sobre os seus escritos, afirmava tratarem-se de romances para agradar às mulheres, “leitoras fiéis dos folhetins”⁶⁴¹. Para o autor, “a mulher digna de o ser [...] é a que folga com os casamentos no final da novela, chora sinceramente a morte da heroína, sonha com a beleza do herói e odeia o pai, o tio, tutor ou conselho de família que se opõe à realização dos castos desejos dos dois amantes”. É a que aspira à coragem de defender os seus sentimentos, como

⁶³⁸ Idem, *ibidem*, p. 81.

⁶³⁹ “Camilo – como Balzac, em França – seria, deste modo, pedra angular nesta relação entre um regime de profissionais e de artistas torturados por adjetivos, ou em quem o jornalismo é sempre secundário.”, afirma Ernesto Rodrigues - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*, p. 272.

⁶⁴⁰ Advertência da segunda edição de *A Queda dum Anjo*, cit. por Alexandre Cabral, p. 80.

⁶⁴¹ É interessante registar esta percepção (ou conhecimento) que o autor tinha de que, os seus escritos seriam lidos por um significativo número de mulheres, ao ponto de ter usado um pseudónimo feminino, Diana de Aveleda, para assinar folhetins em que “teve a preocupação de se colocar na posição de uma mulher e, de acordo com a mentalidade feminina da época, esforçou-se por exprimir sentimentos, defender ideias, manifestar interesses e qualidades próprias de mulheres.”, segundo a análise de Maria Ema Tarracha Ferreira, incluída na obra *A Morgadinha dos Canaviais*, Edições Ulisseia, 1987, p. 12.

acontece com a “Morgadinha”, uma representação de um ideal feminino próprio do “Portugal novo”, o do progresso simbolizado pelo fontismo.⁶⁴²

A incursão que decidimos empreender pelo universo literário da obra de Camilo e de Júlio Dinis, tem como intuito principal tentar descortinar mais algumas características do perfil de leitor que procurava as suas publicações, nomeadamente nas bibliotecas populares, de que nos ocupamos neste trabalho.

As narrativas de Júlio Dinis chegam-nos como frescos de uma época e de lugares onde se reconhecem e são reconhecidos os personagens, sendo por isso de fácil apreensão por parte dos leitores, a quem não era exigido qualquer esforço ou desafio de deslocação mas tão-somente a aprendizagem e a identificação com princípios e valores de simples aceitação. Para o nosso trabalho representa um acréscimo de informação, a pincelada que ajuda a compor o quadro que almejamos definir e para o qual carecem os elementos estatísticos, como acontece com a disseminação da leitura entre as camadas inferiores da população ou entre o sexo feminino.

Ao contrário de Júlio Dinis, não havia em Camilo um olhar complacente dirigido às camadas populares, aos trabalhadores manuais, braçais e não escondia a sua crítica à ignorância, à iliteracia que opunha a uma visão elitista, sentindo-se e muito justamente, parte de uma aristocracia intelectual, uma espécie de “grémio das almas eleitas”. Por estas razões, era com a burguesia que se identificava e não havia na sua escrita qualquer preocupação em chegar às camadas inferiores. Muito do conteúdo e principalmente o estilo parecem ser pouco adequados às leituras populares, apesar das temáticas amorosas e mais picantes, suscetíveis de atrair qualquer grupo social. É de dentro do seu meio, sobre a burguesia e para a burguesia, que Camilo escreve e da qual espera alcançar reconhecimento, mesmo que esse não fosse o *leitmotiv* do seu labor.

Próximo de Castilho e, de certa forma, de D. António da Costa, Camilo “menosprezara sempre a instrução pública, repudiando a sugestão de Castilho de com ele cooperar nessa luminosa missão de espalhar a rodos os conhecimentos, sobretudo em benefício das classes menos favorecidas da fortuna.” Há vários exemplos desta conceção elitista do escritor português que alcançou uma projeção popular mais rápida e mais extensa.

Realça-se a menção, pela negativa, de um dos autores que mais contribuiu para a divulgação do ensino popular e cujas obras figuram nos catálogos das bibliotecas

⁶⁴² Cf. *A Morgadinha dos Canaviais*. 1987, p. 28.

populares, João Félix Pereira, que se revelou, no seu género, um “operário” das letras, como Camilo Castelo Branco. Este, alude às obras publicadas por João Félix Pereira (*Odes Modernas*, e *Paqueta*), a propósito da educação dos seus filhos, considerando-as maus exemplos da literatura portuguesa, capazes de levar os jovens a “odiar as letras”.

No plano cultural, o ambiente que acolheu a criação das bibliotecas populares, em 1870, foi assinalado pela realização das Conferências do Casino e pela Questão Coimbrã, o traço mais expressivo da manifestação do vigor ideológico e cultural oitocentista, que não pode alhear-se dos contornos da evolução política internacional, em particular os acontecimentos da Comuna de Paris de 1871, com as vitórias e derrotas que acarretou mas, acima de tudo, com a simbologia dos factos que deixou marcas significativas na sociedade e nos atores sociais, com destaque para os escritores e intelectuais do último terço do século XIX.

Das obras e do pensamento de alguns desses homens fomos dando conta ao longo do trabalho. Apesar de não termos explicitado de forma muito clara os contornos das dissemelhanças que os ligam, optando por salientar o contributo que tiveram para a clarificação do sentido do nosso estudo, não olvidámos as diferenças ou afinidades que os uniram ou opuseram em algumas questões mais relevantes, nem tão pouco como foi representativo e fértil esse fenómeno de tensão literária entre conservadorismo e reformismo que atravessou a sociedade portuguesa de então e ao qual ficaram definitivamente ligados os nomes de António Feliciano de Castilho, Pinheiro Chagas, Júlio de Castilho, Brito Aranha, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, entre outros protagonistas da polémica que envolveu os defensores do “bom senso e do bom gosto” e os críticos do ultra romantismo que ficaram conhecidos como a “Geração de 70”.

Todavia, neste espaço literário (e ideológico) fraturado em dois campos distintos, dominados pelos espíritos dos “velhos” escritores, de um lado, e do outro a crítica e a resistência dos “novos”, impôs-se a força de uma “missão” comum, onde a defesa das letras tinha um lugar de destaque.

A “nova” geração assumia-se crítica, renovadora, inquieta e com a missão de mostrar a verdade social, de forma engajada e coletiva, ultrapassando o individualismo romântico e comportando-se como uma verdadeira intelligentsia que se destaca também pelo seu sucesso editorial.

O contexto era o de um “republicanismo ideal”. Antero, Eça e Oliveira Martins integravam esse grupo preocupado com a ideia de representar / conduzir a nação e para tal era necessário fazer entender ao povo a importância da literatura e dos seus mentores, os intelectuais.

A valorização da língua como garante das nações e a concentração no problema da identidade nacional, coletiva, capaz de dar energia e confiança ao povo português, é uma aspiração patente nas comemorações camonianas 1880 (13 junho) e renovada com os festejos do marquês de Pombal, dois anos mais tarde⁶⁴³. A criação de algumas bibliotecas populares (e municipais) ficou associada a estas efemérides mas a sua visibilidade não chegou às páginas da (grande) imprensa nacional, figurando apenas nos jornais locais e regionais.

⁶⁴³ A propósito do “comemorativismo histórico” oitocentista, diz-nos Sérgio Campos Matos: “o culto da memória da nação de sentido integrador exprimiu-se à escala nacional, mobilizando, em certos casos, com alguma intensidade, as elites locais.” In, *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo* (1846-1898), p. 612.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) façamos que a nossa biblioteca popular de cultura vá também ao encontro de todo o paiz, essencialmente apático e ignorante. Façamos a propaganda pelo facto, de forma que o paiz venha a interessar-se pela biblioteca nova, pelos seus salutaes benefícios.⁶⁴⁴

No epílogo da narrativa retoma-se a questão de partida, motor do projeto de investigação que culminou na escrita deste texto sobre as bibliotecas populares oficiais em Portugal, no período entre 1870 e 1930. O interesse pela recriação desses lugares de memória, cruzando informações de várias fontes e arquivos, constituiu o impulso inicial e teve como resultado o esboço de uma cartografia das bibliotecas populares, apresentado no quinto capítulo da tese.

Pretendíamos lançar um olhar diferente e problematizador sobre o tema e, concomitantemente, sistematizar informações para traçar uma geografia que abrangesse o período da modernidade liberal em Portugal, coincidente, grosso modo, com as últimas décadas de oitocentos estendendo-se pela Primeira República e que permitisse uma leitura das continuidades e mudanças registadas nessa linha diacrónica, sobrelevando os elementos estruturais mas sem obnubilar as pequenas ações, múltiplas e distintas, que constituíram a pedra de toque para o impulso de projetos maiores.

O que diferenciou, efetivamente, as bibliotecas populares? A quem se destinavam e quais foram os seus utilizadores? Em que medida cumpriram o propósito de vulgarização da leitura? Estas questões constituíram o foco essencial do trabalho. Somente através da comparação lográmos destacar alguns traços da presumível especificidade das bibliotecas populares, confrontando discursos e práticas com as de outras bibliotecas de natureza e origem diversas: as eruditas, por um lado, e por outro, as bibliotecas populares de associações profissionais. Sem abandonar o princípio diacrónico, onde se manifestava a multiplicidade de sentidos do conceito nuclear, recorreu-se várias vezes à contextualização incluindo também experiências desenvolvidas noutros países.

Projetos e discursos sobre o tema que nos ocupou parecem ter sido moldados no conhecimento dos países estrangeiros, sobretudo europeus, com especial destaque para a França que exercia grande influência cultural (e política) em Portugal, apesar do fascínio de sectores das elites portuguesas por outros países como a Alemanha / Prússia e os Estados Unidos da América.

⁶⁴⁴ A. P. de Bettencourt Athayde – *As Bibliotecas Populares e Moveis em Portugal*, 1919, p. 16.

O indubitável atraso português a nível do ensino, sobretudo o nível elementar, é sistematicamente referenciado na comparação estabelecida com outros países europeus. Salienta-se D. António da Costa, o mentor das bibliotecas populares, que elaborou um estudo detalhado, recorrendo às informações oficiais e, na míngua destas, às notícias divulgadas nos periódicos da época, nacionais e estrangeiros.

Não obstante, o reconhecimento da dependência de Portugal face ao estrangeiro e a influência exercida pelas ideias dominantes, traduz-se também numa contemporaneidade face a algumas realizações, de que é exemplo a criação das bibliotecas populares: uma obra do seu tempo que se foi progressivamente desajustando, à medida que aumentou o desfasamento entre Portugal e a Europa no que concerne a alfabetização.⁶⁴⁵

A legislação fundadora das bibliotecas populares, da responsabilidade de D. António da Costa, inscreveu estes equipamentos na política de educação popular defendida pelo primeiro detentor da pasta da Instrução Pública em Portugal, no século XIX. Na missão reservada às bibliotecas destacava-se o sentido de complementaridade das escolas primárias, aliado à disponibilização de leituras domiciliárias.

De certa forma todas as bibliotecas estão ligadas à escola, quer porque apoiam a sua ação educativa, quer porque partilham dos mesmos ideais de desenvolvimento do conhecimento, da consciência crítica e da constituição do espaço público de debate que são parte do ideário republicano e, nesse sentido, constituem um “lugar republicano”⁶⁴⁶. Podem considerar-se neste contexto o pensamento e a ação de D. António da Costa, mesmo não sendo formalmente republicano.

Outro aspeto definido na legislação fundadora (Decreto de 2 de agosto de 1870) foi o papel reservado aos municípios, colocando-os “no centro da construção da leitura pública no país”⁶⁴⁷, pese embora os condicionamentos impostos, a começar pelo facto de ser o poder central a definir a leitura possível⁶⁴⁸, exercendo uma continuada vigilância / censura sobre as práticas existentes. Por outro lado, a dependência relativamente aos municípios gerava, à partida, situações desiguais para as bibliotecas populares, em virtude

⁶⁴⁵ A *décalage* aumenta na primeira metade do século XX, remetendo Portugal literalmente para a cauda da Europa. Pode-se considerar que o país sofria de uma “dupla periferia no contexto europeu: periferia face ao «núcleo duro» da alfabetização, periferia face aos limites Sul, Leste e Oeste da Europa, que historicamente foram menos impregnados pela cultura escrita “. Candeias, A. (org.) - *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX os Censos e as Estatísticas*. 2007, p. 35.

⁶⁴⁶ Cf. Anne-Marie Bertrand - *Les bibliothèques*. 2007, p. 76.

⁶⁴⁷ Daniel Melo - *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*. 2004, p. 20.

⁶⁴⁸ Decreto de 2 de agosto de 1870, art. 14º : “O governo publica annualmente a lista dos livros auctorizados para uso das bibliothecas populares.”.

de estas ficarem à mercê do investimento e interesse das câmaras municipais, distinto, consoante o orçamento afetado e também o perfil dos seus responsáveis. Não obstante, a existência de um catálogo com muitos títulos, em alguns casos o dobro do que se verificava em bibliotecas congêneres estrangeiras, não garantia uma maior utilização.

Tal como acontece no que respeita ao atraso na alfabetização, são várias as razões suscetíveis de explicar a evolução dos utilizadores das bibliotecas populares estudadas no sexto capítulo. As curvas dos gráficos mostram tendências similares, a saber, uma acentuada subida nos primeiros anos, seguida de uma descida que se prolonga no tempo, na maior parte das situações. Tratámos por isso de indagar os motivos principais que justificam esse facto, trazendo à colação trabalhos de diferentes autores sobre os (fracos) resultados das políticas de alfabetização.

Pese embora alguma divergência de opiniões, é certo que foram razões de ordem económica e política que condicionaram o sucesso dos projetos para o desenvolvimento da educação popular, adensando o fosso que separava uma população esmagadoramente analfabeta da cultura letrada. A juntar à falta de recursos e ao fraco investimento nos equipamentos educativos e culturais, encontram-se deficiências estruturais que se estendem ao domínio sociocultural e razões de ordem ideológica,⁶⁴⁹ que afetavam a população em geral e os responsáveis políticos em particular, manifestando-se por um acomodamento, avesso à mudança, e por uma falta de interesse pela obra pública que significava compactuar com a incúria e o desleixo de que se queixa, Jaime Cortesão: “Em Portugal para que se efective qualquer coisa é preciso arietar continuamente a indiferença publica.”⁶⁵⁰

O indiferentismo cívico (político) e a passividade popular são traços que deixaram um visível rasto nas representações da sociedade portuguesa que atravessam os séculos

⁶⁴⁹ Jaime Reis é de opinião que o atraso cultural português deve-se mais ao excessivo acomodamento do povo português e dos seus representantes, do que à falta de meios. A apatia em relação ao desenvolvimento do ensino elementar e da alfabetização estaria relacionada com a falta de guerras e outros conflitos geradores de tensões que, segundo o autor, estiveram ausentes da realidade política portuguesa a partir da Regeneração e que ele apresenta como um importante estímulo para a vontade de educar. Pese embora o seu interesse, esta tese é muito discutível e baseia-se em dados pouco rigorosos, sobretudo no que respeita à questão da ausência de conflitos como o envolvimento dos portugueses, neste período.

Cf. Jaime Reis – *O atraso económico português 1850-1930*. 1993b, p. 253.

⁶⁵⁰ Esta afirmação foi feita a propósito da situação decadente em que se encontrava a Biblioteca Nacional, quando ele foi nomeado Diretor, em funcionamento nas instalações do Convento de S. Francisco, excessivamente austeras, inóspitas, muito longe dos “Palácios de Leitura” referidos na legislação de 1911 e onde a destruição dos livros, carcomidos, esburacados, é elucidativa, no mínimo, da falta de cuidado e de uma intervenção deficiente do Estado português nos assuntos culturais, concretamente nas bibliotecas. Cf. “Bibliotheca Nacional em Perigo”, in *Ilustração Portuguesa*, nº 741, 3/5/ 1920.

XIX e XX, prolongando-se até à época atual e suscitando interrogações que se mantêm vivas, com destaque para a magna questão sobre a instrução pública, um dos grandes mitos do século XIX. Em Portugal, o tema revela-se fragilizado na sua essência, a extensão à generalidade da população, incluindo as camadas populares que resistiram a ceder os filhos para a escola, quer porque precisavam da sua mão-de-obra, quer por não vislumbrarem na instrução primária qualquer interesse para o futuro da sua prole. As representações da escola pública portuguesa no século XIX também não favoreciam uma visão positiva, reforçando os argumentos para afastar as crianças desses espaços desumanizados.⁶⁵¹

A reforma do ensino primário em Portugal durante a Primeira República, oscilante entre processos de centralização / descentralização, esteve à mercê dos interesses políticos e das falhas estruturais. A legislação de 29 de março de 1911, não tendo resolvido os problemas existentes, provocou até o descontentamento e o desânimo nos trabalhadores das escolas primárias, não pelo modelo, mas devido ao atraso da sociedade portuguesa, das deficientes condições das estruturas económicas e sociais e dos vícios políticos instalados.⁶⁵²

No que respeita às bibliotecas, a evolução dos leitores explica-se sobretudo pela falta de atualização (e organização) dos catálogos, que reforça o sentido de inadequação referido por vários autores, não somente para Portugal mas também para as bibliotecas francesas, por exemplo, apesar das diferenças existentes ao nível do investimento, muito superior ao que foi feito em Portugal, e das opções tomadas. No caso francês, optou-se por uma valorização inicial das bibliotecas escolares, equipadas com coleções de livros para a promoção da leitura junto das crianças em idade escolar e também dos adultos que frequentavam os cursos noturnos.

Em Portugal a realidade das bibliotecas escolares interpenetra-se na das bibliotecas populares, uma vez que grande parte das iniciativas de criação e desenvolvimento das bibliotecas foi acompanhada pelos professores primários, que constituíam um elemento essencial do projeto de leitura pública, testemunhado pelos inquéritos da Inspeção realizados em 1875.⁶⁵³

⁶⁵¹ António Feliciano de Castilho descreve o espaço usado como escola primária, junto à residência dos professores que, por falta de meios, recebiam os alunos numa “enxovia, apertada, mal situada, mal distribuída, sem ventilação, sem luz, sem requisito algum dos que exigem a hygiene, a humanidade e o interesse do ensino”. In “Carta Segunda” – *Felicidade pela Instrução*. 1854, p. 10.

⁶⁵² Áurea Adão - *Republicanismo, Municipalismo e Ensino Primário: Entre Desígnios e Condicionais*, [e-book] , p. 41, 2012 <http://www.ie.u lisboa.pt/pls/portal/docs/1/433843.PDF>.

Pese embora alguma contaminação de funções e de objetivos, decorrente do papel atribuído aos professores primários e também devido ao incipiente desenvolvimento das bibliotecas escolares, as diferenças relativamente às bibliotecas populares pareciam bem claras para responsáveis como D. António da Costa, que teve a seguinte intervenção no início da década de 1880, a propósito da distribuição de exemplares das poesias líricas de Camões, doados pela Comissão Brasileira que promoveu o centenário do poeta no Rio de Janeiro:

A lei de 2 de Maio de 1878, no artº. 61, incumbe as juntas de parochia organisarem as bibliothecas escolares. Sabe-se a lucta que tem havido e está havendo com as juntas mencionadas em relação as suas obrigações no ramo da instrução primaria.

Não se achando organisadas as bibliothecas escolares e sendo decerto o pensamento da Comissão doadora derramar o conhecimento das poesias lyricas de Camões pelas classes desprotegidas, é claro que as bibliothecas populares, embora não sejam propriamente as escolares estão no caso de merecerem ser contempladas, com igual ou ainda talvez mais proveito.⁶⁵⁴

A elaboração do projeto cultural e político das bibliotecas fez-se de forma lenta, contrariamente à aceleração do tempo histórico, numa legitimidade que se foi construindo e alcançando pelo equilíbrio obtido através de um progressivo confronto entre oferta e procura, afigurando-se como “um lugar de todos os tempos estando ele próprio fora do tempo e inacessível à sua mordedura”⁶⁵⁵.

Em teoria, o desafio que se impôs às bibliotecas consideradas um instrumento de liberdade foi o de acompanhar cada um na sua própria marcha, na sua própria construção, na sua própria liberdade.⁶⁵⁶ De certa forma estava patente na ideia de D. António da Costa quando defendia uma biblioteca para todos e cada um. Este lema é central no conceito de biblioteca pública que se foi edificando, apesar da persistência do paradigma dicotómico que enfatizou a separação de funções das bibliotecas: conservação *versus* divulgação.

A dicotomia dos discursos não tinha uma correspondência exata nas práticas: as bibliotecas populares não respondiam cabalmente ao propósito que motivou a sua criação e essa falha era mitigada por algumas bibliotecas classificadas como eruditas. O horário de funcionamento noturno era aplicado e mais facilmente cumprido pelas bibliotecas “públicas” distritais e pela Biblioteca Nacional, classificadas como eruditas, do que pela generalidade das bibliotecas populares, incluindo a Biblioteca Popular de Lisboa.

⁶⁵⁴ Cf. ANTT, Ministério do Reino, Mç 3679, Nº 191, 1882.

⁶⁵⁵ Anne-Marie Bertrand citando Michel Foucault, in *Les bibliothèques*. 2007, p. 113.

⁶⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 113.

No sucessivo retomar do conceito de biblioteca popular, mesmo para além do limite cronológico do trabalho, pode-se perspetivar a existência de distintos “horizontes de expectativa”, a que se sucederam vários “espaços de experiência”, num registo de crescente diferença entre umas e outras etapas⁶⁵⁷, assumida como um traço da evolução dos tempos modernos.

A designação sublinha a função e o campo social, avulta as diferenças, acentuando o sentido dicotómico. Mesmo quando as bibliotecas populares inicialmente constituídas se transformaram em municipais ou foram sendo criadas outras com esta designação, já dentro de um espírito de vulgarização da leitura e facilitação do acesso, em plena Primeira República, continuaram a reclamar a criação de bibliotecas populares, surgindo como uma defesa contra a abertura das bibliotecas eruditas ao povo, sobretudo a Biblioteca Nacional.

É preciso: f) transformar as bibliotecas municipais de Lisboa em bibliotecas populares, com o tipo moderno das *free libraries* (...) de forma a restituir a Biblioteca Nacional á sua exclusiva função conservadora e erudita; g) converter em bibliotecas populares as bibliotecas municipais locais do país, ou crear novas bibliotecas de função popular (...)⁶⁵⁸

Na evolução das bibliotecas municipais destaca-se o seu papel na afirmação do poder local face ao controlo do Estado, exercido principalmente através dos serviços de Inspeção das Bibliotecas e Arquivos. Neste domínio houve algumas controvérsias envolvendo bibliotecas públicas eruditas, no contexto das alterações institucionais conhecidas para o período entre 1911 e 1931, assistindo-se a algumas tentativas por parte das autoridades municipais para alargar o seu controlo, mesmo sem dar as contrapartidas de apoio material que essas bibliotecas reclamavam (Ponta Delgada).

A relação entre as bibliotecas populares e as bibliotecas eruditas articula-se com a afirmação do conceito de biblioteca pública e denota influência do processo evolutivo do modelo francês, lento e titubeante, na definição do caminho dominante da leitura pública mas com a certeza de uma progressiva dissipação da dicotomia que marcou as bibliotecas no século XIX, em parte pela presença do elemento municipal mas sobretudo porque a expansão da leitura impôs a moda de bibliotecas, que se distinguiam mais pelos espaços onde se localizavam do que pelo público que deveriam servir.

Outrossim, no caso concreto de Portugal, o controlo exercia-se *a priori*, através da censura à literatura facultada e *a posteriori* pela vigilância exercida sobre os leitores e as

⁶⁵⁷ R. Konselleck - *Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*. 1990, p.323.

⁶⁵⁸ Júlio Dantas - inspecção: Novas bibliotecas, novos arquivos. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Vol. 3, 1917, pp. 1-19.

leituras. Como tal, as bibliotecas de jardim ou as que circulavam nas instituições, nos hospitais e noutros espaços, eram tão inofensivas como as bibliotecas populares que se organizavam de raiz e, na verdade, tinham uma natureza similar.

Inquirimos o sentido da especificidade das bibliotecas populares através do cotejo com outras bibliotecas públicas, dada a escassez de registos e o imbricado de relações que se foi configurando ao longo do período em estudo. A ideia inicial, de acompanhar o rasto das primeiras bibliotecas populares, foi condicionada pelos contactos entabulados que se revelaram infrutíferos na maior parte dos casos, remetendo para o conteúdo das atas da câmara municipal onde se dava conta da criação da biblioteca⁶⁵⁹ ; para publicações autárquicas de circulação e conteúdo muito circunscritos e limitados ou simplesmente não apresentando quaisquer dados passíveis de fazer avançar a investigação.

Seguimos diferentes pistas no encaço do objetivo que tínhamos em mente como, por exemplo, a localização das bibliotecas populares que funcionaram nas Escolas Conde de Ferreira, que nos levaram até ao arquivo municipal de Santiago do Cacém, ainda numa fase inicial da prospeção, sem resultados apreciáveis.

Perante a manifesta dificuldade em chegar aos testemunhos das práticas de leitura, através da localização de registos e requisições, optou-se por focalizar o trabalho em algumas bibliotecas, conhecer a sua realidade, os leitores, as suas escolhas e preferências, relacionando com outras bibliotecas contemporâneas, públicas e municipais, para assinalar semelhanças e diferenças.

Quando comparámos a composição de duas relações de obras, uma destinada às bibliotecas populares e outra à Biblioteca Pública de Évora no início da década de 1870, percebemos que em ambas predominava a literatura mas a sua natureza era distinta e, enquanto no rol destinado às bibliotecas populares não se encontrava nenhum livro em língua estrangeira, para a Biblioteca Pública de Évora eram 41,25% do total. Na mesma ordem de ideias, os livros dedicados ao ensino representavam cerca de 19,67% nas bibliotecas populares e apenas 1,25% na referida biblioteca pública.⁶⁶⁰

⁶⁵⁹ É o caso de Campo Maior, que respondeu ao nosso contacto enviando por *email* o excerto da ata fazendo referência às circunstâncias que presidiram à criação da biblioteca e mencionando os nomes dos proponentes, Dr. José Maria da Fonseca Regala e João Francisco Dubraz, nomeado seu conservador nessa mesma sessão. À “sala de leitura” foi dado o nome do Marquês de Pombal por se comemorar, nesse ano, o centenário da sua morte.

⁶⁶⁰ Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3655, n. 288, “Bibliothecas Populares”, 1871 e mç. 3658, n. 65, “Livros adquiridos pela Bibliotheca de Evora durante o anno económico de 1870 a 1871”.

Não obstante, se considerarmos os catálogos ou inventários das bibliotecas populares analisadas, encontram-se situações muito diferenciadas no que respeita à presença de obras em língua estrangeira.

Podemos considerar que, apesar da origem erudita dos acervos bibliográficos que constituíram as bibliotecas populares criadas na sequência do decreto de 2 de agosto de 1870, havia a consciência por parte dos atores envolvidos no processo, quer a comissão criada para o efeito e o próprio mentor do projeto quer os responsáveis pelos pedidos dos livros, na sua maioria representantes das câmaras municipais, que estas bibliotecas tinham que ser equipadas com obras específicas e que muitos exemplares herdados dos espólios dos extintos conventos eram desadequados para a leitura destinada às camadas populares.

Neste ponto importa assinalar que na generalidade das bibliotecas, públicas e populares, os leitores eram maioritariamente estudantes ou pertenciam a grupos profissionais da classe média, excetuando a biblioteca popular de Setúbal, a qual, na viragem do século, teria uma maioria de leitores operários (52,6%) contra apenas 1,4% de estudantes.⁶⁶¹ Mesmo encontrando uma maior diversidade de profissões populares entre os frequentadores das bibliotecas populares (Estremoz, Tomar), elas não estão ausentes das bibliotecas públicas, salientando-se o caso de Évora onde os operários constituíram 7,18% dos leitores noturnos, no levantamento que fizemos para o ano de 1883.⁶⁶² Porém, esta significativa representação popular entre os leitores da Biblioteca Pública de Évora não tinha correspondente noutros institutos similares, onde era inexistente ou muito escassa a referência a profissões ou trabalhos próprios das camadas sociais inferiores, destacando-se os funcionários públicos, os professores, os eclesiásticos e os militares, - uma categoria social bastante representada em várias bibliotecas públicas - e populares,⁶⁶³ e os empregados de comércio, no caso da Biblioteca Pública da Guarda.⁶⁶⁴

No que concerne à utilização das obras, apesar das classificações tão díspares, é possível destacar alguns aspetos que diferenciam as bibliotecas públicas das populares, nomeadamente a procura dos manuscritos, com valores muito diferenciados nas várias bibliotecas públicas mas claramente ausentes nas bibliotecas populares.

Por outro lado, a requisição de jornais que pode ser apontada como um indicador de vulgarização da leitura, fornece-nos informação interessante para as diferentes bibliotecas distritais, lamentando-se o facto de não ser possível estabelecer uma comparação mais precisa com as bibliotecas populares, visto que o registo nestas bibliotecas era muito menos rigoroso. Importa sublinhar que a superior leitura de jornais está diretamente

⁶⁶¹ *O Elmano*, 10 de Janeiro de 1900, citado por José Tengarrinha - *Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura* 1983, p. 233.

⁶⁶² Cf. ANTT, Ministério do Reino, mç. 3681, lv. 13, n. 7.

⁶⁶³ Em Tomar representavam a maioria dos leitores requisitantes no período estudado (cerca de 36%).

⁶⁶⁴ ANTT, Ministério do Reino, mç. 3681, lv. 13, n. 7.

relacionada com a existência de uma diversidade de periódicos atualizados. De qualquer forma é perceptível o papel desempenhado pelas bibliotecas públicas e municipais na disponibilização da imprensa para leitura dos seus utilizadores e este seria com certeza um fator de atração, como foi evidenciado no caso da Biblioteca Popular de Tomar.

A Biblioteca Nacional de Lisboa assegurava um serviço de leitura pública com uma abrangência que não existia em qualquer outra biblioteca, apesar das instalações austeras em que funcionava. Por isso, pareceu-nos importante analisar alguns dados estatísticos referentes quer à sua leitura noturna, quer ao serviço de empréstimo domiciliário, no sentido de averiguar a presença de leitores das camadas populares entre os utilizadores dos serviços da BNL, no final do século XIX. Constatou-se que, à semelhança das demais bibliotecas públicas, também aqui predominavam os estudantes. Mas os operários e outros trabalhadores braçais não estavam ausentes, se pensarmos que a terminologia utilizada associava estas categorias profissionais à designação genérica de “artistas” (**Quadro 8**)⁶⁶⁵, sendo também mencionados nos livros de registo dos empréstimos feitos pela Biblioteca Nacional.⁶⁶⁶

Mesmo considerando a exiguidade da amostragem, é uma achega para confirmar a função desempenhada pela BNL à entrada do século XX, com tendência para se alargar ainda mais no período subsequente à implantação da Primeira República, até se instalar a discussão pública que envolveu o denominado Grupo da Biblioteca, testemunhando o conflito de projetos culturais e orientações de índole política e ideológica que opôs os republicanos partidários de uma ampla abertura da Biblioteca Nacional, aos que defendiam a separação e a política dicotómica anunciada no diploma aprovado em 18 de Março de 1911, reservando à BN a função patrimonial própria das bibliotecas eruditas.

A ação da BPL também ficou aquém do “horizonte de expectativa” que lhe fora traçado, pese embora a longevidade do seu funcionamento. A indefinição de planos, sustentada por argumentos de ordem económica e social, contribuíram para atalhar a obra desta instituição, enquanto centro difusor de cultura e de uma política de leitura pública, estendida a nível nacional através das bibliotecas móveis que estavam sob a sua tutela e que foram o projeto mais conseguido, ao nível da planificação, durante o período em estudo.

Não obstante as inúmeras ideias apresentadas para rentabilizar as bibliotecas móveis e valorizar a iniciativa da Biblioteca Popular de Lisboa, na prática reforçou-se o

⁶⁶⁵ Leitura noturna para o ano de 1883. Cf. ANTT, Ministerio do Reino, mç. 3681, lv. 13, n. 7.

⁶⁶⁶ Cf. AHBN, Empréstimos de Livros, Lv. 11, 1899.

modelo centralizador, legitimado pela ideologia do Estado Novo. Assim mesmo, parece-nos importante referir o impacto das bibliotecas móveis e o seu significado enquanto germen para realizações maiores e mais conseguidas, porque dispunham de meios e recursos incomparavelmente superiores. Referimo-nos às bibliotecas itinerantes da Gulbenkian, responsáveis pela formação de milhares de leitores (incluindo a autora destas linhas), sem desviar o foco da divisa reproduzida por Branquinho da Fonseca: “quando o homem não procura o livro, o livro tem que procurar o homem.”⁶⁶⁷

Na verdade, tornar atrativas as bibliotecas, nomeadamente as populares, convidando o povo à leitura, implicava um investimento continuado e adequado às necessidades dos utilizadores, uma questão que só muito recentemente foi, de facto, considerada, assim como a necessidade de formação especializada dos bibliotecários. Esta função era exercida preferencialmente pelos professores primários, numa clara associação ao desenvolvimento da leitura pública e à missão de complemento da escola que competia às bibliotecas populares. São frequentes os apelos ao sentido cívico e ao espírito de missão destes profissionais, mas a falta de retribuição monetária não motivava os professores, fragilizando a sua posição como mediadores culturais, capazes de motivar para a leitura.

O campo das apropriações merece, em nosso entender, uma atenção especial por parte dos investigadores na área da leitura, muito embora represente um empreendimento difícil, sobretudo se olharmos para as bibliotecas populares do século XIX. Poderá, no entanto, ter algum resultado se a análise documental se centrar nas bibliotecas móveis, na BPL ou na biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, no primeiro terço do século XX.

Não é espectável podermos contar com marcas visíveis da utilização dos livros pelos leitores, anotações ou outros sinais que denunciem uma forma de apropriação da leitura, mas temos conhecimento da sua existência por referência aos livros estragados ou extraviados, implicando, frequentemente, a intervenção das autoridades policiais (BPL), além dos atrasos na devolução, patentes nos livros de registo das requisições. Neste domínio importa refletir não somente sobre o sentido desse controlo social mas também acerca das diferentes razões que possam ter motivado o atraso na devolução dos livros e entre as quais se inclui o facto de a leitura destas obras poder ser partilhada com outros membros da família, amigos e colegas de trabalho, dados os condicionamentos impostos, que dificultavam o acesso às bibliotecas, como a exigência de fiador. Neste âmbito cabe

⁶⁶⁷ Relatório de Branquinho da Fonseca, um dos entusiastas da rede de bibliotecas itinerantes, dirigido ao presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, José de Azeredo Perdigão, em 22 de Abril de 1960, citado na obra *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta Anos 1956 – 2006*, p. 52.

também a explicação para o escasso número de mulheres utilizadoras das bibliotecas populares. Recorde-se que o próprio D. António da Costa salientava que um dos propósitos das referidas bibliotecas era facultar o empréstimo domiciliário para fazer chegar o livro às mulheres e crianças.

Resultado da intervenção de diferentes atores sociais, o(s) projeto(s) das bibliotecas populares patenteiam a influência da circulação cultural em que se encontravam inseridos alguns intelectuais portugueses, mediadores desses processos e responsáveis pela dinâmica intercultural de que as bibliotecas eram parte integrante.

São vários os exemplos, ao longo do período em estudo, começando pelo mentor do projeto, D. António da Costa, que se mostra conhecedor da realidade estrangeira e utiliza os modelos bem-sucedidos como argumento para a implantação em Portugal.

Seguiram-se outras figuras e, durante a I República, destacamos Bettencourt Atayde, autor da criação de uma rede de bibliotecas móveis, que contou com um estudo prévio e informação detalhada sobre os meios necessários, previsão de dificuldades, acompanhamento da implementação do projeto, conhecimento institucional proveniente da sua formação e experiência profissional, a par de uma boa rede de ligações políticas como suporte do projeto. Faltava-lhe, contudo, o mais importante, a capacidade de influenciar decisivamente as mentalidades dos responsáveis pela divulgação do seu projeto no terreno, os professores primários e os autarcas, também com alguma responsabilidade no financiamento (transportes). Havia ainda outra variável difícil de controlar: manter o investimento do Estado para que a chama inicial não se apagasse.

Pode-se dizer que, de certa forma, era um projeto à frente do seu tempo, dado o nível de desenvolvimento educativo e cultural do país, que se encontrava num patamar inferior ao da generalidade dos países do ocidente europeu.

Na verdade, a relação entre os planos educativo e cultural, o território por excelência das bibliotecas, revela-se hierarquizada e os assuntos da educação impõem-se às questões culturais. Não admira, pois, que o desinvestimento do Estado tocasse prioritariamente às bibliotecas e em primeiro lugar às que se destinavam, em teoria, a um público popular.

Lembramos, a propósito desta relação controversa entre discursos e realizações, a opinião de Henrique Barreto Nunes⁶⁶⁸ sobre as bibliotecas públicas e os serviços que as tutelavam, extensiva também às bibliotecas populares:

Esta aliás foi uma constante, até anos muito recentes, na produção legislativa relativa às bibliotecas e arquivos portugueses: as colecções dos nossos boletins oficiais (Diários do Governo ou da República) constituem uma imensa necrópole de boas intenções desfasadas da realidade, sem fundamento em políticas culturais coerentes, lutando contra a falta de meios financeiros, de técnicos, de instalações, esperando desesperadamente os regulamentos complementares que nunca surgem, em suma, carecendo de real vontade política para as levar a cabo.

O que infelizmente tinha sucedido com as bibliotecas populares em 1870 voltou a verificar-se com a criação do IGBAP, logo reorganizado em 1901, e com outros organismos que lhe foram sucedendo com igual insucesso.

Enfim, é a triste sina de um país eternamente adiado em termos de políticas culturais.⁶⁶⁹

Esta explanação sintetiza o que se torna perceptível no estudo da evolução de duas gerações de bibliotecas populares, por assim dizer, as que foram criadas por D. António da Costa e as que surgiram na Primeira República. Em ambos os casos assistiu-se a um impulso inicial significativo, seguido de um movimento de declínio, até mesmo letárgico, que abre espaço para um novo período de criação / reinvenção institucional, potenciado pela ausência e pelo esquecimento da herança recebida.

Procurámos observar continuidades e mudanças e, neste plano, tomado de relance o recorte temporal, percebe-se que há dois sentidos que se sobrepõem: o da criação, renovado pela força dos ideais republicanos, constituído poder em Outubro de 1910, desenhando um novo “horizonte de expectativa” preñado de projetos que não almejaram realizar-se (secções e bibliotecas populares), a par de outros que se constituíram “campos de experiência” significativos (universidades populares, cursos noturnos); ao lado de uma continuidade institucional que, mesmo não assumida, pode ser atestada pelos documentos, nomeadamente os suportes de registo dos utilizadores das bibliotecas (vide Bouças / Matosinhos).

⁶⁶⁸ Diretor da Biblioteca Pública de Braga (até ao final de 2009), desenvolveu vários trabalhos no âmbito da história e das ciências documentais. Foi assistente convidado do curso de especialização em ciências documentais da Faculdade de Letras do Porto e docente da disciplina de leitura pública nas Universidades de Lisboa e de Coimbra.

⁶⁶⁹ Henrique Barreto Nunes – As Bibliotecas na “Memória” de Tomás Lino da Assunção. [em linha] acessido em 24/04/2016]. Disponível em <https://henriquebn.wordpress.com/revisao-da-materia-dada/as-bibliotecas-na-memoria-de-tomas-lino-da-assuncao/>.

Nesta ordem de ideias salienta-se o confronto entre representações e práticas, no que respeita à missão das bibliotecas municipais durante a Primeira República. Equipadas com obras provenientes das incorporações deviam ter secções populares mas, na prática, essa atribuição parece ter sido resolvida pelo recurso às bibliotecas móveis e a evolução dos equipamentos municipais que se impôs ao modelo “popular” assumiu, na generalidade dos casos, uma faceta de “biblioteca de conservação”, muito embora sem condições logísticas dignas das funções que lhe foram reservadas.

normalmente instaladas em edifícios antigos, com espaços não adaptados para as funções de uma biblioteca de leitura pública; sem prática do serviço de empréstimo domiciliário, nem de livre acesso às estantes; ... com fundos bibliográficos reduzidos e desactualizados.⁶⁷⁰

A abordagem do tema conduziu-nos por atalhos que abriam caminho para questões que se prendem à natureza do povo português, ampla e profundamente debatidas pelas gerações de intelectuais e escritores que marcaram o século XIX. Desta deriva, onde procurámos descortinar no pensamento de cada um dos autores (re)visitados o lugar ocupado pela questão do alargamento do ensino e da leitura às classes populares, fixámos algumas ideias que podem explicar muito do percurso histórico de Portugal, nos últimos dois séculos, como acontece com este pensamento interpelativo de Raúl Brandão:

Porque não dá resultado o esforço de Pombal? Porque é o nosso soldado péssimo ou ótimo, conforme os chefes? (...)
O que é preciso é criar quanto antes novas *élites*. (...) Não *élites* que nos subjuguem – mas *élites* que nos conduzam para a beleza e para a justiça...⁶⁷¹

Assume-se como um traço da sociedade oitocentista, a falta de desígnio dos dirigentes políticos, numa nação secular onde a ideia de pátria ficou confinada às elites ilustradas, por manifesta incapacidade de mobilização e integração das diferentes camadas

⁶⁷⁰ Maria José Moura, coord - *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório*. Lisboa, 1986, p.11 [em linha]. [acedido em 23/4/2016]. Disponível em <<http://rcbp.dglib.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf>>.. No relatório elaborado na década de 1980, como preparação para uma nova fase, de autentica renovação das bibliotecas, a autora afirmou : “a intervenção do Estado tem-se caracterizado por uma excessiva orientação culturalista, isto é, "um acentuado privilégio ao livro definido como 'cultural', op. cit. p. 9.

⁶⁷¹ Raúl Brandão - *Vale de Josafat. Memórias*, vol III, s.d., p. 201.

A valorização das elites, motor do progresso intelectual e da mudança política, foi a questão fulcral que mobilizou alguns intelectuais republicanos como António Sérgio, Jaime Cortesão e Raúl Proença, entre outros protagonistas das polémicas que envolveram o “Grupo da Biblioteca” e que se reuniram depois em torno do projeto cívico e cultural representado pela revista *Seara Nova*.

sociais, que permaneceram alheadas dos valores e instituições liberais durante várias décadas⁶⁷². A ausência de um nacionalismo (re)ativo, capaz de espoletar as vontades políticas, terá contribuído para reduzir a eficácia social necessária para conduzir o país na senda do verdadeiro progresso.

A associação das bibliotecas populares ao plano da educação surge tão naturalmente como a sua relação com a leitura e está implícita no título do trabalho, através do conceito de “missão”. Este é enunciado como algo em “esboço” porque a dimensão da obra projetada através dos diplomas fundadores, o Decreto de 1870 e a Lei de 1911, deixava adivinhar quão difícil seria a plena concretização da missão (leia-se fins) atribuída, num e noutro momento, às bibliotecas populares. Plantadas em terreno árido, requeriam cuidados particulares dificilmente compagináveis com a realidade vivida na época.

Pelo contrário, a articulação das bibliotecas com o plano político não é anunciada de uma forma transparente, imediata e unívoca. O estudo das suas práticas revela sentidos que os discursos / representações institucionais não mostram ou sequer sugerem. E é neste campo que vamos encontrar a resposta à nossa questão inicial, centrada no sentido e na insistência no epíteto de popular para determinadas bibliotecas que tiveram configurações muito distintas ao longo do período em estudo. Importa aqui lembrar, na linha de pensamento de R. Konselleck que o “princípio diacrónico”⁶⁷³ deve ser considerado na leitura deste conceito, valorizando as estruturas que lhe estão associadas e que têm dimensões de continuidade como de mudança. O desenvolvimento do trabalho confirmou a ideia inicialmente aventada de uma multiplicidade de significações associadas ao conceito de biblioteca popular, portanto de ser ele mesmo produtor de diferentes sentidos que tentámos perscrutar para uma melhor compreensão do propósito da existência destas bibliotecas.

Parece seguro pensar-se que houve uma instrumentalização da ideia de biblioteca popular e uma tentativa de orientação das leituras destinadas a um determinado público, cujo perfil não apresentava contornos claramente definidos. O povo de que se falava nas leis, nos jornais ou nos romances não era o povo que frequentava as bibliotecas ditas populares, sobretudo se imaginarmos a realidade portuguesa do século XIX.

Outrossim, é de considerar que, mesmo intitulado-se populares, as bibliotecas aspiravam a ser mais eruditas, porque o conceito de cultura letrada é na sua essência algo

⁶⁷² Nesta linha de pensamento, Portugal é definido como uma nação secular sem consciência de sentimento de nacionalidade. Cf. David Justino - *Fontismo, Liberalismo numa Sociedade Iliberal*. 2016, pp. 236-237.

⁶⁷³ R. Konselleck op. cit., 1990, pp. 107-110.

de erudito, pensado por / para um grupo intelectual superior. Nesta ordem de ideias compreende-se a concentração de inaugurações de bibliotecas populares (e municipais) nas datas em que se comemoraram os centenários de Camões (1880) e do Marquês de Pombal (1882), associando figuras maiores da História nacional à missão das bibliotecas populares, num sentido de grande oportunidade política, cujos créditos foram devidamente explorados pelos republicanos⁶⁷⁴.

Em todos os discursos que acompanharam a criação das bibliotecas populares, a partir de 1870, há uma argumentação ou justificação semelhante, em sintonia com o discurso político dominante, acompanhado de uma estratégia para conseguir os livros disponibilizados pelo Estado e o montante estabelecido para o financiamento de cada Câmara Municipal (50.000 réis). Há situações em que se percebe a insistência em querer que as bibliotecas criadas pelos municípios sejam consideradas populares para receber o apoio do Estado; assim como há casos em que os mentores das bibliotecas afirmam peremptoriamente que os institutos por eles criados e dirigidos não são bibliotecas populares mas sim públicas ou municipais.⁶⁷⁵

Digna de nota é também a questão que se prende com a relação entre as iniciativas particulares e o Estado que, não somente estava prevista, como era um elemento de força do projeto de D. António da Costa. Contudo, as práticas não facilitaram a conciliação de interesses e o governo central não foi suficientemente diligente para incorporar apoios e fomentar articulações. Na Primeira República os campos de intervenção são distintos, percebendo-se que o Estado tem pouco conhecimento das iniciativas privadas (1919 - “coeficiente bibliográfico”⁶⁷⁶) e por isso também não promoveu as desejáveis ligações – uma fraqueza estrutural –, que pode ser justificada pelo primado da política e do confronto ideológico, gerador de mecanismos de controlo e disciplina, que se impunham ao Estado como uma prioridade relativamente à Educação.

O caminho que fizemos permitiu-nos vislumbrar outros percursos, eventuais pontos de partida para futuros trabalhos que importa aqui enunciar:

⁶⁷⁴“ Quer se tratasse de Camões, de Pombal, o Infante D. Henrique ou Vasco da Gama (...) o que sobretudo estava em causa era adequar a evocação dos seus exemplos aos imperativos pragmáticos do presente e às posições teleológicas em confronto. Transformá-las em estandartes de propósitos eminentemente doutrinários, não raro de circunstância, sem esquecer o todo nacional.” Cf. Sérgio Campos Matos - *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo* (1846-1898). 1995, p. 612.

⁶⁷⁵ Como exemplos dessa indefinição em torno da designação de pública e municipal, contam-se as bibliotecas do Porto e de Ponta Delgada, onde se instalou uma longa polémica de que damos conta no texto da tese, juntando informação adicional em anexo.

⁶⁷⁶ Cf. *Diário do Governo*, II série, nº 158, de 10 de Julho de 1919.

A ação dos indivíduos, mediadores de cultura, tantas vezes eclipsados pela faceta política ou contaminados por raciocínios ideológicos redutores da sua complexidade, afigura-se um campo de investigação fecundo. cremos que a história da educação (e da cultura), em articulação com a história institucional, oferecem o espaço apropriado para acolher trabalhos centrados em algumas figuras relevantes de que se dá conta nesta narrativa, a começar por D. António da Costa, cuja biografia integral está por fazer, contemplando todas as dimensões do seu pensamento e da sua ação, a nível nacional mas também inserido num quadro de circulação de ideias como era o da Europa do seu tempo.

Na mesma linha de pensamento, erguem-se outras personagens, com percursos biográficos relevantes na área do estudo sobre bibliotecas, tendo em conta a intervenção que tiveram e a rede de informações que mobilizaram, talvez mais do que o impacto das suas ações, uma vez que os resultados dependiam de diferentes variáveis, onde avulta a intervenção política. Referimo-nos por exemplo a A. P. de Bettencourt Attayde, Júlio Dantas e Raúl Proença. Unidos por interesses na área da biblioteconomia, mobilizaram os seus conhecimentos e a sua rede de influências culturais e políticas para esta causa. Tinham perspetivas diversas sobre as bibliotecas populares e estiveram em campos políticos opostos, apesar de terem convivido profissionalmente no período da Primeira República. Contaminação política à parte, seria importante conhecer de forma mais detalhada a intervenção destas personalidades, enquanto mediadores culturais, os contactos estabelecidos e a influência que tiveram nos seus projetos e na sua ação.

Outra questão que merece um olhar curioso e atento diz respeito à proveniência de doações /legados, voluntários e particulares, entregues às bibliotecas “públicas”, no sentido mais lato do termo, explorando a relação entre o doador e a instituição de leitura/biblioteca que é contemplada. Se analisarmos os regulamentos ou outros documentos em que se apresenta a constituição do acervo documental das bibliotecas, podemos verificar que a doação/oferta tem primazia, enquanto a compra surge, normalmente, em último lugar (vide Regulamento das Bibliotecas Populares do Porto, 1915), o que nos elucida sobre a origem e a natureza desses fundos bibliográficos. São vários os exemplos de bibliotecas organizadas a partir de, ou com o contributo de doações significativas, em livros ou mobiliário, mais raramente em espécie⁶⁷⁷.

⁶⁷⁷ O nome de José Silvestre Ribeiro ficou definitivamente ligado à terra natal, Idanha-a-Nova, herdeira da sua biblioteca e a Angra do Heróismo onde fundou a primeira biblioteca municipal. Cf. Coleção Castilho, Cx 33, M 1. Como ele, vários outros beneméritos deixaram o seu nome associado à criação ou ao desenvolvimento de bibliotecas populares, a saber, Jozé Lourenço de Sousa - Fataunços (Vouzela); José Frederico Laranjo; César Augusto Videira e José M. Serrano - *Grémio ilustração popular de Castelo de*

A incorporação das coleções oferecidas por particulares, bibliófilos ou filantropos que quiseram associar os nomes e a memória a algumas bibliotecas, deixando-lhes o seu espólio bibliográfico, mudou a feição desses institutos de leitura, mesmo quando se mantiveram as coleções à parte, como era frequente acontecer (Santarém, *Voz do Operário*).

No campo institucional, uma temática que sugere maior aprofundamento é a articulação entre a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Popular de Lisboa (incluídas as bibliotecas móveis), no que concerne a sua ação no âmbito da leitura pública.

A diversidade de situações reportadas e analisadas remete para uma interrogação essencial que acompanhou a escrita da tese: podemos considerar que houve uma política de leitura pública em Portugal, durante o período em estudo?

No intuito de sistematizar as ideias sugeridas pela questão enunciada, elencam-se algumas medidas que denunciam a vontade de desenvolver uma leitura pública, a saber:

- A criação das bibliotecas populares decretada e regulamentada em 1870, 1911 e 1927.

- A regulamentação do horário noturno das bibliotecas (1883) e a reiterada preocupação com o seu cumprimento. Esta medida estendia-se às bibliotecas públicas, municipais e populares, no entanto, o controlo foi mais apertado com as bibliotecas públicas, que apresentavam trimestralmente os mapas de leitura noturna.

- A promoção do empréstimo domiciliário – extensivo às bibliotecas públicas, em particular à Biblioteca Nacional.

- A inspeção de 1875 contemplava a verificação da prática de leituras públicas mas não previa medidas pelo não cumprimento e, aparentemente, afrouxou a sua intervenção depois do impulso inicial na década de 1870.

- A diversidade de modelos de bibliotecas existentes na Primeira República, tendo em vista chegar de forma diferente a um maior número de potenciais leitores.

Contudo, não podem ser ignorados os constrangimentos que se impuseram à prossecução das medidas em prol da leitura pública, começando pela exiguidade do investimento do Estado que deixou as bibliotecas ao sabor dos interesses e da capacidade de apoio dos seus responsáveis, favorecendo o predomínio do paroquialismo e a falta de continuidade dos projetos iniciais. A dispersão de iniciativas potenciou a deficiente

Vide, entre outros, que deram o seu contributo sobretudo em livros, como o autor João Félix Pereira que entregou cerca de 1000 volumes para as bibliotecas populares em 1877 - 1878. Cf. ANTT, Ministério do Reino, Mç. 3668 (1878), Lv. 8, nº 10.

articulação entre o Estado e os particulares, apesar de os discursos projetarem cenários mais convergentes.

O entusiasmo denotado por alguns responsáveis pela criação das bibliotecas populares ou pela utilização das bibliotecas móveis, autarcas e professores principalmente, não tinha correspondência nos representantes das bibliotecas públicas distritais que, apesar de cumprirem o horário noturno insistiam na sua dispensabilidade (Évora, Viseu) e não diligenciavam para criar as secções populares legalmente previstas (Braga). Podemos ver aqui um sinal de resistência de uma cultura letrada, elitista, à vulgarização que o projecto das bibliotecas populares preconizava.

Recorde-se que, mesmo entre os pedagogos e teóricos da educação, não era consensual a ideia dos benefícios sociais da educação popular nem as vantagens de uma alfabetização imposta. Adolfo Coelho referia-se ao ensino elementar como a “sopa económica do espírito” e defendia que a instrução não era condição suficiente para arrancar o povo às condições de grande atraso moral e intelectual em que se encontrava⁶⁷⁸.

Um reflexo da falta de convicção política e institucional relativamente à importância das bibliotecas e da sua ação para o desenvolvimento cultural do povo português, pode encontrar-se também na ausência de investimento na preparação técnica/profissional dos responsáveis pela organização destes equipamentos e pela divulgação do livro e da leitura. De igual modo, o papel dos intelectuais, mediadores de cultura, manteve-se tolhido, cerceado na sua intervenção, com diminuta capacidade de ação, temendo o fracasso, deixando que se instalasse uma conceção “acanhada e estreita de cultura”, uma mentalidade “arcaica”, de que as bibliotecas são apenas um dos aspetos⁶⁷⁹.

Tal como afirmámos na introdução da tese, a abrangência da missão encerra o fascínio e os limites do sucesso das bibliotecas populares espartilhadas entre a missão educativa de complemento da escola e a missão política e ideológica junto das camadas populares. Todavia, enquanto a primeira foi repartida com outros institutos educativos (bibliotecas escolares) e espaços de leitura (bibliotecas municipais e públicas), a missão de índole político-ideológica, envolvendo uma instrumentalização destes equipamentos, prolongou-se no tempo, ganhando feições distintas, adaptadas à ideologia dos regimes

⁶⁷⁸ Adolfo Coelho - Cultura e Analfabetismo. In *Os Conferencistas do Casino*, p. 179.

⁶⁷⁹ Victor de Sá – *As Bibliotecas, o Público e a Cultura*, pp.117-118. A análise baseia-se num período posterior, meados da década de 1950, em pleno Estado Novo e por isso com uma acentuação de alguns aspetos delineados no período do nosso estudo.

vigentes que encontram as suas formas de controlo social através do condicionamento ou da censura imposta à leitura.

Não obstante, permaneceram “brechas” que tornaram possível o desenvolvimento de uma ação no sentido de esboroar o paradigma dicotómico e viabilizar a emergência da Biblioteca Pública, no mais perfeito uso do termo, o que acontecerá somente na segunda metade do século XX, no quadro de uma sociedade democrática.

O olhar atento sobre a documentação consultada mostrou que os livros requisitados em algumas bibliotecas (Sociedade Martins Sarmiento, BPL, BM) chegavam a outros leitores, para além dos que eram identificados nos registos. Uma realidade encapotada que as anotações deixam perceber e que tocava sobretudo as mulheres, praticamente ausentes da frequência das bibliotecas. A educação informal desafiava os limites impostos pela obrigatoriedade de frequentar a escola. Uma situação que se torna mais evidente nas primeiras décadas do século XX.

É chegado o fim do trabalho que, pela sua natureza, mais se assemelha à tecedura de uma tapeçaria com cores e padrões tão distintos e ao mesmo tempo tão semelhantes: verso e reverso de uma criação que se foi construindo pelo preenchimento dos espaços mas deixando sempre algumas pontas soltas e com remates imperfeitos, próprios de uma obra inacabada.

Laborámos com material empírico inédito e documentos que, apesar de já terem sido referidos noutros estudos, foram analisados e sujeitos a um tratamento gráfico de acordo com os objetivos definidos para este trabalho.

A geografia das bibliotecas populares esboçada visa salientar elementos de continuidade e de mudança, através da relação estabelecida entre diferentes institutos de leitura.

As situações esmiuçadas, com recurso à análise de uma multiplicidade de dados e à comparação sistemática entre diferentes tipos de bibliotecas, permitiram iluminar a realidade heteróclita das bibliotecas populares, marcada pelo desencontro entre representações anunciadas e práticas sucessivamente adiadas.

Destarte foram-se aventando hipóteses em jeito de resposta à questão de partida e às demais interrogações desencadeadas pela problemática, muito embora dentro de um quadro que se afigura mais intrincado do que linear, em consonância com a realidade a que diz respeito.

Gostaríamos de acreditar que o nosso contributo, embora mais modesto do que o horizonte de expectativa traçado no início da jornada, poderá ajudar a clarificar a

complexidade de que se reveste o estudo das iniciativas oficiais em prol da expansão da leitura e do conhecimento entre as camadas populares, potenciando, em simultâneo, o questionamento sobre o papel das bibliotecas no cumprimento deste desiderato que acompanhou a afirmação da Modernidade.

FONTES e BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Castelo Branco

Catálogo das obras da Biblioteca Popular/Pública de Oleiros (1879), Câmara Municipal de Oleiros.

Livro das Actas da Câmara Municipal de Oleiros, 1870, 1877-1879.

Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME):

Direcção Geral de Belas Artes (DGBA), Lv. 3, proc. 272.

Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes (DGESBA), série 2/3, cx.3, lv. 11; série 3, lv. 16.

Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes (DGESBA, lv. 27, nº 922 e nº 957.

Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (DGESBA), Lv. 12, Proc. 451.

Inquérito às Bibliotecas Municipais realizado em 1932-1933, cx. 3, nº 448.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Biblioteca Popular de Lisboa: termos de posse (1911-1988), lv. 30.

B.P.L / Biblioteca Popular de Lisboa:

Atestados de responsabilidade sobre livros emprestados, 1919-37. Cx. 81, doss. 27 e 28.

Bibliotecas Móveis estatísticas, 1915-18. Cx. 85, mç. 16.

Biblioteca Móvel, Lista dos pedidos de obras, tipo A, 1915-24. Lvs. 211, 267.

Biblioteca Móvel, Lista dos pedidos de obras, tipo B, 1915-2. Lvs. 213 - 226, lv. 68 a lv. 286.

Biblioteca Móvel, Lista dos pedidos de obras, tipo C, 1915-3-. Lv. 226 a lv. 242; lv. 213 a lv. 245; lv. 213 a lv. 247 - 248; lv. 252.

Lvs. 256 a 265 (obras enviadas para o CEP).

Catálogos das Bibliotecas Móveis, Tipo B e Tipo C, 193-. Cx. 94, lvs. 177 a 191.

Catálogos das Bibliotecas Móveis, Tipo C, 193-. Cx. 95, lvs. 192 a 210.

Correspondência expedida e recebida, 1915-30. Cx. 80, doss. 25 e 26.

Decretos, ordens de serviço, estatísticas. Cx. 83, mç. 9.

Documentos da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. *Levantamento dos Arquivos e Bibliotecas*, 193-. Cx. 86, mç. 19.

Estatística de obras consultadas. 1920-39, liv. 349.

Índices de processos (estatísticas, pessoal, bibliotecas móveis, empréstimo domiciliário), 1918-33. Cx. 68, doss. 1 e 2; cx. 69, doss. 3 e 4; cx. 70, doss. 5 e 6.

Livros de registo de empréstimo de Obras. 1920-38, lv. 330 a lv. 331.

Livros de registo de entradas de obras, 1914-37, lv. 323 a lv. 329.

Movimentos das Bibliotecas Móveis, 1916-39. Cx. 83, mç. 7.

Projetos Lei, Regulamentos, 1918-30. Cx. 85, mç. 17,

Registo de entrega de Bibliotecas Móveis. 1915-31, lv. 351.

Relações das terras onde se encontram as bibliotecas móveis, 1915-29. Cx. 83, mç. 6.

Volumes recebidos da Biblioteca Nacional, requisições correspondência, 1914- 3. Cx. 84, mç. 10.

Colecção Castilho (correspondência, relatórios, apontamentos de D. António da Costa).

Cx. 20, maços 10, 11, 12; cx. 21, mç. 4; cx. 33, maços 1 e 5; cx. 34, mç. 3; cx. 35, mç. 6; cx. 37, mç. 1; cx. 38, mç. 6; cx. 42, mç. 7; cx. 47, mç. 4; cx. 55, mç. 5; cx. 63, mç. 5.

Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos:

Cx. nº 223 – Processos BPL – Pessoal (1919-1932), Diversos (1932-1936); cx. nº 224 ; cx. nº 230 – “Inventários dos bens do Estado” (1932-1946); cx. nº 234 – Câmaras Municipais (1912-1947); cx. nº 235 – Câmaras Municipais (1913-1946), cx. nº 247 ; cx; nº 248; cx. 259; cx. 492 / Lv. 1 (1880 – 1900) – *Registo de Documentos: Correspondência recebida pela Inspeção.*

Ministério da Instrução Pública:

Cx. 12; mç. 3, cx. 145.

Ministério do Reino:

Livros nº 539 – 540; 1068-1070; 1079 – 1088.

Maços: 2126, 3547, 3575, 3598, 3632, 3636, 3644, 3654, 3655, 3656, 3657, 3658, 3659, 3660, 3661- 3698, 3703, 3704, 3722, 3723, 5044.

A Voz do Operário. *Registo da Entrada de Livros na Biblioteca a partir de 1-1-926.*

[em linha]. [acedido em 6/9/2016]. Disponível em <<http://digitalq.dgar.gov.pt/viewer?id=4654485>>

Arquivo da Sociedade Martins Sarmiento (ASMS)

Inscrições das visitas à biblioteca, 1904 (Arq. 26); 1906 (Arq. 32); 1929 (Arq. 31).

Livro dos empréstimos da biblioteca popular da Câmara Municipal de Guimarães, 1883-1885 (Arq. 81).

Livro para inscrições dos leitores da biblioteca, 1894-1898 (Arq. 22).

Livros requisitados dos anos 1925-1929 (Arq. 20); 1929-1932 (Arq. 21).

Movimento da biblioteca 1883-1885; 1919 (Arq. 19).

Visitas à biblioteca: registo -1883 (Arq. 25).

Biblioteca Municipal de Estremoz

Biblioteconomia. Izidoro Luiz Bine da Cruz. Estremoz, 1 de Setembro de 1927.

Livro dos empréstimos da Bibliotheca Popular d'Estremoz, nº 1 (7 abril 1880 a 18 maio 1887); nº 2 (11 junho 1887 a 28 dezembro 1895); nº 3 (15 julho 1896 a 25 setembro 1908) ; nº 4 (29 setembro 1908 a 30 março 1916); nº 5 (23 maio 1916 a 17 junho 1925) .

Tombo ou Catalogo Didascalico da Bibliotheca Popular d' Estremoz. Estremoz, 1927

Biblioteca Municipal de Tomar

Livro de verbetes.

Registo Diario dos Visitantes e Frequentadores da Bibliotheca de Thomar, 1882-1885.

Registo do emprestimo de livros da Bibliotheca Popular da Camara Municipal de Thomar .Tomar, 1º vol.: 1882-1886; 2º vol.: 1887-1894.

Relação de 120 livros oferecidos à Biblioteca Municipal por Francisco Saúde Salema.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP/BN) - Reservados: Arquivo histórico da BN (AHBN)

DLEC/Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos - *Bibliotecas Populares*, cx. 01, mç. 1, (sem cota).

DLEC – *Memória de José Portelli sobre a constituição de Bibliotecas Públicas em Lisboa* (1834). Cx. 05, nº 07.

Empréstimos de Livros, 1899. Lv. 11.

Relação de obras remetidas de e para a BN (1918). Cx.01, mç. 20.

Câmara Municipal de Lagos - Arquivo Histórico de Lagos (AHL)

Biblioteca Luís de Camões: inauguração e catálogo de obras (1880-1881). Lagos, Livro nº 265.

Câmara Municipal de Oleiros

Livro das Actas das sessões da Câmara Municipal de Oleiros, 1914-1915.

Livro das Actas das sessões da comissão executiva da Câmara Municipal de Oleiros, 1914-1917.

Câmara Municipal do Porto

Actas da Comissão Executiva. Série - 1887 – 1926: 1914 – novembro e 10 de setembro; 1915 – 11 e 18 de Março. [em linha]. [acedido em 29/6/2016]. Disponível em <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/391919/?> >.

2. Fontes impressas

Legislação

ESTEVEENS, Manuel Santos – *Sinopse cronológica da legislação sobre bibliotecas e arquivos: 1796-1948*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1949.

Decreto de 2 de Agosto de 1870. Diário do Governo, nº 181, de 16 de Agosto 1870.

Portarias de 26 de Agosto de 1870. Diário do Governo, nº192, de 29 de Agosto 1870.

Portaria de 20 Janeiro de 1871. Diário do Governo, nº28, de 30 de Janeiro 1871.

Circular de 22 de Fevereiro de 1875 da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Diário do Governo nº 41, de 23 de Fevereiro de 1875.

Circular de 13 de Agosto de 1879 da Direcção Geral de Instrucção Pública, 3ª Repartição. Diário do Governo, nº183 de 16 de Agosto 1879.

Lei de 18 de Janeiro de 1883 da Direcção Geral de Instrucção Pública, 1ª Repartição. Diário do Governo, nº18 de 24 Janeiro 1883.

Decreto de 29 de Dezembro 1887. Diário do Governo, nº 3 de 4 de Janeiro 1888.

Decreto de 18 de Março de 1911 da Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial: Diário do Governo, nº 65 de 21 de Março de 1911.

Decreto nº 4:003 de 28 de Março de 1918 da Secretaria de Estado da Instrução Pública.
Diário do Governo, nº65 de 1 de Abril 1918.

Portaria nº 1377 de 15 de Maio de 1918 da Secretaria de Estado da Instrução Pública.
Diário do Governo, nº112 de 23 de Maio de 1918.

Decreto nº 4:888 de 17 de Setembro de 1918 da Secretaria de Estado da Instrução Pública. Diário do Governo, nº223 de 12 de Outubro de 1918.

Inventário geral das bibliotecas portuguesas (quadro sinóptico das bibliotecas, arquivos e cartórios existentes no país). Diário do Governo, nº158 da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos de 10 de Julho de 1919.

Decreto nº 8:328 de 16 de Agosto de 1922 da Direcção geral de Belas Artes. Diário do Governo, nº 166, 16 de Agosto 1922.

Decreto nº 13:724 de 27 de Maio de 1927 da Direcção Geral do Ensino Superior. Diário do Governo nº 114 de 3 de Junho de 1927.

Decreto nº 13:726 de 27 de Maio de 1927 da Direcção Geral do Ensino Superior. Diário do Governo nº 114 de 3 de Junho de 1927.

Decreto nº 19:952 de 27 de Junho de 1931 da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Diário do Governo. nº 147 de 27 Junho de 1931.

Publicações periódicas

Album Açoriano [em linha]. 1903. [acedido em 20/8/2016]. Disponível em http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/ALBUMACORIANO-

Almanach Commercial de Lisboa. Lisboa, 1891.

Almanach Hachette : Petite Encyclopedie Populaire de la vie pratique. Paris: Hachette, 1984, 1895, 1897-1900; 1902, 1905, 1909-1914, 1917.

Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal: Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos. [em linha]. V. 1, n. 1(Out. 1914); V. 3, n. 10/11(Abr.1917). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1914-1917. [acedido em 20/7/2016]. Disponível em <http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index-a_1914-15-HTML/M_index.html.>

Anais das bibliotecas e arquivos. [em linha]. - V. I, nº 1 (Mar. 1920); vol. III, nº 11 (1922); v. 21, nº 77/78 (1949). [acedido em 10/9/2016]. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1920-1949. Disponível em <http://purl.pt/258/1/bad-1510-v/ficha.html>

Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais. Lisboa, 1931-1936.

Anuário da Câmara Municipal do Porto. Porto, 1923.

Anuário Estatístico de Portugal [em linha]. Biblioteca Digital de Estatísticas Oficiais do INE. Anos: 1886,1892, 1904-1905, 1908-1910, 1917, 1925, 1927, 1928. [acedido em 4/8/2016]. Disponível em <<http://inenetw02.ine.pt:8080/biblioteca/search.do>>.

Arquivo Municipal de Lisboa, 1880

Arquivo Pittoresco, vol. VII,VIII,IX, 1864, 1865, 1866.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal do Porto. [em linha]. Porto. nº 1,1949. [acedido em 4/8/2016]. Disponível em Biblioteca Pública Municipal, ed. com

Boletim das bibliotecas e arquivos nacionais: Publicação oficial trimestral, números 1 a 10, 1902 - 1911, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1903-1912.

Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionais. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902-1912.

Boletim da Direcção Geral da Instrução Pública. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902-1905.

Boletim do Serviço Geral de Instrução Publica da Câmara Municipal de Lisboa, nº. 1, Ano Lectivo de 1886-1887. Lisboa: C.M., 1886-[1888].

Boletim da Sociedade Martins Sarmento: Promotora da Instrução Popular no Concelho de Guimarães. Guimarães. Série I: nº 1 – nº 12, 1894-1895.

A Civilização Popular: Folha independente, dedicada à defeza dos interesses locais e do paiz: órgão do professorado primário. Rio Maior, 1904-1908.

O Conimbricense: Jornal Político, Instructivo e Commercial. Coimbra, 8/2/1870, 19/1/1875, 3/6/1882, 15/12/1883.

O Constituinte. Braga, 5/1/1889.

O Debate – Semanário Republicano do Distrito de Santarém. Santarém, 1908, 1918, 1919.

Diário Illustrado. Lisboa, 1872-1911.

Diário de Notícias. Lisboa, 1870, 1911.

Diário Popular. Lisboa, 1870.

Écos de Tomar. Tomar, nº 125, 1924.

Educação Nova. Porto, nº 3, 1924.

Educação Popular. Lisboa, nº 1 e 2, 1921,1922.

O Elmano. Setúbal, 1893-1911.

Encyclopedia Popular: Leituras Amenas Apropriadas A Todas As Edades, Sexos, Estados, Profissões E Intelligencias. Lisboa: Typographia Universal, nº1 – 16, 1867-1868.

O Elvense. Elvas, 1880.

Froebel: revista de instrução primária. [em linha]. Números 12,14 – 19, 21,23, 24, 1883-1884. [acedido em 10/9/2016]. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Froebel/Froebel.htm>>

Galeria Republicana. Lisboa, 1882-1883.

Ilustração Popular: Semanário de Vulgarização Artística, Litteraria e Scientifica. Porto, nº 1-20, 1908-1909.

Ilustração Portuguesa. [em linha]. Lisboa, nº1 a nº946, 1903 – 1924.[acedido em 10/9/2016]. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/IlustracaoPortuguesa.htm>>.

Jornal da Associação dos Professores: Instrução e Educação. Lisboa, nº 14,1862.

Jornal de Notícias. Porto, 1911.

Jornal do Povo. Guarda, 1909, 1910

O Manuelinho de Évora. Évora, 1883, 1886.

A Nação. Lisboa, 1911.

O Occidente : revista illustrada de Portugal e do estrangeiro. [em linha]. Lisboa, 1878-1914. [acedido em 6/9/2016]. Disponível em <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>>

O Partido do Povo, Folha Republicana. Lisboa, nº 258, 261, 1880.

Pela Grei. Lisboa, nº. 1, 1918.

Revista de Educação Geral e Technica: Boletim da Sociedade de Estudos Pedagogicos. “Organização de uma bibliotheca popular modelo” Lisboa, vol. II, nº 1, 1912.

Revista de Guimarães Publicação da Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães, 1884 – 1913 e 1921 – 1931.

Revista da Sociedade de Instrução do Porto. Porto, 1882 – 1884.

Seara Nova. Lisboa, ano VI, nº 101 e 105, 1927.

O Século. Lisboa, 1880, 1881, 1911, 1915, 1918, 1919, 1927.

Serões: Revista mensal illustrada. Lisboa, 1901-1911.

A Vanguarda. Lisboa, 1904.

A Verdade . Tomar, n.º 106, 107 (1882); n.º 401 (1888).

A Victoria da Republica: Almanach de Propaganda Democratica para ... Lisboa, 1887
Vimaranense. Guimarães, nº 341, 346, 358 (1894); nº 405 (1895); nº. 487 (1896); nº.
602 (1897).

A Voz do Operário: órgão dos manipuladores do tabaco. Lisboa, 1908, 1911.

Outras obras

AHCML - *Actas das Sessões da Comissão Executiva da C.M.L.*, 1886 – 1926.

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt - *A Leitura Pública na Bibliotheca Nacional de Lisboa*: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Director da Bibliotheca. Lisboa: [s.n.], 1905 (Lisboa: --Typ. Adolpho de Mendonça & Ca).

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt – *O Problema das Bibliotecas em Portugal e o nosso Projecto relativo a nomeações e promoções dos funcionários das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa: Tipografia Mendonça, 1914.

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt - *A organização da primeira Biblioteca Móvel portuguesa*. [S.l. : s.n.], 1915a (Coimbra : -- Imp. da Universidade).

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt - *Qual deve ser o Catálogo da Biblioteca Móvel*. Lisboa: [s.n.], 1915b.

ATHAYDE, A. P. de Bettencourt - *As Bibliotecas Populares e Móveis em Portugal*. Ponta Delgada: Of. Artes Gráficas, 1919.

Associação Instrukção Popular. Porto: Imprensa Portugueza, 1871.

BARROS, João de (prefácio e selecção) - *O Povo na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C^a, 1947.

Bases da Organização dos Serviços Municipais da Cidade de Lisboa. Lisboa: Imprensa Municipal, 1923.

BESSA, Alberto - *A Gíria Portuguesa*: Esboço de Um Diccionario de «Calão». Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1901.

Bibliothecas Municipais. In *O Partido do Povo, Folha Republicana*. Nº 258. Lisboa, 1880.

Bibliotheca dos Pobres. Leitura Instructiva dedicada à classe trabalhadora de Portugal e do Brazil, nº. 1. Lisboa: Lucas & Filhos Editores, 1886.

Bibliotheca Popular: Vocabulario de Verdades. Lisboa: Lallemand frères & Companhia, 1970.

- Biblioteca Pública Municipal do Porto: documentos para a sua história.* Porto: Impr. Portuguesa, 1933.
- A Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmento em 1893.* Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1894.
- BRAGA, Teófilo - *O Povo Português Nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1896.
- BRANDÃO, Raúl - *Vale de Josafat: Memórias*, vol. III. Lisboa: Perspectivas & Realidades, s.d.
- BROCAS, Manuel de Araújo - *A Biblioteca de «A Voz do Operário» 1888 – 1938: Número comemorativo do 50º aniversário da sua inauguração.* Lisboa, 1938.
- Caixa Escolar Penelense: *Estatutos. Regulamentos da Biblioteca e Cooperativa Escolares.* Coimbra: Minerva Central, 1919.
- CAMPOS, Agostinho de, - *Educar: Na Família, na Escola e na Vida.* Lisboa: Aillaud, Bertrand ; Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1918.
- CAMPOS, Agostinho de - *Educação e Ensino.* Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1922.
- CAMPOS, Agostinho de - *Ler & Tresler: Apontamentos de Linguagem e Literatura.* Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.
- CASTELO BRANCO, Camilo - *Mysterios de Lisboa.* [em linha] Porto: Typographia de J.J.G. Basto, 1954. [acedido em 10/9/2016]. Disponível em <<http://purl.pt/21823/4/>>.
- CASTELO BRANCO, Camilo - *A Mulher Fatal.* Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1968.
- CASTELO BRANCO, Camilo - *O Bem e o Mal.* Lisboa: Círculo de Leitores, Obras Escolhidas de Camilo Castelo Branco, vol. XI, 1981a.
- CASTELO BRANCO, Camilo - *Novelas do Minho I.* Lisboa: Círculo de Leitores, Obras Escolhidas de Camilo Castelo Branco, vol. XX, 1981b.
- CASTELO BRANCO, Camilo - *Novelas do Minho II.* Lisboa: Círculo de Leitores, Obras Escolhidas de Camilo Castelo Branco, vol. XXI, 1981c.
- CASTILHO, António Feliciano de - *Felicidade pela Instrução,* Lisboa: Typhografia Real das Ciências, 1854.
- CASTILHO, Júlio de, - *D. Antonio da Costa: Quadro Biographico-Litterario.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1894.

- Castilho e Camilo: *Correspondencia trocada entre dois escritores*. [em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.[acedido em 5/9/2016]. Disponível em <http://purl.pt/798/3/#/4>.
- Catalogo Alfabético dos livros opúsculos e manuscritos pertencentes à Biblioteca Pública de Ponta Delgada*. Ponta Delgada : Typ. A. das L. Açorianas, 1860.
- Catalogo da Bibliotheca Popular de Extremoz*. Lisboa: Typ. Universal, 1882.
- Catalogo da Bibliotheca Publica de Guimarães*. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1888.
- Catalogo da Bibliotheca da Sociedade Nova Euterpe*. Porto: Typ de Arthur José de Sousa & Irmão, 1882
- Catalogo do Gabinete de Leitura Portuguesa e Franceza O Jardim do Povo*. Porto: Imprensa Civilização, 1888.
- Catalogue de la Librairie Belgue-Française de Pierre Langlet*. Lisboa, 1848.
- Catalogo dos Livros Existentes na Biblioteca do Gremio Artístico Elvense*. Elvas: Typographia da Democracia, 1879.
- CASIMIRO, Augusto - *A Educação Popular e a Poesia*: Tese apresentada ao Congresso Nacional de Educação Popular. Lisboa: TIP. Rodrigues & Luz, 1922.
- COELHO, Adolfo - *Alexandre Herculano e o Ensino Público*. Lisboa: J. A. Rodrigues & C^a Editores, 1910.
- COELHO, Adolfo. Questões Pedagógicas II. In Separata de *O Instituto*, vol. 58, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1912.
- Ciência, 1973.
- COELHO, Adolfo – *Contos Populares Portugueses*, [Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira] Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1985.
- COELHO, Adolfo. Cultura e Analfabetismo. In *Os Conferencistas do Casino*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2005, pp.141-217, ISBN: 972-99757-2-8.
- Congresso Nacional Municipalista de 1922: preliminares, teses, actas das sessões*, Lisboa: Of. Gráficas d’O Rebate, 1923.
- Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular*, 1, Lisboa, 1908. Lisboa: Liga Nacional de Instrução, 1909.
- CONSIGLIERI PEDROSO, Z. - *Propaganda Democrática: O que o Povo deve saber* (Dir.). Lisboa: Typographia Nacional, 1886.

- CORREIA, João da Silva. Alguns paralelos entre a literatura culta e a literatura popular portuguesa. In separata do *Arquivo da Universidade de Lisboa*, vol. XII, Lisboa, 1927.
- CORTESÃO, Jaime - *Cancioneiro Popular: Antologia Precedida dum Estudo Crítico*. Porto: Renascença Portuguesa, 1914.
- COSTA, D. António da - *Necessidade de um Ministerio de Instrucção Publica*. [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868. [acedido em 9/9/2016].Disponível em <http://www.gutenberg.org/files/32794/32794-h/32794-h.htm>.
- COSTA, D. António da - *Instrucção Nacional*. [em linha]. [consultado em 1/9/2016]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Disponível em < http://purl.pt/147/4/sc-14433-p_PDF/sc-14433-p_PDF_24-C-R0150/sc-14433-p_0000_1-316_t24-C-R0150.pdf>
- COSTA, D. António da - *História da Instrução Popular em Portugal: desde a formação*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871.
- COSTA, D. António da - *Ao Meu Paiz* [em linha]. Lisboa: Tipografia Universal, 1880. [acedido em 25/01/2015]. Disponível em <<http://purl.pt/6585/4/#/2>>.
- CORVO, João de Andrade - *A Instrucção Publica: Discurso Pronunciado nas sessões de 9, 10 e 11 de Abril de 1866*. Lisboa: TYP da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1866.
- DEUSDADO, M. A. Ferreira - *Educadores portugueses*. Coimbra: Livraria França Amado, 1910.
- DINIS, Júlio – *Uma Família Inglesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1979.
- DINIS, Júlio - *A Morgadinha dos Canaviais*. Lisboa: Editora Ulisseia, s.d.
- DINIS, Júlio - *As Pupilas do Senhor Reitor* (Crónicas da Aldeia). Lisboa: Quidnovi, 2008.ISBN: 978-989-554-409-7.
- Distrito do Porto - *Orçamento Ordinario da Camara Municipal do Porto para o anno civil de 1914*. Porto, Typographia Mendonça, 1913.
- Extracto do Catálogo da Casa Editora de A. Figueirinhas*. Porto: Empresa Gráfica «A Universal», 1913.
- Estatutos da Associação Catholica de Portugal*. Porto, 1872.
- Estatutos e Regulamento Interno da Sociedade Martins Sarmiento: Acompanhados de informes e disposições diversas sobre a vida cultural e económica da mesma instituição*. Guimarães: Edição da Sociedade Martins Sarmiento, 1956.

- FERRÃO, António - *Os arquivos e as bibliotecas em Portugal*. Coimbra: Imp. da Universidade, 1920.
- FERRÃO, António - *O Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas: Forma de o Elaborar*. Lisboa: Tip. Carmona, 1933.
- FERRÃO, António - *Repertório das bibliotecas de Lisboa* (Guia do estudioso). Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1951.
- FIGUEIREDO, Fidelino - *Como dirigi a Biblioteca Nacional* [relatório]. Lisboa: Livraria Clássica Editora, A. M. Teixeira, 1919.
- FONSECA, Faustino da - *Relatório do Director da Bibliotheca Nacional*, Coimbra: Imp. da Universidade, (separata do Boletim das Bibliotecas e Arquivos Nacionaes,1),1912, pp.126-159.
- GODOLPHIM, Costa - *Duas Palavras pronunciadas na sessão solene do Gremio Popular* (24 de Dezembro de 1871). Lisboa: Typographia Universal, 1872.
- GRAINHA, Manuel Borges - *O Analfabetismo em Portugal: Suas Causas e Meios de as Remover* (Relatório). Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.
- HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos*, [em linha]. tomo I. Lisboa: Viúva Bertrand & C^a,1873; tomo II, tomo VIII. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão Editores, 1901. [consultado em 18/8/2016]. Disponível em < <http://purl.pt/718/4/>>.
- HIPPEAU, C. - *L'instruction, publique aux États-Unis : écoles publiques, collèges, universités, écoles spéciales*. Paris: Librairie Académique, 1872.
- A Instrução do Povo e o Methodo de João de Deus* - Representação à Câmara dos Deputados publicada no Diário do Governo, nº 163, de 20/7/1897. Lisboa: TYP. Minerva Central, 1898.
- LAVELEYE, Emile de - *L'instruction du Peuple*. Paris: Librairie Hachette, 1872.
- LEITE, Luís Filipe - *Do Ensino Normal em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.
- LIMA, Magalhães - *Episódios da minha vida* (Memórias), volumes I e II, Lisboa: Perspectivas & Realidades, s.d.
- LOUREIRO, J. Pinto. Biblioteca Municipal de Coimbra. In *Arquivo Coimbrão: Boletim da Biblioteca Municipal de Coimbra*, vol. 1, 1923.
- LOUREIRO, J. Pinto - *Como reformar as bibliotecas portuguesas*. Lisboa : [s.n.], 1938.
- MACHADO, Bernardino - *Affirmações Públicas 1882-1886*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

- MACHADO, Bernardino – *Instrução Pública: Discurso Parlamentar* de 16 de Julho de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- MACHADO, Bernardino. Governo e Ensino (conferência realizada a 21 de Novembro de 1903). In *Conferências Políticas*. Coimbra: Typographia Democratica, 1904.
- MONTEVERDE, Emilio Achilles - *Manual Encyclopedico para uso das Escolas de Instrução Primaria*. 10º ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874a.
- MONTEVERDE, Emilio Achilles – *Methodo Facillimo para Aprender a Ler tanto a Letra Redonda como a Manuscripta no mais curto espaço de tempo possível*. 11º ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874b.
- MOREL, Eugène - *Bibliothèques. Essai sur le développement des bibliothèques publiques et de la librairie dans les deux mondes*. Paris: Mercure de France, 1908.
- MOREL, Eugène - *La Librairie Publique*. Paris: Librairie Armand Colin, 1910.
- MOURA, Carneiro de - *A instrução educativa e a organização geral do Estado*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.
- NÉVES, Alvaro - *Arquivos e Bibliotecas Portuguesas: Apontamentos Históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.
- PAIXÃO, Braga – *Educação Popular* – Conferência realizada na Associação dos Empregados de Comércio de Angra do Heroísmo em 6 de Março de 1921. Angra: Livraria Editora Andrade, s.d.
- PELLISSON, Maurice - *Les Bibliothèques Populaires à l'étranger et en France*. Paris: Imprimerie Nationale, 1906.
- PEREIRA, A.G. - *Bibliothecas e Archivos Nacionais*. Lisboa: Oficina Typographica, 1903.
- O Povo. In *O Partido do Povo, Folha republicana*. Nº 261. Lisboa, 1880.
- PROENÇA, Raúl e REIS, António (Prefácio e notas) – *Antologia I*, Lisboa: Ministério da Cultura, 1985.
- PROENÇA, Raúl e PIRES, Daniel, GONZÁLEZ, José Carlos (org.) - *O caso da Biblioteca*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988a.
- PROENÇA, Raúl e PIRES, Daniel, GONZÁLEZ, José Carlos (org.) – *Polémicas*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1988b.
- QUEIRÓS, Eça - *A cidade e as serras*. 17ª ed. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- QUEIRÓS, Eça - *O crime do Padre Amaro: Cenas da vida devota*. 14ªed. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.

- QUEIRÓS, Eça – *Prosas esquecidas II*, Lisboa: Presença, 1965.
- QUEIRÓS, Eça - *Uma Campanha Alegre*. De «As Farpas», volume II. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1978.
- Regulamento da Biblioteca Nacional de Lisboa*: aprovado por Decreto de 29 de janeiro de 1903, Lisboa: Imprensa Nacional, 1903
- Regulamento da Bibliotheca Popular do Centro Promotor* (e Catálogo). Lisboa: B.P., 1870.
- Regulamento das Bibliotecas Populares*. Porto, 1915.
- Regulamento do Centro Republicano Português de Salreu* (Estarreja). Aprovado na sede do Centro em 15 de Junho de 1913 e pela Delegacia em Lisboa a 20 de Julho de 1913. Lisboa: Tipografia Fernandes, 1913.
- Regulamento e Catálogo da Biblioteca da Associação Civilização Popular*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1915
- Reis, Artur Duarte Sousa - *Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto: Jornaes de Litteratura, Scientificos...* . Porto: Bibliotheca Publica Municipal, 1896.
- Relação das especies bibliograficas entradas n'esta bibliotheca*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1913-14.
- Relatório apresentado pela direcção da Sociedade Martins Sarmiento Promotora da Instrucção Popular no Concelho de Guimarães em Assembleia Geral de 8 de Março de 1883*. Guimarães, 1883.
- Relatório do Director da Bibliotheca Nacional de Lisboa* (Abril de 1911 a Março de 1912). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1912.
- Relatório da Gerencia da Câmara Municipal do Porto durante o biennio de 1874 e 1875*. Porto, Typographia do Jornal do Porto, 1876.
- Relatório do Serviço e Movimento da Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmiento*, relativo ao anno de 1882 a 1883. Porto, 1883.
- Relatório dos Serviços da Bibliotheca Nacional de Lisboa no Terceiro Trimestre de 1903* por Xavier da Cunha. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904.
- RIBEIRO, José Silvestre - *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1914.
- ROXO, António - *Monographia de Castello Branco*. Elvas: Typographia Progresso, 1890.

- SALDANHA, Marechal Duque - *Necessidade de Associação Catholica*. Londres: T. Brettell & CO.(impres.), 1871.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de - *Prosa vil* .Lisboa:Santos & Vieira, Empresa Litteraria Fluminense, 1911.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de - *Homens de Letras*. Lisboa : Livraria Editora Guimarães, 1930.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de - *Como devo formar a minha biblioteca*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938.
- SANTOS, Raul Esteves dos - *Alguns Subsídios para a historia da mais antiga modalidade de assistência que a Voz do Operário presta aos seus associados*. Lisboa: [Imp. na Imprensa Baroeth], 1936.
- SILVA, César da - *A República e a Instrucção Popular*. Lisboa: Lamas & Franklin, 1912.
- TAVARES, Pde. Joaquim da Silva - *O Analphabetismo em Portugal*. Separata da revista *Brotéria*, vol. XVI, fasc. III, IV e V. Braga, 1918.
- TURMANN, Max - *L'Éducation populaire. Les oeuvres complémentaires de l'École*, Paris, Librairie Victor Lecoffre, 1904
- VERNE, Júlio – *Os exploradores do século XIX*. Lisboa : Lisboa : Typ. das Horas Romanticas, 1882 .
- VERNE, Júlio – *Norte contra sul*. Lisboa : Typ. das Horas Romanticas, [188-__].
- VERNE, Júlio. *Aventuras do Capitão Hatteras: Segunda Parte O Deserto de Gelo*. Amadora: Livraria Bertrand, s.d.
- VERNE, Júlio – *Keraban, o Cabeçudo*. Lisboa: Typ. das Horas Romanticas, 1883-84.

3. Bibliografia

Obras de referência

- Diccionario Popular Historico Geografico, Mythologico, Biographyco, Artistico, Bibliographico e Litterario*, Dir. Manuel Pinheiro Chagas. Lisboa, Lallement Freres, 1º vol.1876-1886.
- Encyclopédie Générale de l'Éducation Française: L'École Publique Française*, 2 vols. Paris: Éditions Rombaldi, s.d.
- Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 20 vols., Lisboa: Ed. Verbo, 1963-1980.

Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana, vol.18. Bilbao–Madrid-
Barcelona: Espasa-Calpe, S.A, 1926.

Encyclopedia Portuguesa Ilustrada: Dicionario Universal. Dir. Maximiano Lemos,
vol. 11 vols. Porto: Lemos & Co.s.d. [1900-1909].

GARCIA, M. Madalena; MARTINS, Lúcia A. - *Inventário do Arquivo Histórico da
Biblioteca Nacional: 1795-1950*. [em linha]. [acedido em 6/9/2016] Lisboa: BN,
1996. Disponível em < [http://purl.pt/26232/4/b-12020-v_PDF/b-12020-
v_PDF_24-C-R0150/b-12020-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/26232/4/b-12020-v_PDF/b-12020-v_PDF_24-C-R0150/b-12020-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)>.

GONÇALVES, Paula; CURTO, Diogo Ramada (coord.) – *Bibliografia da História do
Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN
972-565-334-3.

Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro: Ed.
Enciclopédia, s.d. [1935-1960].

*Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa – Serviço de Instrução Municipal (1873-
1926)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1999. ISBN 972-8517-02-5.

NÓVOA, A. (Dir.) - *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico* (séculos
XIX - XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. ISBN 972-9380-14-7

NÓVOA, A. (Dir.) - *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições ASA, 2003.
ISBN 972-41-3611-6

OLIVEIRA MARQUES, A.H. – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa:
Editorial Estampa, 1981.

*Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito,
Economia, Ciência Política*. vol. 4. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1997.

RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela (coord. e org.) - *Jornais e revistas
portugueses do século XIX*, vol. 1 Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. ISBN 972-
565-229-0

Obras de carácter geral

ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim (coord.) – *História da
Educação Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da
Investigação Portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação
Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015. ISBN 978-989-8351-32-6.

- CABRAL, Alexandre - *Camilo Castelo Branco: Roteiro Dramático dum Profissional das Letras*. Lisboa: Terra Livre, 1980.
- CARVALHO, Rómulo – *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN 978-972-31-0173-7.
- CHARLE, Christophe – *Les intellectuels en Europe au XIX^e siècle: Essai d'histoire comparée*. Paris: Éditions du Seuil, 2001. ISBN 2-02-050050-7.
- DOMINGOS, Manuela D. - *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*. Lisboa: IBL, 1995. ISBN 972-565-215-0
- OLIVEIRA MARQUES, A.H. de - *História de Portugal*. 4ª ed. volume II. Lisboa: Palas Editores, 1977.
- RAMOS, Rui (coord.) - *História de Portugal*. 7ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2012. ISBN 978-989-626-366-9.
- REIS, António (Dir.) – *Portugal Contemporâneo*. 6 vols., 144 fasc. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- ROSANVALLON, Pierre – *L'Etat en France: de 1789 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990. ISBN 2-02-019403-1.
- Seara Nova – Antologia* - A. REIS (dir.); SOTTOMAYOR CARDIA (Org.). Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

Estudos

Teoria e metodologia

- BARROS, José d'Assunção. Rupturas entre o Presente e o Passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. In *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. ISSN 0872-3419 Vol. XXI, 2011, pp. 195-213.
- BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade e Ambivalência*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2007. ISBN 978-972-708-951-2.
- BOURDIEU, Pierre - *Choses dites*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1987. ISBN 2-7073-1122-7.
- BOURDIEU, Pierre - *Razões práticas: Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora, 1997. ISBN 972-8027-55-9.

- BURKE, Peter - *O que é historia cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.s.d.
- CAMPENHOUDT, Luc Van – *Introdução à Análise dos Fenómenos Sociais*.1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003. ISBN 972-662-896-2.
- CERTEAU, Michel de - *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*.9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003. ISBN 85-836.1148.6.
- CERTEAU, Michel de - *La culture au pluriel*. Paris: Éditions du Seuil, 1993. ISBN 978-2-02-020274-9.
- CERTEAU, Michel de - *L'écriture de l'histoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1975. ISBN 978-2-07-042385-9.
- CHARTIER, Roger - *À Beira da Falésia. A História entre Certezas e Inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, s.d.
- CHARTIER, Roger - *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Lisboa Difel, 1988.
- CONNERTON, Paul - *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1993. ISBN 972-8027-07-9.
- DELACROIX, Christian, et al. (dir.) – *Historiographies: concepts et débats*, vol. II. Paris: Gallimard, 2010. ISBN 978-2-07-043928-7.
- FOUCAULT, Michel - *A Ordem do Discurso*. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Lisboa: Relógio D'Água, 1997. ISBN 972-708-353-6.
- FOUCAULT, Michel - *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70,1998. ISBN 972-44-0531-1.
- FOUCAULT, Michel - *O que é um autor?* . 7ª ed. Lisboa: Nova Veja, 2009. ISBN 978-972-699-303-2.
- GINZBURG, Carlo - *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo - *O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido Pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HALBWACHS, Maurice - *La mémoire collective*. Éditions Albin Michel, 1977.
- KOSELLECK, Reinhart - *Le Futur Passé: Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Ed. De l'École des hautes études en sciences sociales, 1990. ISBN 2-7132-1365-7.

- LEFEBVRE, Henri - *La Presencia y la Ausencia: Contribucion a la Teoria de las Representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983. ISBN 968-16-1342-2.
- MATTOSO, José - *A Escrita da História: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MENESES, Maria Cristina (Org.) - *Educação, Memória, História: possibilidades, leituras*. Campinas, SP Brasil: Mercado de Letras, 2004. ISBN 85-7591-026-4.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma Outra História:Imaginando o Imaginário. In *Revista Brasileira de Historia*. ISSN 0102-2188. nº 29, vol. 15 (1995), pp. 9 – 27.
- POLLACK, Michel. Memória. Esquecimento. Silêncio. *Estudos Históricos*,. Rio de Janeiro, nº 3, vol. 2, pp. 3-15, 1989.
- POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 10, vol. 5, pp. 200-212, 1992.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2ª ed.1998, ISBN 972-662-275-1.
- REVEL, Jacques - *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1990. ISBN: 972-29-0206-7.
- RICOEUR, Paul - *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000. ISBN: 978-2-02-056332-1.
- RICOEUR, Paul – *A teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN 978-972-44-1573-4.
- SANTOS, Boaventura de Sousa - *Um Discurso sobre as Ciências*. 13ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001. ISBN 972-36-0174-5.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas , coleções e mediação. In GOMES, Angela de Castro, HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 436-463. ISBN 978-85-200-1304-5.

Bibliotecas e leitura

- ALVAREZ, José Carlos. A Biblioteca Social de “A Voz do Operário”. *Alguns apontamentos para a sua história*. In, *Cadernos BAD*. Lisboa, 1991, pp. 71-76.
- BARATA, Paulo J.S. - *Os livros e a revolução Liberal: o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e a gestão do património bibliográfico dos conventos como*

- reflexo de uma política cultural do liberalismo*. Tese de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses - Universidade Aberta, Lisboa, 2001.
- BARATA, Paulo J.S. – *Os Livros e o Liberalismo: Da livraria conventual à biblioteca pública uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8.
- BARATA, Paulo J.S - *As bibliotecas populares no liberalismo: definição de uma política cultural de regime*. In *Análise Social*. ISSN 1647- 4600. nº 174, Vol. XL (2005), pp.37-63.
- BERTRAND, Anne Marie - *Les bibliothèques*. 3ª ed. Paris: La Découverte, 2007. ISBN 978-2-7071-5277-0.
- BONNET, Jacques - *Bibliotecas cheias de fantasmas*. Lisboa: Quetzal, 2010. ISBN 978 - 972-564-906-0.
- BRASÃO, Inês, et. Al. - *Comunidades de leitura: cinco estudos de sociologia da cultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. ISBN 978-972-772-923-4.
- BRUNO, Filomena Maria Ferreira de Sousa – *As Bibliotecas de Castelo de Vide e a Educação Popular (1863 – 1899)*. Lisboa: Colibri; Castelo de Vide: Câmara Municipal, 2011. ISBN 978-989-689-139-8.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas de (Dir.) - *Da memória dos livros às bibliotecas da memória, I: Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Editora do Centro Inter Universitário de História da Espiritualidade, 1998.
- CASTELO, Cláudia - *A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa* [em linha].[consultado em 28/8/2016]. Disponível em < http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1215787947a_evolucao_das_praticas.pdf>.
- CAVALLO, Giugliemo, CHARTIER, Roger (Dir) - *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. ISBN 2-02-048700-4
- CHARTIER, Roger (Dir.) - *Histoires de la Lecture: Un Bilan des Recherches* (atas do colóquio). Paris: IMEC Éditions, 1995. ISBN 2-908295-25-3 (IMEC), 2-7351-0651-9 (MSH).
- CHARTIER, Roger, LÜSEBRINK, Hans-Jurgen (Dir.) – *Colportage et Lecture Populaire: Imprimés de Large Circulation en Europe XVI – XIX siècles* (atas do colóquio).Paris: IMEC Éditions, 1996. ISBN 2-908295-30-X (IMEC), 2-7351-0713-2 (MSH).
- CHARTIER, Roger - *La historia o la lectura del tiempo*. Barcelona (Espanha): Editorial Gedisa, 2007. ISBN 978-84-9784-236-5 .

- CHARTIER, Roger - *A ordem dos livros*. Lisboa: Veja, 1997. ISBN 972-699-537-X.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In *Revista de Estudos Avançados*. [em linha]. ISSN 1806 – 9592. Vol. 5, nº. 11(1991), pp. 173-191. [acedido em 27/6/2016]. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>>.
- CHARTIER, Roger (Dir.) - *Pratiques de la lecture*. Paris: Editions Payot et Rivages, 1993.
- CURTO, Diogo Ramada. Introdução: Comunidades de Leitura e Sociologia da Cultura. In *Comunidades de Leitura: Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*. Lisboa: Edições Colibri, 2009. ISBN 978-972-772-923-4.
- DOMINGOS, Manuela - *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do séc. XIX*. Lisboa: Inst. Port. de Ensino à Distância, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.
- DOMINGOS, Manuela, LOPES, Inês, OLIVEIRA, António Braz de - *Biblioteca Nacional de Portugal*, Lisboa: s.n., 1994.
- DOMINGOS, Manuela - *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995. ISBN 972-565-215-0.
- FERREIRA, Licínia Rodrigues - *Júlio César Machado Cronista de Teatro: Os Folhetins d'A Revolução de Setembro e do Diário de Notícias*. [em linha.] Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. [acedido em 13/2/2016]. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5352/1/ulfl106439_tm.pdf>.
- FERRO, Manuel. Narrativas inconclusas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do séc. XIX (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato). In *História Revista, Goiânia* [em linha]. ISSN 1414-6312.V.16, nº 1, (2011), pp. 151-184. [acedido em 4/2/2016]. Disponível em < <file:///C:/Users/Professor/Downloads/14707-77310-2-PB.pdf>>.
- FIGUIER, Richard – *La Bibliothèque*. Paris: Autrement, 1991.
- FREITAS, Eduardo de; CASANOVA, José Luís; ALVES, Nuno de Almeida - *Hábitos de Leitura: Um inquérito à população portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. ISBN 972-20-1413-7.
- GIRON GARCIA, Alicia. *Las Bibliotecas Populares de Madrid: Ensayo de Planificación de la lectura publica en Madrid capital*. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil. In *Intelectuais*

- mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp.92 – 120. ISBN 978-85-20-01304-5.
- GOMES, Angela de Castro, HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 7-37. ISBN 978-85-20-01304-5.
- GÓMEZ HERNÁNDEZ, José A. La preocupación por la lectura pública en España: las bibliotecas «populares». De las Cortes de Cádiz al plan de bibliotecas de María Moliner. In *Revista general de información y documentación*. [em linha]. ISSN 1132-1873, ISSN-e 1988-2858. Vol. 3, nº 2, 1993), pp.55-94. [acedido em 22/02/2015] Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/viewFile/RGID9393220055A/11672>>.
- GUERRA, M^a Dolores Cotelo, SALVADO, J. Luis Iglesias, PAZOS - Araceli Serantes *Aproximación histórica a las iniciativas legislativas en España a favor de las bibliotecas escolares (Siglos XIX-XXI)* Comunicação apresentada no Congresso Iberoamericano de las Lenguas en la Educación y en la Cultura / IV Congreso Leer.es , Salamanca, 5 - 7 de setembro de 2012.
- GUEDES, Fernando, *O Livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- GUERIN, Deni. La lecture publique à Paris au XIX^e siècle. *Bulletin des bibliothèques de France - BBF* [em linha]. ISSN 1292-8399. N^o 2 (1983), pp. 143-153. [consultado em 2 /9/ 2015]. Disponível em < <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1983-02-0143-003>>.
- GUERREIRO, M. Viegas - *Para a história da literatura popular em Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1978.
- GUERREIRO, M. Viegas - *Guia de Recolha de literatura Popular*. Lisboa: s.n. 1976.
- HÉBRARD, Jean. As Bibliotecas Escolares. In MENESES, Maria Cristina (Org.) *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas, SP Brasil: Mercado de Letras 2004.
- JEAN-MARTIN, Henri, CHARTIER, Roger , VIVET, Jean-Pierre, (Dir.) *Histoire de l'édition française, " Le livre concurrencé" 1900 – 1950*, tome III, IV. Paris, Promodis, 1986.
- KELLY, Thomas - *Early Public Libraries: A History of Public Libraries in Great Britain before 1850*, London: The Library Association, 1966.

- KODAMA, Kaori. A vulgarização científica nas obras de Louis Figuiet e suas traduções no Brasil. In GOMES, Angela de Castro, HANSEN, Patricia Santos *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp.41-65. ISBN 978-85-20-01304-5.
- LEITE, Pedro, MACHAQUEIRO, Ricardo. Biblioteca Popular de Lisboa. In *Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa*. ISSN 0874-0224. números 5/6, Dezembro de 2000, pp. 91-115.
- LINUESA, Maria Clemente – *Leitura e cultura escrita*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2007. ISBN 978-972-8980-55-9.
- MANGUEL, Alberto - *Uma História da Leitura*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1998. ISBN 972-23-2339-3.
- MANDROU, Robert - *De la culture populaire aux XVII^e et XVIII^e siècles : la bibliothèque bleue de Troyes*. Paris: Stock, 1964
- MARTINS, António Jorge Fidalgo – *Sociedade Martins Sarmento. Instituição Secular de Educação e de Cultura*. [tese de mestrado]. Braga: Universidade do Minho, 2000.
- MEDEIROS, Nuno. Cavalheiros, mercadores ou centauros? In *Comunidades de Leitura: Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*. 1ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2009. ISBN 978-972-772-923-4.
- MELO, Daniel - *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004. ISBN 972-671-137-1.
- MELO, Daniel - *A Leitura Pública na I República*. [em linha]. Lisboa: Humus/CHC, 2010 //Cadernos de Cultura Myriad_OUT10.[acedido em 2/9/2016]. ISBN 978-989-8139-59-7. Disponível em <indd//www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Melo2010a.pdf>
- MOURA, Maria José (coord.) – *Leitura Pública: Rede de Bibliotecas Municipais* (Relatório). Lisboa: Secretariado de Estado da Cultura, 1986. [Consultado em 19/8/2016]. Disponível em <http://rcbp.dgbl.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/LeituraPublicaRelatorio1986.pdf.>
- MOUTINHO, José Viale. - *Literatura de Cordel. Uma Antologia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014. ISBN 978-972-42-4993-3.

- NUNES, Henrique Barreto - *Da Biblioteca ao Leitor: Estudos sobre a Leitura Pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, 1996.
- NUNES, Henrique Barreto. As Bibliotecas na “Memória” de Tomás Lino da Assunção. [em linha]. [acedido em 24/04/2016]. Disponível em <<https://henriquebn.wordpress.com/revisao-da-materia-dada/as-bibliotecas-na-memoria-de-tomas-lino-da-assuncao/>>.
- ORERA, Orera, Luisa. El sistema bibliotecario español. In *Scire: representación y organización del conocimiento* [em linha]. ISSN, 1135-3716 . 2:2 (jul. - dez. 1996), pp.99-120. [acedido em 22/2/2015]. Disponível em <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1059/1041>>.
- PARENT-LARDEUR, Françoise - *Les Cabinets de Lecture: La lecture publique à Paris sous la Restauration (1815)*. Paris: Ed. Payot, 1982.
- PINTO, M. Fátima . O papel das bibliotecas populares no desenvolvimento da instrução em Portugal (1870-1926) . In MOGARRO, Maria João, CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação* (Livro de Atas do Congresso – CD-ROM). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, pp.5263-5271. ISBN 978-989-96999-6-0.
- PINTO, M. Fátima . Bibliotecas populares e municipais em Portugal, do Liberalismo ao Estado Novo. In *Os Municípios na Modernização Educativa* [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014, pp. 155-194. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN 978-989-8753-09-0.
- PINTO, M. Fátima. A Biblioteca Popular de Lisboa e as Bibliotecas Móveis na I República. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado no Porto entre 20 e 23 junho de 2016. (Livro de Atas do Congresso no prelo).
- POULAIN, Martine (Dir.) *Pour une sociologie de la lecture: Lectures et lecteurs dans la France Contemporaine*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1988. ISBN 2-7654-0403-8.
- POULAIN, Martine (Dir.) *Les Bibliothèques du XX Siècle: 1914-1990*, vols 3 e 4. Paris: Promodis Éditions du Cercle de la librairie, 1989.
- REBELO, Carlos Alberto - A Biblioteca Popular de Lisboa: o percurso atribulado de uma instituição republicana. In *Ler História*. ISSN 0870-6182.n.º32 (1997), pp. 201-208.

- REBELO, Carlos Alberto - *A Difusão da Leitura Pública: As Bibliotecas populares (1870 – 1910)*. Porto: Campo das Letras, 2002. ISBN: 972-610-495-5.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e Leituras no século XIX. In *Revista de História das Ideias*. [em linha]. ISSN 2183-8925. Vol. 20, (1999) pp. 187-227. [acedido em 12/9/2015]. [Disponível em <http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol20/pdfs/07_mrbeiro.pdf> .
- RICHTER, Noë. Aux origines de la lecture publique: Naissances des bibliothèques populaires. *BBF* [em linha]. ISSN 1292-8399. N° 4, (1978), pp. 221-249. [acedido em 10/9/2016]. Disponível em <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1978-04-0221-001>>.
- RICHTER, Noë. Prélude à la bibliothèque populaire La lecture du peuple au Siècle des Lumières. *BBF* [em linha]. ISSN 1292-8399. N° 6, (1979), pp. 285-297. [acedido em 18/8/2016]. Disponível em < <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1979-06-0285-001>>
- RICHTER, Noë. Lecture populaire et lecture ouvrière. *BBF* [em linha]. ISSN 1292-8399. N° 2 (1983), pp. 123-134 [acedido em 18/8/2016]. Disponível em : <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1983-02-0123-001>> .
- RODRIGUES, Ernesto José - *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*. Tese de doutoramento em Cultura Portuguesa [texto policopiado], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996.
- ROMARIZ, Andrea Germano de Oliveira Romariz. *O Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?* [em linha]. Dissertação de Mestrado, FLUL, 2011. [acedido em 20/8/2016]. Disponível em. <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5145/6/ulfl106395_tm.pdf>.
- SÁ, Victor de - *As Bibliotecas, o Público e a Cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- SANCHÉZ SANCHÉZ, Juan - *Lectura Pública en la Provincia de Toledo (1771 – 1997)*. [em linha]. [acedido em 22/2/2015]. Disponível em: <<http://www.realacademiatoledo.es/files/toletum/0038/lecturajuan.pdf,pub>>
- SANTOS, Fernando Paulo da Mota Pinto dos – *A Sociedade Martins Sarmiento: Espaço privado de leitura pública – a importância do doador na formação do leitor*. Dissertação de mestrado. Braga: Universidade do Minho, 2002.

- SOEIRO, Teresa – Um Museu Municipal para Penafiel 1884-1974. In *Portugália: Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. ISSN 0871-4290. Vol. XV, (1994), pp.83-105.
- SOUSA, Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa - *Leitura e Ideologia Republicana: As Escolas e Bibliotecas Populares da Figueira da Foz (1900-1910)*; [em linha] Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Instituto de Educação, Lisboa, 2013.[consultado em 28/8/2016]. Disponível em < <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4833/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20%202022%20de%20julho%202013.pdf?sequence=1>>
- TENGARRINHA, José - “Quem lia e o que lia no final do regime monárquico: uma incursão na psicossociologia da leitura” In *Estudos de Historia Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho, 1983.
- TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. ISBN 972-21-0396-2.
- USHERWOOD, Bob - *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999. ISBN 972-21-1284-8
- VINAO FRAGO, A. A la cultura por la lectura. Las bibliotecas populares (1869-1885). In GUEREÑA, José Luis, y A.TIANA (eds.) *Clases populares, cultura, educacion*. Madrid: Casa de Velazquez, 1989, pp. 301-335.

Povo e popular

- AAVV – *A Política dos Muitos. Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Fundação EDP e Ed. Tinta-da-China, 2010. ISBN 978-989-671-041-5.
- BURKE, Peter – Popular Culture Reconsidered. In *Storia della Storiografia: Rivista Internazionale*. ISSN 2281 – 1141. N°17 (1990), pp.40-49.
- CARVALHO, David Luna de - *Os Levantes da República: Resistência à Laicização e Movimentos Populares de Repertório Tradicional na 1ª República: (Continente, Açores e Madeira 1910-1917)*. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE, 2007 [texto policopiado].
- COHEN, Déborah - *La nature du peuple. Les formes de l'imaginaire social (XVIII^e-XXI^e siècles)*. Seyssel: Champ Vallon, 2010. ISBN 978-2-87673 526 2.

- LOUREIRO, José Carlos de Magalhães – *Olhares da burguesia oitocentista sobre a participação popular nas manifestações religiosas urbanas*. Congresso Cultura Popular 1999. Maia: Câmara Municipal, 2000.
- MELO, Daniel – *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2001. ISBN: 972-671-075-8.
- PINHEIRO, Nuno. Classes populares na fotografia portuguesa do início do século XX. In *Ler História*. ISSN 0870-6182. Nº 32 (1997), pp. 65-82.
- REVEL, Jacques – *A invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel, 1990. ISBN: 972-29-0206-7.
- ROSANVALLON, Pierre – *Le peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France*. Paris: Gallimard, 1998. ISBN: 978-2-07-041831-2.
- SILVA, Augusto Santos – *Tempos Cruzados: Um estudo interpretativo da cultura popular*. Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Lisboa: s.n., 1991.

Portugal nos séculos XIX-XX: Economia, Política e Sociedade

- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *O Século XIX Português*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. ISBN: 972-671-079-0.
- CABRAL, Manuel Vilaverde - *O operariado nas vésperas da República*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- CABRAL, Manuel Vilaverde - *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: A regra do Jogo/História, 1979.
- CASTRO, Maria Helena Ribeiro de. D. António da Costa: político e pedagogo. In A.M. FERREIRA, & J.M. ALMEIDA (dir.) *Religião e Cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. [tese de doutoramento] Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, CEHR, 2011, pp. 165-184 [texto policopiado].
- CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3ª ed. Lisboa: Casa das Letras, 2010. ISBN: 978-972-46-1983-5.
- FERREIRA, Alberto, MARINHO, Maria José - *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã)*, volumes I e II, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.
- GOUVEIA, Medina de. D. António da Costa, o cristianismo e o progresso: I – Percurso pedagógico e político. II – A resposta a Antero de Quental. In separata da revista

- Brotéria*. ISSN 0870-7618. N.º 4 e 5/6, vol. 158 (2004), pp. 353-363 e pp.461 – 478.
- JUSTINO, David - *Fontismo, Liberalismo numa Sociedade Iliberal*, Lisboa: D. Quixote, 2016, ISBN: 978-972-20-5933-6.
- LEAL, Ernesto Castro. D. António da Costa e o Liberalismo Católico. In *Liberalismo e Antiliberalismo*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2013.
- LOUSADA, Maria Alexandre - *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do século XVIII a 1834* - tese de doutoramento em Geografia Humana [texto policopiado], vol.1. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995.
- MATOS, Sérgio Campos - *História, Mitologia, Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. ISBN: 972-24-0786-4.
- MATOS, Sérgio Campos - *Da Crise da Monarquia constitucional à Primeira República em Portugal (1890-1910)*, Madrid: Complutense, 1998a.
- MATOS, Sérgio Campos - *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998b. ISBN: 972-8288-86-7.
- MATOS, Sérgio Campos - *Memória e Nação: Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*, Lisboa: [s.n.], 1995 (texto policopiado).
- PINTO, M. Fátima - *Os Indigentes entre a Assistência e a Repressão: A outra Lisboa no 1.º terço do século*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. ISBN: 972-24-1044-X.
- RAMOS, Rui. A segunda fundação (1890-1926). In MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa, Círculo de Leitores, 2014. ISBN: 978-972-42-4925-4
- REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993b. ISBN: 972-27-0547-4.

Educação e ensino

- ADÃO, Áurea . Republicanismo, Municipalismo e Ensino Primário: Entre Desígnios e Condicionais. In ÁUREA Adão, Carlos Manique da SILVA, Joaquim PINTASSILGO (org.). *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: Revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, pp.25 – 42. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-96999-4-6.

- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (Org.) - *História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de Ontem, Desafios de Hoje*. [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp.11-52. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-98314-5-2.
- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (Org.) - *Os Municípios na Modernização Educativa* [ebook] . Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014a, pp. 155-194. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-8753-09-0
- ADÃO, Áurea. O Município de Lisboa enquanto território educativo, no limiar da descentralização oitocentista: a rede pública de escolas de ensino primário. In *Os Municípios na Modernização Educativa* [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014b, pp. 155-194. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-8753-09-0.
- AZEVEDO, Rodrigo de. O Instituto Escolar da Sociedade Martins Sarmento (1882 – 1886). In *Fazer e Ensinar História da Educação*. Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- BANDEIRA, Filomena – *A universidade Popular Portuguesa nos Anos 20: os intelectuais e a educação povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, vol II (dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- CÁCERES, Benigno - *Histoire de l'Éducation Populaire*. Paris: Seuil, 1964.
- CANDEIAS, António, SIMOES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. In *Análise Psicológica*. [em linha] N°1, vol.XVII (1999), pp. 163 – 194. [acedido em 5/6/2016]. Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v17n1/v17n1a17.pdf>>.
- CANDEIAS, António. Modernidade e Cultura Escrita Nos Séculos XIX e XX em Portugal: População. Economia, Legitimação Política e Educação. In *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa, 2005. ISBN: 972-8036-73-6.
- CANDEIAS, António (Dir.e Coord) - *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX os Censos e as Estatísticas*, 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. ISBN 978-972-31-1086-9.

- CARVALHO, Rómulo de - *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. ISBN: 978-972-31-0173-7.
- CASTRO, Maria Helena Ribeiro de - *Teresa Saldanha Teresa de Saldanha: um projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI*. Lisboa: Universidade de Lisboa [tese de doutoramento, documento policopiado], 2007.
- (As) Escolas Conde de Ferreira – *Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*, coord. por GRAÇA, Odete, FELGUEIRAS, Margarida Louro. Sesimbra: Assembleia Municipal de Sesimbra/Câmara Municipal de Sesimbra, 2009.
- FERNANDES, Rogério – *As Ideias Pedagógicas de F. Adolfo Coelho*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1973.
- FERNANDES, Rogério. Marcos do Processo Histórico da Alfabetização de Adultos em Portugal. In *Colóquio Educação e Sociedade*. ISSN 0872 – 282X. Nº 2 (1993), pp. 115 – 144.
- JUSTINO, David. Descentralização: Políticas e Dinâmicas Escolares em Contextos Municipais. In *História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de Ontem, Desafios de Hoje*. [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp.93-115.[Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN:978-989-98314-5-2.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de . Alfabetização e Educação de Adultos. In *Investigar em Educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. ISSN 2183-1793. Nº 2 (2003), pp. 173 – 201.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de - *Da Cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)*, Lisboa: EDUCA, 2010. ISBN: 978-989-8272-10-2.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de . Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal: Um domínio do conhecimento em renovação. *Revista Brasileira de Educação*. ISSN 1413-2478. Nº 2 (1996), pp. 42 – 60.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de - *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático: Atlas-Repertório dos Municípios na Educação* [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-8753-10-6.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986). Perspetiva histórica. In *História dos*

- Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de Ontem, Desafios de Hoje.* [ebook]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013, pp.11-52. [Acessível em www.ie.ul.pt]. ISBN: 978-989-98314-5-2.
- MATOS, A. Campos. «*Diálogo*» com António Sérgio. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- MATOS, Sérgio Campos. Política de Educação e Instrução Popular no Portugal Oitocentista. Lisboa, separata da *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Edições Colibri (1997), pp. 85 – 107.
- NÓVOA, António. Álvaro Viana de Lemos: Um Pedagogo da Educação Nova. In separata de *Arunce: Revista de Divulgação Cultural*. Nº 3/4 (1990), pp. 52-107.
- NÓVOA, António - *Le temps des professeurs: Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*, volumes I e II (tese de doutoramento policopiada). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- Ó, Jorge Ramos do - *O governo de si mesmo [Texto policopiado]: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (último quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*. Lisboa: [s.n.], 2002. Tese de doutoramento em Ciências da Educação (História da Educação) apresentada à Universidade de Lisboa através da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação em 2003.
- Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel – *Emergência e Circulação do Conhecimento Psicopedagógico Moderno (1880-1960): Estudos comparados Portugal-Brasil*. Lisboa: Educa|Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009. ISBN: 978-989-8272-01-0.
- PETRUCCI, Armando - *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Gedisa editorial, s.d..
- PINTASSILGO, Joaquim - *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1^a. República portuguesa (1910-1926)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN: 972-772-038-2.
- PINTASSILGO, Joaquim. Imprensa de educação e ensino, universidades populares e renovação pedagógica. In *Cadernos de História da Educação*[em linha] ISSN: 1982-7806. Vol. 5,(2006) pp. 83-94.[accedido em 13/7/2016] Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/403/383>>
- PINTASSILGO, Joaquim. Analfabetismo e educação popular. In *25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 de Maio*. Lisboa: Público, 2010, pp. 129 - 137. ISBN 9789896192037.

- PINTASSILGO, Joaquim. As Universidades Populares nas Primeiras Décadas do Século XX em Portugal – O Exemplo da Academia de Estudos Livres. In *Modelos Culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais. Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), pp.215-243, 2011. [acesso em 1/9/2016]. Texto disponível em <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8354/1/As%20Universidades%20Populares.pdf>>.
- RAMOS, RUI. O Método dos Pobres: Educação Popular e Alfabetização em Portugal (Séculos XIX e XX). In *Colóquio Educação e Sociedade*. Nº 2, (1993) pp. 41 - 68. ISBN 0872-282X.
- RAMOS, RUI. Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. In *Análise Social*. Vol. XXIV, Nº 103-104 (1988), pp.1067-1145. ISBN 977 000 325 733.
- REIS, Jaime. O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação. In *Colóquio Educação e Sociedade*. Nº 2, (1993a), pp. 13 – 40. ISBN 0872-282X.
- SAMPAIO, José Salvado. Universidade Popular Portuguesa. In *O professor*. ISSN 0870 - 841X . Nº 31 (1981), pp. 5-8.
- SILVA, Carlos Manique da. A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português. In *Revista da Faculdade de Letras . HISTÓRIA* [em linha] ISSN 0871-164. III Série, vol. 6. (2005), pp. 291-312. [acesso em 31/3/2016]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3389.pdf>>.
- XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In GOMES, Angela de Castro, HANSEN, Patricia Santos. *Intelectuais mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 464 – 485. ISBN: 978-85-200-1304-5.

ANEXOS

Anexo I - Contactos com Bibliotecas Populares (e Municipais)

Biblioteca	Documentação	Observações
Lagos – Biblioteca Popular Camões	Registos e catálogo	Fotocópias obtidas na Biblioteca Municipal Livros no Arquivo Municipal
Tomar – Biblioteca Popular	Anais do Município Livros de Registos Tese de mestrado	Recolha feita no local Fotocópias
Oleiros - Biblioteca Popular	Ata da Câmara Municipal Catálogo de Livros	Recolha feita no local Fotocópias (catálogo) e apontamentos
Santarém – Biblioteca Municipal	Livros de Registo + Anuário Estatístico Outros documentos	Recolha feita no local Anuário Estatístico
Campo Maior - Biblioteca Popular	Síntese do conteúdo da ata da Câmara Municipal por Dr. Francisco Galego	<i>Email</i> enviado pela técnica de biblioteca
Castelo de Vide - Grémio de Ilustração Popular	Dados dos livros de registo e outras informações trabalhados	Lv. de Filomena Bruno Pub. Ed. Colibri
Estremoz - Biblioteca Popular	Livros registo - fotocópias	Recolha feita no local Fotocópias Troca de emails com a bibliotecária
Elvas – Biblioteca Municipal	Sem livro de registos, só jornais e atas das sessões da Câmara Álvaro Néves + Anuário Estatístico	Visita do local - apontamentos
Penafiel	Só atas da Biblioteca Municipal Separata rev. <i>Portugália</i> , vol. XV, 1994	Espólio documental ainda está em tratamento mas inclui apenas literatura, não há lvs de registo. Emails trocados
Porto (Bibliotecas populares)	Atas da Câmara Municipal do Porto Relatórios de Contas	Não é. Rever atas da Câmara Municipal
Matosinhos - Bouças - Biblioteca Municipal Florbela Espanca	Lv. Registo: pontuais entre 1896 e 1919. Continuado depois 1952	Recolha feita no local: Biblioteca Municipal Florbela Espanca
Biblioteca Municipal Póvoa do Varzim	Atesta a origem numa Biblioteca Popular mas não tem documentação.	Afirma que pode ter-se perdido
Guimarães – Biblioteca Popular da Sociedade Martins Sarmento	Livros de registo <i>Boletim e Jornal de Guimarães</i>	Recolha feita no local Fotocópias e fotografias
Montemor-o-velho	Lv. registos de data posterior 1956-1981 (Biblioteca Popular do Seixo e livro de requisições)	Refª à revista <i>Montemaior</i> de setembro 2011, nº10/11
Ourique	Lv. com 3 págs informação transcrita por email com nota da criação da Biblioteca	

Biblioteca Municipal Cantanhede	Livros de Actas da Câmara – pesquisa indexada aos assuntos	
Fataunços - Vouzela	Estatística oficial – Anuário Estatís.	
Biblioteca CM Lousada	Pode existir documentação	Não se repetiu contacto
Abrantes	Sem documentação relevante	Visita do local
Santa Maria da Feira	Biblioteca tem arquivo histórico com atas da Câmara Municipal e outros documentos. Consultei Atas do per. de criação da biblioteca – sem interesse.	Email e visita do local. A data da criação desta biblioteca é dada como 1938 (biblioteca-museu)
Santiago do Cacém	Escola Conde Ferreira (1891 – 1967)	Consulta do arquivo. Não relevante
Figueira da Foz – Biblioteca Municipal	Bibliotecas populares em associações recreativas, de classe, mutualistas e outras	Lv. Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa, Ed. da CMFF, 2015
BPL e Bibliotecas móveis	Documentos vários Livro de requisições	ANTT – Pesquisa local e digitalizações
Bibliotecas Municipais Lisboa	Livros de Atas e outra documentação Estatística	Arquivo da CML Anuário estatístico
Sem elementos para consulta		
Oliveira de Azeméis	Não tem documentação	Contactos por email
Vila Real de St António	Não conhecem documentos	Falei com a bibliotecária que não tem conhecimento de nenhuma bibliot. Popular ou docs. anteriores à década de 1970.
Felgueiras	Não tem	Contactos por email
Valongo	Tratada por Carlos A. Rebelo	
Monchique	Não tem (ardeu o arquivo)	Contacto telefónico e email
Biblioteca popular de Peso da Régua	Refª a uma biblioteca da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua com documentação (encaixotada) que atesta a existência de uma biblioteca, talvez popular, de 1885. Estabeleceu parceria com a Gulbenkian.	Contacto por email com o bibliotecário da BM de Peso da Régua
Biblioteca Municip. P.Delgada	Sem elementos	Foi feito contacto pessoal.
Sem resposta		
Alenquer		<i>email</i> devolvido
Vila do Conde		<i>email</i> devolvido
Penafiel	BM de Penafiel criada em 1917 com antecedentes do séc. XIX Espólio documental ainda está em tratamento mas trata-se apenas de literatura, não há lvs de registo.	Sinopse na separata da revista <i>Portugália</i> , 1994, vol XV

Anexo II - Bibliotecas populares por distritos – Fase inicial (1870 – 1890 aprox.)				
Distrito	Concelho	Sede / local funciona	Denominação	Datas e nomes referênci
Aveiro (3)	Oliveira Azeiméis	Aguincheira / S. Tiago de Riba Ul (escola primária)	Popular	1876
“	Feira	-----	“	1880
“	Anadia	Anadia (Paços do Concelho)	“	1879
Beja (4)	Alvito	Alvito	“	1882
“	Cuba	Cuba (contígua à escola Conde de Ferreira)	Escolar (pela Junta de Paróquia)	1882
“	Almodôvar	Almodôvar	Popular / municipal	1884
“	Odemira	Odemira (Escola do Conde de Ferreira)	Municipal/popular	1873 Professor oficial José de Mattos Júnior
Braga (3)	Guimarães	Sociedade Martins Sarmiento	Popular/Municipal	1882 Avelino da Silva Guimarães
“	Esposende		Pública / municipal	1867
“	Braga	Cabreiros	Popular	
Bragança (1)	Bragança	Maximinos	Escolar/popular	187... Joaquim Machado e mulher
C. Branco (4)	Castelo Branco	Castelo Branco	Municipal	1882
“	Covilhã	Covilhã	Heitor Pinto -Pública	1870 [?] José Maria Veiga da Silva Campos Melo
“	Idanha –a- Nova	Idanha –a- Nova (Paços do Concelho)	Municipal (Silvestre Ribeiro)	1873 José Silvestre Ribeiro (benemérito)
“	Oleiros	Oleiros	Popular (escolar)	1882
Coimbra (10)	Cantanhede	Cantanhede	Municipal	1882
“	Coimbra	Associação Artistas	Popular	1870
“	Coimbra	Centro Promotor Instrução Pública	Popular	1882
“	“	<i>Sociedade Terpsichore</i>	“	1870 - Joaquim Martins de Carvalho
“	Condeixa	Condeixa	Municipal	1882
“	Condeixa	Ega	Escolar	1882
“	Lousã	Lousã	Municipal (Assoc. Civilizadora)	1866 - João Elisário
“	Montemor-o-Velho	Montemor-o-Velho	Municipal/popular	1877 - Joaquim Martins de Carvalho
“	Poiães	Poiães/Freguesia de S. José	Escolar	1882
“	Góis	Góis	Municipal/popular	1891 ?
Évora (6)	Évora		Círculo Eborense	1882
“	Estremoz		Municipal/Popular	1880 José Pereira Deville (PC)
“	Montemor-o-Novo		Municipal/Popular	1878
“	Reguengos		Clube Reguenguense	1882

“	Viana do Alentejo		Sta. Casa Misericórdia	
“	Vila Viçosa		Municipal	1882
Faro (3)	Lagos		Popular	1880
“	Monchique		Popular	1880 José Joaquim Agoas (PC)
“	Vila Real St. António	Vila Real St. António	“	Bartholomeu Augusto Pessanha (instituída?)
Guarda(2)	Guarda	Guarda	Municipal	1882
“	Gouveia		Popular	1882
Leiria (2)	Marinha Grande		Sociedade Filarmónica	
“	Pombal		Biblioteca Popular da Associação Popular Pombalense	1883 Pedido não satisfeito
Lisboa (14)	Aldeia Galega Ribatejo	Aldeia Galega do Ribatejo	Municipal	1882
	Arruda dos Vinhos	Arruda	Popular (na escola Conde Ferreira)	1871 – 1875 Comissão Promotora d’Ensino 1884 (abertura)
	Alenquer	Marquês de Pombal??	Popular	1882
	Belém	Belém	Biblioteca Popular/Municipal	1876
	Cascais	Cascais	Biblioteca para o povo	Projeto de criação (pedido de livros)
	Lisboa	Queluz	Biblioteca com leitura pública e no domicílio	187... prof. oficial, Sr. José Cypriano da Silveira Machado
	Loures	Odivelas	Biblioteca popular	1874 Projeto de criação: Júlio de Castilho
	Lisboa	Lisboa, Bairro Central	Popular e escolar	1883
	Lisboa	Lisboa, Bairro Ocidental	Associação Civilização Popular	1870
	Lisboa	Lisboa, Bairro Ocidental	Grémio Popular	1870
	Lisboa	Lisboa, Bairro Ocidental	Escola Politécnica (popular)	1883
	Lisboa	Centro Promotor	...	1870 - 1875
	Lisboa	Lisboa (S. Pedro de Alcântara)	Popular	1875
	Lisboa	Casa da Moeda	Popular	1871 – José de Saldanha Oliveira e Sousa (diretor)
Setúbal (5)	Setúbal	Setúbal	Popular/Municipal	1871

	S. Tiago do Cacém	S. Tiago do Cacém (Escola Conde Ferreira)	Escolar/Popular	1883
	S. Tiago do Cacém	Melides	Escolar	1883
	Grândola	Grândola (casa da Câmara)	Popular	1877
	Grândola	Grândola	Pública?- Sociedade Harmonia	1883
Portalegre (4)	Campo Maior	Campo Maior (edifício da Câmara Municipal)	Municipal – “Marquês Pombal”	1882 João Francisco Dubraz
“	Castelo de Vide	Castelo de Vide	Grémio Ilustração Popular	1870 José Frederico Laranjo; César Augusto Videira e José M. Serrano
“	Elvas	Elvas	Municipal	1880
“	Elvas	Elvas	<i>Grémio Artístico Elvense</i> - popular	187...
Porto (16)	Maia	Maia	Popular	1880
“	Amarante	Amarante	Popular	1876
“	Baião	Baião	Popular	1876
“	Felgueiras	Felgueiras	Popular	1876
“	Gondomar	Gondomar	Popular	1876
“	Lousada	Lousada	Popular	1876
“	Paços de Ferreira	Paços Ferreira	Popular	1876
“	St. Tirso	St. Tirso	Popular	1876
“	Vila do Conde	Vila do Conde	Popular	1876
“	Paredes	Paredes	Popular (na escola primária)	1877 Conselheiro José Guilherme Pacheco

“	Penafiel	Penafiel	Popular	1876
“	Matosinhos	Bouças	Popular	1880? 1886
“	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Popular	1879
“	Valongo	Valongo	Popular	1880
“	Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia	Popular	1881
“	Marco de Canavezes	Marco de Canavezes	Popular	1880
Santarém (6)	Chamusca	Chamusca	Municipal	1882
	Coruche	Coruche	Escolar (Junta Paróquia)	1882
	Santarém	Santarém	Municipal / Popular	1880
	Tomar	Tomar	Municipal / Popular	1880
	Torres Novas	Torres Novas	Municipal / Popular	
	Vila Nova de Ourém	Vila Nova de Ourém	Popular/escolar	1873 ?
Viana do Castelo (1)	Caminha	Caminha	Popular	1883
Viseu (4)	Lamego	Lamego	Municipal - Associação Instrução Popular	1882
	Tabuaço	Tabuaço	Popular (Escola Conde Ferreira)	1882
	Viseu	Viseu	Municipal	1882
	Vouzela	Fataunços	Escolar (popular)	1871 José Lourenço de Sousa (cidadão)
Vila Real (4)	Alijó	Alijó	Popular	1882
	Chaves	Chaves (edifício da Câmara Municipal)	Popular	1877

	Vila Pouca Aguiar	Vila Pouca Aguiar	Luís Camões	1880
	Peso da Régua	Peso da Régua	Popular	1880
Madeira/ Funchal (1)	Funchal	Funchal	Municipal	1882
Açores/Angra Heróismo (5)	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Municipal	1882
	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo (secção na escola)	Biblioteca popular	1876
	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	Club Popular Angrense (sócios)	1871 - . Mateus Augusto – o seu criador
	Praia da Vitória	Vila da Praia da Vitória	Bib. Pública Silvestre Ribeiro	1882
	Velas	Vila das Velas	Sociedade Promotora da Instrução e Recreio (sócios)	1882
Açores/ Faial (5)	Faial	Horta	Escola (liceu?)	1875 Prof. José Maria da Rosa
“	Faial	Horta ??	Grémio Literário Artista Faialense	1882
“	Faial	Faial	Grémio Literário Faialense	1880 Ernesto de Lacerda Rebello
“	Faial	Horta	??	1886
“	Faial	Lages/Pico	Gabinete de Leitura popular	1882
Açores/ Ponta Delgada (1)	Ponta Delgada	Ribeira Grande	Popular	1877

Anexo III - Leitura nas Bibliotecas Públicas de Évora e de Ponta Delgada (1870-71)

	Évora	Ponta Delgada
Ciências Históricas e Literárias	1230	426
Ciências Eclesiásticas	9	19
Ciências Morais e Políticas	37	74
Ciências Naturais, artes e ofícios	130	111
Belas – Artes	17	18
Jornais literários e políticos	788	264
Manuscritos	192	14
Total obras	2409	926
Leitores	1848	917
Visitantes	518	

FONTE: ANTT, Ministério do Reino, Mç. 3658, Proc. 65.

Anexo IV - Leitura nas Bibliotecas Públicas (1883) - Classificação das obras

Visu Fev - Maio	Ciências Histor.Literatura	Ciências Eclesiásticas	Ciências Morais	Ciências Naturais	Belas Artes	Jornais	Manuscr	Total
	197 (61,94%)	2	8	59	3	48	1	318
Guarda Set. – Nov.	Ciências e Artes	História e Literatura	-	Religião	Filosofia	Direito	Manuscr	
	0	65 (55,08%)	0	36	12	5	-	118
Braga	Ciências e Artes	História e Literatura	Ciências Naturais	Religião	Filosofia	Direito	Manuscr	
23/8 - 23/11	14	48 (41,73%)	-	36	12	5	-	115
23/5- 23/8	-	109 Hist.(42,24%)	17	13	8	11	-	258
		100 Litera.						
Elvas Fev. - Out.	História	Literatura	Matemática	Geografia	Economia Política	Teologia	-	
	12	59 (71,95%)	4	4	2	1		82

FONTE: ANTT, Ministério do Reino, mç. 3681

Anexo V- Coleções populares (editadas entre 1850 a 1920, aproximadamente)⁶⁸⁰

Título	Data	Vol/Nº	Periodicida.	Preço	Temas
<i>Coleção Biblioteca Nacional</i> , Empresa Eduardo de Faria & Companhia	185...				
<i>Livros para o Povo</i> , dir. A. Teixeira de Vasconcelos, Lisboa	1859	3...		200 réis	Biografias históricas Educação Cívica Sociologia
<i>Bibliotheca popular</i> , ed. J. A. Xavier de Magalhães, Lisboa	1865-1871?				Obras de Paulo de Kock traduzidas
<i>Encyclopedia popular</i> ⁶⁸¹ , prop. e dir. João José de Sousa Telles, Lisboa	1867-1868	16		100 rs	Vulgarização científica; Ensino
<i>Educação Popular</i> , dir. lit. Pinheiro Chagas, Lisboa	1874	13		200 rs	História Ciências
<i>Bibliotheca d'Algibeira. Leituras selectas</i> , Porto	1869				Literatura
<i>Bibliotheca Popular</i> , Lallemand frères & Companhia, Lisboa	1870			100 rs	Vários
<i>Theatro Popular</i> , Livraria Economica de Bastos & Irmão, Lisboa	1871				Teatro
<i>Propaganda democratica: publicação quinzenal para o povo</i> , por Consiglieri Pedroso, Lisboa	1886-1888	46	Quinzenal (folhetos avulso)	60 rs	Política; Educação Cívica
<i>Bibliotheca de Agricultura e Sciencias</i> , Lisboa	1880	10			Economia: Agricultura
<i>Bibliotheca do Povo e das Escolas</i> , dir. David Corazzi, Lisboa	1881-1913	237	Quinzenal Mensal	50 rs	Divulgação científica e literária
<i>Bibliotheca das aldeias</i> , Lisboa	1878	10...			Direito; Ensino
<i>Collecção de Histórias</i>	1885				Literatura

⁶⁸⁰ As datas referidas são as que conseguimos identificar nos exemplares a que tivemos acesso, o que significa que estas coleções podem ter sido publicadas em data anterior à que é apresentada. A quantidade de volumes /números registada corresponde ao último número identificado e o sinal de “...” significa que consideramos a possibilidade de terem sido publicados mais números. A designação de algumas coleções, como a “Bibliotheca Popular”, teve diferentes edições num espaço de tempo relativamente próximo, que tentámos identificar da forma que nos pareceu mais correta.

⁶⁸¹ Consideradas “Leituras Amenas Apropriadas a todas as edades, sexos estados profissões e intelligencias” com a aprovação do “Conselho Geral de Instrução Publica para Leitura nas Escolas”.

<i>Populares</i> - Livrar. Portug. de Joaquim Maria da Costa, Porto					
<i>Collecção de Theatro Portuguez</i> - Livrar. Portug. de Joaquim Maria da costa, Porto	1885				Teatro
<i>Archivo popular de bons romances</i> , Editora Casa Minerva	1886				Romance
<i>Bibliotheca de romances baratos</i> , Lisboa	1885 (1855?)				Romance
<i>Collecção de Theatro Popular Portuguez</i> Livrar. Portug. de Joaquim Maria da Costa, Porto	1888				Teatro
<i>Collecção de Monologos e Cançonetas</i> , Lisboa	1889, 1895			100 rs (média)	Teatro, divertimento
<i>Collecção Silva Vieira</i> – Litteratura Popular Alentejana	1890				Literatura
<i>Bibliotheca Dramática Popular</i> – Livrar. Popular de Francisco Franco, Lisboa	1890...	125 +			Teatro
<i>Bibliotheca Popular</i> – Livrar. Popular de Francisco Franco, Lisboa	1890...	17+			
<i>Bibliotheca popular da ordem e da sciencia catholica</i> , Lisboa	1884/5	9...			Religião; Política; Ciência
<i>Collecção de peças theatraes para salas e theatros particulares</i> - Livrar. Popular de Francisco Franco, Lisboa	1890...	22 +			Teatro
<i>Collecção de coplas de diversas operas cómicas</i> - Livrar. Popular de Francisco Franco, Lisboa	1890...	88+			Música; divertimento
<i>Collecção de coplas de diversas operas cómicas</i> – Livraria Economica	?				Música; divertimento
<i>Livros de Educação Popular</i>	1892				
<i>Collecção de Fados modernos</i> – Livraria	1893				Música; divertimento

Portug. de Joaquim Maria da Costa, Porto					
<i>Biblioteca popular dos namorados</i> , Livraria Portuguesa, Porto	1896	4 ?			Literatura; cartas amorosas
<i>Bibliotheca Social Operária</i> , Lisboa	1898	1?			Temas sociais, políticos, históricos
<i>Bibliotheca Agricola Popular</i> , Livraria Chardron, Porto	1899	c. 28			Economia: agropecuária
<i>Biblioteca popular catholica</i> , Lisboa	1899	2...			Ciência e Religião
<i>Bibliotheca illustrada d'O Século</i> , Lisboa	1894				Literatura e História
<i>Bibliotheca de Instrução Profissional</i> , Lisboa	190-	60		200 rs	Ensino profissional; Manual
<i>Bibliotheca Popular Recreativa e Familiar</i> Joaquim Maria da Costa, Porto,	1901	28		300 rs	Literatura
<i>Encyclopedia para todos</i> , Lisboa	1908	8			História
<i>Bibliotheca Amorosa</i>	190-				Contos
<i>Bibliotheca de leituras populares</i> , Porto	1904-1911	40...			Divulgação científica; História
<i>Bibliotheca Popular de Legislação</i> , Lisboa	1899			240 rs	Direito
<i>Collecção Economica</i> , Parceria António M ^a Pereira, Lisboa	1906	67		100 rs	Literatura
<i>Obras de Camilo Castelo Branco</i> . Edição popular, Parceria António Maria Pereira, Lisboa	1907	66...			Literatura: Camilo Castelo Branco
<i>Bibliotheca Clássica Popular</i>	1908				c. 300 rs
<i>Bibliotheca Jurídica</i>	1909	9+			Direito
<i>Collecção Popular</i> - Antiga Casa Bertrand, José Bastos & C ^a , Lisboa	1909	15...		200 rs	Romance
<i>O ideal Moderno. Bibliotheca Popular de Orientação Socialista</i> , Lisboa	1897				Política; Economia, Sociologia
<i>Bibliotheca de "O Pimpão"</i>	190-			100 rs	
<i>Livros do Povo. Noções de tudo</i> , dir. Pedro Bordallo Pinheiro,	1910-1917			5\$000	Divulgação científica

Lisboa					
<i>Propaganda Popular</i> , Porto	191-	8...	quinzenal	50 rs	Educação Cívica
<i>Biblioteca Popular e Infantil</i> – Edição da Renascença Portuguesa, Porto	1914				Cantigas; Ensino
<i>Sciencia Popular</i> , Lisboa	1915	3...			Ciências
<i>O Livro Popular</i> , Lusitana Editora, Lisboa		57 +		100 rs	Literatura
<i>A Nova Colecção Popular</i> , Lisboa	1895				Romances (traduções)
<i>Collecção de Romances Ilustrados</i> , secção editorial de “O Século”, Lisboa	191- ?		quinzenal	1\$00 – 2\$00	Romances
<i>Bibliotheca do Povo</i> , <i>Empreza vulgarizadora dos bons romances</i> <i>Imprensa de Manuel Lucas Torres</i> , Lisboa	191-?			20 rs (fasc.) 100 rs	Romances; Almanaques

ANEXO VI - Incorporação de livros nas Bibliotecas Municipais durante a I República

Nome/Localização	Proc.	Data	Vols. Livros + folhetos	Observações
Alfandega da Fé	4	25 /6/1917	?	
Alpiarça	6	2/2/1916	340	
Cuba	13	3/12/1915	369	Biblioteca instalada nessa data
Estremoz	15	6/7/1915	264	
Famalicão	16	23/6/1915	256	
Faro	17	14/9/1917	Livraria do Seminário	
Figueira da Foz	18	10/8/1915		Lista livros
Góis	19	11/10/1917	290 vols	“popular e municipal”
Moita	28	2/12/1916	370 vols	
Moura	29	30/4/1915	285 vols	Criação recente com c. 600 vols.
Penafiel	31	15/6/1917	434 vols	
Pombal	32	23 /4/1915	307 vols.	
Ponte de Lima	33	6/4/1915	233	
Porto de Mós	37	25/1/1916	Quantidade?	Criação /instalação recente
Santarém	39	15/2/1917	447	Biblioteca do Seminário Diocesano
S. Pedro do Sul	40	23/8/1921	266	
Setúbal	41	26/6/1915	258	Recebera c. 4000 vols. da biblioteca do Convento S. Francisco de Setúbal 20/6/1913)
Portimão	35	2/2/1917	333	
Tavira	43	2/11/1916	Coleção completa	
Lagos	22	19/6/1915	272	Refª à “organização ou, com mais verdade, criação da biblioteca municipal” e aos seus insignificantes recursos.
Viana Castelo	Cx . 235- Pr. 45	26/3/1915	298+ folhetos	Refª a ser “biblioteca publica”(municipal)
Vila Pouca de Aguiar	Cx . 235- Pr. 47	18/8/1915	260+ folhetos	Pede à Inspeção para distribuir pelas bibliotecas do municipio alguns dos 60.000 vols. das bibliotecas extintas de preferência agrícolas e sociais

Fonte: ANTT, Inspeção das Bibliotecas e Arquivos , cx. 234, proc...ref. na tabela.

Anexo VII - Inventário das Bibliotecas pela Inspeção das Bibliotecas e Arquivos (1919)
(totais bibliotecas nos concelhos, incluindo municipais, particulares etc.)

Aveiro	Anadia	840	Municipal
“	Ovar	-	“
“	Aveiro	600	Estadual
“	Águeda		Particular
“	Mogofores (3)		“
“	Castelo de Paiva		“
“	Salreu		“
“	Estarreja		“
Beja	Almodôvar	1.500	Municipal
“	Alvito	250	“
“	Beja (5)	5.300	“
“	Cuba (2)	2.500	“
“	Moura	6.000	“
“	Odemira	1.280	“
“	Serpa	1.500	“
“	Vidigueira	300	“
“	Ourique	128	“
“	Ourique	700	Estadual
“	Beja		“
“	Beja		Associação (... dos Trabalhadores)
“	Vidigueira (3)		Particular
Braga	Barcelos	1.780	Municipal
“	Vila Nova de Famalicão (3)	3.800	“
“	Braga (3)		Estadual
“	Vila Nova Famalicão	300	“
“	Braga (4)		Associação
“	Cabeceiras de Basto		“
“	Guimarães		“ (Soc. Martins Sarmiento – popular/municipal)
“	Vila Nova de Famalicão	300	“
“	Barcelos		Particular
“	Braga (3)		“
“	Celorico de Basto		“
“	Terras de Bouro		“
“	Vila Nova de Famalicão		“
“	Braga		Estadual
Bragança	Alfândega da Fé	início	Municipal (início)
“	Bragança		Estadual
“	Bragança		Particular
“	Paradinha		
“	Mirandela		Móvel
“	Torre de Moncorvo		“
C. Branco	Castelo Branco (5)	5.000	Municipal (erudita)
“	Covilhã (2)	2.064	“
“	Idanha-a-Nova		“ (desorganizada)
“	Sertã		Associação
“	Covilhã (4)		“ (Inclui a Associa. Protetora da Infância Desvalida)
“	Covilhã (4)		Particular
Coimbra	Cantanhede	200	Municipal
“	Coimbra		“
“	Condeixa	350	“
“	Figueira da Foz (5)	5.000	“
“	Góis	1.200	“
“	Lousã	520	“
“	Penacova	717	“
“	Coimbra		Estadual

“	Coimbra (2)		Associação (inclui a Associação dos Artistas / popular)
“	Coimbra (4)		Particular
“	Mira		“
“	Porto de Mós		“
“	Cabeço		“
Évora	Estremoz	1. 500	Municipal
“	Redondo (4)	4.000	“
“	Vila Viçosa (3)	3.220	“
“	Évora		Estadual
“	Alandroal		“
“	Viana do Alentejo		Associação
“	Évora		“
“	Évora (2)		Particular
“	Estremoz		“
“	Mora		“
“	Portel		“
“	Redondo		“
Faro	Faro (6)	6.000	Municipal
“	Monchique	1. 200	“
“	Silves (3)	3.000	“
“	Tavira	700	“
“	Vila Nova de Portimão	início	“
“	Lagoa		Particular
“	Loulé		“
“	Loulé		Móvel
“	Monchique		“
“	S. Brás de Alportel		“
Guarda	Aguiar da Beira		Municipal (c/ manuscritos)
“	Guarda (2)	2. 500	“
“	Gouveia		Associação (... de Beneficência Popular)
“	Vila Nova de Foz Coa		“ (Grémio de Instrução Cedovinense ?)
“	Aguiar da Beira		Particular
“	Celorico da Beira (3)		“
“	Guarda		“
“	Vila Nova de Fozcoa		“
Leiria	Pombal	1.500	Municipal
“	Leira		Estadual
“	Leiria		Militar
“	Alcobaça (2)		Associação
“	Caldas da Rainha		“ (inclui a Comissão Beneficência Escolar Terras Bouro, Foz Arelho)
“	Figueiró dos Vinhos		“
“	Leiria (3)		“ (inclui a Associação Operária)
“	Marinha Grande		“
“	Alcobaça		Particular
“	Gaeiras		“
“	Pedrogão Grande (4)		“
“	Marinha Grande		“
“	Ancião		Móvel
“	Marinha Grande		“
Lisboa (+Setúbal)	Aldeia Galega do Ribatejo	600	Municipal
“	Alenquer	200	“
“	Arruda dos Vinhos	600	“
“	Barreiro	400	“
“	Moita	(início)	“ (início)
“	S. Tiago do Cacém	500	“
“	Setúbal (8)	8000	“

“	Mafra		Estadual
“	Torres Vedras		“
“	Cascais		Particular
“	Cezimbra		“
“	Loures		“
“	Setúbal		“
“	Sobral de Monte Agraço		Móvel
Portalegre (4)	Campo Maior (2)	2.000	Municipal
“	Elvas	25.000	“
“	Portalegre (3)	3.000	“
“	Portalegre		Estadual
“	Elvas		Militar
“	Elvas (2)		Associação (inclui o Grémio Artístico Elvense-popular)
“	Nisa		“
“	Portalegre		“
“	Elvas		Particular
“	Portalegre		
“	Ponte de Sor		Móvel
Porto (5)	Amarante		Municipal
“	Gondomar	500	“
“	Paredes	1.062	“
“	Póvoa de Varzim (4)	4000	“
“	Valongo	230	“
“	Vila Nova de Gaia	1.600	“
“	Paços de Ferreira		Associação
“	Póvoa de Varzim		“
“	Vila Nova de Gaia (2)	2.800	“ (inclui a Biblioteca da Junta de Paróquia)
“	Amarante		Particular
“	Marco de Canavezes		“
“	Póvoa de Varzim		“
“	Vila do Conde		“
“	Póvoa de Varzim		Móvel
Santarém (18)	Chamusca	200	Municipal
“	Santarém		“
“	Tomar	1.000	“ (nota: aberta ao público entre 1892-1894)
“	Vila Nova da Barquinha	(em formação)	“ (em formação)
“	Golegã	(insignificante)	“ (insignificante)
“	Chamusca		Associação
“	Tomar (2)		“
“	Tomar		Particular
“	Alpiarça		Móvel
Viana Castelo	Arcos de Valdevez		Municipal
“	Caminha	400	“
“	Ponte de Lima	1.500	“
“	Viana do Castelo	1.759	“
“	Viana do Castelo		Estadual
“	Monção		“
“	Ponte de Lima		Associação
“	Valença		“
“	Paredes de Coura		Particular
“	Ponte de Lima (2)		“
“	Viana do Castelo (5?)		“
Vila Real	Alijó	1.500	Municipal
“	Chaves	1.200	“
“	Vila Pouca de Aguiar	1.250	“

“	Vila Real		Estadual
“	Peso da Régua		Associação
“	Peso da Régua		Móvel
Viseu	Carregal do Sal	400	Municipal
“	Lamego (3)	3.000	“
“	S. Pedro do Sul	400	“
“	Tabuaço (3)	3.500	“
“	Viseu (7)	7.000	“
“	Lamego		Estadual
“	Viseu		“
“	Vouzeira	350	“ (inclui a Biblioteca escolar/popular de Fataunços)
“	Penalva do Castelo (2)		Particular
“	Santa Comba Dão (3)		“
“	Tabuaço		“
“	Mortágua (2)		Móvel
“	Oliveira de Frades		“
“	S. Pedro do Sul		“

Anexo VIII - Bibliotecas Móveis referidas na Estatística da B.P.L. (1920-1921)

BM	Localidade (ref^aAE) distritos	Partida	Chegada	Dur.média	Obras recebidas /BM *
A, nº 1	Alpiarça - Santarém	21-3-915	B.		1 a 400
“	Seixal (AE)-Setubal	18/6/918	8/1/926	6,5 a.	
B, 1	Barcelos - Braga	7/6/915	1/4/916	10 m.	150 (1 com 29 vols)
“	Alfandega da Fé - Bragança	25/8/191 8	B		
B , 2	Valença – Viana castelo	8/6/915	12/2/916	8 m.	148 (1 com 29 vols)
“ “	Ponta Delgada - Açores	27/4/916	15/2/1917	10 m.	
B, 3	Monção – Viana Castelo	9/6/915	18/2/916	8 m.	145 (1 com 29 vols)
B, 4	Fafe - Braga	11/6/915	24/2/916	8 m.	134 (1 com 29 vols)
“	Mortagua– Viseu	8/4/916	-		
B, 5	Régua – Vila Real	1/8/915	5/5/916	9 m.	
“	Porto de Mós - leiria	27/8/917	4/6/925	8	
B, 6	Chaves – Vila real	6/8/915	13/4/916	8 m.	
“	Ancião– Leiria	25/8/917	1/5/923	6	
B, 7	Moncorvo - Bragança	3/8/915	24/2/916	6 m.	
“	Maiorga–Leiria	20/5/916	2/5/917	1 a.	
	Alcobaça– Leiria	10/9/917	8/10/918	1,1 a.	
B, 8	Mirandela - Bragança	27.8/915	15.3.16	7,5 m.	
	Maiorga/Alcobaça - leiria	27.8.17	10.10.18	1,2 a.	
B, 9	S. Mamede Infesta/Matosinhos – Porto	6.11.15	8.6.17	8 m.	
“	Elvas (AE)	27.6.22	7.7.25	3	
B, 9	S. Brás Alportel - faro	8.11.915	14.7.916	8 m.	
B 12	Angeja/Albergaria-a- velha/Aveiro	19.4.15	-		
“	Setubal	18.6.18	2.7.21	3	
B, 12	S. João da Madeira– Aveiro	27.11.91 5	-		
“	Serpa (AE)– Beja	18.6.918	1921	3	
B, 19	Alvaiázere– Leiria	13.6.16	-		
“	Torres Novas - Santarém	18.6.18	25.6.21	3	
B, 14	Angra Heroísmo (AE)	20.11.91 5	31.10.921	6	
B, 15	Matriz e Conceição–Horta	8.1.916	8.8.925	9, 7	
B, 16	Oliveira de Frades - Viseu	13.12.91 5	B.		
B, 17	Ponte de Sôr -Portalegre	10.12.91 5	23.3.917	1,3	
“	Mortágua– Viseu	-	-		
B, 18	Póvoa Varzim	11.12.91 5	24.10.916	8 m.	
“	Horta (AE)	23.8.917	5.5.923	5,9	
B, 19	Ponta Delgada	27.4.916	15.12.917	1,8	
B, 20	-	-	-		

C, 1	Cuba (AE)	14.11.16	3.11.21	5 a.	
“	Sines (AE)	22.12.22	10.3.24	1,3	
“	Colares	19.4.27	17.4.28	1 a.	
“	Almada (AE)	29.1.29	-		
C, 2	Lagos	14.11.16	24.7.17	8 m.	
“	Moita (AE)	21.1.22	10.11.22	10m	
“	Vale Paraíso (AE)- Azambuja –Lx	9.1.23	29.12.23	11m	
“	Paia –Odivelas (AE)	30.7.25	7.7.27	2 a.	
C,3	Monchique	14.11.16	B.		
“	Hospita is Civis (AE)	25.9.23	-		
C, 4	Loulé	14.11.16	?		
“	Hospi. Civis (AE)	3.9.17	-		
C, 5	S. Pedro Sul– Viseu	28.2.17	B.		
“	Marco Canavezes	9.1.23	23.12.24	1,11	
“	Almada	13.1.26	5.1.28	2 a.	
C, 6	Leiria (AE)	28.2.17	B.		
“	Carvoeira /T. Vedras (AE)	27.2.23	6.8.23	6 m.	
“	Moita (AE)	8.5.26	15.1.28	1,8 a.	
C, 7	Ponte Sor	28.2.17	10.12.21	4,10	
“	Sant’ Ana /cartaxo (AE)	22.2.24	27.8.24	6 m.	
“	Rio de Moinhos /Borba (AE)	22.11.24	15.7.26	1,8 a.	
“	Marco Canavezes (AE)	26.11.27	26.4.29	1,5 a.	
C, 8	Leiria	28.2.17	9.8.22.	5, 6 a	
“	Moita - LX	17.2.23	8.5.26	3,3 a.	
“	Almada - Setúbal	3.7.26	5.12.27	1,5 a	
“	Paia – Odivelas	22.6.29	-		128 (algumas com 2- 3vols)
C,9	Hosp Civis	3.9.17	-		
C,10	Almada	5.12.27	8.7.29	1,7	
C, 11	Figueira da foz	3.11.17	18.6.23	5, 5 a.	
“	Hosp. Civis (AE)	25.2.23	-		
C, 12	Institu. Mutilados da Guerra	5.7.18	9.9.22	4 a.	
“	Almada	10.11.26	3.12.27	11 m.	148 (algumas com vários vols)
C, 13	Hosp. Civis (AE)	2.9.23	-		
C, 14	Alcobaça	10.11.19	4.11.20	1	
“	Paia	29.4.21	30.5.25	4,1 a	
“	Chamusca	6.12.29	-		
C,15	Institu. Médico Pedagég. (AE)	4.11.18	22.7.22	3, 8 m.	
“	Hospit Civis (AE)	25.9.23	-		
C, 16	Sines (AE)	20.6.24	26.5.26	2 a.	
“	Marco Canavezes	14.10.26	8.10.27	1 a.	
C, 17	Alcoutim	15.1.20	24.10.22	2,9 a.	
“	Paia	2.4.28	22.6.29	1,2 a.	
C, 18	Marvão	12.8.20	13.10.23	3,2 a.	
C, 19	-	-	-		
C, 20	Cacilhas-Almada	1.4.22	3.10.22	6 m.	
“	Cacilhas (Freg . S. Tiago)	3.10.22	-		

“	Pombal	8/-/925	-		
“	União Sport Club Almadense	-	31.12.27		
C, 21	Sines	23.9.20	21.8.22	2	
“	Almada	3.10.22	8.7.25	2,9 m.	
“	Paia	7.7.27	31.3.28	8 m.	
C, 22	Elvas	5.1.21	23.6.21	5 m.	
C, 23	Marco de Canavezes (AE)	3.1.25	7.9.26	8 m.	
C, 24	-	-	-		
C, 25	-	-	-		
C, 26	-	-	-		
C, 27	Marinha Grande- leiria	25.3.22	10.1.23	10 m.	
C, 28	-	-	-		
C, 29	-	-	-		
n.i.	Covilhã – Câmara Municipal				
n.i.	Vila Maior (S. Pedro Sul?) – Junta de Freguesia				
n.i.	Torres Novas - Inspeção Escolar				
n.i.	Ovar – Câmara Municipal				
n.i.	Almada – União PiedadeFoot-Ball				
n.i.	Almada – Ginasio Club do Sul				
n.i.	Almada – Fonte Santa				
n.i.	Mourato Vermelho (António) Lx				
n.i.	Almada – Academia Instrução e R. Familiar A.				
n.i.	Barreiro – Secção de Trafego				
n.i.	Sines – Administração do concelho e Escola Oficial fem.				
n.i.	Vieira – Câmara Municipal				
n.i.	Lx – Instituto Arroios				
n.i.	Espinho – Junta de paróquia				
n.i.	Lx. - Escolas Móveis João de Deus				
22 bibliotecas com menos 1 ano = 180 meses (15 a.)		3,155 ano – 40 bibliotecas com + 1 ano permanência 96 bibliotecas referidas (7 sem mencionar pedidos) média é - 1,91			

Legenda e Notas:

AE – Ref^a no Anuário Estatístico. Ref^a **Índice** (responsáveis pelas bibliotecas), **B.** = Baixa

- A correspondência entre a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e os municípios refere o envio de catálogos tipo A 1 para mais lugares (Matosinhos, Melgaço...)

- A Associação das Escolas Móveis João de Deus utilizou/requisitou bibliotecas móveis para apoio às suas escolas.

- As Bibliotecas Móveis são pedidas por alguns municípios como uma alternativa ao facto de não terem bibliotecas populares (ex. Matosinhos), vid. ANTT, BPL cx. 80, doc. 55.

Anexo IX - Bibliotecas Móveis referidas no Anuário Estatístico (a partir de 1920-1921)

Bibliotecas	1920 *	--21	--22*	-23	--24	--25	--26	--27*	--28*	--29*	--30*
Cuba		X									
Serpa		X									
Elvas – B 9		X				x					
Leiria		X									
Angra Heroísmo		X									
Hospit.Civ. Lx.C 4		X		X							
Hosp.Civ. Lx. C9		X		x							
Inst.Méd.Ped.		x									
Seixal - A 1						x	x				
Paia – C 14						X					
Horta – B 15						X					
Moita – C 8						X	x				
Sines - C 1, 16				x		X	x				
Almada – C 21						x					
Vale Paraíso/Azambu. - C 2				x							
Carvoeira/T.Vedras – C 6				X							
Marvão – C 18				X							
Figueira Foz – C 11				X							
Lapa/Cartaxo – C 7					x		x				
Marco Canavezes – C 5, 23					X						
Hosp. S. José – C 3, 4, 11					X						
Hosp Rego – C 13					X						
Hosp.Estefânia- C 15					x						
Rio de Moinhos/Borba – C 7							x				

* Só **Totais** de leitores e volumes. etc.

O decreto de **1 de junho de 1927** refere os locais/quantidades onde funcionaram as bibliotecas móveis entre 1920 e 1926, a saber 24, 24, 22, 18 (1923), 19, 19, 19.

Anexo X - Tombo da Biblioteca Popular de Estremoz (1927)
Evolução da coleção da Biblioteca (*)

1927		1928		1929		1930		1931		1932		1933		1934		1935		1936	
Obras	*																		
3184	1	3260	4	1104	1	3195	2	3242	1	1104	6	1104	13	1104	11	1104	10	1104	5
800	1	3315	1	3095	1	4131	2	1104	5	1292	3	1171	2	3154	6	3154	8	3154	2
3260	7	4125	1	3242	1	4133	5	4159	6	4171	2	1272	3	3241	15	4187	1	4187	1
3315	1	4128	1	4131	7	4159	14	4241	13	4187	4	3315	2	3242	2	4191	1	4191	2
3248	2	430	1	4133	9	4161	2	4250	1	4191	2	4028	1	4187	1	4241	11	4241	11
4133	5	4131	11	4187	2	4171	2	4283	9	4241	10	4159	4	4325	3	4275	1	4250	3
1128	3	4133	8	4154	1	4187	1	4284	10	4250	3	4161	4	4241	10	4284	11	4275	1
4131	7	4156	1	4156	1	4191	1	7054	45	4275	1	4241	11	4275	1	4325	6	4284	11
4159	11	4159	9	4160	1	4237	1			4284	10	4275	1	4285	10	4456	1	4325	2
Total	...	4168	1	4159	10	4241	12			4310	1	4284	12	4438	1	4459	12	4459	2
6928	38	4171	2	4171	1	6992	42			7105	42	4437	3	4444	1	4565	13	4489	2
		4187	1	4236	3							4436	3	4459	7	4566	3	4490	2
		4191	1	4241	7							4325	3	7612	68	4496	3	4565	18
		6953	42	6968	45							7494	62			7785	81	4566	4
																		8020	66

1937		1938		1939		1940	
1104	1	3154	3	3154	3	1104	2
3154	4	3241	4	4187	1	3154	2
4187	1	4187	1	4191	2	4187	1
4191	1	4191	4	4241	13	4191	3
4241	11	4241	12	4250	1	4241	11
4275	1	4250	3	4275	1	4250	1
4284	2	4275	1	4477	1	4275	1
4325	2	4459	11	4459	11	4277	1
4459	10	4477	1	4565	12	4459	11
4477	1	4565	11	4566	2	4565	12
4565	9	4566	2	4722	1	4566	1
4566	9	4695	1	4723	10	4489	1
4699	11	4717	1	4745	1	4693	1
8061	63	4722	1	8212	59	4717	2
		4723	14			4722	1
		4739	2			4723	7
		8990	86			4736	2
						4762	1
						4772	2
						8151	63

(*) **Aquisições/Número de exemplares.** São referidos os números de inventário de cada obra, o que permite verificar quais os títulos com maior renovação e também o número total de obras do catálogo, ainda que pudessem existir muitas falhas.

<i>Diário de Notícias</i>	1871 – 24 janeiro	Sem título	M. Amália Vaz de Carvalho	Texto poético e narrativo
	1871 – 15 abril	“O Vadio”	Leite Bastos	
	1871 – 6 abril	“A Cruz”	João José de Sousa Telles	
<i>Jornal do Porto</i>	1/4/1871	“Os Dramas de Paris”	Ponson du Terrail	Romance
<i>Diário Illustrado</i>	1872 – 2º semestre	“O capitão fantasma” (trad.),	Pinheiro Chagas	Outras crónicas deste e de outros autores
	1873- 2 maio	“Ponson du Terrail”*	Christovam de Sa (pseudónimo de António Manuel da Cunha Belém)	*Comparado a Alexandre Dumas pela quantidade de obras publicadas.
	1875-05-11	Pinheiro Chagas	Gervasio Lobato	Crítica a sua verve de crítico literário
	1875-05-14	“Cartas parisienses”	Blanche d’Hermenonville (pseud.?)	Crónica
	1875-12-31	Os Mysterios de Nova yorque” - segunda parte – Go Ahead	William Kobb (pseud. de Jules Lermine)	Romance
<i>Gazeta da Tarde</i>	3/ 12/ 1875	“Memorias de um Commissario de Policia”	Pedro Zaconne	Romance
	1882/11/19	O Duello das Mulheres”	Júlio Dinis (pseud.)	Romance
<i>Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro</i>	1878 - 1915	“Sapatos de defuncto”	Leite Bastos	Romance
		“Chronica Occidental”: - Alexandre Herculano - José de Alencar - Augusto Soromenho - Courbet - João de Deus - Froebel etc.	Gervasio Lobato	Crónicas
<i>Jornal de Comércio</i>	1880– 01- 01, 09, 10, 15, 17, 24, 31 e 02-07	“Emílio Richebourg” (2ª parte) – “O rosto de cera”		

<i>O Século</i>	1881	“História de dois patifes”	Fialho de Almeida	Conto
		“O túmulo dos seiscentos naufragos”	A. Daudet	Romance
		“ Homo “	Antero de Quental	Poesia
		“A morte do duque de Morny”	A. Daudet	Romance
	1881-01-13 (Cont.)	“Noventa e três”	Victor Hugo	Romance
	1881- 01-16	(Romance da Revolução)	A. Daudet	Romance
	1881-01-22	“Os ciúmes de Bloncourt”	Fialho de Almeida	Romance
1881-01-30	“O Juramento da Condessa Esther”	Gomes Leal	Crónica	
	“A Banalidade Nacional irritada”			
<i>Ribaltas e Gambiarras - Revista Semanal(Lx)</i>	1881-01-01	“O dia de finados em Paris”	Guilherme de Azevedo	Crónica
	1881-01-08	“Educação Moderna”		Teatro (preambulo)
		“Alexandre Herculano”	Guio mar Torre zão	
	1881-01-22	“Alexandre Herculano”	Ram alho Ortigão	Crónica (pub. de <i>Gazeta de Notícias</i> , Rio de Janeiro)
	1881-01-29	“A Rainha – A instrução Publica”	Guio mar Torre zão	Crónica (resposta a Ram alho Ortigão)
	1881-02-05	“Os dois pantufos”		Crónica
		“Os álbuns”	Ram alho Ortigão	Teatro
	1881-02-24	“História de uma flor”	Paula Raman zi (trad.)	Crónica
	1881-02-26		Paula Raman zi (trad.)	Poesia
	1881- 03-05	“O Natal inglez”	Amélia Janny	
	1881-03-12	“A Escravatura”	Eça de Queiroz	Crónica (pub. de <i>Gazeta de Notícias</i>)
	1881-03- 19	“A princesa de Bagdad”	Ram alho Ortigão	Crónica (pub. de <i>Gazeta de Notícias</i>)
	1881-04-02	“O amor da Pátria”	Alexandre Dumas, Filho (trad. Guio mar Torresão)	Teatro
	1881-04-16	“Albina”	I. de Vilhena Barbosa	Crónica
	1881-04-30	“Albina”	Georges Sand (trad. livre Paula Ramanzi)	Romance
		“Albina”		Romance

	1881 – 05- 08 1881- 05-15 1881-05-22 1881-05-29	“O cardeal Diabo” Idem	Idem Idem Valentim Demonio (pseud.?) Idem	Romance Romance Romance
<i>O Mundo, Folha da Tarde</i>	1882 – 07- 01	“Como se faz um Ministro” “Obras primas – Raphael”	A.de Lamartine	Crónica
<i>Arquivo Popular de Bons Romances</i>	1883	“O peixe de ouro”	Affonso Ayres (trad.)	Romance
<i>Diário Illustrado</i>	1880-10-01 1885-11-04	“Confissão de um Bohemio – Um Drama de Família” “Sua Alteza o Amor”	Xavier de Montépin Xavier de Montépin,	Romance (trad. Pedro dos Reys)
<i>Diário Illustrado</i>	1890-10-01	“O doutor Vermelho”, segunda parte	Jules Mary	Romance
<i>Os Debates</i>	1890-07-01	“O amor d’um Monstro”	(Versão livre)	Romance
<i>Jornal do Porto</i>	1891-06-28	“Aves de rapina”	M. E. Bradon	
<i>A Vanguarda</i>	1891-03-09	“A Mulher do Morto”,	Alexis Bouvier	Romance
<i>A Semana de Lisboa: Suplemento do Jornal do Comércio</i>	1893 1,8,15,22,29 jan. 5, 12 fev. 19 fev. 26 fev. 19 março 30 abril	“Cartas de Carlos a Joanninha” “Um rei Cavalleiro” “O castelo de Faria” “Última corrida de touros em Salvaterra” “A quella casa triste” “Uma flor d’entre o gelo”	Almeida Garrett Alexandre Herculano Alexandre Herculano Rebello da Silva Camilo Castelo Branco Júlio Diniz	Novela (excertos de <i>Viagens na Minha Terra</i>) Conto/Lenda Conto/Lenda Conto Novela/romance Novela/romance

<i>Diário Ilustrado</i>	1895– 15 nov.	“ O sineiro de Saint-Merry”	Jules Cardoze	Romance
<i>A Voz do Operário</i>	1896 – 08-30 a 12-06	“Cruzadas do Destino”	Pedro Carvalho	Romance
<i>Diário Ilustrado</i>	1900– 15 novembro	“As Aventureiras”	Mie d’Aghonne	Romance
<i>Diário Ilustrado</i>	1905 – 15 novembro	“Rocamboles”	Ponson du Terrail,	Romance
<i>A Capital</i>	1910– 07- 01	“ONº 3” Da Monarquia à República”	Conan Doyle Jorge de Abreu	Romance
<i>Occidente ...</i>	1911	“O Homem dos olhos verdes”	Jean Darcy	Crónica
	1914 - 1915	“A desterrada”	M. Dellyne (versão de Alfredo Pinto)	Romance
<i>Domingo Ilustrado</i>	1925	“Os desaparecidos de Lisboa” “As mãos”		Crónica Romance
<i>Notícias Ilustrado</i>	1928-06-24 1928-07-01	“A medalha da bisavô”, “Um crime no rápido do Norte”,	Castelo de Moraes João da Haya	Novela

Anexo XII - Situação das Bibliotecas Municipais - Relatório da Inspeção (1932-1933) *

Distrito (concelhos)	Concelhos	1ºgr.	2ºgr.	3ºgr.	4ºgr.	5ºgr.	6ºgr.	7ºgr.	8ºgr. N/R
Aveiro (19)	-----	X							
	Anadia			X					
	Espinho			X					
	Mealhada			X					
	Arouca					X			
	Ilhavo					X			
	Oliveira de Azeméis					X			
	Albergaria-a-Velha						X		
	Estarreja						X		
	Murtosa						X		
	Oliveira do Bairro						X		
	S. João da Madeira						X		
	Vagos						X		
	Vale de Cambra						X		
TOTAL		1	0	3	0	3	7	0	5
Beja (14)	-----								
	Almodovar		X						
	Cuba		X						
	Moura		X						
	Ourique		X						
	Aljustrel				X				
	Barrancos						X		
	Ferreira do Alentejo						X		
TOTAL		0	4	0	1	0	2	0	7
Braga (13)	-----								
“	Guimarães	X							
	Vila N. Famalicão		X						
	Barcelos				X				
	Esposende					X			
	Vieira do Minho					X			
	Cabeceiras de Basto						X		
	Celorico de Basto						X		
	Fafe.						X		
	Terras de Bouro						X		
	Póvoa de Lanhoso						X		
	Vila Verde						X		
TOTAL		1	1	0	1	2	6	0	2
Bragança (12)	-----	X					X		
	Macedo Cavaleiros					X			
	Mogadouro					X			
	Vila Flor					X			
	Alfandega da Fé						X		
	Mirandela						X		
	Carraceda de Anciães						X		
	Freixo de Espada à Cinta						X		
	Vimioso						X		

	Torre de Moncorvo						X		
TOTAL		1	0	0	0	3	6	0	2
C. Branco (10)	-----	X							
“	Covilhã	X							
“	Fundão		X						
	Marvão				X				
	Penamacor					X			
	Proença-a-Nova					X			
	Sertã					X			
	Vila de Rei						X		
	Belmonte							X	
	Vila Velha de Rodão							X	
TOTAL		2	1	0	1	3	1	2	0
Coimbra (17)	-----	X							
	Figueira da Foz	X							
	Penela	X							
	Condeixa-a-Nova		X						
	Gois		X						
	Montemor-o-Velho		X						
	Penacova		X						
	Poiães				X				
	Tábua				X				
	Oliveira do Hospital					X			
	Pampilhosa da Serra					X			
	Arganil						X		
	Miranda do Corvo						X		
	Soure							X	
TOTAL		3	4	0	2	2	2	1	3
Évora (11)	-----								
	Estremoz	X							
	Mora		X						
	Vila Viçosa		X						
	Redondo				X				
	Alandroal					X			
	Montemor-o-Novo					X			
	Mora						X		
	Arraiolos						X		
	Mourão						X		
	Portel							X	
TOTAL		1	2	0	1	2	3	1	1
Faro (16)	-----								
	Tavira		X						
	Lagos			X					
	Castro Marim				X				
	Monchique				X				
	Silves				X				
	Loulé				X				
	Albufeira				X				
	Alcoutim				X				
	Alportel (S. Brás de)				X				
	Portimão						X		
	Aljezur						X		
	Olhão						X		

	Vila do Bispo						X		
TOTAL		0	1	1	7	0	4	0	3
Guarda (14)	-----		X						
	Fornos de Algodres			X					
	Figueira Castelo Rodrigo					X			
	Almeida					X			
	Gouveia					X			
	Manteigas					X			
	Trancoso					X			
	Sabugal					X			
	Seia					X			
	Aguiar da Beira					X			
	Pinhel					X			
TOTAL		0	1	1	0	9	0	0	3
Leiria (16)	-----	X							
	Porto de Mós		X						
	Castanheira de Pêra				X				
	Marinha Grande				X				
	Batalha					X			
	Peniche					X			
	Figueiró dos Vinhos					X			
	Alcobaça						X		
	Alvaiázere						X		
	Bombarral						X		
	Caldas da Rainha						X		
	Óbidos						X		
	Pedrógão Grande						X		
TOTAL		1	1	0	2	3	6	0	3
Lisboa (14)	-----								
	Cascais	X							
	Torres Vedras				X				
	Mafra					X			
	Sobral de Monte-Agraço					X			
	Vila Franca de Xira					X			
	Azambuja						X		
	Cadaval						X		
	Loures						X		
	Lourinhã						X		
	Oeiras						X		
	Sintra						X		
TOTAL		1	0	0	1	3	6	0	3
Portalegre (15)	-----		X						
	Castelo de Vide				X				
	Ponte de Sor				X				
	Fronteira					X			
	Monforte						X		
	Arronches						X		
TOTAL		0	1	0	2	1	2	0	9
Porto (17)	-----	X							
	Paredes		X						
	Póvoa Varzim		X						

	Valongo		X						
	Vila Nova de Gaia			X					
	St. Tirso			X					
	Matosinhos				X				
	Marco Canaveses				X				
	Baião					X			
	Felgueiras					X			
	Lousada					X			
	Amarante					X			
	Paços de Ferreira					X			
TOTAL		1	3	2	2	5	0	0	4
Santarém (20)	-----	X							
	Cartaxo					X			
	Rio Maior						X		
	Abrantes						X		
	Alcanena						X		
	Almeirim						X		
	Alpiarça						X		
	Constância						X		
	Coruche						X		
	Ferreira do Zêzere						X		
	Salvaterra de Magos						X		
	Sardoal						X		
	Vila Nova Barquinha						X		
	Vila Nova Ourém						X		
TOTAL		1	0	0	0	1	12	0	6
Setúbal (1926) (15)	-----	X							
	Santiago do Cacém		X						
	Almada			X					
	Alcácer do Sal					X			
	Seixal						X		
	Grândola						X		
	Palmela						X		
	Sines						X		
TOTAL		1	1	1	0	1	4	0	7
Viana Castelo (10)	-----		X						
	Caminha			X					
	Ponte de Lima		X						
	Melgaço					X			
	Monção						X		
	Paredes de Coura						X		
	Ponte da Barca						X		
	Valença						X		
	Vila Nova de Cerveira						X		
TOTAL		0	2	1	0	1	5	0	1
Viseu (24)	-----	X							
	Lamego				X				
	Sta. Comba Dão				X				

	Oliveira Frades				X				
	Tabuaço				X				
	Carregal do Sal				X				
	Sernancelhe					X			
	Armamar					X			
	Castro Daire						X		
	Mangualde						X		
	Moimenta da Beira						X		
	Mortágua						X		
	Penalva do Castelo						X		
	Penedono						X		
	Resende						X		
	Satão						X		
	Tarouca						X		
	Vila Nova de Paiva						X		
	Vouzela						X		
	S. João da Pesqueira						X		
	S. Pedro do Sul						X		
TOTAL		1	0	0	5	2	13	0	3
Vila Real (14)	-----	X							
	Alijó		X						
	Vila Pouca Aguiar		X						
	Chaves		X						
	Peso da Régua					X			
	Stª Marta Penaguião					X			
	Mondim de Basto					X			
	Montalegre					X			
	Ribeira da Pena					X			
	Valpaços					X			
TOTAL		1	3	0	0	6	0	0	4
Angra Heroísmo (5)	-----				X				
	Velas		x						
	Praia da Vitória		x						
	Calheta						X		
	Sta. Cruz da Graciosa						X		
TOTAL		0	2	0	1	0	2	0	0
Horta (7)	-----						X		
	Lages do Pico						X		
	Lages das Flores						X		
	Corvo						X		
	Madalena						X		
TOTAL		0	0	0	0	0	5	0	5
Ponta Delgada (7)	-----	X							
	Lagoa						X		
	Povoação						X		
	Nordeste						X		
TOTAL		1	0	0	0	0	3	0	3
Ribeira Grande					X				

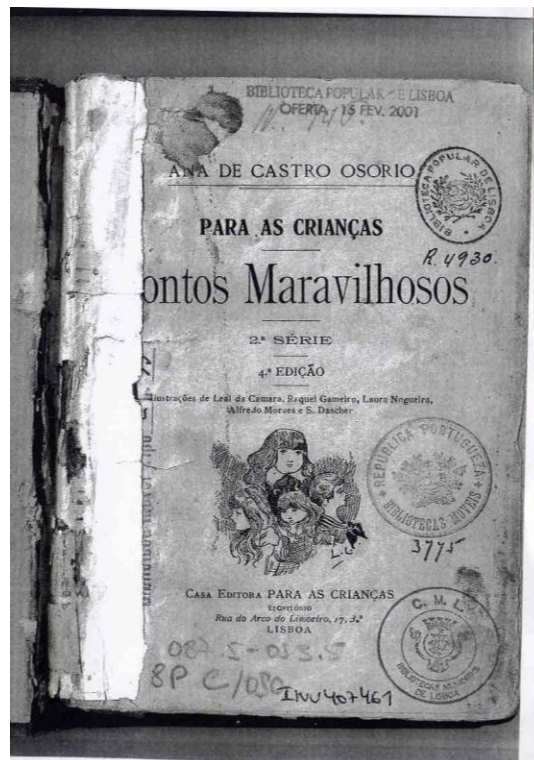
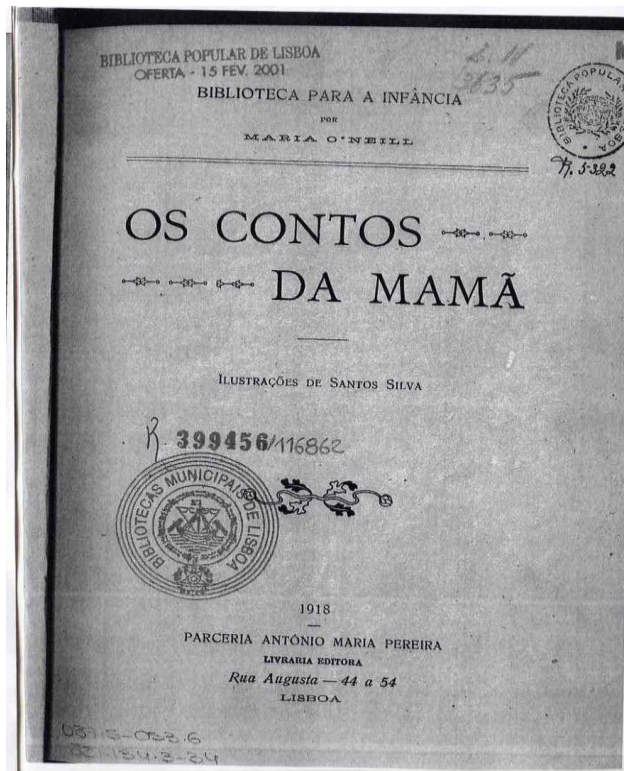
Funchal (11)	-----	X							
	Ponta do Sol						X		
	Porto Moniz						X		
	Machico						X		
	S. Vicente						X		
	Calheta						X		
	Porto Santo						X		
	Câmara de Lobos						X		
	Santa Ana						X		
	Ribeira Brava				X				
TOTAL		1	0	0	2	0	8	0	0
TOTAL		18	28	9	29	47	95	4	74 (S/R)

Fonte: AHME, DGESBA, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, Lv. 16. Proc. 444.

Legenda: (*) Classificação dos municípios em função dos resultados das respostas ao questionário, entregue em 1932-33, sobre as bibliotecas que possuíam ou deviam possuir. Constituíram-se 8 grupos: 1º - os que tinham bibliotecas muito bem organizadas (sem referir quantas); 2º - ... regularmente organizadas; 3º - ... “em organização...”; 4º - dispunham de “alguns livros mas sem organização bibliotecária”; 5º. ... “não teem biblioteca, mas mostram interesse em cria-la, prometendo verbas ou outros auxílios”; 6º. ... “não teem biblioteca e que nenhum auxilio prometem”; 7º ... “não teem biblioteca e que nada prometem e até afectam desdem, por esse índice de civilização”; 8º ... “não devolveram os questionários, nem prestaram quaisquer informações”.

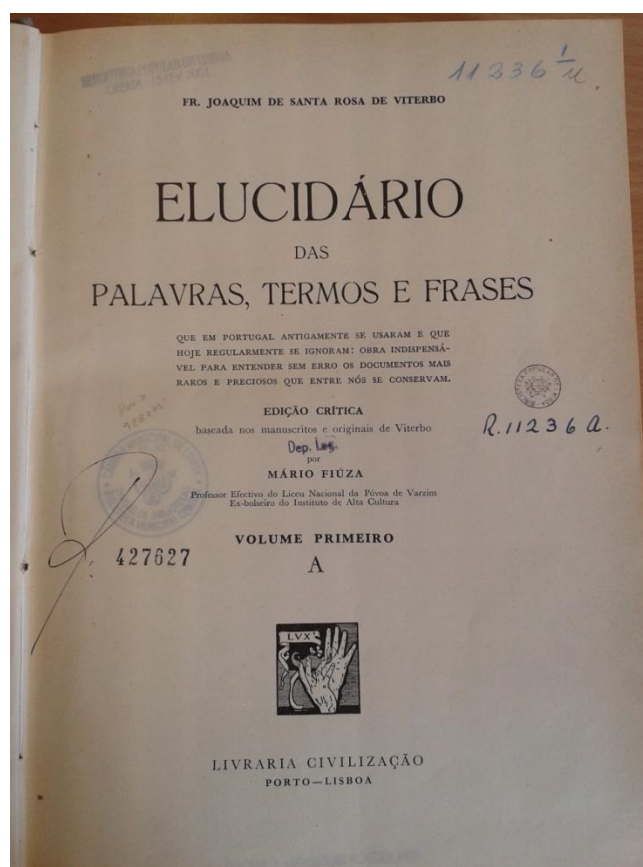
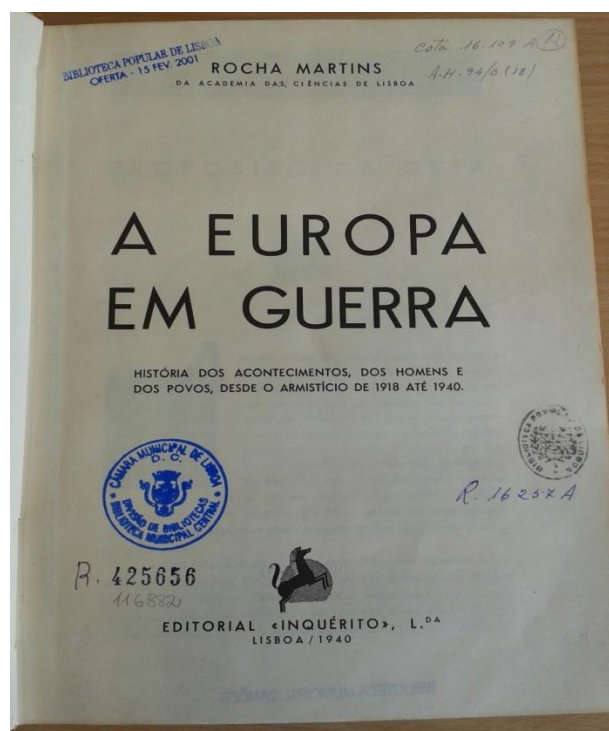
Anexo XIII

Livros da Biblioteca infantil (Biblioteca Municipal S. Lázaro – Lisboa)



FONTE: Biblioteca Municipal de S. Lázaro, Lisboa

Anexo XIII - Livros das Bibliotecas populares (e municipais de Lisboa)



Fonte: Biblioteca Municipal Camões (Lisboa)

Anexo XIV - Inventário das Bibliotecas Móveis Enviadas ao CEP – Registo de Obras
(11 out. a 21 dez. 1917 -) Identificados apenas os nomes com maior representatividade.

Autores	Port / Estrang	Quantida. títulos
Estrangeiros – 15	Outros Estrang (vários)	568
Portugueses – 20	Outros Portug. (vários)	1040
A. F. Castilho	P	31
A. Herculano	P	34
Alexandre Dumas	E	45
Almeida Garret	P	34
Ana Castro Osório	P	19
Aquilino Ribeiro	P	2
Balzac	E	6
Camilo Castelo Branco	P	146
Camões	P	9
Cesário Verde	P,	6
Ch. Dickens	E	8
Dostoievsky	E	2
E. Zola	E	20
Eça Queirós (+Eça e Ramalho)	P	93
Fialho de Almeida	P	17
João de Deus	P	7
João Grave	P	37
Júlio Dantas	P	48
Júlio de Castilho	P	13
Júlio Dinis	P	35
J. Motta Prego	P	18
Júlio Verne	E	122
Lamartine	E	24
M. Amália Vaz Carvalho	P	18
M. Gorki	E	5
M. Pinheiro Chagas	P	31
Maurice Leblanc	E	8
Oliveira Martins	P	42
Paulo de Koch	E	128
Paulo Montegazze?	E	27
Shakespeare	E	18
Silva Pinto	P	20
Tolstoi	E	24
Vicent Blasco Ibanez	E	30
Victor Hugo	E	17
Generalidades/enciclopédia	P	15

Anexo XVI - Biblioteca Popular de Bouças/Matosinhos : Requisições

BIBLIOTECA MUNICIPAL
MATOSINHOS
FLORBELA ESPANCA

TERMO DE EMPRESTIMO N.º 1

Auctoriso _____ Abono _____

Eu abaixo assignado Sebastião José de Lima
(profissão) professor
morador rua da Ponte de Alto Mourão - 23
declaro ter recebido hoje por empréstimo da Bibliotheca Popular de Bouças
a obra abaixo relacionada e avaliada, que restituirei no prazo legal, no mesmo estado; e se em meu poder houver deterioração ou descaminho de algum volume, me obrigo a pagar o seu valor, ou a substituí-lo por outro sujeitando-me a ser executado como devedor á Fazenda Nacional, quando faltar ás obrigações contraidas por este Termo.
Bibliotheca Popular de Bouças 12 de Outubro de 1896

Data	N.º	Obra	Volume	Formato	Valor	Restituição
1896						
Outubro 12	73	<u>Revisão imparcial</u>	1		§	19/7/96
	107	<u>Leitura Nacional, 2ª p.ª C. de Leitura</u>	1		§	14 de Outubro
		<u>O Medo e a força trad. de Castilho</u>	1		§	14 de Outubro
					§	
		<u>Segunda Leitura</u>			§	
Outubro 14		<u>Caravante - trad. de Castilho</u>	1		§	
		<u>Bibliotheca de um século anterior 2ª p.ª de Lima</u>	1		§	
					§	
		<u>2ª de Lima</u>			§	
					§	

BIBLIOTECA MUNICIPAL
MATOSINHOS
FLORBELA ESPANCA

TERMO DE EMPRESTIMO N.º

Auctoriso _____ Abono _____

Eu abaixo assignado Apolinário Soares de Lima
(profissão) Secretario de Adm. municipal
morador Matosinhos
declaro ter recebido hoje por empréstimo da Bibliotheca Popular de Matosinhos
a obra abaixo relacionada e avaliada, que restituirei no prazo legal, no mesmo estado; e se em meu poder houver deterioração ou descaminho de algum volume, me obrigo a pagar o seu valor, ou a substituí-lo por outro sujeitando-me a ser executado como devedor á Fazenda Nacional, quando faltar ás obrigações contraidas por este Termo.
Bibliotheca Popular de Matosinhos de Julho de 1917

Data	N.º	Obra	Volume	Formato	Valor	Restituição
1917		<u>Revista de 1820 1ª</u>	1		§	2-9-18
					§	
					§	
					§	
					§	
					§	
					§	
					§	

FONTE: Biblioteca Municipal Florbela Espanca (Matosinhos)

Anexo XVII - Processo de atribuição de louvor a Bettencourt Ataide (1)

Doc. n.º 2

Officio do Ex.º Inspetor das Bibliotecas Populares ao Ex.º Secretário Geral do M.º de Instrução

Cópia

Republica Portuguesa-Bibliotecas e Arquivos Nacionais-Secretaria Geral-Lv. 1º-N.º 44-Ex.º Senhor:Tendo a Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis, em conformidade com a disposição exarada no Orçamento Geral do Estado para 1914-1915, Cap. 2º, Art.º 14º, de organizar bibliotecas moveis officiais, que percorram o pais, derramando cultura em harmonia com as caracteristicas regionais, á semelhança do que succede em alguns paizes, onde, ao que parece, igualmente, surgiu dificuldade no estabelecimento de bibliotecas moveis municipais, no genero das prescritas nos artigos 19º e 20º do Decreto de 18 de Março de 1911. Havendo, á Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis, sido, pela Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, oportunamente, recomendado como um dos funcionarios mais inteligentes, ilustrados e activos, o Segundo-Bibliotecario da Biblioteca Nacional de Lisboa, Sr. Augusto Pereira de Bettencourt Ataide, afim de que, superiormente, se solicitasse autorização para que o referido funcionario auxiliasse, mediante condigna remuneração que lhe fosse arbitrada, os trabalhos a cargo da Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis, em virtude da citada disposição do Orçamento Geral do Estado para 1914-1915, Cap. 2º, Art.º 14º, (Documento n.º 1, 2 e 3). Havendo o referido funcionario desempenhado com intelligencia, zelo e dedicação, verdadeiramente notaveis, a sua comissão de serviço junto da Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis, contribuindo poderosamente, sob a superintendencia da mesma Inspeção, para tornar exequivel, de uma forma rapida, economica e eficaz, a organização in-

FONTE: AHME, DGBA, 2ª repart., Lv. 3, nº272

Anexo XVII - Processo de atribuição de louvor a Bettencourt Ataíde (2)

Officio do Sr. Prof. Dr. Luz Almeida

tegral, que se realizou pela primeira vez em Portugal, das bibliotecas circulantes a que se referem os artigos 19.º e 20.º do Decreto de 18 de Março de 1911, já escolhendo, entre todos os sistemas usados no estrangeiro, o que pareceu mais adaptavel ao nosso país, já estabelecendo, em solidas bases, a respectiva em-grenagem burocratica, de tanto maior responsabilidade, quanto pode vir a recahir sobre centenas de milhares de volumes em constante peregrinação pelo país; Havendo o referido funcionario regressado á Biblioteca Nacional de Lisboa, por motivo da determinação contida no Decreto de 10 de Abril de 1915, publicado no Diario do Governo de 30 de Junho de 1915, (Dec. N.º 4); que ordenou fosse a comissão de serviço de que estava encarregado, executada fora das horas regulamentares, o que era inexequível, por quanto, durante esse lapso de tempo, se encontra encerrada a Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis; Tenho a honra de propor a V. Ex. se digne promover as providencias necessarias afim de, que, ao referido funcionario, Dr. Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde, Segundo-Bibliotecario da Biblioteca Nacional de Lisboa, seja, pelo Governo da Republica, dado publico testemunho do merecido louvôr a que tem juz, pelos relevantes serviços que prestou durante a sua comissão na qualidade de adido á Inspeção das Bibliotecas Populares e Moveis, afim de coadjuvar os trabalhos de organização, expedição e circulação das bibliotecas moveis officiais - Saude e Fraternidade - Secretaria Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionais em 30 de Setembro de 1915 - Ex. Senhor Secretario Geral do Ministerio da Instrução Publica - O Inspector das Bibliotecas Populares e Moveis, (a.) Luz Almeida.

FONTE: AHME, DGBA, 2ª repart., Lv. 3, nº272

Anexo XVIII - Processo de atribuição de louvor a Bettencourt Ataíde – portaria

Portaria de Louvôr.

Doc. n.º 4

Ministerio da Instrução Publica, Repartição do Gabinete. Com fundamento no art.º 25 do regulamento interno da Biblioteca Nacional, aprovado por decreto n.º 4:430, de 19 de Junho de 1918; -Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministerio da Instrução Publica, que aos funcionarios da Biblioteca Nacional, adeante enumerados, sejam distribuidas as seguintes recompensas da dedicação e proficiencia com que executaram os serviços que lhes estiveram confiados desde a publicação do referido regulamento até a presente data: Ao primeiro conservador Bacharel Augusto Pereira de Bettencourt Ataíde, pela solicitude com que organisou a secção de cartografia publico testemunho de louvôr;

.....
Paços do Governo da Republica, 31 de Dezembro de 1918. O Ministro da Instrução Publica, José Alfredo Mendes de Magalhães.

(Diario do Governo; II.-Série; N.º 2; de 3 de Janeiro de 1919).

Anexo XIX - Descrição das bibliotecas/estantes móveis (1)

Doc: n.º 6

Descrição da "Caixa-Estante" para transporte de Bibliotecas-Móveis:

A caixa-estante tem principalmente a vantagem de poder conter n.º uma caixa ou mala, bastante portátil, uma pequena biblioteca organizada, com tudo que é indispensável ao seu funcionamento: livros, catálogos e material para expediente. Bastante portátil, como é, pode pelas suas exíguas proporções aproveitar todos os meios de transporte, utilizando, por isso, todos os caminhos do país.

Essa caixa-estante, cujo aspecto é o de uma arca ou mala grande, tem exteriormente as seguintes medidas:

comprimento longitudinal-1,61;

largura-----0,75;

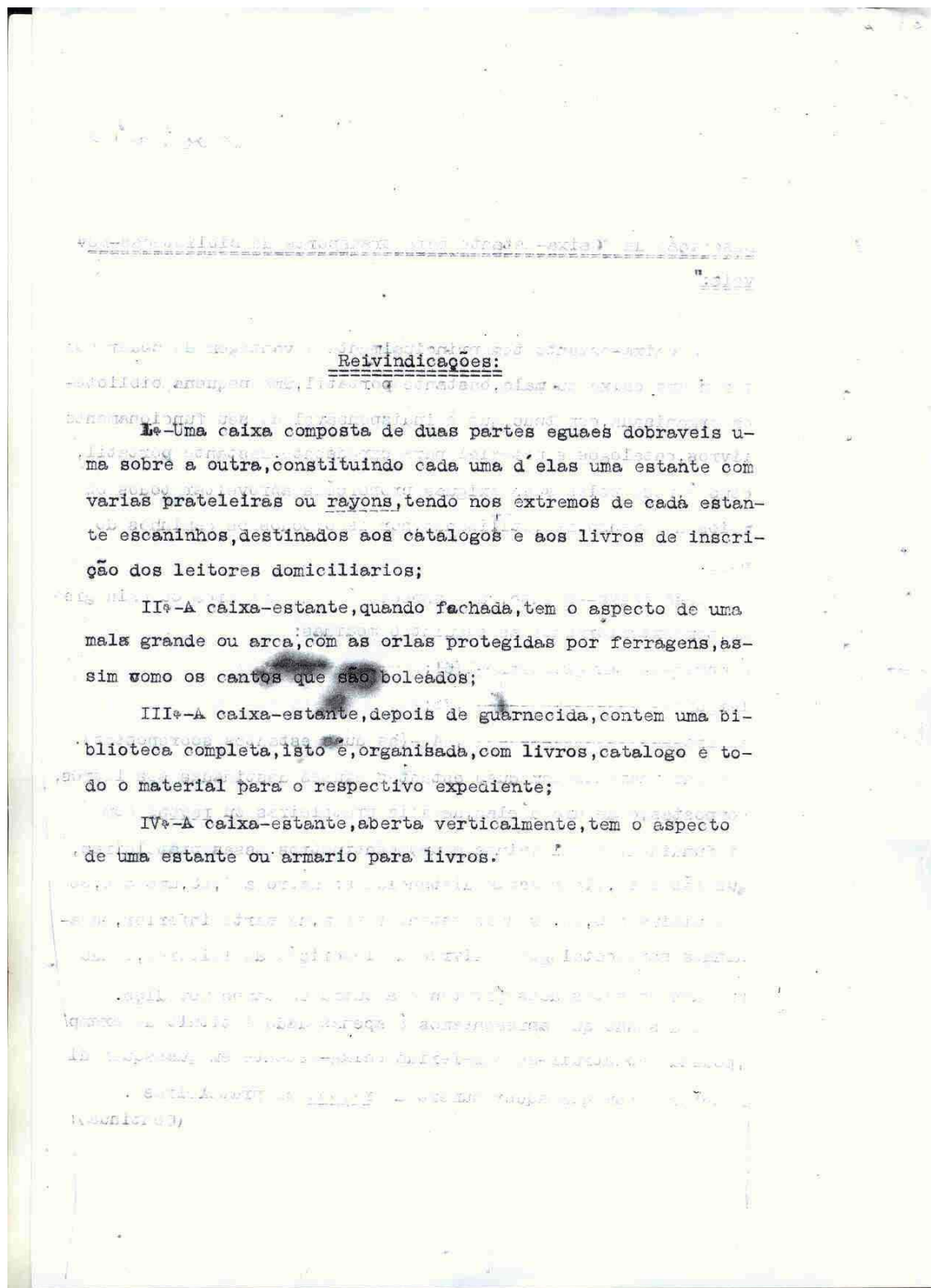
altura-----0,44, -(as duas estantes sobrepostas).

Internamente tem duas estantes iguais destinadas aos livros, compostas, cada uma d'elas, de seis prateleiras ou rayons com a profundidade de 21 (vinte e um) centímetros. Essas prateleiras, que são seis, ficam assim distanciadas: Quatro a 0,20, uma a 0,22 e a última a 0,26. As duas estantes tem, na parte inferior, escaninhos para catálogos e livros de inscrição de leitores, tendo uma das estantes duas gavetas e a outra um tampo movediço.

O desenho que apresentamos é apenas dado a título de exemplo, podendo construir-se a referida caixa-estante em quaesquer dimensões e com quaesquer numero de rayons ou prateleiras.

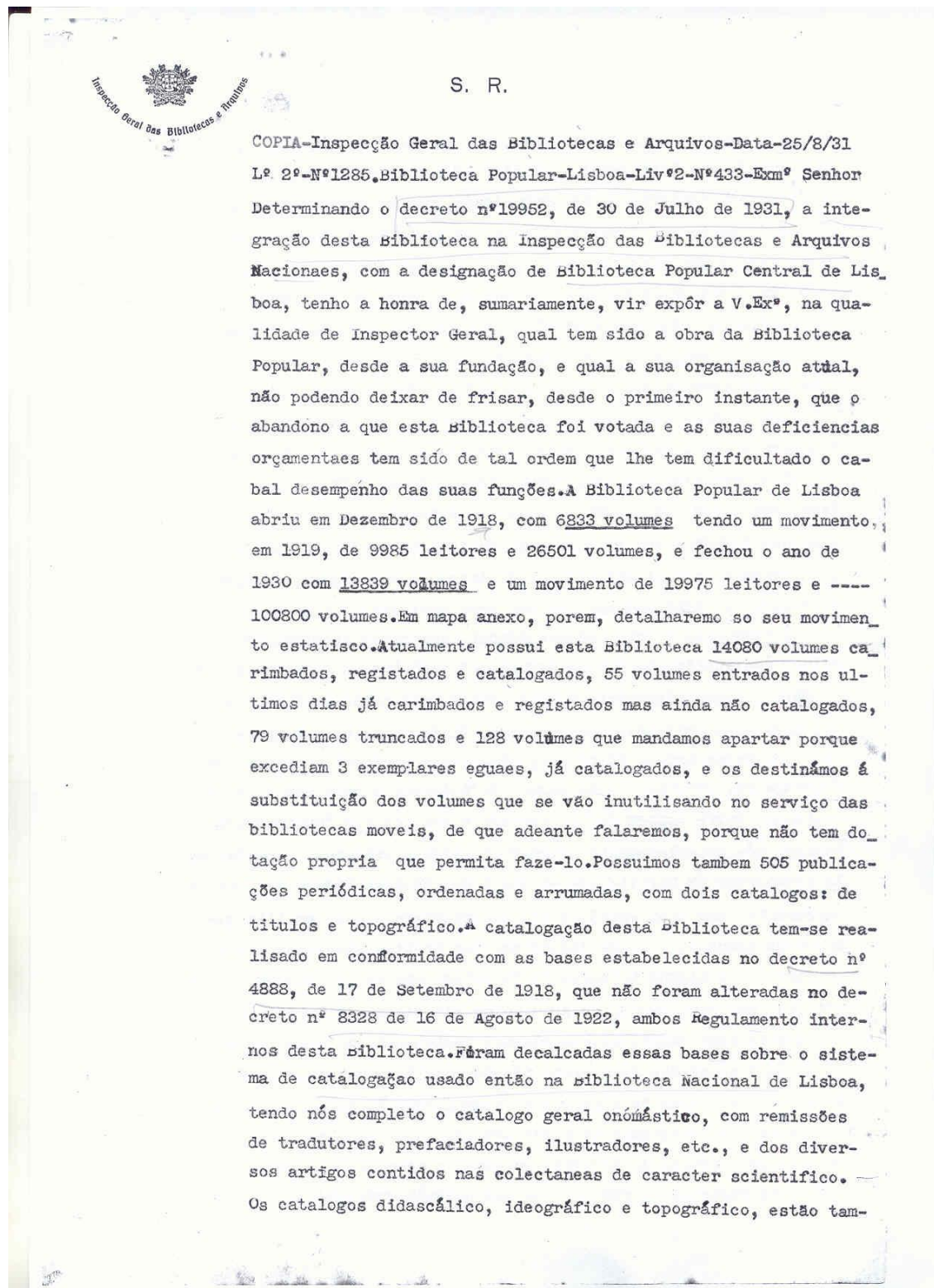
(Continua):

Anexo XIX - Descrição das bibliotecas/estantes móveis (2)



FONTE: AHME, DGBA, 2ª repart., Lv. 3, nº272

Anexo XX - Relatório da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos sobre a BPCL, 1931 (1)



FONTE: AHME, Direcção Geral das Bibliotecas e Arquivos

Anexo XX - Relatório da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos sobre a BPCL, 1931 (2)

bem em formação, estando já realizados na proporção de uma terça parte do catalogo geral onomástico. O catalogo ideográfico está, porem, imperfeitamente organizado, porque dada a minuciosidade e, portanto, a morosidade da sua elaboração, seria necessario para a sua perfeita realização, a existencia nesta Biblioteca dum funcionario tecnico que doutro assunto se não occupasse, sendo para lamentar que a actual legislação não atendesse a essa necessidade basilar creando lugares de segundos bibliotecarios, como anteriormente houve, e que, com muita insistencia, tenho solicitado em numerosos relatorios. Sobejamente conhece V. Ex.^a a ardua tarefa e o longo tempo necessario para conveniente ideografar não só as espécies que diariamente vão dando entrada nesta Biblioteca, mas ainda os 14080 volumes que presentemente a compõem, alem dos folhetos que se possam aproveitar na escolha a que se está a proceder nos já existentes. Não tenho, no entretanto, descuidado o assunto, limitando-me, porém, provisoriamente, e de harmonia com os elementos de que podemos dispor, esperando oportunidade de melhor realização, em mandar agrupar os verbetes na seguinte disposição: Sciencias Historicas e Geográficas, Sciencias Sociaes e Direito, Sciencias Aplicadas, Matematicas, Fisico Quimicas, Naturaes, Filosofia, Belas Artes, Filologia, Literatura Nacional e Literatura Estrangeira. Todavia, assim mesmo, deficiente, alguns serviços tem prestado, mercê tambem da boa vontade e pratica dos funcionarios, podendo nós consoladamente afirmar que alguns leitores, especialmente estudantes de Direito, dos Liceus e das Escolas Comerciais, exponetaneamente tem manifestado o seu reconhecimento pelo auxilio que, aos seus estudos, a nossa Biblioteca tem prestado. Acusamos ainda a existencia de alguns milhares de folhetos, apenas carimbados, provenientes, principalmente, do Arquivo do Ministerio do Interior, donde foram para aqui removidos, com algumas centenas de volumes, em obediencia ás disposições do decreto n.º 4604, de 12 de Julho de 1918. Os volumes, que vinham catalogados e acompanhados do catalogo, foram imediatamente integrados na nossa catalogação, tendo-se inutilizado o ultimo verbete do arquivo quando o ultimo dos nossos o substituiu. Os folhetos, porem, vieram sem nenhuma ordenação, numa car-

Anexo XX - Relatório da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos sobre a BPCL, 1931 (3)

roça, a esmo, apenas carimbados. Dada a quasi impossibilidade de, com tão poucos funcionarios, solicitados por tantos outros serviços mais importantes, registrar e ordenar tamanha massa de folhetos, mandei-os arrumar, aguardando oportunidade de lhes dar outro destino. Foi-me dada é certo, autorização superior para os vender a peso, mas escrupulisei em o fazer sem proceder a uma escolha, lembrando-me que entre algumas centenas de banalissimos compendios escolares que nos enviaram, provenientes do extinto colégio de Campolide, encontramos uma edição aldina das Comédias Terêncio, datada de 1555. Não fazendo uma idea exata do seu valor, porque não sou bibliófilo, pareceu-me, todavia, muito interessante o achado. É assim que, lentamente, nos momentos que sobram doutros serviços mais urgentes, se vão apartando e emmaçando. Exm^o Senhor Inspector Geral: Esta Biblioteca, como é do conhecimento de V. Ex^a não fornece penas leitura nas suas salas; facilita ainda a leitura no domicilio por meio de empréstimo, escrupulosamente regulamentado, no qual estão inscritos cerca de 800 leitores, e em bibliotecas moveis, que tem funcionado em muitas escolas officiais, Juntas de Freguesia, e até bem longe, nas nossas ilhas adjacentes e no Front, durante a Grande Guerra. Podiamos detalhar o movimento destas bibliotecas mas, mas para nós não tornarmos em demasia prolixos, limito-me a comunicar a V. Ex^a que, nesta data possuímos 36 bibliotecas moveis, de 3 tipos diferentes de caixa, devidamente catalogadas e prontas a funcionar com um total de 7102 volumes assim distribuidos: 525 de Geografia e Historia, 1760 de Sciencias e Artes, e 4817 de Literatura. Finalmente, Exm^o Senhor resta-nos informar V. Ex^a que, para todos os nossos serviços, contamos com um quadro de dois amanuenses, dois continuos e dois serventes. Ao primeiro dos amanuenses foram cometidos todos os serviços de secretaria e ao segundo o de catalogação, estatística, bibliotecas móveis e correspondencia official. Do pessoal menor, dois continuos fazem o serviço de leitura, atualmente numa média de 75 leitores diarios, um servente o da portaria, e outro vigia a sala de leitura quando não é forçado a ausentar-se em serviço externo da Biblioteca. Alem destes funcionarios do quadro, presta serviço

FONTE: AHME, Direcção Geral das Bibliotecas e Arquivos

Anexo XX - Relatório da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos sobre a BPCL, 1931 (4)

nesta Biblioteca um adido, a quem cometi o encargo de tudo que respeita ao empréstimo domiciliário e tesouraria, uma empregada assalariada para os serviços de registos, arquivos e dactilografia, devendo acentuar que já foram dactilografados para a formação dos catalogos, mais de 20000 verbetes, e temos ainda uma servente, assalariada, para serviços de limpeza. Cremos, pois, Exm^o Senhor, se não temos feito tudo o que desejaríamos, por absoluta falta de funcionarios tecnicos, alguma boa vontade se deve reconhecer todavia na Biblioteca Popular Central de Lisboa pelo que tem realisado com tão minguados recursos de toda a natureza. Terminó, Exm^o Senhor Inspector Geral, pedindo licença para apresentar a V. Ex^a as minhas felecitações pelo alto cargo em que acaba de ser investido. Saude e Fraternidade. Lisboa, Biblioteca Popular Central, 24 de Agosto de 1931. Exm^o Senhor Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos Nacionaes.

O Director: Leonel de Macedo.

-----ESTA CONFORME-----

Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos em 28 de Agosto de 1931.

O Chefe do Expediente,



De todos os remorsos do homem, o mais cruel é aquilo que ficou por realizar.

M. Yourcenar (1931)